

**CANDIDATOS DA OPOSIÇÃO
À ASSEMBLEIA NACIONAL
DO ESTADO NOVO (1945-1973)
UM DICIONÁRIO**

CANDIDATOS DA OPOSIÇÃO À ASSEMBLEIA NACIONAL DO ESTADO NOVO (1945-1973)

UM DICIONÁRIO

MÁRIO MATOS E LEMOS

Coordenação e Prefácio

LUÍS REIS TORRAL



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2



C E I S 3 0
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO SÉCULO XX
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Colaboração do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
da Universidade de Coimbra



Texto

TEXTO EDITORES, LDA.
[Uma chancela do grupo LeYa]
Rua Cidade de Córdova, n.º 2
2610-038 Alfragide – Portugal
Tel.: 21 427 22 00 / Fax: 21 427 22 01

www.texto.pt

TÍTULO Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário
AUTOR © 2009, Mário Matos e Lemos
COORDENAÇÃO E PREFÁCIO Luís Reis Torgal
EDIÇÃO Divisão de Edições da Assembleia da República
e Texto Editores, Lda.

CAPA Rita Duarte
PRÉ-IMPRESSÃO Fotocompográfica, Lda.
IMPRESSÃO E ACABAMENTOS Eigal

Lisboa, Outubro 2009 | 1.ª edição | ISBN 978-972-47-4024-9 | Depósito legal n.º 297 391/09

Reservados todos os direitos. É proibida a reprodução desta obra por qualquer meio (fotocópia, *offset*, fotografia, etc.) sem o consentimento escrito da Editora, abrangendo esta proibição o texto, os desenhos e o arranjo gráfico. A violação destas regras será passível de procedimento judicial, de acordo com o estipulado no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

ÍNDICE

Prefácio, por Luís Reis Torgal	11
Introdução	17
A Oposição em Oito Eleições Legislativas	19
Alguns Critérios Adoptados para Escolha e Citação dos Candidatos	41
Candidatos por Círculos Eleitorais	47
Lista Alfabética dos Candidatos Opositoristas a Deputados nas Eleições para a Assembleia Nacional (1945-1973)	55
Candidatos por Anos e Círculos Eleitorais	71
Candidatos a Deputados Opositoristas à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973)	95
Apontamento Bibliográfico	299
Glossário	305

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, em primeiro lugar, a todos os candidatos que foram contactados ou seus familiares – filhos e, em alguns casos, netos. Muitos desses candidatos deram indicações que permitiram estabelecer contactos com outros candidatos e sem a disponibilidade de todos (ou quase todos) este dicionário dificilmente poderia ter sido feito. Agradecemos também ao Sr. José Manuel de Araújo Barbosa, à S.^a Dr.^a Ana Vicente, aos Srs. Drs. Lourenço Correia de Matos, Marcus Noronha da Costa, Amadeu Gonçalves, Américo Barata Figueira, Joaquim Jorge Silva Pinto e João Arsénio Nunes e aos Srs. Doutores Ana Prata, António Pedro Vicente, Luís Bigotte Chorão e Nuno Rosmaninho que nos forneceram pistas e contactos importantes. Bem haja ainda à Dr.^a Isabel Luciano (do CEIS20) pelo apoio que sempre nos concedeu.

Agradecemos, também, às seguintes instituições:

Biblioteca da Assembleia da República.

Biblioteca de Famalicão, em especial o Sr. Dr. Artur Sá da Costa.

Arquivo Histórico Militar, em especial o Sr. Dr. Paulo Tavares.

Arquivo Histórico Ultramarino.

Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos – Fundo Banco Nacional Ultramarino, em especial o Sr. Dr. Zacarias Dias.

Arquivo e Biblioteca de Marinha, em especial a Sr.^a Dr.^a Isabel Beato.

Arquivo da Torre do Tombo, em especial o Sr. Dr. Paulo Tremoceiro.

Ordem dos Advogados, em especial a Sr.^a Dr.^a Sandra Coelho.

Ordem dos Arquitectos.

Centro de Documentação 25 de Abril.

Ordem dos Médicos, em especial o Sr. Rui Araújo.

Sindicato dos Bancários.

Sociedade de Geografia de Lisboa.

PREFÁCIO

Como por várias vezes tenho recordado, no meu tempo de estudante (anos 60 do século passado), por razões metodológicas, mas, também e sobretudo, por motivos ideológicos, hoje já incompreensíveis, não se ensinava História na Universidade para além do século xvii ou do século xviii. Fazer história do século xix e, em especial, do século xx era então considerado uma forma de «jornalismo», porque se tratava de «um tempo demasiado próximo», ou propício à «intervenção política», pois teriam de se abordar questões «perigosas», como o liberalismo, a democracia, o fascismo, o socialismo... Por isso me marcou profundamente o seminário do Professor José Sebastião da Silva Dias, em 1964-1965, sobre o liberalismo e a contra-revolução, seminário esse que já considere, por várias vezes, como tendo um verdadeiro *significado histórico* no contexto da historiografia universitária contemporaneísta de Portugal. Abria-se uma janela, no plano científico, que só certos livros de uma história extra-universitária, alguns ainda pouco consistentes e outros com carácter ou propósitos de oposição, mas de uma verdadeira coragem inovadora, experimentavam e, por isso, nos atraíam, como se fossem o «fruto proibido».

E de tal maneira a lógica de que o historiador não pode cientificamente estudar os «factos próximos» pesava na nossa consciência que a redacção da *Revista de História das Ideias*, de que era então director, quando, em 1994 (20 anos depois da «revolução dos cravos»), dedicou um volume ao Estado Novo e ao 25 de Abril, discutiu a oportunidade do tema, pondo em questão a possibilidade de um tratamento objectivo desses períodos. Alguns de nós pensavam ainda que se tratava de um passado demasiado presente para esta ciência que é a História.

Mas o tempo passou e, felizmente, foi-se considerando que «tudo é história», pois o presente, quando é captado pela nossa sensibilidade e inteligência, já é passado, o que torna possível estudá-lo com a objectividade do historiador. Já o bom jornalismo, a seu modo, o fazia e continuou a fazer, muitas vezes de uma forma

notável, numa linha de investigação. Todavia, surpreendente e paradoxalmente, devido talvez ao surto (excessivo) das escolas de comunicação ou informação, mas, sobretudo ao «mundo do espectáculo» e do «fazer rapidamente para consumir» em que vivemos, deu lugar a um jornalismo sensacionalista, mesmo quando desbrava o passado. E o mesmo têm feito algumas memórias e narrativas históricas de toda a espécie que têm concorrido para o processo de desqualificação da História e do ofício de historiador, nomeadamente de História Contemporânea.

Estamos num tempo de uma saudável interdisciplinaridade científica, em que, para além de historiadores de formação, jornalistas, antropólogos, sociólogos, politólogos, filósofos... analisam a história. Mas deve ter-se em conta – como diz o meu colega Fernando Catroga – que, se se pretende ser historiador, seja qual for a profissão de base que se tenha, há que ser... *historiador*, utilizando todas as metodologias e todos os processos interpretativos da ciência da História.

Em França, desde 1978-1980 que existe o Institut d’Histoire du Temps Présent e alguns centros de investigação e de documentação têm-se afirmado como excelentes espaços de trabalho, como exemplos de rigor, na tentativa de uma investigação objectiva ou numa catalogação criteriosa de documentos. Só para falar de alguns casos de língua portuguesa, recordem-se o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS), o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, o arquivo da Fundação Mário Soares ou o Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, ou o projecto PROIN da Universidade de São Paulo, que organiza e investiga os arquivos da polícia política da era Vargas. Entre os arquivos, a própria Torre do Tombo, antes vocacionada para tratamento de fundos antigos, é hoje também um espaço que se dedica à salvaguarda de documentação contemporânea, com núcleos fundamentais, alguns ainda por organizar, mas outros que se encontram já bem catalogados, ao invés do que sucede em alguns arquivos distritais e de municípios (*alguns* e não todos, felizmente) que, possuidores de espólios do mais alto valor para a História, por falta de pessoal especializado ou, sobretudo, por falta de cultura histórica, amontoam acervos de grande significado ou, mesmo, extinguem unidades museológicas e documentais, como sucedeu em Aveiro, com o Museu da República Arlindo Vicente, quase nas vésperas do centenário da República. E parece ser suposto que esse centenário – daí o seu significado – não pode vir a ter um sentido de afirmação comemorativista de carácter ideológico, mas sim de conhecimento objectivo de uma realidade histórica que ainda hoje sobrevive como factor político e de memória viva, seja qual for a interpretação que se lhe der. De resto, será sempre passível interpretar a «República» (*Respublica*) num sentido lato e substancial, que envolve as questões complexas e sempre actuais da «cidadania», e não tanto como uma forma de regime.

Além das unidades referidas, seja-me permitido acrescentar também o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20), ligados por

laços de colaboração, que, não tendo, como o ICS não tem, uma vocação de centros de documentação, procuram investigar a História Contemporânea de uma forma científica, ou seja, através da pesquisa e da interpretação crítica, salvaguardando sempre a objectividade, valor fundamental que distingue a ciência da reflexão essencialmente militante e ideológica.

*

Os Serviços Editoriais da Assembleia da República têm desempenhado um papel exemplar na preservação e conhecimento da História Contemporânea. Múltiplos são os livros de qualidade que surgiram com a sua chancela, nunca se confundindo com uma literatura histórica «de ocasião», que tem ultimamente povoado o nosso mercado livreiro e editorial, organizado também numa lógica neoliberal e por uma implacável tendência monopolista, que é capaz de promover os mais medíocres produtos, mesmo, contraditória e paradoxalmente, os «produtos de cultura». Entre outras obras publicadas por esses Serviços, podem destacar-se os dicionários dos parlamentares, desde o dicionário dos deputados vintistas, dirigido por Zília Osório de Castro, ao dicionário dos membros da Assembleia Nacional do Estado Novo, da União Nacional/Ação Nacional Popular, só ficticiamente eleitos, que foi da responsabilidade de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto. No meio destes dois pólos cronológicos encontram-se o dicionário dos deputados da Monarquia Constitucional, coordenado por Maria Filomena Mónica, e o «experencial» dicionário da Primeira República, orientado pelo seu primeiro historiador de referência, A. H. Oliveira Marques, a quem se devem alguns estudos sólidos e ensaios importantes, entre os quais um notável guia, que deve ser lido por qualquer historiador ou aprendiz de historiador desse regime antes que se lance na sua aventura de investigação.

No seguimento desses dicionários e por ideia do actual presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, os Serviços Editoriais, através do Dr. Rui Costa e da Dr.^a Teresa Fonseca, contactaram o CEIS20, convidando-me a realizar um outro dicionário. Não se tratava – como se poderia pensar – do dicionário dos parlamentares que faltavam, isto é, dos deputados eleitos e que exerceram, ou exercem, o mandato depois do «25 de Abril», ou, melhor, desde as primeiras eleições democráticas, em 25 de Abril de 1975, até ao presente, correspondentes, em primeiro lugar, à Assembleia Constituinte, até Abril de 1976, e, depois, às várias legislaturas. O que se pretendia era algo mais interessante e original: seria, metaforicamente, o dicionário dos «deputados que não o foram», ou seja, daqueles que representaram, nas suas várias sensibilidades, o país democrático durante o regime de «ditadura» do Estado Novo, os que ousaram ser candidatos da oposição, ou das oposições, e defenderam a democracia contra o regime autoritário, tendencialmente totalitário, de Salazar/Caetano, que marcava eleições, com uma notável regularidade constitucional, a partir de 1934, mas que não concedia o mínimo de condições para que elas se realizassem em clima de equidade. Por isso, só em 1945, em clima

de pós-guerra, a oposição apresentou os seus primeiros candidatos que poucas vezes foram à urnas, salvo em casos pontuais localizados, em especial, na impropriamente chamada «Primavera marcelista», em 1969, assim como a oposição só foi a votos em eleições presidenciais em 1958, com a candidatura do general Humberto Delgado.

Confesso que me custou aceitar esta difícil tarefa de coordenar este livro, que sempre assumi como «experimental», não no sentido em que Oliveira Marques terá coordenado o seu *Dicionário dos Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, que constituiu a publicação inicial deste tipo (editada em 2000), mas no sentido em que tive consciência que estava a trabalhar com um objecto extremamente difícil, não só pela sua actualidade, mas ainda pela dificuldade em encontrar fontes, as quais, muitas vezes, são as próprias pessoas que se tem de biografar ou os seus familiares. E sabíamos que se algumas dariam o seu contributo fundamental, outras responderiam com o silêncio às nossas perguntas e outras ainda entenderiam de modo pessoal a arte de biografar. Umam são ou foram de grande visibilidade pública, continuando na vida política activa, mas outras são, foram, ou já o eram, quase desconhecidas, afastando-se da vida política, depois de aceitarem ser candidatos, quase sem deixar rasto. Foi por isso que só aceitei com duas condições: desde que encontrasse alguém experiente que pudesse liderar o processo de pesquisa e desde que este trabalho fosse, afinal, considerado uma edição meramente inicial de uma obra mais completa.

Como colaborador ou, melhor, como investigador principal e único, encontrei o Dr. Mário Matos e Lemos, já autor de dois dicionários, um de história universal, que realizou, por convite de Lyon de Castro, para a Editorial Inquérito, e outro dos jornais diários do século xx, em publicação que, infelizmente, não teve a divulgação que merecia, devido às vicissitudes das editoras nestes tempos de crise. Durante estes últimos anos dedicou muitas horas a este «trabalho impossível», como o classificou, em primeira reacção, na fluência e na oportunidade espontânea do seu vocabulário de notável advogado e homem de teatro, o Dr. Jaime Gralheiro, um dos candidatos de 1969, quando numa noite com ele conversava no seu «santuário» de S. Pedro do Sul. Foi um trabalho esgotante, que tive o prazer de acompanhar e de coordenar, que supôs a consulta dos arquivos mais diversos, de muitos periódicos e bibliografia, de contactos pessoais nos mais variados pontos do país... Os resultados, se em certos casos foram muito positivos, noutros (não muitos, felizmente), deixaram-lhe, e a mim, o sabor amargo do insucesso, pois apenas se limitaram ao registo do nome e pouco mais. Afinal, porém, se se trata de um trabalho de historiador, este livro é fundamentalmente um exercício de «enciclopedista» ou «dicionarista», com as dificuldades e limitações que comporta, pois trata-se de abordar apenas «ideias gerais» ou, neste caso, «linhas gerais» de biografias.

Tentámos ainda que esta edição – em tempo de uma comunicação informática global – tivesse inicialmente apenas um formato *online*, que permitisse novos contactos e o aparecimento de novos dados ou a correcção dos existentes sobre os candidatos a «deputados impossíveis». Mas, infelizmente, responsabilidades editoriais não o permitiram ou, pelo menos, não o aconselharam. Assim, esta edição em livro

é, portanto, o que poderemos chamar, e já chamámos, uma edição «experimental» e «provisória» (ainda que na História, como na Vida, tudo seja «experimental» e «provisório»), pronta a ser alterada em muitos pontos, com as correcções necessárias e os acrescentamentos úteis. Ninguém diga, todavia, que se trata de um trabalho ainda «pouco rigoroso». Tem o *rigor possível*, tendo em conta as condições existentes.

Aqui apresentamos ao público leitor, assumindo toda a nossa responsabilidade de historiadores, o livro *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário*, esperando que ele seja lido e comentado, ficando à espera, mais do que em qualquer outro livro a que dei o nome, das erratas do leitor.

Coimbra, 5 de Abril de 2009

LUÍS REIS TORRAL

INTRODUÇÃO

A OPOSIÇÃO EM OITO ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Os anos que vão de 1933 a 1973 – ou seja, o período que mediou entre a aprovação da Constituição e as últimas eleições legislativas do Estado Novo, já com Marcello Caetano – são de luta constante entre um regime autoritário e só formalmente constitucional, saído da Ditadura Militar, e homens e mulheres que ao longo desses anos pugnaram pela sua substituição.

A Ditadura Militar começou por ter que se defender, de armas na mão, das tentativas para derrubá-la e voltar ao regime da Constituição de 1911. Conseguiu vencer os grandes desafios de 1927 e de 1931 e levou avante a criação do regime que se denominou «Estado Novo». Cumpriu-se, depois, o ritual da realização de eleições legislativas.

Nessas quase quatro décadas, os oposicionistas ao sistema vigente puderam, de quatro em quatro anos, desde 1945, exprimir, durante algumas semanas, os seus pontos de vista, por vezes embrenhando-se mesmo as diversas facções oposicionistas em profundas querelas. A estes períodos eleitorais legislativos, devem acrescentar-se os correspondentes às campanhas presidenciais de 1949 (Norton de Matos *vs.* Carmona), 1951 (Ruy Luís Gomes e Quintão Meireles *vs.* Craveiro Lopes) e 1958 (Arlindo Vicente e Humberto Delgado *vs.* Américo Thomaz), todas elas importantes no despertar de consciências para a situação política portuguesa, particularmente a última. Fica apenas o apontamento, pois não é das eleições presidenciais que este trabalho se ocupa e só se lhes faz referência porque a mobilização das oposições nessas campanhas presidenciais impulsionou os movimentos de que viriam a sair as candidaturas a deputados

Foram onze as legislaturas, num arco de 39 anos. Até 1945, realizaram-se três eleições para a Assembleia Nacional – em 1934, 1938 e 1942 –, sem que houvesse condições para que surgissem candidatos oposicionistas aos propostos pela União Nacional. Quebrando a regra dos quatro anos, foram antecipadas um ano as eleições legislativas que deviam realizar-se em 1946. Terminara no ano anterior a II Guerra Mundial (em Abril, na Europa, em Agosto, na Ásia) com o triunfo das democracias e era necessário afastar quaisquer dúvidas que os vencedores pudessem

ter quanto ao carácter «democrático» do regime, pelo menos no sentido de falta de concorrência eleitoral. Assim, num discurso que proferiu, em 7 de Outubro de 1945¹, numa das salas da biblioteca da Assembleia Nacional, Salazar apresentou «a dissolução da Assembleia Nacional»² e a «convocação dos colégios eleitorais para se constituir a nova Câmara» como actos que deveriam ser vistos «à luz das nossas conveniências internas», embora «sem esquecer as indicações do momento internacional»³. Foi evidente a preocupação do presidente do Conselho em mostrar que os motivos pelos quais a Assembleia Nacional era dissolvida se prendiam fundamentalmente com os interesses do País: «Devo ter deixado claro pela simples exposição dos factos que dissolução e novas eleições se integram no lógico desenvolvimento da nossa vida política interna [...] não se tratando de actos aparentados de perto ou de longe com a concorrência eleitoral em que a Europa tão afadigadamente se lançou»⁴.

Gerou-se a convicção de que as potências vencedoras se oporiam à continuidade do regime português e, face a declarações que renunciavam a sua abertura, um grupo de republicanos, à frente dos quais se encontrava o advogado Mário de Lima Alves, pediu e, sem demora, obteve, autorização para convocar uma reunião destinada a avaliar as condições de participação da oposição nas eleições legislativas que se avizinhavam.

AS CANDIDATURAS DE 1945

DATA: 18 DE NOVEMBRO

CANDIDATOS: 17

CÍRCULOS: 8

A reunião realizou-se, a 8 de Outubro, no Centro Escolar Republicano Almirante Reis, em Lisboa, e no final foi aprovado um relatório do qual constavam várias exigências para que as listas da oposição⁵ se apresentassem às eleições: entre outras, autorização para a formação de partidos políticos, abertura de novo recenseamento

¹ Em Setembro, a Lei Eleitoral fora modificada (Lei n.º 2009, de 17 de Setembro). As eleições legislativas deixaram de ser feitas por lista única, contendo tantos nomes quantos os deputados a eleger, mas por círculos eleitorais que coincidem, quanto ao continente e ilhas adjacentes, com a área dos distritos administrativos – 30 em todo o território português: 18 no continente europeu, 4 nas ilhas adjacentes e 8 no ultramar. O número de deputados também aumentou, passando de 90 para 120. O número de deputados foi aumentado para 120 em 1961 e para 150 na revisão constitucional de 1971.

² Decretada na véspera.

³ Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, Coimbra Editora, 1951.

⁴ Foi também neste discurso que o chefe do governo afirmou esperar «que haja a liberdade de imprensa suficiente para que possam ser apreciados sem restrição os actos do governo e seja possível a propagação das ideias políticas e dos candidatos apresentados ao sufrágio».

eleitoral e adiamento do acto eleitoral. Os organizadores divulgaram por todo o país esse relatório e as adesões que receberam multiplicaram-se rapidamente⁶. Estava constituído o movimento que viria a chamar-se Movimento de Unidade Democrática (MUD), o qual viria a reunir republicanos, monárquicos, católicos, socialistas e, posteriormente, comunistas, num processo que parecia imparável e que, evidentemente, inquietou o governo⁷. A 16 de Outubro, foram recusados os pedidos oposicionistas, designadamente o adiamento das eleições legislativas, marcadas para 18 de Novembro, e a oposição resolveu não se apresentar a escrutínio. Todavia, o movimento tornara-se avassalador e as adesões ao MUD multiplicaram-se por todo o país⁸. Os jornais conotados com a oposição, particularmente, na capital, o *Diário de Lisboa* e a *República*, e, no Porto, o *Jornal de Notícias* e o *Primeiro de Janeiro*, continuavam a publicar notícias sobre as reuniões que se iam realizando, os nomes dos novos aderentes, comunicados, entrevistas, artigos de crítica ao governo, polémicas entre candidatos ou vultos oposicionistas e membros ou departamentos do governo que respondiam com notas oficiosas ou nas sessões de propaganda da União Nacional. Em África, particularmente em Angola e em Moçambique, a oposição movimentou-se e não foram poucas as reuniões nas grandes cidades, com considerável repercussão.

Neste ambiente geral, não é de estranhar que, pela primeira vez, surjam algumas candidaturas contra as da União Nacional ou a declaração de intenção de fazê-lo: em Lisboa, por exemplo, candidatou-se o dr. José de Arruela; por sua vez,

⁵ Usamos a palavra «oposição», mas poderíamos, e talvez devêssemos, dizer «oposições», porque a verdade é que se houve muitos opositores ao Estado Novo, jamais existiu – e em 1969 ainda foi mais visível – uma oposição unida em torno de uma ideia aglutinadora. Não que, ao longo dos anos, não tenham sido feitas várias tentativas para se organizar uma frente comum: passando sobre os movimentos dos exilados em Paris e em Madrid, refira-se a criação da Aliança Republicano-Socialista, presidida pelo general Norton de Matos, em 1931; o aparecimento, em 1943, do Movimento de Unidade Anti-Fascista (MUNAF); do MUD, em 1945, e da Plataforma de Acção Comum do Movimento Democrático Eleitoral, em 1969, que ficaria conhecida como Plataforma de S. Pedro de Moel, de vida efémera.

⁶ As reacções positivas provieram, principalmente, dos sectores republicanos, mas também de alguns monárquicos. Rolão Preto, a 17 de Outubro de 1945, em carta ao *Diário de Lisboa*, escrevia: «Tendo tomado conhecimento pela imprensa da maneira por que foi colocado o problema eleitoral, venho pedir a V. que queira tornar público o seguinte, em meu nome e no dos meus amigos políticos que pensam como eu: 1.º – Discordo, como é notório, da orientação política interna do actual governo e dos seus processos económicos e administrativos; 2.º – Considero-me igualmente afastado, por diferenças evidentes na maneira de equacionar o problema nacional, dos elementos partidários que há dias se reuniram no Centro Almirante Reis; 3.º – Julgo, entretanto, dever afirmar plena concordância com as conclusões do documento que ali foi aprovado, a fim de poder aceitar-se, em melhores condições, o repto lançado pelo chefe do actual governo.»

⁷ Pacheco Pereira observa: «É hoje muito difícil compreender como uma reunião pomposa e solene, em que as pessoas se tratavam por *Vossa Excelência*, recheada de moções e requerimentos, escritos numa cerrada linguagem jurídica, acaba por ser o encontro decisivo que marcou a política do pós-guerra» (in *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, vol. II, p. 553).

⁸ O governo, perante as dezenas de milhares de assinaturas de adesão ao MUD, pediu as listas, sob pretexto de confirmar a sua autenticidade. Em alguns distritos, as listas foram entregues, como em Lisboa, outros, como no Porto, a entrega foi recusada.

o tenente-coronel Lello Portela⁹, afirmando que eleitores haviam solicitado a sua candidatura, pediu ao Ministério do Interior esclarecimentos sobre recenseamento, fiscalização, etc., mas não formalizou a candidatura.

Em Portalegre, foram apresentadas duas listas de oposição à União Nacional, mas só uma foi aceite pelo governador civil: a que era constituída por José Luís Augusto das Neves, Manuel Hermenegildo Lourinho, Ernesto Amaro Lopes Subtil e Ruy de Andrade. Da lista recusada faziam parte os dois últimos nomes, mais dois grandes lavradores: José Pequito Rebelo e Jorge da Fonseca Bastos. A explicação para admitir uma lista e recusar a outra foi um pormenor técnico: dois candidatos, Ruy de Andrade e Ernesto Subtil, não tinham declarado «aceitar os princípios fundamentais da ordem estabelecida», o que não fizeram, segundo afirmaram, por já o terem expresso na outra lista, a que viria a ser admitida; tratava-se de processos independentes, argumentava o governador civil. Todavia, a lista aceite também não se apresentou a sufrágio e Ruy de Andrade, Lopes Subtil e Manuel Lourinho foram eleitos nesse mesmo ano na lista da União Nacional. Aliás, já em 13 de Outubro desse ano, o presidente da comissão eleitoral da União Nacional, Joaquim Mendes do Amaral, pedira ao ministro do Interior autorização para incluir na lista de deputados da UN aqueles três nomes¹⁰. Para a apresentação das listas oposicionistas parece ter contribuído fortemente o descontentamento que se verificava na região, porque Portalegre perdera, nos últimos anos, grande número dos seus elementos vitais e a população não se cansava de exprimir as suas queixas pelo mau tratamento que lhe infligiam; e, na realidade, os deputados eleitos na lista da União Nacional distinguiram-se particularmente na defesa dos interesses da sua região. Por Vila Real, apresentou-se uma candidatura isolada, a do advogado José Daniel Carvalho Branco, a qual não pôde ser aceite porque a lei obrigava a que as listas contivessem o número total de deputados do círculo, quatro no caso de Vila Real. O mesmo se terá passado com José d'Arruela, que quis apresentar-se por Lisboa, sem mais ninguém na sua lista.

As candidaturas politicamente mais expressivas são, porém, as que se apresentam nos territórios africanos, resultantes, como se referiu, do movimento que o aparecimento do MUD provocou: em Cabo Verde, Álvaro de Paiva Lerenó; na Guiné, Sebastião José Barbosa; em Angola, Francisco Pinto da Cunha Leal, António Videira e António Durães, presidente da Câmara Municipal de Benguela; finalmente, por Moçambique, apresentaram-se também três candidatos: Ismael Costa, Paulino dos Santos Gil e Delfim Costa¹¹, este último médico veterinário, antigo deputado

⁹ António Lello Portela nasceu a 10 de Junho de 1893 em Fontes, Santa Marta de Penaguião. Fez o curso da Escola do Exército e combateu na Força Aérea durante a I Guerra Mundial. Foi adido militar em Paris, governador civil de Lisboa (1920-1921) e deputado por Vila Real (1922) nas listas do Partido Liberal. Faleceu em 10 de Outubro de 1956.

¹⁰ IAN/TT, arquivo do Ministério do Interior – M 538.

¹¹ Desistiu em 22 de Outubro de 1945, entregando a renúncia ao Supremo Tribunal Administrativo.

da República por Moçambique. Todos apresentaram as candidaturas junto do Supremo Tribunal Administrativo (excepto Cunha Leal e Paiva Lereno, que se encontravam em Lisboa e foram os primeiros candidatos a entregar a sua documentação no Governo Civil) mas também todos desistiram antes das eleições, na linha do que foi decidido em Lisboa, devido à não aceitação pelo governo das condições impostas para a concorrência oposicionista às urnas. Angola, onde chegaram a ser publicados vários manifestos da oposição, desistiu em reunião realizada a 5 de Novembro e presidida pelo advogado António Simões Raposo, na qual foi entregue um manifesto que explicava «as razões por que os democratas de Angola se abstêm de concorrer às urnas», fundamentalmente as mesmas invocadas na então Metrópole. Na Guiné, a desistência foi mais silenciosa e uma informação mandada para Lisboa dizia que os democratas da Guiné resolveram abster-se de concorrer às urnas, presumindo-se «que desistiram, certamente por falta de ambiente favorável».¹²

AS CANDIDATURAS DE 1949

DATA: 13 DE NOVEMBRO

CANDIDATOS: 12

CÍRCULOS: 3

No ano de 1949, haveria dois actos eleitorais: presidenciais e legislativas, ambos já com o MUD¹³ ilegalizado. Durante três anos, apesar da repressão que se abateu sobre dirigentes e aderentes, foi resistindo mas acabou por ser proibido em Março de 1948. Todavia, a actividade de um movimento como este não se extingue por decreto e é o MUD que lança, em Abril desse ano, a candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República, eleição que estava marcada para Fevereiro de 1949. O general desistiu nas vésperas da eleição mas, no rescaldo, marcou-se a divisão política da oposição ao regime, agora agrupada em duas organizações: o Directório Democrato-Social (DDS), que englobava a oposição republicana liberal e cujos principais mentores eram Jaime Cortesão, António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes, e o Movimento Nacional Democrático (MND), fundado por Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura e Lobão Vital, em Março, inspirado pelo PCP.

As eleições legislativas são marcadas para 13 de Novembro. Organizam-se apenas três listas: uma por Vila Real, outra por Castelo Branco, a terceira por Portalegre. Parece ter sido elaborada uma quarta lista, em Évora, talvez republicana, mas que não deixa rasto.

¹² AOS/CO/PC 17-A, doc. 124.

¹³ Em Março de 1948. Em Agosto de 1946, surgira o MUD-Juvenil, que começara por se chamar Movimento Juvenil de Unidade Democrática e que sobreviveu ao MUD por largos anos.

Na lista de Vila Real encontravam-se três republicanos e um monárquico. O monárquico era Rolão Preto, que 20 anos depois voltará a apresentar-se numa lista monárquica; os republicanos eram um sacerdote católico, o padre João Amorim, republicano de antes de 1910, mas que se exilara para o Brasil, por não concordar com as perseguições ao clero; o comandante Prestes Salgueiro, que se distinguira em Moçambique, na Grande Guerra, e o eng. Cunha Leal. A lista não é aceite por, alegadamente, o padre Amorim não estar recenseado.

Assim, nos dois círculos que restam – Portalegre, cuja lista parece vir na esteira das que foram apresentadas em 1945, e Castelo Branco – as candidaturas são verdadeiramente *sui generis*: não pretendem mudar o regime e não podem considerar-se de oposição à política do governo, no seu todo. Apenas traduzem uma insatisfação local e o próprio cabeça de lista por Portalegre, Pequito Rebelo, em carta dirigida a Salazar¹⁴, insistia em que a sua lista – a que chamava Lista Regionalista Independente – não era de oposição porque não pretendia «destruir a constitucionalidade existente e impedir o seu lógico desenvolvimento», mas, pelo contrário, «cooperar para que a constitucionalidade existente se desenvolva logicamente no sentido de uma cada vez maior legitimação da autoridade e de um cada vez maior alargamento da liberdade e da representação genuína». Já anteriormente, em carta datada de 19 de Outubro e dirigida ao governador civil de Portalegre, João Augusto Marchante, Pequito Rebelo afirmara: «A lista de que faço parte não pretende ser de oposição, mas simplesmente representativa da opinião do eleitorado, livre da perturbação de quaisquer abusivas influências políticas». O facto de Pequito Rebelo ter sido convidado a fazer parte da lista da União Nacional não o livrou de violentos ataques, antes, durante e depois da campanha eleitoral, nem impediu que fosse diferente o tipo de papel dos boletins de voto em que foram impressas as listas. A votação também não foi deixada correr livremente. Por exemplo, em Vila Boim, com as urnas ainda abertas – e forte presunção de vitória da lista de Pequito Rebelo –, o então presidente da Câmara de Elvas, Mário Cidraes, compareceu na mesa eleitoral, cujos membros, todos seus conhecidos, cumprimentou delicadamente, e depois, dirigindo-se ao mandatário da lista, o médico Manuel Chaveiro Rovisco Paes, comunicou-lhe, com repetidos pedidos de desculpa, que, por decisão superior, o acto eleitoral não podia continuar. Não continuou e nunca se soube o resultado verdadeiro da votação¹⁵.

Por sua vez, a lista de Castelo Branco pretendia opor-se à da União Nacional, com programa próprio, muito embora este se resumisse ao desejo de contribuir para «acabar com a burocracia que em Portugal nos esmaga», como afirmou, na sessão realizada em Castelo Branco, José Ribeiro Cardoso, um advogado, antigo sacerdote. Pretendia Ribeiro Cardoso ter na sua lista, de que era, confessada

¹⁴ Com data de 5 de Novembro de 1949. Cf. *As Eleições de Portalegre (Documentos)*, Lisboa, 1950.

¹⁵ Informação do dr. João Luís Cabral Picão Caldeira, filho de um dos candidatos.

e orgulhosamente, o mentor, dois republicanos e dois monárquicos. Não o conseguiu: monárquicos eram ele próprio, o marquês da Graciosa e o eng. Almeida Garrett; republicano, o eng. Cunha Leal que, não tendo sido aprovada a lista de Vila Real, se apresentava por Castelo Branco. Para esta ausência de candidatos republicanos pode ter contribuído – contribuiu certamente – a posição do MND que se apresentou como «continuador dos grandes movimentos em prol da Democracia de 1945 a 1949» e que «tendo em conta o actual condicionamento político resolveu não apresentar candidatos às eleições para a Assembleia Nacional» e «considerar como não representando a oposição democrática quaisquer candidaturas, mesmo que formalmente não apareçam incluídas na lista da União Nacional»¹⁶.

AS CANDIDATURAS DE 1953

DATA: 8 DE NOVEMBRO

CANDIDATOS: 35

CÍRCULOS: 4

O país só deveria voltar a pronunciar-se eleitoralmente em 1953, de novo para a Assembleia Nacional, mas a morte do Chefe do Estado, o general Carmona, em Abril de 1951, abre nova campanha eleitoral. O MND apresenta a candidatura do doutor Ruy Luís Gomes, que não seria aceite, e o Directório Democrato-Social escolhia como seu candidato o almirante Quintão Meireles. O candidato da União Nacional é o general Craveiro Lopes.

Dois anos depois, novas eleições legislativas. Em Maio, António Sérgio, com o objectivo de conseguir a unidade entre as várias tendências oposicionistas, criara uma comissão, posteriormente denominada Comissão Promotora do Voto, com o objectivo de conseguir garantias «quanto ao recenseamento dos eleitores e quanto às próprias operações do acto eleitoral», ou seja, igualdade com a União Nacional no acesso aos meios de comunicação, designadamente à Rádio, e na cedência de recintos para a realização de propaganda eleitoral. Uma representação ao Presidente da República, com 72 assinaturas e publicada na imprensa em 15 de Maio, pedia garantias quanto ao recenseamento de eleitores e quanto às próprias operações do acto eleitoral. Todavia, os candidatos foram em reduzido número: Lisboa, Porto e Aveiro – este último círculo com duas listas, uma das quais se proclamava nacionalista – mais um candidato por S. Tomé: Alberto Ferreira Marques Portulês, um europeu ali nascido, anunciado como candidato e de quem não voltou a falar-se. As listas apresentadas – excepção feita, claro, à autodenominada lista «nacionalista» de Aveiro e à singular candidatura de S. Tomé – eram patrocinadas pelo Directório Democrato-Social¹⁷.

¹⁶ Comunicado com data de 10 de Outubro, assinado pela comissão central: Ruy Luís Gomes, Pinto Gonçalves, José Alberto Rodrigues, Maria Lamas, Virgínia Moura, José Morgado, Albertino Macedo e Areosa Feio.

¹⁷ Que em alguns documentos aparece grafado Directório Democrático-Social.

Na linha do que acontecera nas presidenciais de 1951, os oposicionistas não se entendem. No dia 7 de Outubro, o *Diário de Lisboa* dá a entender que algo se passa: afirma que vai haver listas de oposição em Lisboa, Porto e Aveiro mas acrescenta: «Segundo as informações que pudemos recolher, as referidas listas não contêm, porém, representantes de todas as tendências conhecidas como existentes nos meios oposicionistas, algumas das quais não consideram oportuno tentar neste momento qualquer intervenção, tendo-se recusado ser candidato ou alheando-se mesmo de qualquer actividade. Não obstante, segundo as mesmas informações, foi possível elaborar listas, até este momento, aliás, com carácter provisório, em que figuram simultaneamente nomes de antigos dirigentes de partidos republicanos, outros de formações posteriores e traduzindo também a feição republicana e demo-liberal, outros ainda conhecidos como dirigentes de meios classificados de monárquicos e integralistas, todos na mesma lista.»

Por seu turno, o MND preconizava a abstenção, praticamente nos mesmos, embora mais explícitos, termos em que o fizera em 1949, acusando até os candidatos oposicionistas de, pelo simples facto de se apresentarem ao escrutínio, estarem a colaborar com o regime. No dia 9 de Outubro¹⁸, o MND resolveu clarificar a sua posição e, ao mesmo tempo, atacar os que se opõem à sua linha: num duro comunicado, afirmando considerar que «não estão satisfeitas as condições mínimas (recenseamento honesto, liberdade de propaganda, fiscalização do acto eleitoral) «que justifiquem concorrer ao acto eleitoral e acrescenta que «ao ter conhecimento da apresentação das candidaturas para deputados que os jornais dizem ir disputar as próximas eleições em concorrência com a União Nacional, sente-se no dever de proclamar publicamente o seguinte: a) a Oposição Democrática não apresenta quaisquer candidaturas; b) a apresentação de candidaturas, nas actuais condições, mesmo que não provenham directamente da União Nacional, é um acto de colaboração com o actual regime e de abdicação relativamente às reivindicações da Oposição Democrática portuguesa, sempre formuladas desde 1945». Esta posição é rejeitada «pelos candidatos republicanos de Lisboa» que, embora considerem o MND uma pequena minoria dissidente, acusam-no de tentar «lançar a perturbação no eleitorado oposicionista».

Por seu turno, um dos candidatos por Aveiro, Basílio Lopes Pereira, que já combatera activamente a Ditadura Militar, cumprira uma pena de prisão e continuava a sua luta contra o Estado Novo, responde com dureza, afirmando que o faz em nome individual, mas «certo de que exprime nas suas linhas gerais a opinião dos seus ilustres companheiros» de lista. No texto – que a *República* publica¹⁹, sob o título «Comunicado da Oposição Republicana de Aveiro» –, Lopes Pereira acusa o MND

¹⁸ 9 de Outubro de 1953, p. 2.

¹⁹ 18 de Outubro de 1953.

de «não ser nacional nem democrático» e afirma que o comunicado do dia 14 não passa de «uma farsa ignóbil e uma ofensa à inteligência dos portugueses», acrescentando: O MND «não é nacional porque não visa os interesses nacionais dos portugueses. Visa simplesmente servir a causa do alargamento do imperialismo russo [...], é apenas mais uma nova alcunha dos chamados comunistas. Melhor lhe chamaríamos soviéticos». Dá, por fim, uma explicação para os ataques do MND ao general Norton de Matos: «...é simples: em 20 de Maio último, a Sr.^a Eng.^a D. Virgínia Moura pediu ao Sr. General Norton de Matos, numa carta, que a recebesse para trocarem impressões sobre estas eleições. O Sr. General, em carta datada do dia 22 a seguir, respondeu-lhe que não podia realizar, com ela, a entrevista que esta solicitava, acrescentando, textualmente, ‘tomei esta resolução por considerar o comunismo como inteiramente oposto à segurança, progresso e prestígio de Portugal’.»

Também Cunha Leal toma posição no diferendo entre abstencionistas e intervencionistas e, em declarações à *República*²⁰, afirma compreender os abstencionistas mas opta pela acção, explicando: «A Oposição não tem outras oportunidades para revelar a constância da sua fé, a não ser estes curtos períodos eleitorais, e ainda assim de forma restritiva. Bem sei que essas manifestações ocasionam sérios riscos individuais mas é necessário que alguns, ao menos, tenham a suficiente coragem cívica para erguerem, nessas emergências, o facho aceso dum idealismo, que nada seja capaz de apagar ou extinguir. Não se trata de vencer eleições; trata-se, isso sim, de afirmar princípios e de fazer acto de presença. Nenhuma causa pode triunfar por meio de omissões mas sim por meio de acções [...] Ambas as atitudes – a de inacção ou a de acção – são defensáveis nesta conjuntura e ninguém, com segurança, poderá decidir qual seja a mais oportuna. Eu escolhi a acção.»

A campanha decorreu na forma habitual²¹: discursos dos candidatos, manifestos com o programa dos vários círculos, entrevistas dos candidatos e de outras personalidades aos jornais, discursos nas sessões de propaganda, etc., mas havia uma certa homogeneidade entre os candidatos oposicionistas. Por isso, a poucos dias das eleições, o *Diário de Lisboa*, que era então dirigido por Joaquim Manso, observava que, «pela primeira vez desde 1925, se assinala em vários círculos certa coordenação de listas de candidatos que se apresentam como de oposição à da União Nacional». Quem eram os candidatos? Alguns nomes: o almirante Cabeçadas, o Eng. Cunha Leal, os advogados Fernando Mayer Garção, Câmara Reis, Acácio Gouveia e Vasco da Gama Fernandes, por Lisboa; os advogados Carlos Cal Brandão e António Macedo, pelo Porto, e, por Aveiro, além dos advogados Manuel das Neves e Alcides Monteiro, o já atrás referido Basílio Lopes Pereira, Também fora escolhido para se candidatar por Aveiro o advogado Pedro Veiga, mas como a sua

²⁰ 9 de Outubro de 1953, pp. 1 e 2.

²¹ Os temas sempre mais frequentemente abordados eram o problema rural, a educação, a economia, a saúde e as questões sindicais.

inscrição no recenseamento fora eliminada, a lista foi alterada. A lista «nacionalista» de Aveiro – que reunia católicos, católicos de confissão mas que não se apresentam nessa qualidade, como o padre Abel Condesso e Pedro Grangeon – vem um pouco na linha das candidaturas de Portalegre e de Castelo Branco, menos de oposição do que de colaboração, para que aos problemas locais fosse dada maior atenção.

Apesar do escasso número de candidatos, não faltam comunicados de partidos e movimentos que tinham pouca ou nenhuma expressão, que até nem se sabia muito bem se existiam: foi o caso, por exemplo, de um Partido Cristão Democrático que anuncia a sua organização, sem indicar quaisquer nomes, mas diz, num comunicado cujos termos revelam posições muito próximas das da União Nacional, que não concorre às eleições; foi também o caso de um Movimento das Mulheres Portuguesas, que se afirma «em organização» e que, por sua vez, se mostra muito próximo das posições do MND, acentuando que sem um mínimo de condições não se deve votar; e foi também o caso da Comissão Executiva Socialista do Distrito de Lisboa que, num extenso comunicado, anuncia dar liberdade de voto aos seus apoiantes, sublinhando: «os socialistas em nada intervieram sobre a atitude dos republicanos no presente acto eleitoral, abstêm-se de qualquer crítica a essa atitude e dão inteira liberdade aos seus companheiros para votarem e fiscalizarem as urnas até à contagem.» O mesmo comunicado afirma existir um grupo que se intitula representante do Partido Socialista²², mas que se trata «de cinco ou seis indivíduos que nunca tinham pertencido ao Partido Socialista [...] inventado quando do MUD e serve de dobradiça, umas vezes aos republicanos outras aos comunistas». A Comissão desvaloriza a questão do recenseamento, observando: «Os socialistas dão uma importância relativa aos famigerados cadernos, talvez porque, disputando eleições desde 1878, nunca conheceram, na Monarquia e na República, recenseamentos honestos.» Por sua vez, o advogado Carlos Olavo diz, em nome do Partido Republicano Português, que foi tomada a resolução de não apresentar oficialmente candidato às próximas eleições, argumentando também que o governo não dera «as garantias necessárias que este partido deu sempre aos seus adversários, quando no poder, para a realização de um acto eleitoral correcto, limpo e leal». Em contrapartida, Rolão Preto, líder de um praticamente desconhecido Movimento Nacional Popular, apela ao voto.

Desta feita, os papéis em que as listas estão impressas são iguais e as candidaturas vão avante e chegam até às urnas. Os resultados da oposição são modestos mas, no contexto da época, é difícil dizer se são reais.

²² *Diário de Lisboa* de 21 de Outubro.

AS CANDIDATURAS DE 1957

DATA: 3 DE NOVEMBRO

CANDIDATOS: 45

CÍRCULOS: 5

Entre os dois períodos legislativos, não há muito a assinalar relativamente a actividades oposicionistas. Todavia, em 1954 agudiza-se a questão de Goa. O Partido Comunista Português manifesta-se abertamente a favor da integração de Goa, Damão e Diu no território da União Indiana e em Setembro vários elementos do MND são presos, designadamente Ruy Luís Gomes e Virgínia Moura, acusados de traição por proporem negociações com a União Indiana; em 24 de Novembro, Cunha Leal e outros oposicionistas republicanos subscrevem uma exposição em que se critica a política do governo relativamente ao Estado da Índia, embora se reconheça no documento a «herança sagrada do Ultramar». Pode dizer-se que até ao 25 de Abril a questão de Goa não mais deixa de ser tema de debate nas campanhas eleitorais. De assinalar, também, que o general Norton de Matos morreu a 2 de Janeiro de 1955 e que, em Dezembro de 1956, foi publicado o Decreto 40 900, que estabelecia o regime a que ficavam sujeitas as associações e organizações de estudantes universitários e que provocará ampla contestação estudantil, precursora das que viriam a verificar-se na década de sessenta.

O ano das eleições, 1957, ficou marcado pela realização, em Outubro, do I Congresso Republicano de Aveiro, em que participaram nomes grados da intelectualidade portuguesa, muitos dos quais apresentaram teses que focavam aspectos concretos da vida do país. No final, foi aprovada uma moção na qual se manifestava «o desejo de unidade substancial de todos os democratas na sua posição de defesa intransigente da concretização das garantias mínimas que a Constituição outorgue a todos os portugueses» e se declarava «compreender que, em face do próximo acto eleitoral do Estado Novo, dentro do condicionamento de escassas e doseadas liberdades ‘consentidas’, possam existir divergências legítimas de pontos de vista sobre qual o melhor caminho a seguir – ou o da abstenção ou o da participação na campanha eleitoral».

A escolha dos candidatos às eleições legislativas era sempre um processo demorado – até pelas condições de quase clandestinidade em que os oposicionistas se reuniam. As primeiras reuniões nem sempre eram conclusivas. Assim, por exemplo, realizou-se, em 4 de Agosto de 1957, uma reunião de democratas de Aveiro para se proceder à escolha dos candidatos que representariam o círculo nas eleições legislativas que se aproximavam. Foram escolhidos os advogados Manuel das Neves, Alcides Strecht Monteiro e Virgílio Pereira da Silva, o médico Júlio da Rocha Calisto, o arquitecto Coelho de Magalhães e Manuel Luís da Costa Figueiredo.

Foram designados, na mesma reunião, cinco suplentes: José Rodrigues Pereira Rosmaninho, o médico Renato Pereira de Figueiredo, os advogados Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas e Manuel da Silva Pereira. Verifica-se que, destes nomes, dois (Alcides Monteiro e Manuel Luís da Costa Figueiredo) não figuraram, nesse ano, na lista efectivamente apresentada no Governo Civil, mas os que os substituíram não se encontravam entre os suplentes.

A 10 de Setembro, realizou-se uma assembleia de democratas liberais do distrito de Braga, durante a qual foram votados seis candidatos a apresentar no respectivo círculo eleitoral: Edmundo José Salgado Lobo, advogado, de Famalicão; major Miguel Ferreira, lavrador e proprietário, de Fafe; dr.^a Maria Miquelina de Matos Sumavielle, doméstica, de Fafe; Luís Gonzaga Vieira de Castro Caseiro, advogado, de Braga; Francisco Torres, médico, de Barcelos; e António de Oliveira Braga, advogado, de Braga. Destes seis nomes, só dois, nesse ano, foram apresentados no Governo Civil como candidatos: o major Miguel Ferreira e o advogado Luís Caseiro.

Situação semelhante verificou-se no Porto, onde, no dia 11 de Setembro, se reuniu a comissão de candidaturas do distrito, a qual votou os seguintes nomes: António Cândido de Miranda Macedo, advogado; Armando Costa Lima, comerciante; Artur Santos Silva, advogado; Carlos Faria Moreira Ramalhão, médico; Carlos Cal Brandão, advogado; Hélder Ribeiro, oficial do exército reformado; José Domingues dos Santos, advogado; Luís Veiga, advogado; Olívio da Silva França, advogado; e mais um representante, não nomeado, dos estudantes universitários. De todos estes nomes, só dois (Luís Veiga e Artur Santos Silva) vieram a figurar, nesse ano de 1957, na lista apresentada no Governo Civil.

Desta feita, porém, os comunistas pretendiam ir às urnas e a oposição não comunista preferia a abstenção. Era o inverter das posições de 1953. Tinham apresentado listas oposicionistas Lisboa, Porto, Braga (os candidatos do Porto e de Braga intitulam-se «independentes») e Aveiro. Das listas constam nomes de sectores de esquerda próximos do PCP, mas os republicanos continuam a ser predominantes: Arlindo Vicente, Rui Cabeçadas, Câmara Reis e Miguel Ferreira são alguns dos nomes mais destacados e respeitados.

Volta a levantar-se, portanto, a questão do abstencionismo ou do intervencionismo e verifica-se que os intervencionistas de 1953 são os abstencionistas de 1957. A 28 de Setembro, o Directório Democrato-Social decide, numa reunião realizada no Porto, abster-se da ida às urnas. Uma exposição entregue ao Presidente da República, no dia 1 de Outubro, tendo por primeiro signatário o dr. Jaime Cortesão e assinada por praticamente todos os candidatos (exceptuando os nacionalistas de Aveiro) e que depois teve muitas adesões, aduz as razões: «perante a recusa tácita

ou declarada do Governo em promover a realização de eleições livres, autenticamente livres, resolvem não concorrer às urnas. Entendem eles [os abaixo-assinados] depois de leccionados pela experiência de 1953, ser de facto a abstenção solução não só lógica como digna.» A situação seria depois, a 30 de Outubro, explicada aos jornalistas, tendo-lhes sido recordado que a Comissão Central Promotora do Voto pedira desde o começo do ano garantias eleitorais ao governo e no mesmo sentido insistira o DDS, sem qualquer resultado positivo, tal como se haviam malogrado «sucessivas tentativas de organização legal oposicionista: Liga Cívica, Causa Republicana, Frente Liberal e Democrata». Consequentemente, Lisboa – cuja lista não fora aceite pelo governador civil, decisão confirmada pelo Supremo Tribunal Administrativo –, Porto e Aveiro desistiam, Faro não apresentara a sua lista e apenas Braga se propunha ir até ao fim. De salientar também que, pela primeira vez, aparece uma candidata nas listas oposicionistas: a escritora Lília da Fonseca, por Lisboa²³.

AS CANDIDATURAS DE 1961

DATA: 12 DE NOVEMBRO

CANDIDATOS: 86

CÍRCULOS: 10

No ano seguinte, 1958, as eleições presidenciais são fortemente marcadas pela campanha de Humberto Delgado, em que se juntam republicanos, católicos, monárquicos e comunistas. É uma campanha que une as várias correntes oposicionistas, extremamente mobilizadora e que, entre os jovens, desperta muitas consciências para a situação política do país. De salientar, pelas repercussões que teve,

²³ As leis do Estado Novo permitiam que as mulheres se apresentassem a sufrágio. Em 1931, foi atribuído o direito de voto às mulheres, embora condicionado por diversas exigências como, por exemplo, curso secundário ou superior. O Decreto-Lei n.º 35 426, de 31 de Dezembro de 1945, passou a considerar eleitores dos presidentes da República e da Assembleia Nacional «...os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, com as seguintes habilitações mínimas: curso geral dos liceus, curso do magistério primário, curso das escolas de belas artes, cursos do Conservatório Nacional ou do Conservatório de Música do Porto, cursos dos institutos industriais e comerciais.» Além disso, se fossem maiores ou emancipadas e chefes de família teriam que – como os homens que não soubessem ler ou escrever – pagar ao Estado e corpos administrativos quantia não inferior a 100\$00 (cem escudos) por algum ou alguns dos seguintes impostos: contribuição predial, contribuição industrial, imposto profissional e imposto sobre a aplicação de capitais. Em 1946, foi acrescentado ao decreto-lei de 1945 mais um artigo: «os cidadãos portugueses do sexo feminino que, sendo casadas, saibam ler e escrever português e paguem de contribuição predial, por bens próprios ou comuns, quantia não inferior a 200\$00 (duzentos escudos)». Só já com Marcello Caetano, em 26 de Dezembro de 1968 (Lei n.º 2137), se estabelece que são eleitores da Assembleia da República (recorde-se que o Presidente da República já não era eleito por sufrágio directo) todos os cidadãos portugueses maiores (de 21 anos) ou emancipados, que saibam ler e escrever português e os que embora não saibam ler nem escrever português tenham já sido alguma vez recenseados ao abrigo da Lei n.º 2015.

a carta que o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, envia a Salazar, em Julho, depois das eleições, criticando o regime em matéria social. O texto – segundo João Miguel Almeida²⁴ – «pretendia ser um *pro memoria* para uma entrevista com o Presidente do Conselho».

Para as eleições legislativas seguintes faltam três anos, três anos durante os quais começam a chegar sinais preocupantes para a situação, como então se dizia, particularmente uma clivagem com os católicos: em Janeiro de 1959, Humberto Delgado, dias depois de ser exonerado, pede asilo político na embaixada do Brasil; em Fevereiro, o capitão Henrique Galvão pede asilo político na embaixada da Argentina e, no mesmo mês, um manifesto assinado por católicos refere-se às relações entre o Estado e a Igreja em termos que recordavam as posições do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, que por elas iria para o exílio; e, em Março, a «conspiração da Sé», que envolve numerosos católicos, incluindo destacados líderes da Juventude Operária Católica, leva à prisão de três dezenas de pessoas, apesar de o regime decidir actuar com menos dureza do que o habitual, talvez para não agravar o conflito com vastos sectores da Igreja. Quanto a 1960, logo em Janeiro, evadem-se de Peniche Álvaro Cunhal e outros membros do PCP e, no mês seguinte, o principal activista civil da «conspiração da Sé», Manuel Serra, foge do hospital onde se encontrava sob prisão, pede asilo na Embaixada de Cuba, depois na do Brasil e põe assim em causa a imagem de tranquilidade que o governo pretende dar. Também em Fevereiro de 1960, é entregue na Nunciatura, em Lisboa, um documento assinado por cerca de 300 sacerdotes, protestando contra a ausência de D. António da sua Diocese.

O ano das eleições, 1961, ficou particularmente marcado por acontecimentos tão importantes como o assalto ao transatlântico «Santa Maria», o assalto, a 4 de Fevereiro, à cadeia de S. Paulo e ao quartel da PSP, em Luanda, que, de certo modo, marca o início da guerra em Angola, que estalaria com violência no norte, a 15 de Março; a conspiração encabeçada pelo general Júlio Botelho Moniz para afastar do poder Salazar; a prisão, em Setembro, acusado de «actos subversivos», do advogado Arlindo Vicente (que fora candidato a deputado em 1957 e a Presidente da República em 1958).

Nestas legislativas, verifica-se, em relação aos anos anteriores, um aumento das listas oposicionistas: no território do continente: Lisboa (2 listas), Porto, Coimbra, Braga (2 listas), Aveiro, Leiria, Castelo Branco e Santarém – esta última não foi aceite pelo Governo Civil – indicam os seus candidatos. Viana do Castelo não apresentou lista porque os candidatos verificaram que os seus nomes não constavam das listas de recenseamento. Pela primeira vez, apresentam-se dois candidatos invocando a sua condição de católicos: Francisco Lino Neto, filho do antigo presidente do Centro Católico Português, e António Alçada Baptista. Em Lisboa, uma

²⁴ *A Oposição Católica ao Estado Novo*, Edições Nelson de Matos, Lisboa, 2008, p. 59.

das listas, a dos monárquicos, não foi aceite por não ter sido apresentada no prazo legal, ou seja, até às 17 horas do último dia. Em Braga, uma das listas, a C²⁵, não foi aceite porque o governador civil entendeu que cinco dos candidatos só aceitavam a Constituição para efeitos eleitorais e dois eram funcionários públicos e não tinham autorização para concorrer. A lista de Santarém também não foi aprovada pelo governador civil. Como novidade, neste ano, a apresentação de uma lista pelo Funchal²⁶ e de outra por Moçambique²⁷. Esta última foi inicialmente aceite pela Direcção dos Serviços de Administração Civil. No entanto, contra essa decisão foi apresentado recurso no Tribunal Administrativo de Moçambique, por eleitores legalmente inscritos nos cadernos eleitorais, e o Tribunal concluiu pela sua inelegibilidade. Motivo: os candidatos admitiam a hipotética solução de uma federação ou confederação das províncias ultramarinas com a Metrópole, o que configurava, na opinião do Tribunal, uma secessão.

A campanha decorreu sob o signo do Programa para a Democratização da República, que fora aprovado em Janeiro e que, antes de ser anunciado em conferência de imprensa – com a presença de jornalistas estrangeiros – e publicado nos jornais, já circulava em cópias tiradas a *stencil*. A repercussão foi enorme e quase todos os signatários foram chamados à PIDE, sendo muitos deles detidos – alguns, como Mário Soares, por longos meses – e depois processados e caucionados durante cerca de quatro anos, até que acabaram por ser amnistiados. Na primeira sessão de propaganda dos oposicionistas do Porto, o candidato António Macedo, referindo-se ao Programa para a Democratização da República, chamou a atenção para o facto de que «a oposição não pode ser acusada, nesta campanha, de não ter um programa político ou de acção governativa²⁸».

A poucos dias das eleições, era entregue ao Chefe do Estado um pedido de substituição do Governo (eufemismo para a substituição de Salazar) por outro que presidisse, «em situação de perfeita neutralidade», às eleições. Dois dias antes das eleições, a oposição desistiu, no mesmo dia em que, numa operação planeada por Henrique Galvão e comandada por Hermínio da Palma Inácio, um antigo sargento aviador, era desviado um avião da TAP, da carreira de Marrocos, com o objectivo, conseguido, de lançar panfletos em Lisboa, Barreiro, Beja e Faro. O aparelho foi depois aterrar a Tânger.

²⁵ Era constituída por Victor de Sá, Mem Verdial, Manuel Pinheiro, Elíseo de Azevedo, Francisco Rodrigues e António Pinheiro Braga.

²⁶ Em 7 de Novembro, os candidatos pelo Funchal renunciaram às suas candidaturas, afirmando que o faziam «forçados por invencíveis condicionamentos, fundamentalmente na impossibilidade de obter papel igual ao dos boletins de voto da União Nacional».

²⁷ Da qual faziam parte nomes como António Almeida Santos – que seria figura destacada no Portugal *post-25* de Abril –, Carlos Adrião Rodrigues e William Gérard Pott, advogados que se haviam distinguido na defesa de réus alvo de processos políticos. Escassas notas biográficas dos candidatos aparecem no *Notícias* de Lourenço Marques com a seguinte indicação: «são publicadas tal qual eles nos pediram para fazer».

²⁸ *República*, 5 de Novembro.

AS CANDIDATURAS DE 1965

DATA: 7 DE NOVEMBRO

CANDIDATOS: 42

CÍRCULOS: 5

O último ano de eleições legislativas com Salazar no poder foi 1965. No intervalo entre as anteriores legislativas e as que se aproximavam, o regime tivera que enfrentar algumas situações complexas, como, ainda em 1961, em Dezembro, a queda do Estado Português da Índia, com o governo a atirar as culpas para os militares mas sem os levar a Conselho de Guerra, provavelmente para não se apurarem as suas próprias responsabilidades²⁹ e, na madrugada de 31 de Dezembro de 1961 para 1 de Janeiro de 1962, o «golpe de Beja» que se malogra com a detenção de muitos dos implicados, entre eles o coronel Varela Gomes, gravemente ferido, e que depois seria julgado e condenado a pesada pena de prisão. O ano de 1962 é de grande agitação estudantil, com o governo ora a autorizar, ora a proibir o Dia do Estudante, com intervenções musculadas da polícia e prisões de estudantes. O Reitor da Universidade de Lisboa, Marcello Caetano, demite-se e ganha popularidade. No ano seguinte, em Janeiro, nasce a revista *O Tempo e o Modo* e começa a luta armada na Guiné, com um ataque do PAIGC ao quartel de Tite. Em 1964, é em Moçambique, no mês de Setembro, que se abre a terceira frente de guerra. O próprio ano das eleições foi também complicado: em Fevereiro, Humberto Delgado desaparece em Espanha e o seu corpo aparece, em Abril, perto da fronteira portuguesa; ainda em Fevereiro, o Conselho Geral da Ordem dos Advogados apresenta ao ministro da Justiça uma representação sobre «ilegalidades constitucionais» da PIDE; em Maio, um Movimento Cristão de Acção Democrática dirige ao País um manifesto – de que foi autor o então jovem advogado Joaquim Pires de Lima – intitulado «Cristianismo e Política Social» e, em Julho, Américo Thomaz é reeleito já não por sufrágio directo mas por um Colégio Eleitoral; em 15 de Outubro, a oposição democrática divulga um Manifesto em que se apela à reintegração de Portugal «numa ordem democrática»; em 25 de Outubro, é divulgado um documento contra a guerra em África, assinado por 101 católicos e que ficou conhecido por «Manifesto dos 101»; o Movimento Monárquico Independente definiu posições em 4 de Novembro e a Liga Monárquica fez também publicar nos jornais um comunicado explicando a sua atitude perante as eleições.

As legislativas aproximam-se – serão marcadas para 7 de Novembro – e, a 14 de Outubro, a oposição democrática dá uma conferência de imprensa e divulga a seguir um manifesto, cuja publicação não foi autorizada pela censura, em que se protesta contra a falta de condições para concorrer ao sufrágio e se explica que os

²⁹ Mário Matos e Lemos, *Goa, o Princípio do Fim do Império – Alguns Documentos*, Estudos do Século XX, Coimbra, 2002.

candidatos terão, para a sua campanha, como ponto de partida e referência principal, o Programa para a Democratização da República, embora considerem que se encontra desactualizado em muitos pontos, «fundamentalmente no que à política ultramarina se refere». Todavia, os oposicionistas apresentam-se apenas em cinco círculos: Lisboa, Porto, Viseu, Braga e Leiria. O círculo de Aveiro organizou uma lista, cuja composição não foi divulgada, mas não a entregou. Em 13 de Outubro, o Directório Democrato-Social «declara que patrocina as listas oposicionistas republicanas que se apresentam à eleição para deputados». Os candidatos por Lisboa, Porto, Leiria e Viseu desistem a 19 de Outubro e dirigem outra representação ao Presidente da República, pedindo que intervenha junto do governo para garantir «a suspensão imediata da censura» e «a fiscalização, por delegados dos candidatos, de todas as assembleias de voto», a fim de que «as próximas eleições não sejam, como as anteriores, uma completa farsa». Braga mantém-se ainda alguns dias mas pede o adiamento das eleições e como, naturalmente, o pedido fosse rejeitado, desiste também.

A avaliar pelas informações que a PIDE de Angola enviou para Lisboa, também ali se pensou em concorrer às legislativas. São duas as informações da polícia política sobre hipotéticos candidatos às eleições desse ano: a primeira, com data de 18 de Março, indicava que, numa reunião de oposicionistas, haviam sido indicados sete nomes: Emídio Simões Abreu, António Freitas Lemos, Sacadura Albuquerque, Óscar Vieira da Costa, Venâncio Guimarães Sobrinho, Adelino Crispim Monteiro Barreto e Augusto Pita Dias. A segunda, datada de 10 de Maio, incluía outros nomes: Manuel Vinhas, António Garcia de Castilho, Baptista Borges, Óscar Vieira de Castro, Maia Loureiro e Venâncio Guimarães Sobrinho, este último o único que figurava na lista anterior. Nada se deverá ter concretizado.

AS CANDIDATURAS DE 1969

DATA: 26 DE OUTUBRO

CANDIDATOS: 182

CÍRCULOS: 22

De novo transcorreram quatro anos sem qualquer eleição e respectiva campanha mas sobreveio um acontecimento muito mais importante: a morte política de Salazar e sua substituição por Marcello Caetano, em Setembro de 1968. Mário Soares, que meses antes fora deportado para S. Tomé, é autorizado a regressar, tal como o Bispo do Porto, que volta do seu exílio de quase dez anos. Gerava-se uma certa esperança na modificação do regime. No entanto, durante o ano que faltava para o novo período eleitoral, verificaram-se vários incidentes, como a Velada pela Paz, na igreja de São Domingos, em Lisboa, as manifestações no funeral de António Sérgio, as comemorações do 31 de Janeiro no Porto e a revolta estudantil que de

Coimbra se espalhou para Lisboa e para o Porto. Foi também em 1969 que se realizou o II Congresso Republicano de Aveiro, uma preparação para as eleições de 26 de Outubro, às quais os candidatos oposicionistas se apresentaram não já sob o rótulo geral de «Oposição», mas sim manifestando posições divergentes entre si. Fez-se ainda uma tentativa para criar uma frente única: em 13 de Abril de 1969, realizou-se, em Alcobaça, um encontro de oposicionistas favoráveis à participação na luta eleitoral, encontro que se repetiria em S. Pedro de Moel, a 15 de Junho seguinte, alargado aos partidários da presença nas eleições que representavam vários distritos. Destas reuniões viria a sair a Plataforma de Acção Comum do Movimento Democrático Eleitoral, que ficaria conhecida como Plataforma de S. Pedro de Moel. Aí se definia o que se pretendia que fosse o programa comum da «Oposição Democrática». O rompimento dessa afinal bem frágil unidade verificar-se-ia pouco mais de um mês depois, a 28 de Julho de 1969, data da carta enviada por Mário Soares, na sua qualidade de dirigente da Comissão de Unidade Democrática Eleitoral, depois Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CUDE/CEUD) a Armando Bacelar, dirigente da Comissão Democrática Eleitoral (CDE). No início de Setembro, a situação está definida. São vários os movimentos de oposição que disputam as eleições: CDE, CEUD (que apresenta listas em Lisboa, Porto, Braga e Moçambique), Comissão Eleitoral Monárquica (CEM) e ainda uma esporádica Comissão Eleitoral Nacionalista Independente (CENI), que surge em Braga impulsionada por conflitos locais³⁰ mas que logo entrega os seus votos a Marcello Caetano. Num jornal venezuelano, *El Nacional*, surge um anúncio, aparentemente mandado inserir por oposicionistas de Aveiro, com o objectivo de recolher fundos para a campanha. Sob o título «A Los Portugueses», o texto, meio português, meio castelhano, era o seguinte: «La oposición democrática del distrito de Aveiro, Portugal, necesita de fondos para la campaña electoral a iniciarse muy pronto. Pide fondos sejam enviados Strecht, Vila da Feira, e dr. Augusto Chaves, advogado em Ovar.» Verdadeiro ou uma provocação?³¹

No ano de 1969, são já 130 os lugares em disputa e é também nesse ano que surge maior número de candidatos oposicionistas. Há seis candidaturas pela CEUD por Moçambique mas a lista é integralmente rejeitada sob o pretexto de que os candidatos não fizeram prova de nacionalidade. A caricata situação foi provocada porque um dos candidatos, Luís Mayor Gonzalez, tinha apelidos que não eram portugueses. No protesto, vão, observava-se que aos candidatos da União Nacional também não fora pedido o certificado de nacionalidade, como nunca o fora

³⁰ Os membros da CENI enviaram ao Ministério do Interior, com data de 15 de Setembro, um telegrama explicando a sua motivação: «Grupo Nacionalistas Distrital Braga que tem servido em diversos postos manifestam Vexa sua profunda apreensão e discordância relativamente aos rumos que estão a ser imprimidos política distrital. Enviarão brevemente exposição sobre assunto.» O documento é assinado por alguns dos que depois se apresentarão como candidatos, mas também por outros: José Moreira, José Pinto Oliveira, Luís Folhadela de Oliveira, Artur Antunes Aguiar e Francisco Pessoa Monteiro.

³¹ IANTT – Arquivo Salazar. O anúncio foi remetido para Lisboa pela embaixada de Portugal naquele país, com a observação de que só *El Nacional* o publicara.

anteriormente. De resto, as candidaturas foram geralmente admitidas pelas autoridades, com algumas excepções pontuais: casos de Humberto Soeiro e Victor de Sá, em Braga, do estudante Alberto Costa, que se apresentava por Leiria, do engenheiro-agrónomo Blasco Hugo Fernandes, por Santarém, e do ferroviário Firmino Martins, por Lisboa. Neste ano, a oposição apresentou-se em todos os distritos da então Metrópole, com excepção de Bragança, que desistiu à última hora, e de Portalegre, que não entregou a sua lista a tempo, devido às dificuldades para recolher as 50 assinaturas exigidas por lei. As dificuldades burocráticas e o medo de muitas pessoas se comprometerem contra o regime estiveram na origem do problema³². De notar, ainda, que é em 1969 que surge nas listas oposicionistas maior número de mulheres: 9, num total de 31 em todas as campanhas eleitorais. Deu-se ainda um caso inédito: uma mulher, Maria de Jesus Barroso, é, entre todos os seus companheiros na lista de Santarém, quem maior número de votos recebe³³.

AS CANDIDATURAS DE 1973

DATA: 28 DE OUTUBRO

CANDIDATOS: 112

CÍRCULOS: 11

Entre 1969 e 1973, a situação política do país agrava-se consideravelmente: face ao modo como haviam corrido as eleições de 1969, deixou de se acreditar na evolução do regime para formas constitucionais democráticas. Em 1970, Mário Soares volta a exilar-se em Paris; a Acção Revolucionária Armada (ARA) procura sabotar dois navios utilizados no transporte de tropas, o «Cunene» e o «Vera Cruz», ficando o primeiro seriamente danificado, e poucos dias depois faz explodir outros engenhos na Escola Técnica da DGS; o Grupo Socialista Revolucionário edita a revista *Polémica*; prepara-se a constituição da SEDES e da Intersindical e realiza-se a Convenção Nacional da Acção Socialista Portuguesa; na Assembleia Nacional, deputados da ala liberal apresentam um projecto de Lei de Imprensa que propunha o fim da Censura (agora denominada Exame Prévio) e outro de alteração da Constituição; os sindicatos nacionais dos Bancários de Lisboa e do Porto são encerrados, na sequência de um período de grande agitação, que incluiu manifestações e confrontos com a polícia. Em 1971, a ARA provoca avultados prejuízos na Base Aérea n.º 3, em Tancos, e, mais tarde, faz explodir uma bomba no edifício dos CTT, em Lisboa, durante uma reunião da NATO, interrompendo todas as comunicações, e faz explodir uma bomba no comando da NATO, em Oeiras; membros da Liga de União e Acção Revolucionária (LUAR) atacam e ocupam consulados

³² Declaração do arquitecto Nuno Teotónio Pereira, um dos candidatos de Portalegre.

³³ As leis eleitorais do Estado Novo sempre permitiram que os eleitores riscassem o nome dos candidatos que entendessem. Era, aliás, uma forma de perceber a popularidade dos candidatos nos diferentes círculos.

portugueses no Luxemburgo e na Holanda; as Brigadas Revolucionárias reivindicam o atentado contra o comando da base da NATO na Fonte da Telha, perto de Lisboa; em Moçambique, o navio «Angoche» é encontrado à deriva, com um carregamento de armas e sem tripulação; a congregação espanhola dos Padres Brancos é intimada a abandonar Moçambique, acusada de actividades contra a defesa do Estado. Em 1972, outra vez a ARA destrói, num atentado bombista, muito material de guerra que se encontrava no cais de Alcântara, pronto para ser embarcado para África; é criada a União dos Estudantes Comunistas (UEC); em Paris, Mário Soares publica o livro *Le Portugal Bailloné (Portugal Amordaçado)*, que é proibido de circular em Portugal; numa pedreira do Algarve, as Brigadas Revolucionárias apoderam-se de grande quantidade de explosivos e sabotam as instalações da Marconi em Palmela e em Sesimbra; a ARA sabota grande número de postes de alta tensão em todo o país; nas instalações do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, estudantes e polícia confrontam-se e um estudante de Direito, Ribeiro dos Santos, é morto, e outro, José Lamego, é ferido; devido à agitação estudantil, o Instituto Superior Técnico é encerrado; descobre-se a chacina de Wiriamu, em Moçambique. O ano velho termina e o novo ano começa com o incidente da capela do Rato, que levaria à aposentação compulsiva dos funcionários públicos que nela haviam participado.

No ano de 1973, a agitação não é menor: os deputados da ala liberal Sá Carneiro e Miller Guerra renunciam ao mandato; registam-se manifestações em Lisboa, contra a guerra colonial, na sequência do assassinio de Amílcar Cabral, em Conakry; as Brigadas Revolucionárias levam a efeito vários atentados à bomba e conseguem roubar mapas militares no Serviço Cartográfico do Exército; constitui-se o Partido Socialista, em reunião realizada na Alemanha; na Guiné, aviões militares portugueses são derrubados por mísseis SAM-7, com que o PAIGC fora armado; realiza-se em Aveiro, no mês de Abril, o III Congresso da Oposição Democrática, assim chamado para permitir a participação dos monárquicos; dezenas de pessoas são presas pela DGS (a nova designação da PIDE) no fim de Abril, com o fim de evitar as manifestações do 1.º de Maio; realizam-se as primeiras reuniões de oficiais que começam por reivindicações corporativas mas acabam por constituir o embrião do Movimento das Forças Armadas (MFA) que, no ano seguinte, derrubaria o regime; em Setembro, a Guiné-Bissau proclama unilateralmente a independência. No fim de Outubro, realizam-se as eleições legislativas. Embora quase se possa dizer que se realizaram para cumprir calendário, a verdade é que a campanha foi muito viva e teve largo número de concorrentes: mais de uma centena por nove círculos, com socialistas e comunistas largamente representados. Todavia, só a Acção Nacional Popular, que substituíra a União Nacional, se apresentou a disputar os agora 150 lugares na Assembleia. Os opositoristas desistiram nas vésperas. Dera-se, no entanto, um fenómeno curioso: surgem em várias listas muitos suplentes, mais do que era costume: um total de 32 em 112 deputados, sem contar com os que efectivamente entraram nas listas a substituir outros candidatos. Em 1969, com 182 deputados concorrentes, haviam sido apenas 17 os suplentes.

Considerando que caíra num embuste em 1969, a oposição ao regime tomara novas formas de luta, frequentemente, como se recordou, mais violentas. Faltavam menos de seis meses para que o 25 de Abril viesse abrir o caminho para a democratização da vida política portuguesa.

Mário Matos e Lemos

ALGUNS CRITÉRIOS ADOPTADOS PARA ESCOLHA E CITAÇÃO DOS CANDIDATOS

A elaboração de uma lista de candidatos a deputados pela oposição à Assembleia Nacional levantou alguns problemas específicos. Logo em primeiro lugar, foi preciso definir o que deveria entender-se por «oposição». Depois, foi necessário estabelecer o critério de escolha dos nomes a considerar como «candidatos».

O primeiro ponto foi o mais fácil de resolver, pois é sabido que a oposição expressa ao Estado Novo não se esgotou na geralmente denominada «oposição democrática». Com efeito, não só no seu interior houve facções, como houve também listas de monárquicos, listas de «nacionalistas» e outras com candidatos que, depois de se apresentarem como oposicionistas, até acabaram por se integrar nas listas da União Nacional (UN).

Quanto ao segundo ponto, decidimos considerar todos os que, em representação de um determinado círculo, fossem incluídos, ou manifestassem a intenção de aceitar serem incluídos numa lista destinada a disputar aos candidatos da UN, ou da sua sucessora Acção Nacional Popular (ANP), as eleições para a Assembleia Nacional, incluindo os suplentes e os que tivessem sido rejeitados pelas autoridades administrativas. Por outro lado, não considerámos os nomes votados pelas comissões eleitorais, pois não é possível ter a certeza de que quisessem apresentar-se ao escrutínio. Há casos, alguns apontados na Introdução, a título de exemplo, de listas sugeridas, aprovadas, mas das quais apenas foram incluídos na lista final um ou dois nomes.

Dúvidas podem, no entanto, suscitar-se em algumas situações:

1) No caso de listas anunciadas pelos movimentos oposicionistas, divulgadas nos jornais, mas que não chegaram a ser apresentadas.

São vários os exemplos e optámos por incluir todos os nomes constantes dessas listas, pois os factos que levavam à desistência da sua apresentação ou à sua aceitação pelas autoridades nada tinham a ver com a vontade, claramente manifestada, de se apresentarem em oposição às listas do partido único.

2) Noutras ocasiões, encontram-se nomes anunciados mas que seriam substituídos.

Quer no caso de a substituição ser provocada pelo facto de o nome de determinado candidato ser recusado pelas autoridades, quer porque o candidato escolhido desistisse por sua própria iniciativa, entendemos que tanto o substituído como o seu substituto deviam ser considerados.

3) Outra situação tem a ver com a proposta de um nome depois substituído por motivos não imputáveis às autoridades.

Encontram-se vários casos: por exemplo, em 1953, a candidatura do advogado António Macedo, no Porto, chegou a ser anunciada, mas logo no dia seguinte o seu nome foi substituído pelo de Mem Verdial, porque Macedo – ele próprio o diz – comunicou que não se sentia com condições de saúde para participar na campanha eleitoral. Embora não possa haver dúvidas quanto à posição política de António Macedo, a verdade é que, nesse ano, não quis concorrer. Pareceu-nos, pois, que tinha havido uma precipitação dos organizadores da lista e, por isso, não incluímos nessa candidatura o seu nome. Outro exemplo: em 1969, um candidato por Vila Real, João Meneses Campos, anuiu à apresentação do seu nome mas poucos dias depois pediu para ser substituído porque o médico o proibira de fazer esforços. É uma situação semelhante à anterior, mas considerámos que, neste caso, não houvera precipitação na escolha. Meneses Campos manifestara claramente vontade de concorrer, decisão só *a posteriori* alterada, por motivo de força maior, pelo que mantivemos o nome.

4) Todavia, o principal problema reside nos suplentes.

Algumas comissões eleitorais forneceram à imprensa nomes de suplentes, outras não o fizeram, outras ainda foram buscar, para substituir o candidato rejeitado, alguém que não figurava entre os suplentes. Estes, muitas vezes, são indicados menos por motivos práticos do que políticos e as suas biografias não são, geralmente, enviadas sequer aos jornais. Resolvemos, no entanto, incluir todos os nomes que apurámos, pois entendemos que, se haviam dado os seus nomes, era porque estavam dispostos a apresentar-se à votação se as comissões eleitorais o entendessem, como, aliás, algumas vezes sucedeu. Há ainda o caso de suplentes cujos nomes foram mantidos em segredo, para não os expor, mas que seriam revelados no caso de alguém da sua lista ser excluído. Os que encontrámos também foram incluídos.

Quanto à organização para consulta dos nomes dos candidatos, adoptámos os seguintes critérios:

a) Ordenar as biografias alfabeticamente pelo último apelido. No caso de nomes compostos, remete-se para o nome composto. Por exemplo, **Lopes**, João Luís Madeira, tem a nota biográfica na entrada **Madeira Lopes**, João Luís.

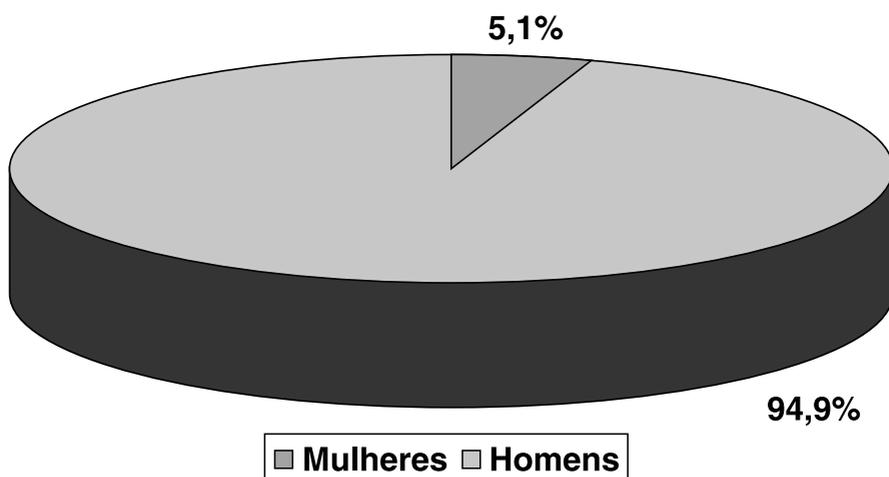
b) Quando o candidato usa, «profissionalmente» ou por qualquer outra circunstância, um nome diferente do que consta no registo civil ou de baptismo, o último apelido deste remete para o «nome profissional». Por exemplo, **Araújo**, Álvaro Baptista Pereira Salema de, tem a nota biográfica em **Salema**, Álvaro, nome que usava profissionalmente.

c) Os poucos aristocratas são referidos pelo último apelido e não pelo título. Por exemplo: o Marquês de Fronteira encontra-se em **Mascarenhas**, D. Fernando José Fernandes Costa.

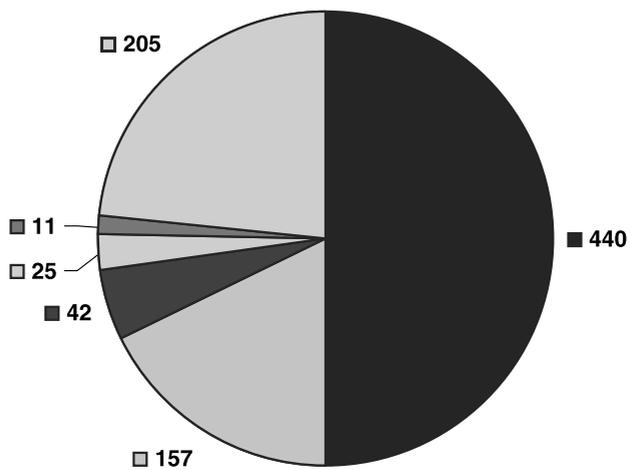
d) Sempre que um candidato é autor de livros, são indicados alguns títulos, simplesmente como referência e não com carácter exaustivo. Também se indicam alguns exemplos de títulos que se referem ao candidato.

e) Não se referem condecorações, salvo no caso de elas terem sido recebidas por feitos em campanha ou se forem particularmente significativas na biografia do candidato.

Uma última observação: as biografias dos candidatos são de diferente dimensão, quer porque não se encontraram elementos, quer porque a vida política do candidato nem sempre foi muito preenchida. A grande maioria dos 440 candidatos encontrados não fez carreira política; outros, são elementos de segunda linha, que prosseguiram a sua actividade política em lugares menos visíveis. Dos candidatos com que falámos – e foram muitos, foram todos os que conseguimos contactar – alguns pormenorizaram a sua actividade na oposição ao Estado Novo até limites que seriam excessivos num dicionário de outro tipo. Aqui, no entanto, sem pretender fazer uma História da oposição ao Estado Novo pretendemos, isso sim, indicar o maior número possível de factos que possam auxiliar quem desejar fazê-la.



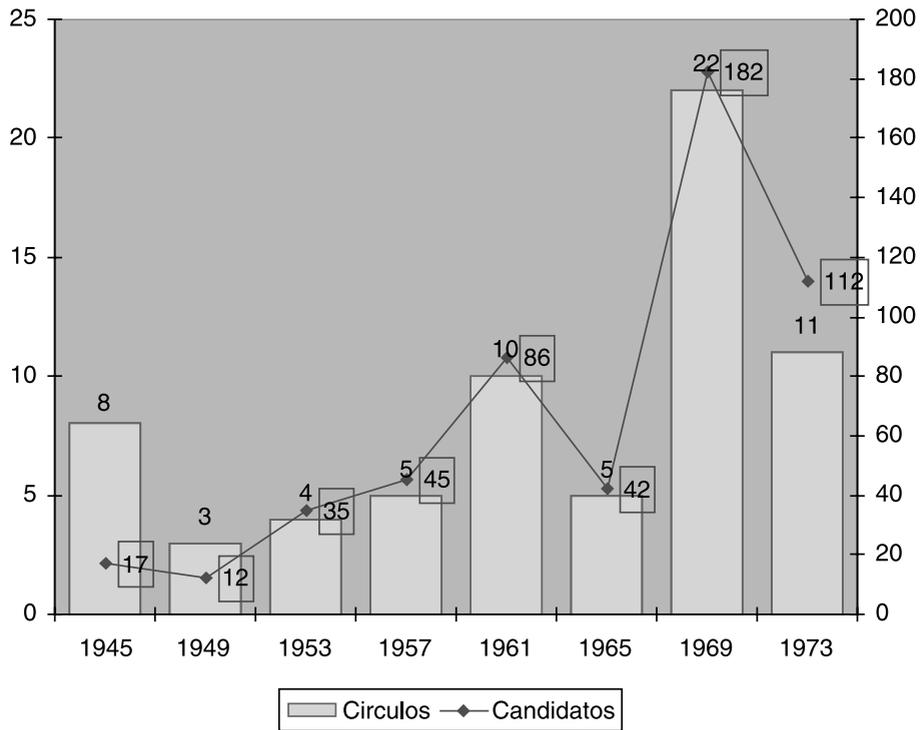
O número de candidatas pela oposição às eleições legislativas foi consideravelmente baixo: apenas 39, sendo quatro suplentes.



■ Número total de deputados □ Número de advogados ■ Número de médicos
□ Número de engenheiros ■ Número de arquitectos □ Outras profissões

ALGUNS CRITÉRIOS ADOPTADOS PARA ESCOLHA E CITAÇÃO DOS CANDIDATOS

Este gráfico mostra o número de círculos e de candidatos em cada ano.



CANDIDATOS DA OPOSIÇÃO À ASSEMBLEIA NACIONAL DO ESTADO NOVO (1945-1973) – UM DICIONÁRIO

Círculos	Anos						
	1945	1949	1953	1957	1961	1965	1969
Aveiro							X
Beja							X
Braga						X	X
Bragança							X
Castelo Branco						X	X
Coimbra						X	X
Évora							X
Faro					X		X
Guarda							X
Leiria						X	X
Lisboa			X	X	X	X	X
Portalegre							X
Porto			X	X	X	X	X
Santarém					X		X
Setúbal							X
Viana do Castelo							X
Vila Real						X	X
Viseu						X	X
Funchal					X		X
Ponta Delgada							X
Angra do Heroísmo							X
Horta							X
Cabo Verde							X
Guiné							X
S. Tomé e Príncipe							X
Angola							X
Moçambique						X	X

Círculos eleitorais e anos em que se apresentaram listas oposicionistas.
Em 1969, o círculo de Portalegre foi o único, no continente e nas ilhas, que não entregou lista.

CANDIDATOS POR CÍRCULOS ELEITORAIS

Angola

1945 – *Francisco Pinto da Cunha Leal; António Gonçalves Videira; António Augusto Durães*

Angra do Heroísmo

1945 – *José Sebastião de Castro da Cunha Silveira*

Aveiro

1953 – *Manuel Luís da Costa Figueiredo; Alberto Ferreira Vidal; Manuel Martins das Neves; Basílio Lopes Pereira; Alcides Strecht Monteiro; Virgílio Pereira da Silva*

1953 – **Lista nacionalista** – *Abel Matias Condesso; Álvaro Pinto Fernandes Jorge; José Maria Rodrigues de Almeida; Manuel Pinto; Pedro Grangeon Ribeiro Lopes; José de Bastos Xavier*

1957 – *Manuel Martins das Neves; Manuel Joaquim da Costa Pereira; Júlio Correia da Rocha Calisto; Virgílio Pereira da Silva; Manuel Augusto dos Santos Pato; Alfredo Ângelo Vidal Coelho de Magalhães; José Rodrigues Pereira Rosmaninho; Renato Pereira de Figueiredo; Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas; Manuel da Silva Pereira; Carlos Francisco Pereira; João Elísio Ferreira Sucena*

1961 – *Adolfo Rodrigues de Almeida Ribeiro; António Duarte Teixeira da Silva; João Evangelista Vieira Sarabando; José de Oliveira e Silva; Manuel Martins das Neves; Manuel da Costa e Melo; Virgílio Pereira da Silva*

1969 – **CDE** – *Alcides Strecht Monteiro; Almôr Viegas Pires; Álvaro José Pedrosa Curado de Seíça Neves; Carlos Manuel Natividade da Costa Candal; José Rodrigues Pereira Rosmainho; Francisco Marques Lima*

1973 – *Amaral Simões dos Reis Pedreiras; Álvaro José Pedrosa Curado de Seíça Neves; António Manuel Neto Brandão; José de Oliveira e Silva; Rufino Jorge Rodrigues da Cunha; Manuel Augusto Dias de Andrade; Mário Bastos Rodrigues*

Beja

1969 – **CDE** – *Aníbal Coelho da Costa; António Barreto Areosa Feio; Celso Galvão Pinto de Almeida; Urbano Augusto Tavares Rodrigues; Manuel Vicente Ramalho Gantes; Miguel de Jesus Albardeiro Serrano*

Braga

1957 – *José Justino de Amorim; Luís Gonzaga Portocarrero de Castro Caseiro; Guilherme Francisco Aguiar Branco; Joaquim José Resende Pereira Borges; Eduardo Pereira Santos; Francisco Alberto Pinto Rodrigues; Miguel Augusto Alves Ferreira*

1961 – **Lista B** – *Adelino Augusto Miranda de Andrade; Alfredo Vieira Gomes; António de Oliveira; António de Oliveira Braga; Guilherme Francisco Aguiar Branco; Joaquim José Resende Pereira Borges*

1961 – **Lista C** – *Joaquim Victor Baptista Gomes de Sá; Mem Tinoco Verdial; Manuel Luís Guedes Pinheiro; Elisio Guilherme de Azevedo; Francisco Alberto Pinto Rodrigues; António Pinheiro Braga*

1965 – *António Pereira Marinho Dias; António Emílio Brochado de Oliveira Teixeira; Eduardo Ribeiro Martins; Guilherme Francisco Aguiar Branco; António Pinheiro Braga; José Alberto Rodrigues; Humberto Trindade Soeiro; Joaquim Sousa e Castro*

1969 – **CEUD** – *António de Oliveira Braga; Adelino Augusto Miranda de Andrade; Francisco Xavier Sampaio Tinoco de Faria; Manuel Martins Costa; Joaquim José Resende Pereira Borges; Artur Carlos Domingues da Cunha Coelho*

1969 – **CENI** – *José Garrido Meireles; João Mendes Ribeiro; Gilberto do Vale Machado; António Alberto de Meirelles Campos; Irene Branco de Almeida Marado; Mário Augusto Viana de Queiroz*

1969 – **CDE** – *António Pereira Marinho Dias; Joaquim António dos Santos Simões; Lino Carvalho de Lima; Maria Margarida Braga Malvar; Joaquim Victor Baptista Gomes de Sá; José de Araújo Pereira Sampaio; Humberto Trindade Soeiro; Eduardo Ribeiro Martins*

Bragança

1969 – **CDE** – *Luís José Nuno Pessanha Teixeira Neves; Domingos Rodrigues da Ponte; Agostinho José Guedes Rafael; João António Vicente; Manuel António Teixeira*

Cabo Verde

1945 – *Álvaro Paiva Almeida Lerenó*

Castelo Branco

1949 – *Francisco Pinto da Cunha Leal; Fernando Afonso de Melo Giraldes de Sampaio Pereira de Figueiredo (Marquês da Graciosa); Francisco Xavier de Proença de Almeida Garrett; José Ribeiro Cardoso*

1961 – *António Alfredo da Fonseca Tavares Alçada Baptista; Armindo Gonçalves Ramos; João Alexandre de Sá Lima; Vasco Luís Rodrigues da Conceição e Silva*

1969 – **CDE** – *António Alfredo da Fonseca Tavares Alçada Baptista; Domingos Manuel da Cunha Pignateli Sena Belo Ferraz de Carvalho Megre; José de Bastos Rabaça; Manuel João Vieira*

1973 – *António Teles André; Carlos Alberto de Sousa Vale; José António Gabriel Pinho; Manuel João Vieira; Carlos Alberto Ambrósio da Silva Ferreira*

Coimbra

1961 – *Fernando Baeta Cardoso do Vale; Fernando da Costa Ferreira Lopes; Manuel Louzã Henriques; Carlos Eugénio José Baptista de Almeida; Mário Silva; Manuel Montezuma Dinis de Carvalho*

1969 – **CDE** – *Henrique Teixeira Queirós de Barros; Orlando Alves Pereira de Carvalho; António Duarte Arnaut; Rui Emanuel da Cunha Clímaco; António Carlos Ribeiro Campos; Carlos António Magalhães Antunes Baptista; Mário José de Araújo Torres*

1973 – *Jorge Freitas Seabra; Luís Carlos Januário Santos; Maria Regina Dias Carvalheiro; Flávio Beleza Laranjeira; Alfredo Misarela Loureiro; Carlos Victor Baptista da Costa; António Carlos Ribeiro Campos; António Romeu de Azevedo da Cunha Reis*

Évora

1969 – **CDE** – *Armando Antunes da Silva; Manuel Tierno Bagulho; Mário Ventura Henriques; José Manuel Martins Portas, Joaquim Lourenço Ventura Trindade*

1973 – *Ana Maria de Sousa e Faro Alves; António Barreto Areosa Feio; Fernando Iglésias dos Santos; Manuel João Passão; Mário Ventura Henriques; Joaquim Inácio Calhau Piteira Campos; Binadade Manuel Velez*

Faro

1957 – *Zacarias da Fonseca Guerreiro; João da Silva Nobre; Manuel de Aguiar Campos de Lima; João Diogo Marreiros Neto*

1969 – **CDE** – *Manuel de Aguiar Campos de Lima; Luís Filipe Nascimento Madeira; Francisco Dias da Costa; José Paulo Velho Geraldo de Albuquerque Veloso*

Funchal

1961 – *António Manuel Sales Caldeira; João Brito Câmara; Manuel Gregório Pestana Júnior*

1969 – CDE – *António Egídio Fernandes Loja; Fernando Pereira Rebelo; José Manuel dos Reis Barroso*

Guarda

1969 – CDE – *César Augusto da Costa Tavares; João José Gomes; Manuel Jorge da Fonseca Tavares Lopes; Luís Erse Baeta de Campos; Silvina Augusta d'Almeida; António Rabaça Pereira*

Guiné

1945 – *Sebastião José Barbosa*

Horta

1945 – *Leonel de Melo Furtado*

Leiria

1961 – *Américo Freire Lopes; Alberto Ferreira; Eduardo Alfredo Keil Carvalho da Silva; José Constantino Correia da Rosa; José Ferreira Júnior; Vasco da Gama Lopes Fernandes*

1965 – *Vasco da Gama Lopes Fernandes; Afonso Oliveira e Sousa; Joaquim Rocha e Silva; António Maldonado Freitas; José Ferreira Júnior; Carlos dos Santos Pimenta*

1969 – CDE – *Vasco da Gama Lopes Fernandes; José Henriques Vareda; Sérgio José Ferreira Ribeiro; Aguinaldo Espada de Oliveira Santos; Jorge Manuel de Jesus Nogueira Silvestre; Alberto Bernardes Costa; Henrique José de Sousa Neto; João Francisco de Paula Pais de Almeida e Silva*

1973 – *Carlos Norberto Freire Mota; José Henriques Vareda; Maria Odete de Brito Silva Oliveira Santos; Manuel de Sousa Baridó; António José Guarda Ribeiro; Custódio Pereira Maldonado Freitas; Amílcar Pinho*

Lisboa

1945 – *José d'Arruela*

1953 – *José Mendes Cabeçadas Júnior; Francisco Pinto da Cunha Leal; José Moreira Campos; Nuno Aires Rodrigues dos Santos; Vasco da Gama Lopes Fernandes; Carlos Ernesto de Sá Cardoso; Fernando de Sande Salema Mayer Garção; Arnaldo Constantino Fernandes; Armando Adão e Silva; António Rodrigues Direito; Acácio Augusto Cardoso de Gouveia; Luís da Câmara Reis*

1957 – *Arlindo Augusto Pires Vicente; José Alves da Cruz Ferreira; Manuel Sertório de Carvalho Marques da Silva; Rui Manuel Sequeira Cabeçadas; Manuel João da Palma Carlos; Rogério Gomes Lopes Ferreira; Nikias Ribeiro Skapinakis; Domingos Martins Carvalho; Luís Augusto Ferreira Martins; Luís da Câmara Reis; Maria Lígia Valente da Fonseca Severino; Óscar dos Reis Figueiredo*

1961 – *Agostinho de Sá Vieira; João Maria Paulo Varela Gomes; Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto; Luís Ernâni Dias Amado; Nikias Ribeiro Skapinakis; Augusto Casimiro dos Santos; Nuno Aires Rodrigues dos Santos; Olindo Casimiro de Figueiredo; Nuno Bernardino Santos Pinto da Costa; César Reis Ferreira Abel; Carlos Prazeres Ferreira; Gilberto Lindim Ramos*

1961 – Lista de monárquicos – *Fernando Alberto da Silva Amado; Francisco José de Sousa Tavares; Mário Pessoa da Costa; José Paulo de Almeida Monteiro; Fernando Torres Carneiro Vaz Pinto; Francisco António da Silveira de Vasconcellos e Sousa (Castelo Melhor); Gonçalo Pereira Ribeiro Telles; João Carlos Camossa de Saldanha; António Moutinho Rubio; Maria Ofélia Mafalda de Melo de Portugal da Silveira; Rodrigo da Costa Félix; Manuel Ramos Ferreira*

1965 – *Francisco de Almeida Salgado Zenha; Mário Alberto Nobre Lopes Soares; Armando Félix Castanheira; Nuno Aires Rodrigues dos Santos; Acácio Augusto Cardoso de Gouveia; Raul da Assunção Pimenta Rêgo; Armando Adão e Silva; Joaquim José Catanho de Meneses; Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia; José Paradela de Oliveira; José Manuel de Medeiros Ferreira; Gustavo Alberto Caratão Soromenho*

1969 – CEUD – Lista B – *Etelvina Lopes de Almeida; Francisco de Almeida Salgado Zenha; Francisco José de Sousa Tavares; Gonçalo Pereira Ribeiro Telles; Jaime José Matos da Gama; José Carlos Sena Belo Megre; Mário Alberto Nobre Lopes Soares; Mário de Castro Pina Correia; Mário Jorge Bruxelas; Raul da Assunção Pimenta Rêgo; Rui de Moura Ribeiro Belo; Pedro Amadeu de Albuquerque Santos Coelho; Duarte Justiniano da Rocha Vidal; Eduardo Achilles Cardoso d'Orey; Fernando de Oliveira Abranches Ferrão; Joana Morais Sarmiento de Barros Baptista*

1969 – CEM – Lista C – *Francisco de Barcelos Rolão Preto; Henrique José Barrilaro Fernandes Ruas; Luís Paulo Manuel de Menezes de Mello Vaz de São Payo; Fernando de Moraes Sarmiento Honrado; Francisco Lopes Roseira; Joaquim Toscano de Sampaio; Maria Luíza da Conceição de Almeida Manoel de Vilhena; Fernando Teixeira Viana; Manuel Jorge de Magalhães e Silva; Abílio Leopoldo Motta-Ferreira; Fernando Costa Quintais; António Albano Pardete da Fonseca*

1969 – CDE – Lista D – *Francisco José Cruz Pereira de Moura; João Pedro Bénard da Costa; Jorge Fernando Branco Sampaio; José Gaspar Teixeira; José Manuel Marques do Carmo Mendes Tengarrinha; Rosalina Rodrigues Caetano Pinho; Glória Maria Marreiros da Cunha; José Augusto Gouveia; Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia; Vítor Manuel Sant'ana Carlos Wengorovius; Joaquim Cavaqueiro Mestre; Firmino João Martins; José Manuel Archer Galvão Teles*

1973 – *Alberto Arons de Carvalho; António Simões de Abreu; Carlos António de Carvalho; Dulcínio Caiano Pereira; Francisco Manuel da Costa Fernandes; Maria Helena Augusto das Neves Gorjão; Herberto de Castro Goulart da Silva; João Sequeira Branco; José Joaquim Gonçalves André; José Manuel Marques do Carmo Mendes Tengarrinha; Maria Luísa Rodrigues Amorim; Pedro Amadeu de Albuquerque Santos Coelho; Vítor Manuel Caetano Dias; José Maria Roque Lino; José António Tavares da Cruz;*

Francisco José Cruz Pereira de Moura; Luís Filipe Lindley Cintra; António Fernandes Martins Coelho; Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia; Francisco Marcelo Monteiro Curto; Urbano Augusto Tavares Rodrigues; Gilberto Lindim Ramos; Francisco de Almeida Salgado Zenha; Fernando Abranches Ferrão

Moçambique

1945 – *Delfim Costa; Ismael Costa; Paulino dos Santos Gil*

1961 – *António Almeida Santos; Carlos Adrião Rodrigues; Henrique Vasco Soares de Melo; José Santa Rita; Francisco Saraiva Barreto; Alberto Moreira; William Gérard Pott*

1969 – **CEUD** – *António Almeida Santos; Rui Baltasar dos Santos Alves; Parçídio Campos Rodrigues Costa; Heliodoro Sebastião Frescata; Luís Alberto Mayor Gonzalez; Francisco Saraiva Barreto; Rafael Nunes de Carvalho*

Ponta Delgada

1969 – **CDE** – *Ernesto Augusto Melo Antunes; Manuel Barbosa; António Eduardo Borges Coutinho; João Silvestre Pacheco; António Arruda*

1973 – *António Eduardo Borges Coutinho; Manuel Barbosa; Eduardo José Azeredo Pontes; Mariana de Medeiros da Câmara de Melo Cabral Marques; Olga Sousa Lima; Graça Forjaz Sampaio*

Portalegre

1945 – *Ernesto Amaro Lopes Subtil; José Luís Augusto das Neves; Manuel Hermenegildo Lourinho; Ruy de Andrade; José Adriano Pequito Rebelo; Jorge de Sampaio e Eça da Fonseca Bastos*

1949 – *José Adriano Pequito Rebelo; André Aurélio Nogueira de Mello e Castro Ribeiro; Jorge de Sampaio e Eça da Fonseca Bastos; João Pinto Picão Caldeira*

1969 – **CDE** – *António Mendes Aleixo; Fernando de Mascarenhas; Joaquim Vitorino Namorado; Nuno Teotónio Pereira; Feliciano Falcão; Raul Sousa Pinto*

Porto

1953 – *Carlos Cal Brandão; Eduardo Ralha; Olívio da Silva França; Luís Severiano da Veiga; Eurico Felgueiras; António Cândido Miranda Macedo; João Correia Guimarães; Júlio Grévy Coelho Guerra Semedo; António José de Sousa Pereira; Francisco José Cardoso Júnior*

1957 – *Mem Tinoco Verdial; Rodrigo Teixeira Mendes de Abreu; Amadeu Morais; Pedro Emiliano Veiga; Jaime Alves Vilhena de Andrade; Artur Morgado Ferreira dos Santos Silva; Artur de Oliveira Valença; Artur Vieira de Andrade; Augusto César de Barros; Manuel Coelho dos Santos*

1961 – *Alberto Augusto Martins de Andrade; Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar; Armando Barbosa de Araújo Cotta; António Cândido de Miranda Macedo; Arnaldo Cândido Veiga Pires; Hélder Armando Santos Ribeiro; Mário Cal Brandão; João Maria de Matos Araújo Correia; Olivio da Silva França; Artur Morgado Ferreira dos Santos Silva*

1965 – *Hélder Armando dos Santos Ribeiro; Arnaldo Cândido Veiga Pires; Aguinaldo Espada de Oliveira Santos; Carlos Cal Brandão; Artur de Oliveira Valença; Artur Morgado Ferreira dos Santos Silva; Joaquim da Silva Rocha Felgueiras; António Cândido Miranda Macedo; Olivio da Silva França; Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar*

1969 – **CEUD** – *Abílio Augusto Lopes Cavalheiro; Alberto Manuel Pereira França; António José de Sousa Pereira; José Maria Machado de Matos; António José da Silva Júnior; Artur Morgado Ferreira dos Santos Silva; João Maria de Matos Araújo Correia; José Luís do Amaral Nunes; Manuel Coelho dos Santos; Mário Cal Brandão; Sophia de Mello Breyner Andresen*

1969 – **CDE** – *Alberto Teixeira de Sousa; Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar; Armando Fernandes de Morais e Castro; Francisco José Fernandes Hortas; José Arnaldo Rodrigues da Fonseca Maia; Joaquim da Silva Rocha Felgueiras; José Fernando Coelho Cardoso; Papiniano Manuel Carlos Vasconcelos Rodrigues; Virgínia de Faria Moura; Zeferino Antas de Sousa Coelho*

1973 – *António Macedo Varela; Jerónimo de Sousa Peixoto de Almeida; Berta Monteiro; Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura; César da Silva Príncipe; José Augusto Nozes Pires; Célio Ezequiel de Albuquerque Melo da Costa; Cassiano Pena de Abreu e Lima; Fernando Celso da Silva Lemos Ferreira; Horácio António Simões da Costa Guimarães; Manuel Domingos de Sousa Pereira; António da Silva Mota; José Luís Nogueira; Arnaldo Abreu Pinheiro Torres Araújo; Joaquim da Silva Rocha Felgueiras; Jaime Alves Vilhena de Andrade; Rui Manuel Polónio Sampaio; Olívia Ferreira; Virgílio Moreira; António Cândido Miranda Macedo; Raul Fernandes de Morais e Castro; Óscar Lopes; Manuel Domingos Sousa Pereira; Vitor Óscar de Magalhães Silva Passos*

S. Tomé

1953 – *Alberto Ferreira Marques Portulês*

Santarém

1961 – *António da Silva Teles; Carlos Augusto Pinhão Correia; José Faustino Rodrigues Pinhão; José dos Santos Lopes; Orlando Rodrigues Dante Pereira; Luís da Câmara Reis*

1969 – **CDE** – *António Antunes da Silva; Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto; José Fidalgo Marques Pereira; Maria de Jesus Simões Barroso; António Fernando Marques Ribeiro Reis; Blasco Hugo Fernandes; José dos Santos Cabral*

1973 – *Álvaro Favas Brasileiro; Arnaldo Gonçalves Santos; Humberto Pereira Diniz Lopes; João Luís Madeira Lopes; José Alves Pereira; José Manuel Bento Sampaio; José Faustino Rodrigues Pinhão; José Fidalgo Marques Pereira; Franklin Soares de Matos Torres*

Setúbal

1969 – **CDE** – *Joaquim Palmeiro Gonçalves; Álvaro Ribeiro Monteiro; José António Tavares da Cruz; José Malheiro da Silva*

1973 – *Adilo Oliveira Costa; Artur Neves de Almeida; Ercília Carreira Pimenta Talhadas; João Aurélio Cruz dos Santos; Herculano Rodrigues Pires; Marcos Manuel Rolo Antunes; Alfredo Rodrigues de Matos; António Dias; Apolónia Maria Alberto Pereira; José Neves Ramalho*

Viana do Castelo

1969 – **CDE** – *Jorge Maia Ramos Pereira; Álvaro Baptista Pereira Salema de Araújo; António Feio Ribeiro da Silva; Alberto Marques de Oliveira e Silva*

1973 – *Romeu de Sousa; João Abel Cerqueira; Manuel José Cruz Soares; António Victor da Silva Barros; João Arnaldo Rodrigues da Fonseca Maia*

Vila Real

1945 – *José Daniel Alves Fernandes de Carvalho Branco*

1949 – *Francisco Pinto da Cunha Leal; João Baptista Vaz Amorim; Francisco de Barcelos Rolão Preto; António Luís de Gouveia Prestes Salgueiro*

1969 – **CDE** – *Júlio Augusto Montalvão Machado; Otilio Palheiros de Carvalho Figueiredo; José Alberto Rodrigues; Camilo de Barros de Sousa Botelho; João Meneses Campos*

Viseu

1965 – *Francisco Ribas de Sousa; António Vitorino Namorado; Diamantino Augusto Teixeira Furtado; Abílio Rodrigues da Silva Tavares; Álvaro Monteiro; Mário Gomes da Silva*

1969 – **CDE** – *Álvaro Monteiro; Augusto César Rodrigues Anjo; Mário Gomes da Silva; Armando dos Santos Lopes; Manuel Pereira Cardoso; Jaime Gaspar Gralheiro*

**LISTA ALFABÉTICA
DOS CANDIDATOS OPOSICIONISTAS
A DEPUTADOS NAS ELEIÇÕES PARA
A ASSEMBLEIA NACIONAL
(1945-1973)**

ABEL, César Reis Ferreira Lisboa, 1961

ABREU, António Simões de Lisboa, 1973

ABREU, Rodrigo Teixeira Mendes de Porto, 1957

ABREU e LIMA, Cassiano Pena de Porto, 1973

ALEIXO, António Mendes Portalegre, 1969, CDE

ALMEIDA, Artur Neves de Setúbal, 1973

ALMEIDA, Carlos Eugénio José Baptista de Coimbra, 1961

ALMEIDA, Celso Galvão Pinto de Beja, 1969, CDE

ALMEIDA, Etevína Lopes de Lisboa, 1969, CEUD

ALMEIDA, Jerónimo de Sousa Peixoto de Porto, 1973

ALMEIDA, José Maria Rodrigues de Aveiro, 1953, Lista Nacionalista

ALMEIDA, Silvina Augusta d' Guarda, 1969, CDE

ALVES, Ana Maria de Sousa e Faro Évora, 1973

ALVES, Rui Baltasar dos Santos Moçambique, 1969, CEUD

AMADO, Fernando Alberto da Silva Lisboa, 1961, Lista Monárquica

AMADO, Luís Ernâni Dias Lisboa, 1961

AMORIM, João Baptista Vaz Vila Real, 1949

AMORIM, José Justino de Braga, 1957

AMORIM, Maria Luísa Rodrigues Lisboa, 1973

- ANDRADE**, *Adelino Augusto Miranda de Braga*, 1961, *Lista B*; 1969, *CEUD*
- ANDRADE**, *Alberto Augusto Martins da Silva Porto*, 1961
- ANDRADE**, *Artur Vieira de Porto*, 1957
- ANDRADE**, *Jaime Alves Vilhena de Porto*, 1957
- ANDRADE**, *Manuel Augusto Domingues Dias de Aveiro*, 1973
- ANDRADE**, *Ruy de Portalegre*, 1945
- ANDRÉ**, *António Teles Castelo Branco*, 1973
- ANDRÉ**, *José Joaquim Gonçalves Lisboa*, 1973
- ANDRESEN**, *Sophia de Mello Breyner Porto*, 1969, *CEUD*
- ANJO**, *Augusto César Rodrigues Viseu*, 1969, *CDE*
- ANTUNES**, *Ernesto Augusto Melo Ponta Delgada*, 1969, *CDE*
- ANTUNES**, *Marcos Manuel Rolo Setúbal*, 1973
- ARAÚJO**, *Álvaro Baptista Pereira Salema de Viana do Castelo*, 1969, *CDE*
- ARAÚJO**, *Arnaldo Abreu Pinheiro Torres Porto*, 1973
- ARNAUT**, *António Duarte Coimbra*, 1969, *CDE*
- ARRUDA**, *António Ponta Delgada*, 1969, *CDE*
- ARRUELA**, *José d' Lisboa*, 1945
- AZEVEDO**, *Elisio Guilherme de Braga*, 1961, *Lista C*
- BACELAR**, *Armando Filipe Cerejeira Pereira Porto*, 1961; 1965; 1969, *CDE*
- BAGULHO**, *Manuel Tierno Évora*, 1969, *CDE*
- BAPTISTA**, *António Alfredo da Fonseca Tavares Alçada Castelo Branco*, 1961; 1969, *CDE*
- BAPTISTA**, *Carlos António Magalhães Antunes Coimbra*, 1969, *CDE*
- BAPTISTA**, *Joana Morais Sarmiento de Barros Lisboa*, 1969, *CEUD*
- BARBOSA**, *Manuel Ponta Delgada*, 1969, *CDE*; 1973
- BARBOSA**, *Sebastião José Guiné*, 1945
- BARIDÓ**, *Manuel de Sousa Leiria*, 1973
- BARRETO**, *Francisco Saraiva Moçambique*, 1961; 1969, *CEUD*
- BARROS**, *António Victor da Silva Viana do Castelo*, 1973

- BARROS**, *Augusto César de Porto, 1957*
- BARROS**, *Henrique Teixeira Queiroz de Coimbra, 1969, CDE*
- BARROSO**, *José Manuel dos Reis Funchal, 1969, CDE*
- BARROSO**, *Maria de Jesus Simões Santarém, 1969, CDE*
- BASTOS**, *Jorge de Sampaio e Eça da Fonseca Portalegre, 1949*
- BELO**, *Rui de Moura Ribeiro Lisboa, 1969, CEUD*
- BOTELHO**, *Camilo de Barros de Sousa Vila Real, 1969*
- BORGES**, *Joaquim José Resende Pereira Braga, 1957; 1961, Lista B; 1969, CEUD*
- BRAGA**, *António de Oliveira Braga, 1961, Lista B; 1969, CEUD*
- BRAGA**, *António Pinheiro Braga, 1961, Lista C; 1965*
- BRANCO**, *Guilherme Francisco Aguiar Braga, 1957; 1961, Lista B; 1965*
- BRANCO**, *João Sequeira Lisboa, 1973*
- BRANCO**, *José Daniel Alves Fernandes de Carvalho Vila Real, 1957*
- BRANDÃO**, *António Manuel Neto Aveiro, 1973*
- BRANDÃO**, *Carlos Cal Porto, 1953; 1965*
- BRANDÃO**, *Mário Manuel Cal Porto, 1961; 1969, CEUD*
- BRASILEIRO**, *Álvaro Favas Santarém, 1973*
- BRUXELAS**, *Mário Jorge Lisboa, 1969, CEUD*
- CABEÇADAS Júnior**, *José Mendes Lisboa, 1953*
- CABEÇADAS**, *Rui Manuel Sequeira Lisboa, 1957*
- CABRAL**, *José dos Santos Santarém, 1969, CDE*
- CALDEIRA**, *António Manuel Sales Funchal, 1961*
- CALDEIRA**, *João Pinto Picão Portalegre, 1949*
- CALISTO**, *Júlio Correia da Rocha Aveiro, 1957*
- CÂMARA**, *João Brito Funchal, 1961*
- CAMPOS**, *António Alberto de Meirelles Braga, 1969, CENI*
- CAMPOS**, *António Carlos Ribeiro de Coimbra, 1969, CDE; 1973*
- CAMPOS**, *João Meneses Vila Real, 1969, CDE*
- CAMPOS**, *Joaquim Inácio Calhau Piteira Évora, 1973*

CAMPOS, José Moreira Lisboa, 1953

CAMPOS, Luís Erse Baeta de Guarda, 1969, CDE

CANDAL, Carlos Manuel Natividade da Costa Aveiro, 1969, CDE

CARDIA, Mário Augusto Sottomayor Leal Lisboa, 1965; 1969, CDE; 1973

CARDOSO Júnior, Francisco José Porto, 1953

CARDOSO, Carlos Ernesto de Sá Lisboa, 1953

CARDOSO, José Fernando Coelho Porto, 1969, CDE

CARDOSO, Manuel Pereira Viseu, 1969, CDE

CARDOSO, José Ribeiro Castelo Branco, 1949

CARLOS, Manuel João da Palma Lisboa, 1957

CARVALHEIRO, Maria Regina Dias Coimbra, 1973

CARVALHO, Alberto Arons Braga de Lisboa, 1973

CARVALHO, Carlos António de Lisboa, 1973

CARVALHO, Domingos Martins Lisboa, 1957

CARVALHO, Manuel Montezuma Dinis de Coimbra, 1961

CARVALHO, Orlando Alves Pereira de Coimbra, 1969, CDE

CARVALHO, Rafael Nunes de Moçambique, 1969, CEUD

CASEIRO, Luís Gonzaga Vieira de Castro Braga, 1957

CASTANHEIRA, Armando Félix Lisboa, 1965

CASTRO, Armando Fernandes de Morais e Porto, 1969, CDE

CASTRO, Joaquim de Sousa e Braga, 1965

CASTRO, Raul Fernandes de Morais e Porto, 1973

CAVALHEIRO, Abílio Augusto Lopes Porto, 1969, CEUD

CAVALHEIRO, António Manuel Lisboa, 1973

CERQUEIRA, João Abel Viana do Castelo, 1973

CINTRA, Luís Filipe Lindley Lisboa, 1973

CLÍMACO, Rui Emanuel da Cunha Coimbra, 1969, CDE

COELHO, António Fernandes Martins Lisboa, 1973

COELHO, Artur Carlos Domingues da Cunha Braga, 1965; 1969, CEUD

- COELHO**, *Pedro Amadeu de Albuquerque Santos Lisboa, 1969, CEUD; 1973*
- COELHO**, *Zeferino Antas de Sousa Porto, 1969, CDE*
- CONDESSO**, *Abel Matias Aveiro, 1953, Lista Nacionalista*
- CORREIA**, *Carlos Augusto Pinhão Santarém, 1961*
- CORREIA**, *João Maria de Matos Araújo Porto, 1961; 1969, CEUD*
- CORREIA**, *Mário de Castro Pina Lisboa, 1969, CEUD*
- COSTA**, *Adilo Oliveira Setúbal, 1973*
- COSTA**, *Alberto Bernardes Leiria, 1960, CDE*
- COSTA**, *Aníbal Coelho da Beja, 1969, CDE*
- COSTA**, *Carlos Victor Baptista da Coimbra, 1973*
- COSTA**, *Célio Ezequiel de Albuquerque Melo da Porto, 1973*
- COSTA**, *Delfim Moçambique, 1945*
- COSTA**, *Francisco Dias da Faro, 1969, CDE*
- COSTA**, *Ismael Moçambique, 1945*
- COSTA**, *João Pedro Bénard da Lisboa, 1969, CDE*
- COSTA**, *Manuel Martins Braga, 1969, CEUD*
- COSTA**, *Mário Pessoa da Lisboa, 1961, Lista Monárquica*
- COSTA**, *Nuno Bernardino Santos Pinto da Lisboa, 1961*
- COSTA**, *Parcídio Campos Rodrigues Moçambique, 1969, CEUD*
- COTTA**, *Armando Barbosa de Araújo Porto, 1961*
- COUTINHO**, *António Eduardo Borges Ponta Delgada, 1969, CDE; 1973*
- CRUZ**, *José António Tavares da Setúbal, 1969, CDE; Lisboa, 1973*
- CUNHA**, *Glória Maria Marreiros da Lisboa, 1969, CDE*
- CUNHA**, *Manuel Ferreira da Braga, 1969, CDE*
- CUNHA**, *Rufino Jorge Rodrigues da Aveiro, 1973*
- CURTO**, *Francisco Manuel Marcelo Monteiro Lisboa, 1973*
- DIAS**, *António Pereira Marinho Braga, 1965; 1969, CDE*
- DIAS**, *António Setúbal, 1973*
- DIAS**, *Vitor Manuel Caetano Lisboa, 1973*

- DIREITO**, António Rodrigues *Lisboa*, 1953
- DURÃES**, António *Angola*, 1945
- FALCÃO**, Feliciano *Portalegre*, 1969, *CDE*
- FARIA**, Francisco Xavier Sampaio Tinoco de *Braga*, 1969, *CEUD*
- FEIO**, António Barreto Areosa *Beja*, 1969, *CDE*; *Évora*, 1973
- FELGUEIRAS**, Eurico *Porto*, 1953
- FELGUEIRAS**, Joaquim da Silva Rocha *Porto*, 1965; 1969, *CDE*; 1973
- FÉLIX**, Rodrigo Costa *Lisboa*, 1961, *Lista Monárquica*
- FERNANDES**, Arnaldo Constantino *Lisboa*, 1953
- FERNANDES**, Blasco Hugo *Santarém*, 1965; 1969, *CDE*
- FERNANDES**, Francisco Manuel da Costa *Lisboa*, 1973
- FERNANDES**, Vasco da Gama Lopes *Lisboa*, 1953; *Leiria*, 1961; 1965; 1969, *CDE*
- FERRÃO**, Fernando de Oliveira Abranches *Lisboa*, 1969, *CEUD*; 1973
- FERREIRA**, Alberto *Leiria*, 1961
- FERREIRA**, Carlos *Porto*, 1973
- FERREIRA**, Carlos Alberto Ambrósio da Silva *Castelo Branco*, 1973
- FERREIRA**, Carlos Prazeres *Lisboa*, 1961
- FERREIRA**, Fernando Celso da Silva Lemos *Porto*, 1973
- FERREIRA**, José Alves da Cruz *Lisboa*, 1957
- FERREIRA**, José Manuel de Medeiros *Lisboa*, 1965
- FERREIRA JÚNIOR**, José *Leiria*, 1961; 1965
- FERREIRA**, Manuel Ramos *Lisboa*, 1961, *Lista Monárquica*
- FERREIRA**, Miguel Augusto Alves *Braga*, 1957
- FERREIRA**, Olívia *Porto*, 1973
- FERREIRA**, Rogério Gomes Lopes *Lisboa*, 1957
- FIGUEIREDO (Marquês da Graciosa)**, Fernando Afonso de Melo Giraldes de Sampaio Pereira de *Castelo Branco*, 1949
- FIGUEIREDO**, Manuel Luís da Costa *Aveiro*, 1953
- FIGUEIREDO**, Olindo Casimiro de *Lisboa*, 1961

- FIGUEIREDO, Óscar dos Reis Lisboa, 1957**
- FIGUEIREDO, Otílio Palheiros de Carvalho Vila Real, 1969, CDE**
- FIGUEIREDO, Renato Pereira de Aveiro, 1957**
- FONSECA, António Albano Pardete da Lisboa, 1969, CEM**
- FONSECA, Maria Lígia Valente da Fonseca Severino Lisboa, 1957**
- FRANÇA, Alberto Manuel Pereira Porto, 1969, CEUD**
- FRANÇA, Olívio da Silva Porto, 1953; 1961; 1965**
- FREITAS, António Maldonado Leiria, 1965**
- FREITAS, Custódio Pereira Maldonado Leiria, 1973**
- FRESCATA, Heliodoro Sebastião Moçambique, 1969, CEUD**
- FURTADO, Diamantino Augusto Teixeira Viseu, 1965**
- FURTADO, Leonel de Melo Horta, 1945**
- GAMA, Jaime José Matos da Lisboa, 1969, CEUD**
- GANTES, Manuel Vicente Ramalho Beja, 1969, CDE**
- GARÇÃO, Fernando de Sande Salema Mayer Lisboa, 1953**
- GARRETT, Francisco Xavier Proença de Almeida Castelo Branco, 1949**
- GIL, Paulino dos Santos Moçambique, 1945**
- GOMES, Alfredo Vieira Braga, 1961, Lista B**
- GOMES, João José Guarda, 1969, CDE**
- GOMES, João Maria Paulo Varela Lisboa, 1961**
- GONÇALVES, Joaquim Palmeiro Setúbal, 1969, CDE**
- GONZALEZ, Luís Alberto Mayor Moçambique, 1969, CEUD**
- GORJÃO, Maria Helena Augusto das Neves Lisboa, 1973**
- GOUVEIA, Acácio Augusto Cardoso de Lisboa, 1953;1965**
- GOUVEIA, José Augusto Lisboa, 1969, CDE**
- GRALHEIRO, Jaime Gaspar Viseu, CDE, 1969**
- GUERREIRO, Zacarias da Fonseca Faro, 1957**
- GUIMARÃES, Horácio António Simões da Costa Porto, 1973**
- GUIMARÃES, João Correia Porto, 1953**

- HENRIQUES**, *Manuel Louzã Coimbra, 1961*
- HENRIQUES**, *Mário Ventura Évora, 1969, CDE; 1973*
- HONRADO**, *Fernando de Moraes Sarmiento Lisboa, 1969, CEM*
- HORTAS**, *Francisco José Fernandes Porto, 1969, CDE*
- JORGE**, *Álvaro Pinto Fernandes Aveiro, 1953, Lista Nacionalista*
- LARANJEIRA**, *Flávio Beleza Coimbra, 1973*
- LEAL**, *Francisco Pinto da Cunha Angola, 1945; Vila Real, 1949; Castelo Branco, 1949; Lisboa, 1953*
- LERENO**, *Álvaro Paiva Almeida Cabo Verde, 1945*
- LHAMAS**, *Arnaldo Ângelo de Brito Aveiro, 1957*
- LIMA**, *Francisco Marques Aveiro, 1969, CDE*
- LIMA**, *João Alexandre de Sá Castelo Branco, 1961*
- LIMA**, *Lino Carvalho de Braga, 1969, CDE*
- LIMA**, *Manuel de Aguiar Campos Faro, 1957; 1969, CDE*
- LIMA**, *Olga Sousa Ponta Delgada, 1973*
- LINO**, *José Maria Roque Lisboa, 1973*
- LOJA**, *António Egidio Fernandes Funchal, 1969, CDE*
- LOPES**, *Américo Freire Leiria, 1961*
- LOPES**, *Armando dos Santos Viseu, CDE, 1969*
- LOPES**, *Fernando da Costa Ferreira Coimbra, 1961*
- LOPES**, *Humberto Pereira Diniz Santarém, 1973*
- LOPES**, *João Luís Madeira Santarém, 1973*
- LOPES**, *José dos Santos Santarém, 1961*
- LOPES**, *Manuel Jorge da Fonseca Tavares Guarda, 1969, CDE*
- LOPES**, *Óscar Luso de Freitas Porto, 1973*
- LOPES**, *Pedro Grangeon Ribeiro Aveiro, 1953, Lista Nacionalista*
- LOUREIRO**, *Alfredo Misarela Coimbra, 1973*
- LOUREIRO**, *Joaquim Braga, 1969*
- LOURINHO**, *Manuel Hermenegildo Portalegre, 1945*

- MACEDO**, António Cândido Miranda **Porto, 1961; 1965; 1973**
- MACHADO**, Gilberto do Vale **Braga, 1969, CENI**
- MACHADO**, Júlio Augusto Morais Montalvão **Vila Real, 1969, CDE**
- MADEIRA**, Luís Filipe Nascimento **Faro, 1969, CDE**
- MAGALHÃES**, Alfredo Ângelo Vidal Coelho de **Aveiro, 1957**
- MAIA**, João Arnaldo Rodrigues da Fonseca **Porto, 1969, CDE; Viana do Castelo, 1973**
- MALVAR**, Maria Margarida Braga **Braga, 1969, CDE**
- MARADO**, Irene Branco de Almeida **Braga, 1969, CENI**
- MARREIROS**, Glória Maria da Cunha **Lisboa, 1969, CDE**
- MARTINS**, Eduardo Ribeiro **Braga, 1965; 1969, CDE**
- MARTINS**, Firmino João **Lisboa, 1969, CDE**
- MARTINS**, Luís Augusto Ferreira **Lisboa, 1957**
- MASCARENHAS**, D. Fernando José Fernandes Costa **Portalegre, 1969, CDE**
- MATOS**, Alfredo Rodrigues de **Setúbal, 1973**
- MATOS**, José Maria Machado de **Porto, 1969, CEUD**
- MEGRE**, Domingos Manuel da Cunha Pignateli Sena Belo Ferraz de Carvalho **Castelo Branco, 1969, CDE**
- MEGRE**, José Carlos Sena Belo **Lisboa, 1969, CEUD**
- MEIRELES**, José Garrido de **Braga, 1969, CENI**
- MELO**, Henrique Vasco Soares de **Moçambique, 1961**
- MELO**, Manuel da Costa e **Aveiro, 1961**
- MENESES**, Joaquim José Catanho de **Lisboa, 1965**
- MESTRE**, Joaquim Cavaqueiro **Lisboa, 1969, CDE**
- MONTEIRO**, Alcides Strecht **Aveiro, 1953; 1969, CDE**
- MONTEIRO**, Álvaro **Viseu, 1965; 1969, CDE**
- MONTEIRO**, Álvaro Ribeiro **Setúbal, 1969, CDE**
- MONTEIRO**, Berta **Porto, 1973**
- MONTEIRO**, José Paulo de Almeida **Lisboa, 1961, Lista Monárquica**
- MORAIS**, Amadeu Alves **Porto, 1957**

- MOREIRA**, *Alberto Moçambique* **1961**
- MOREIRA**, *Virgílio* **Porto, 1973**
- MOTA**, *António da Silva*, **Porto, 1973**
- MOTA**, *Carlos Norberto Freire* **Leiria, 1973**
- MOTTA-FERREIRA**, *Abílio Leopoldo* **Lisboa, 1969, CEM**
- MOURA**, *Francisco José Cruz Pereira de* **Lisboa, 1969, CDE; 1973**
- MOURA**, *Joaquim Augusto Nunes de Pina* **Porto, 1973**
- MOURA**, *Virginia de Faria* **Porto, 1969, CDE; 1973**
- NAMORADO**, *António Vitorino* **Viseu, 1965**
- NAMORADO**, *Joaquim Vitorino* **Portalegre, 1969, CDE**
- NETO**, *Francisco de Assis de Mendonça Lino* **Lisboa, 1961; Santarém, 1969, CDE**
- NETO**, *Henrique José de Sousa* **Leiria, 1969, CDE**
- NETO**, *João Diogo Marreiros* **Faro, 1957**
- NEVES**, *Álvaro José Pedrosa Curado de Seica* **Aveiro, 1969, CDE; 1973**
- NEVES**, *José Luís Augusto das Neves* **Portalegre, 1945**
- NEVES**, *Luis José Nuno Pessanha Teixeira* **Bragança, 1969, CDE**
- NEVES**, *Manuel Martins das* **Aveiro, 1953; 1957; 1961**
- NOBRE**, *João da Silva* **Faro, 1957**
- NOGUEIRA**, *José Luís* **Porto, 1973**
- NUNES**, *José Luís do Amaral* **Porto, 1969, CEUD**
- OLIVEIRA**, *António de* **Braga, 1961, Lista B**
- OLIVEIRA**, *José Paradela de* **Lisboa, 1965**
- OREY**, *Eduardo Achiles Cardoso d'* **Lisboa, 1969, CEUD**
- PACHECO**, *João Silvestre* **Ponta Delgada, 1969, CDE**
- PASSÃO**, *Manuel João* **Évora, 1973**
- PASSOS**, *Vitor Óscar de M. Silva* **Porto, 1973**
- PATO**, *Manuel Augusto dos Santos* **Aveiro, 1957**
- PEDREIRAS**, *Amaral Simões dos Reis* **Aveiro, 1973**
- PEREIRA**, *António José de Sousa* **Porto, 1953; 1969, CEUD**

- PEREIRA**, António Rabaça **Guarda, 1969, CDE**
- PEREIRA**, Apolónia Maria Alberto **Setúbal, 1973**
- PEREIRA**, Basílio Lopes **Aveiro, 1953**
- PEREIRA**, Carlos Francisco **Aveiro, 1957**
- PEREIRA**, Dulcínio Caiano **Lisboa, 1973**
- PEREIRA**, Jorge Maia Ramos **Viana do Castelo, 1969, CDE**
- PEREIRA**, José Alves **Santarém, 1973**
- PEREIRA**, José Fidalgo Marques **Santarém, 1969, CDE; 1973**
- PEREIRA**, Manuel da Silva **Aveiro, 1957**
- PEREIRA**, Manuel Domingos de Sousa **Porto, 1973**
- PEREIRA**, Manuel Joaquim da Costa **Aveiro, 1957**
- PEREIRA**, Nuno Teotónio **Portalegre, 1969, CDE**
- PEREIRA**, Orlando Rodrigues Dante **Santarém, 1961**
- PESTANA JÚNIOR**, Manuel Gregório **Funchal, 1961**
- PIMENTA**, Carlos dos Santos **Leiria, 1965**
- PINHÃO**, José Faustino Rodrigues **Santarém, 1961; 1973**
- PINHEIRO**, Manuel Luís Guedes **Braga, 1961, Lista C**
- PINHO**, Amílcar de **Leiria, 1973**
- PINHO**, José António Gabriel **Castelo Branco, 1973**
- PINHO**, Rosalina Rodrigues Caetano **Lisboa, 1969, CDE**
- PINTO**, Fernando Torres Carneiro Vaz **Lisboa, 1961, Lista Monárquica**
- PINTO**, Manuel **Aveiro, 1953, Lista Nacionalista**
- PINTO**, Mariana de Medeiros da Câmara de Melo Cabral Marques **Ponta Delgada, 1973**
- PINTO**, Raul Sousa **Portalegre, 1969, CDE**
- PIRES**, Almôr Viegas **Aveiro, 1969, CDE**
- PIRES**, Arnaldo Cândido da Veiga **Porto, 1961; 1965**
- PIRES**, Herculano Rodrigues **Setúbal, 1973**
- PIRES**, José Augusto Nozes **Porto, 1973**

- PONTE**, *Domingos Rodrigues da Bragança, 1969, CDE*
- PONTES**, *Eduardo José Azeredo Ponta Delgada, 1973*
- PORTAS**, *José Manuel Martins Évora, 1969, CDE*
- PORTULÊS**, *Alberto Ferreira Marques S. Tomé, 1953*
- POTT**, *William Gérard Moçambique, 1961*
- PRETO**, *Francisco de Barcelos Rolão Vila Real, 1949; Lisboa, 1969, CEM*
- PRÍNCIPE**, *César da Silva Porto, 1973*
- QUEIROZ**, *Mário Augusto Viana de Braga, 1969, CENI*
- QUINTAIS**, *Fernando da Costa Lisboa, 1969 CEM*
- RABAÇA**, *José de Bastos Castelo Branco, 1969, CDE*
- RAFAEL**, *Agostinho José Guedes Bragança, 1969, CDE*
- RALHA**, *Eduardo Marques Porto, 1953*
- RAMALHO**, *José Neves Setúbal, 1973*
- RAMOS**, *Armindo Gonçalves Castelo Branco, 1961*
- RAMOS**, *Gilberto Lindim Lisboa, 1961; 1973*
- REBELO**, *Fernando Pereira Funchal, 1969, CDE*
- REBELO**, *José Adriano Pequito Portalegre, 1945; 1949*
- RÊGO**, *Raul da Assunção Pimenta Lisboa, 1965; 1969, CEUD*
- REIS**, *António Fernando Marques Ribeiro Santarém, 1969, CDE*
- REIS**, *António Romeu de Azevedo da Cunha Coimbra, 1973*
- REIS**, *Luís da Câmara, Lisboa, 1953; 1957; 1961*
- RIBEIRO**, *Adolfo Rodrigues de Almeida Aveiro, 1961*
- RIBEIRO**, *André Aurélio Nogueira de Mello e Castro Portalegre, 1949*
- RIBEIRO**, *António José Guarda Leiria, 1973*
- RIBEIRO**, *Hélder Armando dos Santos Porto, 1961; 1965*
- RIBEIRO**, *João Mendes Braga, 1969, CENI*
- RIBEIRO**, *Sérgio José Ferreira Leiria, 1969, CDE*
- RITA**, *José Santa Moçambique, 1961*
- RODRIGUES**, *Carlos Adrião Moçambique, 1961*

- RODRIGUES, Francisco Alberto Pinto Braga, 1957; 1961, Lista C**
- RODRIGUES, José Alberto Braga, 1965; Vila Real, 1969, CDE**
- RODRIGUES, Mário Bastos Aveiro, 1973**
- RODRIGUES, Papiniano Manuel Carlos Vasconcelos Porto, 1969, CDE**
- RODRIGUES, Urbano Augusto Tavares Beja, 1969, CDE; Lisboa, 1973**
- ROSA, José Constantino Correia Leiria, 1961**
- ROSEIRA, Francisco José Lopes Lisboa, 1969, CEM**
- ROSMANINHO, José Rodrigues Pereira Aveiro, 1957; 1969, CDE**
- RUAS, Henrique José Barrilaro Fernandes Lisboa, 1969, CEM**
- RUBIO, António Moutinho Lisboa, 1961, Lista Monárquica**
- SÁ, Joaquim Victor Baptista Gomes de Braga, 1961, Lista C; 1969, CDE**
- SALDANHA, João Carlos Camossa de Lisboa, 1961, Lista Monárquica**
- SALGUEIRO, António Luiz de Gouveia Prestes Vila Real, 1949**
- SAMPAIO, Joaquim Toscano de Lisboa, 1969, CEM**
- SAMPAIO, Jorge Fernando Branco de Lisboa, 1969, CDE**
- SAMPAIO, José de Araújo Pereira Braga, 1969, CDE**
- SAMPAIO, José Manuel Bento Santarém, 1973**
- SAMPAIO, Maria da Graça Machado Macedo Forjaz de Ponta Delgada, 1973**
- SAMPAIO, Rui Manuel Polónio de Porto, 1973**
- SANTOS, Aguinaldo Espada de Oliveira Porto, 1965; Leiria 1969, CDE**
- SANTOS, António de Almeida Moçambique, 1961; 1969, CEUD**
- SANTOS, Arnaldo Gonçalves Santarém, 1973**
- SANTOS, Augusto Casimiro Lisboa, 1961**
- SANTOS, Eduardo Pereira dos Braga, 1957**
- SANTOS, Fernando Iglésias dos Évora, 1973**
- SANTOS, João Aurélio Cruz dos Setúbal, 1973**
- SANTOS, Luís Carlos Januário Coimbra, 1973**
- SANTOS, Manuel Coelho dos Porto, 1957; 1969, CEUD**
- SANTOS, Maria Odete de Brito Silva Oliveira Leiria, 1973**

- SANTOS**, *Nuno Aires Rodrigues dos Lisboa, 1953;1961; 1965*
- SÃO PAYO**, *Luis Paulo Manuel de Menezes de Mello Vaz de Lisboa, 1969, CEM*
- SARABANDO**, *João Evangelista Vieira Aveiro, 1961*
- SEABRA**, *Jorge Freitas Coimbra, 1973*
- SEMEDO**, *Júlio Grévy Coelho Guerra Porto, 1953*
- SERRANO**, *Miguel de Jesus Albardeiro Beja, 1969, CDE*
- SILVA**, *Alberto Marques de Oliveira e Viana do Castelo, 1969, CDE*
- SILVA**, *António Antunes da Santarém, 1969, CDE*
- SILVA**, *António Duarte Teixeira da Aveiro, 1961*
- SILVA**, *António Feio Ribeiro da Viana do Castelo, 1969, CDE*
- SILVA JÚNIOR**, *António José da Porto, 1969, CEUD*
- SILVA**, *Armando Adão e Lisboa, 1953; Lisboa, 1965*
- SILVA**, *Armando Antunes da Évora, 1969, CDE*
- SILVA**, *Artur Morgado Ferreira dos Santos Porto, 1957; 1961; 1965; 1969, CEUD*
- SILVA**, *Eduardo Alfredo Keil Carvalho da Leiria, 1961*
- SILVA**, *Herberto de Castro Goulart da Lisboa, 1973*
- SILVA**, *João Francisco de Paula Pais de Almeida e Leiria, 1969, CDE*
- SILVA**, *Joaquim Rocha e Leiria, 1965*
- SILVA**, *José de Oliveira e Aveiro, 1961; 1973*
- SILVA**, *José Malheiro da Setúbal, 1969, CDE*
- SILVA**, *Manuel Jorge de Magalhães e Lisboa, 1965, CEM*
- SILVA**, *Manuel Sertório de Carvalho Marques da Lisboa, 1957*
- SILVA**, *Mário Augusto Coimbra, 1961*
- SILVA**, *Mário Gomes da Viseu, 1969, CDE*
- SILVA**, *Vasco Luís Rodrigues da Conceição e Castelo Branco, 1961*
- SILVA**, *Virgílio Pereira da Aveiro, 1953; 1957; 1961*
- SILVEIRA**, *José Sebastião de Castro da Cunha Angra do Heroísmo, 1945*
- SILVEIRA**, *Maria Ofélia Mafalda de Melo de Portugal da Lisboa, 1961, Lista Monárquica*

- SILVESTRE**, *Jorge Manuel de Jesus Nogueira Leiria, 1969, CDE*
- SIMÕES**, *Joaquim António dos Santos Braga, 1969, CDE*
- SKAPINAKIS**, *Nikias Ribeiro Lisboa, 1957; 1961*
- SOARES**, *Manuel José Cruz Viana do Castelo, 1973*
- SOARES**, *Mário Alberto Nobre Lopes Lisboa, 1965; 1969, CEUD*
- SOEIRO**, *Humberto Trindade Braga, 1965; 1969, CDE*
- SOROMENHO**, *Gustavo Alberto Caratão Lisboa, 1965*
- SOUSA**, *Afonso de Oliveira e Leiria, 1965*
- SOUSA**, *Alberto Teixeira de Porto, 1969, CDE*
- SOUSA (Castelo Melhor)**, *Francisco António da Silveira de Vasconcellos e Lisboa, 1961, Lista Monárquica*
- SOUSA**, *Francisco Ribas de Viseu, 1965*
- SOUSA**, *Romeu Fernando Martins de Viana do Castelo, 1973*
- SUCENA**, *João Elisio Ferreira Aveiro, 1957*
- SUBTIL**, *Ernesto Amaro Lopes Portalegre, 1945*
- TALHADAS**, *Ercília Carreira Pimenta Setúbal, 1973*
- TAVARES**, *Abílio Rodrigues da Silva Viseu, 1965*
- TAVARES**, *César Augusto da Costa Guarda, 1969, CDE*
- TAVARES**, *Francisco José de Sousa Lisboa, 1961, Lista Monárquica; 1969, CEUD*
- TEIXEIRA**, *António Emilio Brochado de Oliveira Braga, 1965*
- TEIXEIRA**, *Apolónia Maria Alberto Pereira Setúbal, 1973*
- TEIXEIRA**, *José Gaspar Lisboa, 1969, CDE*
- TEIXEIRA**, *Manuel António Bragança, 1969, CDE*
- TELES**, *António da Silva Santarém, 1961*
- TELES**, *José Manuel Archer Galvão Lisboa, 1969, CDE*
- TELLES**, *Gonçalo Pereira Ribeiro Lisboa, 1961, Lista Monárquica; 1969, CEUD*
- TENGARRINHA**, *José Manuel Marques do Carmo Mendes Lisboa, 1969, CDE; 1973*
- TORRES**, *Franklin Soares de Matos, Santarém, 1973*
- TORRES**, *Mário José de Araújo Coimbra, 1969, CDE*

- TRINDADE**, Joaquim Lourenço Ventura *Évora*, 1969, **CDE**
- VALE**, Carlos Alberto de Sousa *Castelo Branco*, 1973
- VALE**, Fernando Baeta Cardoso do *Coimbra*, 1961
- VALENÇA**, Artur de Oliveira *Porto*, 1957; 1965
- VAREDA**, José Henriques *Leiria*, 1969, **CDE**; 1973
- VARELA**, António Macedo *Porto*, 1973
- VEIGA**, Luís Severiano da *Porto*, 1953
- VEIGA**, Pedro Emiliano *Porto*, 1957
- VELEZ**, Binadabe Manuel *Évora*, 1973
- VELOSO**, José Paulo Velho Geraldo de Albuquerque *Faro*, 1969, **CDE**
- VERDIAL**, Mem Tinoco *Porto*, 1953; 1957; *Braga*, 1961, *Lista C*
- VIANA**, Fernando Teixeira *Lisboa*, 1969, **CEM**
- VICENTE**, Arlindo Augusto Pires *Lisboa*, 1957
- VICENTE**, João António *Bragança*, 1969, **CDE**
- VIDAL**, Alberto Ferreira *Aveiro*, 1953
- VIDAL**, Duarte Justiniano da Rocha *Lisboa*, 1969, **CEUD**
- VIDEIRA**, António Gonçalves *Angola*, 1945
- VIEIRA**, Agostinho de Sá *Lisboa*, 1961
- VIEIRA**, Manuel João *Castelo Branco*, 1969, **CDE**; 1973
- VILHENA**, Maria Luiza da Conceição de Almeida Manoel de *Lisboa*, 1969, **CEM**
- XAVIER**, José de Bastos *Aveiro*, 1953, *Lista Nacionalista*
- WENGOROVIUS**, Vítor Manuel Sant'ana Carlos *Lisboa*, 1969, **CDE**
- ZENHA**, Francisco de Almeida Salgado *Lisboa*, 1965; 1969, **CEUD**; 1973

CANDIDATOS POR ANOS E CÍRCULOS ELEITORAIS

1945

Lisboa

José d'Arruela

Portalegre – 1.^a lista: recusada

José Adriano Pequito Rebelo

Ruy de Andrade

Jorge de Sampaio e Eça da Fonseca Bastos

Ernesto Amaro Lopes Subtil

2.^a lista: admitida

Ruy de Andrade

José Luís Augusto das Neves

Ernesto Amaro Lopes Subtil

Manuel Hermenegildo Lourinho

Vila Real

José Daniel Alves Fernandes de Carvalho Branco

Angra do Heroísmo

José Sebastião de Castro da Cunha Silveira

Horta

Leonel de Melo Furtado

Cabo Verde

Álvaro Paiva Almeida Lerenó

Guiné

Sebastião José Barbosa

Angola

Francisco Pinto da Cunha Leal

António Videira

António Durães

Moçambique

Delfim Costa

Ismael Costa

Paulino dos Santos Gil

1949

Castelo Branco

Francisco Pinto da Cunha Leal

Fernando Afonso de Melo Giraldes de Sampaio Pereira de Figueiredo (5.º Marquês da Graciosa)

Francisco Xavier de Proença de Almeida Garrett

José Ribeiro Cardoso

Portalegre

José Adriano Pequito Rebelo

André Aurélio Nogueira de Mello e Castro Ribeiro

Jorge de Sampaio e Eça da Fonseca Bastos

João Pinto Picão Caldeira

Vila Real

Francisco Pinto da Cunha Leal

João Baptista Vaz Amorim

Francisco de Barcelos Rolão Preto

António Luís de Gouveia Prestes Salgueiro

1953

Lisboa

José Mendes Cabeçadas Júnior

Francisco Pinto da Cunha Leal

José Moreira Campos

Nuno Aires Rodrigues dos Santos

Vasco da Gama Lopes Fernandes

Carlos Ernesto de Sá Cardoso

Fernando de Sande Salema Mayer Garção

Arnaldo Constantino Fernandes

Armando Adão e Silva

António Rodrigues Direito

Acácio Augusto Cardoso de Gouveia

Luís da Câmara Reis

Porto

Carlos Cal Brandão

Eduardo Marques Ralha

Olívio da Silva França

Luís Severiano da Veiga

Eurico Felgueiras

António Cândido Miranda Macedo

João Correia Guimarães

Júlio Grévy Coelho Guerra Semedo

António José de Sousa Pereira

Francisco José Cardoso Júnior

Aveiro

Manuel Luís da Costa Figueiredo

Alberto Ferreira Vidal

Manuel Martins das Neves

Basílio Lopes Pereira

Alcides Strecht Monteiro

Virgílio Pereira da Silva

Aveiro – Lista Nacionalista – *a lista foi retirada por documento entregue no Governo Civil a 13 de Outubro*

Abel Matias Condesso

Álvaro Pinto Fernandes Jorge

José Maria Rodrigues de Almeida

Manuel Pinto

Pedro Grangeon Ribeiro Lopes

José Bastos Xavier

S. Tomé

Alberto Ferreira Marques Portulês

1957

Lisboa – *a lista foi recusada*

Arlindo Augusto Pires Vicente

José Alves da Cruz Ferreira

Manuel Sertório de Carvalho Marques da Silva

Rui Manuel Sequeira Cabeçadas

Manuel João da Palma Carlos

Rogério Paulo

Nikias Ribeiro Skapinakis

Domingos Martins Carvalho

Luís Augusto Ferreira Martins

Luís da Câmara Reis

Lília da Fonseca

Óscar dos Reis Figueiredo

Porto

Mem Tinoco Verdial

Rodrigo Teixeira Mendes de Abreu

Amadeu Alves Morais

Pedro Emiliano Veiga

Jaime Alves Vilhena de Andrade

Artur Morgado Ferreira dos Santos Silva

Artur de Oliveira Valença

Artur Vieira de Andrade

Augusto César de Barros

Manuel Coelho dos Santos

Braga

José Justino de Amorim

Luís Gonzaga Vieira de Castro Caseiro

Guilherme Francisco Aguiar Branco

Joaquim José Resende Pereira Borges

Eduardo Pereira dos Santos

Francisco Alberto Pinto Rodrigues

Miguel Augusto Alves Ferreira

Aveiro

Manuel Martins das Neves

Manuel Joaquim da Costa Pereira

Júlio Correia da Rocha Calisto

Virgílio Pereira da Silva

Manuel Augusto dos Santos Pato

Alfredo Ângelo Vidal Coelho de Magalhães

SUPLENTE

José Rodrigues Pereira Rosmaninho

Renato Pereira de Figueiredo

Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas

Manuel da Silva Pereira

Carlos Francisco Pereira

João Elísio Ferreira Sucena

Faro – *as candidaturas não foram apresentadas*

Zacarias da Fonseca Guerreiro

João da Silva Nobre

Manuel de Aguiar Campos Lima

João Diogo Marreiros Neto

1961

Lisboa

Agostinho de Sá Vieira

João Maria Paulo Varela Gomes

Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto

Luís Ernâni Dias Amado

Nikias Ribeiro Skapinakis

Augusto Casimiro dos Santos

Nuno Aires Rodrigues dos Santos
Olindo Casimiro de Figueiredo
Nuno Bernardino Santos Pinto da Costa
César Reis Ferreira Abel
Carlos Prazeres Ferreira
Gilberto Lindim Ramos

Lisboa – *Lista de monárquicos, não foi aceite*

Fernando Alberto da Silva Amado
Francisco José de Sousa Tavares
Mário Pessoa da Costa
José Paulo de Almeida Monteiro
Fernando Torres Carneiro Vaz Pinto
Francisco António da Silveira de Vasconcellos e Sousa (Castelo Melhor)
Gonçalo Pereira Ribeiro Teles
João Carlos Camossa de Saldanha
António Moutinho Rubio
Maria Ofélia Mafalda de Melo de Portugal da Silveira
Rodrigo da Costa Félix
Manuel Ramos Ferreira

Porto

Alberto Augusto Martins da Silva Andrade
Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar
Armando Barbosa de Araújo Cotta
António Cândido de Miranda Macedo
Arnaldo Cândido da Veiga Pires
Hélder Armando Santos Ribeiro
Mário Manuel Cal Brandão
João Maria de Matos Araújo Correia

Olívio da Silva França

Artur Morgado Ferreira dos Santos Silva

Coimbra

Fernando Baeta Cardoso do Vale

Fernando da Costa Ferreira Lopes

Manuel Louzã Henriques

Carlos Eugénio José Baptista de Almeida

Mário Augusto da Silva

Manuel Montezuma Dinis de Carvalho

Braga – Lista B

Adelino Augusto Miranda de Andrade

Alfredo Vieira Gomes

António de Oliveira

António de Oliveira Braga

Guilherme Francisco de Aguiar Branco

Joaquim José Resende Pereira Borges

Braga – Lista C – *não foi aceite pelo governador civil, mas foi aprovada pelo Supremo Tribunal Administrativo*

Joaquim Victor Baptista Gomes de Sá

Mem Tinoco Verdial

Manuel Luís Guedes Pinheiro

Elísio Guilherme de Azevedo

Francisco Alberto Pinto Rodrigues

António Pinheiro Braga

Leiria

Américo Freire Lopes

Alberto Ferreira

Eduardo Alfredo Keil Carvalho da Silva

José Constantino Correia da Rosa

José Ferreira Júnior

Vasco da Gama Lopes Fernandes

Castelo Branco

António Alfredo da Fonseca Tavares Alçada Baptista

Armindo Gonçalves Ramos

João Alexandre de Sá Lima

Vasco Luís Rodrigues da Conceição e Silva

Santarém – não foi aceite

António da Silva Teles

José Faustino Rodrigues Pinhão

José dos Santos Lopes

Orlando Rodrigues Dante Pereira

Luís da Câmara Reis

Carlos Augusto Pinhão Correia, *foi substituído por*

Alfredo Ângelo Vidal Coelho de Magalhães

Aveiro

Adolfo Rodrigues de Almeida Ribeiro

António Duarte Teixeira da Silva

José de Oliveira e Silva

Manuel Martins das Neves

João Evangelista Vieira Sarabando

Manuel da Costa e Melo, *não foi aceite e foi substituído por*

Virgílio Pereira da Silva

Funchal

António Manuel Sales Caldeira

João Brito Câmara

Manuel Gregório Pestana Júnior

Moçambique

António de Almeida Santos

Carlos Adrião Rodrigues

Henrique Vasco Soares de Melo

José Santa Rita

Francisco Saraiva Barreto

Alberto Moreira

William Gérard Pott

1965

Lisboa

Francisco de Almeida Salgado Zenha

Mário Alberto Nobre Lopes Soares

Armando Félix Castanheira

Nuno Aires Rodrigues dos Santos

Acácio Augusto Cardoso de Gouveia

Raúl da Assunção Pimenta Rêgo

Armando Adão e Silva

Joaquim José Catanho de Meneses

Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia

José Paradela de Oliveira

José Manuel de Medeiros Ferreira

Gustavo Alberto Caratão Soromenho

Porto

Hélder Armando dos Santos Ribeiro

Arnaldo Cândido Veiga Pires

Aguinaldo Espada de Oliveira Santos

Carlos Cal Brandão

Artur de Oliveira Valença

Artur Morgado Ferreira dos Santos Silva

Joaquim da Silva Rocha Felgueiras

António Cândido Miranda Macedo

Olívio da Silva França

Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar

Leiria

Vasco da Gama Lopes Fernandes

Afonso de Oliveira e Sousa

Joaquim Rocha e Silva

António Maldonado Freitas

José Ferreira Júnior

Carlos dos Santos Pimenta

Viseu

Francisco Ribas de Sousa

António Vitorino Namorado

Diamantino Augusto Teixeira Furtado

Abílio Rodrigues da Silva Tavares

Álvaro Monteiro

Mário Gomes da Silva

Braga

António Pereira Marinho Dias

António Emílio Brochado de Oliveira Teixeira

Eduardo Ribeiro Martins

Guilherme Francisco Aguiar Branco

António Pinheiro Braga, *não foi admitido e foi substituído por*

José Alberto Rodrigues

Humberto Trindade Soeiro, *não foi admitido e foi substituído por*

Joaquim de Sousa e Castro

1969

Comissão Eleitoral Monárquica (CEM) – Lista C

Lisboa

Francisco de Barcelos Rolão Preto

Henrique José Barrilaro Fernandes Ruas

Luís Paulo Manuel de Menezes de Mello Vaz de São Payo

Fernando de Moraes Sarmento Honrado

Francisco José Lopes Roseira

Joaquim Toscano de Sampaio

Maria Luíza da Conceição de Almeida Manoel de Vilhena

Fernando Teixeira Viana

Manuel Jorge de Magalhães e Silva

Abílio Leopoldo Motta-Ferreira

Fernando da Costa Quintais

António Albano Pardete da Fonseca

Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD) – Lista B

Lisboa

Etelvina Lopes de Almeida

Francisco de Almeida Salgado Zenha

Francisco José de Sousa Tavares

Gonçalo Pereira Ribeiro Teles

Jaime José Matos da Gama

José Carlos Sena Belo Megre

Mário Alberto Nobre Lopes Soares

Mário de Castro Pina Correia

Mário Jorge Bruxelas

Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo

Rui de Moura Ribeiro Belo

Pedro Amadeu de Albuquerque Santos Coelho, *não foi admitido e foi substituído por*

Duarte Justiniano da Rocha Vidal

SUPLENTE

Eduardo Achiles Cardoso d'Orey

Fernando de Oliveira Abranches Ferrão

Joana Morais Sarmento de Barros Baptista

Porto

Abílio Augusto Lopes Cavalheiro

Alberto Manuel Pereira França

António José de Sousa Pereira

José Maria Machado de Matos

António José da Silva Júnior

Artur Morgado Ferreira dos Santos Silva

João Maria de Matos Araújo Correia

José Luís do Amaral Nunes

Manuel Coelho dos Santos

Mário Manuel Cal Brandão

Sophia de Mello Breyner Andresen

Braga

António de Oliveira Braga

Adelino Augusto Miranda de Andrade

Francisco Xavier Sampaio Tinoco de Faria

Manuel Martins Costa

Joaquim José Resende Pereira Borges

Artur Carlos Domingues da Cunha Coelho

Moçambique – *a lista não foi admitida*

António de Almeida Santos

Rui Baltasar dos Santos Alves

Parcídio Campos Rodrigues Costa

Heliodoro Frescata

Luís Alberto Mayor Gonzalez

Francisco Saraiva Barreto

Rafael Nunes de Carvalho

Comissão Eleitoral Nacionalista Independente (CENI)

Braga – *entregaram as candidaturas ao presidente do Conselho*

José Garrido Meireles

João Mendes Ribeiro

Gilberto do Vale Machado

António Alberto Meirelles de Campos

Irene Branco de Almeida Marado

Mário Augusto Viana de Queiroz

Comissão Democrática Eleitoral (CDE) – Lista D

Lisboa

Francisco José Cruz Pereira de Moura

João Pedro Bénard da Costa

Jorge Fernando Branco de Sampaio

José Gaspar Teixeira

José Manuel Marques do Carmo Mendes Tengarrinha

Rosalina Rodrigues Caetano Pinho

Glória Maria Marreiros da Cunha

José Augusto Gouveia

Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia

Vítor Manuel Sant’ana Carlos Wengorovius

Joaquim Cavaqueiro Mestre

Firmino João Martins, *não foi admitido, tendo sido substituído por*

José Manuel Archer Galvão Teles

Porto

Alberto Teixeira de Sousa

Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar

Armando Fernandes de Moraes Castro

Francisco José Fernandes Hortas

João Arnaldo Rodrigues da Fonseca Maia

Joaquim da Silva Rocha Felgueiras

José Fernando Coelho Cardoso

Papiniano Manuel Carlos Vasconcelos Rodrigues

Virgínia de Faria Moura

Zeferino Antas de Sousa Coelho

Coimbra

Henrique Teixeira Queirós de Barros

Orlando Alves Pereira de Carvalho

António Duarte Arnaut

Rui Emanuel da Cunha Clímaco

António Carlos Ribeiro Campos

Carlos António Magalhães Antunes Baptista *não foi admitido e foi substituído por*

Mário José de Araújo Torres

Braga

António Pereira Marinho Dias

Joaquim António dos Santos Simões

Lino Carvalho de Lima

Maria Margarida Braga Malvar

Joaquim Victor Baptista Gomes de Sá, *não foi admitido e foi substituído por*

José de Araújo Pereira Sampaio

Humberto Trindade Soeiro, *não foi admitido e foi substituído por*

Eduardo Ribeiro Martins

SUPLENTES

Joaquim da Silva Loureiro

Manuel Ferreira Cunha

Beja

Aníbal Coelho da Costa

António Barreto Areosa Feio

Celso Galvão Pinto de Almeida

Urbano Augusto Tavares Rodrigues

SUPLENTE

Manuel Vicente Ramalho Gantes

Miguel de Jesus Albardeiro Serrano

Faro

Manuel de Aguiar Campos de Lima

Luís Filipe Nascimento Madeira

Francisco Dias da Costa

José Paulo Velho Geraldo de Albuquerque Veloso

Leiria

Vasco da Gama Lopes Fernandes

José Henriques Vareda

Sérgio José Ferreira Ribeiro

Aguinaldo Espada de Oliveira Santos

Jorge Manuel de Jesus Nogueira Silvestre

Alberto Bernardes Costa, *não foi admitido e foi substituído por*

Henrique José de Sousa Neto

SUPLENTE

D. João Francisco de Paula Pais de Almeida e Silva

Viana do Castelo

Jorge Maia Ramos Pereira

Álvaro Baptista Pereira Salema de Araújo

António Feio Ribeiro da Silva

Alberto Marques de Oliveira e Silva

Aveiro

Alcides Strecht Monteiro

Almor Viegas Pires

Álvaro José Pedrosa Curado de Seiça Neves

Carlos Manuel Natividade da Costa Candal

José Rodrigues Pereira Rosmaninho

Francisco Marques Lima *não foi admitido*

Évora

Armando Antunes da Silva

Manuel Tierno Bagulho

Mário Ventura Henriques

Joaquim Lourenço Ventura Trindade

SUPLENTE

José Manuel Martins Portas

Setúbal

Joaquim Palmeiro Gonçalves

Álvaro Ribeiro Monteiro

José António Tavares da Cruz

José Malheiro da Silva

Santarém

António Antunes da Silva

Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto

José Fidalgo Marques Pereira

Maria de Jesus Simões Barroso

António Fernando Marques Ribeiro Reis

Blasco Hugo Fernandes, *não foi admitido e foi substituído por*

Alexandre Cabral

Vila Real

Júlio Augusto Montalvão Machado

Otilio Palheiros de Carvalho Figueiredo

José Alberto Rodrigues

Camilo de Barros de Sousa Botelho

SUPLENTE

João Meneses Campos

Guarda

César Augusto da Costa Tavares

João José Gomes

Manuel Jorge da Fonseca Tavares Lopes

Luís Erse Baeta de Campos

SUPLENTES

Silvina Augusta d'Almeida

António Rabaça Pereira

Castelo Branco

António Alfredo da Fonseca Tavares Alçada Baptista

Domingos Manuel da Cunha Pignateli Sena Belo Ferraz de Carvalho Megre

José de Bastos Rabaça

Manuel João Vieira

Bragança

Luís José Nuno Pessanha Teixeira Neves

Domingos Rodrigues da Ponte

Agostinho José Guedes Rafael

João António Vicente

SUPLENTE

Manuel António Teixeira

Viseu

Álvaro Monteiro

Augusto César Rodrigues Anjo

Mário Gomes da Silva

Armando dos Santos Lopes

Manuel Pereira Cardoso

Jaime Gaspar Gralheiro

Portalegre – *a lista não foi entregue*

António Mendes Aleixo

D. Fernando José Fernandes Costa Mascarenhas

Joaquim Vitorino Namorado

Nuno Teotónio Pereira

SUPLENTES

Feliciano Falcão

Raul Sousa Pinto

Funchal

António Egídio Fernandes Loja

Fernando Pereira Rebelo

José Manuel dos Reis Barroso

Ponta Delgada

António Eduardo Borges Coutinho

Manuel Barbosa

Ernesto Augusto Melo Antunes, *não foi admitido e foi substituído por*

João Silvestre Pacheco

SUPLENTE

António Arruda

1973

Lisboa

Alberto Arons de Carvalho

António Simões de Abreu

Carlos António de Carvalho

Dulcínio Caiano Pereira

Francisco Manuel da Costa Fernandes

Maria Helena Augusto das Neves Gorjão

Herberto de Castro Goulart da Silva

João Sequeira Branco

José Joaquim Gonçalves André

José Manuel Marques do Carmo Mendes Tengarrinha

Maria Luísa Rodrigues Amorim

Pedro Amadeu de Albuquerque Santos Coelho

Vítor Manuel Caetano Dias

José Maria Roque Lino, *não foi apresentado, tendo sido substituído pelo suplente*

José António Tavares da Cruz

SUPLENTES

Francisco José Cruz Pereira de Moura

Luís Filipe Lindley Cintra

António Fernandes Martins Coelho

Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia

Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto

Urbano Augusto Tavares Rodrigues

Gilberto Lindim Ramos

Francisco de Almeida Salgado Zenha

Fernando Abranches Ferrão

Porto

António Macedo Varela

Jerónimo de Sousa Peixoto de Almeida

Berta Monteiro (Berta Pereira Granja)

Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura

César da Silva Príncipe

Cassiano Pena de Abreu e Lima

Fernando Celso da Silva Lemos Ferreira

Horácio António Simões da Costa Guimarães

António da Silva Mota

Jaime Alves Vilhena de Andrade, *não aceitou*

Rui Manuel Polónio Sampaio, *não aceitou*

José Luís Nogueira, *não foi admitido, tendo sido os três últimos substituídos pelos suplentes*

Manuel Domingos de Sousa Pereira

José Augusto Nozes Pires

Célio Ezequiel de Albuquerque Melo da Costa

SUPLENTES

Arnaldo Abreu Pinheiro Torres Araújo

Joaquim da Silva Rocha Felgueiras

Virgínia de Faria Moura

Olívia Ferreira

Virgílio Moreira

António Cândido Miranda Macedo

Armando Fernandes de Moraes e Castro

Óscar Luso de Freitas Lopes

Vítor Óscar de Magalhães Silva Passos

Coimbra

Jorge Freitas Seabra

Luis Carlos Januário Santos

Maria Regina Dias Carvalheiro

Flávio Beleza Laranjeira

Alfredo Misarela Loureiro

Carlos Victor Baptista da Costa

SUPLENTE

António Carlos Ribeiro Campos

António Romeu de Azevedo da Cunha Reis

Castelo Branco

Carlos Alberto de Sousa Vale

José António Gabriel Pinho

Manuel João Vieira

António Teles André, *desistiu da candidatura e foi substituído por*

Carlos Alberto Ambrósio da Silva Ferreira

Aveiro

Amaral Simões dos Reis Pedreiras

Álvaro de Seíça Neves

António Manuel Neto Brandão

José de Oliveira e Silva

Rufino Jorge Rodrigues da Cunha

Manuel Augusto Domingues Dias de Andrade

Mário Bastos Rodrigues

Leiria

Carlos Norberto Freire Mota

José Henriques Vareda

Maria Odete de Brito Silva Oliveira Santos

Manuel de Sousa Baridó

António José Guarda Ribeiro

Custódio Pereira Maldonado Freitas

SUPLENTE

Amílcar Pinho

Santarém

Álvaro Favas Brasileiro

Arnaldo Gonçalves Santos

Humberto Pereira Diniz Lopes

João Luís Madeira Lopes

José Alves Pereira

José Manuel Bento Sampaio

SUPLENTE

José Faustino Rodrigues Pinhão

José Fidalgo Marques Pereira

Franklin Soares de Matos Torres

Évora

Ana Maria de Sousa e Faro Alves

António Barreto Areosa Feio

Fernando Iglésias dos Santos

Manuel João Passão

SUPLENTE

Mário Ventura Henriques

Joaquim Inácio Calhau Piteira Campos

Binadade Manuel Velez

Setúbal

Adilo Oliveira Costa

Artur Neves de Almeida

Ercília Carreira Pimenta Talhadas

João Aurélio Cruz dos Santos

Herculano Rodrigues Pires

Marcos Manuel Rolo Antunes, *a candidatura não foi aceite, tendo sido substituído pelo suplente*

Alfredo Rodrigues de Matos

SUPLENTE

António Dias

Apolónia Maria Alberto Pereira

José Neves Ramalho

Viana do Castelo – *a lista não foi apresentada*

Romeu de Sousa

João Abel Cerqueira

Manuel José Cruz Soares

António Victor da Silva Barros

SUPLENTE

João Arnaldo Rodrigues da Fonseca Maia

Ponta Delgada – *não foi admitida*

António Eduardo Borges Coutinho

Manuel Barbosa

Eduardo José Azeredo Pontes

SUPLENTE

Mariana de Medeiros da Câmara de Melo Cabral Marques Pinto

Olga Sousa Lima

Maria da Graça Machado Macedo Forjaz de Sampaio

CANDIDATOS A DEPUTADOS OPOSICIONISTAS À ASSEMBLEIA NACIONAL DO ESTADO NOVO (1945-1973)

ABEL, César Reis Ferreira (1922-1995) – *Lisboa, 1961* – Nasceu em Lisboa a 31 de Janeiro de 1922 e faleceu em 1995. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra e exerceu a sua profissão durante muitos anos em Oeiras. Esteve ligado ao MUD-Juvenil entre 1952 e 1955 e deu a sua colaboração a várias candidaturas da oposição mas só se apresentou como candidato a deputado em 1961. Foi várias vezes detido pela PIDE, acusado de actividades subversivas.

ABREU, António Simões de (1947) – *Lisboa, 1973* – Nasceu em Lisboa a 6 de Agosto de 1947. Estudou no Liceu Gil Vicente, em Lisboa, e licenciou-se em engenharia química pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, de cuja associação de estudantes foi dirigente. Foi director da revista *Binómio* entre 1968 e 1969 e neste último ano aderiu às organizações juvenis do PCP e colaborou na fundação da UEC. Participou no III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, em Abril de 1973, e em Agosto desse ano esteve presente, com outros setenta jovens portugueses, no X Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, realizado em Berlim, então capital da República Democrática Alemã. Já em 1974, passou à clandestinidade, ficando a trabalhar com o sector intelectual do Porto daquele partido. Entre 1976 e 2008 foi membro do Comité Central do PCP, partido que representou na Assembleia Municipal de Lisboa, entre 1985 e 1993, bem como na direcção da Organização Regional do Norte e, depois, na direcção da Organização Regional de Lisboa e no Conselho de Informação da RTP, na década de 80. Foi mandatário nacional das candidaturas de Ângelo Veloso e de Carlos Carvalhas à Presidência da República, respectivamente em 1986 e 1990. Foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa, com os pelouros da Educação e Juventude, a que acrescentou, quando reeleito, em 1997, o da Reabilitação Urbana dos Bairros Históricos da capital e a tutela da EBAHL e das Festas de Lisboa. Em 2001, foi o candidato do Partido Comunista às eleições para a Presidência da República. Tem-se dedicado a trabalhos de gestão e consultadoria pública e privada. É autor do livro intitulado *A Raiva de Salazar Contra a Unidade Democrática Representada por Humberto Delgado e Outros Episódios por Mim Vividos em 32 anos de Luta Antifascista* (Lisboa, 1975).

ABREU, Rodrigo Teixeira Mendes de (1908-?) – **Porto, 1957** – Nasceu em Penafiel a 20 de Fevereiro de 1908. Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas, foi professor do ensino liceal e técnico particular. Grande lavrador. Foi chefe da secretaria da Junta Geral do Distrito de Viana do Castelo. Apoiou o MUD. Viria a ser identificado como informador da PIDE ainda antes do 25 de Abril.

ABREU e LIMA, Cassiano Pena de (1939) – **Porto, 1973** – Nasceu na freguesia de Santo Ildefonso, Porto, a 1 de Agosto de 1939. Licenciou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, ingressando depois na carreira médica hospitalar. Doutorou-se, em 1985, na mesma Faculdade, com uma tese subordinada ao tema *Contribuição para o desenvolvimento de um sistema de electrocardiografia computadorizada*. Percorridos os diversos passos na carreira universitária, fez a agregação em 1990 e é, desde 2001, professor catedrático na mesma Faculdade. Entre 1965 e 1968 cumpriu o Serviço Militar Obrigatório, como alferes médico. De regresso à vida civil, trabalhou no Hospital de São João do Porto, primeiro como interno do internato geral (1968-1969), depois no serviço de cardiologia, de que foi director de serviço entre 1998 e 2003. Foi presidente da Sociedade Portuguesa de Cardiologia de 2005 a 2007. Pertenceu à Comissão Socioprofissional de Médicos do Movimento Democrático Português, ao qual esteve ligado, bem como ao Partido Comunista Português, tanto antes como depois do 25 de Abril. Foi membro da Assembleia Municipal do Porto nos dois primeiros mandatos eleitorais depois do 25 de Abril. Publicou mais de uma centena de trabalhos de índole científica e pedagógica, em revistas e livros, tanto em Portugal como no estrangeiro, entre os quais: *O coração nas miopatias heredofamiliares* (Porto, 1975), *A new ECG classification system for myocardial infarction based on receiver operating characteristic curve analysis and information theory* (1983), *A method for optimising ECG deterministic classifiers* (1988), *Frontal-plane QRS axis revisited: accuracy of current approximations and reappraisal of their merit in the diagnosis of right ventricular hypertrophy* (1988), *The diagnostic performance of computer problems for the interpretation of electrocardiograms* (1991), *O diagnóstico médico. Bases para uma utilização racional dos testes clínicos* (1997), *Automatic classifiers for the interpretation of the electrocardiogram* (1998), *Epidemiology of heart failure and ventricular dysfunction* (2000), *Avaliação do risco cardiovascular no indivíduo* (2007), *Metabolic Syndrome: practical implications of a concept* (2009).

ALEIXO, António Mendes (1933) – **Portalegre, CDE, 1969** – Nasceu em Barreiras do Tejo, Abrantes, a 23 de Maio de 1933. Fez os estudos secundários em Santarém e em Tomar e os estudos preparatórios de engenharia em Coimbra. Licenciou-se em engenharia electrotécnica, correntes fortes, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Entre 1961 e 1994, a sua actividade profissional desenrolou-se principalmente no Alentejo, no sector eléctrico: em particular, foi adjunto (1961-1963) e engenheiro-chefe da secção de Nisa da Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo (HEAA), acumulando então com a responsabilidade da condução dos aproveitamentos hidroeléctricos das centrais da Póvoa, Bruceira, Velada, Foz, Pracana, Idanha, Maranhão, Montargil e Gameiro. Entre 1974 e 1980, foi engenheiro-chefe da secção de Nisa e responsável pelo Departamento dos Sistemas Primários da zona Alto Alentejo-EDP. De 1980 a 1984 foi responsável pelo centro de distribuição da direcção operacional da distribuição Tejo-EDP. Posteriormente, exerceu cargos de administração em empresas dedicadas a energias. Em 1969, foi cabeça

de lista por Portalegre e em 1974 aderiu ao Partido Popular Democrático (PPD), quando da sua formação, tendo pertencido a vários mandatos nas comissões políticas distritais de Portalegre. Em 1974, foi fundador da comissão política concelhia de Nisa do PPD, da qual foi presidente durante vários mandatos. Foi também membro da comissão instaladora dos Trabalhadores Social-Democratas (TSD) e seu secretário distrital de Portalegre (1985-1997). Fez parte da comissão instaladora do Sinergia. Sindicato de Energia - em Junho de 1989, tendo pertencido aos órgãos sociais do sindicato desde a sua fundação. Foi deputado municipal do concelho de Nisa durante dezoito anos (1979-1997).

ALMEIDA, Artur Neves de (1940) – *Setúbal, 1973* – Nasceu na freguesia de Ovoa, concelho de Santa Comba Dão, a 23 de Fevereiro de 1940. Depois de completar o 2.º ciclo liceal, começou a trabalhar, com 14 anos, como aprendiz de electricista, até Abril de 1966; depois, como empregado bancário, até 1981; por fim, como sócio gerente de uma empresa de turismo, funções que continua a exercer. Entre os finais dos anos 1950 e o princípio dos anos 1960, fez parte da comissão cultural da Academia Almadense. Em 1967, completou o 2.º ciclo liceal, no ensino nocturno, nas escolas do Desportivo da Cova da Piedade. Foi membro da Comissão Pré-Eleitoral do Sindicato dos Bancários de Lisboa e candidato pela lista da classe bancária que viria a ser eleita e da qual foi afastado por decisão governamental. Em 1969, fez parte da comissão distrital da CDE e do seu secretariado de Setúbal para as eleições legislativas desse ano. Em 1973, integrou a comissão organizadora e a comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, e foi candidato pela CDE de Setúbal à Assembleia Nacional, substituindo Marcos Rolo Antunes, que não foi autorizado a concorrer. Membro do Partido Comunista desde 1970, fez parte dos organismos dirigentes do concelho de Almada e da sua direcção regional de Setúbal. Até Janeiro de 1975, foi membro da comissão nacional do MDP-CDE. Em 1979, apresentou-se nas listas da APU (Aliança Povo Unido) como candidato à presidência da assembleia municipal de Almada, cargo para que voltou a ser eleito nas eleições seguintes e que desempenhou até ao fim do mandato, em 1985.

ALMEIDA, Carlos Eugénio José Baptista de (1920) – *Coimbra, 1961* – Nasceu em Coimbra a 28 de Março de 1920. Formou-se em Arquitectura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Foi professor do ensino secundário. Em Abril de 1962, a PIDE prendeu-o, sob a acusação de «actividades subversivas» e de ligação ao Partido Comunista. Foi julgado no ano seguinte e condenado a dois anos e três meses de prisão, perda de direitos políticos por 15 anos e medidas de segurança, só tendo sido libertado em Dezembro de 1965. Colaborador de diversos jornais e revistas, designadamente *Vértice* e *Binário*, tem publicado obras de ficção, poesia, ensaio e crítica, como *A Cidade e o Homem* (1966), *Portugal, Arquitectura e Sociedade* (Lisboa, 1978), *Nos Cárceres do Fascismo* (Coimbra, 1974) e *Cronicon Conimbrigense* (1991).

ALMEIDA, Celso Galvão Pinto de (1927-2002) – *Beja, 1969, CDE* – Nasceu na Orca, Fundão, a 4 de Junho de 1927 e faleceu em Lisboa a 31 de Outubro de 2002. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Exerceu a advocacia em Castro Daire entre 1953 e 1956 e, a partir de 1957, exerceu funções de notário em Almodôvar e de conservador do Registo Civil em Ourique, tendo, nesse período, em que vivia em Castro Verde, participado na criação do Externato Dr. António Francisco Colaço e exercido

alguma actividade política clandestina. Em 1964, pediu licença ilimitada e fixou-se em Beja, onde passou a exercer a advocacia. Foi delegado na comarca de Ourique da Ordem dos Advogados entre 1959 e 1965. Pertenceu à comissão organizadora do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, em 1973. Esteve ligado à Acção Socialista Portuguesa e, em 1975, foi secretário de Estado da Administração Regional e Local, no IV Governo Provisório, tendo impulsionado o poder local no país. Regressou depois a Beja, onde continuou a exercer a advocacia, sendo simultaneamente, durante algum tempo, notário em Aljustrel.

ALMEIDA, Etelvina Lopes de (1916-2004) – *Lisboa, 1969, CEUD* – Nasceu em Serpa a 17 de Março de 1916 e faleceu em Tábua a 30 de Abril de 2004. Completou o curso liceal e, em 1941, começou a trabalhar na Rádio Renascença, primeiro como secretária, depois na locução. Ao fim de algum tempo entrou para uma empresa de recortes de jornais e iniciou uma colaboração na revista *Modas e Bordados*, cuja directora, Maria Lamas, a convidou a vir secretariá-la. Em 1943, já era chefe de redacção da revista e assinava contos e reportagens para o *Século Ilustrado* e, em 1944, concorreu a locutora da Emissora Nacional, tendo sido aprovada. Em 1945, foi um dos milhares de signatários das listas para a constituição do MUD. Quando Maria Lamas foi designada presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, em 1946, sucedeu-lhe na direcção da revista. Foi uma das conferencistas da exposição «Livros Escritos por Mulheres», organizada por aquela instituição, na Sociedade Nacional de Belas Artes, em Janeiro de 1947, uma iniciativa que teve grande repercussão mediática mas que seis meses mais tarde levaria ao encerramento, pela polícia, da sede do Conselho. Em 1948, assinou, juntamente com alguns outros colegas da Emissora Nacional, documentos oposicionistas que reclamavam a supressão da censura e a libertação de presos políticos, pelo que viria a ser afastada no ano seguinte. Começou então a colaborar em alguns jornais, no Rádio Clube Português e em pequenas emissoras radiofónicas privadas. Nesse ano, impressionada com a vida difícil no Alentejo, escreveu o seu primeiro livro, *Bia Calatróia*, e fez-se sócia da Liga Portuguesa Feminina para Paz e, quando esta acabou a actividade, ligou-se ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, em cuja direcção estiveram Sara Beirão e Maria Lamas. Foi secretária da Sociedade Portuguesa de Escritores, na presidência do dr. Jaime Cortesão. Em 1962, assinou um documento contra a guerra em África e foi demitida da *Modas e Bordados*, passando a desempenhar funções na empresa proprietária da revista. Deixou nessa altura de assinar as suas colaborações em jornais e revistas e assim se manteve até 1968, ano em que vai para Paris, donde enviou para *O Século* uma série de reportagens sobre os emigrantes portugueses, publicadas sem assinatura. Passou depois a coordenar o Gabinete de Relações Públicas de uma empresa imobiliária, tendo visitado vários países nessa qualidade. Depois do 25 de Abril, foi reconduzida no seu lugar, na agora Radiodifusão Portuguesa, e em 1975 passou a chefiar o departamento da Radiodifusão Portuguesa Internacional, tendo visitado então diversas comunidades portuguesas no estrangeiro. Fez parte do Grupo das Mulheres Socialistas e foi deputada pelo Partido Socialista à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República (I Legislatura), eleita, de ambas as vezes, pelo círculo de Évora. Dedicou-se posteriormente aos problemas da terceira idade e esteve na direcção da Fundação Sara Beirão/António Costa Carvalho que ajudara a fundar em Tábua. Em 1983, presidiu, em Estrasburgo, a uma sessão do Parlamento Europeu

para os Idosos, durante a qual foi aprovada a Carta Europeia para os Idosos. É autora de alguns livros, designadamente infantis e romances, como *Histórias que o Mundo Conta*, *Bia Calatróia*, *O Tontinho da Esquina*, *Maria Verdade*, *O Tambor da Paz* e *ABC da Culinária*.

ALMEIDA, Jerónimo de Sousa Peixoto de (1944) – **Porto, 1973** – Nasceu na freguesia do Bonfim, no Porto, a 7 de Agosto de 1944. Frequentou o Instituto Superior de Agronomia, de cuja Associação de Estudantes foi dirigente, entre 1965 e 1966. Na mesma altura, pertenceu à direcção da cooperativa Livrelco. Depois de, como dirigente associativo, ter assinado a acta de expulsão de um colega que seria informador da PIDE, foi mobilizado para Moçambique, tendo sido colocado em Boane, perto de Lourenço Marques, e depois no Niassa, onde foi ferido com certa gravidade na explosão de uma mina anticarro. Regressou em 1970 e começou a trabalhar no Banco de Portugal, em Maio de 1971. Na qualidade de bancário participou na luta pela reabertura do seu Sindicato na revisão do contrato de trabalho. Até se reformar, foi sempre delegado sindical ou membro da Comissão de Trabalhadores. Candidatou-se à Assembleia Nacional em 1973, depois do que se filiou no Partido Comunista.

ALMEIDA, José Maria Rodrigues de (1918-1984) – **Aveiro, 1953, lista Nacionalista** – Nasceu em Águeda a 30 de Março de 1918 e faleceu na mesma localidade em 29 de Outubro de 1984. Licenciou-se em Medicina pela Universidade do Porto, especializando-se em Pediatria. Foi presidente da comissão concelhia de Águeda da União Nacional, de que se demitiu pouco antes da apresentação da lista. Professor de Educação Física, na Escola Comercial e Industrial de Águeda esteve muito ligado à Associação Humanitária dos Bombeiros de Águeda, colectividade de que foi presidente da assembleia-geral (1954 e 1966-1967) e presidente da direcção (1958-1966). Graças à sua acção foi possível concretizar a criação de um quartel para os bombeiros de Águeda. Colaborou assiduamente no semanário *Independência de Águeda* com o pseudónimo de Simão Pratas.

ALMEIDA, Silvina Augusta d' (1915-2008) – **Guarda, 1969, CDE** – Nasceu em Santa Maria, concelho de Trancoso, a 25 de Julho de 1915 e faleceu em Avelosa, Meda, a 6 de Julho de 2008. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e exerceu a advocacia. Em Outubro de 1973, foi nomeada delegada da Ordem dos Advogados em Vila Nova de Foz Côa, passou a delegada na comarca de Meda, em Novembro de 1973, e foi nomeada delegada para o triénio 1975-1977 e reeleita para mais dois triénios sucessivos, até 1983. Foi candidata suplente pela Guarda em 1969.

ALVES, Ana Maria (1940-1989) – **Évora, 1973** – Nome profissional de Ana Maria de Sousa e Faro Alves. Nasceu em Lisboa a 23 de Março de 1940 e faleceu na mesma cidade a 15 de Fevereiro de 1989. Quando casou, tomou os apelidos do marido, António Manso Pinheiro. Em 1962, ainda estudante do curso de História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, adere ao Partido Comunista. Foi dirigente associativa da sua Faculdade e colaborou com a CDE de Lisboa desde a sua fundação, em 1969. Foi membro do Conselho Nacional da Paz e nessa qualidade deslocou-se clandestinamente a Berlim, na então RDA, com a dr.^a Helena Neves, a fim de participar na reunião do Conselho Mundial da Paz, ali realizada. Depois do 25 de Abril, foi oradora em diversos comícios

realizados em Lisboa e em Évora e fez tradução simultânea para francês e inglês de intervenções do então secretário-geral do Partido Comunista, dr. Álvaro Cunhal. Em Outubro de 1974, integrou-se no MDP-CDE, de cuja Comissão Distrital de Lisboa passou a fazer parte, e em Abril de 1975 foi candidata a deputada pelo círculo de Lisboa por aquele partido, mas em lugar inelegível. Abandonou o MDP-CDE em Junho do mesmo ano e, em 1977, deixou o Partido Comunista. Em 1976, iniciou a sua vida universitária, como assistente estagiária, na Faculdade de Letras de Lisboa, passando depois para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde trabalhou até falecer. Em Janeiro de 1978, assinou um manifesto dirigido *Ao Povo Português*, protestando contra o governo de coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático Social, que estava prestes a constituir-se. Aderiu ao Partido Socialista em Fevereiro de 1987. Como académica, proferiu conferências em Portugal e no estrangeiro e publicou artigos, tanto em jornais como em revistas da especialidade. Escreveu várias obras, designadamente: *Portugal e a Comuna de Paris* (Lisboa, 1971), *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino* (Lisboa, 1985) e *As Entradas Régias Portuguesas: Uma Visão de Conjunto* (Lisboa, 1986). Postumamente, foi publicada a colectânea *Comunicação e Silêncio – Textos de História, Política e Circunstância* (Lisboa, 1990).

ALVES, Rui Baltasar dos Santos (1933) – *Moçambique, 1969, CEUD* – Nasceu em Lourenço Marques, hoje Maputo, a 23 de Outubro de 1933. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Findos os estudos, voltou a Moçambique e, entre 1959 e 1974, exerceu advocacia em Lourenço Marques. Entre Setembro de 1974 e a independência moçambicana, exerceu as funções de ministro da Justiça do Governo de Transição de Moçambique, funções que manteve no I Governo. Foi deputado, ministro das Finanças (1978-1986), reitor da Universidade Eduardo Mondlane, entre 1990 e 1994. Foi embaixador na Suécia, entre 1994 e 2001 e, entre 2002 e 2004, exerceu as funções de conselheiro do presidente da República. Em Novembro de 2003, foi nomeado, pelo Chefe do Estado, presidente do Conselho (Tribunal) Constitucional de Moçambique.

AMADO, Fernando Alberto da Silva (1899-1968) – *Lisboa, 1961, Lista Monárquica* – Nasceu em Lisboa a 15 de Junho de 1899 e faleceu na mesma cidade em 23 de Dezembro de 1968. Licenciou-se em Ciências Históricas e Geográficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mas foi ao teatro que dedicou quase toda a sua vida. Autor, actor e encenador, foi professor de estética teatral, arte de representar e encenação no Conservatório Nacional e de arte dramática na Escola de Educadores. Entre as suas mais de três dezenas de obras teatrais – a primeira foi escrita aos 17 anos, uma peça futurista: *O Homem-Metal* –, contam-se comédias e peças infantis. Fundou, em 1946, em Lisboa, um grupo teatral, a Casa da Comédia, cujo primeiro espectáculo foi a sua peça-manifesto *A Caixa de Pandora*. Ainda muito jovem escreveu um poema dramático intitulado *O Pescador* e uma obra em que pretendeu resumir a doutrina monárquica: *Estrada Real* (Lisboa, 1943). Escreveu outros trabalhos de carácter político, como *A 3.ª Posição* (Lisboa, 1948), *Para Uma Política de Liberdade* (Coimbra, 1950) e *Para Uma Política de Entendimento* (Lisboa, 1959). Crítico de artes plásticas, colaborou em diversos jornais e revistas, designadamente a *Revista Portugal*, de Vitorino Nemésio. Na *Cidade Nova*

publicou alguns ensaios de filosofia política, sob o tema «Autoridade e Liberdade». Foi director do jornal monárquico *Aleo* (1941-1945), no qual, além de vários artigos sobre artes plásticas, publicou uma peça em três actos, intitulada *O Retrato de César*. Outras das suas obras teatrais são *O Meu Amigo Barroso*, *O Ladrão*, *Sua Excelência já não Atende Ninguém*, *D. Quixote e o Outro*, *A Máscara* e *Caiu um Anjo*. É também autor de uma tabela valorativa das marcas obtidas nas competições de atletismo. A sua obra tem sido comentada em trabalhos como: Duarte Ivo Cruz, *Fernando Amado Homem de Teatro*, (Guimarães, 1972); e Teresa Amado e Vítor Silva Tavares, *Peças de Teatro* (Lisboa, 2000).

AMADO, Luís Ernâni Dias (1901-1991) – **Lisboa, 1961** – Nasceu na freguesia de S. Paulo, em Lisboa, a 19 de Janeiro de 1901 e faleceu na mesma cidade em 26 de Junho de 1991. Licenciou-se na Faculdade de Medicina de Lisboa, estabelecimento onde depois se doutorou e onde passou a ensinar até 1947, ano em que foi desligado do serviço, por motivos políticos, de acordo com uma resolução do Conselho de Ministros. Foi um dos fundadores da Aliança Republicana e Socialista (1931) e da Liga contra a Guerra e o Fascismo (1934) e colaborou com o MUNAF e com o MUD. Em 1946, a polícia política já o referenciara como membro da União Socialista, que agrupava os dissidentes do antigo Partido Socialista Português. Em 1948, apoiou a candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República. Foi preso pela primeira vez em 19 de Agosto desse ano e posto em liberdade no mesmo dia. Em 1949, subscreveu os dois documentos que levaram o título «Aos Democratas Portugueses»: no primeiro, declarava-se o propósito de continuar a luta pelas liberdades fundamentais e no segundo, de Outubro, anunciava-se a preparação da presença oposicionista nas eleições legislativas que se realizariam em Novembro desse ano. Em 1957, era membro do Movimento Nacional de Defesa da Paz e da Comissão Cívica Eleitoral e foi um dos signatários da exposição enviada ao Presidente da República, no dia 1 de Outubro, explicando os motivos pelos quais a oposição não se apresentava a sufrágio. No ano seguinte, foi escolhido para a Comissão Nacional Pró-Candidatura do Eng. Cunha Leal à Presidência da República, candidatura que não vingou. Fez depois parte da comissão central dos serviços de candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Foi presidente da Comissão Administrativa da Liga dos Direitos do Homem (1950) e, em 1961, foi um dos subscritores do Programa para a Democratização da República, pelo que foi preso durante alguns dias. Voltaria a ser preso, em Dezembro de 1963, acusado de «actividades contra a segurança do Estado», tendo sido julgado em Outubro do ano seguinte e absolvido. Maçon desde 1928, foi grão-mestre do Grande Oriente Lusitano (1974-1981). Na sua actividade profissional, foi chefe dos Serviços de Análise Clínica dos Hospitais Cívicos de Lisboa. Conferencista e articulista, com colaboração em diversos jornais e revistas, deixou importante obra científica, designadamente: *Organização da Matéria Viva* (Lisboa, 1942), *A Organização Fundamental dos Seres Vivos* (Lisboa, 1944), *Cancro e Hereditariedade* (Porto, 1952), *Diagnóstico Laboratorial em Endocrinologia* (Lisboa, 1954), *Enciclopédia Médico-Cirúrgica Luso-Brasileira* (Lisboa, 1960), *Líquidos Orgânicos: Metabolismo da Água, Electrólitos e Ácido-Base* (Lisboa, 1968), *Reografia Intracardiaca: fundamentos teóricos e experimentais e algumas das suas contribuições hemodinâmicas* (Lisboa, 1980).

AMORIM, João Baptista Vaz (1880-1962) – *Vila Real, 1949* – Nasceu em Vilarinho das Paranheiras, Chaves, a 6 de Agosto de 1880 e faleceu na mesma localidade a 19 de Janeiro de 1962. Estudou no liceu de Guimarães, foi professor no Colégio de S. Joaquim, em Chaves, e, depois, entrou no Seminário de Braga. Ordenado sacerdote em 1901, foi colocado na freguesia de Paradela, Valpaços. Republicano de antes de 1910, não aceitou as perseguições ao clero e emigrou para o Brasil, onde foi exercer funções junto do bispo de S. Paulo. A pedido da mãe, regressou a Portugal e foi designado pároco de Lóios, onde permaneceu durante 23 anos, depois do que pediu para ser colocado na freguesia de Bouçoais, onde se dedicou à investigação arqueológica e etnológica, tendo publicado artigos sobre o tema em diversos jornais e revistas, quase sempre assinados com o pseudónimo João da Ribeira. Em 1949, foi candidato pela lista organizada em Vila Real e que não foi aceite, sob o pretexto oficial de que não fora possível obter a sua certidão de eleitor, facto que ele mais tarde desmentiria. Publicou, também, com o nome de João da Ribeira, o livro *Pelos Povoados da Serra: aspectos portugueses* (Chaves, 1935), bem como um trabalho sobre arqueologia: *Na Citânia de Briteiros: uma pedra enigmática?* (Guimarães, 1952). Deixou preparado outro livro, que se intitularia *Coisas da Minha Terra* e que não chegou a ser publicado.

AMORIM, José Justino de (1894-?) – *Braga, 1957* – Nasceu em 1894. Engenheiro agrónomo, foi director do Posto Agrário de Braga. Ao Primeiro Congresso Nacional de Pecuária, realizado em Lisboa, em 1928, apresentou uma comunicação intitulada «Alguas Considerações sobre a Pecuária Bovina Minhota». Publicou vários trabalhos, designadamente *O Minho Rural* (Braga, 1907), *Os Vinhos Verdes do Minho* (Lisboa, 1938) e *A Cultura da Batata* (Lisboa, 1942).

AMORIM, Maria Luísa Rodrigues (1946) – *Lisboa, 1973* – Nasceu em Lisboa em 1946 e licenciou-se em Medicina pela Universidade de Lisboa. Enquanto estudante, foi dirigente da associação de estudantes da sua Faculdade. Desde 1969 que participou nos trabalhos da oposição democrática, integrada no Movimento Democrático de Mulheres. Em 1987, pertenceu à Comissão Nacional de Eleições, pela CDU.

ANDRADE, Adelino Augusto Miranda de (1925-1982) – *Braga, 1961, Lista B; 1969, CEUD* – Nasceu em Santa Maria Maior, Barcelos, a 2 de Julho de 1925 e faleceu em 31 de Maio de 1982. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, cidade onde exerceu a advocacia. O seu nome surgiu em panfletos como membro da comissão universitária do MUD Juvenil, facto que negaria numa exposição dirigida ao ministro do Interior. Apoiou as candidaturas à Presidência da República dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado. Em Novembro de 1967, subscreveu um telegrama dirigido à Ordem dos Advogados e ao ministro do Interior solicitando a libertação do advogado Humberto Soeiro, detido pela PIDE, e, em Maio de 1968, assinou uma representação ao Presidente da República, protestando contra a ilegalidade da deportação do dr. Mário Soares para S. Tomé. Em 1969, nas suas intervenções como candidato a deputado, pôs em causa a política ultramarina. Depois do 25 de Abril, foi deputado, pelo Partido Socialista, à Assembleia Constituinte e vogal da 6.ª Comissão de «Tribunais». Entre 1978 e 1980 foi delegado da Ordem dos Advogados na comarca de Barcelos.

ANDRADE, Alberto Augusto Martins da Silva (1927-2006) – *Porto, 1961* – Nasceu em Oliveira de Azeméis a 29 de Outubro de 1927 e faleceu na freguesia de Mafamude, Vila Nova de Gaia, em 17 de Julho de 2006. Tirou o Curso Geral do Comércio. Empregado bancário, em 1960 foi eleito para a direcção do Sindicato Nacional do Empregados Bancários, mas a sua eleição não foi homologada pelo Ministério das Corporações. Pertenceu, desde 1955, aos corpos gerentes de vários organismos culturais do Porto, como a Sociedade Editora Norte, Cine-Clube e Círculo de Cultura Teatral. Depois do 25 de Abril, foi deputado à Assembleia Constituinte e foi eleito deputado, pelo Partido Socialista (círculo do Porto), à Assembleia da República, na I Legislatura, tendo sido vogal da Comissão de Administração e Poder Local. Foi presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

ANDRADE, Artur Vieira de (1913-2005) – *Porto, 1957* – Nasceu na freguesia de Cedofeita, Porto, a 14 de Maio de 1913 e faleceu na mesma cidade em 11 de Novembro de 2005. Arquitecto pela Escola Superior de Belas Artes do Porto, foi apoiante do MUD e secretário-geral da candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Em consequência das suas actividades políticas, foi várias vezes detido, embora por curtos períodos, entre 1935 e 1966, acusado de atentar contra a segurança do Estado. Uma das detenções foi provocada por ter assinado o Programa para a Democratização da República (1961) e estar presente na conferência de imprensa em que o texto foi entregue aos jornalistas. Foi militante do PCP durante alguns anos, mas depois afastou-se e, a seguir ao 25 de Abril, filiou-se no recém-fundado PPD, de cujas comissões políticas do norte e central de admissão foi membro. Primeiro presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, em Dezembro de 1975, seria depois – entre 1979 e 1982 – seu vice-presidente. Em 1989, candidatou-se pelo PRD à presidência do mesmo município, tendo sido derrotado pelo socialista Fernando Gomes.

ANDRADE, Jaime Alves Vilhena de (1922-2000) – *Porto, 1957; 1973* – Nasceu no Porto a 29 de Agosto de 1922 e faleceu em 2000. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu a advocacia no Porto. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados do Porto e de Lisboa que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Em 20 de Maio de 1965, foi preso, sob a acusação de actividades contra a segurança do Estado, vindo a ser libertado a 19 do mês seguinte. Entre 1969 e 1971, foi delegado às assembleias-gerais da Ordem dos Advogados. Foi um dos militantes da Acção Socialista Portuguesa que esteve em Bad Münstereifel, na Alemanha, a 19 de Abril de 1973, na reunião que criou o Partido Socialista, de que foi membro até 1977. Foi deputado independente à Assembleia Municipal do Porto.

ANDRADE, Manuel Augusto Domingues Dias de (1918-1997) – *Aveiro, 1973* – Nasceu em Canelas, Estarreja, a 7 de Janeiro de 1918 e faleceu na Murtosa a 16 de Julho de 1997. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Desde 1945, participou em todas as campanhas eleitorais para deputados e para a Presidência da República. Pertenceu às comissões centrais do MUD-Juvenil e do Movimento Nacional Democrático. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Participou nos

três congressos oposicionistas realizados em Aveiro, no último dos quais fez parte das suas comissões nacional e executiva. Foi membro da delegação da Ordem dos Advogados de Estarreja, entre 1966 e 1968 e entre 1972 e 1977.

ANDRADE, Ruy de (1880-1967) – **Portalegre, 1945** – Nasceu em Génova, na Itália, a 1 de Junho de 1880 e faleceu no Estoril em 20 de Dezembro de 1967. Era filho do pintor, arqueólogo e arquitecto Alfredo Andrade que, em Itália, dirigiu, durante muitos anos, algumas das mais importantes instituições artísticas do seu tempo. Estudou em Itália e licenciou-se em Ciências Agrárias na Universidade de Pisa. Em Portugal, dedicou-se, desde 1905, à agricultura e à pecuária na herdade de Font’Alva que seu pai criara, na freguesia de Santa Eulália, Elvas. Juntamente com outros lavradores da região, fundou o Sindicato Agrícola de Elvas. Amigo e companheiro de caçadas do Rei D. Carlos, partidário de João Franco e do seu Partido Regenerador-Liberal, foi eleito deputado por Portalegre em Agosto de 1906. Entre 1908 e 1910, foi presidente da Câmara Municipal de Elvas, cargo a que resignou quando foi proclamada a República. A sua propriedade Font’Alva quase foi destruída nessa altura e ele próprio chegou a ser atacado e ferido. Participou em diversas conspirações monárquicas e, em 1914, foi julgado à revelia e condenado, mas não chegou a ser preso, pois exilara-se em Itália, só regressando a Portugal no ano seguinte. Foi eleito deputado, em 1918, por Tomar, e voltou a ser eleito, em 1921, 1923 e 1925, por Elvas. Presidiu durante muitos anos à direcção do Grémio da Lavoura de Elvas e à Associação Central da Agricultura Portuguesa, cargo que ainda exercia quando faleceu. Em 1935, tomou posse como procurador à Câmara Corporativa, na 17.^a secção (Educação Física e Desportos), na qualidade de representante do Comité Olímpico Português. Foi vogal do Conselho Superior de Pecuária, no Ministério da Agricultura e membro da Comissão Técnica de Remonta, no Ministério da Guerra e vice-presidente e presidente da Fundação da Casa de Bragança e presidente da Junta Directiva da Causa Monárquica. Em 1945, o seu nome foi apresentado em duas listas oposicionistas por Portalegre, uma das quais seria recusada pelo governador civil. Todavia, viria a ser incluído na lista da União Nacional por esse distrito, no mesmo ano, tendo sido, naturalmente, eleito. Voltaria a ser eleito para a VI legislatura da Assembleia Nacional, (1953-1956). Entre 1951 e 1967, foi lugar-tenente da Ordem do Santo Sepulcro. Colaborou em diversos jornais e revistas, foi director da revista *Lavoura Portuguesa* e deixou algumas obras, como *Equídeos do Fim do Paleolítico e Início do Neolítico* (1939), *A Pecuária Alentejana* (1941), *O Cavalo Sorraia* (1945) e *Elementos para a História da Coudelaria de Alter*, 6 volumes em colaboração com J. Barbosa Nazaré e Joaquim Tiago Ferreira (1947-1971).

ANDRÉ, António Teles (1946) – **Castelo Branco, 1973** – Nasceu em Santa Maria Maior, Covilhã, a 5 de Fevereiro de 1946. Engenheiro. Embora o seu nome tivesse sido indicado como candidato, resolveu não concorrer e foi substituído por Carlos Alberto Ambrósio da Silva Ferreira. Não foi possível obter mais dados.

ANDRÉ, José Joaquim Gonçalves (1939) – **Lisboa, 1973** – Nasceu em Montalegre, Vila Real, a 20 de Abril de 1939, e frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo participado nas lutas académicas de 1962. Foi dirigente do Sindicato

dos Bancários e jornalista, tendo sido redactor do vespertino *República* e colaborador da *Seara Nova*. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, tendo feito parte da Comissão de Saúde e de Segurança Social. Durante a campanha eleitoral para as legislativas desse ano foi preso, juntamente com outras pessoas, quando procedia à distribuição de manifestos de apresentação dos candidatos. Foi levado para Caxias, de onde seria libertado ao fim de cinco dias, sem pagamento de caução, por ser candidato a deputado, enquanto os que não eram candidatos tiveram de pagar uma caução para saírem em liberdade. Todavia, nesse período eleitoral – que duraria duas semanas – seria preso e solto dezoito vezes, devido a acções de propaganda junto de esquadras da PSP ou de postos da GNR. Funcionário de um estabelecimento bancário em Lisboa, foi um dos fundadores da actual CGTP-IN, tendo participado em todas as reuniões directivas da sua primeira fase, ou seja, até ao encerramento do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, no início de 1972, e acabou despedido pela sua actividade sindical. Trabalhou depois no vespertino *República* (1972-1975) de onde saiu para *O Século*, onde ficou até o jornal ser fechado, em 12 de Fevereiro de 1977. No ano seguinte, ingressou no Departamento de Informação da CGTP até se reformar, em 2005. Antes do 25 de Abril, esteve filiado no Partido Socialista entre Dezembro de 1973 e fins de Maio de 1974, saindo por discordar da política sindical desse partido. Aderiu ao MDP-CDE, de cuja comissão política fez parte e em cuja lista, pelo círculo de Vila Real, foi candidato a deputado à Assembleia Constituinte. Em 1976, foi candidato a deputado pelo mesmo círculo mas na lista da APU. Nas eleições autárquicas de 1982, em que concorreu na lista da CDU, foi eleito para a Assembleia Municipal de Ourique, de que foi presidente nesse mandato e na quase totalidade do seguinte. Tem sido eleito sucessivamente, sempre na lista da CDU, para o mesmo órgão municipal.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner (1919-2004) – **Porto, 1969, CEUD** – Nasceu no Porto a 6 de Novembro de 1919 e faleceu em Lisboa a 2 de Julho de 2004. Estudou Filologia Clássica em Lisboa, entre 1936 e 1939, mas regressou ao Porto sem concluir o curso. Considerada um dos maiores nomes da poesia portuguesa do século xx, começou por colaborar nos *Cadernos de Poesia*, que José Blanc de Portugal, Tomás Kim e Ruy Cinatti dirigiam, e, em 1944, reuniu em livro essas primeiras composições, e outras ainda anteriores, no volume intitulado *Poesia*. Em 1958, escreveu o seu primeiro livro para crianças, *A Menina do Mar*. Outros se seguiram, destinados aos seus cinco filhos, como *O Rapaz de Bronze*, *A Fada Oriana* ou *O Cavaleiro da Dinamarca*. Distinguiu-se também como tradutora de Paul Claudel, Shakespeare, Eurípedes e Dante, tendo sido condecorada pelo governo italiano pela sua tradução de *O Purgatório*. Por outro lado, verteu para francês obras de poetas portugueses, como Camões, Cesário Verde, Mário de Sá Carneiro e Fernando Pessoa. Em 1946, casou com o advogado e político Francisco Sousa Tavares, mudando-se então, definitivamente, para Lisboa. A sua intervenção cívica foi constante e, em 1969, fez parte do grupo que fundou a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Em 1975, foi deputada à Assembleia Constituinte pelo Partido Socialista. Está representada em numerosas antologias e recebeu diversos galardões importantes, designadamente o Prémio Luís Miguel Nava, em 1998, o Prémio Camões, em 1999, e o Prémio Rainha Sofia de Poesia Ibero-Americana, em 2003. De

entre as suas principais obras destacam-se *Dia do Mar*, Porto, 1947; *Coral*, Lisboa, 1950; *Mar Novo*, Lisboa, 1958; *Tempo Dividido*, Lisboa, 1959; *Livro Sexto*, Porto, 1962; *Geographia*, Porto, 1967; *O Nome das Coisas*, Porto, 1977 e *A Floresta*, Porto, 1978. Publicou igualmente alguns textos teóricos, como *Poesia e Realidade*, *Arte Poética* I, II, III e IV e *Poesia e Revolução*. À sua obra têm sido dedicados vários trabalhos, como *Ler Sophia: Os Valores, os Modelos e as Estratégias Discursivas nos Contos de Sophia de Mello Breyner Andresen* (Marta Martins, Porto, 1995); *Iniciação aos Mistérios da Poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen* (Carlos Ceia, Lisboa, 1996); *Sophia, Infância e Apelo do Mar – elementos para uma leitura da obra para crianças* (José António Gomes, Matosinhos, 2000).

ANJO, Augusto César Rodrigues (1915-1969) – *Viseu, 1969, CDE* – Nasceu em Couto Monteiro, Santa Comba Dão, a 11 de Novembro de 1915 e faleceu em Viseu a 27 de Novembro de 1969, poucos dias depois da realização das eleições a que concorrera. Era filho de César Augusto Anjo de Deus, escritor e inspector do Ensino Primário, compulsivamente afastado do ensino em 1930. Licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra, aderiu ao Partido Comunista quando ainda era estudante. Foi médico pediatra em Viseu, participou em vários congressos internacionais da sua especialidade e publicou numerosos trabalhos, alguns deles no *Jornal do Médico*, sobre problemas médico-sociais e de investigação, a maioria sobre temas pediátricos, como *Evolução da Mortalidade Infantil* (1961) ou *Anabolizantes em Crianças com Distrofias Alimentares* (1963). Escreveu textos sobre educação social, como *Luta Antivenérea* (Lisboa, 1948) ou *Educação Sexual e Moral da Juventude* e proferiu conferências sobre o tema para os estudantes em Coimbra. Participou no I e no II congressos republicanos de Aveiro (1957 e 1969). Em ambos apresentou teses: «Mortalidade Infantil em Portugal», no primeiro, e, com Joaquim dos Santos Simões e Fernando Mouga, «Tomaz da Fonseca Vivo – Um Intelectual sem Bandeira Irmanado com o Povo», no segundo. Foi, aliás, grande animador do movimento Pró-Casa Tomaz da Fonseca. Desde os tempos de estudante que se interessou pelo esperanto, tendo dedicado muito tempo à sua divulgação e participado em congressos mundiais de esperanto realizados em várias cidades europeias e em Tóquio, apesar de, nessa época, em Portugal, a utilização do esperanto não ser autorizada pelas autoridades. Devido à sua actividade política, foi preso em 4 de Junho de 1947, mas foi solto duas semanas depois, a 17 do mesmo mês. Foi membro da Comissão Distrital do MUD e participou activamente em todas as campanhas eleitorais, designadamente as do general Norton de Matos (1948) e do prof. Ruy Luís Gomes. (1951) para a Presidência da República.

ANTUNES, Ernesto Augusto Melo (1933-1999) – *Ponta Delgada, 1969, CDE* – Nasceu em Lisboa a 2 de Outubro de 1933 e faleceu em Sintra a 10 de Agosto de 1999. Dos 6 aos 9 anos viveu em Angola, onde o pai – então sargento do Exército (que depois ascendeu na carreira até à patente de major) – cumpria uma comissão de serviço. Faz depois os estudos liceais em Aveiro, Faro e Tavira e, em 1953, ingressa na Escola do Exército onde, findo o ano de preparatórios, escolhe a arma de Artilharia; simultaneamente, frequenta algumas aulas na Universidade de Lisboa, primeiro em Ciências Históricas

e Filosóficas e, depois, em Direito, com o objectivo principal de estar a par da bibliografia. Ao ser promovido a alferes, em fins de 1957, foi colocado no Açores, em S. Miguel, e aí desenvolveu intensa actividade cultural: por exemplo, participou com um conto nuns jogos florais e organizou uma sessão sobre a Nona Sinfonia de Beethoven, com comentários de um futuro presidente da Assembleia da República, Mota Amaral. A política também o interessou, desde os tempos do liceu, e participava activa e frequentemente em reuniões em que se discutia um pouco de tudo: filmes, livros, pessoas, ideias e ideologias. A sua actividade intensificou-se a partir de 1958, quando da campanha eleitoral do general Humberto Delgado. Tenente em 1959, capitão em 1961, em 1962 forma, com Manuel Alegre, as Juntas de Acção Patriótica dos Açores, agrupamentos particularmente activos em S. Miguel, em trabalhos de consciencialização política, particularmente junto dos oficiais milicianos que por ali passavam, em trânsito para as frentes de combate em África. Estabeleceram-se mesmo contactos com o general Humberto Delgado, propondo-lhe que desembarcasse em S. Miguel e daí proclamasse um governo provisório para Portugal, o que acabou por não se verificar. Anos mais tarde, num colóquio em Ponta Delgada, apresentou uma comunicação intitulada «A Resistência nos Açores nos anos 60». Em 1963, parte para Angola, no que foi a sua primeira comissão de serviço naquele território, onde voltaria, para segunda comissão, em 1966. No fim de ambas as comissões pede para ser colocado nos Açores, onde constituíra família. Candidato, na lista da CDE, às eleições legislativas de 1969, não só não foi autorizado a concorrer, sob pretexto de se tratar de um militar no activo, como foi imediatamente transferido para o Continente. Redige ainda, no entanto, um documento denominado «Declaração de Ponta Delgada». É colocado em Évora, a fim de formar um batalhão de artilharia, destinado a Angola, onde cumprirá terceira comissão de serviço, entre 1971 e 1973. Promovido a major em 1972, regressa a Lisboa em meados de 1973, e no início do ano seguinte (a primeira reunião do então denominado Movimento dos Capitães em que participa realiza-se a 5 de Fevereiro) liga-se ao movimento que derrubaria o regime a 25 de Abril de 1974. Juntamente com Costa Brás, Sousa e Castro e Moreira de Azevedo redige o documento intitulado «O Movimento, as Forças Armadas e a Nação» e depois cabe-lhe coordenar a primeira versão do Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), que entrega a Vítor Alves na véspera de voltar aos Açores, a 23 de Março. Regressa a Lisboa a 2 de Maio desse ano, faz parte da Comissão Coordenadora do MFA e é nomeado pelo general Spínola para o Conselho de Estado. Em Julho é nomeado ministro sem pasta do II Governo Provisório, tendo a descolonização como principal responsabilidade. Antes, deslocara-se a Roma, acompanhado pelo comandante Almeida Costa, para conversações na embaixada da Tanzânia em Itália. Posteriormente, assina o acordo de Lusaca, que fixa a data da independência de Moçambique. No III Governo Provisório (de 30 de Setembro de 1974 a 26 de Março de 1975), volta a ser indicado como ministro sem pasta, agora com responsabilidade nos assuntos económicos, e é designado coordenador de um grupo de trabalho que elabora um plano de acção económico-social – que ficou conhecido por Plano Melo Antunes –, aprovado em 8 de Fevereiro de 1975, mas cuja aplicação foi inviabilizada pelo movimento de 11 de Março. Antes, em Janeiro, assinara, no Alvor, com os movimentos de libertação angolanos, o acordo que fixou a data de independência de Angola. Em 14 de Março seguinte, integra o Conselho da Revolução, de

que fará parte até à sua extinção, em 1982, altura em que, já tenente-coronel (desde 1978), passa à reserva. Em Junho de 1975, é um dos autores do Plano de Acção Política (PAP), elaborado após uma reunião alargada do Conselho da Revolução, com o objectivo de reunir consenso para resolver a crise política que se vivia e cujo agravamento se receava. Ministro dos Negócios Estrangeiros no IV Governo Provisório (de 26 de Março a 8 de Agosto de 1975), não faz parte do V Governo mas regressa à mesma pasta no VI Governo. É o principal autor do Documento dos Nove, entregue ao Presidente da República, general Costa Gomes, a 7 de Agosto de 1975 e que pretendia esclarecer as posições ideológicas dentro do Conselho da Revolução. No entanto, em Novembro do mesmo ano, perante as vozes que queriam ilegalizar o Partido Comunista, afirma publicamente que considera esse partido indispensável à consolidação da democracia em Portugal. Entre 1977 e 1983, foi presidente da Comissão Constitucional (antecessora do Tribunal Constitucional) e, no segundo mandato do Presidente Ramalho Eanes, é nomeado conselheiro de Estado, cargo que já ocupara durante a presidência do general Spínola e a que voltará na Presidência de Jorge Sampaio. Foi também consultor (1984) e subdirector-geral (1986-1988) da UNESCO, mas não pôde candidatar-se à presidência, em 1992, por não ter obtido o apoio do governo português. Em 1991, passara à reforma e aderira formalmente ao Partido Socialista. Em 2004, foi promovido a coronel, a título póstumo. Por decisão da Câmara Municipal de Lisboa, foi dado o seu nome a uma rua no Alto do Lumiar. Deixou vários escritos e depoimentos sobre o 25 de Abril e a sua actividade política, parte do seu espólio que foi doado pela família à Torre do Tombo. Em 1976, Manuela Rama e Carlos Plantier publicaram *Melo Antunes: Tempo de Ser Firme* (Lisboa 1976) e, anos mais tarde (Lisboa, 2004), Maria Manuela Cruzeiro publicou, com o título *Melo Antunes, o Sonhador Pragmático*, a extensa entrevista que lhe foi concedida. Recordando o décimo aniversário do seu falecimento, ao longo do ano de 2009 foram-lhe prestadas diversas homenagens, culminando em 27 e 28 de Novembro com a realização do Fórum: Liberdade e Coerência Cívica – O exemplo de Ernesto Melo Antunes na História Contemporânea Portuguesa.

ANTUNES, Marcos Manuel Rolo (1925) – Setúbal, 1973 – Nasceu na freguesia do Beato, em Lisboa, a 13 de Janeiro de 1925. Técnico de contas na Cova da Piedade, foi também 3.º oficial da Inspeção-Geral de Produtos Agrícolas. Fez parte do MUD-Juvenil desde 1946. Foi seis vezes preso pela PIDE, a primeira em 1951 acusado de «actividades contra a segurança do Estado». Em 19 de Maio de 1958 voltou a ser detido, agora acusado também de pertencer ao Partido Comunista desde 1956, mas só foi julgado em 1960, tendo sido condenado a dois anos e oito meses de prisão, mais medidas de segurança, pelo que só foi libertado em 3 de Novembro de 1964. Voltou a ser detido em 1969 mas por curto prazo. A sua candidatura por Setúbal à Assembleia Nacional, em 1973, não foi aceite, tendo sido substituído pelo suplente Artur Neves de Almeida. Quando do 25 de Abril, encontrava-se preso em Caxias, tendo saído em liberdade no dia 27. Foi, nesse ano, um dos membros da comissão administrativa da Câmara Municipal de Almada. Foi várias vezes candidato a deputado, pelo seu partido, à Assembleia da República.

ARAÚJO, Álvaro Baptista Pereira Salema de – v. SALEMA, Álvaro

ARAÚJO, Arnaldo Abreu Pinheiro Torres (?) – **Porto, 1973** – Estudante. Suplente. Não foi possível obter dados deste candidato

ARNAUT, António Duarte (1936) – **Coimbra, 1969, CDE** – Nasceu em Cumieira (Penela) a 28 de Janeiro de 1936 e licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, tendo exercido a advocacia em Penela, em Ansião e em Coimbra. Ainda estudante, começou a participar nos movimentos oposicionistas ao Estado Novo. Em 1959, depois da campanha presidencial do general Delgado, em que participara activamente, assinou, com mais quatro dezenas de católicos, um pedido de inquérito à actividade da PIDE, em carta dirigida ao presidente do Conselho. Aderiu à Acção Socialista Portuguesa, organização que deu origem ao Partido Socialista, a cujo congresso fundador, realizado em 1973, na então capital da República Federal da Alemanha, Bona, presidiu. Também em 1973, apresentou ao III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, de 4 a 8 de Abril, um trabalho intitulado «Breve Comunicação sobre a Estratégia Política da Oposição Democrática nas Próximas Eleições Legislativas». Depois do 25 de Abril, foi presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Penela, deputado e secretário da mesa da Assembleia Constituinte e deputado à I e II legislaturas da Assembleia da República (1976-1983), de que seria vice-presidente na I legislatura e na I sessão da II legislatura. No II Governo Constitucional (1978), foi ministro dos Assuntos Sociais, tendo então criado o Serviço Nacional de Saúde. Foi membro do Conselho Superior da Magistratura, vice-presidente e presidente da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem e presidente do conselho distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados. Foi também fundador e presidente da Associação Portuguesa dos Escritores Juristas. É o militante número 4 do Partido Socialista, embora se tenha afastado da vida política activa em 1983. Entre 2002 e 2005, foi grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, iniciando uma política de abertura à sociedade civil e de relacionamento com as instituições do Estado. Poeta, ficcionista, ensaísta e conferencista, é autor de uma vintena de obras, como *Iniciação à Advocacia: história, deontologia, questões práticas* (Coimbra, 1989), *Miniaturas outros sinais: poesia* (Coimbra, 1987), *Ossos do Ofício* (Coimbra, 1990), *O Pássaro Azul: contos e poemas de Natal* (Coimbra, 1998), *Ética e Direito – algumas questões concretas* (Coimbra, 1999), *Estatuto da Ordem dos Advogados – anotado* (Coimbra, 2000), *Introdução à Maçonaria* (Coimbra, 2001), *Fernando Pessoa e a Maçonaria* (Coimbra, 2005) e *A Seiva da Raiz* (Coimbra, 2002). Em 2004, assinalou o 50.º aniversário da sua vida literária com a publicação de uma *Recolha Poética* (Coimbra) e, em 2007, publicou o romance histórico *Rio de Sombras*, que abarca vinte anos da vida político-social portuguesa, no final do salazarismo e no marcelismo.

ARRUDA, António Manuel (1943-1994) – **Ponta Delgada, 1969, CDE** – Nasceu nas Furnas, Povoação, S. Miguel, Açores, em 27 de Fevereiro de 1943 e faleceu em Ponta Delgada a 3 de Dezembro de 1994. Frequentou o Seminário de Angra e, posteriormente, o Liceu Nacional de Ponta Delgada. Iniciou os estudos de Direito na Universidade de Coimbra e completou-os na Universidade de Lisboa mas nunca advogou. Foi professor do ensino secundário. Publicou poesia e ensaios literários na imprensa açoriana. Esteve ligado ao MDP e foi candidato suplente em 1969.

ARRUELA, José d' (1881-1960) – *Lisboa, 1945* – Nasceu em Ovar a 5 de Junho de 1881 e faleceu em Lisboa a 28 de Julho de 1960. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, escreveu, ainda estudante, dois livros de versos: *Contrastes* (Coimbra, 1900) e *As Convulsões da Pátria* (Coimbra, 1901). Abriu escritório de advogado em Lisboa. Em 1908, defendeu, nas páginas de *O Século*, que aos marinheiros que se haviam revoltado deveria ser concedida uma amnistia. Aliás, ao longo da vida, defendeu gratuitamente nos tribunais réus de delitos políticos, fossem monárquicos ou republicanos. Viria a ser preso várias vezes na sequência de tentativas revolucionárias monárquicas. Defendeu energicamente em julgamento os implicados nas incursões monárquicas dos primeiros anos do regime republicano. Fundou o primeiro Centro Monárquico de Lisboa, foi presidente da comissão de organização política da Causa Monárquica e director do jornal *Diário da Manhã* (1914), que ele próprio definia como «primeiro jornal oficioso de El-Rei D. Manuel». Foi fundador e director da revista jurídica *Voz do Direito* (1942) e colaborou em vários jornais – como *O Século*, o *Diário de Notícias*, a *Época* e a *Voz* – e, por vezes, envolveu-se em duelos resultantes das polémicas jornalísticas. Em 17 de Outubro de 1945, anunciou que ia apresentar a sua candidatura a deputado por Lisboa, frisando que o fazia como independente e que iria dar a conhecer, em próxima reunião pública, o seu programa e que, em manifesto ao país, faria a análise crítica dos actos da situação, quer na política interna, quer na externa. Todavia, os jornais não voltaram a referir esta sua candidatura, a qual não pôde ser aceite porque a lei exigia que as listas contivessem o número total de deputados a eleger por cada círculo, dez no caso de Lisboa. O julgamento dos criminosos de guerra nazis em Nuremberga levaram-no a dirigir-se a várias associações jurídicas internacionais contra a presença de soviéticos no tribunal. Além de ter proferido numerosas conferências, deixou várias obras de carácter político, como *A Monarquia e a República – O Programa do Diário da Manhã* (Lisboa, 1914), *A Tragédia Nacional – Alemanha e Portugal – Episódios Históricos* (Coimbra, 1940) ou *O Equilíbrio Peninsular – 10 Invasões Espanholas* (Coimbra, 1944).

AZEVEDO, Elísio Guilherme de (1896-1964) – *Braga, 1961, Lista C*, – Nasceu em Refojos, Cabeceiras de Basto, Braga, no dia 1 de Outubro de 1896, e faleceu no lugar do Carvalhal, Cabeceiras de Basto, a 14 de Janeiro de 1964. Fez os estudos primários e, em Maio de 1914, alistou-se como voluntário no Exército, na Arma de Infantaria e foi colocado em Angola, onde chegou em Novembro de 1915, tendo participado nas campanhas que decorreram no Sul. 2.º sargento da guarnição de Angola em 1915, 1.º sargento em 1918, foi promovido a alferes do Quadro Privativo das Forças Coloniais a 25 de Outubro de 1920, e a tenente a 30 de Agosto de 1924. Desde 1922, desempenhou funções militares e administrativas em diversas regiões angolanas. Designadamente, foi administrador interino da circunscrição civil de Minungo, distrito da Lunda, entre 1925 e 1927, chefe interino da circunscrição de fronteira do Baixo Cunene, no distrito de Huíla, entre 1928 e 1929. Em 1929 foi secretário administrativo do distrito de Zaire. Em 1932, foi colocado no distrito de Benguela, onde exerceu o comando da Companhia do Depósito de Adidos e foi vogal substituto da Câmara Municipal. Vogal e administrador-delegado do conselho administrativo da Imprensa Nacional de Angola, foi também adjunto do Quartel-General, adjunto da Secretaria da Inspeção Militar de Luanda (1935), adjunto

do inspector às unidades (1936), secretário do Tribunal Militar Territorial de Luanda, adjunto do Quartel-General, censor da secção provincial de censura de Luanda (1936), comandante da Guarda Fiscal (1939) e, em 1940, oficial às ordens do governador-geral e comandante interino da Polícia de Segurança Pública. Regressou a Portugal em 1942, foi promovido a capitão e seguiu, em 1943, para Lourenço Marques, a fim de comandar a 10.^a Companhia Indígena de Caçadores. Foi depois colocado como adjunto do Quartel-General de Moçambique e nomeado director do Depósito de Material de Guerra de Lourenço Marques, tendo regressado a Portugal em Abril de 1949, depois de atingir o limite de idade.

BACELAR, Armando Filipe Cerejeira Pereira (1919-1998) – *Porto, 1961; 1965; 1969, CDE* – Nasceu no lugar de Santo Adrião, Vila Nova de Famalicão, a 25 de Setembro de 1919 e faleceu a 2 de Setembro de 1998. O pai, Carlos Filipe Pereira Bacelar, licenciado em Direito por Coimbra, onde foi condiscípulo de Oliveira Salazar, foi presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, exonerado depois do 28 de Maio, e esteve implicado na revolta republicana de Fevereiro de 1927, tendo sido preso. Ainda estudante liceal em Braga, foi, com um colega, José Manuel Videira Pires, director do quinzenário académico *Alma Nova*, de que se publicaram quatro números, entre Outubro de 1935 e Janeiro de 1936. Enquanto estudante de Direito na Universidade de Coimbra, onde se licenciou, fez parte do Bloco Académico Anti-Fascista, onde desenvolveu actividade intensa de carácter político e colaborou em jornais como *Via Latina* e *Estrela do Minho*. No Verão de 1941, enquanto fazia, em Mafra, o primeiro período do Curso de Oficiais Milicianos, deslocava-se com frequência a Lisboa para encontrar-se clandestinamente com membros do Partido Comunista, como Pedro Soares e Fernando Piteira Santos, a fim de trabalhar na reorganização daquele partido, que então decorria. Mantinha também relações com alguns dos escritores e artistas que viriam a destacar-se no movimento neo-realista e que muitas vezes se reuniam no palacete onde vivia o poeta João José Cochofel. Muitos colaboravam no semanário *O Diabo*, no quinzenário *Sol Nascente*, de cuja redacção em Coimbra fez parte, e no mensário *Pensamento*, do Porto, órgão do que restava das estruturas do Partido Socialista. Todos esses jornais viriam a ser suspensos por ordem dos serviços de Censura. Ficavam a *Seara Nova* e os jornais de província, em especial as respectivas páginas literárias, bem como *O Comércio do Porto*, cujo suplemento literário – Comércio dos Novos – dirigiu em 1939. Foi um dos iniciadores, como crítico e articulista, do movimento neo-realista e pertenceu à comissão que seleccionou os textos da colecção poética Novo Cancioneiro, lançada em Coimbra, em 1940, por Fernando Namora. No campo político, lançou, em 1941, com José Ferreira Gomes, os *Cadernos de Cultura Socialista*, que eram enviados pelo correio, clandestinamente, dactilografados. Em 1942, passou a militar no MUNAF e chegou a organizar, no Regimento de Infantaria 8, de Braga, onde prestava serviço como oficial miliciano, um Campo Anti-fascista de Combate, que esteve prestes a participar num movimento insurreccional que viria, no entanto, a ser desconvoado. Concluído o curso, passou a exercer a advocacia na sua terra natal até que, em 1952, se mudou para o Porto, embora mantivesse também, até 1974, o escritório em Famalicão. Membro do Partido Comunista Português desde 1938 (do qual se afastaria em 1954), ligou-se, em 1945, ao MUD, de cuja

comissão concelhia foi presidente, tendo participado nos comícios desse movimento em Famalicão e em Braga. Depois da dissolução do MUD, foi um dos promotores do movimento de apoio à candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República, tendo sido vice-presidente da respectiva comissão distrital de Braga. A sua intensa actividade com a redacção, distribuição e afixação de panfletos e cartazes valeu-lhe terem sido instaurados dois processos-crime, que acabaram por não ser julgados. Nesse mesmo ano de 1949 foi um dos fundadores do Movimento Nacional Democrático que, em 1951 apoiou e colaborou na campanha para a candidatura à Presidência da República do Prof. Ruy Luís Gomes. Em Março de 1957, foi um dos primeiros dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Colaborou também, nos distritos do Porto e Braga, nas campanhas para deputados, em 1957, e, em 1958, fez parte da comissão distrital do Porto da candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Em 1961, aderiu à Frente Patriótica de Libertação Nacional, com sede em Argel, em cujas actividades participou, redigindo manifestos e outros documentos e participando em encontros com elementos vindos clandestinamente do estrangeiro. Designadamente, foi de sua autoria a carta aberta ao Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, protestando contra a sua visita a Portugal. Como advogado, defendeu réus de vários julgamentos políticos nos Tribunais Plenários de Lisboa e do Porto, tendo sido, ele mesmo, ali julgado, e absolvido, por duas vezes, em 1949 e em 1960. Aliás, entre 1947 e 1963, foi várias vezes detido, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista e de actividades contra a segurança do Estado. Em Novembro de 1958, o motivo da prisão foi outro: era acusado – juntamente com outros advogados – de pretender atentar contra o bom nome de Portugal porque era advogado de Maria Ângela Vidal Campos que lhe passara procuração e pretendia apresentar queixa nas Nações Unidas contra o Estado português e contra a PIDE, devido às condições em que se encontrava detida. Foi o autor do projecto de unidade democrática que ficou conhecido por Plataforma de Acção Comum ou Plataforma de S. Pedro de Moel, tendente à unidade da oposição nas eleições de 1969, o que não se conseguiu, e participou activamente no movimento das Comissões Eleitorais Democráticas (MDP-CDE) fundadas no final daquelas eleições e que abandonou em 1973, ano em que foi um dos fundadores do Partido Socialista, de que viria a ser dirigente. Participou nos congressos oposicionistas de Aveiro, realizados em 1956 e em 1973, tendo apresentado no primeiro uma tese intitulada «O Processo Político em Portugal». Foi eleito para a delegação da Ordem dos Advogados em Vila Nova de Famalicão (31 de Outubro de 1957) e foi delegado às assembleias-gerais entre 1963 e 1968. Participou no I Congresso dos Advogados Portugueses, realizado em Lisboa em 1972. Membro do conselho geral da Ordem, entre 1972 e 1974, foi, nessa qualidade, delegado à reunião da conferência da Associação Internacional dos Juristas Democráticos (AIJD), realizada em Paris, em Janeiro de 1974, e dedicada aos trabalhadores migrantes da Europa Ocidental. Entre 1986 e 1989 foi membro do Conselho Superior da Magistratura. Publicou alguns trabalhos de carácter jurídico, como *Um Caso Grave de Prepotência Administrativa* (1959), *Dois Limites à Faculdade de Contratar sobre Estado de Pessoas* (1966) e *Ossos do Ofício... ou do que um advogado não está livre* (1966). Crítico literário da revista *Vértice*,

colaborou também em diversos jornais, como *Notícias de Famalicão*, *República*, *Diário de Notícias* e *Diário de Lisboa*. No semanário *Estrela do Minho* publicou crónicas sobre temas femininos, sob o pseudónimo de Inês Gouveia, o mesmo com que assinou, no número único do jornal *Nova Luz* (Janeiro de 1942), um artigo que causou na época sensação: *A Mulher perante os Biólogos*. Usou, aliás, outros pseudónimos, na sua colaboração com diversos jornais e revistas: Carlos Relvas (*O Trabalho/Gente Moça*, *Sol Nascente*, *O Diabo*, *Pensamento*, *Vértice*, *Ecos do Sul/O Espírito Literário*, *Ideia Livre/Gente Moça*), Eugénio Bastos Freire (*Pensamento*), Aníbal Borges de Castro (*Síntese*), Raul Sequeira (*Síntese*, *A Mocidade*) e Fausto Ribas (*Pensamento*, *Síntese*), entre outros. Depois do 25 de Abril, foi deputado à Assembleia Constituinte (1975) e à Assembleia da República (1976-1980) e foi subsecretário de Estado da Administração Judiciária (e, depois, da Justiça, quando o nome do departamento foi alterado), em todos os governos provisórios, excepto o quinto, em que o Partido Socialista não participou, e ministro dos Assuntos Sociais no I Governo Constitucional (Julho de 1976-Janeiro de 1978). Em Novembro de 1992, participou nas II Jornadas de História Local (1892-1992), que se realizaram em Vila Nova de Famalicão e nas quais apresentou uma extensa comunicação intitulada *Memória de Tempos Idos*, sobre a oposição democrática entre 1926 e 1945. Manteve sempre a sua colaboração na imprensa diária, designadamente na *República*, no *Diário de Notícias* e no *Diário de Lisboa*. Foi, com Lino Lima, autor do catálogo da exposição *Testemunhos de Luta pela Liberdade*, promovida pelo município famalicense em 1992. No mesmo ano, organizou o catálogo de outra exposição promovida pelo mesmo município, intitulada *A Oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão* e, em 1996, foi autor do catálogo e do roteiro da exposição que decorreu, por iniciativa da Câmara Municipal de Matosinhos, na Casa-Museu Abel Salazar, intitulada *Entre a realidade e a utopia: o neo-realismo literário português*. Foi um dos sócios fundadores da Associação Cultural do Museu do Neo-Realismo, inaugurado em 2007. Parte importante do seu espólio encontra-se na Biblioteca de Vila Nova de Famalicão.

BAGULHO, Manuel Tierno (1922) – *Évora, 1969, CDE* – Nasceu em Elvas a 9 de Novembro de 1922 e licenciou-se em Arquitectura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Praticante de várias modalidades desportivas, foi várias vezes campeão nacional de voleibol juvenil e, mais tarde, campeão de Lisboa pelo Instituto Superior Técnico. Foi também chefe regional da diocese de Évora do Corpo Nacional de Escutas e fez parte do primeiro Secretariado dos Cursos de Cristandade na diocese de Évora. Foi arquitecto regional da zona do Alto Alentejo das Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência e professor de Desenho no Liceu de Évora. Em 1962, quando do Congresso Eucarístico de Bombaim, presidido pelo Papa Paulo VI, fez parte de um grupo de católicos, entre os quais o arquitecto Teotónio Pereira, que organizaram a impressão e distribuição de um jornal, *Igreja Presente*, que difundiu informações sobre aquele congresso, silenciado na imprensa portuguesa. Ainda no início dos anos 60, fundou o Cine-Clube Juvenil de Évora, de que foi o primeiro presidente. Foi também membro da cooperativa Pragma, um dos fundadores da SEDES, em Lisboa, e do seu núcleo de Évora, bem como do Centro de Estudos Socialistas. No período eleitoral de 1969, foi em Évora, no Teatro Gil Vicente, que se realizou a primeira sessão de propaganda do país, tendo então levantado, no seu discurso, o problema da guerra de África. Antes do final de 1969, foram-lhe

rescindidos os contratos como arquitecto regional e como professor do liceu, pelo que se fixou em Lisboa, a fim de exercer a sua profissão de arquitecto. Depois do 25 de Abril, foi o primeiro presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Évora, entre Maio de 1974 e Outubro de 1975. Em 1976, foi convidado pelo Fundo de Fomento da Habitação para o apoio a cooperativas de habitação económica no Alentejo e no Algarve, tendo então elaborado, com a colaboração de juristas, um *Manual do Comprador de Habitação* que, no entanto, só bastante mais tarde foi editado por uma instituição bancária. Requisitado ao Fundo de Fomento da Habitação pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, esteve à frente de diversos projectos, entre os quais o restauro e adaptação da pousada do Castelo de Alvito. Já depois de aposentado, fez um contrato de dois anos para dar apoio à secção de edifícios da mesma direcção-geral em trabalhos a decorrer nos Açores.

BAPTISTA, António Alfredo da Fonseca Tavares Alçada (1927-2008) – *Castelo Branco, 1961; 1969, CDE* – Nasceu na Covilhã em 29 de Janeiro de 1927 e faleceu em Lisboa a 7 de Dezembro de 2008. Estudou no colégio de jesuítas em Santo Tirso e depois licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa. Ensaísta, ficcionista e memorialista, exerceu a advocacia durante alguns anos (1950-1957), mas abandonou a profissão, dedicando-se a outras actividades. Fez parte do núcleo dos chamados católicos progressistas e foi também editor: comprou e dirigiu a Livraria Moraes Editora, tendo contribuído para a revelação ou divulgação de autores portugueses, como Vitorino Nemésio, Sophia de Mello Breyner, Jorge de Sena, Alexandre O’Neil, Pedro Tamen, Ruy Belo, António Ramos Rosa, e estrangeiros, como Emmanuel Mounier ou Jean-Marie Domenach. A Moraes também assegurava a publicação da revista *Concilium*, dirigida por Helena Vaz da Silva. Os livros que a Moraes publicava eram frequentemente apreendidos pelas autoridades da época, causando elevados prejuízos à editora, que acabaria por falir em 1980. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». Em 1963, fundou, e dirigiu, até 1969, a revista *O Tempo e o Modo*, cujo corpo redactorial era maioritariamente constituído por católicos, contestatários da relação entre a Igreja e o Estado Novo (então designados por «católicos progressistas»), mas também por homens como Mário Soares, Francisco Salgado Zenha ou Mário Sottomayor Cardia. Também viriam a colaborar nomes de outros sectores de esquerda, como Manuel Lucena, Vítor Wengorovius, Medeiros Ferreira, Jaime Gama, Vasco Pulido Valente ou Nuno Júdice. Foi um dos signatários do manifesto católico de apoio às posições da oposição democrática que ficou conhecido por «Manifesto dos 101». Em 1958, apoiou a candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Entre 1971 e 1974, foi assessor para a Cultura do então ministro da Educação Nacional, Veiga Simão. Entre Fevereiro de 1977 e Abril de 1978, foi director do diário *Dia*, sucedendo a Vitorino Nemésio. Na Secretaria de Estado da Cultura, onde

entrou em 1980, chefiou os trabalhos de criação do Instituto Português do Livro, de que foi presidente até 1986, desenvolvendo as relações culturais com os países lusófonos, designadamente Cabo Verde, Moçambique e Brasil. Foi presidente da Comissão de Avaliação do Mérito Cultural, administrador, e depois consultor, da Fundação Oriente e, em 1997, presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Entre 1992 e 2006, escreveu crónicas para a revista *Máxima*. Foi sócio da Academia das Ciências de Lisboa e membro correspondente da Academia Brasileira de Letras. Da sua importante obra literária, destacam-se: *Peregrinação Interior. Reflexões sobre Deus*, 2 vols. (Lisboa, 1971 e 1982); *Conversas com Marcello Caetano* (Lisboa, 1973); *O Anjo e a Esperança* (Lisboa, 1982); *Os Nós e os Laços* (Lisboa, 1983); *Catarina ou o Sabor da Maçã* (Lisboa, 1988); *Tia Suzana, Meu Amor* (Lisboa, 1989) e *O Riso de Deus* (Lisboa, 1994).

BAPTISTA, Carlos António Magalhães Antunes (1942) – *Coimbra, 1969, CDE* – Nasceu em Lourenço Marques, hoje Maputo, em Dezembro de 1942. Seu pai, militar de carreira, estava nessa altura colocado em Moçambique e foi depois transferido para Coimbra, pelo que fez parte dos estudos liceais em Lourenço Marques, completando-os em Coimbra, onde depois se matriculou na Faculdade de Ciências, que frequentou entre 1964 e 1969. Quando aluno do 7.º ano do liceu, foi um dos organizadores da Comissão Pró-Associação dos Estudantes do Ensino Secundário, à qual a Associação Académica de Coimbra facultou instalações para que pudessem reunir-se. Aderiu ao Movimento Sindical Estudantil e, mais tarde, em 1965, ao Partido Comunista. Colaborou com o TEUC (Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra), de cuja direcção foi membro entre 1966 e 1969, exercendo diversos cargos. Sofreu um processo disciplinar, aberto pela reitoria, na sequência da crise estudantil de 1969, que resultou em ter sido impedido de fazer os exames finais e na sua expulsão de todas as universidades. No Verão de 1969, foi detido e interrogado pela DGS (com mais cerca de 250 estudantes), por suspeita de implicação em «sedição armada» mas sem qualquer acusação concreta. Nesse ano, foi proposto, pela CDE, à Assembleia Nacional mas a sua candidatura não foi aceite sob pretexto de que o seu nome não estava correctamente escrito nos cadernos de recenseamento eleitoral (o apelido Magalhães fora transformado em Manuel), pelo que foi substituído por outro estudante, Mário José de Araújo Torres. Regressou a Moçambique em 1970 e aí exerceu toda a sua actividade profissional: foi gerente de uma livraria-cooperativa, professor do ensino particular e topógrafo. Ainda requereu autorização para se matricular na Universidade de Lourenço Marques mas não foi autorizado. No período que antecedeu as eleições de 1973, reuniu-se com um grupo de antigos colegas de Coimbra que haviam sido mobilizados para Moçambique e ainda foi esboçada a redacção de um manifesto em que se fizesse referência explícita à independência moçambicana e se declarasse o apoio à FRELIMO, como representante legítimo do povo, mas a proposta não foi avante. Após a independência, dirigiu o Serviço de Informação do Centro Nacional de Documentação, que depois se chamou CEDIMO, foi director de uma empresa moçambicana e membro do conselho de administração de outra. O seu trabalho nas empresas divide-o entre Moçambique e Portugal mas no início dos anos 90 regressa àquele país.

BAPTISTA, Joana Morais Sarmento de Barros (?) – *Lisboa, 1969, CEUD* – Suplente. Não foi possível obter dados deste candidato

BARBOSA, Manuel (1905-1991) – *Ponta Delgada, 1969, CDE; 1973* – Nasceu em Ponta Delgada a 17 de Dezembro de 1905 e faleceu em São Brás de Alportel, Algarve, a 27 de Junho de 1991. Completou os estudos liceais em Ponta Delgada e depois partiu para Lisboa, em cuja universidade se licenciou em Direito. Mais tarde, completaria o curso de Ciências Históricas e Filosóficas na Universidade de Coimbra. Começou a trabalhar como preceptor adjunto do Refúgio da Tutoria Central da Infância. Embora nunca tivesse sido detido, a PIDE seguia atentamente as suas actividades, pois estava dado como contrário às instituições, pelo que, em 1942, deixa Coimbra e instala-se em Cavadoze, Guarda, onde funcionava o Reformatório da Guarda, de que foi director. Voltou a Coimbra cerca de dois anos mais tarde, trabalhando de novo no Refúgio da Tutoria Central da Infância. Durante este período, militou no sector intelectual do Partido Comunista, tendo participado em numerosas reuniões. Regressa aos Açores em Junho de 1948, primeiro sozinho, e fixa-se na Ribeira Grande, onde a família, vinda de Coimbra, se lhe juntará depois, trabalhando como advogado e professor do ensino secundário. Recusou um convite para ir como professor liceal para Luanda e começou a leccionar, no ano lectivo de 1948-1949, no Colégio Ribeiragrãndense, a primeira instituição de ensino post-primário daquele concelho da ilha de São Miguel, do qual seria, mais tarde, director, até 1975. Na Ribeira Grande, foi também sócio-fundador da Cooperativa Sextante. Participou no III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, em 1973, com uma tese intitulada *Infra-estruturas Culturais dos Açores*. Militante do Partido Comunista Português, depois do 25 de Abril aderiu ao MDP/CDE. Em Agosto de 1975, foi obrigado a partir para o Continente, devido às ameaças que lhe foram dirigidas por extremistas ligados à Frente de Libertação dos Açores. Traduziu obras de William Faulkner, de Edgar Allan Poe, de David Lawrence e de Erskine Caldwell; em 1929, fundou e dirigiu, em Ponta Delgada, a revista *Atlântida*, de que saíram sete números, e é autor de vários trabalhos, designadamente *Incerta Via*, poemas (Ponta Delgada, 1953), *Fruitoso, Vida e Obras* (Ribeira Grande, 1956), *5 English Poems* (Ponta Delgada, 1960), *Virgílio de Oliveira – O Homem, o Poeta e o Ideólogo* (Ponta Delgada, 1969), *Luta pela Democracia nos Açores* (Coimbra, 1978), *Memórias das Ilhas Desafortunadas* (Coimbra, 1981), *Figuras & Perfis Literários* (Ribeira Grande, 1983), *Autobiografia Epistolar, por Júlio Cabral* (Ribeira Grande, 1984), *Enquanto o Galo Canta* (Ribeira Grande, 1985) e *Memórias da Cidade Futura* (Ribeira Grande, 1988). Em 2005, foi inaugurado um busto seu na Ribeira Grande.

BARBOSA, Sebastião José (1882-?) – *Guiné, 1945* – Nasceu em S. Filipe, Fogo, Cabo Verde, a 26 de Janeiro de 1882. Foi secretário-geral do governo da Guiné e autor do Projecto de Diploma Orgânico da Província da Guiné apresentado, em Fevereiro de 1915, à comissão para o efeito nomeada em 1914. Entre 31 de Agosto de 1928 e 30 de Janeiro de 1929, foi governador representante (interino) de S. Tomé e Príncipe, onde desempenhava as funções de director dos serviços da administração civil e vice-presidente do Conselho do Governo.

BARIDÓ, Manuel de Sousa (1913-1996) – *Leiria, 1973* – Nasceu no lugar de Casal Galego, Marinha Grande, em 18 de Setembro de 1913 e faleceu em 12 de Novembro de 1996. Começou a trabalhar aos sete anos de idade, como operário vidreiro, na Marinha Grande, e cedo também começou a participar em actividades políticas. Foi dirigente sindical em 1932 e 1933 e, em Janeiro de 1934, foi detido, sob a acusação de ser membro do Partido Comunista e «por ter tomado parte num movimento revolucionário» (a tentativa de greve geral convocada como protesto contra a criação dos sindicatos nacionais). Julgado em Tribunal Militar Especial, foi condenado a dez anos de prisão que cumpriu em Angra do Heroísmo e, nos últimos seis meses, em Peniche. Saiu em liberdade em 1943, afastou-se do Partido Comunista e voltou a trabalhar na indústria vidreira, na Marinha Grande, até que, em 1947, foi admitido como empregado de escritório numa caixa de previdência, de que seria demitido em 1958, na sequência da sua actividade como apoiante da candidatura à Presidência da República do general Humberto Delgado. Foi reintegrado no Partido Comunista em meados de 1960 mas voltou a ser detido, em Março de 1961, acusado de actividades subversivas. Julgado em Dezembro desse mesmo ano, foi condenado a 5 anos de prisão, medidas de segurança e perda de direitos políticos por 15 anos. Seria libertado em 1969 e no ano seguinte partiu para Moçambique, a fim de trabalhar com familiares, mas regressou à Marinha Grande em 1972. No III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril de 1973, apresentou uma tese intitulada «O Seguro Social – Caixas de Previdência». Depois do 25 de Abril, foi eleito, em 1978, na Amadora, coordenador nacional do Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos, para que seria reeleito em 1982. Foi várias vezes candidato a deputado, pelo círculo de Leiria, em representação do Partido Comunista e da APU e foi eleito deputado da Assembleia Municipal da Marinha Grande, também em representação da APU.

BARRETO, Francisco Saraiva (1919) – *Moçambique 1961; 1969, CEUD* – Nasceu em Lourenço Marques em 1919 mas fixou-se posteriormente na Beira, onde foi comerciante. Activo militante oposicionista e defensor da autodeterminação de Moçambique, foi presidente da delegação na Beira da Associação de Naturais de Moçambique. Em 1946, foi um dos convivas no almoço de homenagem aos antigos deportados que regressavam de Timor a bordo do navio «Angola», entre os quais o dr. Carlos Cal Brandão. Em meados de 1961, foi detido pela PIDE por ser autor, com os drs. Almeida Santos e Soares de Melo, de um manifesto sobre a situação em Moçambique, que pretendiam enviar ao Presidente da República.

BARROS, António Victor da Silva Barros – v. **BARROS**, Victor Silva

BARROS, Augusto César de (1888-1973) – *Porto, 1957* – Nasceu em Fogueira, S. Vicente de Sangalhos, Anadia, a 26 de Agosto de 1888 e faleceu na mesma localidade em 18 de Dezembro de 1973. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Aderiu ao MUD no Porto. Fez parte da comissão de candidatura presidencial do almirante Quintão Meireles.

BARROS, Henrique Teixeira Queiroz de (1904-2000) – *Coimbra, 1969, CDE* – Nasceu em Coimbra a 7 de Outubro de 1904 e faleceu a 21 de Agosto de 2000. Era filho do

poeta e pedagogo João de Barros, que foi ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 22 de Novembro de 1924 e 15 de Fevereiro de 1925, no governo chefiado por José Domingos dos Santos, e neto materno do escritor Francisco Teixeira de Queiroz, presidente da Academia das Ciências e também ministro dos Negócios Estrangeiros. Era cunhado do Prof. Marcello Caetano. Licenciou-se em Economia Agrária pelo Instituto Superior de Agronomia, onde foi, depois, professor (1939-1947 e 1957-1974) e, a partir de 1945, catedrático provisório. Esteve ligado a diversos serviços agrários oficiais (designadamente, foi vogal do Conselho de Cadastro e consultor económico da Federação Nacional dos Produtores de Trigo) e presidiu à comissão técnica do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian. Esteve no Brasil como enviado da FAO entre 1951 e 1953 e participou em várias missões científicas no estrangeiro. Aderiu ao MUD em 1945 e em 1947 foi afastado compulsivamente do ensino universitário, só regressando em 1957. Entre 1969 e 1973, proferiu lições em cursos de Agronomia nos Estudos Gerais de Luanda. Em 1969, concorreu pela CDE às eleições para deputados e em 1973 fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro. Depois do 25 de Abril de 1974, foi escolhido para o Conselho de Estado; aderiu ao Partido Socialista, que abandonou em 1981, e mais tarde apoiou a criação do Partido Renovador Democrático, do general Ramalho Eanes, de cuja comissão de apoio à recandidatura foi presidente. Foi o mandatário nacional da candidatura de Salgado Zenha à Presidência da República, em 1985. Eleito deputado à Assembleia Constituinte, de que foi presidente desde 3 de Junho de 1975 até 2 de Abril de 1976, foi ministro de Estado no I Governo Constitucional (1976-1977), presidido pelo Dr. Mário Soares. Em 1977, a Assembleia da República elegeu-o presidente do Conselho Nacional do Plano. Em 1980, a Universidade de Évora fê-lo doutor *honoris causa*. Deixou vasta bibliografia, cerca de 50 títulos, alguns políticos ou literários mas quase todos sobre Economia Agrária, designadamente: *O Milho em Portugal* (Lisboa, 1930), *O Problema do Trigo* (Lisboa, 1941), *Sobre o Conceito de Reforma Agrária* (Porto, 1949), *Sobre a Teoria da Função do Salário Mínimo* (Lisboa, 1960), *URSS 1970 – Apontamentos de Viagem* (Lisboa, 1970), *A Estrutura Agrária Portuguesa* (Lisboa, 1972), *Economia da Empresa Agrícola* (Lisboa, 1973), *Os Grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola* (Lisboa, 1974), *Extensão Rural e Reforma Agrária* (Lisboa, 1975), *É Indispensável Consolidar a Reforma Agrária* (Lisboa, 1977), *Cooperativismo e Socialismo em 3 Discursos* (Lisboa, 1979) e *Quase um Século... Memórias Sintéticas* (Lisboa, 1991).

BARROS, Victor da Silva (1950) – Viana do Castelo, 1973 – Nome profissional de António Victor da Silva Barros. Nasceu em Caldelas, Amares, Braga, a 1 de Abril de 1950. Completou o curso liceal em Viana do Castelo e depois dedicou-se à pintura, tendo trabalhado durante algum tempo, em *part-time*, como empregado de escritório. Colaborou nos movimentos estudantis de oposição ao governo e em 1969 trabalhou activamente na campanha da CDE para as eleições legislativas. Em 1972, aderiu ao MDP, de cuja comissão distrital de Viana do Castelo fez parte. Colaborou também estreitamente com o Movimento da Juventude Trabalhadora e fez parte da Comissão de Apoio aos Presos Políticos. Em 1973, aceitou ser candidato, por Viana do Castelo, às eleições legislativas desse ano, embora defendesse a desistência à boca das urnas, como aconteceu. Nesse

mesmo ano, fez parte, como delegado do interior, da delegação portuguesa ao Congresso Mundial das Forças da Paz, realizado em Moscovo, intervindo activamente na secção de Cooperação e Cultura. Depois do 25 de Abril, foi um dos fundadores do Movimento de Esquerda Socialista (MES), de cuja comissão distrital de Viana do Castelo fez parte, e foi eleito para as comissões executiva, concelhia e distrital do Movimento Democrático Português. Fez também parte do núcleo fundador do Movimento Português para a Paz e Cooperação, de que vem a ser delegado em Viana do Castelo. Entretanto, trabalhou activamente na definição e nomeação das comissões administrativas das câmaras municipais do distrito, tendo sido membro da comissão de negociação junto do Ministério da Administração Interna. Todavia, em meados de 1974, passou a residir no Porto, deixou o MDP e dedicou-se ao activismo de base, tendo feito parte do movimento de fundação de comissões de moradores e sua articulação. Colabora na formação da comissão de moradores da freguesia da Vitória, onde funda a Comuna Popular 25 de Abril, e com diversas comissões de trabalhadores e cooperativas operárias. Foi depois eleito para a Comissão Revolucionária de Moradores do Grande Porto, participando então na Assembleia Municipal do Porto. Em finais de 1975, abandonou o MES e dedicou-se essencialmente a organizações de base de zonas desfavorecidas e à sua coordenação com os movimentos internos às forças armadas, colaborando pontualmente com a Union do Pobo Galego. Entre 1975 e 1978, foi redactor dos diários *República* e *Página Um*, ambos de Lisboa. Participou na campanha eleitoral à Presidência da República de Otelo Saraiva de Carvalho. Entre 1967 e 1978, colaborou regularmente na imprensa regional e nacional, publicando poesia, contos e ensaios. Foi co-fundador e director artístico das galerias «Picasso» (1973-1978) e «1990 d. c.» (1991-1995), em Viana do Castelo, e foi igualmente membro de várias associações portuguesas e estrangeiras, como a Cooperativa Árvore, do Porto, e a Académie Européenne des Sciences, des Arts et des Lettres, de Paris. Fez a sua primeira exposição em 1968 e está representado em colecções particulares e públicas, tanto em Portugal, como noutros países europeus, no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia. Fez numerosas exposições individuais e colectivas, em Portugal e no estrangeiro, e, em 1991, o Museu dos Biscainhos, de Braga, dedicou-lhe uma retrospectiva. A sua obra está referida em várias publicações, tanto portuguesas, como estrangeiras, como, por exemplo, *A Inquietação Espiritual na Obra de Victor Barros*, de Sérgio Mourão, ou *Las Imágenes Oníricas del Portugués Victor Silva Barros*, de Cármen Osório, bem como em *Silva Barros: Otra razón para el vuelo e Retórica de una Lúcida Aventura: Silva Barros, el Pintor que nos Salvo de la Lluvia*, ambos de Manuel Alvarez del Prieto. Em 1988, publicou *On Road*, colecção de textos da sua autoria inseridos em catálogos.

BARROSO, José Manuel dos Reis (1943) – *Funchal, 1969, CDE* – Nasceu em Lajes do Pico, Açores, a 16 de Agosto de 1943. Quando aluno liceal, foi presidente da Comissão Pró-Associação dos Estudantes do Ensino Liceal e, quando estudante universitário de Economia, foi presidente da direcção da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Iniciou a sua vida profissional, em 1967, no semanário *Comércio do Funchal*, de que mais tarde foi redactor-coordenador. Entre 1972 e 1974, prestou serviço militar na Guiné, onde foi membro da Comissão Coordenadora do MFA local. Entre 1977 e 1987, trabalhou nos diários *República*, *Diário*

de Lisboa e *Jornal Novo* e nas agências noticiosas ANOP, Notícias de Portugal e Lusa. Foi director do diário do Porto *O Primeiro de Janeiro* (Novembro de 1987 a Dezembro de 1991) e director-executivo da delegação no Porto do *Diário de Notícias*, de Lisboa, de que foi depois grande repórter. Entre 2005 e 2006, foi administrador-delegado da agência noticiosa Lusa. Em Maio de 2006, substituiu Almerindo Marques como presidente do conselho de administração da mesma agência. Foi dirigente do Sindicato dos Jornalistas. Além de numerosos trabalhos jornalísticos, publicou, em 1994, o livro *Segredos de Abril*, colectânea de artigos sobre os anos da revolução, inseridos no *Diário de Notícias* para comemorar o vigésimo aniversário do 25 de Abril.

BARROSO, Maria de Jesus Simões Lopes (1925) – *Santarém, 1969, CDE* – Nasceu na freguesia da Fuzeta, Olhão, em 2 de Maio de 1925. Licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade de Lisboa, com uma tese intitulada *Valentim Fernandes e a sua obra* (1957). Antes, porém, ainda aluna do liceu, começou a frequentar o curso de Arte Dramática do Conservatório Nacional, tendo concluído o Curso Superior de Teatro em 1943. No ano seguinte, estreou-se no Teatro Nacional de D. Maria II e foi figura principal em peças como *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garret, *Benilde ou a Virgem Mãe*, de José Régio, ou a *Casa de Bernarda Alba*, de Federico García Lorca, mas quatro anos depois foi demitida devido ao seu envolvimento com a oposição ao Estado Novo. O primeiro interrogatório na PIDE resultou da leitura de poesias revolucionárias num sarau realizado no Teatro Rosa Damasceno, em Santarém, no Verão de 1947, por iniciativa de um Grupo de Acção Cultural, que o governador civil logo dissolveu. Em 1949, casou por procuração com o Dr. Mário Soares que se encontrava então detido. Deu recitais de poesia em todo o país, fez parte de elencos teatrais e colaborou, como declamadora, na Academia dos Amadores de Música. Pertenceu à Associação Feminina para a Paz, ao MUD e ao MUD-Juvenil e trabalhou nas campanhas presidenciais dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado. Fez parte da Comissão Feminina de apoio a esta última candidatura, colaborando na organização, em vários pontos do país, de reuniões para discussão de problemas políticos e sociais. Por outro lado, e apesar da habilitação própria, nunca foi autorizada, durante o Estado Novo, a exercer a profissão de professora, mesmo em escolas privadas. Voltou a representar em 1965, no recém-inaugurado Teatro Villaret, em Lisboa, apresentando-se nas peças *O Segredo* e *Antígona*, de Jean Anouilh, e participou no filme *Mudar de Vida*, de Paulo Rocha. Todavia, a actividade política em que estava empenhada impediu-a de continuar. Em 1969, fez campanha pela CDE como candidata a deputada à Assembleia Nacional pelo círculo de Santarém e chegou a ser interrogada pela PIDE a propósito de uma sua intervenção numa sessão oposicionista realizada naquela cidade. Foi, nessas eleições, a candidata mais votada dos quatro nomes da sua lista, facto muito significativo pois as candidatas eram sempre as que menos votos tinham nas respectivas listas, fossem elas da oposição ou da União Nacional. Em Maio de 1972, subscreveu, com outras pessoas, um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS, pelo que foi interrogada. Em 1973, usou da palavra na sessão de abertura do III Congresso da

Oposição Democrática, em Aveiro, e dias depois participava no acto de fundação do Partido Socialista, em Bad-Münstereifel, na Alemanha. Em 25 de Abril de 1974, encontrava-se em Bona com Mário Soares quando chegou a notícia do golpe militar, tendo ambos regressado imediatamente a Lisboa, de comboio, por os aeroportos estarem encerrados. Foi deputada pelo Partido Socialista à Assembleia da República pelos círculos do Algarve (1976) e do Porto (1980, mas não chegou a tomar o lugar) e, em 1985, participou activamente na campanha de Mário Soares para a Presidência da República. Em 1990, na sua qualidade de mulher do Chefe do Estado português, visitou Moçambique e criou o movimento Emergência Moçambique. Das muitas associações que fundou, ou ajudou a criar, destacam-se a Associação para o Estudo e Prevenção da Violência, a Emergência Infantil e a Pro Dignitate – Fundação para os Direitos Humanos e Contra a Violência, criada em 1993. Em 1995, presidiu à abertura do ciclo de realizações do Ano Internacional de Luta contra o Racismo, a Xenofobia, o Anti-Semitismo e a Exclusão Social. Eleita para dois mandatos sucessivos, foi presidente da Cruz Vermelha Portuguesa entre 1997 e 2003 e presidente honorária da UNICEF. É doutora *honoris causa* pelas Universidades de Lisboa e de Aveiro e pelo Lesley College de Boston. É também presidente da Fundação Aristides de Sousa Mendes, criada em 2000. Prefaciou diversos trabalhos, como *Um Tempo para a Infância*, de Robert G. Myers, e tem várias obras publicadas, designadamente uma história da Cruz Vermelha, intitulada precisamente *Cruz Vermelha* (Lisboa, 2002), *A Firmeza das Convicções: Dez anos em Belém – 1986-1996* (Mem Martins, 1998) e *Olhares...* (Coimbra, 2005), uma compilação de algumas das suas páginas publicadas ao longo dos anos e reunidas por um grupo de amigos por ocasião do seu octogésimo aniversário. Sobre a sua vida e obra, Leonor Xavier escreveu *Maria Barroso – Um Olhar Sobre a Vida* (Lisboa, 1995).

BASTOS, Jorge de Sampaio e Eça da Fonseca (1903-1993) – *Portalegre, 1945; 1949* – Nasceu em Vila Boim, Elvas, em 1903 e faleceu em 1993. Dedicou-se sempre à agricultura nas suas propriedades do Alentejo.

BELO, Rui de Moura Ribeiro (1933-1978) – *Lisboa, 1969, CEUD* – Nasceu em S. João da Ribeira, Rio Maior, a 27 de Fevereiro de 1933 e faleceu em Lisboa, a 8 de Agosto de 1978. Iniciou o curso de Direito na Universidade de Coimbra mas concluiu-o em Lisboa, onde se licenciou também em Filologia Românica. Doutorou-se em Direito Canónico pela Universidade Gregoriana de Roma. Foi director literário da Editorial Aster, colaborador de revistas literárias e de pensamento, designadamente de *O Tempo e o Modo*, e chefe de redacção da revista *Rumo*. Leitor de Português na Universidade de Madrid, entre 1971 e 1977, desenvolveu intensa actividade na aproximação entre escritores portugueses e espanhóis e, em Janeiro de 1973, com o apoio da Associação para a Liberdade da Cultura, organizou, na sede da revista madrilena *Cuadernos para el Dialogo*, um colóquio de intelectuais de ambos os países peninsulares, em que participaram opositores aos regimes então vigentes num e noutra. Quando regressou a Portugal, não foi autorizado a leccionar na Faculdade de Letras de Lisboa, pelo que deu aulas na Escola Técnica do Cacém, no ensino nocturno. Em Janeiro de 1978, assinou um manifesto dirigido *Ao Povo Português*, protestando contra o governo de coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático Social, que estava prestes a constituir-se. Publicou poemas,

ensaios e artigos de crítica literária em diversos jornais e também traduziu e prefaciou algumas obras de autores franceses, como Blaise Cendrars, Saint-Exupéry ou Montesquieu, e de língua espanhola, como Jorge Luís Borges e Federico Garcia Lorca. É autor de vários livros de poesia e ensaísticos, como *Aquele Grande Rio Eufrates*, 1961; *O Problema da Habitação – Alguns Aspectos*, 1962; *Homens de Palavra(s)*, 1969; *Transposto no Tempo*, 1973; *A Margem da Alegria*, 1974; *Toda a Terra*, 1976; *Despeço-me da Terra da Alegria*, 1978. Deixou duas colectâneas de ensaios: *Poesia Nova*, publicada em 1961, e *Na Senda da Poesia*, em 1969.

BORGES, Joaquim José Resende Pereira (1905-2005) – *Braga, 1957; 1961, Lista B; 1969, CEUD* – Nasceu em Landim, Vila Nova de Famalicão, a 17 de Abril de 1905 e faleceu na mesma localidade no dia 1 de Maio de 2005. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e passou a exercer a advocacia em Celorico de Basto, tendo sido nomeado delegado da comarca entre 1954 e 1965. Colaborou em todos os movimentos oposicionistas ao Estado Novo, tendo participado activamente nas campanhas eleitorais dos gerais Norton de Matos (1949) e Humberto Delgado (1958).

BOTELHO, Camilo de Barros de Sousa (1914-1984) – *Vila Real, 1969* – Nasceu em Favaio, Alijó, a 4 de Março de 1914 e faleceu a 1 de Fevereiro de 1984. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa, exercendo depois a advocacia em Alijó. Foi delegado da Ordem dos Advogados na comarca de Alijó, entre 1960 e 1977 e entre 1987 e 1989. Apoiante do MUD, participou também activamente nas campanhas dos gerais Norton de Matos e Humberto Delgado à Presidência da República.

BRAGA, António de Oliveira (1905-1988) – *Braga, 1961, Lista B; 1969, CEUD* – Nasceu na freguesia de S. Victor, em Braga, a 31 de Julho de 1905 e faleceu na mesma cidade a 19 de Fevereiro de 1988. Fez os estudos liceais em Braga e licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, onde, enquanto estudante, colaborou com o Centro Académico Republicano, de que foi primeiro secretário, no ano lectivo de 1927-1928. Exerceu depois a advocacia em Braga, onde foi um dos fundadores do grupo «Ao Serviço da Democracia». Em 1945, foi advogado da comissão distrital do MUD e, mais tarde, participou na campanha do general Norton de Matos para a Presidência da República. Em 1958, foi nomeado pelo general Humberto Delgado seu representante no distrito de Braga, tendo sido também presidente da respectiva comissão distrital de candidatura e, em Junho do mesmo ano, foi interrogado pela PIDE, a propósito de uma entrevista que concedera no mês anterior ao *Diário de Lisboa* e que a censura cortou integralmente. Colaborou em diversos jornais e publicou vários trabalhos de carácter jurídico, como *Idealismo e Realismo nos Homens de Leis* (Braga, s/d-1953?), *Poder Judicial* (Braga, 1972), *Direitos do Homem e Constituição* (Braga, 1977) ou *A Filosofia nos Homens de Leis* (Braga, 1984). Dos livros de carácter político, salientam-se «*Nas Quatro Liberdades*»... de um Governo Trintenário, uma colectânea de discursos e artigos do período 1945-1957, publicada em 1958, por iniciativa da comissão de candidatura do general Humberto Delgado (logo apreendida pela PIDE), e *Documentos Políticos*, que reúne textos de intervenção política desde 1958 (Braga, 1974). Depois do 25 de Abril, dedicou-se apenas à advocacia. Foi membro da Assembleia Jurídica de Braga e na Ordem dos Advogados, desempenhou diversos cargos: fez parte da delegação da comarca de Braga, em

1941 e depois, em sucessivos triénios, entre 1945 e 1950 e entre 1954 e 1959; foi também delegado às assembleias-gerais entre 1957 e 1959.

BRAGA, António Pinheiro (1917-1987) – *Braga, 1961, Lista C; 1965* – Nasceu em Tenões, Braga a 22 de Setembro de 1917 e faleceu em Vila Nova de Famalicão a 26 de Março de 1987. Cumpriu o serviço militar, como oficial miliciano da Força Aérea, nos Açores e licenciou-se em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Residente em Vila Nova de Famalicão e em Braga, fez parte de comissões distritais e concelhias, designadamente na candidatura do dr. Arlindo Vicente (1958), e depois da desistência deste na de Humberto Delgado, à Presidência da República. A sua candidatura, por Braga, à Assembleia Nacional, em 1965, não foi aceite, sob pretexto de o seu nome constar apenas dos cadernos eleitorais para as Juntas de Freguesia, tendo sido então substituído pelo dr. Joaquim de Sousa e Castro. Nesse período, foi fundador, presidente e dinamizador da Cooperativa de Consumo Novos Pioneiros, de Braga, que se distinguiu pelas actividades cívicas e culturais. No III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril de 1973, apresentou, com Eduardo Ribeiro Martins, uma tese intitulada «Urbanização e Habitação – Perspectiva do Distrito de Braga». Depois do 25 de Abril, foi o primeiro presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, cargo que desempenhou durante 17 meses, desenvolvendo intensa actividade, que lhe permitiu identificar as carências dos sectores mais desfavorecidos do concelho, particularmente nas áreas habitacional e escolar. Demitiu-se em Outubro de 1975, por motivos políticos, mas manteve-se em funções até Janeiro de 1976, assegurando a continuidade do poder até à eleição do novo presidente da autarquia. Foi candidato pela coligação APU nas primeiras e nas segundas eleições autárquicas, tendo sido eleito vereador de ambas as vezes. No segundo mandato, foi substituído, em 1982, por motivo de doença, pela dr.^a Margarida Braga Malvar.

BRANCO, Guilherme Francisco Aguiar (1909-2002) – *Braga, 1957; 1961, Lista B; 1965* – Nasceu em Montalegre a 1 de Janeiro de 1909 e faleceu em Braga a 11 de Agosto de 2002. Era filho de Vítor Manuel Gonçalves Branco, que foi chefe democrático local. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi advogado na sua terra natal até 1952, depois do que se fixou em Braga. Em 1941, esteve preso em Peniche por suspeita de «actividades subversivas». Foi secretário da Associação Jurídica de Braga e delegado da Ordem dos Advogados na delegação de Braga (1954-1959) e às assembleias-gerais (1957-1959). Em 1957, deveria ter sido eleito presidente da direcção do Sporting Clube de Braga, dado que não havia outra lista concorrente, mas uma má informação da PIDE inviabilizou o processo.

BRANCO, João Sequeira (1930) – *Lisboa, 1973* – Nasceu em 1930, em Beja, onde trabalhou durante muitos anos como motorista. Teve alguma actividade sindical.

BRANCO, José Daniel Alves Fernandes de Carvalho (1895-1970) – *Vila Real, 1945* – Nasceu em Tourém, Montalegre, a 16 de Novembro de 1895 e faleceu em Lisboa a 29 de Março de 1970. Combateu em França durante a Primeira Guerra Mundial, integrado no Corpo Expedicionário Português. De regresso a Portugal, trabalhou nos mais variados

mesteres durante o dia e estudava à noite, tendo-se licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, passando a exercer a advocacia em Lisboa. Pretendeu apresentar-se isoladamente como candidato independente mas a lei exigia que as listas contivessem o número total de deputados a eleger por cada círculo, quatro no caso de Vila Real.

BRANDÃO, António Manuel Neto (1939) – *Aveiro, 1973* – Nasceu em Eixo, Aveiro, a 12 de Setembro de 1939 e licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Em 1958, ainda estudante do Liceu de Aveiro, a cuja academia presidiu, apoiou a campanha do general Humberto Delgado para a Presidência da República e em 1961 e em 1969 participou, pela Oposição Democrática, nas campanhas para as eleições legislativas desses anos. Depois de cumprir o serviço militar em Angola, regressou a Aveiro, onde se dedicou ao exercício da advocacia. Foi um dos promotores da comissão regional de apoio aos presos políticos e secretário executivo da comissão organizadora do III Congresso da Oposição Democrática. Foi um dos fundadores do Movimento Democrático Português (MDP/CDE), a cuja comissão política pertenceu. Foi o primeiro governador civil do distrito de Aveiro depois do 25 de Abril (1974-1976) e, em 1976, foi eleito, como candidato independente nas listas da FEPU, para a I Assembleia Municipal da Câmara de Aveiro. Foi presidente da Comissão Distrital de Aveiro da candidatura do dr. Salgado Zenha à Presidência da República, em 1986, e, em 2006, foi mandatário distrital da candidatura de Manuel Alegre à Presidência da República. Foi secretário (1978-1980), vogal (1981-1983) e presidente (1987-1989) da delegação da comarca de Aveiro da Ordem dos Advogados e vice-presidente do Conselho de Deontologia de Coimbra da mesma Ordem durante dois mandatos, entre 2002 e 2007. A Câmara Municipal de Aveiro atribuiu-lhe, em Maio de 2003, a medalha de prata da cidade, por serviços distintos.

BRANDÃO, Carlos Cal (1906-1973) – *Porto, 1953; 1965* – Nasceu na freguesia de Ramalde, no Porto, em 5 Novembro de 1906 e faleceu em 31 de Janeiro de 1973. Em 1922, matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde se destacou pelas suas ideias republicanas, tendo sido eleito presidente do Centro Académico Republicano, para o período 1926-1927. Neste último ano, fundou, com Paulo Quintela, Sílvio Lima e Vitorino Nemésio, o semanário *Gente Nova*. Em Março de 1929, presidiu, em representação da academia do Porto, ao encontro, realizado em Coimbra, entre republicanos das três academias, do que resultou ter sido preso pela primeira vez, tendo ficado detido durante cinco meses e pago uma multa de cinco mil escudos. Director do jornal *Humanidade* (1929-1931) – que se declarava anti-republicano e anticlerical –, a sua actividade política (foi preso pela primeira vez em 18 de Março de 1931, acusado de entregar a «um indivíduo» um caixote com bombas), designadamente a acusação de estar implicado na tentativa revolucionária de 26 de Agosto de 1931, determinou a sua deportação para São Nicolau, em Cabo Verde, e daí para Timor. Nesta então colónia portuguesa, participou na resistência aos invasores japoneses, na Segunda Guerra Mundial, actuando com as forças australianas, organizadas em guerrilha. Daí resultou um livro, *Funo – Guerra em Timor* (Porto, 1946). Entre 1943 e 1945 residiu na Austrália, integrado no exército daquele país. Amnistiado no fim do conflito, regressou a Portugal em 1946 e abriu banca de advogado no Porto, tendo sido logo chamado, nessa qualidade,

a participar no primeiro julgamento das comissões distritais do Porto do Movimento de Unidade Democrática (MUD). Em 1949, redigiu, com seu irmão Mário, os estatutos da União Democrática Portuguesa. Interveio em todas as comissões políticas de oposição do distrito do Porto, designadamente nas candidaturas presidenciais de Norton de Matos e de Humberto Delgado. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE» e, em Outubro seguinte, foi um dos signatários de uma representação entregue ao Presidente da República, na qual se explicavam os motivos pelos quais a oposição não concorreria às eleições legislativas desse ano. Em Novembro de 1958, foi de novo preso (era a quarta vez) acusado – juntamente com outros advogados – de pretender atentar contra o bom nome de Portugal porque era um dos advogados de Maria Ângela Vidal Campos que pretendia apresentar queixa nas Nações Unidas contra o Estado português e contra a PIDE devido às condições em que se encontrava detida. Em 1960, assinou um requerimento solicitando uma certidão para instruir um recurso a interpor no Tribunal Internacional dos Direitos do Homem, tendo sido preso; voltou de novo à cadeia em 1961, por ser um dos signatários do Programa para a Democratização da República. Foi vogal da Comissão Distrital do Porto (1951-1956), delegado às assembleias-gerais (1966-1968) e vogal (1972-1974) do Conselho Geral da Ordem dos Advogados.

BRANDÃO, Mário Manuel Cal (1910-1996) – *Porto, 1961; 1969, CEUD* – Nasceu na freguesia de Cedofeita, no Porto, em 25 de Março de 1910 e faleceu na Maia em 21 de Outubro de 1996. Completado o ensino secundário, mudou-se para Coimbra, onde se instalou na República das Águias – fundada por seu irmão Carlos, com o apoio da loja maçónica Revolta, onde depois se iniciou – e começou a frequentar a Faculdade de Direito em 1926 mas implica-se em diversas actividades oposicionistas, designadamente no movimento de Julho de 1928, em que foi um dos assaltantes do quartel de Metralhadoras 2, de Coimbra. Foi preso, mas restituído à liberdade por falta de provas. Em 1930, foi eleito para a direcção da Associação Académica de Coimbra, numa lista encabeçada por Joaquim António dos Santos Simões, que viria a ser figura destacada na actividade oposicionista do Norte do país. Em Fevereiro de 1931, foi preso de novo, acusado da autoria de panfletos clandestinos e foi-lhe fixada residência em Estarreja, de onde se exilou, dois meses depois, para a Galiza, interrompendo o curso. Amnistiado, regressou a Portugal e concluiu o curso de Direito em Lisboa. Volta para o Porto e inicia aí a sua actividade de advogado, em 1936, mas é preso dois anos depois, acusado de manter relações com a Frente Popular espanhola. Até 1966, foi várias vezes detido por genéricas «actividades contra a segurança do Estado». Foi um dos fundadores, em 1942, do Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista, fez parte da comissão regional do Norte do MUNAF e foi também um dos fundadores do MUD, seu activo propagandista e membro constituinte da comissão do Porto da candidatura do general Norton de Matos à chefia do Estado. Em Agosto de 1949, lançou as bases da União Democrática Portuguesa, juntamente com seu irmão Carlos, tendo ambos elaborado os respectivos estatutos. Em Março de 1950, foi julgado, juntamente com o eng. António Rica Gonçalves e com os drs. Ruy Luís Gomes, António Macedo e Olívio França, por ter recusado entregar as listas de adesão ao MUD, mas foram todos absolvidos. Membro activo da União Socialista, colaborou com outros movimentos oposicionistas, como o Movimento Nacional Democrático,

a Organização Cívica Nacional, a Causa Republicana, de cujo directório provisório fez parte, e o Directório Democrato-Social. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Nesse mesmo ano, subscreveu a representação enviada ao Chefe do Estado no dia 1 de Outubro explicando os motivos pelos quais a oposição não se apresentaria às eleições legislativas. Em diversas ocasiões subscreveu várias representações ao chefe do Estado. Também colaborou activamente nas candidaturas do general Norton de Matos, do almirante Quintão Meireles e do general Humberto Delgado à Presidência da República. Em Novembro de 1958, foi preso, acusado – juntamente com outros advogados – de pretender atentar contra o bom nome de Portugal porque era advogado de Maria Ângela Vidal Campos que pretendia apresentar queixa nas Nações Unidas contra o Estado português e contra a PIDE devido às condições em que se encontrava detida. Em 1961, subscreveu o Programa para a Democratização da República. Foi vogal da Comissão Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, entre 1963 e 1968, e delegado às assembleias-gerais no triénio 1969-1971. Foi um dos fundadores da Acção Socialista Portuguesa que, em 1973, deu origem ao Partido Socialista. Como advogado, interveio várias vezes na defesa de réus julgados em Tribunal Plenário. Após o 25 de Abril, foi, por duas vezes, governador civil do Porto (1974-1980 e 1983-1985) e deputado pelo Partido Socialista à Assembleia Constituinte e, depois, à Assembleia da República, em todas as legislaturas até 1991, com excepção da intercalar de 1980.

BRASILEIRO, Álvaro Favas (1935-2009) – *Santarém, 1973* – Nasceu em Alpiarça a 24 de Março de 1935 e faleceu em 13 de Maio de 2009. Fez os estudos primários com distinção e cedo foi despertado para a política. Com apenas 15 anos, fez parte do MUD-Juvenil e, em 1961, aderiu ao Partido Comunista. Como trabalhador rural, fez parte de várias comissões de luta nas praças de jorna pela abolição do trabalho de sol a sol, por melhores salários e outras regalias para os camponeses. Foi também produtor de melão, durante 20 anos, nos campos do Vale do Tejo, tendo ajudado a organizar os pequenos rendeiros-seareiros em defesa da comercialização dos produtos e por rendas não especulativas. Mais tarde, em 1972, fundou e dirigiu a primeira Associação de Produtos de Melão nos campos de Vila Franca de Xira. Participou activamente nas campanhas presidenciais dos drs. Ruy Luís Gomes e Arlindo Vicente e do general Humberto Delgado, de cujas comissões distrital e nacional foi membro. Em 1963, foi preso pela PIDE, julgado em Tribunal Plenário e condenado a 16 meses de prisão correcional. Em 1973, fez parte das comissões distrital e nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril. Depois do 25 de Abril, foi eleito vereador da Câmara Municipal de Alpiarça e, mais tarde, foi membro da Assembleia Municipal da mesma autarquia, em sucessivos mandatos. Foi um dos fundadores da Cooperativa Agro-Pecuária Mouchão do Inglês, em Alpiarça; fez parte da direcção do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém; foi um dos fundadores e dirigentes do secretariado das UCPs/Cooperativas da Zona da Reforma Agrária do Distrito de Santarém e representou-as no Conselho Nacional do Plano. Em Dezembro de 1979, foi eleito pela primeira vez

deputado à Assembleia da República, na lista da APU, por Santarém, cargo que exerceu durante quase onze anos. Foi, nesse período, membro da Comissão Parlamentar de Agricultura, fazendo sempre parte da mesa, primeiro como secretário, depois como vice-presidente e presidente, e pertenceu, durante vários anos, ao secretariado do Grupo Parlamentar do PCP. Foi também vice-presidente da Comissão Parlamentar do Equipamento Social. Ainda como deputado, fez parte de delegações parlamentares que se deslocaram à Hungria, à Áustria e a Palma de Maiorca, esta última para debater a situação da agricultura mediterrânica. Chefiou também algumas delegações do seu partido à Bulgária e à Checoslováquia. Foi membro da Direcção Regional da Organização de Santarém do PCP e, durante vários anos, fez parte da comissão de agricultura do comité central do PCP. Foi secretário da Associação Amigos da Casa dos Patudos – Museu José Relvas e, quando faleceu, era presidente da assembleia-geral de uma associação de reformados em Alpiarça.

BRUXELAS, Mário Jorge (1930) – Lisboa, 1969, CEUD – Nasceu na freguesia dos Anjos, em Lisboa, a 16 de Agosto de 1930. Diplomado em Arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, dedicou-se, profissionalmente, ao estudo da habitação social, tendo sido chefe dos serviços de Planos Habitacionais no Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa (1959-1969), dirigente do Fundo de Fomento da Habitação (1969-1971) e colaborador do Instituto Nacional de Investigação Industrial. Membro da direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos (1966-1970) e, depois, seu presidente (1971-1974). Foi também delegado nacional ao Comité de Habitação, Construção e Planeamento da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (1963-1966 e 1970-1971). Em 1966, foi eleito para a direcção da União Internacional dos Arquitectos e reeleito em 1968, tendo participado em numerosos congressos e colóquios internacionais. Pertenceu ao MUD-Juvenil e apoiou activamente o dr. Arlindo Vicente na sua campanha eleitoral para a Presidência da República. Foi sócio fundador da SEDES, de cujos órgãos directivos fez parte em 1970. Depois do 25 de Abril, foi governador civil de Lisboa, entre 27 de Agosto de 1974 e 18 de Outubro de 1975. Aderiu ao MDP-CDE, de cujo conselho nacional fez parte, em 1975. Publicou alguns trabalhos, designadamente *Parques Industriais* (Lisboa, 1973), em colaboração com Manuel Belo e Louis Bach, e *Indicadores de Caracterização e Evolução do Sistema Urbano* (Lisboa, 1988).

CABEÇADAS Júnior, José Mendes (1883-1965) – Lisboa, 1953 – Nasceu em Loulé a 19 de Agosto de 1883 e faleceu em Lisboa a 11 de Junho de 1965. Alistou-se na Armada em 10 de Dezembro de 1902, foi promovido a guarda-marinha em 1908 e a segundo-tenente em 1910. Na madrugada de 4 de Outubro desse ano, tomou o comando do cruzador onde prestava serviço, o *Adamastor*, que seria um dos navios a bombardear o Palácio das Necessidades, onde se encontrava o Rei D. Manuel. Em 18 de Novembro seguinte foi promovido a capitão-tenente por distinção. Deputado por Silves à Assembleia Constituinte, em 1911, foi eleito deputado ao Parlamento em 1915. Pertenceu aos partidos Unionista, Liberal e Nacionalista e, em Julho de 1925 (era capitão-de-mar-e-guerra desde 1917 e comandava o cruzador *Vasco da Gama*), apoiou a revolta dos oficiais presos no forte do Bom Sucesso por implicação na revolta do 18 de Abril desse

ano. Acompanhou a cisão de Cunha Leal na formação da União Liberal Republicana, no início de 1926, e teve também papel importante na preparação do movimento de 28 de Maio de 1926, tomando o comando da revolta em Lisboa e recebendo o poder das mãos do Presidente da República, Bernardino Machado, no mesmo dia em que, por sua ordem, o Parlamento foi fechado. Por decreto de 30 de Maio, foi nomeado Presidente do Ministério e ministro da Marinha e interino de todas as pastas. No dia seguinte, constituiu-se um triunvirato, de que faz parte com o general Gomes da Costa e com o comandante Armando Ochoa. No dia 3 de Junho, este triunvirato forma um Ministério, no qual ocupa a Presidência e o Interior, e entrega as Finanças a um professor de Coimbra, António de Oliveira Salazar, por recomendação dos oficiais de Coimbra, muitos dos quais haviam sido alunos daquele professor. Todavia, incapaz de congregar as diversas facções republicanas e de dominar a facção antidemocrática, chefiada pelo general Gomes da Costa, é afastado do poder, logo a 17 do mesmo mês de Junho. Ao intervir no 28 de Maio, pretendia regenerar a situação política, para que o regime constitucional pudesse funcionar, pelo que se opõe à instituição da Ditadura. Numa carta que dirigiu ao Presidente da República, em 5 de Maio de 1926, afirmava: «Os oficiais representando a grande maioria do exército encarregam-me de comunicar a V. Ex.^a o seu veemente desejo de que a actual crise política seja resolvida, nomeando V. Ex.^a um governo de carácter extrapartidário constituído por republicanos que mereçam a confiança do país. O exército, fazendo este pedido está certo de que interpreta o sentir da Nação.» Em 1931, funda, com o general Norton de Matos, a Aliança Republicana e Socialista, dissolvida poucas semanas depois. Com Lello Portela, José Moreira de Campos e outros oficiais, fez parte do Comité Revolucionário Secreto do MUNAF, que era presidido pelo general Norton de Matos. Exerceu diversos cargos, como o de comandante do porto de Vila Real de Santo António, comandante da Escola de Alunos Marinheiros do Sul, serviu na Direcção de Hidrografia e Navegação, como intendente do Arsenal do Alfeite (Fevereiro de 1933-Outubro de 1938) e como intendente da Marinha do Alfeite, entre Outubro de 1938 e Junho de 1947. Fora promovido a contra-almirante em 1930 e a vice-almirante em 1937. Foi também presidente do Tribunal Militar da Marinha e presidente do Conselho Superior de Disciplina da Armada. Em 1945, aderiu ao MUD e em 1946 foi acusado de ser um dos conspiradores da revolta militar de Outubro desse ano. No ano seguinte, foi acusado de preparar uma nova insurreição armada para 10 de Abril (com o cargo de presidente da Junta Militar de Libertação Nacional), pelo que foi preso, julgado no Tribunal Militar de Santa Clara, condenado a um ano de prisão (descontado no tempo de prisão preventiva), três de suspensão de direitos políticos e passado compulsivamente à reforma. Em 1951, fez parte da comissão de candidatura do almirante Quintão Meireles e foi eleito presidente do conselho geral da Organização Cívica Nacional, cujos estatutos não foram aprovados pelo governador civil. Quatro anos mais tarde, é escolhido como presidente do directório provisório de uma nova organização que pretendia congregar as forças da oposição: a Causa Republicana, cujos estatutos também não foram aprovados pelas autoridades, tal como o não foram os da Frente Nacional Liberal e Democrata, de cuja proposta comissão central, presidida pelo general Ferreira Martins, fazia parte. Foi igualmente membro do Directório Democrato-Social. Foi um dos primeiros signatários da exposição enviada ao

Presidente da República, no dia 1 de Outubro de 1957, explicando os motivos pelos quais a oposição não se apresentava a sufrágio. Em 1958, foi membro da comissão nacional da candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Subscreveu várias representações apresentadas a sucessivos chefes de Estado e foi um dos subscritores, em 1961, do Programa para a Democratização da República, pelo que foi interrogado pela PIDE em sua casa, dado que o seu estado de saúde não lhe permitia sair.

CABEÇADAS, Rui Manuel Sequeira (1928-1992) – *Lisboa, 1957* – Nasceu em Lisboa a 9 de Junho de 1928 e faleceu na mesma cidade em 8 de Dezembro de 1992. Era sobrinho-neto do almirante José Mendes Cabeçadas. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Enquanto estudante, foi secretário da direcção (1954-1955) e presidente da direcção (1955-1956) da Associação Académica da sua Faculdade. Em 4 de Maio de 1958, foi preso pela PIDE «para averiguações», só tendo sido libertado em 14 de Julho seguinte. Em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». No fim de 1959, resolveu exilar-se, tendo estado em Argel, Cuba e Paris. Regressou a Portugal depois do 25 de Abril, tendo trabalhado no sector das pescas.

CABRAL, Alexandre (1917-1996) – *Santarém, 1969, CDE* – Nome literário de José dos Santos Cabral. Nasceu na freguesia da Ajuda, em Lisboa, a 17 de Outubro de 1917 e faleceu na mesma cidade em 21 de Novembro de 1996. Foi aluno dos Pupilos do Exército, até arranjar trabalho, tinha então 15 anos, como empregado de escritório. Partiu depois para África, com o poeta Sidónio Muralha, ambos contratados por uma empresa estrangeira, instalando-se no Congo Belga, depois do que viajou pelo Congo Francês e por Angola. Ao fim de três anos, regressou a Portugal e trabalhou como redactor de uma agência noticiosa, delegado de propaganda médica e chefe de escritório de uma empresa farmacêutica, ao mesmo tempo que concluía os estudos liceais e entrava na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para cursar Ciências Históricas e Filosóficas. Em 1936, foi director do periódico juvenil *A Voz da Mocidade*, extinto ao nono número, por ordem dos serviços de censura. Militante comunista desde a juventude, seria preso três vezes, em 1952, 1963 e 1964, acusado de crimes contra a segurança do Estado, mas nunca julgado, a última das quais no regresso de uma viagem a Cuba, de que resultaria um livro – *Um Português em Cuba* – só publicado em 1969. Em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS, e, por isso, interrogado. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro. Em Janeiro de 1978, assinou um manifesto dirigido «Ao Povo Português», protestando contra o governo de coligação entre o Partido Socialista e o CDS, que estava prestes a constituir-se. Artisticamente, inseriu-se na corrente neo-realista e dedicou-se à investigação histórico-literária. Colaborou em diversos jornais e revistas, como *Democracia do Sul*, *República*, *O Comércio do Porto*, *Vértice* e *Seara Nova*, além de ter publicado várias obras literárias, poéticas e ensaísticas,

bem como uma antologia de novelas e as polémicas de Camilo Castelo Branco. Em 1987, recebeu o Prémio Casa de Camilo, pelo seu *Dicionário de Camilo Castelo Branco* (Lisboa, 1988). Outras obras suas são: *Cinzas da nossa Alma* (Lisboa, 1937), *O Sol Nascerá um Dia* (Vila Nova de Famalicão, 1942), *Contos da Europa e da África* (1947), *Fonte da Telha* (Lisboa, 1949), *Terra Quente* (Lisboa, 1953), *Malta Brava*, (Lisboa, 1955), *Histórias do Zaire* (Lisboa, 1956), *Memórias de um Resistente* (Porto, 1970) e *Notas Oitocentistas* (Lisboa, 1973).

CABRAL, José dos Santos – v. **CABRAL**, Alexandre

CALDEIRA, António Sales (1911-1981) – **Funchal, 1961** – Nasceu no Funchal a 27 de Janeiro de 1912 e faleceu a 22 de Dezembro de 1981. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa e regressou, depois, ao Funchal, onde exerceu a advocacia. Manteve-se sempre ligado aos meios oposicionistas madeirenses e em 1974 filiou-se no PSD-Madeira, sendo, desde 1977, presidente do Congresso Regional daquele partido. O desporto foi sempre um dos sectores que mais o interessou, tendo sido, durante muitos anos, presidente da direcção e da assembleia-geral do Clube Desportivo Nacional. Foi também presidente do Club Sports Madeira e colaborou como dirigente, consultor e conselheiro em numerosas associações desportivas.

CALDEIRA, João Pinto Picão (1911-1982) – **Portalegre, 1949, Lista Monárquica** – Nasceu em Vila Boim, Elvas, a 24 de Julho de 1911, descendente de uma antiga família de Elvas, e morreu em Lisboa a 25 de Junho de 1982. Engenheiro Agrónomo pelo Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, empresário agrícola em Vila Fernando (Elvas), proprietário da Herdade da Chaminé, onde realizou várias experiências tendo em vista a introdução de novas espécies cerealíferas. Também desenvolveu muito a exploração pecuária, o que lhe valeu a atribuição de vários prémios nacionais e internacionais, e continuou a coudelaria de seu avô, até cerca de 1963. Foi presidente da Associação Central de Agricultura e do Grémio da Lavoura de Elvas, a que esteve ligado desde a sua fundação, e vice-presidente da Federação dos Grémios da Lavoura do Alto Alentejo. Foi procurador à Câmara Corporativa, como representante das entidades patronais, entre 1961 e 1965, tendo feito parte da 5.ª subsecção, Produtos Florestais, da III secção, Lavoura. Nessa qualidade, subscreveu o parecer acerca do plano de arborização das dunas da Carrapateira e o parecer sobre o projecto de lei de orientação agrícola, respectivamente em 1964 e 1965. Foi vereador da Câmara Municipal de Elvas.

CALISTO, Júlio Correia da Rocha (1897-?) – **Aveiro, 1957** – Nasceu no lugar do Tojal, freguesia de Vila da Igreja, Satam, Viseu, a 23 de Agosto de 1897. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, abriu banca de advogado em Ílhavo. Fez parte da comissão organizadora do I Congresso Republicano, realizado em Aveiro, em 1957. Em Dezembro de 1962, foi detido pela PIDE para averiguações por suspeita de «actividades contra a segurança do Estado».

CÂMARA, João Brito (1909-1967) – **Funchal, 1961** – Nasceu na freguesia de Arroios, em Lisboa, a 19 de Maio de 1909 e faleceu no Funchal em 1967. Com 4 anos de

idade foi para o Funchal, onde se fixou definitivamente. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Advogado, escritor, conferencista, foi também delegado-correspondente no Funchal do jornal *República*, de Lisboa e, em 1927, dirigiu o quinzenário *Alma Nova*, órgão da Academia do Funchal. Publicou o seu primeiro livro em 1924: *Manhã* (Funchal). Outros se seguiriam, como *Relance* (Coimbra, 1942), depois reunidos, com mais alguns inéditos, num volume intitulado *Poesias Completas* (Coimbra, 1981). Entre os seus trabalhos literários, destaca-se também uma entrevista a Edmund de Bettencourt, *O Modernismo em Portugal* (1944), publicado inicialmente no n.º 2 da revista *Eco Literário* e, depois, em separata. Deixou igualmente alguns trabalhos de carácter jurídico, como *Duma Gerência Técnica à Incompetência Absoluta* (Funchal, 1960).

CAMPOS, António Alberto de Meireles (1938) – **Braga, 1969, CENI** – Nasceu em Maximinos, Braga, a 17 de Dezembro de 1938. Completou o 2.º ciclo dos liceus e foi graduado da Mocidade Portuguesa. Administrador de empresas, foi vogal na Corporação da Indústria e vice-presidente da comissão do distrito de Braga da Acção Nacional Popular. Como delegado administrativo da sua empresa, trabalhou em Moçambique e em Angola, desde 1954 até 1964, tendo feito parte, neste último território, da Milícia Civil de Defesa do Território, organizada em 1961. Entre 1966 e 1969, foi presidente da Câmara Municipal de Fafe e, nesse último ano, candidato a deputado por Braga, na lista da Comissão Eleitoral Nacionalista Independente, que depois desistiria de concorrer. Viria a ser eleito deputado por Braga, mas na lista da ANP, em 1973, embora a viabilidade da sua candidatura tenha sido posta em causa, pois uma norma da lei eleitoral de 21 de Setembro de 1973, que proibia candidatos desistentes de se apresentarem a escrutínio. Todavia, o Supremo Tribunal Administrativo considerou que a lei não tinha efeitos retroactivos.

CAMPOS, António Carlos Ribeiro de (1938) – **Coimbra, 1969, CDE; 1973** – Nasceu em 4 de Julho de 1938 em Lageosa, Oliveira do Hospital. Concluiu em 1959 o curso de Regente Agrícola, depois convertido em Engenharia Técnica Agrária, na antiga Escola de Regentes Agrícolas de Coimbra. Fez parte de comissões juvenis de apoio à candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Contratado como professor de aulas de campo pela escola onde se formara, em 1962, quando da crise académica desse ano, foi detido pela polícia política e demitido. Foi, posteriormente, técnico agrícola numa empresa da especialidade e administrador de empresas. Foi um dos fundadores da Acção Socialista (1964) e do Partido Socialista (1973), tendo pertencido à direcção deste último, desde a sua criação até 2006. Em 1973, foi candidato suplente às eleições legislativas pelo círculo de Coimbra. Colaborou em diversas publicações periódicas. Após o 25 de Abril, foi deputado à Assembleia Constituinte e, depois, deputado à Assembleia da República desde a II até à VI legislaturas. Secretário de Estado do Fomento Agrário, da Estruturação Agrária e secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro em três governos diferentes. Foi deputado ao Parlamento Europeu entre 1984 e 2004.

CAMPOS, João Meneses (?) – **Vila Real, 1969, CDE** – Suplente. Não foi possível obter dados deste candidato

CAMPOS, Joaquim Inácio Calhau Piteira (?) – **Évora, 1973** – Suplente. Não foi possível obter dados deste candidato

CAMPOS, José Moreira (1898-1967) – **Lisboa, 1953** – Nasceu em Orens, Viseu, a 24 de Setembro de 1898 e faleceu em Lisboa a 29 de Abril de 1967. Fez os estudos liceais em Viseu e frequentou, em Coimbra, os preparatórios para entrar na Escola Naval, que cursou entre 1916 e 1918, sendo promovido a guarda-marinha em 11 de Fevereiro de 1919. No princípio de 1919, fez parte da coluna de Marinha que combateu o levantamento monárquico no Porto e em Lisboa. Parte da sua carreira foi feita no ultramar – designadamente, foi capitão dos portos de S. Tomé e do Lobito Especializou-se em minas e torpedos e comandou diversas unidades, entre elas, já capitão-tenente, o aviso «Adamastor» na sua última viagem de Macau para Lisboa. Em Outubro de 1938, foi nomeado subdirector dos Serviços de Material de Guerra e Tiro Naval. Reformou-se em 23 de Julho de 1940. Com o almirante Cabeçadas e o tenente-coronel Lello Portela, entre outros oficiais, fez parte do Comité Revolucionário Secreto do MUNAF, que era presidido pelo general Norton de Matos. Em 1957, foi um dos signatários de uma representação entregue, no dia 1 de Outubro, ao Presidente da República, na qual se explicavam os motivos pelos quais a oposição não concorreria às eleições legislativas desse ano. Foi colaborador frequente de numerosos jornais, designadamente dos vespertinos *República* e *Diário de Lisboa*, mas também em alguns semanários de província. Durante a Segunda Guerra Mundial escreveu sobre assuntos navais no semanário *Sol* e no diário *Comércio do Porto*. Alguns dos seus trabalhos literários abordam temas ultramarinos mas grande parte da sua vida foi dedicada aos estudos histórico-navais e foi membro da Comissão de Redacção dos *Anais do Clube Militar Naval*, onde publicou vários trabalhos. Em 1960, recebeu o Prémio Infante D. Henrique pela obra *O Infante D. Henrique e os Descobrimentos Portugueses* e, em 1966, foi galardoado com o prémio do Centenário do Clube Militar Naval, pelo artigo *O Pensamento Político-Militar-Naval de D. João de Castro*. Entre as suas obras, destacam-se *A Luta pelo Poder Naval* (Lisboa, 1938), *A Invasão da Inglaterra através dos Tempos* (Lisboa, 1940), *Da Fantasia à Realidade* (Lisboa, 1953), *Mestre José Vizinho* (Viseu, 1955), *Rumo de Portugal* (Lisboa, 1963) e *Descobrir – Ponto de Partida, Ponto de Destino* (Lisboa, 1965).

CAMPOS, Luís Erse Baeta de (1926) – **Guarda, 1969, CDE** – Nasceu na freguesia de Almedina, em Coimbra, a 16 de Julho de 1926. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra e fez concurso para interno nos Hospitais da Universidade. A partir de 1955, começou a trabalhar no Sanatório Sousa Martins, da Guarda (de que seria director clínico entre 1989 e 1991), foi primeiro assistente, mediante concurso, do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos e, a partir de 1963, prestou serviço no Hospital da Misericórdia da Guarda. Em 1960, foi bolseiro, em Paris, no Hospital Laennec. Esteve sempre ligado ao socialismo democrático e durante algum tempo foi dirigente diocesano dos Cursos de Cristandade.

CANDAL, Carlos Manuel Natividade da Costa (1938-2009) – **Aveiro, 1969, CDE** – Nasceu na freguesia de Vera Cruz, Aveiro, a 1 de Junho de 1938 e faleceu a 19 de Junho de 2009. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Enquanto estudante,

foi eleito delegado do seu curso jurídico, foi dirigente da secção de atletismo da Associação Académica de Coimbra (1956-1959) e director do Orfeão Académico (1959-1960). Em 1960, foi eleito presidente da Associação Académica de Coimbra, encabeçando uma lista de oposição à direcção situacionista, e designado director do jornal *Via Latina*. Fez também parte da direcção da Associação dos Desportos de Coimbra e da Comissão Nacional do Desporto Universitário. Cumpriu o serviço militar entre 1962 e 1966, fazendo uma comissão em Timor, onde foi promotor de justiça no Tribunal Militar Territorial. Advogado em Aveiro, desde 1966, foi membro da Comissão de Assistência Judiciária (1969-1971), secretário (1972-1977) e presidente (1978-1986) da delegação de Aveiro da Ordem dos Advogados. Em 1968, aderiu à Acção Socialista Portuguesa e foi depois um dos fundadores do Partido Socialista e membro das suas comissões nacional e política nacional. Foi um dos promotores do II Congresso Republicano e do III Congresso da Oposição Democrática (realizados em Aveiro em 1969 e em 1973, respectivamente). Em 1975, foi cabeça de lista do seu partido, por Aveiro, à Assembleia Constituinte. Pelo mesmo círculo, foi eleito deputado à Assembleia da República nas I, II, IV, V, VI e VII legislaturas. No final da I legislatura, publicou algumas das suas intervenções, sob o título *Antes da Ordem do Dia*. Em 1976, foi eleito para a presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação, sendo depois membro da presidência do Conselho Mundial da Paz. A partir de 1977, fez parte do Movimento Português contra o *Apartheid*. Em 1978, foi membro do secretariado executivo do Tribunal Cívico Humberto Delgado e, com o prof. Orlando de Carvalho, foi um dos dois oradores que proferiram alegações finais na sessão pública do «julgamento do fascismo português». Em Março de 1982, participou na criação da Comissão Parlamentar Eventual para Timor-Leste, assunto a que dedicou sempre toda a atenção, desenvolvendo esforços para o reconhecimento da independência do território. Deputado à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, entre Janeiro de 1988 e Janeiro de 1996, fez parte da Comissão das Questões Jurídicas e dos Direitos do Homem desse organismo. Também no Parlamento do Conselho da Europa redigiria e promoveria, em Maio de 1990, a primeira moção a favor do povo de Timor. Em Outubro de 1995, foi eleito deputado ao Parlamento Europeu, funções que desempenhou até 2004. Após 1979, fez cinco mandatos na Assembleia Municipal de Aveiro, dos quais dois como seu presidente. Colaborou em diversos jornais e revistas e escreveu crónicas radiofónicas transmitidas pela Rádio Nova do Porto (1991-1992) e pela Rádio Comercial, de Lisboa (1996-1997). Promoveu uma edição da Constituição aprovada pela Assembleia Constituinte, na qual se encontram remissões para trabalhos da especialidade, e publicou algumas obras de carácter profissional, como *Advocacia, Honorários, Tabelas, Etc.* (Lisboa, 1973) e *50 Respostas: Candidato a Bastonário da Ordem dos Advogados* (Aveiro, 2001).

CARDIA, Mário Augusto Sottomayor Leal (1941-2006) – *Lisboa, 1965; 1969, CDE; 1973* – Nasceu em Matosinhos a 19 de Maio de 1941 e morreu em Lisboa a 17 de Novembro de 2006. Findo o curso dos liceus no Porto, chegou à capital em 1958, destinado à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, mas ao fim de um ano trocou

o curso pelo de Filosofia, na mesma universidade. Empenhou-se desde muito jovem nas lutas estudantis e, ainda estudante liceal, fez parte do Movimento Nacional dos Estudantes. Na Faculdade de Letras, desempenhou diversas funções na Comissão Pró-Associação, foi director da revista *Grafia* (1961) e membro da Junta de Acção Patriótica dos Estudantes da Universidade de Lisboa. Em Maio de 1962, foi preso pela PIDE e, no mês seguinte, foi suspenso da Universidade de Lisboa por 30 meses, devido à sua participação na greve da fome que decorreu na cantina da Cidade Universitária. Foi empregado de escritório numa firma de Lisboa e colaborou em diversas publicações estudantis, designadamente nos jornais *Grafia*, *O Mocho* e *Idem* e, em 1964, começou a trabalhar, como redactor, na *Seara Nova*, de que foi chefe de redacção entre 1968 e 1972. Nos anos 60 e 70 colabora com algumas cooperativas, designadamente, a Pragma, a Devir e a Estudos e Documentação, e adere também a diversas organizações cívicas, como a Comissão Promotora do Voto (1969), a Comissão Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão (1971-1972), a comissão coordenadora do III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro (1973) e a Liga Portuguesa dos Direitos do Homem. Em 1969, foi preso pela DGS, depois de proferir um discurso num comício eleitoral realizado no cinema Tivoli, e, em 1970, foi de novo preso pela mesma polícia, tendo então sofrido sevícias que lhe provocaram graves lesões nos olhos. Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS, e, por isso, de novo detido e interrogado. Entre 1971 e 1973, publicou dois livros – *O Dilema da Política Portuguesa* e *Por uma Democracia Anticapitalista* – ambos apreendidos, sendo o segundo objecto de um processo contra o autor. Entre 1962 e 1971, esteve ligado ao Partido Comunista mas, em 1973, aderiu ao Partido Socialista, cujos documentos programáticos redige, em Junho e Julho de 1973, juntamente com António Reis e Francisco Monteiro Curto, e de que foi porta-voz a seguir ao 25 de Abril. Ao II Congresso Republicano de Aveiro, em 1969, apresentou uma tese intitulada «Notas Breves sobre o Problema da Liberdade» e, em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, também realizado em Aveiro. Nesse mesmo ano, foi candidato suplente, pelo círculo de Lisboa, nas eleições legislativas. Foi director do jornal *Portugal Socialista* depois da sua passagem a semanário, deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República na I, III, IV e V legislaturas. Em Julho de 1976, foi nomeado ministro da Educação e Investigação Científica, funções que desempenhou até 1977. Doutorou-se, em 1992, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e ali se manteve como professor nos departamentos de Filosofia e de Ciência Política até se retirar, por motivos de saúde, pouco tempo antes de falecer. Em 1994, anunciou a sua intenção de concorrer às eleições presidenciais mas não o fez e afastou-se da política activa. Entre as suas obras, destacam-se *Antologia da Seara Nova – 1921-1926* (Lisboa, 1971), *Socialismo sem Dogma* (Lisboa, 1982) e *Ética I* (Lisboa, 1992).

CARDOSO, Carlos Ernesto de Sá (1902-1982) – *Lisboa, 1953* – Nasceu na freguesia de São José, em Lisboa, a 15 de Setembro de 1902 e faleceu na mesma cidade em 8 de

Março de 1982. Era filho do general Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, que foi chefe do governo entre 30 de Junho de 1918 e 15 de Janeiro de 1919 e presidente da Câmara dos Deputados. Estudou no Colégio Militar a partir do 3.º ano do liceu e licenciou-se em Engenharia Civil. Ainda estudante no Colégio Militar, fez parte do Batalhão Académico que se dirigiu para o norte do país, a fim de combater a Monarquia do Norte e esteve também em Monsanto, a combater igualmente o levantamento monárquico. Como engenheiro, foi funcionário da Câmara Municipal de Lisboa, de onde foi afastado a seguir ao 28 de Maio, depois do que trabalhou na Junta Autónoma das Estradas, devendo-se-lhe alguns importantes estudos técnicos, entre os quais um anteprojecto sobre as condições de construção da estrada marginal Lisboa-Cascais. Pertenceu à Aliança Republicana e Socialista, ao MUD, de cuja Comissão Distrital de Lisboa fez parte, esteve na Organização Cívica Nacional, em 1951, e foi apoiante das candidaturas à Presidência da República do general Norton de Matos e do almirante Quintão Meireles. Em 1953, foi eleito vogal da Comissão dos Estatutos Sociais e Económicos da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, para o triénio 1953-1955. Fez parte da comissão organizadora e do directório provisório da Causa Republicana, a que presidia o general Ferreira Martins, foi vogal da Comissão Central da Frente Nacional Liberal e Democrática e, em 1957, foi membro da Comissão Promotora do Voto que depois abandonou para integrar a comissão eleitoral da Acção Democrato-Social. Foi o segundo signatário (o primeiro foi Jaime Cortesão) da exposição enviada ao Presidente da República explicando os motivos pelos quais a oposição não se apresentava a sufrágio. No ano seguinte, juntamente com outros membros daquele directório, propunha-se apresentar o almirante Quintão Meireles como candidato à Presidência da República. Em 1960, era membro da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem. Em 1961, foi um dos signatários do Programa para a Democratização da República, pelo que seria detido pela PIDE em 30 de Novembro desse ano e só libertado, sob caução, em 6 de Dezembro. Quando se iniciou a guerra em África, manifestou-se a favor da defesa das colónias, e quis que o produto da venda do seu livro *Em Luta... pela Pátria, pela Democracia*, publicado em Lisboa nesse ano, revertesse a favor da «campanha nacional de auxílio às vítimas do terrorismo em Angola». Foi comendador do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceite e, em 1981, foi eleito Soberano Grande Comendador mas não pôde exercer funções devido ao seu estado de saúde. Colaborou em diversos jornais, particularmente no *Diário de Lisboa* e na *República*, de que foi accionista, tal como seu pai, e, em 1945, publicou *Política de Amanhã (Um Programa de Governo)*. Escreveu também *Memórias duma Época e Apontamentos Políticos* (Lisboa, 1973).

CARDOSO JÚNIOR, Francisco José (1884-1969) – **Porto, 1953** – Nasceu em Vila Nova de Gaia a 14 de Junho de 1884 e faleceu no Porto a 5 de Dezembro de 1969. Depois de frequentar a Escola Industrial Brotero e o Instituto Industrial do Porto, diplomou-se pela Escola Normal do Porto e passou a exercer o magistério primário. Foi membro do Conselho Superior de Instrução Pública, fez parte da comissão encarregada da reforma do ensino primário e colaborou assiduamente na imprensa pedagógica, como *Educação Nova*, *Escola Primária*, *O Magistério* ou a *Tribuna do Professor*. Em 1909, retomou a publicação do periódico *A Federação Escolar*, que seu pai, Francisco José Cardoso,

igualmente professor primário, fundara. Interveio também em numerosas iniciativas de carácter sindical ou associativo, designadamente no I Congresso do Sindicato dos Professores Primários de Portugal, realizado no Porto em 1914. Em 1957, foi um dos signatários de uma representação entregue no dia 1 de Outubro ao Presidente da República, na qual se explicavam os motivos pelos quais a oposição não concorreria às eleições legislativas desse ano. Foi autor de vários livros escolares e proferiu diversos discursos e conferências, alguns reunidos em colectâneas, como a que foi organizada e apresentada por António Sérgio, sob o título *Em Prol da Educação Popular* (Porto, 1960). Próximo dos opositores à Ditadura Militar e, depois, ao Estado Novo, seria demitido da função pública em 1930, quando era director da Escola Normal (depois Escola do Magistério Primário) do Porto, onde se formara. Em 1952, publicou no vespertino *República* um trabalho dedicado aos *Heróis do 31 de Janeiro* (de 1890), no qual elogia as reformas pedagógicas de 1911 e de 1919.

CARDOSO, José Fernando Coelho (1941-1975) – *Porto, 1969, CDE* – Nasceu na freguesia de Cedofeita, no Porto, a 19 de Abril de 1941 e faleceu na mesma cidade a 28 de Junho de 1975. Licenciou-se em Filologia Germânica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi professor liceal em Braga durante um ano mas abandonou as funções docentes optando por trabalhar como empregado de escritório. Em 1969, foi eleito para os corpos gerentes da Cooperativa Livreira dos Estudantes do Porto, UNICEPE.

CARDOSO, José Ribeiro (1874-1965) – *Castelo Branco, 1949* – Nasceu em Sobreira Formosa, concelho de Proença-a-Nova, Castelo Branco, a 19 de Agosto de 1874 e faleceu em Castelo Branco a 21 de Setembro de 1965. Completados os estudos secundários em Castelo Branco, ingressou no Seminário de Portalegre e foi ordenado sacerdote em 1895. Pároco na freguesia do Estreito até 1901, suspendeu funções para se matricular na Faculdade de Direito de Coimbra. Entre 1904 e 1906, foi presidente do CADC. Completado o curso, em 1906, tomou posse da paróquia de S. Miguel, em Castelo Branco, para que fora nomeado dois anos antes. Em 1908, suspendeu essas funções por ter sido nomeado governador civil substituto do distrito de Castelo Branco, funções que desempenhou até ser proclamada a República. No ano seguinte, em Outubro, foi preso em Lisboa, acusado de conspirar para o restabelecimento da Monarquia, e só foi libertado a 23 de Junho de 1913. Exila-se então em Paris. De regresso a Portugal, em 1915, foi director e editor do semanário monárquico *O Beirão*, de Castelo Branco, situação que manteve durante cerca de ano e meio, até Dezembro do ano seguinte. Aderiu ao movimento de Sidónio Pais e foi eleito senador pela Beira Baixa, mandato que exerceu entre 18 de Julho de 1918 e 21 de Fevereiro de 1919. Outra vez acusado de conspirar contra a República, exilou-se de novo, agora em Espanha, mas regressou pouco tempo depois para se entregar e foi julgado e absolvido no Tribunal Militar de Santa Clara. Decide então pedir licença ilimitada da sua paróquia e passa a exercer a advocacia também em Castelo Branco. Proclamado o Estado Novo, adere à União Nacional e, em Abril de 1934, é presidente da sua comissão concelhia de Proença-a-Nova, funções de que se demitiria meses depois, por discordância com a política daquela instituição para com os mais necessitados. Três anos mais tarde, é designado presidente da Junta Provincial de Castelo Branco,

mandato que termina em 1945 e durante o qual desenvolveu a indústria das colchas, impulsionou os estudos etnográficos e promoveu a criação de uma escola de bordados e de uma Liga dos Criadores do Bicho-da-Seda. Durante este período, foi presidente do Grémio da Lavoura, funções de que seria demitido depois de ter escrito, e divulgado por todo o país, um ofício em resposta a exigências da Junta Nacional do Azeite, no qual demonstrava as deficiências daquele organismo. Em 1938, era então presidente da assembleia-geral da Casa do Povo de Sobreira Formosa, foi designado membro da Câmara Corporativa, tendo trabalhado na Secção de Azeite, Frutas e Produtos Hortícolas durante dois mandatos, até 1945. Quando das eleições de 1949 para a Assembleia Nacional, foi o promotor da lista de candidatos a deputados por Castelo Branco, na qual – segundo ele próprio afirmou – pretendia ter dois monárquicos e dois republicanos. Todavia, só um republicano figurava, o eng. Cunha Leal, cuja candidatura pela lista oposicionista de Vila Real não pudera concretizar-se. Entre 1949 e 1951, foi presidente da delegação de Castelo Branco da Ordem dos Advogados. Foi colaborador da revista *Estudos de Castelo Branco*, desde o primeiro número, em 1961, até falecer, e publicou várias obras, algumas em defesa do comunitarismo agrícola, como *A Agonia da Pequena Propriedade* (Castelo Branco, 1936) e *Em Prol da Terra e do Homem* (Castelo Branco, 1938), outras dedicadas à História e à Cultura da sua região, como *Subsídios para a História da Beira Baixa* (Lisboa, 1944), *A Herdade das Casas do Soudo* (Castelo Branco, 1950) e *Castelo Branco e o seu Alfoz* (Castelo Branco, 1953).

CARDOSO, Manuel Pereira (1911-1983) – *Viseu, 1969, CDE* – Nasceu na freguesia da Sé, concelho de Lamego a 29 de Abril de 1911 e faleceu a 27 de Janeiro de 1983. Licenciou-se em Medicina pela Universidade do Porto e foi director clínico do Hospital Regional de Lamego. Foi também director da Casa de Saúde de Lamego, além de ter exercido medicina nos hospitais da Régua e de Resende. Foi delegado à assembleia-geral da Ordem dos Médicos.

CARLOS, Manuel João da Palma (1915-2001) – *Lisboa, 1957* – Nasceu em Bucelas, Loures, a 24 de Junho de 1915 e faleceu em Lisboa no dia 1 de Novembro de 2001. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa, tendo sido presidente da direcção da Associação Académica da sua Faculdade (1935-1936). Nos anos 30, pertenceu à Acção Anti-Clerical e Anti-Fascista e à Federação das Juventudes Comunistas, organismo do Partido Comunista Português. Foi, com Álvaro Salema e outros, um dos fundadores do Bloco Académico Anti-Fascista (BAAF), que se propunha combater a Mocidade Portuguesa, em vias de ser criada, e era constituído por estudantes simpatizantes do comunismo. Em 27 de Março de 1936, poucas semanas depois de o BAAF se ter dado a conhecer, e na sequência da publicação do seu jornal, *Barricada*, em que colaborou, foi preso pela primeira vez, «por motivo político», internado no Aljube e deportado, no mês seguinte, para Angra do Heroísmo, onde esteve durante oito meses, sem culpa formada nem julgamento, sendo libertado a 14 de Dezembro. Foi chefe da Secretaria Judicial no Vimioso e em Mértola e depois concorreu a delegado do procurador da República, mas foi preterido por motivos políticos. Decide-se então pela advocacia. Foi um dos fundadores do MUD, de cuja comissão jurídica fez parte, e participou na campanha do general

Norton de Matos para a Presidência da República. Voltou a ser preso em 14 de Fevereiro de 1949, «para averiguações», tendo sido libertado um mês depois. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Em 1958, foi um dos impulsores da candidatura do eng. Cunha Leal à Presidência da República, não aceitou a proposta do PCP para que ele próprio se candidatasse e fez parte da comissão central da candidatura presidencial do dr. Arlindo Vicente. Em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». Como advogado, foi dos que mais interveio em defesa de réus em processos políticos. Em 1960, convidado para se ocupar, em Angola, da defesa de nacionalistas angolanos, foi proibido, pelo governo, não só de se deslocar a Luanda, como até de advogar fora da comarca de Lisboa, medida que se prolongou por três anos. Em 1969, fez parte da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Deixou alguns trabalhos de carácter jurídico, designadamente *Código Penal Português – Actualizado e Anotado* (Lisboa, 1938), *Código do Processo Penal – Anotado* (Vila Nova de Famalicão, 1942), *Processo Civil e Comercial* (Lisboa, 1935), *Alguns Problemas do Processo Penal – alegações de recurso* (Lisboa, 1956), *Perigo e Honra de Ser Advogado* (Lisboa, 1971) e *Em Defesa de António Champalimaud* (Lisboa, 1973).

CARVALHEIRO, Maria Regina Dias (1917-2003) – *Coimbra, 1973* – Nasceu em São Julião, Figueira da Foz, a 27 de Outubro de 1917 e faleceu na mesma localidade a 14 de Junho de 2003. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Exerceu a advocacia em Coimbra e na Figueira da Foz. Foi secretária da delegação em Coimbra da Associação Feminina Portuguesa para a Paz (que seria proibida em 1952) e membro do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (fechado pelas autoridades em 1947). Participou activamente em todos os movimentos oposicionistas desde a campanha do general Norton de Matos para a Presidência da República, tendo sido presa, em 1963, e julgada no Tribunal Plenário de Lisboa, que a absolveu.

CARVALHO, Alberto Arons Braga de (1949) – *Lisboa, 1973* – Nasceu em Lisboa a 20 de Setembro de 1949. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Doutorou-se em 2009 na Universidade Nova de Lisboa, com uma tese sobre serviço público de televisão. Ainda estudante, fez parte do Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa, pertenceu a uma estrutura de jovens socialistas (1968) e participou nas comissões de juventude da CEUD (1969). Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro. Colaborador e jornalista nos diários *República* e *Luta*, entre 1973 e 1976, foi, no primeiro, coordenador do suplemento *Encontro* (1973-1974) e membro do conselho de redacção (1974-1975). Foi também membro do Conselho de Informação para a Imprensa (1977-1980) e do Conselho de Imprensa em 1975 e depois entre 1985 e 1988. Entre 1979 e 1981, foi professor na Escola Superior de Meios de Comunicação Social e desde 1981 que é docente na Universidade Nova de Lisboa. Dirigente do Partido Socialista desde a sua fundação, em 1973, até Novembro de 2002, foi secretário-coordenador da Juventude Socialista (1974-1978) e presidente da Comissão de Controlo da União Internacional

das Juventudes Socialistas (1975-1977). Fez parte da comissão de elaboração da Lei de Imprensa de 1975, designada pelo II Governo Provisório. Deputado à Assembleia Constituinte, foi eleito deputado à Assembleia da República entre 1975 e 1983 e desde 1987 até hoje. Foi vice-presidente do grupo parlamentar do Partido Socialista em 1994 e 1995 e secretário de Estado da Comunicação Social entre Outubro de 1995 e Março de 2002 (XIII e XIV governos constitucionais). Entre Maio de 2002 e Outubro de 2003, foi vice-presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e de Comunicação Social, de que foi membro em vários mandatos parlamentares. Desde Outubro de 2008 que preside à Comissão Parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública e é membro suplente da Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura. Tem publicados numerosos trabalhos sobre comunicação social, tanto em Portugal como no estrangeiro, designadamente: *Da Liberdade de Imprensa* (com António Monteiro Cardoso, Lisboa 1971), *A Censura e as Leis de Imprensa* (Lisboa, 1973), *A Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa* (Lisboa, 1985), *Valerá a Pena Desmenti-los?* (Lisboa, 2002), *Direito da Comunicação Social* (com António Monteiro Cardoso e João Pedro Figueiredo, Lisboa, 2003), *Legislação Anotada da Comunicação Social* (com António Monteiro Cardoso e João Pedro Figueiredo, Lisboa, 2005). Em 1985, recebeu o «Prémio João Chagas», atribuído pelo Conselho da Imprensa.

CARVALHO, Carlos António de (1949) – **Lisboa, 1973** – Nasceu em Vila Nova de Poiares a 24 de Janeiro de 1949. Frequentou o curso industrial no Cacém, foi dirigente da cooperativa Via da Amadora e fez parte do grupo de trabalho do Sindicato dos Metalúrgicos Operários numa empresa na Amadora.

CARVALHO, Domingos Martins de (1917-2008) – **Lisboa, 1957** – Nasceu em Alvalade, Santiago do Cacém, em 28 de Janeiro de 1917 e faleceu em Lisboa a 30 de Agosto de 2008. Agente comercial, em 1951 subscreveu a candidatura do dr. Ruy Luís Gomes à Presidência da República.

CARVALHO, Manuel Montezuma Dinis de (1918) – **Coimbra, 1961** – Nasceu na freguesia da Sé Nova, Coimbra, a 17 de Abril de 1918. Licenciou-se em Medicina na Universidade de Coimbra e doutorou-se pela mesma Universidade com uma tese sobre Mal Disfágico Cárdio-Esofágico, que seria depois publicada. Convidado para assistente na sua Faculdade em 1942, desempenhou essas funções até Abril de 1954, sendo então afastado do ensino, por motivos políticos. Em 1957, apresentou um requerimento para concorrer a um lugar de professor extraordinário da mesma Faculdade, requerimento esse indeferido, por despacho ministerial de 30 de Setembro do mesmo ano. Coordenou, em 1959, uma *Miscelânea de Estudos em Honra de Joaquim de Carvalho*.

CARVALHO, Orlando Alves Pereira de (1926-2000) – **Coimbra, 1969, CDE** – Nasceu em Santa Marinha do Zêzere, Baião, distrito do Porto, a 1 de Dezembro de 1926 e faleceu na mesma localidade a 26 de Março de 2000. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e doutorou-se pela mesma Universidade em 1968, com uma tese sobre a empresa como objecto de negócios, intitulada *Critério e Estrutura do Estabelecimento Comercial*. Enquanto estudante, foi membro do Centro Académico de Democracia Cristã, a cuja direcção pertenceu, em 1944-1945, e cuja revista, *Estudos*, dirigiu, em 1946-1947. Foi também redactor da *Via Latina* e membro da comissão dos

estatutos da Associação Académica de Coimbra. Contratado como assistente pela sua Faculdade, o seu contrato foi suspenso pelo governo, meses depois, devido ao seu apoio à candidatura à Presidência da República do general Norton de Matos, expressa numa entrevista ao *Diário Popular*, de Lisboa. Retoma essas funções um ano depois, mas teve de trocar as Ciências Políticas pela Jurídicas. Dedicar-se então ao Direito Comercial e faz o estágio de advocacia. Em 1959, depois da campanha presidencial do general Delgado, assina, com mais quatro dezenas de católicos, um pedido de inquérito à actividade da PIDE. Em 1961, fez parte da comissão distrital de apoio às candidaturas democráticas à Assembleia Nacional e pugna pela unidade de todos os oposicionistas do país. Entre Dezembro de 1961 e Fevereiro de 1962, acusado de ser membro das Juntas de Acção Patrióticas, e, entre Agosto e Setembro de 1962, esteve preso à ordem da polícia política. Participou, mais tarde, nas comissões organizadoras dos três Encontros de Teologia para Leigos, realizada em Coimbra (1964, 1966 e 1967), e, em Janeiro de 1968, doutorou-se em Ciências Jurídicas mas só em Setembro seguinte pôde voltar a leccionar na sua Faculdade. No I Governo Provisório (16 de Maio-11 de Julho de 1974), foi secretário de Estado da Reforma Educativa. Em 1978, foi membro do secretariado executivo do Tribunal Cívico Humberto Delgado e, com o advogado Carlos Candal, foi um dos dois oradores que proferiram alegações finais na sessão pública do «julgamento do fascismo português». Foi autor de algumas obras literárias, como *Saint-John Perse* (Coimbra, 1961), *Sobre a Noite e a Vida: poemas – 1959-1984* (Coimbra 1985) ou *Escritos: Páginas de Intervenção* (Coimbra, 1998) e colaborou em revistas literárias, como *Vértice* e *O Tempo e o Modo*, e jurídicas, como a *Revista de Direito e Estudos Sociais*, que fundou. Deixou também vários trabalhos jurídicos, entre os quais: *Teoria Geral do Negócio Jurídico Indirecto* (Coimbra, 1952), *Contrato Administrativo e Acto Jurídico Público: Contributo para uma teoria do contrato administrativo* (Coimbra, 1953), *A Teoria Geral da Relação Jurídica, Seu Sentido e Limites* (Coimbra, 1970), *Os Direitos do Homem no Direito Civil Português* (Coimbra, 1973), *Estabelecimento, Trespasse e Mudança de Destino* (Coimbra, 1977).

CARVALHO, Rafael Nunes de (1912) – *Moçambique, 1969, CEUD* – Nasceu em 1912. Chefe de escritório. Não foi possível obter outros dados deste candidato

CASEIRO, Luís Gonzaga Vieira de Castro (1929-1978) – *Braga, 1957* – Nasceu em S. Lázaro, Braga, a 4 de Janeiro de 1929 e faleceu em Viana do Castelo a 11 de Junho de 1978. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e, enquanto estudante, foi eleito para o Conselho das Faculdades como representante da sua Faculdade. Quando estudante, destacou-se no apoio à candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República. Advogado em Braga, em 1957 fez parte da lista de candidatos apresentados às eleições legislativas pela Comissão Eleitoral dos Democratas de Braga. No ano seguinte, foi membro da comissão nacional pró-candidatura do eng. Cunha Leal à Presidência da República e, posteriormente, quando essa candidatura não se concretizou, fez parte da Comissão Regional do Norte dos serviços de candidatura do general Humberto Delgado. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Seria

preso pela PIDE, por «suspeita de actividades subversivas», em 3 de Junho de 1958 e só libertado dois meses depois mas com termo de identidade e residência. Subscreeveu várias representações a sucessivos chefes de Estado, como aquela em que se comunica o propósito de abstenção às eleições legislativas de 1957, «perante a recusa tácita ou declarada do governo em promover a realização de eleições livres, automaticamente livres». Em 1961 – ano em que fez parte do Conselho Nacional Democrático –, foi um dos subscritores do Programa para a Democratização da República, pelo que foi de novo detido pela PIDE para interrogatório.

CASIMIRO, Augusto (1889-1967) – *Lisboa, 1961* – Nome literário de Augusto Casimiro dos Santos. Nasceu em S. Gonçalo, Amarante, a 11 de Maio de 1889 e faleceu em Lisboa a 23 de Setembro de 1967. Alistou-se como voluntário no Regimento de Infantaria n.º 23, tendo sido incorporado em Agosto de 1905. Fez o curso de Infantaria na Escola do Exército e foi promovido a alferes em Novembro de 1910, a tenente no ano seguinte e a capitão em 1917. Em 1914, foi colocado em Angola e nomeado para o cargo de auxiliar e comandante da escolta da missão de demarcação da fronteira com o Congo Belga. Regressou por doença, retomou a sua carreira militar e em Janeiro de 1916 foi nomeado professor do Colégio Militar, cargo a que resignaria a fim de seguir para França com o batalhão do Regimento de Infantaria 23, integrado no Corpo Expedicionário Português, em 23 de Fevereiro de 1917; foi louvado pela forma como se comportou à frente da sua companhia e também pela forma como reprimiu um movimento de insubordinação naquele batalhão em 6 de Outubro de 1918. O seu comportamento militar valeu-lhe igualmente ser agraciado com diversas condecorações portuguesas e estrangeiras, como a Cruz de Guerra de 3.ª classe, o distintivo da Torre e Espada, a Ordem de Cristo, no grau de cavaleiro, a Ordem de S. Tiago da Espada, no grau de oficial, e a Legião de Honra, também no grau de cavaleiro. Regressou a Portugal em Junho de 1919 e envolveu-se, poucas semanas depois, em violenta polémica com o advogado Cunha e Costa que, nas páginas do diário *Época*, o acusara de não se encontrar em França na altura da batalha do Lys, em 9 de Abril, e nada ter feito para regressar rapidamente à frente de combate, acusações que foram rebatidas em artigos publicados no diário *Vitória*, de que era colaborador. Fez parte da delegação portuguesa à Conferência da Paz, reunida em Paris, em 1919. Em 1921, pediu autorização para ser correspondente em Portugal da *Revista del Ejercito y Marina*, do México, para que fora convidado. No mesmo ano, foi um dos fundadores da revista *Seara Nova*, em que colaborou e de que viria a ser director em 1961, substituindo Luís da Câmara Reis, falecido nesse ano. Em 1922, apresentou no Congresso Nacional de Educação Popular uma tese intitulada «A Educação Popular e a Poesia». Era capitão do 5.º Grupo de Metralhadoras quando, em Junho de 1923, foi requisitado para desempenhar uma comissão de serviço em Luanda, dependente do Ministério das Colónias, como chefe da Brigada de Topografia da missão portuguesa de Delimitação de Fronteiras. Em 1923, foi nomeado governador do distrito do Congo, funções que impunham que fosse colocado na situação de disponibilidade. Regressou a Lisboa em Maio de 1926 e foi depois nomeado secretário provincial do Interior de Angola, tendo sido depois encarregado do Governo-Geral de Angola durante três meses, até à chegada do alto-comissário, Filomeno da Câmara. Chamado pelo Ministério das Colónias, voltou a Lisboa em Maio de 1928, mas só foi exonerado do cargo de secretário provincial em

Outubro desse ano. Continuou na situação de disponibilidade em que se encontrava até que foi nomeado para fazer parte da Comissão de Estudo da Intervenção do Exército Português na Grande Guerra, designada Comissão dos Trabalhos de Preparação Histórica do CEP, situação em que se encontrava quando foi preso, em 17 de Julho de 1930, e levado para bordo da fragata «D. Fernando». A detenção foi o resultado de uma denúncia da Polícia de Informações que o acusou de, no quadro de uma tentativa revolucionária prevista para 20 desse mês, à qual «tem dado o melhor do seu esforço», lhe ter sido «atribuída a incumbência de assumir o comando do Regimento de Infantaria n.º 1», pelo que entendia aquela polícia ser «da maior conveniência que este oficial seja afastado do Continente». Em resposta aos quesitos do processo disciplinar que lhe foi instaurado, negou que à data da sua prisão estivesse iminente ou em preparação qualquer movimento revolucionário. Todavia, em Fevereiro de 1931, foi considerado «declaradamente adversário da Ditadura Militar», posição que teria expresso publicamente, usando «a sua eloquência na propaganda contra o governo, incitando à revolução», além de se ter referido «em termos menos respeitosa a alguns membros do governo» e de «ter participação no projectado golpe de Estado para derrubar o actual governo». Assim, foi-lhe fixada residência obrigatória na Madeira, onde teve papel destacado na revolta que eclodiu em Abril seguinte, designadamente como director do jornal dos revoltosos, o *Notícias da Madeira*, pelo que foi demitido do exército, tendo-lhe sido fixada residência em Santo Antão, Cabo Verde, durante quatro anos. Amnistiado em Maio de 1936, pediu para ser reintegrado no exército, o que lhe foi concedido no fim de Dezembro desse ano mas na situação de reformado. De regresso a Lisboa, trabalhou como contratado na Junta de Hidráulica Agrícola, organismo dependente do Ministério das Obras Públicas, entre 1936 e 1948. Em Novembro de 1945, foi um dos signatários de um manifesto de intelectuais em que se protestava contra «as limitações de toda a espécie» de que a sua actividade era objecto e, em 1949, participou activamente na campanha do general Norton de Matos para a Presidência da República, o que lhe valeu novo processo disciplinar e uma punição de 30 dias de prisão disciplinar agravada, que cumpriu na Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa, entre Abril e Maio desse ano. Foi acusado de, num discurso que proferiu em Torres Vedras em 30 de Janeiro desse ano, ter proferido declarações atentatórias do prestígio do Exército, designadamente, de ter pretendido atentar «contra o prestígio dos oficiais do Exército, afirmando publicamente a sua impressão de existirem oficiais fascistas e comunistas e não simplesmente portugueses». Em Junho de 1964, foi testemunha de defesa do eng. Lopes Cardoso e de Maria Eugénia Varela Gomes, no chamado processo de Beja, relativo à tentativa de assalto ao quartel daquela cidade, a 31 de Dezembro de 1961. Deixou numerosas obras de literatura e de poesia, como *Para a Vida* (Coimbra, 1906) – o seu primeiro livro –, *A Vitória do Homem* (Coimbra, 1910), *A Primeira Nau* (Porto, 1912), *Primavera de Deus* (Porto, 1915) e *A Vida Continua* ou *Livro das Bem Amadas* (Lisboa, 1942); sobre temas militares – como, *Sidónio Pais: Algumas Notas sobre a Intervenção de Portugal na Grande Guerra* (Porto, 1919) e *Nas Trincheiras da Flandres* Porto (1917) – e sobre assuntos históricos e africanos, como *Naulila* (Lisboa, 1922), *Africa Nostra* (Coimbra, 1922), *Nova Largada: Romance de África* (Lisboa, 1929), que seria premiado no Concurso de Literatura Colonial em 1929, *Lisboa*

Mourisca – 1147-1947 (Vila Nova de Famalicão, 1947), *Cartilha Colonial* (Rio de Janeiro, 1937) e *Angola e o Futuro: Alguns Problemas Fundamentais* (Lisboa, s/d).

CASTANHEIRA, Armando Félix (1890-?) – **Lisboa, 1965** – Nasceu em Valpaços, Trás-os-Montes, a 19 de Maio de 1890. Fixou-se muito novo em Lisboa e fez-se quase imediatamente sócio do Centro Escolar Republicano «Dr. Alexandre Braga»; pertenceria mais tarde aos corpos directivos dos Centros Escolares Republicanos «Dr. Alberto Costa» e «Fernão Boto Machado». Foi funcionário dos serviços de urbanização de Lisboa e prestou serviço na Associação Académica da Faculdade de Medicina de Lisboa. Em 1929, foi duas vezes detido, uma por suspeita de distribuir propaganda subversiva, outra também por suspeitas, agora de manter ligações com militares da guarnição de Lisboa para fins revolucionários. Colaborou activamente na propaganda das candidaturas da oposição ao Estado Novo: em 1949, apoiou a candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República, em 1957, fez parte da comissão de Lisboa da Comissão Promotora do Voto e, em 1958, apoiou a candidatura presidencial do dr. Arlindo Vicente. Trabalhou também empenhadamente nas campanhas para as eleições legislativas, designadamente as de 1961 e de 1965. Foi um dos subscritores do Programa para a Democratização da República, pelo que foi detido e interrogado pela PIDE.

CASTRO, Armando Fernandes de Morais e (1918-1999) – **Porto, 1969, CDE** – Nasceu na freguesia de Cedofeita, Porto, a 18 de Julho de 1918 e faleceu na mesma cidade a 16 de Junho de 1999. Licenciou-se em Ciências Jurídicas e em Ciências Político-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Em 1938, devido às suas posições políticas, seria impedido de prosseguir uma carreira académica, optando então pelo exercício da advocacia, no Porto. Aderiria ao Partido Comunista, na Primavera de 1941. Bolseiro do Instituto Nacional para a Alta Cultura de 1941 a 1943, dedicou-se a estudos de economia teórica, economia aplicada, história social e económica e história e teoria da ciência, tendo publicado numerosos trabalhos, bem como artigos em jornais e revistas, como *Sol Nascente*, *Diabo* e *O Pensamento*. Como advogado, defendeu nos Tribunais Plenários numerosos réus acusados de crimes políticos, entre os quais os drs. Ruy Luís Gomes, Óscar Lopes e Agostinho Neto, futuro presidente de Angola. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Nesse mesmo ano, apresentou ao I Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «A Democracia como Necessidade de Sobrevivência Nacional». No ano de 1958, percorreu durante quatro meses os territórios portugueses de África, de que resultou um livro – escrito numa casa clandestina – intitulado *O Sistema Colonial Português*, que não pôde ser publicado antes do 25 de Abril. Em 1969, era membro da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «Contribuição para a Definição da Problemática Económico-Social Contemporânea do Povo Português». Entre 1970 e 1973, foi professor nos Institutos de Orientação Profissional e Superior de Psicologia Aplicada. No III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril de 1973, apresentou uma tese intitulada «Para uma Leitura Teórica dos Condicionismos Sócio-Económicos da Acção Democrática». Depois do 25 de Abril, foi convidado para presidir ao conselho directivo da Faculdade de

Economia do Porto, onde leccionou História da Economia, Economia Política e Epistemologia até se aposentar. Em Janeiro de 1978, assinou um manifesto dirigido *Ao Povo Português*, protestando contra o governo de coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático-Social, que estava prestes a constituir-se. Em 1996, a Câmara Municipal do Porto atribuiu-lhe a Medalha de Ouro pela sua actividade cívica e científica. Deixou uma vasta obra científica, tendo publicado mais de cinquenta obras, principalmente nos campos da história económica e social, como: *A Investigação Científica ao Serviço da Economia* (Porto, 1945), *Alguns Aspectos da Agricultura Nacional* (Coimbra, 1945), *Ensaio de História Económico-Social* (Lisboa, 1967), *Ensaio sobre Cultura e História* (Porto, 1969), *Desenvolvimento Económico ou Estagnação?* (Lisboa, 1970), *Estudos de História Socioeconómica de Portugal* (Porto, 1971), *A Economia Portuguesa do Século xx (1900-1925)* (Lisboa, 1973) e *A Evolução Económica de Portugal dos Séculos xii a xv*, vols. I a XII (Lisboa, 1964-1974), obra que, em 1967, obteve o Grande Prémio de Ensaio da Sociedade Portuguesa de Escritores. Da sua obra *Teoria do Conhecimento Científico*, que tinha projectado em 20 volumes, apenas conseguiu escrever oito.

CASTRO, Joaquim de Sousa e (1920-1983) – **Braga, 1965** – Nasceu no Canidelo, Vila Nova de Gaia, a 1 de Janeiro de 1920 e faleceu no Porto a 24 de Outubro de 1983. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Advogado no Porto. Substituiu, na lista oposicionista de Braga, em 1965, o candidato António Pinheiro Braga.

CASTRO, Raul Fernandes de Morais e (1921-2004) – **Porto, 1973** – Nasceu na freguesia de Cedofeita, Porto, a 25 de Agosto de 1921 e faleceu em 21 de Agosto de 2004. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu a advocacia. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Em 1969, apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «Actualidade dos Princípios Gerais de Direito estabelecidos pelo Regime Republicano em 1910». Participou também no III Congresso da Oposição Democrática, igualmente realizado em Aveiro, com uma tese intitulada «Ideologia e Democracia – Para Desmascarar a Desmontagem de Mitos Ideológicos do Corporativismo». Foi suplente na lista oposicionista do Porto em 1973. Depois do 25 de Abril, foi deputado na Assembleia Municipal do município do Porto e vereador do mesmo município entre 1977 e 1982. Foi vice-presidente da comissão nacional do MDP-CDE e eleito deputado à Assembleia da República, pelo MDP-CDE, em 1979, 1980 e em 1983-1987 (III Legislatura). Tem publicados alguns trabalhos de carácter jurídico, como *A Indemnização Comercial nas Expropriações por Utilidade Pública: Notas de Processo* (Lisboa, 1954), *Transformação de Sociedades Comerciais* (Porto, 1955) e *Estudantes do Porto no Tribunal de Polícia – Duas Alegações para o Tribunal da Relação do Porto* (Porto, 1974).

CAVALHEIRO, Abílio Augusto Lopes (1909-?) – **Porto, 1969, CEUD** – Nasceu no Porto em 1909. Licenciou-se em Engenharia de Minas pela Universidade do Porto. Na Faculdade de Ciências de mesma Universidade regeu as cadeiras de Mineralogia e de Geologia e foi professor do Instituto Industrial do Porto.

CAVALHEIRO, António Manuel (?) – *Lisboa, 1973* – Operário marmorista. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro e foi candidato suplente pelo círculo de Lisboa nas eleições legislativas desse ano.

CERQUEIRA, João Abel (1934) – *Viana do Castelo, 1973* – Nasceu em Monção a 1 de Setembro de 1934. Foi gestor comercial de uma empresa de produtos eléctricos, de que foi depois director-geral em Angola. Iniciou a sua actividade política na campanha presidencial de 1958 e depois participou em numerosas acções oposicionistas, sempre que para tal solicitado, na sua qualidade de militante do Partido Comunista. Foi várias vezes interrogado pela PIDE, em Viana do Castelo e no Porto, mas nunca chegou a ser preso. Em 1973, participou activamente no III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, e posteriormente foi um dos escolhidos, em plenário da CDE, realizado em Vila Praia de Âncora, para concorrer às legislativas por Viana do Castelo, mas a lista não chegou a ser apresentada, por se ter considerado que não estavam criadas as condições mínimas para uma disputa leal. Depois do 25 de Abril, colaborou com o MDP-CDE e foi várias vezes candidato do PCP, nas listas da CDU, para a Assembleia da República e em eleições autárquicas de Monção, tendo sido eleito para a Assembleia Municipal desse concelho. Nos anos 80, foi fundador e sócio-gerente de uma empresa vitivinícola, na região de Monção-Melgaço. Sobre a problemática da vinha e do vinho, no âmbito da produção e do mercado, tem feito vários estudos e proferido palestras. É vice-presidente da Associação de Reformados e Pensionistas de Viana do Castelo, cuja actividade tem dinamizado, inclusivamente abrindo parcerias com associações similares do Minho e da Galiza.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1925-1991) – *Lisboa, 1973* – Nasceu em Lisboa a 5 de Março de 1925 e faleceu em Sesimbra a 18 de Agosto de 1991. Licenciado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Lisboa, começou a leccionar nessa Faculdade em 1951, chegando a professor catedrático em 1962. Em 1945, foi presidente da Associação Académica da Faculdade de Letras de Lisboa, o primeiro depois de um longo período de encerramento. Todavia, foi durante a crise académica de 1962 que, como ele próprio o disse, despertou para a intervenção política e moral, o que o levou a colocar-se ao lado dos estudantes. Fez parte da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (1969) e, em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro. Nesse mesmo ano, foi candidato suplente pelo círculo de Lisboa nas eleições legislativas. Foi um dos membros do grupo que esteve ligado ao aparecimento da revista *O Tempo e o Modo*, foi membro da Pragma e colaborou na elaboração e difusão do jornal clandestino *Direito à Informação*, de que era coordenador o arquitecto Nuno Teotónio Pereira. Depois do 25 de Abril, acompanhou brigadas de alfabetização a algumas aldeias, como Vilar de Perdizes. Nas décadas de 70 e 80, dirigiu o *Boletim de Filologia*, do Centro de Estudos de Linguística da Universidade de Lisboa. Deixou vasta obra no domínio da Linguística e da Literatura Medieval mas também um trabalho de grande importância na área da historiografia: a edição crítica do texto da

Crónica Geral de Espanha de 1344. Colaborou no *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica* e foi autor, conjuntamente com o professor brasileiro Celso Cunha, da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, publicada em 1984. De entre outras obras, salientam-se: *Alguns Casos de Diferenciação Lexical entre o Português e o Castelhana Literários dos Séculos XIV e XV* (Florença, 1956), *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo* (Lisboa, 1959), *Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses* (Lisboa, 1971), *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa* (Lisboa, 1972) e *Estudos de Literatura Portuguesa* (Lisboa, 1983).

CLÍMACO, Rui Emanuel da Cunha (1919-2006) – **Coimbra, 1969, CDE** – Nasceu em Coimbra a 11 de Setembro de 1919 e faleceu na mesma cidade a 13 de Julho de 2006. Licenciou-se em Medicina na Universidade de Coimbra, especializando-se em Psiquiatria e Neurologia e exercendo a sua actividade profissional em Coimbra, Aveiro e Viseu. Fez parte da direcção da Sociedade Portuguesa de Neurologia e Psiquiatria e foi membro da comissão de especialistas em psiquiatria da secção regional de Coimbra da Ordem dos Médicos. Em 1964, foi governador do distrito português do Rotary Internacional. Fez parte da redacção da revista *Vértice* e foi editorialista do *Jornal do Médico*. Esteve ligado ao Partido Comunista e ao MDP-CDE e colaborou em todas as campanhas eleitorais da oposição democrática desde 1945. Entre os seus trabalhos, salientam-se; *Revisão Clínica das Psicoses Infecciosas e Pós-infecciosas: um caso de septicemia estafilocócica – confusão mental alucinatória* (Lisboa, 1946) e *Sociedade, Educação e Reforma* (Coimbra, 1971).

COELHO, António Fernandes Martins (?) – **Lisboa, 1973** – Empregado de escritório. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, e foi candidato suplente pelo círculo de Lisboa nas eleições legislativas.

COELHO, Artur Carlos Domingues da Cunha (1936) – **Braga, 1969, CEUD** – Nasceu em S. Vicente, Braga, a 10 de Junho de 1936. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e abriu escritório de advocacia em Braga. Na década de 1960, pertenceu à Acção Socialista Portuguesa e participou nas comissões distritais da oposição democrática em 1961 e 1965, tendo sido escolhido, nesse último ano, para candidato a deputado, mas não foi incluído na respectiva lista por estar excluído do recenseamento eleitoral, pelo que só viria a candidatar-se em 1969. Com a ajuda do dr. Lino Lima, conseguiu refazer, no Movimento Democrático Português, a unidade no distrito de Braga, quebrada pela divisão entre CEUD e CDE. Em 1969, participou no III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, de cuja comissão executiva fez parte, juntamente com o dr. Lino Lima, em representação de Braga. Na 7.ª secção, apresentou uma tese intitulada «Organização do Estado». Em 1973, foi um dos fundadores do Partido Socialista, de que é hoje o militante n.º 14. Depois do 25 de Abril, fez parte de várias comissões nacionais e da comissão directiva do Partido Socialista e, durante alguns anos, foi líder do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Braga. Estruturou o Partido Socialista, primeiro no concelho de Braga e, depois, com a colaboração do dr. Francisco Tinoco de Faria, no distrito. Foi também 1.º secretário coordenador da estrutura concelhia de Braga

do PS e da Federação Distrital. Tendo sido convidado a ocupar um lugar de deputado, pelo PS, na Assembleia Constituinte, recusou, para não prejudicar a sua actividade profissional. Pertenceu à comissão de honra da candidatura do dr. Mário Soares à Presidência da República. Desde 1983 que abandonou a vida política activa, dedicando-se apenas à advocacia. Em representação dos advogados do distrito de Braga, foi eleito para as assembleias-gerais da Ordem dos Advogados para o triénio 1972-1974, juntamente com o dr. Lino Lima, e desempenhou diversos cargos na mesma Ordem: presidente da delegação de Braga nos triénios 1975-1977, 1984-1986 e 1987-1989 e vogal do conselho geral entre 1987 e 1989. Em colaboração com o dr. Ferreira Salgado, publicou o livro *Sobre o Direito de Reunião* (Lisboa, 1974), a propósito da acção judicial intentada contra várias personalidades oposicionistas de Braga, processadas sob a acusação de «reunião ilegal», condenadas em 1.ª instância mas absolvida na Relação, que lhes reconheceu o direito de reunião. Relativamente à sua actividade política, faz-lhe várias referências o dr. Santos Simões, no seu livro *Braga – Grito de Liberdade História Possível de Meio Século de Resistência* (Braga, 1999).

COELHO, Pedro Amadeu de Albuquerque Santos (1940) – *Lisboa, 1969, CEUD; Lisboa, 1973* – Nasceu em Lisboa a 17 de Dezembro de 1940 e depois de concluir o curso da Escola Superior de Farmácia, continuou os estudos na Faculdade de Ciências de Lisboa e no Instituto Superior Técnico, tendo-se licenciado em Engenharia Química. Enquanto estudante, foi colaborador do Movimento Associativo Estudantil e foi eleito presidente da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico. Em 1972, foi candidato a presidente da direcção do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro.

COELHO, Zeferino Antas de Sousa (1945) – *Porto, 1969, CDE* – Nasceu em Paredes em 1945. Fez os estudos liceais em Guimarães e depois matriculou-se na Universidade do Porto, em cuja Faculdade de Letras se licenciou em Filosofia. Quando estudante, foi dirigente da comissão instaladora da Associação de Estudantes daquela Faculdade (1966-1967) e membro da Comissão Democrática de Estudantes do Porto, organismo que representou na comissão democrática do distrito. Era finalista do seu curso quando se candidatou a deputado.

CONDESSO, Abel Matias (1895-1969) – *Aveiro, 1953, Lista Nacionalista* – Nasceu na vila de Fermentelos, Águeda, a 6 de Abril de 1895 e faleceu em Águeda a 16 de Outubro de 1969. Depois de completar a instrução primária, frequentou o Seminário Diocesano de Coimbra, tendo sido ordenado sacerdote em 25 de Julho de 1918. Vigário paróquial de Santa Clara, Coimbra (1918-1919), pároco de Arega, Figueiró dos Vinhos (1919-1920), pároco de Alvoco de Várzeas e de São Sebastião da Feira, Oliveira do Hospital (1921-1921), pároco de Bobadela, Oliveira do Hospital (1921-1922) foi depois pároco do lugar de Arcos, Anadia, desde 16 de Novembro de 1922 até 2 de Outubro de 1957, ao mesmo tempo que paroquiava diversas freguesias, como Tamengos, Avelãs de Caminho e Moita, todas do concelho de Anadia. Até 1963, esteve em repouso pastoral, depois do que foi nomeado pároco de Recardães, Águeda, exercendo o múnus até falecer

no Hospital Conde de Sucena, de Águeda. Contribuiu decisivamente para a fundação do agrupamento de escutismo na freguesia de Arcos de Anadia, em 1936, e impulsionou a construção do Seminário Diocesano de Santa Joana, em Aveiro. Em 1950, esteve no Brasil e aí se dirigiu aos imigrantes portugueses, pedindo-lhes ajuda para a construção desse Seminário. Criou e dirigiu jornais paroquiais onde expôs as suas ideias. Sobre ele escreveu monsenhor João Gaspar, no seu livro *Caminhar na Esperança* (2004): «Foi alguém que exerceu uma profunda influência nos ambientes em que viveu e marcou fortemente gerações de gente nova, pela boa memória, pela inteligência fulgurante, pela cultura invulgar, pela palavra convincente, pelo carácter forte, pela bondade natural, pela acção caritativa, pelo exemplo de abnegação e pelo sentido de pobreza.»

CORREIA, Carlos Augusto Pinhão (1926-1995) – *Santarém, 1961* – Nasceu em Benavente a 22 de Março de 1926 e faleceu em Santarém a 17 de Agosto de 1995. Empregado de escritório e comerciante em Alpiarça. Em 1947, ligou-se ao Partido Comunista. Era representante regional no Médio Ribatejo do MUD Juvenil quando foi preso, em Julho desse ano; julgado, em 1949, no Tribunal Plenário de Lisboa, foi condenado a 18 meses de prisão, com medida de segurança de um ano de internamento. Participou activamente nas comissões políticas do distrito em várias campanhas eleitorais, tanto para legislativas como para presidenciais. Em 1961, a sua candidatura não foi aceite pelo Governo Civil, tendo sido substituído pelo arquitecto Alfredo Ângelo Vicente Coelho de Magalhães.

CORREIA, João Maria de Matos de Araújo (1929-2002) – *Porto, 1961; 1969, CEUD* – Nasceu em Peso da Régua a 25 de Agosto de 1929 e faleceu em 20 de Julho de 2002. Era filho do escritor João de Araújo Correia. Estudou nos liceus de Lamego e de Vila Real e licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Enquanto estudante, fez parte de várias direcções do Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC) e foi um dos criadores do Museu Académico. Em 1954, fixou-se no Porto e abriu banca de advogado. Pertenceu a várias direcções do Círculo de Cultura Teatral/Teatro Experimental do Porto e à assembleia-geral do Ateneu Comercial do Porto. Interveio activamente em todos os movimentos oposicionistas, tendo sido membro do MUD e um dos proponentes da candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Em Novembro de 1958, foi preso, acusado – juntamente com outros advogados – de pretender atentar contra o bom nome de Portugal porque era um dos advogados de Maria Ângela Vidal Campos que pretendia apresentar queixa nas Nações Unidas contra o Estado português e contra a PIDE devido às condições em que se encontrava detida. Em 1961, foi um dos signatários do Programa para a Democratização da República, pelo que voltou a ser detido pela PIDE. Várias vezes advogou, nos tribunais plenários, em defesa de réus acusados de crimes políticos. Na Ordem dos Advogados desempenhou vários cargos: vogal da Comissão Distrital do Porto (1966-1971), delegado às assembleias-gerais (1972-1974) e vogal do Conselho Geral (1975-1977). Após o 25 de Abril, foi eleito, nas listas do Partido Socialista, para a Câmara Municipal do Porto. Afastou-se depois desse partido e foi eleito deputado municipal, como independente, nas listas do PSD.

CORREIA, Mário de Castro Pina (1938) – *Lisboa, 1969, CEUD* – Nasceu em Lisboa a 8 de Março de 1938. Completou o 7.º ano do liceu e desempenhou vários cargos

em organismos juvenis da Acção Católica Portuguesa; designadamente, foi presidente geral da Juventude Independente Católica (1962-1966) e membro da Junta Central da Acção Católica (1966-1968). Empregado bancário, foi eleito, em 1968, director do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do distrito de Lisboa mas foi-lhe recusada a homologação. Em 1975, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo Partido Socialista.

COSTA, Adilo Oliveira (1952) – *Setúbal, 1973* – Nasceu em 1952. Empregado de escritório, interveio em diversas actividades sindicais e foi membro da comissão democrática distrital do recenseamento.

COSTA, Alberto Bernardes (1947) – *Leiria, 1969, CDE* – Nasceu em Évora de Alcobça, a 16 de Agosto de 1947. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa. Foi membro destacado das lutas estudantis em 1969, tendo sido preso pela DGS em 1971, devido às suas posições políticas. Em 1973, colaborou activamente na campanha para as eleições legislativas de Novembro desse ano, as últimas do Estado Novo, e, juntamente com o dr. José Henriques Vareda, publicou uma colectânea de legislação eleitoral intitulada *Recenseamento e Eleições*. Colaborou em diversos jornais e revistas e fez parte da redacção de *O Tempo e o Modo*. De profissão advogado, depois do 25 de Abril foi docente na Faculdade de Direito de Lisboa e no Instituto Superior de Economia e director do Gabinete de Assuntos de Justiça de Macau (1987-1988). Deputado à Assembleia da República, pelo Partido Socialista, desde a V Legislatura, foi vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS (1992-1995), ministro da Administração Interna (1995-1997) e ministro da Justiça desde 2005, no governo presidido por José Sócrates.

COSTA, Aníbal Coelho da (1930) – *Beja, 1969, CDE* – Nasceu em Cabeça de Águia, Boliqueime, no Algarve, a 9 de Setembro de 1930. Fez os estudos primários e liceais em Grândola e em Lisboa e licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra, depois de frequentar as Faculdades de Medicina das Universidades de Lisboa e do Porto. Em 1957, substituiu um colega de férias em Vila do Rei e, até Março do ano seguinte, trabalhou gratuitamente no Hospital da Misericórdia de Grândola, fixando-se depois em Ferreira do Alentejo, onde abriu clínica e foi médico e director do Dispensário Antituberculoso do Instituto Nacional de Assistência aos Tuberculosos. Interrompeu a clínica entre 1965 e 1967 por ter sido mobilizado como tenente médico para Timor. No regresso, retomou a clínica e os contactos políticos e foi candidato oposicionista por Beja nas eleições de 1969. Depois do 25 de Abril, foi candidato, por Beja, pelo Partido Socialista, em todas as eleições legislativas, tendo tomado assento por duas vezes na Assembleia da República – em 1984 e em 1994 – em substituição do primeiro da lista. De ambas as vezes, foi membro da Comissão Parlamentar de Saúde. Membro da Assembleia Municipal de Ferreira do Alentejo, desde 1976, e seu presidente, entre 1989 e 2005, foi também presidente da Administração Regional de Saúde de Beja, entre 1984 e 1986. Militante do Partido Socialista, pertenceu, em 1975, à sua comissão directiva nacional. Fez parte de todas as comissões políticas do Baixo Alentejo do mesmo partido. Foi vice-presidente da delegação regional de Beja da Ordem dos Médicos. Em todas as eleições em que foi candidato, vários jornais regionais, como o *Correio do Alentejo* e o

Diário do Alentejo, acentuaram o seu papel como médico e recordaram a sua actividade de «resistente antifascista».

COSTA, Carlos Victor Baptista da (1939) – **Coimbra, 1973** – Nasceu em Presandães, Alijó, Vila Real, a 14 de Maio de 1939. Licenciou-se em Ciências Geológicas e em Geologia na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, onde foi assistente no Departamento de Geologia e Mineralogia entre 1968 e 1976. O serviço militar afastou-o da docência durante praticamente quatro anos, dois dos quais passados em Moçambique. Dedicou-se também à agricultura e foi dirigente e quadro político entre 1972 e 1995. Iniciou a actividade política no apoio à candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República, em 1958, quando completava os estudos secundários em Vila Real. Participou activamente na crise estudantil de 1962, já em Coimbra, e foi dirigente do movimento dos 2.^{os} assistentes da sua Universidade que terminou com o apoio à greve dos estudantes na crise de 1969 depois da ruptura das negociações com o Ministério da Educação. Participou no III Congresso da Oposição Democrática realizado em Aveiro, de 4 a 8 de Abril de 1973, e nesse ano foi cabeça de lista do Movimento Democrático de Coimbra nas eleições para a Assembleia Nacional. Foi candidato a deputado pelo MDP-CDE em 1975-1976, eleito para a Assembleia Municipal de Coimbra nos anos 80, deputado à Assembleia da República (1989-1990), cabeça de lista, no distrito de Coimbra, pelo Partido Comunista nas eleições legislativas de 1991 e chefe de gabinete do Grupo Parlamentar do PCP entre 1991 e 1995. Publicou diversos artigos na área da Mineralogia, da Geologia e da Geocronologia nas revistas *Memórias e Notícias*, da Universidade de Coimbra, no *Boletim Geológico y Miner*, de Madrid e na *Earth and Planetary Science Letters*, de Amsterdão.

COSTA, Célio Ezequiel de Albuquerque Melo da (1935) – **Porto, 1973** – Nasceu em Óvoa, Santa Comba Dão, a 11 de Março de 1935. Formou-se em Arquitectura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e foi presidente da direcção da Secção Regional do Norte do Sindicato Nacional dos Arquitectos (1973) e arquitecto-chefe da brigada SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) para a zona de Contumil, Porto. Embora nunca tivesse pertencido, nem tivesse estado ligado, a qualquer partido, em 1969 fez parte do Directório da CEUD e, em 1973, aceitou ser candidato do Movimento Democrático Português às eleições legislativas desse ano pelo círculo do Porto. Explicou, em declaração pública, admitir que «com a apresentação de candidaturas se poderá proporcionar uma grande melhoria no trabalho que vem sendo feito pela oposição democrática». Foi também membro do conselho directivo nacional do Movimento para o Aprofundamento da Democracia (MAD). Depois do 25 de Abril, foi indicado pelo Ministério da Administração Interna para fazer parte da primeira comissão administrativa da Câmara Municipal do Porto, com o pelouro da Urbanização e Obras, mas recusou, por não acreditar, como independente, na eficiência da fórmula colegial exclusivamente partidária, preconizada para funcionamento daquela comissão administrativa, tal como viria a recusar, em Outubro seguinte, o convite do município portuense para presidir às comemorações do 1.^o de Dezembro, com cujo «espírito nacionalista» não concordava. Todavia, manteve intensa colaboração com a comissão administrativa da Câmara portuense, particularmente na definição das políticas a adoptar. Em 2005, foi mandatário da candidatura do Bloco de Esquerda às eleições para a Câmara Municipal do Porto. Atento aos assuntos culturais, foi

vice-presidente da Casa da Beira Alta, do Círculo de Cultural Teatral e do Círculo Português de Ópera. Tem efectuado numerosas conferências e participado em colóquios, em Portugal e no estrangeiro, designadamente em Espanha e no Brasil. Entre os seus numerosos trabalhos como arquitecto, destaca-se a recuperação dos espaços e dos poucos vestígios de uma antiga fábrica de cerâmica em Ermesinde, para onde projectou o Fórum – Centro Cultural Polivalente, a elaboração, através de concursos, da responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, de diversos planos de urbanização, como o da cidade de Amarante, e os Planos de Reabilitação e Revitalização dos centros históricos de Caminha e Arcos de Valdevez e de reorganização e reabilitação de espaços urbanos, como, por exemplo, em Arcos de Valdevez. Tem artigos dispersos na imprensa regional, mas também colaborou em revistas, como *Pirâmides e Obeliscos*, e em jornais, como *A República* e *O Primeiro de Janeiro*.

COSTA, Delfim – (1888-?) **Moçambique, 1945** – Nasceu em Mirandela em 1888. Foi chefe de repartição no Ministério do Interior, em Lisboa, e deputado por Moçambique nas legislaturas de 1922 e 1925.

COSTA, Francisco Dias da (1923-2003) – **Faro, 1969, CDE** – Nasceu em Monte do Trigo, Portel, a 17 de Janeiro de 1923 e faleceu em Tavira a 8 de Agosto de 2003. Trabalhou na agricultura mas, depois de licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, começou também a advogar, primeiro em Coimbra e depois no Algarve, em Tavira, onde fixou residência. Fez parte de diversas comissões do MUD-Juvenil, entre as quais a comissão distrital de Coimbra. Em 1950, participou, como representante da juventude, no Movimento Pró-Paz, tendo pertencido à comissão do centro do país, com sede em Coimbra. Apoiou activamente as candidaturas à Presidência da República do general Norton de Matos (1948) e do dr. Arlindo Vicente (1958) bem como, depois da desistência deste, a do general Humberto Delgado. Colaborou em diversos jornais, como *República*, *Democracia do Sul* e *Diário do Alentejo*, com artigos sobre agricultura, designadamente sobre a situação da lavoura no Alentejo. Na *Vértice*, publicou poesia inserida na corrente neo-realista.

COSTA, Ismael (?) – **Moçambique, 1945** – Foi colaborador do diário moçambicano *Lourenço Marques – Guardian*. Não foi possível obter dados deste candidato.

COSTA, João Pedro Bénard da (1935-2009) – **Lisboa, 1969, CDE** – Nasceu em Lisboa a 7 de Fevereiro de 1935 e faleceu na mesma cidade a 28 de Maio de 2009. Licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma tese intitulada *Do Tema do «Outro» no Personalismo de Emmanuel Mounier*. Uma informação desfavorável da PIDE impediu-o de aceitar o convite do prof. Delfim Santos para seu assistente. Foi presidente-geral (1957-1958) da Juventude Universitária Católica (JUC) e chefe de redacção do seu jornal, *Encontro*, que dirigiu entre os números 12 e 18. Entre 1959 e 1965, foi professor do ensino liceal. Em 1959, esteve implicado no «golpe da Sé» mas não foi identificado; nesse mesmo ano, assinou, com mais quatro dezenas de subscritores, duas cartas dirigidas ao presidente do Conselho, Salazar, uma protestando contra a actuação da PIDE, a outra defendendo a liberdade dos

católicos. Foi-lhe, por isso, instaurado pela PIDE um processo-crime que não seria julgado graças a uma amnistia concedida em 1960, por ocasião das comemorações dos Descobrimientos. Em Janeiro de 1963, foi um dos fundadores da revista *O Tempo e o Modo*, de que foi chefe de redacção e director, e, entre 1964 e 1967, colaborou com a cooperativa católica PRAGMA, que seria dissolvida pela PIDE. Foi também um dos redactores e signatários do manifesto católico de apoio às posições da oposição democrática que ficou conhecido por «Manifesto dos 101». Dedicou-se sobretudo ao cinema e foi responsável por esse sector do Serviço de Belas Artes da Fundação Gulbenkian entre 1969 e 1991. Subdirector da Cinemateca Portuguesa em 1980, tomaria a sua direcção em Julho de 1991. Foi professor de História do Cinema na Escola Superior de Cinema do Conservatório Nacional (1973-1980), na Universidade Nova de Lisboa (1994-1995) e na Universidade Lusófona (1999-2000). Entre 1990 e 1995, foi presidente da Comissão de Programação da Federação Internacional de Arquivos de Filmes (FIAF). Participou, como actor, em vários filmes, alguns de Manoel de Oliveira, como *Amor de Perdição* (1979) e *Le Soulier de Satin* (1985). Colaborou em diversas revistas e jornais portugueses e estrangeiros, fez crítica de cinema, traduziu e prefaciou algumas obras de autores estrangeiros, dirigiu os seis números do jornal de campanha – *Sampaio Presidente* – do dr. Jorge Sampaio à Presidência da República (publicados entre 25 de Novembro de 1995 e 6 de Janeiro de 1996). Em 1995, recebeu o Prémio de Estudos Filmicos da Universidade de Coimbra, em 2001, o Prémio Pessoa e, em 2008, o Prémio da Crónica João Carreira Bom. Entre 1997 e 2008, ocupou, por nomeação do Presidente da República, o cargo de presidente da Comissão do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Publicou várias obras de filosofia, pedagogia e história do cinema, das quais se destacam: *Da Pedagogia Não-Directiva como Pedagogia Personalista* (Lisboa, 1966), *Os Silêncios do Vaticano* (Lisboa, 1966), *Os Filmes da Minha Vida* (Lisboa, 1990), *Histórias do Cinema Português* (Lisboa, 1991), *Muito Lá de Casa* (Lisboa, 1993), *Nós os Vencidos do Catolicismo* (Lisboa, 2003). Em 2000, foi responsável pelo capítulo dedicado, na Enciclopédia Einaudi, ao cinema português e, posteriormente, coordenou o volume dedicado a Portugal da História do Cinema Espanhol, Português e Ibero-Americano (Madrid, 2009).

COSTA, Manuel Martins (1936) – *Braga, 1969, CEUD* – Nasceu em Deão, Viana do Castelo, a 13 de Abril de 1936. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi advogado em Quelimane, onde cumpria serviço militar, e depois de regressar a Portugal, em Dezembro de 1964, cumprida mais uma missão militar em Moçambique, fixou-se em Vila Verde, aí exercendo a sua profissão. Entre 1965 e 1968, foi conservador do Registo Predial de Vila Verde e, em Dezembro de 1966, foi eleito provedor da Santa Casa da Misericórdia. Foi também delegado da Ordem dos Advogados na comarca de Vila Verde, nos triénios de 1972-1974, 1993-1995 e 1996-2001, e presidente da delegação de Vila Verde da mesma Ordem, entre 2002 e 2007.

COSTA, Mário Pessoa da – v. **PESSOA**, Mário

COSTA, Nuno Bernardino Santos Pinto da (1940) – **Lisboa, 1961** – Nasceu em 1940. Era estudante de Medicina na Universidade de Lisboa quando se candidatou. Ainda estudante, destacou-se como um dos principais defensores da reabertura da Associação Académica daquele estabelecimento de ensino.

COSTA, Parcídio Campos Rodrigues da (1919-2002) – **Moçambique, 1969, CEUD** – Nasceu em Lisboa a 25 de Janeiro de 1919 e faleceu na mesma cidade em 16 de Setembro de 2002. Economista, foi assistente de *management* de uma empresa petrolífera e director da revista *Indústria de Moçambique*, órgão informativo da Associação Industrial de Moçambique, na qual publicou diversos artigos, como *As Exportações de Moçambique em 1970*, *A Indústria de Moçambique Durante a Década de 60* e *A Indústria de Moçambique no Limiar da Década de 70*. No *Boletim da Associação Industrial de Angola* publicou, designadamente, *Política Global de Expansão para os Mercados Externos* (vol. 19).

COTTA, Armando Barbosa de Araújo (1906-?) – **Porto, 1961** – Nasceu em Penafiel a 5 de Junho de 1906. Licenciou-se em Medicina pela Universidade do Porto e foi delegado de saúde e director do Hospital da Misericórdia da sua terra natal, funções de que foi exonerado em 1937, por decisão do Conselho de Ministros. Começou a exercer clínica no Porto em 1946.

COUTINHO, António Eduardo Borges (1923) – **Ponta Delgada, 1969, CDE; 1973** – Nasceu na freguesia da Lapa, em Lisboa, a 3 de Maio de 1923, filho segundo de D. António Borges Coutinho de Medeiros Sousa Dias da Câmara, Marquês da Praia e de Monforte. Fez o ensino secundário em Lisboa – tendo sido então aluno de Agostinho da Silva, Casais Monteiro, Mira Fernandes e Álvaro Salema – e depois licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Jurista e advogado, com escritório em Ponta Delgada e em Lisboa, interveio activamente nas eleições presidenciais de 1958, apoiando a candidatura do general Humberto Delgado no distrito de Ponta Delgada. Nessa altura, publicou no jornal *O Açoreano Oriental* uma extensa carta manifestando o apoio ao general e explicando por que o fazia. Em 1961, seria preso e condenado a seis meses de prisão, por «delitos contra a segurança do Estado», devido à posição que tomou relativamente ao assalto ao «Santa Maria». Em Maio de 1972, subscreveu, com outras pessoas, um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS e foi por isso interrogado. Em 1969, apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «Breve Comparação dos Regimes Jurídicos da Imprensa em Portugal – Últimos Tempos da Monarquia, República e Estado Novo». Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS e por isso interrogado de novo. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, também realizado em Aveiro. Esteve ligado ao MDP/CDE, de cuja comissão central fez parte, e ao PCP e, depois do 25 de Abril, foi governador do distrito autónomo de Ponta Delgada, entre Agosto de 1974 e Junho de 1975, altura em que resignou às suas funções. Foi um dos membros do Grupo dos Onze que elaborou, em Janeiro de 1975, um projecto de autonomia para os Açores, mas sempre se opôs à independência,

contra a qual se manifestou várias vezes por escrito. Com o dr. João Abel de Freitas, dirigiu o semanário *Farol das Ilhas* (1975-1977), onde publicou diversos artigos. Também colaborou nas obras *Que Futuro para os Açores?* (Lisboa, 1978) e *Francisco Salgado Zenha – Liber Amicorum*, org. Eduardo Paz Ferreira (Lisboa, 2003).

CRUZ, José António Tavares da (1936-2005) – *Setúbal, 1969, CDE; Lisboa, 1973* – Nasceu em Setúbal a 28 de Agosto de 1936 e faleceu em Lisboa a 14 de Maio de 2005. Licenciou-se em Economia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Durante o seu tempo de estudante, apoiou a candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República e destacou-se na crise académica de 1962, tendo sido membro do secretariado da RIAS e dos órgãos coordenadores do movimento estudantil a nível nacional; fundou a Associação Internacional dos Estudantes em Ciências Económicas e Comerciais e deu aulas (1963-1964) numa escola de Almada, de que seria afastado por decisão da PIDE, dada a sua actividade política. Depois de concluir o curso, em 1965, foi administrar uma fazenda de sisal no Nordeste brasileiro, de onde regressou ao fim de um ano, vindo trabalhar para Lisboa numa empresa industrial de elevadores. Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS, e por isso interrogado; no ano seguinte, foi membro da comissão executiva do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, e da comissão executiva da CDE de Lisboa. Candidato por Lisboa às eleições legislativas de 1973, foi preso, juntamente com outras pessoas, quando procedia à distribuição de manifestos de apresentação dos candidatos, só tendo sido libertado na véspera da abertura da campanha eleitoral. Em 1970, começara a trabalhar numa instituição bancária de Lisboa e, até se reformar, desempenharia funções de economista e de gestor, essencialmente no sector bancário, o que o levaria a administrador do Banco de Portugal (1974-1975) e a administrador executivo do Banco Internacional da Guiné-Bissau, o primeiro banco privado daquele país, em 1992 e 1993 e no triénio 1997-2000. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro. Em 1975, fez parte das listas do MDP nas eleições para a Assembleia Constituinte. Esteve também ligado ao movimento associativo e à construção do poder local do concelho de Oeiras e foi eleito, nas listas da CDU, para a Assembleia Municipal de Oeiras e para a Assembleia de Freguesia de Carnaxide, nas primeiras eleições autárquicas realizadas depois do 25 de Abril. Foi, depois, candidato à presidência da Câmara Municipal de Oeiras, tendo sido vereador, com o pelouro dos transportes, entre 1993 e 1997. Em 2001, voltaria a ser eleito pelas listas da CDU para a Assembleia Municipal de Oeiras e, por inerência, para a Assembleia Metropolitana de Lisboa, funções que desempenhou até falecer.

CUNHA, Glória Maria Marreiros da – v. **MARREIROS**, Glória Maria

CUNHA, Manuel Ferreira da (1929) – *Braga, 1969, CDE* – Nasceu em Riba de Ave, Famalicão, a 26 de Outubro de 1929. Estudou na escola primária da mesma localidade e iniciou a sua vida profissional como empregado de escritório. Foi dirigente do Sindicato dos Contabilistas de Braga, entre 1966 e 1967. Em 1968, filiou-se no Partido Comunista e, no ano seguinte, foi um dos dois nomes escolhidos pela Comissão Eleitoral Democrática do distrito de Braga (o outro foi Joaquim da Silva Loureiro) como suplente à lista

apresentada. Posteriormente, trabalhou como director comercial, empresário gráfico, livreiro e editor e colaborou em diversos jornais, designadamente o *Jornal de Riba de Ave*, *Opinião Pública* e *Cidade Hoje*, todos de Vila Nova de Famalicão, e *Povo de Guimarães*. Também colaborou no *Boletim Cultural* da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e noutras edições do mesmo município. Em 1958, participou activamente na campanha presidencial do dr. Arlindo Vicente e, depois da desistência deste, na do general Humberto Delgado. Assinou vários documentos dirigidos ao governo e ao Presidente da República, designadamente, em 1960, pedindo a realização de um congresso das forças políticas democráticas e a promulgação de uma amnistia aos presos políticos; em 1968, exigindo a libertação dos presos políticos, a abolição da censura, a liberdade de reunião e a extinção da PIDE e dos tribunais plenários; e, em 1969, de apoio às reivindicações dos estudantes de Coimbra. Pertenceu à Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e participou no movimento cooperativo, tendo sido um dos fundadores da COOPRAVE – Cooperativa de Consumo de Riba de Ave, cuja intensa actividade política foi reprimida pela polícia política. Fez parte de várias comissões políticas da CDE, foi candidato do Partido Comunista, por Braga, às eleições para a Assembleia da Republica em 1976 e, entre 1983 e 1992, foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas; em 1984, foi membro da direcção da Associação de Amizade Portugal-Angola e, em 1993, foi cabeça de lista pela CDU à Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão. Em 1997, publicou, em Vila Nova de Famalicão, o livro *Poder Local Democrático, 20 anos – Riba de Ave* e, em 2003, foi-lhe atribuída, pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, a Medalha de Mérito Autárquico.

CUNHA, Rufino Jorge Rodrigues (1948) – *Aveiro, 1973* – Nasceu em Paramos, Espinho, em 21 de Janeiro de 1948, tendo estudado no Instituto Comercial do Porto. Empregado bancário, foi director do Clube Recreativo e Cultural de Paramos.

CURTO, Francisco Manuel Marcelo Monteiro (1937-2001) – *Lisboa, 1973* – Nasceu na aldeia de Santa Margarida, Idanha-a-Nova, em 17 de Outubro de 1937 e faleceu em Lisboa a 3 de Fevereiro de 2001. Participou, desde 1956, nas lutas estudantis e, quando aluno da Faculdade de Direito de Lisboa, pela qual se formou, fez parte da lista de Jorge Sampaio nas eleições para a Associação de Estudantes, em 1960. Desenvolveu considerável actividade na CDE, em 1969. Em 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS, sendo por isso interrogado. Em Junho e Julho de 1973, redigiu, juntamente com António Reis e Mário Sottomayor Cardia, os documentos programáticos do Partido Socialista. No plano internacional, colaborou com vários partidos e organizações operárias, como a CGT francesa, o Partido Socialista Francês e os partidos comunista e socialista italianos. Destes contactos, saiu o Comité Ítalo-Português de Luta Antifascista, em 1973, ano em que fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática e em que foi candidato suplente pelo círculo de Lisboa nas eleições legislativas. Naquele congresso, apresentou duas teses, intituladas, respectivamente, «O Processo da Negociação Colectiva de Trabalho» e «Despedimentos – Análises da suas Causas e Medidas a Adoptar pelos Sindicatos». Como convidado da CISL italiana, esteve presente na

58.^a reunião da OIT, em Genebra. Advogado quase exclusivamente dedicado a questões do trabalho, foi consultor jurídico de diversos sindicatos, como o dos Electricistas (1966-1975), o dos Caixeiros (1970-1974) ou o dos Trabalhadores Portuários. Ajudou a fundar a CGTP-Intersindical, em cujas actividades participou, desde 1970, como consultor e representante dos sindicatos. Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS. Seria membro da Comissão Directora do Secretariado Nacional do Partido Socialista, de que fora um dos fundadores e pelo qual seria eleito deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República nas quatro primeiras legislaturas. Foi secretário de Estado do Trabalho no VI Governo Provisório, entre Setembro de 1975 e Julho de 1976, e ministro do Trabalho no I Governo Constitucional, desde 23 de Julho de 1976 até 23 de Janeiro de 1978. Como ministro, esteve ligado à elaboração e aprovação de diplomas como a Lei da Greve e à revogação da norma que impunha a unicidade sindical. De entre as suas obras, destacam-se: *Uma Questão Sindical* (Lisboa, 1970, em colaboração com Vítor Wengorovius), *Guia Prático do Trabalhador Português* (Lisboa, 1974), *Democracia na Empresa* (Lisboa, 1981) e *Não Viste Nada em Angola* (Lisboa, 1983).

DIAS, António Pereira Marinho (1910-2001) – *Braga, 1965; 1969, CDE* – Nasceu em Celorico de Basto a 27 de Maio de 1910 e faleceu em 15 de Dezembro de 2001. Estudou Direito na Universidade de Coimbra mas concluiu o curso na Faculdade de Direito de Lisboa. Em Coimbra, foi presidente da direcção do Centro Republicano Académico e convidado, como representante da academia, para uma lista de candidatos a deputados à Assembleia Nacional, patrocinada pelo general Vicente de Freitas. Participou activamente no Movimento de Renovação Democrática e no Movimento de Unidade Democrática, bem como nas campanhas presidenciais dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado e nas diversas campanhas para as eleições legislativas, tendo sido candidato por Braga em 1965 e 1969. Foi delegado da Ordem dos Advogados na comarca de Celorico de Basto, entre 1966 e 1974. Depois do 25 de Abril, foi presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Celorico de Basto.

DIAS, António (?) – *Setúbal, 1973* – Suplente. Não foi possível obter dados deste candidato.

DIAS, Vítor Manuel Caetano (1945) – *Lisboa, 1973* – Nasceu em Vila Franca de Xira a 13 de Setembro de 1945. Fez os estudos liceais em Vila Franca de Xira e depois frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de cuja associação académica foi dirigente (1966-1967). Entre 1963 e 1965 trabalhou como escriturário na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e, de Outubro de 1971 a Outubro de 1974, foi empregado do Sindicato dos Caixeiros de Lisboa. Em 1969, apesar de estar a cumprir o serviço militar, colaborou activamente na comissão de base de Vila Franca de Xira, no âmbito da campanha eleitoral da CDE. Foi presidente da secção cultural da União Desportiva Vilafranquense e, entre 1970 e 1972, dirigente da Cooperativa Livreira DEVIR. Participou na luta contra o Decreto-Lei que, em 1970, restabeleceu a sujeição das cooperativas (que até então estavam juridicamente tuteladas apenas pelo Código Comercial) ao regime das colectividades e outras associações, o que obrigava à entrega e aprovação dos seus estatutos e homologação dos seus dirigentes pelos governos civis ou Ministério do Interior.

Esse decreto visava em especial, do ponto de vista político, as cooperativas livres. A luta durou dois anos, teve múltiplas peripécias e acabou com o encerramento de praticamente todas as cooperativas. Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS, e por isso interrogado. Fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, em 1973. Depois da sua candidatura, em Outubro de 1973, pela CDE de Lisboa, seria preso pela DGS, em 6 de Abril de 1974, e libertado na madrugada de 27 do mesmo mês. Activista e dirigente da CDE de Lisboa desde 1969 e depois do MDP-CDE desde a sua transformação em partido político até Março de 1976. Foi membro do Conselho de Informação para a Imprensa e membro do Conselho de Imprensa. Entre Dezembro de 1979 e Dezembro de 2008, foi membro do Comité Central do PCP, partido de cuja comissão política fez parte, entre Março de 1990 e Dezembro de 2004. Antes, entre 1979 e Março de 1990, fora responsável pelo Gabinete de Imprensa do mesmo partido. É assessor da Câmara Municipal da Moita. Tem vasta colaboração – editoriais, artigos e crónicas – dispersa por diversos jornais, como *Unidade*, *Avante*, *O Militante*, *O Diário* e *Semanário*.

DIREITO, António Rodrigues (1875-1956) – *Lisboa, 1953* – Nasceu em Trancoso a 9 de Julho de 1875 e faleceu na mesma cidade a 12 de Maio de 1956. Teve importante acção no Instituto do Professorado Primário e nas então Escolas Primárias Superiores da Guarda e de Santarém. Foi também professor de Educação Física na Tutoria Central da Infância. Foi chefe de gabinete do Prof. Dr. Alberto da Cunha Rocha Saraiva, nas duas ocasiões em que este foi ministro, entre 16 de Dezembro de 1921 e 6 de Fevereiro de 1922 (Instrução) e entre 9 de Janeiro e 15 de Novembro de 1923 (Trabalho). Em 1938, esteve detido para averiguações, à ordem da PIDE, desde 15 de Outubro até 28 de Dezembro, saindo depois em liberdade condicional. Foi depois arguido, num processo julgado no Tribunal Militar Territorial do Porto, juntamente com mais uma centena de pessoas, acusadas de participação numa conjura tendente a derrubar o Estado Novo e cujos chefes seriam Rolão Preto e Paiva Couceiro. Participou em todas as campanhas políticas contra o Estado Novo desde 1945 e foi presidente da Assembleia-Geral do Centro Republicano Dr. António José de Almeida. Em Novembro de 1953, foi arguido num processo-crime instaurado pela PIDE sob a acusação de, no mês anterior, num discurso que proferiu, como candidato, no Centro Republicano António José de Almeida, ter feito afirmações insultuosas contra os governantes. Julgado, em Outubro do ano seguinte, foi absolvido porque o tribunal, embora dando como provada a acusação, considerou que não houvera intenção criminosa. É autor de uma *Sinopse da Gramática Inglesa*, publicada em Lisboa, em 1929.

DURÃES, António Augusto (?) – *Angola, 1945* – Advogado, foi presidente da Câmara Municipal de Benguela, nomeado pelo governador Freitas Morna (1942-1943). Em 1945, fez parte da comissão executiva do MUD em Angola, constituída naquela colónia numa reunião realizada em 15 de Outubro de 1945. Nessa reunião, foram escolhidos os três nomes que deveriam fazer parte da lista oposicionista de Angola: o dr. António Gonçalves Videira, o eng. Cunha Leal e ele próprio, como representante dos interesses do

centro-sul de Angola. No discurso que proferiu numa sessão oposicionista realizada no Cine-Teatro de Benguela, em 1945, afirmou que só aceitara o cargo de presidente do município por se tratar de uma situação meramente administrativa e de defesa dos interesses locais mas que já o pusera à disposição do governador-geral (Vasco Lopes Alves). Em 1967, proferiu, no Rotary Clube de Melgaço, uma palestra sobre o general Norton de Matos – de cuja comissão de candidatura à Presidência da República fizera parte, em Angola – mais tarde publicada sob o título *Angola e o General Norton de Matos – subsídios para a história e para uma biografia* (Melgaço, 1976).

FALCÃO, Feliciano (1911-1988) – *Portalegre, 1969, CDE* – Nasceu na Ribeira de Nisa, Portalegre, a 7 de Setembro de 1911 e faleceu na Alemanha a 17 de Agosto de 1988. Aos 15 anos, entrou para Escola Industrial de Portalegre, a fim de fazer o curso de serralheiro mecânico e, no ano seguinte, foi eleito secretário do conselho fiscal da Liga da Mocidade Republicana, agrupamento cultural e político criado por Jaime Cortesão. Em 1928, foi indicado para representar a escola num recepção ao general Carmona mas recusou e só acabou por aceitar quando foi ameaçado de expulsão. Completou nesse ano o 5.º ano do liceu e o curso de serralheiro mecânico e, depois, prosseguiu os estudos em Santarém. Completado o curso liceal, matriculou-se em Medicina na Universidade de Coimbra, mas decidiu prosseguir o curso no Porto e, a partir do 3.º ano, em Lisboa, onde se formou. Fez também o curso de Medicina Sanitária no Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge e, depois, fixou-se em Castelo de Vide, onde foi médico municipal. Professor na Escola Industrial de Portalegre, foi médico municipal no concelho de Portalegre (1939-1944) e médico da Casa do Povo de Alegrete (1942-1944), pedindo depois licença ilimitada para se dedicar ao laboratório de análises clínicas que montara em Portalegre, para o que se especializara no Hospital de Santa Marta (1944-1946). Aderiu ao MUD em 1947 e a sua actividade política fez com que fosse excluído do concurso para assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa e não tivesse sido aceite no Hospital da Misericórdia de Portalegre. Foi um dos fundadores do Cineclube de Portalegre e proferiu diversas conferências sobre temas culturais. Participou activamente em todas as campanhas eleitorais de oposição, fossem legislativas ou presidenciais, desde 1947, e, nos anos 60, fez parte da Acção Democrato-Social e foi candidato suplente nas eleições de 1969. Colaborou na organização do 3.º Congresso da Oposição Democrática, em 1973, e, em Novembro desse mesmo ano, foi director-interino e director do semanário *A Rabeca* (entre Janeiro de 1974 e Novembro de 1975), onde colaboram nomes como Nuno Teotónio Pereira e Fernando Mascarenhas. Militou no PCP, mas nunca foi nomeado para qualquer cargo político. Depois do 25 de Abril afastou-se da actividade política partidária.

FARIA, Francisco Xavier Sampaio Tinoco de (1925) – *Braga, 1969, CEUD* – Nasceu em S. Vítor, Braga, a 27 de Novembro de 1925. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, abrindo escritório de advogado na Póvoa do Lanhoso e, mais tarde, em Lisboa. Fez parte do MUD-Juvenil (1946-1949) e em 1949 foi o delegado da Universidade de Coimbra à Comissão Nacional da Juventude de apoio à candidatura à Presidência da República do general Norton de Matos. Foi também membro da Comissão Distrital de Braga à candidatura à Presidência da República do general Humberto

Delgado. Acusado de «actividades subversivas», seria preso durante alguns dias, em Junho de 1958. Em 1960, foi um dos subscritores de uma exposição ao Chefe do Estado, solicitando o seu interesse para a realização de um Congresso dos Democratas e para a publicação de um semanário que difundiria os pontos de vista oposicionistas. Em 1961, foi um dos signatários do Programa para a Democratização da República, pelo que foi de novo detido pela PIDE e interrogado. Entre 1966 e 1971, foi delegado às assembleias-gerais da Ordem dos Advogados e nos mesmos dois triénios foi delegado da comarca de Póvoa do Lanhoso. Foi vogal do Conselho Geral da Ordem, entre 1972 e 1974. Em 1975, foi deputado à Assembleia Constituinte.

FARO, Ana Maria Alves Sousa e – v. **ALVES**, Ana Maria

FEIO, António Barreto Areosa (1922) – *Beja, 1969, CDE; Évora, 1973* – Nasceu na freguesia de Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, a 4 de Agosto de 1922. Principiou os estudos de Engenharia Civil no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, mas concluiu a licenciatura na Faculdade de Engenharia do Porto. Foi dirigente associativo da sua escola, participou na fundação do MUD-Juvenil, de cuja comissão central fez parte, e foi membro da comissão distrital do MUD e da comissão central do Movimento Nacional Democrático. Preso pela primeira vez em 1946, acusado de pertencer ao Partido Comunista desde fins de 1942, foi julgado no Tribunal Plenário de Lisboa e condenado a 18 meses de prisão correcional. Preso de novo em 1949, foi condenado a prisão e libertado condicionalmente por três anos em fins de Junho de 1953. Depois de libertado, manteve a sua actividade política: fez parte da Comissão Nacional para a Defesa da Paz e pertenceu às comissões eleitorais dos candidatos à Presidência da República general Norton de Matos, dr. Ruy Luís Gomes, dr. Arlindo Vicente e general Humberto Delgado. Em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». Foi de novo preso em 1963 e julgado outra vez no Tribunal Plenário de Lisboa, sendo então condenado a 24 meses de prisão, que cumpriu integralmente. Em 1971, foi um dos subscritores do panfleto «Ao Povo de Lisboa». Nesse mesmo ano, fez e nessa qualidade foi um dos signatários de uma representação enviada a Marcello Caetano acerca do recenseamento eleitoral. Os signatários constituíram-se depois em Comissão Democrática de Recenseamento. Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS e por isso interrogado. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, tendo apresentado uma tese intitulada «Significado do III Congresso da Oposição Democrática». Depois do 25 de Abril, foi presidente do Fundo de Fomento da Habitação, chefe de gabinete dos secretários de Estado da Habitação e Turismo no III e no V governos provisórios, respectivamente Nuno Portas e Fernando Vicente, e do secretário de Estado da Administração Local, Celso Pinto de Almeida, no IV Governo Provisório. Dedicou-se depois ao movimento sindical, primeiro no Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, depois na União dos Sindicatos de Lisboa e, actualmente, no Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores.

FELGUEIRAS, Eurico (1905-?) – *Porto, 1953* – Industrial, ligado à produção conserveira de Matosinhos. Apoiou a candidatura presidencial do general Norton de Matos. Fundou a Casa dos Pobres de Matosinhos. Foi administrador do concelho de Matosinhos.

FELGUEIRAS, Joaquim da Silva Rocha (1922) – *Porto, 1965; 1969, CDE; 1973* – Nasceu no Porto em 15 de Março de 1922. Controlador fabril, foi trabalhador numa empresa metalomecânica, e interessou-se pelos problemas sociais dessa empresa, tendo sido vogal das comissões cultural e de assistência da respectiva associação desportiva, entre 1956 e 1958. Foi secretário administrativo da Cooperativa Via Norte e colaborou na secção de estudos de trabalho da Cooperativa Confronto, além de ter pertencido aos corpos gerentes do Cineclub do Porto. Aderiu ao MUD e participou nas diversas campanhas eleitorais oposicionistas à Presidência da República: primeiro, a do general Norton de Matos, depois, a do doutor Ruy Luís Gomes, por fim, em 1958, a do advogado Arlindo Vicente e, depois da desistência deste, a do general Humberto Delgado. Colaborou também na campanha da oposição nas eleições legislativas em 1961 e foi candidato a deputado, pelo círculo do Porto, em 1965 e 1969, e candidato suplente em 1973. A sua actividade política levou-o duas vezes à prisão e, depois da campanha de 1958, foi novamente preso e impedido, por três meses, de exercer a sua profissão. Depois do 25 de Abril, foi eleito deputado do Porto à Assembleia da República (I Legislatura) pelo Partido Comunista.

FÉLIX, Rodrigo Costa (1938-1966) – *Lisboa, 1961, Lista Monárquica* – Nasceu em 1938 e faleceu em 1966. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa. Empregado bancário. Foi um dos signatários do manifesto católico de apoio às posições da oposição democrática que ficou conhecido por «Manifesto dos 101».

FERNANDES, Arnaldo Constantino (1900-1980) – *Lisboa, 1953* – Nasceu a 26 de Novembro de 1900 e faleceu em 15 de Dezembro de 1980. Foi um dos dirigentes da greve académica de 1916. Ainda estudante, combateu contra a Monarquia do Norte, em 1919. Foi empregado bancário, técnico contabilista e licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, tendo passado a exercer a advocacia em Lisboa. Na Ordem dos Advogados, desempenhou diversos cargos: foi vogal do Conselho Distrital de Lisboa, em sucessivos triénios, entre 1942 e 1950, nomeado vogal da direcção da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, em 1952, eleito presidente do Conselho Distrital de Lisboa em dois triénios sucessivos, 1959-1962, vogal do Conselho Superior da Ordem dos Advogados, também em dois triénios sucessivos, 1963-1968, e delegado da Ordem dos Advogados às assembleias-gerais dos triénios 1960-1962 e 1966-1974. Esteve também ligado ao Desporto, tendo sido presidente do Clube de Futebol Os Belenenses, vogal do Conselho Jurisdicional da Associação de Futebol de Lisboa e vogal de diversas comissões da Federação Portuguesa de Futebol. Colaborou em vários jornais, designadamente no *Diário do Minho* e no *Diário de Lisboa*, bem como em revistas. Deixou algumas obras de carácter jurídico, como *O Direito e os Desportos: Breve Estudo do Direito Desportivo* (Lisboa, 1946), *Doenças Profissionais: Aspectos Legais e Jurídicos da Silicose* (Lisboa, 1960) e *Breve Estudo Jurídico e Legal da Protecção das Consequências das Doenças Profissionais* (Porto, 1971).

FERNANDES, Blasco Hugo (1930-2002) – *Santarém, 1965; 1969, CDE* – Nasceu na freguesia de Mapuçá, concelho de Bardez, Goa, a 27 de Dezembro de 1930 e faleceu em Lisboa a 21 de Setembro de 2002. Licenciou-se em Engenharia Agrónoma no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. Foi, entre 1959 e 1963, engenheiro técnico na Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas e depois trabalhou como investigador da secção de toxicologia do Laboratório de Fitofarmacologia. Em Outubro de 1963, foi preso pela PIDE, acusado de «actividades contra a segurança do Estado» e de ser membro do Partido Comunista. Foi julgado no Tribunal Plenário de Lisboa e condenado a 20 meses de prisão, que cumpriu integralmente. Em 1969, apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «Para Uma Definição (Localizada) de Subdesenvolvimento». Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS e por isso interrogado. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, também realizado em Aveiro, ao qual apresentou uma tese intitulada «Entraves Sócio-Políticos ao Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa». Depois do 25 de Abril, foi director do departamento das Relações de Trabalho Rural do Ministério do Trabalho (1974-1978), vogal da Comissão Nacional da FAO (1974-1979), membro da Comissão Coordenadora para a Extinção dos Grémios da Lavoura e suas Federações, deputado à Assembleia Municipal de Lisboa e à Assembleia da Área Metropolitana de Lisboa, membro do secretariado do Conselho Mundial da Paz e presidente da comissão directiva da Intervenção Democrática (ID). Em 2002, a Câmara Municipal de Lisboa atribuiu-lhe a Medalha de Ouro de Mérito Municipal e o seu nome foi dado a uma rua da capital e a outra de Beja. Foi membro do conselho redactorial da *Seara Nova* e director da *Razão Activa*, boletim da Fundação Internacional Racionalista. Autor de numerosos estudos e artigos sobre agricultura, publicados em livro ou em revistas da especialidade, destacam-se, de entre as suas obras, *Agricultura, Reforma Agrária e Desenvolvimento Económico* (Lisboa, 1967), *Portugal através de Alguns Números* (Lisboa, 1970), *Problemas Agrários Portugueses: Estruturas, Tecnologias, Política Agrícola, Reforma Estrutural* (Lisboa, 1973), *O Que é a Reforma Agrária* (Lisboa, 1975), *Reforma Agrária: Contributo para a sua História* (Lisboa, 1978) e *A Política Agrícola Comum (CEE) e a Agricultura Portuguesa* (Lisboa, 1983).

FERNANDES, Francisco Manuel da Costa – v. **FERNANDES**, Manuel

FERNANDES, Manuel (1950) – *Lisboa, 1973* – Nome profissional de Francisco Manuel da Costa Fernandes. Nasceu em Torres Vedras a 23 de Março de 1950. Frequentou até ao quarto ano o curso de Engenharia Electrónica no Instituto Superior Técnico de Lisboa, tendo sido vice-presidente da assembleia-geral da sua associação de estudantes. Entre 1972 e 1974, foi professor no Liceu da Lourinhã e na Escola Comercial e Industrial de Torres Vedras. Membro do Partido Comunista desde 1972 e do executivo da CDE de Lisboa entre 1973 e 1974. Depois do 25 de Abril, foi presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Torres Vedras, entre Maio de 1974 e Janeiro de 1977, vereador no mesmo município, entre Janeiro de 1977 e Janeiro de 1998 e deputado na Assembleia Municipal torreense, de Janeiro de 1996 a Janeiro de 1998. Entre 1983 e 1985, foi deputado à Assembleia da República. Foi também membro da DOR Oeste e Ribatejo do PCP, em 1974, e

membro da DOR Lisboa do PCP, desde 1975 até à década de 90. Nos últimos vinte anos, tem dedicado grande parte da sua actividade à vida desportiva: foi presidente da mesa da Assembleia-Geral do Atlético Torreense durante uma década e meia, presidente-adjunto e vice-presidente em várias direcções do Sport Clube União Torreense na década de 90, presidente da direcção da União Desportiva do Oeste entre 1994 e 2001, presidente da comissão executiva do Campeonato do Mundo de Pentatlo Moderno (1989), presidente da comissão executiva do Campeonato da Europa de Ciclismo-Veteranos (2004) e presidente-adjunto da Federação Portuguesa de Ciclismo, desde 1998 até 2008. Actualmente, faz parte dos corpos gerentes de diversas associações: designadamente, presidente da comissão organizadora do Grande Prémio Internacional de Ciclismo de Torres Vedras – Troféu Joaquim Agostinho, desde 1978; presidente da assembleia-geral do Clube de Campismo e Caravanismo de Torres Vedras, desde 1993; director financeiro da Federação Portuguesa de Ciclismo, desde Outubro de 2008; membro da Assembleia do Comité Olímpico de Portugal, desde Março de 2000, e membro votante no Congresso da União Ciclista Internacional, em representação da Europa, desde 2003. Nesse mesmo ano, a Câmara Municipal de Torres Vedras atribuiu-lhe a Medalha de Mérito de Ouro. Tem vários artigos publicados em jornais regionais e na revista *Poder Local* e é co-autor do *Manual de Gestão Democrática das Autarquias* (1978). A sua acção como político foi referida numa publicação do município torreense: *30 Anos de Poder Local em Torres Vedras* (2007).

FERNANDES, Vasco da Gama Lopes (1908-1991) – *Lisboa, 1953; Leiria, 1961; 1965; 1969, CDE* – Nasceu no Mindelo, na ilha cabo-verdiana de S. Vicente, a 4 de Novembro de 1908 e faleceu em Lisboa a 9 de Agosto de 1991. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa e iniciou a sua vida política na greve estudantil de 1928, de protesto pela extinção daquela Faculdade. Na sua primeira fase de estudante universitário, colaborou no jornal estudantil *Liberdade* e noutros periódicos, foi eleito presidente da assembleia-geral da Federação Académica, conspirou com alguns colegas para a organização de um Batalhão Académico e foi um dos organizadores da Liga dos Estudantes Republicanos. Mais tarde, seria eleito presidente da Associação Académica. Aderiu à Aliança Republicana e Socialista e foi preso, pela primeira vez, em Novembro de 1930, por ter sido considerada menos respeitosa pelo ministro a sua atitude quando, com um grupo de outros estudantes, esteve no Ministério da Instrução, reclamando contra medidas que haviam sido tomadas. Voltou a ser preso em Abril de 1931, agora sob a acusação de ser um dos instigadores de uma greve no dia 1 de Maio seguinte, sendo-lhe fixada residência em Setúbal e, depois, em Peniche. Exilou-se na Espanha em 1932 (primeiro em Valença de Alcântara, depois em Vigo) mas, na expectativa de uma amnistia que se anunciava regressou a Portugal, onde passou a viver numa semiclandestinidade que lhe permitiu recomeçar a estudar, com vista a completar o seu curso de Direito. Entretanto, trabalhava no ensino particular e foi redactor principal da revista *Vida Contemporânea*, de Cunha Leal, personalidade de quem se aproximara no exílio, atraído pelo seu movimento liberal-conservador. Actuou também como elemento de ligação entre Cunha Leal, António Sérgio, Ribeiro de Carvalho e Rolão Preto, com vista à revolta que deveria eclodir no Verão de 1935, conhecida como «revolta Mendes Norton». Como advogado, começou a trabalhar em Alcobaça, onde foi notário, seguidamente em Porto de

Mós e em Leiria e destacou-se na defesa de numerosos réus julgados nos tribunais especiais, acusados de crimes políticos. Membro do MUNAF (1943) e do MUD (de cuja comissão distrital de Leiria foi membro), foi um dos fundadores, em 1947, de um efémero Partido Trabalhista. Em Abril desse ano, foi detido pela PIDE, por suspeita de estar implicado nos actos preparatórios dos movimentos revolucionários de Outubro de 1946 e de Abril de 1947, mas seria libertado a 21 de Junho seguinte, por insuficiência de provas. Foi então defensor de alguns dos réus acusados de participação naqueles movimentos, designadamente o capitão Henrique Galvão. Em 1949, fez parte da comissão executiva da comissão distrital de Leiria dos serviços de candidatura do general Norton de Matos e foi um dos poucos que se pronunciou contra a sua desistência de ir às urnas. Nesse ano de 1949, subscreveu o manifesto «Aos Democratas Portugueses», no qual se anunciava a constituição da União Democrática Portuguesa, com vista à preparação das eleições para deputados à Assembleia Nacional, a realizar em 13 de Novembro. Em 1951, fez parte da comissão distrital de Leiria dos serviços de candidatura presidencial do almirante Quintão Meireles e em 1954 foi membro do directório da Comissão Nacional Organizadora da Causa Republicana, como representante de Leiria, cujos estatutos não seriam aprovados. Em 1956, esteve no almoço em que foram aprovadas as bases para a formação de comissões eleitorais em todos os distritos, a fim de preparar as eleições legislativas do ano seguinte, independentemente da actividade da Comissão Promotora do Voto, e foi escolhido para a comissão de honra que encabeçaria a actividade daquelas comissões. No ano seguinte, fez parte da comissão de Leiria da Comissão Promotora do Voto, que lutava por um recenseamento alargado, e publicou no diário *República*, o projecto de uma Lei Eleitoral de sua autoria. Foi membro do Directório Democrato-Social (de que se afastaria depois da morte de Mário de Azevedo Gomes, em 1965) e fez parte da Comissão Nacional Organizadora da Causa Republicana, de cujo directório foi depois membro. Em 1957, foi um dos signatários de uma representação entregue no dia 1 de Outubro ao Presidente da República, na qual se explicavam os motivos pelos quais a oposição não concorreria às eleições legislativas desse ano. No ano seguinte, foi um dos escolhidos para a comissão nacional pró-candidatura de Cunha Leal à Presidência da República e, não tendo vingado esta candidatura, fez parte das comissões distrital e central da candidatura do general Humberto Delgado à chefia do Estado. Entretanto, acusado de estar envolvido num movimento revolucionário chefiado por Humberto Delgado, esteve preso no Porto, entre 21 de Junho e 31 de Julho de 1958. Em 1960, foi um dos subscritores de uma exposição ao Chefe do Estado solicitando o seu interesse para a realização de um Congresso dos Democratas e para a publicação de um semanário que difundiria os pontos de vista oposicionistas. No ano seguinte, foi um dos signatários do Programa para a Democratização da República, pelo que foi de novo preso, interrogado e processado pela PIDE. Em 1969, presidiu à Comissão Eleitoral Democrática que, numa tentativa para se conseguirem listas unitárias às eleições legislativas desse ano, reuniu, em S. Pedro de Moel, todas as comissões democráticas; foi, efectivamente, aprovada uma Plataforma de Acção Comum, conhecida por Plataforma de S. Pedro de Moel. Nesse mesmo ano, apresentou, no II Congresso Republicano de Aveiro, duas teses intituladas «A Modernidade e a Ordem Jurídica Portuguesa» e «Algumas Reformas da Justiça». Em 1971, mudou o seu escritório de advocacia para Lisboa e, em 1973, fez parte da comissão nacional

do III Congresso da Oposição Democrática, ao qual apresentou duas teses: «*Ombudsman* – Organismo para a Prevenção e Repressão do Arbítrio» e «Estruturas para Um Estado Moderno». No mesmo ano, foi um dos fundadores do Partido Socialista, pelo qual seria eleito deputado à Assembleia Constituinte e escolhido como seu vice-presidente. Em 1975, de novo eleito deputado pelo Partido Socialista, foi designado presidente da Assembleia da República, funções que desempenhou desde 29 de Julho de 1976 até 29 de Outubro de 1978. Em 1979, demitiu-se do Partido Socialista, passou ao estatuto de independente e aderiu à Frente Republicana e Socialista. Mais tarde, foi um dos fundadores do Partido Renovador Democrático, pelo qual foi eleito deputado, na V Legislatura (1987-1991), que acabou como independente. Na Ordem dos Advogados desempenhou, entre 1941 e 1974, diversas funções: delegado da comarca de Leiria, vogal da comissão distrital de Coimbra, delegado às assembleias-gerais e vogal do conselho superior e do conselho geral. Foi também presidente da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem. Ao longo da sua vida, publicou numerosos artigos na imprensa portuguesa, a que esteve sempre muito ligado, tendo sido colaborador frequente de vários jornais e revistas, designadamente *República*, *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa*, *Seara Nova* e *A Voz da Justiça*. Publicou também diversos trabalhos, de carácter jurídico, político e literário, entre os quais: *Um Caso de Abuso da Autoridade* (Lisboa, 1936), *O Problema do Extremo Oriente: Proposição* (Lisboa, 1937), *Temas de Sempre* (Lisboa, 1938), *No Limiar do Novo Ano Judicial* (Lisboa, 1940), *Nações Unidas* (Lisboa, 1943), *Jornal – 1948-1953* (Leiria, 1954), *Jornal – 1948-1953* (Leiria, 1954), *Democracia: Génese, Evolução, Presença* (Leiria, 1957), *Advocacia* (Lisboa, 1958), *Jornal – 1954-1957* (Leiria, 1959), *A Recuperação Italiana* (Lisboa, 1954), *O Projecto do Código Civil: Razões de uma Atitude* (Leiria, 1967), *Do III Congresso de Aveiro à Última Campanha Eleitoral* (Lisboa, 1974), *Depoimento Inacabado* (Lisboa, 1975) e *Trabalhos Parlamentares* (Lisboa, 1980).

FERRÃO, Fernando de Oliveira Abranches (1908-1985) – **Lisboa, 1969, CEUD; 1973** – Nasceu em Coimbra a 4 de Setembro de 1908 e faleceu em Lisboa a 5 de Maio de 1985. Era filho do doutor António Abranches Ferrão, catedrático de Direito da Universidade de Lisboa e duas vezes ministro da Justiça da I República. No mesmo ano (1926), concluiu em Lisboa o Curso Superior de Piano e licenciou-se em Direito. Em 1927 e em 1928 participou nas greves académicas contra a Ditadura Militar. Advogado desde 1930, em 1937 fundou o *Jornal do Foro*, ao qual deu vasta colaboração e cuja publicação se manteve durante dez anos. O *Jornal do Foro* também editou diversos autores, como António José Saraiva, Luís Sttau Monteiro, Urbano Tavares Rodrigues e João Gaspar Simões. Em 1953, reorganizou a *Revista da Ordem dos Advogados*, que se publicou regularmente até 1971. Em 1943, aderiu ao Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista, que precedeu a União Socialista, Esteve ligado ao MUNAF, foi membro da comissão distrital de Lisboa do MUD e teve papel muito activo nas campanhas presidenciais dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado. Como advogado, participou em numerosos julgamentos políticos, alguns de grande importância, como o do movimento militar conhecido por Revolta da Mealhada (1947), o do MUD (1948), o do processo disciplinar instaurado ao general Humberto Delgado em 1959, depois da sua candidatura

à Presidência da República e o do assalto ao quartel de Beja (1962). Em 1958, foi eleito presidente honorário da Federação Internacional de Juristas e Advogados. Depois do assassinio do general, foi um dos advogados da família, juntamente com o dr. Mário Soares, e depois de uma das suas deslocações a Espanha, para tratamento do caso, foi preso. Já em Março de 1957 fora o primeiro dos 72 advogados do Porto e de Lisboa que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». Nesse mesmo ano, informado de que iria ser preso, pediu asilo na embaixada do Brasil, onde se encontravam então diversos opositores do Estado Novo, mas pouco tempo ali esteve, pois o governo deu garantias de que não seria detido. Em 1961, aceitou o convite que o prof. Mário de Azevedo Gomes lhe dirigira para ser candidato a deputado mas, ao ser preso, no dia 8 de Agosto, na sequência da apresentação pública do Projecto para a Democratização de República, de que foi um dos primeiros signatários, decidiu voltar atrás na sua decisão, pois – conforme escreveu ao prof. Azevedo Gomes – pretendia ver esclarecida pelos tribunais competentes a acusação que lhe era feita: «Entendo que só depois de declarada judicialmente a inaniidade dessa acusação me poderei apresentar publicamente à massa dos eleitores. Por isso, e sabido que o processo judicial não poderá estar terminado até ao início do período eleitoral, considero-me impedido da honra de figurar na lista de candidatos pelo círculo de Lisboa.» – *Diário Inédito* (Lisboa, 2008). Entre 1950 e 1962 e entre 1966 e 1971, foi vogal do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, de que seria vice-presidente, no triénio 1963-1965. Pertenceu à Liga dos Direitos do Homem, de que foi vice-presidente, à Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e ao Conselho Mundial da Paz. Em 1969, apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro duas teses: uma, intitulada «O Direito de Informação e de Comunicação como Condição de Cidadania»; outra sob o título «Direito à Esperança – O mais importante direito do Homem». Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, também realizado em Aveiro e foi candidato suplente às eleições legislativas pelo círculo de Lisboa. Foi mandatário nacional do general Ramalho Eanes quando da sua primeira candidatura à Presidência da República e, em 1984, foi o primeiro presidente do recém-criado Conselho de Comunicação Social. Em 1971, num opúsculo intitulado *O Direito de Defesa e a Defesa do Direito*, que assinou juntamente com o advogado Salgado Zenha, denunciou as práticas repressivas da PIDE. Publicou dois livros de novelas, *Quarto Aluga-se* (Lisboa, 1967), e *António Gaivota*, (Lisboa, 1972), uma peça de teatro, *A Progressão Geométrica*, (Lisboa, 1967), e diversos estudos jurídicos, como *Direitos de Família* (Lisboa, 1927), *Contra uma Decisão da Censura* (Lisboa, 1946), *Demissão de Funcionário em Conselho de Ministros* (Lisboa, 1949) ou *O Incumprimento da Obrigação como Causa de Pedir a Indemnização* (Lisboa, 1966). Em 1995, foi publicado, em sua homenagem, com coordenação de José Miguel Ramos de Almeida, *In Memoriam: Fernando de Abranches Ferrão 1908-1985*. Em Julho de 1982, foram entregues à Biblioteca Nacional, a título de doação, 58 pastas com documentação clandestina recolhida entre 1930 e 1976, recortes de imprensa e algumas cartas.

FERREIRA, Alberto (1912-1965) – *Leiria, 1961* – Nasceu na freguesia dos Anjos, em Lisboa, a 27 de Fevereiro de 1912 e faleceu em Bordéus a 6 de Novembro de 1965. Licenciou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo sido, enquanto estudante, dirigente da respectiva associação académica. Advogado em Alcobaça e Leiria, nesta última cidade foi também professor, durante vários anos, na Escola Industrial e Comercial, até ser afastado por deliberação do Conselho de Ministros. Presidente do Orfeão de Leiria, era também secretário do Comité Franco-Português do Rotary, pelo que se encontrava em Bordéus, numa reunião internacional, quando faleceu. Participou activamente em todas as campanhas eleitorais durante o Estado Novo, foi dirigente da Comissão Distrital do MUD, em 1945, membro do Directório Democrato-Social de Leiria, membro da Comissão Promotora do Voto de Leiria e vice-presidente da comissão distrital de Leiria de apoio à candidatura presidencial do general Norton de Matos. Em 1961, subscreveu o Programa para a Democratização da República.

FERREIRA, Carlos (?) *Porto, 1973* – Operário têxtil. Não foi possível obter dados deste candidato

FERREIRA, Carlos Alberto Ambrósio da Silva (1949) – *Castelo Branco, 1973* – Nasceu em Castelo Branco a 24 de Outubro de 1949. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Exerceu funções docentes na Escola comercial e Industrial de Castelo Branco. Nas eleições de 1973, substituiu o candidato Teles André, que desistiu de concorrer.

FERREIRA, Carlos Prazeres (1930) – *Lisboa, 1961* – Nasceu em Lisboa a 7 de Dezembro de 1930. Frequentou o Instituto Superior Técnico e fez um estágio de construção civil em Aachen, na então República Federal da Alemanha. Industrial da construção civil, foi um dos promotores da lista de candidatos a deputados por Lisboa, nas eleições de 1957 e pertenceu à comissão central de candidatura à Presidência da República do Dr. Arlindo Vicente. Esteve durante muitos anos ligado à revista *Seara Nova*, de cujo conselho fiscal fez parte.

FERREIRA, Fernando Celso da Silva Lemos (1922) – *Porto, 1973* – Nasceu em 1922. Operário têxtil, foi presidente do seu sindicato. Apoiou as candidaturas à Presidência da República do general Norton de Matos, do prof. Ruy Luís Gomes e do general Humberto Delgado. Foi membro do Partido Comunista, mas, logo a seguir ao 25 de Abril, foi expulso do partido e abandonou a política.

FERREIRA Júnior, José (1928) – *Leiria, 1961; 1965* – Nasceu em Gândara, Marrazes, Leiria, a 30 de Novembro de 1928. Licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra, foi oficial miliciano médico no Estado da Índia e depois de regressar passou a exercer clínica em Leiria. Foi membro da comissão executiva do distrito de Leiria à campanha eleitoral para a Presidência da República. Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte e, depois, à Assembleia da República (I Legislatura), pelo PPD, pelo círculo de Leiria. Passou a independente em 27 de Março de 1979 e pertenceu à ASDI a partir de 13 de Julho de 1979.

FERREIRA, José Alves da Cruz (1909-1988) – *Lisboa, 1957* – Nasceu em Inhambane, Moçambique, a 7 de Junho de 1909 e faleceu a 20 de Fevereiro de 1988. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e abriu escritório de advogado na comarca de Lisboa. Quando estudante, filiou-se no Centro Académico Republicano de Coimbra e fez parte de sucessivas direcções da Associação de Estudantes da sua Faculdade. Em 1945, ligou-se ao MUD. Como advogado, interveio em diversos julgamentos políticos, como o processo da Mealhada.

FERREIRA, José Manuel de Medeiros (1942) – *Lisboa, 1965* – Oriundo de São Miguel, Açores, nasceu no Funchal em 20 de Fevereiro de 1942. Completou os estudos liceais em Ponta Delgada e depois frequentou o curso de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em 1961-1962, foi vice-presidente da comissão pró-associação dessa Faculdade e, por indicação das associações de estudantes, fez parte do conselho académico que dirigiu a comissão administrativa das obras circum-escolares. Participou activamente na crise académica de 1962, tendo sido eleito nesse ano secretário-geral da RIA, cargo que desempenhava quando foi preso pela PIDE. Colaborou em diversos jornais estudantis, entre os quais *O Mocho* e *Letras 65*, e foi membro do Movimento Sindical Estudantil e das Juntas Patrióticas – Frente Patriótica de Libertação Nacional. Em 1965, o ano da sua candidatura a deputado, foi expulso de todas as universidades portuguesas por um período de três anos, pelo que se exilou em Genebra, obtendo o estatuto de refugiado político e em cuja Universidade se licenciou em História Moderna e Contemporânea, tendo sido galardoado com o prémio Gustavo Ador de História (1972). Em 1971, foi um dos fundadores, juntamente com Eurico Figueiredo, António Barreto, Carlos Almeida e Manuel de Lucena, da revista de oposição *Polémica*. Entre 1972 e 1974, foi assistente da Faculté des Sciences Économiques et Sociales da Universidade pela qual se licenciara, mas mantinha-se atento à vida política portuguesa e, assim, em 1973, para o III Congresso da Oposição Democrática, realizado nesse ano em Aveiro, de 4 a 8 de Abril, enviou uma tese, intitulada «Da Necessidade de um Plano para a Nação». Nessa tese, previa um papel inicial para as Forças Armadas no derrube da ditadura e apontava as metas de um programa político na fórmula «Descolonizar, Democratizar, Socializar e Desenvolver». Depois do 25 de Abril, já membro da comissão política do Partido Socialista, foi deputado à Assembleia Constituinte e, depois, à Assembleia da República, nas I, IV, VII, VIII e IX legislaturas, tendo desempenhado funções nas comissões de Defesa Nacional e de Economia e Finanças e de presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros (1985) e da Comissão de Assuntos Europeus (VII legislatura). Entretanto, publicara, com António Barreto, o «Manifesto Reformador», no qual se apresentavam reformas para a Constituição de 1976, entre as quais a flexibilização da economia e a introdução do referendo. Presidiu à delegação parlamentar à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa na VIII legislatura e, na legislatura seguinte, foi eleito, pela Assembleia da República membro do Conselho Superior da Defesa Nacional. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros no VI Governo Provisório e ministro dos Negócios Estrangeiros no I Governo Constitucional. Em 1985, foi fundador do Partido Renovador Democrático (PRD). Deputado ao Parlamento Europeu entre 1986 e 1989, deputado honorário do Conselho da Europa, doutorou-se em História pela Universidade Nova de Lisboa (1991) e é autor de vasta obra de carácter histórico e político, sendo actualmente

professor associado naquela Universidade. De entre os seus trabalhos, destacam-se: *Da Necessidade de um Plano para a Nação* (Lisboa, 1973), *Elementos para a Política Externa do Estado Democrático* (Lisboa, 1981), *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais* (Lisboa, 1981), *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril* (Lisboa, 1983), *A Posição de Portugal no Mundo* (Lisboa, 1988), *O Comportamento Político dos Militares* (Lisboa, 1992), *Portugal na Conferência da Paz* (Lisboa, 1992), *Portugal em Transe* (Lisboa, 1994), *A Nova Era Europeia* (Lisboa, 1999), *Com os Açores no Dobrar do Século* (Lisboa, 1999), *Cinco Regimes na Política Internacional* (Lisboa, 2006) e *Fundação Calouste Gulbenkian – Cinquenta Anos – A Instituição* (Lisboa, 2007).

FERREIRA, Manuel Ramos (?) – *Lisboa, 1961, Lista Monárquica* – Médico. Não foi possível obter dados deste candidato

FERREIRA, Miguel Augusto Alves (1878-1961) – *Braga, 1957* – Nasceu em Quinta, Celorico de Basto, a 6 de Abril de 1878 e faleceu em Antime, Fafe, a 4 de Abril de 1961. Frequentou a Academia Politécnica do Porto, a Universidade de Coimbra, onde se matriculou, como voluntário, no 1.º ano de Matemática, em 1895, e a Escola do Exército, onde concluiu o curso da arma de Infantaria, sendo promovido a alferes em 1902. No ano seguinte, em Fevereiro, uma junta hospitalar de inspecção considerou-o temporariamente incapaz para o serviço. Obteve então uma licença ilimitada e, depois, já em 1904, passou à situação de reserva, mas resolveu pedir a demissão a fim de, libertado do seu juramento de fidelidade ao regime, não só poder manifestar abertamente as suas ideias republicanas, mas também agir em conformidade. Segundo a biografia publicada em *As Constituintes de 1911 e os seus Deputados*, «tomou parte activa em todos os movimentos revolucionários tentados no Porto, fazendo igualmente parte da carbonária de Bazilio Teles; num armazém em Vila Nova de Gaia, com amigos seus, hoje também deputados, Pires Pereira e João Luiz Damas, fabricou um considerável número de bombas destinadas a fins revolucionários». Depois de proclamada a República, foi deputado à Assembleia Constituinte. Reintegrado no Exército em Agosto de 1912, foi colocado, com a patente de tenente, no Regimento de Infantaria 20. Capitão desde 1914, passou à Guarda Nacional Republicana em Junho de 1915, onde ficou até 1919. Com a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, fez parte do Corpo Expedicionário Português, no qual – major desde Novembro de 1917 – comandou o Batalhão de Infantaria 34. Em Junho de 1924, foi colocado no Estado-Maior de Infantaria. À data do movimento militar do 28 de Maio de 1926, era governador civil do distrito de Braga, situação em que se encontrava desde Setembro do ano anterior. Esteve próximo do movimento militar de 3 de Fevereiro de 1927, e, por isso, exilou-se durante algum tempo, a fim de escapar à repressão que se seguiu à derrota daquele movimento, pelo que, em Maio, foi considerado desertor e em 14 de Julho seguinte, demitido do Exército. Acusado de, em Guimarães, ter tentado «destruir ou mudar a forma do governo republicano», foi julgado à revelia e condenado, em Fevereiro de 1928, a 18 meses de prisão correcional. De regresso a Portugal, amnistiado, manteve-se sempre presente na luta contra o regime. Em Outubro de 1951, foi reintegrado no posto de major de Infantaria e colocado na situação de reserva, dada a sua idade. Nas eleições para deputados de 1957 aceitou que o seu nome encabeçasse a lista

dos candidatos oposicionistas por Braga mas, ao que parece por pressões sofridas, desistiu, decisão que transmitiu por escrito em carta que entregou pessoalmente a Victor de Sá e que foi compreendida e aceite pelos seus correligionários.

FERREIRA, Olívia (?) – *Porto, 1973* – Suplente. Não foi possível obter dados deste candidato.

FERREIRA, Rogério Gomes Lopes – v. **PAULO**, Rogério.

FIGUEIREDO (5.º Marquês da Graciosa), Fernando Afonso de Melo Giraldes de Sampaio Pereira de (1924) – *Castelo Branco, 1949* – Nasceu em S. Paio de Arcos, Anadia, em 19 de Julho de 1924. Engenheiro agrónomo pelo Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, lavrador, foi provedor da Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, Beira Baixa, e vice-provedor da mesma instituição de Idanha-a-Nova. Foi procurador à Câmara Corporativa, como representante dos trabalhadores, entre 1961 e 1965 (fez parte da 2.ª subsecção, Cereais, da III secção, Lavoura) e, como representante das entidades patronais, entre 1973 e 1974 (fez parte da 1.ª subsecção, Azeite, da III secção, Lavoura), quando era presidente da Federação dos Grémios da Lavoura da Beira Baixa. Deputado pelo círculo de Castelo Branco, entre 1965 e 1969 (IX Legislatura), foi então vogal da Comissão de Política e Administração Geral e Local.

FIGUEIREDO, Manuel Luís da Costa (1904-1978) – *Aveiro, 1953* – Nasceu em Belém do Pará, Brasil, a 24 de Junho de 1904 e faleceu em Estarreja a 10 de Dezembro de 1978. Licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra, em 1930, foi um dos subscritores do manifesto *Delenda Cartago*, de crítica à Universidade de Coimbra, pelo que lhe foi fixada residência em Estarreja, onde passou a exercer clínica. Apoiou a candidatura do almirante Quintão Meireles à Presidência da República e dirigiu, no seu distrito, os serviços de propaganda do general Humberto Delgado, aquando das eleições presidenciais de 1958.

FIGUEIREDO, Olindo Casimiro de (1922-2005) – *Lisboa, 1961* – Nasceu em Santarém a 15 de Agosto de 1922 e faleceu em 22 de Dezembro de 2005. Diplomado pelo Instituto Superior de Administração Ultramarina, pertenceu ao quadro administrativo de Angola. Licenciou-se, mais tarde, em Direito e passou a exercer a advocacia em Lisboa. Foi vogal (1972-1974) do Conselho Distrital de Lisboa e membro do Conselho Superior (1978-1980 e 1984-1992) da Ordem dos Advogados.

FIGUEIREDO, Óscar dos Reis (1924-2007) – *Lisboa, 1957* – Nasceu em Sacavém, Loures, a 9 de Julho de 1924 e faleceu em Lisboa a 9 de Janeiro de 2007. Operário serralheiro, entre 1947 e 1967 foi várias vezes detido, acusado de actividades contra o Estado, tendo sido julgado algumas vezes em Tribunal Plenário e condenado a diversas penas de prisão.

FIGUEIREDO, Otilio Palheiros de Carvalho (1909-1991) – *Vila Real, 1969, CDE* – Nasceu na freguesia de São Dinis, Vila Real, a 19 de Agosto de 1909 e faleceu em 4 de Fevereiro de 1991. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra e especializou-se em Pediatria. Enquanto estudante, foi membro da direcção do Centro Republicano

Académico (1929) e presidente da direcção do Orfeão Académico de Coimbra (1933-1934). Entre 1937 e 1938 foi representante de Coimbra no Senado Universitário. Participou activamente no MUD e fez parte das comissões de apoio das candidaturas à Presidência da República dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado. Foi, com Mário Saraiva, director do quinzenário dos estudantes de Medicina de Coimbra, *Parcelso*, de que se publicaram sete números, entre 10 de Novembro de 1934 e 25 de Maio de 1935, e do semanário *Letras, Artes e Ciências*. Escreveu alguns trabalhos de carácter científico, designadamente *A Associação Antrectomia-Vagectomia Selectiva no Tratamento Cirúrgico da Úlcera Duodenal*, que fora a sua tese de licenciatura (Coimbra, 1964) e, como co-autor, *Paraganglioma Maligno: Um Erro Terapêutico* (Porto, 1982).

FIGUEIREDO, Renato Pereira de (?) – *Aveiro, 1957* – Suplente. Não foi possível obter dados deste candidato.

FONSECA, António Albano Pardete da (1941-?) – *Lisboa, 1969, CEM* – Nasceu em Lisboa a 30 de Julho de 1941. Concluiu o curso de serviço social do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Fez parte da Frente da Juventude Lusitana e foi redactor e, depois, director, do gabinete de imprensa da Causa Monárquica. Foi também um dos fundadores da Liga Popular Monárquica e da Renovação Portuguesa e presidente da Secção de Juventude da Causa Monárquica. Foi um dos redactores do documento intitulado «O Problema do Ultramar – Uma Posição Portuguesa», publicado, em 1963, pelo Instituto António Sardinha. A sua vida profissional levou-o a trabalhar no Brasil, onde foi director de uma empresa internacional de produtos de beleza, com a qual já trabalhava em Portugal. Colaborou em diversos jornais e revistas, principalmente sobre temas de juventude e ultramarinos.

FONSECA, Lília da (1916-1991) – *Lisboa, 1957* – Nome literário de Maria Lígia Valente da Fonseca Severino. Nasceu em Benguela, Angola, em 21 de Maio de 1916 e faleceu em Lisboa a 14 de Agosto de 1991. Frequentou o Liceu Infanta D. Maria, em Coimbra, e a Escola Carolina Michæelis, no Porto. Fixou-se, depois, em Luanda, onde começou a trabalhar, como jornalista, no diário *A Província de Angola*, jornal de que foi mais tarde correspondente em Lisboa, quando se radicou na capital. Em Novembro de 1945, foi uma das signatárias de um manifesto de intelectuais em que se protestava contra «as limitações de toda a espécie» de que a sua actividade era objecto. Fundou, em 1950, a revista *Jornal-Magazine da Mulher*, de que foi directora até ao último número, em 1956, e onde defendeu a renovação dos temas literários infantis e juvenis. A partir de 1958, começou a concretizar a ideia da criação de um grupo teatral que apresentasse espectáculos para crianças: seria o Teatro de Fantoques de Branca Flor – para o qual escreveu várias peças –, cujo primeiro espectáculo se realizou em 6 de Janeiro de 1962 na Sociedade Nacional de Belas Artes. O grupo apresentou-se em escolas, colónias de férias, bairros pobres da periferia de Lisboa e em teatros de província e representou Portugal em festivais internacionais de teatro de fantoches. Algumas das suas obras foram adaptadas à rádio e transmitidas pela Emissora Nacional, a rádio oficial. Como bolseira da Fundação Gulbenkian, visitou vários países para contactar com os seus teatros de marionetas e respectivos marionetistas. Publicou numerosas obras literárias, designadamente vários

trabalhos sobre a situação social da mulher, mas, principalmente, romances e literatura infantil, como *Os Companheiros de Bonifácio* (Lisboa, 1963), *Lagartinha da Couve* (Lisboa, 1945), *O Relógio Parado* (Lisboa, 1961) e *Os Pontos nos i i*, 2 vols. (Lisboa, 1964). Foi premiada nos Jogos Florais da Emissora Nacional nos quatro anos em que concorreu.

FRANÇA, Alberto Manuel Pereira (1927-1991) – *Porto, 1969, CEUD* – Nasceu na freguesia do Bonfim, no Porto, a 18 de Julho de 1927 e faleceu na mesma cidade a 18 de Maio de 1991. Não foi possível obter outros dados deste candidato.

FRANÇA, Olívio da Silva (1901-1981) – *Porto, 1953; 1961; 1965* – Nasceu em Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, a 11 de Dezembro de 1901 e faleceu em 1981. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e, depois, passou a exercer a advocacia. Fez parte dos corpos directivos do Clube Fenianos Portuenses e desempenhou diversos cargos na Ordem dos Advogados, designadamente vogal do Conselho Distrital do Porto (1948-1950) e delegado às assembleias-gerais em dois triénios: 1957-1959 e 1966-1968. Em 1945, foi, com António Macedo, um dos relatores da sessão realizada no cinema Olímpia para criação do MUD, organização de cuja comissão distrital do Porto viria a fazer parte. Foi também membro do MUNAF, do Directório Democrato-Social e da União Socialista. Foi preso em 9 de Novembro de 1945 para «averiguações», tendo sido solto a 15 e levado a tribunal, que o absolveu. Todavia, em Maio de 1946, voltou a ser preso por, na qualidade de membro da Comissão de Trabalhadores Democráticos do Porto, ter assinado um documento intitulado «Proclamação à Classe Operária». Foi julgado em Maio do ano seguinte e condenado a 15 dias de prisão correcional, remíveis em multa. Em 1947, subscreveu, com outros membros da comissão central do MUD, uma representação ao ministro da Justiça de protesto contra as deportações para o Tarrafal de alguns grevistas dos Estaleiros Navais de Lisboa. Em Março de 1950, foi julgado, juntamente com o eng. António Rica Gonçalves e com os drs. Ruy Luís Gomes, António Macedo e Mário Cal Brandão, por ter recusado entregar as listas de adesão ao MUD, mas foram todos absolvidos. Participou activamente em todas as campanhas eleitorais: foi membro da comissão distrital do Porto da candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República, contra cuja ida às urnas depois se manifestou, por considerar que não havia condições para fazê-lo. Em 1954, foi um dos subscritores de um pedido de autorização para a constituição, no distrito do Porto, de uma associação política denominada Centro Eleitoral Democrático e, em 1957, subscreveu uma representação ao Presidente da República pedindo autorização para a constituição da Causa Republicana. No mesmo ano de 1957, em Março, fora um dos primeiros dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE» e, em Outubro, foi um dos signatários de uma representação entregue ao Presidente da República, na qual se explicavam os motivos pelos quais a oposição não concorreria às eleições legislativas desse ano. Foi um dos subscritores do pedido de admissão da candidatura do almirante Quintão Meireles à chefia do Estado e fez parte da comissão de candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República (1958). Foi membro da Comissão Promotora do Voto e do Directório Democrato-Social.

Em 1960, fez parte da Frente Eleitoral Independente e, no ano seguinte, foi um dos subscritores do Programa para a Democratização da República, pelo que foi detido pela PI-DE e interrogado. Ao III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril de 1973, apresentou uma tese intitulada «As Raízes da Democracia». Depois do 25 de Abril, foi deputado pelo PPD à Assembleia Constituinte e na I Legislatura da Assembleia da República e foi um dos fundadores da ASDI, tendo desempenhado funções de vogal da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias.

FREITAS, António Maldonado (1910-1975) – *Leiria, 1965* – Nasceu nas Caldas da Rainha a 10 de Dezembro de 1910 e faleceu em 27 de Outubro de 1975. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Activo opositor à Ditadura Militar, foi um dos fundadores, em 1927, do Batalhão Académico Anti-Fascista e, em 1931, foi delegado à Federação Académica. Colaborador assíduo do jornal *Liberdade*, seria preso duas vezes, em 1931: a primeira, em Abril, por ter participado na invasão da Faculdade de Direito, onde estudava; a segunda, em Setembro, na sequência da revolta republicana de Agosto desse ano, tendo-lhe sido então fixada residência nas Caldas da Rainha, pelo que perdeu o ano por faltas. Mais tarde, abria escritório de advocacia naquela cidade. Em 1945, fez parte da comissão do MUD do distrito de Leiria. Posteriormente, apoiou todas as campanhas eleitorais da oposição, quer para a Assembleia Nacional, quer para a Presidência da República

FREITAS, Custódio Pereira Maldonado (1917-1994) – *Leiria, 1973* – Nasceu em Vila Nova da Rainha, Caldas da Rainha, a 28 de Março de 1917 e faleceu na mesma cidade a 6 de Outubro de 1994. Era filho do dr. Custódio Maldonado de Freitas que foi deputado do círculo de Alcobaça pelo Partido Democrático (1919) e pelo Partido Reconstituente (1922). Frequentou as Faculdades de Medicina do Porto, de Lisboa e de Coimbra, licenciando-se nesta última. Quando estudante, foi delegado eleito pelos estudantes da Universidade do Porto no protesto apresentado ao ministro da Educação Nacional contra o aumento das propinas. Em Lisboa, foi membro da direcção da Associação dos Estudantes da Faculdade de Medicina e participou, em 1947, no protesto estudantil contra o afastamento de vários professores daquela Faculdade, pelo que foi preso. Como médico, trabalhou durante alguns anos nos Hospitais Civis de Lisboa e no sanatório D. Carlos I, depois do que se fixou nas Caldas da Rainha, aí abrindo consultório. Foi preso duas vezes pela DGS, sendo julgado da segunda vez e absolvido. Foi membro da comissão coordenadora da secção de Segurança Social e Saúde do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em 1973, em Aveiro.

FRESCATA, Heliodoro Sebastião (1910-2008) – *Moçambique, 1969, CEUD* – Nasceu em Setúbal a 31 de Maio de 1910 e faleceu em Lisboa, a 21 de Junho de 2008. Licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas na Universidade de Coimbra e, depois, partiu para Angola, por ter sido nomeado chefe da Repartição dos Serviços Geográficos e Cadastrais de Luanda, cargo que não chegou a ocupar, devido a ter sido acusado pelo governo de ter «ideias subversivas». Começou então a dar aulas, como professor eventual, no Liceu Salvador Correia de Sá, de Luanda, mas, em 1958, apoiou o general Humberto Delgado na sua campanha para a Presidência da República, pelo que viria a ser expulso do ensino oficial no ano lectivo seguinte, ou seja, poucos meses depois das

eleições. Dedicou-se, então, ao ensino particular até que, em 1961, seguiu para Moçambique. Esteve primeiro na Beira e, depois, fixou-se em Lourenço Marques – hoje Maputo –, conseguindo obter autorização para dar aulas no Liceu Salazar. Nessa cidade fundou, com o dr. Almeida Santos, a Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra. Regressou a Portugal em 1977 e ainda deu aulas durante um ano, depois do que se reformou.

FURTADO, Diamantino Augusto Teixeira (1913-1988) – *Viseu, 1965* – Nasceu em Veiga de Lila, Valpaços, a 14 de Maio de 1913, e faleceu em Mangualde a 5 de Fevereiro de 1988. Licenciou-se em Medicina na Universidade de Coimbra. Foi director de uma casa de saúde de Mangualde e, em 1976, foi designado presidente da Obra Social Beatriz Pais-Raul Saraiva.

FURTADO, Leonel de Melo (1913-1968) – *Horta, 1945* – Nasceu no Cais do Pico a 28 de Agosto de 1913 e faleceu no Estoril em 27 de Fevereiro de 1968. Fez os estudos secundários no Liceu da Horta e depois rumou a Coimbra, em cuja Universidade se licenciou em Filologia Germânica. Ainda estudante liceal, na Horta, dirigiu o «Cantinho dos Novos» no jornal *A Democracia* (1927/1928), usando então o pseudónimo Amel Rameau. Foi professor do ensino técnico e activo apoiante do movimento nacional-sindicalista em Coimbra. Foi depois nomeado leitor de Português na Universidade de Hamburgo, na Alemanha. De regresso a Portugal, enveredou pelo ensino técnico. Quando da sua candidatura à Assembleia Nacional, no diário *O Telegrafo*, da Horta, apareceu uma carta subscrita por «Um Grupo de Amigos» exortando-o a disputar as eleições contra o candidato da União Nacional: «É com grande alegria e esperança – lê-se na carta, publicada a 17 de Novembro – que vemos circular a lista B com o candidato aprovado dr. Leonel de Melo Furtado. É um filho do nosso distrito que nos compreende e ama [...] O dr. Leonel é um homem de querer forte e destemido. Precisamos dum deputado desta têmpera, já que o nosso distrito tem apenas um. O dr. Leonel tenha paciência porque o não podemos dispensar. Faialenses às urnas.» Todavia, desistiu, comunicando numa carta que essa desistência se fundamentava «no reconhecimento geral dos méritos do candidato da União Nacional», coronel Linhares de Lima. Apesar da desistência, recebeu 1525 votos dos eleitores.

GAMA, Jaime José Matos da (1947) – *Lisboa, 1969, CEUD* – Nasceu a 8 de Junho de 1947, no lugar da Senhora da Rosa, freguesia da Fajã de Baixo, concelho de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, Açores. Preso pela PIDE em 1965, ainda estudante liceal, em Ponta Delgada. Licenciou-se em Filosofia pela Universidade de Lisboa, foi professor do ensino secundário e universitário, redactor do diário *República* e colaborador de *O Tempo e o Modo*. Uma entrevista sua a Francisco Sá Carneiro esgotou o jornal no dia em que foi publicada, 11 de Janeiro de 1972, pelo que a Moraes a editou em opúsculo. Candidato a deputado pela CEUD (Lisboa) em 1969. No fim de Novembro do mesmo ano, assistiu em Roma, como observador, ao IX Congresso da União Internacional da Juventude Socialista. Em 2 de Abril de 1970 foi preso pela DGS, só sendo libertado no último dia desse mês e colocado seis meses em residência fixa. Membro da Acção Socialista Portuguesa desde 1968 e do Partido Socialista desde a sua fundação, em 1973, fez parte de várias das suas direcções nacionais. Foi secretário-geral adjunto da ASP no interior do país,

período em que coadjuvou Mário Soares, então secretário-geral no exílio. Participou no 25 de Abril na unidade em que prestava serviço militar (CICA2, Figueira da Foz). Em 1975, foi eleito deputado pelo círculo de Ponta Delgada à Assembleia Constituinte e depois, sucessivamente, deputado à Assembleia da República pelos Açores (1976-1983) e pelo círculo de Lisboa (1983-2009). Presidiu a várias comissões parlamentares: dos Assuntos das Regiões Autónomas (na Constituinte), dos Negócios Estrangeiros (I Legislatura), da Defesa (IV e V Legislaturas) e dos Assuntos Europeus e Política Externa (IX Legislatura), foi líder parlamentar do PS em 1991-1992 e 1994-1995 e ministro da Administração Interna no II Governo Constitucional (1978) e dos Negócios Estrangeiros nos IX (1983-1985) e XIII (1995-1999) Governos Constitucionais; no XIV (1999-2002), foi ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. No XIII Governo Constitucional foi também (1999) ministro da Defesa Nacional, em acumulação com os Negócios Estrangeiros. Em 16 de Março de 2005, foi eleito Presidente da Assembleia da República e, por inerência, membro do Conselho de Estado. Sob o título *A Política Externa Portuguesa*, foi publicada, em dois volumes, uma colectânea de artigos e entrevistas relativos à sua acção como ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (1995-1999 e 1999-2002).

GANTES, Manuel Vicente Ramalho (1926) – *Beja, 1969, CDE* – Nasceu na Vidiueira, distrito de Beja, a 12 de Setembro de 1926. Iniciou os estudos de Direito na Universidade de Lisboa, vindo a transferir-se para Coimbra, onde participou activamente na vida académica, designadamente na luta contra o decreto 40.900 (1956) que mobilizou os estudantes em defesa dos seus direitos associativos. Participou também, activamente, na intervenção das Repúblicas e do Conselho das Repúblicas nas eleições da direcção da Associação Académica de Coimbra. Simultaneamente, participou nas actividades oposicionistas, ligado ao MUD Juvenil e ao Partido Comunista Português. Integrou-se nos órgãos regionais e central da candidatura do dr. Arlindo Vicente e veio a contribuir para a unificação dessa candidatura com a do general Humberto Delgado. Fixou-se, depois, em Lisboa, continuando os estudos na Faculdade de Direito, pela qual se licenciou, e, simultaneamente, começou a trabalhar, primeiro como auxiliar de investigação no Centro de Documentação Científica Ultramarina (1960-1964) e depois como documentalista do Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Gulbenkian (1964-1974). Continuou a participar nas actividades e lutas académicas em Lisboa na primeira metade de 1960. Em 1968, integrou o núcleo fundador do movimento oposicionista que, durante mais de um ano, se reuniu regular e secretamente para em 1969 se apresentar aberta e legalmente às eleições legislativas, como Movimento Democrático Português – Comissão Democrática Eleitoral (MDP-CDE), em que foi candidato suplente por Beja. Logo a seguir ao 25 de Abril, foi presidente da comissão administrativa da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa. Manteve o exercício da advocacia até 1975, altura em que pediu a suspensão na Ordem dos Advogados por ter sido nomeado delegado da Secretaria de Estado do Trabalho em Beja. Durante o período em que dirigiu a delegação, desencadeou-se por todo o Alentejo o processo da Reforma Agrária. Dada a importância da delegação na intervenção dos conflitos laborais surgidos e, na sequência de queixas e denúncias foi-lhe, como delegado, em 1976, instaurado um processo de investigações por uma comissão de inquérito nomeada pelo ministro, com suspensão de funções. A comissão apresentou, passados nove meses, um relatório concluindo que, nada se provando

das acusações feitas, propunha que o inquirido fosse transferido de Beja para Lisboa. Assim não o entendeu o ministro e, por despacho, deu instruções àquela comissão para que retomasse os trabalhos, procurasse novos factos e aprofundasse os existentes. A suspensão de funções era agora acompanhada de suspensão de vencimentos. Passados mais nove meses, após novas investigações feitas em todo o Baixo Alentejo e com interrogatórios e declarações de todos os agentes e funcionários da delegação, a comissão concluiu, mais uma vez, não encontrar matéria para penalizar o delegado e retomou a proposta da transferência para Lisboa. Em resultado, o ministro despachou que «...nada constando em prejuízo do funcionário, lhe fossem pagos todos os retroactivos a que tivesse direito e, ficava dispensado do serviço porque já não se justificava a sua continuação em funções». Em face de tal despacho, recorreu para o Supremo Tribunal Administrativo, produzindo um acórdão de reintegração no Ministério do Trabalho, com pagamento de todos os retroactivos. Entretanto, aceitara um convite para trabalhar em Moçambique, como jurista, no Ministério da Indústria e Energia (1979-1983), depois na Secretaria de Estado da Indústria Ligeira e Alimentar (1983-1987). Regressou a Portugal, ao fim de mais de sete anos, e retomou funções no Ministério do Trabalho (então Ministério do Emprego e Segurança Social) como conciliador de conflitos emergentes de problemas laborais, até se reformar, em 1996. Certos aspectos da sua actividade política são referidos por Alberto Vilaça (*O MUD-Juvenil em Coimbra e De Memória em Punho*), por José Pacheco Pereira (*Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*) e por João Alves Falcato «O Acordo Arlindo Vicente/Humberto Delgado» na *Seara Nova*, n.º 1691.

GARÇÃO, Fernando de Sande Salema Mayer (1903-1987) – **Lisboa, 1953** – Nasceu em Lisboa a 21 de Abril de 1903 e faleceu na mesma cidade em 23 de Março de 1987. Era filho de um destacado jornalista republicano, Mayer Garção, e licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa, exercendo depois a advocacia. Foi membro da Comissão Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, entre 1942 e 1947. Em 1918, fez parte da Liga Nacional da Mocidade Republicana e, em 1924, ainda estudante, foi presidente do directório da União da Mocidade Republicana. Em 8 de Outubro 1945, aderiu publicamente ao MUD, na sessão em que esse movimento foi constituído, realizada no Centro Republicano Almirante Reis. Viria a ser eleito para a sua Comissão Central em Novembro desse mesmo ano. Foi um dos subscritores de várias representações ao chefe do Estado de protesto, entre outras, contra a censura à imprensa, contra a existência da colónia penal do Tarrafal, contra o encerramento das sedes do MUD e contra a demissão dos profs. Mário de Azevedo Gomes e Bento de Jesus Caraça, todas em 1946, ano em que foi preso pela primeira vez por ter assinado o documento intitulado «O MUD e a admissão de Portugal na ONU. Seria solto no dia imediato, depois de pagar uma caução. Em 1948 e em 1951 apoiou, em intervenções públicas, respectivamente as candidaturas do general Norton de Matos e do almirante Quintão Meireles à Presidência da República. Em 1950, fez parte da Comissão Nacional para a Defesa da Paz e, em Fevereiro de 1953, foi eleito vogal do conselho jurídico da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem. Nesse mesmo ano, subscreveu duas representações ao Presidente da República – então, o general Craveiro Lopes – pedindo autorização para o funcionamento legal da Comissão Promotora do Voto, que pretendia garantias para a realização das eleições legislativas desse

ano. Em 1955, fez parte da comissão redactora dos estatutos da Causa Republicana, que pretendia reunir os elementos da oposição. Foi vogal da comissão central da Frente Nacional Liberal e Democrata (1956) e, em 1957, membro do Directório Democrato-Social e um dos primeiros signatários da exposição enviada ao Presidente da República, no dia 1 de Outubro, explicando os motivos pelos quais a oposição não se apresentava a sufrágio. Em 1958, abandonada a intenção de apresentar o almirante Quintão Meireles às eleições presidenciais, fez parte da comissão central da comissão de candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». Fez parte do directório da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem. Foi, em Novembro de 1960, um dos subscritores da representação entregue ao Chefe do Estado, almirante Américo Thomaz, solicitando o seu apoio ao pedido de autorização da realização de um congresso de democratas, e, em 1961, subscreveu o Programa para a Democratização da República, pelo que seria preso e interrogado pela PIDE.

GARRETT, Francisco Xavier de Proença de Almeida (1883-1971) – *Castelo Branco, 1949* – Nasceu na freguesia da Sé Velha, em Coimbra, a 2 de Fevereiro de 1883 e faleceu em Tortosendo a 26 de Março de 1971. Assentou praça em Abril de 1901, como voluntário, para servir 15 anos e obteve imediatamente uma licença para estudos na Universidade de Coimbra, onde se licenciou em Matemática, Astronomia e Geofísica. O curso de Engenharia Militar foi concluído na Escola do Exército, sendo então promovido a cadete (1 de Novembro de 1908). Em Agosto de 1910, foi requisitado para desempenhar uma comissão de serviço dependente do Ministério da Marinha e Ultramar: chefe de via e obras dos Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques. Já tenente, voltou a Lisboa, em Setembro de 1911, a fim de fazer o tirocínio para o posto imediato, mas requereu autorização para gozar no estrangeiro a sua licença disciplinar, tendo partido para Paris, onde se manteve até ao fim do ano, apresentando atestados médicos que lhe permitiram depois obter uma licença para tratamento. Regressou a Portugal, foi promovido a capitão em 1913 e, no ano seguinte, em 31 de Outubro, o Ministério da Guerra deu ordem à Polícia Cívica para o capturar e pôr incomunicável no quartel do Carmo, «por se encontrar envolvido nos últimos acontecimentos» (tentativa revolucionária de 21 de Outubro), mas não foi encontrado. Exilara-se em 5 de Dezembro de 1914 e, completado o tempo de ausência necessário para constituir deserção, foi abatido ao efectivo do exército. Em Junho de 1918, apresentou-se voluntariamente no Quartel-General da 1.ª Divisão do Exército, sendo então julgado como desertor, crime que o Tribunal Territorial de Lisboa considerou não existir. Pediu a demissão do exército em Abril de 1919, alegando não só encontrar-se doente mas também pretender apresentar-se como candidato por Guimarães às eleições legislativas. Fixou residência em Tortosendo, dedicando-se à administração das suas propriedades agrícolas. Em 1930, foi presidente da Comissão Reorganizadora do Sindicato Agrícola da Covilhã, em Março de 1931 foi designado presidente da Comissão Distrital de Castelo Branco da União Nacional e, em Novembro seguinte, foi presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal da Covilhã, cargo a que resignou em Julho de 1934. Foi eleito deputado à Assembleia Nacional em 1934, cumprindo o mandato até ao fim. Foi-se afastando

progressivamente dos círculos do poder e candidatou-se à Assembleia Nacional na lista oposicionista independente, encabeçada por Pequito Rebelo.

GIL, Paulino dos Santos (1884-?) – *Moçambique, 1945* – Nasceu na Moita do Norte, concelho de Vila Nova da Barquinha, Santarém, a 28 de Agosto de 1884. Chegou a Lourenço Marques em 1903 e empregou-se no comércio. Foi guarda-livros numa empresa de construção civil que tinha também a seu cargo os serviços de limpeza da cidade. Em 1912, foi nomeado chefe dos Armazéns Gerais dos Caminhos-de-Ferro mas regressou ao comércio ao fim de algum tempo e arrematou, em hasta pública aberta pela Câmara Municipal, os serviços de limpeza da capital moçambicana. Em 1915, assinou, com os empreiteiros Bucellato e Tonetti, um contrato – outorgado pelo governo local – para a drenagem e aterro do pântano de Machaquene. Entre 1916 e 1918, fez parte, como vogal, das direcções da Câmara de Comércio e, posteriormente, exerceu outros cargos na Mesa da Assembleia-Geral. Foi presidente da Câmara do Comércio de Lourenço Marques, presidiu, no biénio 1937-1938, ao Grupo Desportivo de Lourenço Marques, hoje Grupo Desportivo de Maputo, e foi também editor do diário *Lourenço Marques Guardian*. Publicou um trabalho intitulado *A Atitude do Governo da Colónia de Moçambique Perante a Aplicação do Novo Código do Trabalho Indígena: Alguns Actos Administrativos* (Lourenço Marques, 1930). Em Maputo existe uma rua com o seu nome.

GOMES, Alfredo Vieira (1872-?) – *Braga, 1961, Lista B* – Nasceu a 19 de Janeiro de 1872. Foi comerciante e industrial hoteleiro. Católico, durante dez anos foi provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga. Embora nunca se tivesse filiado em qualquer partido político, foi amigo pessoal dos drs. Afonso Costa e Álvaro de Castro. No curto período em que durou a Monarquia do Norte (Março de 1919) esteve preso no Porto.

GOMES, João José (1912-2003) – *Guarda, 1969, CDE* – Nasceu em Avelãs da Ribeira, Guarda, a 26 de Julho de 1912 e faleceu em Lisboa a 23 de Maio de 2003. Fez os estudos secundários na Guarda e em Viseu e depois licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Frequentou também Filologia Clássica na mesma Universidade mas não completou o curso. Enquanto estudante foi dirigente da Associação Académica, então presidida por Ferrer Correia, membro do Orfeão Académico e militante da Acção Democrática. Em Novembro de 1934, foi nomeado subdelegado do procurador da República na comarca de Celorico da Beira, no ano seguinte tomou posse como ajudante de notário na Guarda e entre 1936 e 1937 foi conservador do Registo Civil em Vila Nova de Constância, começando depois a exercer a advocacia na Guarda. Ligado aos movimentos oposicionistas e ostensivamente favorável aos republicanos espanhóis, tornou-se suspeito à polícia política, então denominada PVDE, que, em 1939, chegou a fazer buscas no seu escritório e na sua residência. Em 1945, aderiu ao MUD, de cuja comissão distrital da Guarda fez parte em 1949. Apoiou a candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República e defendeu a sua ida às urnas, contrariando a posição dos que pretendiam a desistência. Em 1954, fez parte da grande comissão nacional organizadora da Causa Republicana, de cujo directório foi membro, e em 1956 participou no almoço de confraternização realizado em Lisboa, durante o qual foram aprovadas as bases para a formação de comissões eleitorais em todos os distritos, com vista às eleições legislativas de 1957,

independentemente da actividade desenvolvida pela Comissão Promotora do Voto, tendo sido eleito para a Comissão de Honra que encabeçara as actividades dessas comissões eleitorais. Em 1958, foi membro da comissão central de candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República e presidente da comissão distrital da Guarda de apoio a essa candidatura, tendo participado em várias sessões de propaganda nos distritos de Viseu e da Guarda. Participou no II Congresso Republicano de Aveiro, em 1959, e no III Congresso da Oposição Democrática, também realizado em Aveiro, em 1973. Depois do 25 de Abril de 1974, leccionou, no Liceu Nacional da Guarda, até 1978, a cadeira de Introdução à Política e foi presidente da primeira direcção da delegação distrital da Guarda da Cruz Vermelha Portuguesa. Em Dezembro de 1976 foi eleito deputado municipal na lista do Partido Socialista. Foi subdirector da Segurança Social no distrito da Guarda e em Julho de 1983 tomou posse do cargo de governador civil da Guarda, funções que desempenhou até Dezembro de 1985. Fez parte das comissões de honra das candidaturas à Presidência da República dos drs. Mário Soares (1991) e Jorge Sampaio (1996 e 2001). Foi delegado às assembleias-gerais da Ordem dos Advogados (1954-1962) e delegado na comarca da Guarda (1958-1965). Recordando a sua figura, a Câmara Municipal da Guarda publicou, em 2009, um livro com prefácio do dr. Almeida Santos.

GOMES, João Maria Paulo Varela (1924) – *Lisboa, 1961* – Nasceu em Lisboa em 24 de Maio de 1924. Frequentou o Colégio Militar e o Curso de Artilharia, na antiga Escola do Exército. Prestou serviço em Goa (1948-1950) e serviu em unidades de Artilharia em Santarém, Setúbal, Cascais e Lisboa. Em 1957, então com a patente de capitão, concluiu o curso geral do Estado-Maior. Fez parte do Movimento Nacional Independente, estrutura militar de apoio à candidatura do general Humberto Delgado, pelo que seria desterrado para os Açores, e participou no movimento conspiratório que ficou conhecido por revolta da Sé (Março de 1959). Em Agosto de 1961, foi colocado nos Serviços Sociais das Forças Armadas e, no fim desse ano, apresentou-se às eleições para deputados. Foi designado chefe militar do assalto ao quartel de Beja, na noite de 31 de Dezembro de 1961 para 1 de Janeiro de 1962, onde foi gravemente ferido. Em Julho de 1964, foi julgado em Tribunal Plenário e condenado à expulsão do exército e a seis anos de prisão, pena que cumpriu no Forte de Peniche, saindo em Janeiro de 1968 mas com quatro anos de residência fixa. Em 1973, colaborou activamente na campanha para as eleições legislativas de Novembro desse ano, as últimas do Estado Novo. Depois do 25 de Abril, foi promovido a coronel e desempenhou cargos de responsabilidade, designadamente na Comissão de Extinção da PIDE/LP e na 5.^a Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas, até que, depois do 25 de Novembro de 1975, foi de novo expulso do Exército e teve que se exilar em Angola e em Moçambique até Setembro de 1979, ano que foi amnistiado e pôde regressar a Portugal, sendo depois reintegrado no Exército. Reformou-se em 1984. Em Janeiro de 1988, assinou, com sua Mulher, um protesto entregue na Assembleia da República intitulado «Pensões Vitalícias para Fascistas, Colonialistas e Arrependidos Políticos». Na revista *Versus*, de cujo conselho de redacção faz parte, publicou diversos

trabalhos e é autor de algumas obras, como *Tempo de Resistência* (Lisboa, 1980), colecção de cartas que dirigiu à sua família enquanto esteve preso, e *Sobre os Golpes Contra-Revolucionários do 11 de Março e do 25 de Novembro de 1975* (Lisboa, 1980), *Guerra de Espanha – Achegas ao Redor da Participação Portuguesa* (Lisboa, 1987).

GONZALEZ, Luís Alberto Mayor (1946) – *Moçambique, 1969, CEUD* – O facto de ter um nome estrangeiro deu pretexto às autoridades para exigirem a todos os candidatos desse ano um «certificado de nacionalidade», o que inviabilizou as candidaturas. Era ainda estudante universitário quando se candidatou.

GORJÃO, Maria Helena Augusto das Neves – v. **NEVES**, Helena.

GOUVEIA, Acácio Augusto Cardoso de (1900-1974) – *Lisboa, 1953; 1965* – Nasceu em Caria, concelho de Moimenta da Beira, a 17 de Setembro de 1900 e faleceu em Lisboa a 17 de Dezembro de 1974. Tirou os cursos da Escola Normal Primária, de habilitação ao Magistério Primário Superior e de Direito, respectivamente na Escola de Magistério Primário de Vila Real, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e na Faculdade de Direito de Lisboa, de cuja associação académica foi presidente. Enquanto aluno da Faculdade de Letras do Porto, foi director da revista literária *Húmus* e editor do jornal académico *A Garrocha*. Como professor dos ensinos primário e técnico-profissional, dirigiu o jornal pedagógico *O Professor Primário*. Representou o professorado de Viseu no conselho federal da União dos Professores Primários e foi secretário do ministro da Instrução Pública, António Abranches Ferrão (7 de Julho a 22 de Novembro de 1924) e vogal da comissão de livros e programas do mesmo Ministério. A sua principal actividade foi sempre a advocacia, tendo sido vogal, em 1961, do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados. Foi director e vice-presidente da direcção do Montepio Geral e vice-presidente da assembleia-geral dos Bancos Português do Continente e Ilhas e do Atlântico. Participou sempre nas campanhas eleitorais realizadas depois de 1945, nomeadamente na defesa das candidaturas da oposição às eleições presidenciais de 1949, 1951 e 1958. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE» e, também, um dos primeiros signatários da exposição enviada ao Presidente da República no dia 1 de Outubro, explicando os motivos pelos quais a oposição não se apresentava a sufrágio. Foi um dos subscritores do Programa para a Democratização da República, documento elaborado no seu escritório onde também se fez a sua apresentação pública, em Maio de 1961. Foi, por isso, detido, julgado e condenado a quatro meses de prisão. Foi de novo candidato às eleições de 1965. Fez parte da Acção Democrato-Social, substituindo na presidência o eng. Cunha Leal, falecido em 1970, e, em 1974, pouco antes de falecer, aderiu ao Partido Popular Democrático (PPD).

GOUVEIA, José Augusto (1922-1993) – *Lisboa, 1969, CDE* – Nasceu em Maçores, Torre de Moncorvo, a 28 de Junho de 1922 e faleceu em Lisboa a 26 de Agosto de 1993. Motorista de uma empresa de petróleos, fez parte dos quadros dirigentes do MUD e do MND e trabalhou nas candidaturas à Presidência da República do general Norton de Matos, do prof. Ruy Luís Gomes (de cujos serviços de candidatura foi delegado em Moscavide), do dr. Arlindo Vicente e, depois da desistência deste, do general Humberto Delgado. Em 9 de Junho foi preso pela PIDE, por «suspeita de se dedicar a actividades

subversivas» e de ser membro do Partido Comunista, mas foi solto a 28 do mesmo mês por falta de provas.

GRALHEIRO, Jaime Gaspar (1930) – *Viseu, CDE, 1969* – Nasceu em Macieira, freguesia de Sul, concelho de S. Pedro do Sul, Viseu, a 7 de Julho de 1930. Fez os estudos liceais em Lamego e no Porto e licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Enquanto estudante colegial, foi dirigente da Juventude Escolar Católica e pertenceu à Conferência de S. Vicente de Paulo. Na Universidade, fez parte da Tuna Académica e ajudou a fundar o CITAC. Concluído o curso e o estágio de advocacia, montou escritório em S. Pedro do Sul e interveio em milhares de processos por todo o país, especializando-se nas questões de baldios, direitos reais e acidentes de trânsito. No III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril de 1973, apresentou uma tese intitulada «A Crise Agrária ou a Contra-Prova de uma Política». Quando advogado na região de Lafões, participou na organização de palestras para a divulgação, no distrito de Viseu, das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*. Depois do 25 de Abril de 1974, foi o primeiro presidente da comissão administrativa da Câmara de S. Pedro do Sul, que foi obrigado a abandonar no «Verão Quente» do ano seguinte. Dessa experiência, nasceu a peça teatral *Arraia Miúda* (Porto, 1976). Foi cabeça de lista do MDP/CDE às eleições para a Assembleia Constituinte, pelo distrito da Guarda, e, entre 1976 e 1990, foi candidato nas eleições legislativas pelo distrito de Viseu, normalmente como cabeça de lista, pelas coligações do Partido Comunista com outras forças de esquerda (FEPU, APU e CDU) mas nunca foi eleito. Em Janeiro de 1978, assinou um manifesto dirigido «Ao Povo Português», protestando contra o governo de coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático-Social, que estava prestes a constituir-se. Concorreu também, várias vezes, às eleições autárquicas em S. Pedro do Sul e foi eleito em 1978 mas como lhe fosse recusado o pelouro da Cultura e lhe tivesse sido atribuído o das Feiras, Mercados e Cemitérios, considerou-se agravado e demitiu-se. Foi delegado da Ordem dos Advogados na comarca de S. Pedro do Sul, entre 1969 e 1983, e delegado na delegação da mesma comarca entre 1993 e 1995. Como jurista, escreveu *Comentário à(s) lei(s) dos Baldios* (Coimbra, 1990) e *Comentário à Nova Lei dos Baldios* (Coimbra, 2002), além de diversos artigos técnicos em revistas da especialidade. Colaborou em numerosos jornais, como *Diário de Lisboa*, *O Diário*, *República*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Fundão*. Foi vice-presidente da mesa da assembleia-geral da Sociedade Portuguesa de Autores, entre 1985 e 1997. Dramaturgo e encenador, colaborou também na fundação de «O Cénico – Grupo de Teatro Popular de S. Pedro do Sul». Escreveu numerosas peças teatrais (foi considerado, em 1978, o autor português mais representado), tais como, *Paredes Nuas* (1962), *Belchior* (1963) e *Ramos Partidos* (1964), reunidas em *Teatro* (Viseu, 1967), *O Fosso* (Fundão, 1972), *Arraia Miúda* (Porto, 1977), *Na Barca com Mestre Gil* (Lisboa, 1978), *Vieram Para Morrer* (Lisboa, 1978) e *Onde Vaz, Luís?* (Lisboa, 1983). Em 2009, publicou um livro de contos: *A Caminho do Nunca? Ou «Minha Loucura Outros que me a Tomem»*. Em 1998, foi-lhe atribuído o «Prémio de Mérito Artístico» do Ministério da Cultura e o «Prémio de Carreira» da Sociedade Portuguesa de Autores. A sua obra tem sido objecto de teses universitárias, em Portugal, como, por exemplo, em Aveiro, em 1999, *Jaime Gralheiro: O Teatro Resistente – estudo da fase realista da sua obra*, de Maria Alice Leite de Pinho e Silva, e no Brasil (Universidade de São Paulo).

GRANJA, Berta Pereira – v. **MONTEIRO**, Berta

GUERREIRO, Zacarias da Fonseca (1891-1978) – *Faro, 1957* – Nasceu em Santiago, Tavira, a 19 de Abril de 1891 e faleceu em Faro a 24 de Janeiro de 1978. Seu pai, José Diogo Guerreiro, foi o primeiro governador civil do distrito de Faro após a proclamação da República e até Setembro de 1911. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e, quando estudante, pertenceu ao Corpo Republicano Académico de Coimbra e dirigiu, com Fernando Araújo, o jornal académico *A Revolta*, que fora fundado pelo dr. Ramada Curto. Lavrador, advogado, foi presidente da Câmara Municipal de Tavira entre 1916 e 1918, administrador do concelho e, em 1925, deputado do Partido Democrático por Faro. Quando da revolta de Fevereiro de 1927, fez parte, com Frederico António de Abreu Chagas e Francisco Martins Entrudo Júnior, de uma junta revolucionária que obrigou o chefe da secretaria da Câmara Municipal de Tavira a dar-lhes posse, acto anulado dias depois. Exilou-se então em Espanha mas quando voltou a Tavira não foi incomodado. Viria, porém, a ser detido em 31 de Maio de 1933, sob a acusação de estar envolvido em «manejos revolucionários» contra o governo, mas uma semana depois foi solto por «insuficiência de provas». Em 1945, aderiu ao MUD, de cuja comissão concelhia de Tavira fez parte, e em 1949 foi um dos membros da comissão concelhia de Tavira dos serviços de candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República. Em 1957, fez parte da Comissão Promotora do Voto de Tavira, com vista às eleições de Novembro para a Assembleia Nacional, em que viria a ser candidato. No ano seguinte, foi escolhido para a Comissão Nacional Pró-Candidatura do eng. Cunha Leal à Presidência da República e, depois da desistência deste, deu o seu apoio ao dr. Arlindo Vicente. Em 1961, foi um dos subscritores do Programa para a Democratização da República, pelo que seria detido e interrogado pela PIDE.

GUIMARÃES, Horácio António Simões da Costa (1948) – *Porto, 1973* – Nasceu na Póvoa do Varzim em 6 de Maio de 1948. Licenciou-se em Engenharia Electrotécnica no Instituto Superior de Engenharia do Porto. Foi dirigente estudantil, na Academia do Porto, em 1968 e 1969, presidente do organismo associativo dos estudantes do Instituto Industrial do Porto e membro da Comissão Nacional de Estudantes durante a crise de 1969. Devido à sua actividade neste período, foi preso pela PIDE, acusado de ser militante clandestino do Partido Comunista, e espancado durante os interrogatórios. Libertado ao fim de três meses, com a chegada ao poder de Marcello Caetano, foi mobilizado para a Guiné, onde passou dois anos (1970-1972), depois de um período de preparação na Escola Prática de Artilharia em Vendas Novas, onde encontrou outros dirigentes estudantis da crise de 1969 que, como ele, haviam sido mobilizados para o exército. Colocado na Guiné, foi destacado para um posto junto à fronteira com o Senegal mas recusou combater o PAIGC, no que foi acompanhado pelo seu pelotão. Os guerrilheiros guineenses eram autorizados a passar livremente e as munições eram gastas em tiros disparados para o mato. De regresso à sua unidade, aí desenvolveu acções de debate e propaganda contra a guerra que lhe custaram dois processos disciplinares, mais tarde arquivados. Regressado a Portugal em meados de 1972, reatou a actividade política e foi um dos organizadores do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro em Abril de 1973.

Candidato a deputado nesse mesmo ano, centrou os seus discursos na condenação da guerra, pelo que era sistematicamente interrompido pela polícia. Em Março de 1974, refugiou-se em casa de familiares do Prof. Ruy Luís Gomes, evitando, assim, ser apanhado na vaga de prisões desencadeada nessa altura pelo regime contra membros da oposição. Foi um dos fundadores do MDP-CDE, de que foi dirigente nacional, responsável pela zona norte do país durante 1974 e 1975. Quando o MDP-CDE passou a partido político, retomou a sua militância no Partido Comunista, a que aderira em 1967, tendo sido dirigente regional e, mais tarde, membro do seu Comité Central. Nos anos 80, foi eleito deputado à Assembleia Municipal do Porto pela CDU. Afastou-se da actividade política em 1989, depois da queda do muro de Berlim, em divergência pública com a direcção do PCP. Deu então início à sua actividade profissional, tendo sido professor do ensino secundário e director e administrador de diversas empresas.

GUIMARÃES, João Alberto Correia (1896-1967) – *Porto, 1953* – Nasceu na freguesia do Bonfim, Porto, a 24 de Abril de 1896 e faleceu em 14 de Junho de 1967. Licenciou-se em Medicina pela Universidade do Porto. Em 15 de Dezembro de 1922, foi nomeado director do Posto Antropométrico da Polícia do Porto, lugar em que se manteve até à sua extinção. Deveria ter sido colocado na primeira vaga correspondente à sua categoria, de acordo com um decreto que nunca foi cumprido, apesar de os tribunais darem razão às suas reclamações. A situação foi por ele descrita num opúsculo intitulado *A Minha Razão* (Porto, 1960) que reúne todos os documentos relativos ao caso, incluindo exposições dirigidas ao próprio Presidente do Conselho, para as quais nunca teve resposta. Em 1957, foi um dos signatários de uma representação entregue no dia 1 de Outubro ao Presidente da República, na qual se explicavam os motivos pelos quais a oposição não concorreria às eleições legislativas desse ano. Colaborou em jornais republicanos e deixou vários trabalhos, designadamente: *Breve Contribuição para o Estudo dos Asmáticos no Porto* (Lisboa, 1957), *A Minha Razão* (Porto, 1960), *Asma, Bronquite Crónica e Enfisema Pulmonar* (Porto, 1963), *Alergia aos Medicamentos na Prática Clínica* (Porto, 1964), *Estará a Alergia Ultrapassada?* (Porto, 1969) e *O Nosso Século* (Porto, 1979).

HENRIQUES, Manuel Louzã (1933) – *Coimbra, 1961* – Nasceu no Coentral, Castanheira de Pêra, a 6 de Setembro de 1933. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra, tendo-se especializado em Psiquiatria. Quando estudante, e já membro do Partido Comunista Português, pertenceu à Tuna Académica e ao Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, de que foi presidente. Em 1958, participou activamente na candidatura do dr. Arlindo Vicente e, depois da desistência deste, na do general Humberto Delgado. Era ainda estagiário quando foi preso pela PIDE, em 1962, sob a acusação de «actividades subversivas» e de ligação ao Partido Comunista. Foi julgado em Abril do ano seguinte, só tendo sido libertado em 1965 mas com residência fixa em Coimbra e medidas de segurança. Repetiu o estágio e apresentou a sua tese de licenciatura – «As Concepções Materialista, Positivista e Evolucionista e a Psiquiatria Portuguesa» –, tendo sido convidado para assistente do prof. dr. Nunes Vicente, processo inviabilizado pela PIDE, pelo que teve de optar pela actividade privada. Interessado pelos assuntos etnográficos, reuniu importante espólio que ofereceu à Lousã e com o qual se constituiu o

«Museu Etnográfico Dr. Louzã Henriques». Em Coimbra, constituiu-se também, com a sua colecção, um núcleo museológico de instrumentos populares musicais. Tanto sobre estes temas culturais, como sobre temas profissionais, tem proferido diversas conferências. Em 2009, a Ordem dos Médicos atribuiu-lhe a Medalha de Mérito, tanto pela sua actividade profissional, como pelo envolvimento político e pelo trabalho cultural nos campos da etnografia e da antropologia. Na revista *Arunce*, Manuela Almeida Ferreira publicou um artigo intitulado *O potencial museológico do Museu Etnológico da Lousã, a colecção particular do dr. Louzã Henriques* (Lousã, 1997).

HENRIQUES, Mário Ventura (1936-2006) – *Évora, 1969, CDE; 1973* – Nasceu em 1936 e faleceu em 16 de Junho de 2006. Frequentou as escolas Machado de Castro e Marquês de Pombal mas deixou os estudos para se dedicar ao jornalismo, tendo começado a sua vida profissional, em 1958, no vespertino *Diário Popular*, de Lisboa. Fez parte do conselho de redacção da revista *Seara Nova* e em 1975 era redactor do *Diário de Notícias*. Em 1977, fundou o semanário *Extra*, que dirigiu até ao seu desaparecimento, no ano seguinte. Voltou ao *Diário de Notícias* em 1979, aí se conservando até 1988. Desde 1968, e durante cerca de 20 anos, foi correspondente de jornais espanhóis, tendo dirigido a edição portuguesa da revista *Cambio 16*. Fez parte da direcção do Sindicato Nacional dos Jornalistas no biénio 1961-1962. Em 1972, foi preso pela DGS por terem sido encontrados no seu automóvel os dez mil exemplares de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», que também subscrevera. Em 1973, apresentou ao III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril, uma tese intitulada «A Censura como Arma de Repressão Política». No mesmo ano, criou o jornal *A. E. Actividades Económicas*, que teria Herberto Goulart como director e foi proibido logo depois da apresentação do número 0. Entre 1993 e 2000, foi correspondente do *Diário de Notícias* em Madrid. Romancista com várias obras publicadas, quase sempre abordando a temática alentejana, foi galardoado com o Prémio de Ficção Pen Club, em 1986 e 1991, e com o Prémio Cidade de Lisboa, este pelo romance *Vida e Morte dos Santiagos*. Presidente da Associação Portuguesa de Escritores entre 1990 e 1992, e director da Agência Noticiosa Europa Press, dedicou-se também ao cinema, devendo-se-lhe o Festival de Cinema de Tróia (Festroia), entre outras iniciativas. Ligado ao Partido Comunista, participou activamente nos trabalhos preparatórios das candidaturas a deputados em 1961 e 1965, foi candidato por Évora em 1969 e suplente na lista do mesmo círculo em 1973. Entre 1994 e 1997, foi presidente da Assembleia Municipal da Amadora. Das obras que publicou, destacam-se *A Noite da Vergonha* (Lisboa, 1963), que foi o seu primeiro romance, *O Despojo dos Insensatos* (Lisboa, 1968), *Vida e Morte dos Santiagos* (Lisboa, 1985) e *Évora e os Dias da Guerra* (Lisboa, 1991).

HONRADO, Fernando de Moraes Sarmiento (1936) – *Lisboa, 1969, CEM* – Nasceu na freguesia da Ajuda, em Lisboa, a 18 de Janeiro de 1936. Estudou Direito na Universidade de Lisboa, onde se licenciou, e em Salamanca, mas dedicou-se à actividade industrial. Foi dirigente de organizações monárquicas estudantis, como a Frente de Juventude Lusitana. Foi redactor de *O Debate*, semanário oficioso da Causa Monárquica, vice-presidente da direcção e, depois, presidente do conselho fiscal do Centro Nacional de Cultura, e um dos fundadores da Renovação Portuguesa. Trabalhou activamente na campanha

eleitoral para deputados à Assembleia Nacional, em 1961, integrado no grupo de monárquicos independentes. Em 1965, foi signatário do documento de oposicionistas católicos que ficou conhecido por «Manifesto dos 101». Com Fernando Amado, foi um dos fundadores da Casa da Comédia. Colaborou em vários jornais e revistas, particularmente de índole cultural, e publicou diversos trabalhos, como *Da Ericeira a Gibraltar Vai Um Rei: A Queda da Monarquia* (Lisboa, 1993), *Os Fuzilados de Outubro: Lisboa, 1921* (Lisboa, 1995), com colaboração de Maria Manuela de Moura, e *José Anastácio Honrado – 1901-1961: Um Industrial e Uma Indústria em Lisboa* (Lisboa, 2002), com colaboração de Maria Honrado.

HORTAS, Francisco José Fernandes (1926) – *Porto, 1969, CDE* – Nasceu no Porto em 1926. Foi, em Braga, onde então residia, membro da primeira comissão distrital do MUD-Juvenil e, como seu delegado, fez parte da comissão distrital de Braga do MUD e do seu secretariado, entre 1946 e 1948. Participou nas comissões de apoio às candidaturas à Presidência da República do general Norton de Matos e do almirante Quintão Meireles. Entre 1958 e 1964, viveu em África. De regresso a Portugal, fixou residência em Rio Tinto, exercendo a profissão de técnico de contas.

JANUÁRIO, Luís (1950) – *Coimbra, 1973* – Nome profissional de Luís Carlos Januário Santos. Nasceu em Coimbra a 16 de Dezembro de 1950. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra. Foi membro da comissão instaladora da Associação Académica de Coimbra, em 1970, e membro eleito suplente da direcção da mesma associação, em 1971, ano em que aquela associação académica foi encerrada, tendo sido então preso e julgado no Tribunal Plenário do Porto, que o absolveu. Era ainda estudante quando se candidatou à Assembleia Nacional, em 1973. Uma vez concluído o curso, foi assistente na sua Faculdade e exerceu a profissão na especialidade de Pediatria. Foi fundador e dirigente do Sindicato dos Médicos da Zona Centro, presidente e membro da direcção do Colégio de Pediatria da Ordem dos Médicos (1995-1998), membro da Comissão Nacional da Mulher e da Criança (1996-1999 e 2002-2006). Em 1999, foi eleito director do Hospital Pediátrico de Coimbra, cargo que desempenhou até 2003. É, desde 2007, presidente da Sociedade Portuguesa de Pediatria. Foi membro do Partido Comunista entre 1969 e 1981, partido de que depois se afastou, tendo-se apresentado como candidato independente pelo Bloco de Esquerda às eleições legislativas de 2005. Publicou alguns trabalhos na área científica, designadamente nas revistas *Saúde Infantil* e *Acta Pediátrica*. É autor de um blogue: «Anaturezadomal». Sobre a sua actividade política quando estudante, refere-se-lhe a obra de Rui Bebiano e Manuela Cruzeiro *Anos Inquietos – Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra* (Porto, 2005).

JORGE, Álvaro Pinto Fernandes (?) – *Aveiro, 1953, Lista Nacionalista* – Engenheiro civil. Não foi possível obter dados deste candidato.

LARANJEIRA, Flávio Beleza (1941) – *Coimbra, 1973* – Nasceu na freguesia de Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis, a 3 de Abril de 1941 e licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra. Médico pediatra nos Hospitais da Universidade de Coimbra. Trabalhou na CDE de Coimbra e participou no III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril de 1973. Depois do 25 de Abril, foi

o primeiro presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Aveiro. Foi director do mensário *O Azemel*, que se publicou em Oliveira de Azeméis entre 1977 e 1982. Com Lúcia Lopes e Norberto Teixeira Santos, publicou um trabalho científico intitulado *Notas sobre Leucemia Mielóide na Criança – Apresentação de um Caso de Cloroma* (Porto, 1979).

LEAL, Francisco Pinto da Cunha (1888-1970) – *Angola, 1945; Castelo Branco, 1949; Vila Real, 1949; Lisboa, 1953* – Nasceu em Pedrógão, Penamacor, em 22 de Agosto de 1888 e faleceu em Lisboa a 26 de Abril de 1970. Fez os estudos liceais em Castelo Branco e, depois, em Lisboa, frequentou a Escola Politécnica, entre 1905 e 1908. Ingressou seguidamente na Escola do Exército onde, em 1912, concluiu os cursos de Engenharia Militar e de Engenharia Civil e de Minas. Promovido a alferes, foi colocado nos serviços de Torpedeiros e de Pontoneiros e, em seguida, já tenente, serviu em Angola, tendo sido nomeado chefe de brigada nos caminhos-de-ferro (1914-1915). Entre 1911 e 1914, colaborou no *Intransigente*, de Machado Santos. Em 1917, já capitão, fez parte do Corpo Expedicionário Português enviado para França, quando Portugal declarou guerra à Alemanha. Regressou a Portugal em 1918 e foi nomeado director-geral dos Transportes Terrestres. Nesse ano, apoiou Sidónio Pais e ligou-se ao Partido Republicano Centrista (fundado em 20 de Outubro de 1917) que depois deu lugar ao Partido Nacional Republicano. Entre 1918 e 1919, foi deputado eleito pelo círculo da Covilhã. Esteve implicado numa revolta militar que eclodiu em 1919 contra o governo de Tamagnini Barbosa (7 a 27 de Janeiro de 1919), tendo passado alguns meses na prisão, até ser reabilitado e nomeado director-geral de Estatística. Nas eleições de 1919, voltou a ser eleito deputado, agora pelo círculo eleitoral de Angola. Foi ministro pela primeira vez, com a pasta das Finanças, no governo do dr. Álvaro de Castro (20 a 30 de Novembro de 1920), do qual transitou, com a mesma pasta, para o governo do tenente-coronel Liberato Pinto (30 de Novembro a 2 de Março de 1921). Em 1921, voltou a ser eleito deputado por Angola, fazendo então parte do grupo parlamentar do Partido Liberal Republicano, de que foi líder. A 19 de Outubro de 1921, arriscou a vida, e ficou ferido, na tentativa de salvar o então Presidente do Ministério, António Granjo, seu adversário político mas que se refugiara em sua casa e viria a ser assassinado no Arsenal da Marinha, uma das vítimas da Noite Sangrenta. Nas eleições de 1922 e de 1925 foi de novo eleito deputado, respectivamente por Chaves e por Vila Real, agora nas listas do Partido Nacionalista. Presidente do Ministério e ministro do Interior (16 de Dezembro de 1921 a 6 de Fevereiro de 1922) e outra vez ministro das Finanças (15 de Novembro a 17 de Dezembro de 1923), entre 1924 e 1925 foi Reitor da Universidade de Coimbra, cargo de que foi afastado por suspeita de ter apoiado a revolta de Abril desse ano, tendo sido preso durante alguns meses, até Setembro. Ainda em 1925, foi nomeado vice-governador do Banco Nacional Ultramarino e, pouco depois, fundou a União Liberal Republicana, partido que no 28 de Maio de 1926 apoiou a facção do almirante Cabeçadas e a instauração da Ditadura Militar. Demitiu-se do Exército, com a patente de capitão, em Junho de 1926 e foi nomeado para diversos cargos públicos: governador do Banco de Angola (1926 e 1927-1930), delegado de Portugal à Conferência Económica Internacional de Genebra (1927) e membro do comité consultivo da organização económica da Sociedade das Nações (1928). Partidário

da autonomia administrativa e financeira de Angola, no princípio de 1930, começou a criticar o Acto Colonial e, em particular, a política financeira colonial de Salazar, o que lhe valeu ser exonerado, preso e deportado, em Maio, para os Açores, depois, em Outubro, para a Madeira, de onde se evade no fim desse ano, instalando-se em Espanha, onde prosseguiu a sua actividade contra a Ditadura: primeiro em Sevilha, onde procurou obter apoios para um movimento revolucionário em Portugal, depois na Corunha, em 1931, tendo sido delegado da oposição à conferência de Beirys, na Galiza, promovida por Bernardino Machado, onde se procurou congraçar os diferentes movimentos oposicionistas. A amnistia de Dezembro de 1932 permite-lhe regressar a Portugal. Conspira com os nacional-sindicalistas de Rolão Preto até que, em Maio de 1935, por decisão do Conselho de Ministros, foi proibido de residir no território nacional durante dois anos. O pretexto foi o banquete do primeiro aniversário da revista *Vida Contemporânea*, que fundara, e as declarações aí proferidas, mas, na realidade, pela sua actividade com vista à revolta que devia eclodir no Verão de 1935 e que ficou conhecida como «revolta Mendes Norton». Regressou, amnistiado, no ano seguinte. No início da II Guerra Mundial, foi um dos interlocutores da oposição do interior com os aliados. Em 1945, admitiu candidatar-se à Assembleia Nacional pela Madeira mas apresentou-se por Angola, numa lista que não chegou a ser entregue. Em 1949, antes de ser indigitado por Castelo Branco, estava numa lista de Vila Real que não foi aceite, sob o pretexto oficial de que não fora possível obter certidão de eleitor de outro dos candidatos, o padre João Vaz de Amorim. A partir do final dos anos 40, ao mesmo tempo que se afastava dos movimentos oposicionistas que se criaram, incluindo republicanos e comunistas, como o MUNAF e o MUD, assumia uma posição cada vez mais crítica em relação ao regime. Fez parte, isso sim, do Directório Democrato-Social (que juntava republicanos, socialistas e social-democratas) e nas eleições de 1951 para a Presidência da República apoiou o almirante Quintão Meireles. Em 1952, foi preso, devido a declarações que fez no julgamento de Henrique Galvão. Foi candidato a deputado nas eleições de 1953 mas recusou a candidatura à Presidência da República que, em 1958, lhe propuseram os comunistas e alguns sectores da esquerda. Em 1969, dirigiu um «Saudação» ao II Congresso Republicano de Aveiro, na qual fez votos para que «a República, embora evolucionando, saiba subsistir com as características fundamentais do seu modo de ser». Foi director do diário *O Popular* (Janeiro-Agosto de 1920), órgão do Grupo Parlamentar Popular e, a partir de 26 de Maio, órgão do Partido Republicano Popular, de *A Noite*, órgão da União Liberal Republicana, e de *O Século* (Outubro de 1922-Março de 1923). Além de muitos artigos esparsos por diversos jornais, proferiu numerosas conferências e deixou escritas várias obras sobre questões políticas, económicas e financeiras em geral, como: *Calígula em Angola* (Lisboa, 1924), *Eu, Os Políticos e a Nação* (Lisboa, 1926), *A Obra Intangível do Dr. Oliveira Salazar* (Lisboa, 1930), *Oliveira Salazar; Filomeno da Câmara e o Império Colonial Português*, (Lisboa, 1930), *Ditadura, Democracia ou Comunismo* (Lisboa, 1931), *A Técnica e as Transformações Sociais Contemporâneas* (Lisboa, 1933), *Peregrinações através do Poder Económico* (Lisboa, 1960), *O Colonialismo dos Anticolonialistas* (Lisboa, 1961), *Ilusões Macabras* (Lisboa, 1964) e *As Minhas Memórias*, 3 vols. (Lisboa, 1966-1968). Sobre Cunha Leal, Luís Farinha publicou *Francisco Pinto Cunha Leal, Intelectual e Político: Um Estudo Biográfico* (Lisboa, 2003) e *Cunha Leal, Deputado e Ministro da República – Um Notável Rebelde* (Lisboa, 2009).

LERENO, Álvaro Paiva Almeida – (1882-?) – **Cabo Verde, 1945** – Nasceu na Ilha Brava, Cabo Verde, a 4 de Outubro de 1882. Em Novembro de 1918, ingressou no Banco Nacional Ultramarino como praticante para gerente. Desempenhou seguidamente funções de gerente em Angola, na Guiné e em Cabo Verde, tendo recebido dois louvores pelas boas gerências que exerceu. Foi depois promovido a inspector e em 1956 chegou a inspector-geral. Deixou alguns trabalhos, designadamente *Subsídios para a História da Moeda em Cabo Verde* (Lisboa, 1942) e *Regime Bancário na Guiné*, comunicação ao congresso comemorativo do V Centenário do Descobrimento da Guiné. Em Maio de 1944, apresentou ao II Congresso da União Nacional um estudo intitulado «Possibilidades Económicas de Cabo Verde em relação ao Golfo da Guiné e Territórios Franceses e Ingleses da Costa de África». Publicou também um *Dicionário Corográfico do Arquipélago de Cabo Verde* (Lisboa, 1952).

LHAMAS, Arnaldo Ângelo de Brito (1914-1991) – **Aveiro, 1957** – Nasceu em Vila Nova de Gaia, a 15 de Janeiro de 1914 e faleceu em 29 de Setembro de 1991. Licenciado em Direito, exerceu a profissão de advogado. Foi também conservador do Registo Predial. Em 1957, foi candidato suplente por Aveiro às legislativas desse ano. Depois do 25 de Abril, foi eleito deputado pelo PPD à Assembleia Constituinte e pelo PSD para as I, III, IV e V Legislativas. Foi delegado da Ordem dos Advogados na comarca de Arouca, nos triénios 1969-1971, 1974-1976, 1981-1983 e 1984-1986.

LIMA, Francisco Marques (1896-1975) – **Aveiro, 1969, CDE** – Nasceu em Águeda a 29 de Abril de 1896 e faleceu em 2 de Agosto de 1975. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Quando estudante, teve de interromper o curso para prestar serviço militar (1917-1918), tendo então frequentado a Escola de Guerra. Já oficial do Quadro Permanente, serviu como alferes dos Serviços de Administração Militar na guarnição de Aveiro e foi voluntário na coluna militar que saiu a combater as forças da Monarquia do Norte que se encontravam na região de Águeda. Regressado à Universidade concluiu o curso e passou a advogar na comarca de Águeda. Em 1922, foi promovido a tenente e, em Setembro de 1929, a capitão. Em 1927, foi designado professor na Escola Central de Sargentos, aquartelada em Águeda, mantendo-se nessas funções durante mais de 30 anos, mesmo depois de ter passado à reserva, em 1937. Reformou-se em 1966. Em 1969, o seu nome foi indicado como candidato às eleições legislativas mas foi recusado pelo governador civil.

LIMA, João Alexandre de Sá (1912-1993) – **Castelo Branco, 1961** – Nasceu na freguesia de Cogula, Trancoso, a 12 de Janeiro de 1912 e faleceu a 13 de Dezembro de 1993. Licenciado em Medicina pela Universidade do Porto, foi médico no Hospital da Misericórdia da Covilhã.

LIMA, Lino Carvalho de (1917-1999) – **Braga, 1969, CDE** – Nasceu na freguesia de Campanhã, no Porto, a 21 de Fevereiro de 1917 e faleceu em 7 de Janeiro de 1999. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e depois abriu escritório de advocacia em Vila Nova de Famalicão, onde viveu até Agosto de 1975. No «Verão Quente» desse ano, o seu escritório foi assaltado e vandalizado por manifestantes anticomunistas,

pelo que se retirou para o Porto. Aderiu ao Partido Comunista em 1941, o ano da sua formatura. Teve responsabilidade no MUNAF e foi membro da comissão central do Movimento Nacional Democrático e do MUD. Em Dezembro de 1944, foi preso pela PVDE e processado sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista mas foi abrangido pela amnistia de Outubro de 1945. Colaborou activamente nas várias candidaturas presidenciais apoiadas pelo Partido Comunista, designadamente a do prof. Ruy Luís Gomes, a cuja comissão central de candidatura pertenceu, tendo sofrido ferimentos nos incidentes que se verificaram depois de um comício realizado em Rio Tinto. Dedicou-se ao estudo dos problemas económicos, particularmente os da indústria têxtil, tendo participado em diversos colóquios e congressos. Em 1948, colaborou com o dr. Armando de Castro no trabalho intitulado «A Política Económica do Governo Salazarista», publicado no jornal *Eleições Livres*, editado, em Setembro daquele ano, pela comissão distrital de Braga de apoio à candidatura presidencial do general Norton de Matos. Em fins de Novembro de 1952, foi detido por ter dirigido ao ministro da Justiça um telegrama a propósito das greves de fome que detidos políticos em Peniche estavam a fazer, como protesto pelo castigo que lhes fora imposto por terem recusado uma refeição, alegando que a carne estava estragada. À polícia, recusou prestar quaisquer declarações, afirmando que só o faria em tribunal. Juntamente com o dr. Victor de Sá, redigiu o «Programa» apresentado pelos candidatos do círculo de Braga às eleições para deputados de 1957 e o manifesto dirigido «Aos Portugueses», datado de 31 de Janeiro de 1959 e que recolheu uma centena de assinaturas, a primeira das quais a do major Miguel Ferreira. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência, pedindo um «inquérito à PIDE». Participou no I e II congressos republicanos de Aveiro (1957 e 1969) e entre um e outro foi mais uma vez preso pela PIDE (Junho a Agosto de 1958). Participou, em 1960, no Colóquio sobre a Posição de Portugal perante a Cooperação das Economias Europeias. É autor de um trabalho intitulado *A Crise da Indústria Têxtil Algodoeira* (1967), tema a que voltou no ano seguinte numa conferência-colóquio realizada no Porto. Em Abril de 1968, esteve outra vez preso, agora «para averiguações de crime contra a segurança do Estado»; nada se tendo provado, foi solto três semanas depois, embora com termo de identidade e residência até o processo ser arquivado, em 6 de Julho seguinte. No mesmo ano, proferiu, no Porto, uma conferência intitulada «Alguns Problemas da Industrialização em Portugal». Com a ajuda do dr. Cunha Coelho, conseguiu refazer, no Movimento Nacional Democrático, a unidade no distrito de Braga, quebrada pela divisão entre CEUD e CDE. Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS, e por isso interrogado. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, e estava indicado para fazer parte da redacção do jornal *A. E. – Actividades Económicas*, de que seria director o dr. Herberto Goulart e que fora organizado pelo jornalista e escritor Mário Ventura Henriques e proibido logo que foi apresentado o número 0. Depois do 25 de Abril, foi deputado do Porto pelo Partido Comunista, nas três primeiras legislaturas da Assembleia da República, tendo sido eleito como seu representante no Conselho Superior de Magistratura, de que fez parte durante quase uma década. Foi delegado às assembleias-gerais da Ordem dos Advogados entre 1972 e 1974.

Em 1991, sob o pseudónimo de José Ricardo (que era o seu pseudónimo como militante do Partido Comunista), publicou *Romanceiro do Povo Miúdo – Memórias e Confissões* (Lisboa, 1991), obra autobiográfica com particular importância para a história da oposição em Braga. Em 1996, foi distinguido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão com a medalha de ouro do município, que no mesmo ano editou os *Discursos e Debates na Assembleia da República*, que teve prefácio de Álvaro Cunhal. Foi, com Armando Bacelar, autor do catálogo da exposição Testemunhos de Luta pela Liberdade, realizada pelo Município famalicense em 1992.

LIMA, Manuel de Aguiar Campos de (1916-1996) – *Faro, 1957; 1969, CDE* – Nasceu na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, em Lisboa, a 8 de Junho de 1916 e faleceu a 25 de Janeiro de 1996. Era filho do advogado e escritor João Evangelista de Campos Lima. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa, tendo frequentado depois o curso de Ciências Históricas e Filosóficas. Desde 1945 que participou activamente em todos os movimentos de oposição ao Estado Novo (em Maio de 1948 foi preso, acusado de ser membro do Partido Comunista), tendo sido um dos promotores da candidatura do dr. Arlindo Vicente à Presidência da República, em 1958. Radicou-se no Algarve em 1952, exercendo a advocacia em Portimão. Fez parte da comissão organizadora do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro em 1973. Tem colaboração ensaística e crítica em numerosos jornais e revistas e publicou vários contos, inseridos na corrente neo-realista. Foi director do semanário *O Diabo*, no último ano da sua existência e até ser proibido pelos serviços de censura, em 1940.

LIMA, Olga Sousa (?) – *Ponta Delgada, 1973* – Não foi possível obter dados desta candidata.

LINO, José Maria Roque (1938) – *Lisboa, 1973* – Nasceu na freguesia de S. Vicente da Beira, Castelo Branco, a 23 de Outubro de 1938. Entre 1963 e 1965, combateu em Angola como alferes miliciano e, depois de regressar, licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa, passando a exercer a advocacia a partir de 1971. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril, ao qual apresentou uma tese intitulada «Inexistência de Liberdade Religiosa em Portugal». Membro da Acção Socialista Portuguesa desde 1971, foi um dos fundadores do Partido Socialista, em Bad Münstereifel, na Alemanha, em Abril de 1973. Nesse mesmo ano participou no movimento unitário MDP-CDE, nas eleições de 1973, e foi advogado de defesa de vários candidatos da oposição que haviam sido levados para Caxias por estarem a distribuir propaganda eleitoral e que só foram libertados poucas horas antes do início da campanha, alguns mediante uma caução de vinte mil escudos. Depois do 25 de Abril, participou numa vigília em Caxias que se prolongou pela madrugada do dia 27 a aguardar a libertação dos presos políticos, um dos quais era seu constituinte. Membro da Comissão Nacional de Eleições em 1976, secretário de Estado da Comunicação Social entre Março de 1977 e Agosto de 1978, vereador suplente da Câmara Municipal de Lisboa entre 1979 e 1982. Foi eleito deputado nas listas do Partido Socialista pelo distrito de Castelo Branco na legislatura intercalar de 1983-1985 e candidato pelo mesmo

distrito e pelo mesmo partido em 1985 mas não foi eleito. Entre 1990 e 1992, foi vereador da Câmara Municipal de Loures e presidente do conselho de administração dos respectivos serviços municipalizados, eleito pelo PS como cabeça de lista, e, entre 1993 e 1995, foi membro da Assembleia Municipal de Loures pelo mesmo partido. Colaborou frequentemente em diversos jornais, como *República*, *Diário de Notícias* e *Capital*. Neste último diário foi colaborador semanal, entre 1985 e 1993. Consultor jurídico da Ordem dos Farmacêuticos desde 1974 e seu membro honorário desde 2004, é autor de diversos estudos na área do Direito Farmacêutico e proferiu diversas palestras, cujos textos foram publicados no boletim daquela Ordem e numa revista da especialidade. Esteve também ligado ao desporto, tendo sido vice-presidente da assembleia-geral (1979-1982) e vice-presidente (1982-1984) do Sporting Clube de Portugal. Desempenhou diversos cargos na Ordem dos Advogados: membro da Comissão dos Direitos do Homem, no triénio 1981-1983, e vogal do Conselho Distrital de Lisboa, no triénio 1984-1986. No congresso do Partido Socialista, realizado em Espinho, no início de 2009, foi eleito para a Comissão Nacional de Jurisdição, para a qual já fora eleito em congressos anteriores.

LOJA, António Egídio Fernandes (1934) – *Funchal, 1969, CDE* – Nasceu na freguesia de Santa Luzia, Funchal, em 22 de Dezembro de 1934. Licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade de Coimbra. Foi gerente comercial e professor do ensino secundário na Madeira e presidente, em 1976, da Escola Francisco Franco. Foi também presidente da direcção do Cineclube do Funchal. Entre Setembro de 1974 e Abril de 1975, presidiu à comissão administrativa da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. Em 1976, foi eleito deputado da Madeira à Assembleia da República pelo PPD. Passou a independente em 27 de Março de 1979 e aderiu à ASDI em 13 de Julho do mesmo ano. Foi director da Escola Comercial e Industrial do Funchal. Em 2005, foi suplente na lista do PS às eleições para a Assembleia da República. Foi membro da Comissão Política da Comissão Regional do Partido Socialista da Madeira. Colaborou em diversos jornais e revistas, designadamente na *Seara Nova*. Entre os trabalhos de História que publicou, contam-se *A Luta pelo Poder Contra a Maçonaria* (Lisboa, 1986) e *Crónica de Uma Revolução – A Madeira na Revolução Liberal* (Funchal, 1986).

LOPES, Américo Freire (1892-?) – *Leiria, 1961* – Nasceu em Alvaiázere em 1892. Licenciou-se em Direito na Universidade Coimbra, tendo exercido advocacia na sua terra natal. Presidiu às comissões concelhias do MUD e às comissões de apoio às candidaturas à Presidência da República dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado.

LOPES, Armando dos Santos (1922) – *Viseu, 1969, CDE* – Nasceu em Mangualde a 30 de Outubro de 1922. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e instalou-se em Viseu a fim de exercer advocacia, profissão de que se reformaria em 1986. Participou activamente nas campanhas das candidaturas presidenciais dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado. Foi delegado da Ordem dos Advogados na comarca de Mangualde desde 1957 até 1983.

LOPES, Fernando da Costa Ferreira (1890-?) – *Coimbra, 1961* – Nasceu na freguesia de S. Bartolomeu, Coimbra, a 29 de Agosto de 1890. Licenciado em Direito pela

Universidade de Coimbra, exerceria a profissão de advogado. Em 1948, fez parte da comissão distrital de Coimbra dos serviços de candidatura do general Norton de Matos e, no ano seguinte, da comissão executiva da mesma candidatura. Todavia, seria um dos que votaria a favor da desistência do general, por falta de condições para disputar a eleição. Em 1954, fez parte da Grande Comissão Nacional Organizadora da Causa Republicana – dirigida pelo almirante Cabeçadas – e, depois, do respectivo directório. Em 1956, foi designado presidente da comissão autónoma do sector centro do país da Frente Nacional Liberal e Democrática, a que presidia o general Ferreira Martins. No mesmo ano, esteve no almoço em que foram aprovadas as bases para a formação de comissões eleitorais em todos os distritos, a fim de preparar as eleições legislativas do ano seguinte, independentemente da actividade da Comissão Promotora do Voto, e foi escolhido para a comissão de honra que encabeçaria a actividade daquelas comissões. Em 1957, na qualidade de membro do Directório Democrato-Social, foi um dos subscritores de uma representação enviada ao Presidente do Conselho, Salazar, dando-lhe conhecimento da decisão daquele Directório de não apresentar qualquer candidato às eleições presidenciais. No ano seguinte, fez parte da Comissão Nacional Pró-Candidatura à Presidência da República do eng. Cunha Leal. Não se concretizando esta candidatura, fez parte da comissão de candidatura do general Humberto Delgado. Em 1960, foi um dos subscritores de uma exposição ao chefe do Estado, solicitando o seu interesse para a realização de um Congresso dos Democratas e para a publicação de um semanário que difundiria os pontos de vista oposicionistas e, em 1961, foi um dos signatários do Programa para a Democratização da República, pelo que foi de novo detido pela PIDE e interrogado. Em 1961, o ano em que concorreu às eleições legislativas, foi o mandatário dos candidatos por Coimbra.

LOPES, Humberto Pereira Diniz (1919-1984) – *Santarém, 1973* – Nasceu na freguesia de Salvador, Santarém, a 17 de Outubro de 1919 e faleceu a 23 de Novembro de 1984. Fez o ensino secundário na sua terra natal e aos 14 anos já se manifestava contra o recém-criado Estado Novo, empoleirando-se em cima das carteiras para arengar aos colegas. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa com uma tese sobre a origem e evolução das formas de propriedade e da família. Aderiu ao Partido Comunista em 1942 e exerceu intensa actividade política na clandestinidade, com o pseudónimo de Júlio. Em Maio de 1945, começou a advogar em Santarém e foi membro do MUD, tendo sido encarregado de estabelecer os contactos com a comissão concelhia de Rio Maior. Todavia, em Junho de 1946 foi preso acusado de distribuir propaganda subversiva, pelo que foi julgado em tribunal plenário e condenado a dez meses de prisão por crime de conjuração (um crime contra a segurança do Estado). Em 1947, apresentou 4 trabalhos no Congresso Ribatejano realizado nesse ano, subordinados aos títulos «O Problema do Analfabetismo», «O Ensino Agrícola no Ribatejo», «Colectividades Desportivas de Um Novo Tipo» e «O Conhecimento da Terra Portuguesa, e em Especial do Ribatejo, Através dos Livros Adoptados». Em 1952, foi de novo processado pela PIDE, desta feita por ter sido um dos subscritores de um telegrama de protesto enviado às autoridades por ter sido servida carne estragada aos presos de Peniche, provocando um levantamento de rancho. Voltou a ser preso em 1953, de novo por ser membro do PCP e apoiar a candidatura

presidencial do prof. Ruy Luís Gomes, mas viria a ser absolvido em 1955. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Voltou a ser preso nesse ano, julgado por actividades subversivas praticadas dentro da própria prisão (o que levou o seu advogado, Salgado Zenha, a escrever que se era tão perigoso na cadeia o melhor era soltá-lo) e condenado a 2 anos e meio de prisão, seguidos de medidas de segurança por 3 anos, prorrogáveis, pelo que só foi libertado em 1963, mas com residência fixa em Santarém, única comarca em que podia advogar, e obrigatoriedade de abstenção de qualquer actividade política. Durante o tempo em que esteve preso, escreveu vários trabalhos de carácter jurídico, alguns dos quais foram distinguidos com o Prémio Alves de Sá, da Ordem dos Advogados, em 1959, 1960 e 1961. Em 1969, fez uma comunicação ao II Congresso Republicano de Aveiro, intitulada «Amnistia», na qual pretendia chamar a atenção para a necessidade de pôr termo à existência de presos políticos em Portugal; apresentou depois uma tese intitulada «Justiça Republicana». Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS e por isso interrogado. Depois do 25 de Abril, para além da sua actividade de advogado, foi dirigente do MDP e, nessa qualidade, participou nas recém-criadas associações de amizade com os países do Leste. Fez parte de uma comissão da Feira do Ribatejo, da Mesa da Misericórdia e da Assembleia Distrital. O seu nome foi dado a uma rua de Santarém. Foi membro da delegação de Santarém da Ordem dos Advogados entre 1972 e 1974 e deixou vasta colaboração na revista da Ordem dos Advogados e no *Jornal do Foro*.

LOPES, João Luís Madeira – v. MADEIRA LOPES

LOPES, José dos Santos (1916) – *Santarém, 1961* – Nasceu em Martingança, concelho de Alcobaça, a 23 de Fevereiro de 1916. Aos 13 anos começou a trabalhar como marçano em Coruche, onde adoeceu com sezões. Como o pai, ferroviário, se tivesse mudado para Alpedrinha, juntou-se-lhe e matriculou-se na Escola Industrial Campos e Melo, na Covilhã, onde permaneceu até ao 3.º ano. Foi então admitido como funcionário dos Caminhos-de-Ferro e pouco depois transferido para Lisboa. Sócio efectivo do Centro Escolar Republicano, começou a frequentar estudos liceais, mas quando se preparava para fazer os exames do 6.º ano adoeceu e esteve durante dois anos internado no Sanatório do Caramulo. Regressou ao trabalho e aos estudos mas foi promovido e transferido para a Régua, o que o levou a demitir-se, pois as novas funções exigiam trabalho nocturno que a sua saúde não permitia. Voltou então a Coruche onde desempenhou funções de guarda-livros numa casa comercial e agrícola.

LOPES, Manuel Jorge da Fonseca Tavares (1939) – *Guarda, 1969, CDE*, – Nasceu em São Vicente, Guarda, a 20 de Outubro de 1939. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Quando estudante, fez parte do conselho fiscal do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra e foi membro do conselho de redacção da *Via Latina*, além de dirigente de secções desportivas da Associação Académica. Advogado na sua cidade natal, participou na campanha do general Humberto Delgado para a Presidência da República, fazendo parte da Comissão de Propaganda de Coimbra.

LOPES, Óscar Luso de Freitas (1917) – Porto, 1973 – Nasceu em Leça de Palmeira, Matosinhos, em 2 de Outubro de 1917 e licenciou-se em Filologia Clássica na Faculdade de Letras de Lisboa e em Ciências Históricas e Filosóficas em Coimbra. A partir de 1941, foi professor liceal em Vila Real e no Porto. Em Março de 1955, foi preso para averiguações por «crimes contra a segurança do Estado», em Julho do mesmo ano foi libertado sob caução e, dois anos mais tarde, em Junho de 1957, foi julgado e absolvido. Em Junho de 1963, foi de novo detido pela PIDE mas por poucos dias. Militante comunista desde 1945, chegou a fazer parte, já depois do 25 de Abril, do Comité Central do Partido Comunista Português. Em 1969, fez parte da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e participou no II Congresso Republicano de Aveiro, onde apresentou – com Maria Cristina Araújo e Egito Gonçalves – uma tese intitulada «Perspectivas Democráticas da Literatura Portuguesa». Em 1973, seria candidato suplente às eleições legislativas pelo círculo do Porto. Com o 25 de Abril, foi integrado na Faculdade de Letras do Porto, de que seria director entre 1974 e 1976 e onde leccionaria até se jubilar, dez anos mais tarde. Em Janeiro de 1978, assinou um manifesto dirigido *Ao Povo Português*, protestando contra o governo de coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático-Social, que estava prestes a constituir-se. Colaborou em numerosos jornais e revistas e, durante muitos anos, fez regularmente crítica literária no diário *O Comércio do Porto*. De entre as suas numerosas obras, destaca-se a *História da Literatura Portuguesa*, cujas primeiras edições tiveram a colaboração de António José Saraiva, bem como *As Mãos e o Espírito* (Porto, 1958), *Ler e Depois* (Porto, 1969), *Gramática Simbólica do Português – Um Esboço* (Lisboa, 1971), *Uma Espécie de Música – A Poesia de Eugénio de Andrade* (Lisboa, 1981), *Antero de Quental – Vida e Legado de Uma Utopia* (Lisboa, 1983) e *Cifras do Tempo* (Lisboa, 1990). Recebeu diversos prémios literários

LOPES, Pedro Grangeon Ribeiro (?-1997) – Aveiro, 1953, Lista Nacionalista – Nasceu em Viseu e faleceu em 18 de Maio de 1997. Gerente bancário em Aveiro e dono de uma empresa de pesca na mesma cidade. Foi vereador na Câmara Municipal de Aveiro entre 1951 e 1954 e eleito para um segundo mandato que cumpriu até Agosto de 1955. Católico, foi um dos signatários de uma carta dirigida aos candidatos a deputados pelo círculo de Aveiro, em 1961. Em 1963, foi presidente do grupo desportivo Galitos de Aveiro. Em 1984, foi presidente da assembleia-geral da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.

LOUREIRO, Alfredo Misarela (1923-1992) – Coimbra, 1973 – Nasceu em S. Bartolomeu, Coimbra, a 7 de Abril de 1923 e faleceu na mesma cidade a 23 de Janeiro de 1992. Fez os estudos secundários em Coimbra e aderiu ao MUD-Juvenil, tendo depois participado activamente em todos os movimentos oposicionistas. Esteve preso pela PIDE durante um mês, entre Novembro e Dezembro de 1962. Foi antiquário, membro da direcção do Clube de Cinema de Coimbra, membro da direcção do seu grémio profissional e, entre 1969 e 1974, presidente da direcção do Ateneu de Coimbra. Entre 1976 e 1989, foi membro do Conselho Nacional do MDP e seu responsável distrital e, entre 1976 e 1992, foi deputado à Assembleia Municipal de Coimbra. Em 1983, foi candidato da APU pelo distrito de Coimbra às eleições para a Assembleia da República e, em 1989,

esteve na comissão de candidatura à presidência da Câmara Municipal de Coimbra (coligação PS-MDP).

LOUREIRO, Joaquim da Silva (1936) – *Braga, 1969* – Nasceu em Montes, Alcobaca, em 29 de Maio de 1936. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Aluno voluntário, exerceu pontualmente várias profissões, mas manteve-se sempre ligado às actividades da academia: pertenceu ao Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, entre 1958 e 1964, fez parte do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia-Geral da Associação Académica de Coimbra (1962/1963) e participou no «Conselho de Repúblicas» que, em 1960, foi determinante no apoio à eleição de Carlos Candal para presidente da Associação Académica de Coimbra. Apoiou a candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República, em 1958, e, durante a crise académica de 1960-1962, participou activamente nas manifestações estudantis, o que o levaria a ser duas vezes detido e identificado pela PIDE. Professor na Escola Técnica de Vila Nova de Famalicão em 1967-1968, enquanto fazia o estágio de advocacia no escritório do dr. Armando Bancelar, foi expulso da função pública, por decisão do Conselho de Ministros, devido às suas posições políticas. Já anteriormente havia sido impedido de concorrer a delegado do Ministério Público na comarca de Oliveira do Hospital, devido à informação da PIDE. Fez parte dos movimentos católicos, designadamente do GEDOC, que era liderado pelo padre Felicidade Alves, pertenceu às comissões políticas do MDP, tanto a nível local, como distrital e nacional, e participou nos II e III congressos oposicionistas de Aveiro. Em 1969, foi um dos dois escolhidos pela Comissão Eleitoral Democrática do distrito de Braga (o outro foi Manuel Ferreira da Cunha) como suplente à lista apresentada. Na qualidade de advogado, interveio em diversos processos julgados em tribunais plenários. Depois do 25 de Abril, deixou o MDP/CDE e aderiu ao Partido Socialista, em cujo primeiro congresso na legalidade participou activamente, tendo sido eleito para a comissão directiva e para a comissão nacional. Pertenceu à comissão administrativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, foi presidente da Assembleia Municipal e várias vezes eleito vereador pelo Partido Socialista, sendo actualmente vereador independente. Foi membro da comissão de assistência judiciária da Ordem dos Advogados (1968), participou em vários congressos da Ordem e presidiu à delegação concelhia da mesma Ordem entre 1987 e 1989. No Tribunal Europeu dos Direitos do Homem apresentou cinco queixas contra o Estado português, tendo obtido três condenações. Sobre o assunto, assinou na revista *Scientia Juridica* (1996) um trabalho intitulado *Convenção Europeia dos Direitos do Homem: Queixas contra o Estado Português*. Entre outros trabalhos de carácter jurídico, publicou *Agente Infiltrado? Agente Provocador!* (Coimbra, 1997), relativo à problemática do «agente provocador».

LOURINHO, Manuel Hermenegildo (1891-1979) – *Portalegre, 1945* – Nasceu em Portalegre a 13 de Março de 1891 e faleceu em 24 de Maio de 1979. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra. Em 1916, quando Portugal declarou guerra à Alemanha, ofereceu-se como voluntário para acompanhar as tropas portuguesas que partiam para França, tendo embarcado, como oficial médico miliciano, com o Regimento de Infantaria n.º 6. Esteve na batalha de La Lys, mantendo-se a trabalhar no posto de

socorros até ter sido preso pelos alemães. A sua conduta, valer-lhe-ia depois ser agraciado com a Cruz de Guerra de 3.^a classe. De regresso a Portugal, no fim de Janeiro de 1919, foi colocado em Portalegre e, em 1922, presidiu ao Grémio Transtagano. Foi também professor da Escola Primária Superior e médico do Hospital da Misericórdia (1924). Em 1927, estagiou nas faculdades de Medicina de Paris e de Berlim. Continuou depois a sua carreira médica em Portugal e desempenhou diversos cargos, como, em 1941, o de subdirector interino do Hospital Militar Principal, então a funcionar em Belém. Em Outubro de 1943, foi director do Hospital Militar Temporário (Júlio de Matos) e, em 1944, dirigiu também o serviço de infecto-contagiosos e o serviço de fisioterapia do Hospital Militar Principal. Em 1945, já tenente-coronel, o seu nome surge numa das duas listas apresentadas por Portalegre contra a lista da União Nacional. A lista em que o seu nome figurava foi, apesar da recusa do governador civil, aceite pelo Supremo Tribunal Administrativo; todavia, não chegou às urnas e viria, sim, a ser eleito para a Assembleia Nacional mas na lista da União Nacional, que incluía também o nome do dr. Ruy de Andrade, que figurara na mesma lista oposicionista e ainda numa outra. Foi deputado na IV e na V Legislaturas (1945-1953), mas continuaria a sua actividade médica. Em 1947, pediu para frequentar o Curso de Altos Estudos Coloniais. Republicano, quando da revisão constitucional de 1951 – ocasião em que a hipótese de restauração monárquica se levantou –, propôs que o Presidente da República fosse eleito pela Assembleia Nacional e pela Câmara Corporativa, só podendo ser destituído pelo Supremo Tribunal de Justiça, sob proposta do Parlamento. Uma situação que se verificaria depois das eleições presidenciais de 1958, as últimas directas no Estado Novo. Ainda deputado, passara à reserva em 25 de Novembro de 1950. Entre 1953 e 1955, foi governador civil de Portalegre. Em Julho de 1956, foi nomeado director do Dispensário Dr. António de Lencastre, dependente do Instituto Nacional de Assistência aos Tuberculosos. Como militar, passou à reforma, por limite de idade, em 1961.

MACEDO, António Cândido Miranda (1906-1989) – *Porto, 1961; 1965; 1973* – Nasceu em Valongo a 29 de Setembro de 1906 e faleceu em 9 de Junho de 1989. Fez algumas cadeiras na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mas foi em Direito que se licenciou pela mesma Universidade. Quando estudante, foi eleito secretário da direcção da Associação Académica de Coimbra (1930) e presidente do Centro Republicano Académico (1931). Participou também nas greves académicas de 1928 e de 1931 e foi então preso pela primeira vez, por dez dias, acusado de pretender participar na revolta frustrada que em 1931 pretendeu secundar, no Continente, a da Madeira. Advogado no Porto, desde 1932, interveio em numerosos processos por delitos políticos. Pertenceu aos quadros fundadores do Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista (1942), da União Socialista e da Acção Socialista Portuguesa. Foi um dos relatores da sessão realizada no Cinema Olímpia, em que foi criado o MUD, de cuja comissão distrital do Porto viria a fazer parte. Em Maio de 1946, foi preso por ter assinado um panfleto intitulado «Proclamação à Classe Operária», pelo que viria a ser julgado e condenado numa pena de prisão correcional convertida em multa. Com Agostinho Sá Vieira, elaborou os estatutos da União Democrática Portuguesa que apresentou a candidatura do general Norton

de Matos, numa tentativa para agrupar a oposição que não fazia parte do Movimento Nacional Democrático Em Março de 1950, foi julgado, juntamente com António Rica Gonçalves e com os drs. Ruy Luís Gomes, Mário Cal Brandão e Olívio França, por ter recusado entregar as listas de adesão ao MUD, mas foram todos absolvidos. Mais tarde, foi um dos criadores do Centro Eleitoral Democrático (1954), da Causa Republicana (1955) e da Comissão Promotora do Voto (1957). Pertenceu ao Directório Democrato-Social e participou em todas as campanhas eleitorais da oposição como elemento do MUD, que ajudou a criar no Porto e de cuja comissão distrital fez parte. Foi indigitado candidato pelo Porto nas eleições legislativas de 1953, mas não pôde aceitar, por motivos de saúde. Seria candidato em 1961, 1965 e 1973, embora não tivesse podido participar na última campanha, também por motivos de saúde. Foi igualmente membro das comissões distritais e executiva das candidaturas à Presidência da República dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado. Em 4 de Novembro de 1958, foi preso, acusado – juntamente com outros advogados – de pretender atentar contra o bom nome de Portugal porque, como um dos advogados de Maria Ângela Vidal Campos enviara um telegrama às Nações Unidas contra o Estado português e contra a PIDE, devido às condições em que se encontrava detida. Em 1960, fez parte da Frente Eleitoral Independente, criada no Norte do país. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE» e, no mesmo ano, subscreveu a representação enviada ao Chefe do Estado, no dia 1 de Outubro, explicando os motivos pelos quais a oposição não se apresentaria às eleições legislativas. Em 1961, subscreveu o Programa para a Democratização da República, pelo que foi preso e processado pela PIDE. Em 1964, aderiu à Acção Socialista Portuguesa e, em 1973, foi eleito presidente nacional do recém-fundado Partido Socialista Português. Nesse mesmo ano, foi um dos organizadores do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, ao qual apresentou uma tese intitulada «Do Sigilo da Correspondência», e candidato suplente às eleições legislativas. Depois do 25 de Abril, foi eleito pelo Porto à Assembleia Constituinte e para as quatro primeiras legislaturas da Assembleia da República, entre 1976 e 1987, abandonando então a actividade parlamentar. Foi mandatário do general Ramalho Eanes na sua primeira candidatura à Presidência da República. Eleito pela Assembleia da República, foi membro do Conselho Superior da Magistratura (1978-1981) e do Conselho de Estado (1983-1985). Desempenhou vários cargos na Ordem dos Advogados: membro (1948-1950) e vogal (1957-1959 e 1960-1962) do Conselho Distrital do Porto e delegado (eleito em 22 de Novembro de 1961) às assembleias-gerais da Ordem, depois do que foi membro (1963-1965) e vogal (1966-1968 e 1969-1971) do Conselho Superior da mesma Ordem. Foi também presidente da direcção do Ateneu Comercial do Porto e do Asilo de S. João e presidente das assembleias-gerais do Clube Fenianos Portuenses e do Círculo de Cultura Teatral. Colaborou em vários jornais e revistas, designadamente *República*, *Luta*, *Sol Nascente* e *Seara Nova* e publicou algumas obras como *Canta, Amigo, Canta* (Braga, 1972) e *Pequenas Histórias de Grandes Homens* (Lisboa, 1988).

MACHADO, Gilberto do Vale (1932) – *Braga, 1969, CENI* – Nasceu em Sendim, S. Nicolau, concelho de Cabeceiras de Basto, a 4 de Abril de 1932. Frequentou o Instituto Nun'Álvares, da Companhia de Jesus, nas Caldas da Saúde e licenciou-se em Direito

na Universidade de Coimbra, tendo sido vice-presidente da Associação Académica, na direcção eleita em 1957-1958. Iniciou a sua vida profissional como notário e conservador do Registo Civil, interino, de Barrancos, e como conservador do Registo Civil e Predial de Ponte da Barca, Viana do Castelo. Exerceu a profissão de advogado na comarca de Arcos de Valdevez e, em 1968, foi provido no cargo de conservador do Registo Predial de Vila Verde. Entre 1981 e 1983, foi delegado da Ordem dos Advogados na comarca de Arcos de Valdevez.

MACHADO, Júlio Augusto Morais de Montalvão (1928) – *Vila Real, 1969, CDE* – Nasceu na freguesia de São Pedro, Vila Real, a 27 de Julho de 1928. Completados os estudos secundários no Porto, licenciou-se em Medicina na Universidade da mesma cidade. Especializou-se em oftalmologia no Hospital de S. José, em Lisboa, e em 1957 fixou-se em Chaves, onde exerceu a sua profissão até 2008, com uma interrupção entre 1973 e 1974, anos em que foi oficial médico na Guiné. Pertenceu ao MUD Juvenil e participou activamente na campanha presidencial do general Humberto Delgado. Foi membro da Acção Socialista e um dos fundadores do Partido Socialista, de cujas comissões nacional e política fez parte durante vários anos. Depois do 25 de Abril, foi governador civil do distrito de Vila Real ainda em 1974, deputado socialista por Vila Real à Assembleia da República em 1979 e mandatário distrital do dr. Mário Soares nas eleições presidenciais de 1991 e membro da comissão de honra em 2006. Pertence, desde a sua fundação, à Assembleia Municipal de Chaves, de que foi presidente durante vários anos. É militante de honra da Federação do Partido Socialista no distrito de Vila Real e seu presidente honorário. Foi presidente, em Chaves, de várias associações desportivas e culturais e é membro da Academia Portuguesa de História. Tem proferido numerosas conferências e, além de ser redactor da revista *Aquae Flaviae*, que se dedica a temas históricos e culturais, tem vasta colaboração dispersa noutras revistas e em vários jornais, predominantemente sobre temas históricos. Publicou algumas obras como *A República em Chaves* (Chaves, 1998) e *Crónica da Vila Velha de Chaves* (Chaves, s/d).

MADEIRA LOPES (1943) – *Santarém, 1973* – Nome profissional de João Luís Madeira Lopes. Nasceu em S. Nicolau, Santarém, a 17 de Novembro de 1943. Fez os estudos secundários em Santarém e depois iniciou o curso de Direito na Universidade de Lisboa, vindo a licenciar-se pela Universidade de Coimbra. Participou na crise estudantil de 1961-1962 e, em Coimbra, foi residente da Real República Prá-Kis-tão até Julho de 1968, acompanhando o desenvolvimento da contestação dos estudantes que viria a culminar em 1969. Foi presidente da direcção do Cine-Clube de Santarém, no mandato iniciado em Janeiro de 1969. Participou activamente no II Congresso Republicano de Aveiro, em 1969, e no III Congresso da Oposição Democrática, também realizado em Aveiro, em 1973. Em 1970, começou a exercer a advocacia em Santarém, onde também foi professor de Português e de História na Escola de Regentes Agrícolas e num externato. Foi membro activo da CDE e, depois, do MDP/CDE, tendo feito parte das comissões concehlia, distrital e nacional, bem como do secretariado nacional desse movimento, tendo dinamizado, nessa qualidade, a participação da oposição democrática nas eleições legislativas de 1969 e 1973 no distrito de Santarém, tendo sido candidato nesse último ano.

Depois do 25 de Abril, foi candidato à Câmara Municipal de Santarém nas primeiras eleições autárquicas, em 1976, pela coligação de esquerda FEPU, continuando a figurar nas listas da APU e, mais tarde, da CDU, quer à Câmara, quer à Assembleia Municipal, nas eleições autárquicas seguintes. É vice-presidente do conselho directivo da associação Intervenção Democrática e faz parte da Comissão das Comemorações Populares do 25 de Abril, em Santarém. Foi fundador, em 1985, do grupo «Guitarra e Canto de Coimbra», um dos mais antigos na divulgação da canção de Coimbra, do qual faz parte como guitarrista. Desempenhou alguns cargos na Ordem dos Advogados: foi secretário (1984-1986), presidente (1993-1995 e 2002-2004) e vogal da delegação de Santarém (2005-2007) e vogal (1999-2001) e vice-presidente do Conselho Distrital de Évora (1999-2001). É, desde 2008, director do Boletim da Delegação de Santarém e Conselho Distrital de Évora.

MADEIRA, Luís Filipe Nascimento (1940) – *Faro, 1969, CDE* – Nasceu em Alte, Loulé, a 30 de Setembro de 1940. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu a profissão de advogado. Enquanto estudante, participou em todos os movimentos associativos universitários e foi um dos fundadores e presidente da cooperativa académica Clepsidra, de Coimbra, cujas actividades a polícia política seguia atentamente. Depois do 25 de Abril, foi governador civil de Faro (entre Agosto de 1974 e Março de 1975), deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, pelo Partido Socialista (I, II, IV, V, VI e VII Legislativas), membro da Assembleia Municipal e da Assembleia Distrital de Loulé. Foi secretário de Estado do Turismo no I Governo Constitucional e, em 1983, foi o primeiro presidente eleito da Região de Turismo do Algarve.

MAGALHÃES, Alfredo Ângelo Vidal Coelho de (1919-1988) – *Aveiro, 1957; Santarém, 1961* – Nasceu no Porto a 5 de Setembro de 1919 e faleceu na mesma cidade a 7 de Abril de 1988. Era descendente de José Estêvão Coelho de Magalhães. Seu pai, Alfredo Rodrigues Coelho de Magalhães, foi, durante a 1.ª República, vereador da Câmara Municipal do Porto (1912) e governador civil da mesma cidade, durante o último governo de Afonso Costa (Abril-Dezembro de 1917). Licenciou-se em Arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto, começou a trabalhar na sua profissão e, no final da década de 40, obteve o primeiro prémio pelo trabalho que elaborou para o concurso de anteprojecto para o novo Mercado da Beira (Moçambique). Parte da sua actividade profissional foi desenvolvida na urbanização da zona de turismo Ofir/Fão mas fez também intervenções e projectou prédios de habitação em várias cidades do norte do país, como Porto, Viseu, Póvoa de Varzim, Fermentelos e Aveiro. Foi também responsável pela concepção de uma unidade industrial em Arrancada do Vouga. Iniciou muito novo a sua vida política e em 1945 aderiu ao MUD. Colaborou activamente nas candidaturas à Presidência da República do general Norton de Matos, do prof. Ruy Luís Gomes e do general Humberto Delgado e participou no I e no II Congressos Republicanos, realizados em Aveiro, respectivamente em 1957 e 1969. Foi candidato à Assembleia Nacional por Aveiro em 1957 e em 1961 foi escolhido para substituir, na lista de Santarém, o comerciante Carlos Augusto Pinhão Correia. A sua actividade política chamou, desde muito cedo, a atenção da PIDE, que chegou a fazer buscas na sua casa de Ofir, mas só viria

a ser preso em 1962, acusado de ser um dos membros de uma junta patriótica que pretendia derrubar o regime. Detido nas cadeias daquela polícia no Porto e em Paços de Ferreira, tendo sofrido durante alguns dias a tortura da estátua, foi julgado no Tribunal Plenário do Porto, no início de Dezembro desse ano, e condenado a 14 meses de prisão, remíveis pecuniariamente, e suspensão dos direitos políticos por sete anos. Militou no Partido Socialista e, depois do 25 de Abril, foi escolhido por esse partido, para fazer parte da comissão administrativa da Câmara Municipal do Porto, da qual foi depois vereador, ainda pelo Partido Socialista, que depois abandonou. Filiou-se mais tarde no Partido Social Democrata e, em Dezembro de 1979, foi eleito, na lista desse partido, presidente do município do Porto. Na vigência do seu mandato, foi presidente do conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento. Deixou colaboração dispersa em vários jornais e revistas, designadamente na página ARTE do jornal *A Tarde* (1945), do Porto, e na revista *Arquitectura* (1950).

MAIA, João Arnaldo Rodrigues da Fonseca (1916-1987) – *Porto, 1969, CDE; Viana do Castelo, 1973* – Nasceu em Viana do Castelo a 24 de Dezembro de 1916 e faleceu no Porto a 3 de Julho de 1987. Jornalista, começou a sua vida profissional como colaborador dos semanários *O Sol Nascente* e *O Diabo* e ingressou depois no diário *O Século*. Em 1949, entrou para a redacção do *Comércio do Porto*, onde trabalhou até se aposentar. Foi também colaborador do periódico desportivo *Jornal dos Sports* e delegado no Porto do *Jornal do Comércio* e do *Diário Popular*, ambos de Lisboa. Colaborou em diversas páginas literárias de jornais da província e no Rádio Clube do Norte, aí com programas de divulgação artística e literária. Fez parte de algumas direcções da Associação de Jornalistas e Homens de Letras – que, por imposição do regime, então se chamava Casa da Imprensa e do Livro – e foi um dos fundadores do Círculo de Cultura Teatral do Porto e do seu Grupo de Teatro Experimental, do Grupo de Teatro Moderno que funcionou no Clube Fenianos Portuenses, do FITEI e da Cooperativa Jornalistas. Iniciou a publicação dos Cadernos de Jornalismo, Teatro, Cinema e Rádio, de que foi director e orientador. A sua actividade política levou a que a PIDE o detivesse algumas vezes. Fez parte das comissões promotoras das campanhas para a Presidência da República dos drs. Ruy Luís Gomes e Arlindo Vicente e do general Humberto Delgado. Candidatou-se às eleições legislativas, pelo Porto, em 1969, pela CDE, e foi eleito para a sua respectiva comissão coordenadora que viria a integrar-se no Movimento de Oposição Democrática. Em 1973, apresentou ao III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril, uma comunicação intitulada «A Informação em Portugal – Monopólio de Uma Minoria Dominante e Uma Arma ao Serviço do Governo para Envenenar a Opinião Pública» e foi suplente na lista de Viana do Castelo às legislativas desse ano. Depois do 25 de Abril, abandonou a vida política activa.

MALVAR, Maria Margarida Braga (1944) – *Braga, 1969, CDE* – Nasceu na freguesia de Gavião, Vila Nova de Famalicão, a 17 de Maio de 1944. Em 1958, com 14 anos, foi escolhida para entregar ao general Humberto Delgado a coroa de flores que aquele oficial general iria depor no monumento aos mortos da Grande Guerra, na sua passagem por Famalicão, quando candidato à Presidência da República. A cerimónia não chegaria

a realizar-se, devido à intervenção das autoridades. Quando estudante no Porto, fez parte do movimento pró-associação do seu liceu e, no último ano liceal, agora em Braga, fundou o movimento pró-associação do Liceu Nacional de Braga. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, onde frequentava o último ano do curso quando se candidatou a deputada. Ainda estudante liceal fundou, com alguns colegas, a redacção do Porto, para colaboração na página «República Juvenil», do diário lisboeta *República*. Antes do 25 de Abril, esteve ligada ao MDP-CDE e, posteriormente, entre 1982 e 2004, foi militante do PCP e participou no Movimento Democrático das Mulheres e na Associação Portuguesa de Mulheres Juristas. Em 1982, substituiu, na vereação da Câmara Municipal de Famalicão, o eng. António Pinheiro Braga e, no ano seguinte, foi candidata à mesma Câmara pelas listas da APU, coligação pela qual é, desde então, vereadora e deputada municipal. Como advogada, foi presidente da delegação concelhia da Ordem dos Advogados entre 1990 e 1992, fez parte dos júris das provas de aferição de acesso à profissão e foi eleita para o Primeiro Conselho de Deontologia do Porto no triénio 2001-2003.

MARADO, Irene Branco de Almeida (1925) – *Braga, 1969, CENI* – Nasceu na freguesia de Pinheiro, concelho de Castro Daire, em 18 de Janeiro de 1925. Coursou o liceu em Lamego e em Coimbra e depois concluiu o curso de Serviço Social no Instituto Superior de Serviço Social, em Lisboa, tendo sido colocada em Braga, na delegação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Desenvolveu intensa actividade na organização e orientação dos Centros Sociais de Formação Familiar nas Casas do Povo do distrito. Foi também professora da Escola Industrial e Comercial de Braga, tendo publicado – nessa qualidade – um *Manual de Economia Doméstica* (Braga, 1964) que teve várias edições. Foi também coordenadora da publicação *Programas de Enfermagem Caseira e Higiene para os Centros Sociais das Casas do Povo* (Braga, 1962).

MARREIROS, Glória Maria (1929) – *Lisboa, 1969, CDE* – Nome profissional de Glória Maria Marreiros da Cunha. Nasceu em Marmeleite, Monchique, a 26 de Agosto de 1929. Diplomou-se pela Escola de Enfermagem Artur Ravara, de Lisboa, e pela Faculdade de Medicina de Coimbra com o curso de parteira, profissão que exerceu na Maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa, entre 1954 e 1961. Posteriormente, licenciou-se em Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa e fez uma pós-graduação em Museologia Social na Universidade Lusófona. Já depois do 25 de Abril, viria a dar aulas no Instituto de Criminologia do Ministério da Justiça. Durante a campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 1958, aderiu ao Partido Comunista e fez parte da Comissão de Assistência aos Presos Políticos e Famílias. No ano seguinte, a PIDE revistou-lhe a casa, prendeu-a, com uma filha de 10 anos, e levou-a para interrogatório mas não lhe abriu processo. Colaborou depois na fundação do Centro Infantil Helen Keller de que foi subdirectora até 1963. Nesse ano, sabendo-se de novo procurada pela PIDE, afastou-se de Lisboa durante algum tempo. Entre 1965 e 1968, foi secretária na embaixada de Cuba em Portugal e, em 1968, foi uma das criadoras do Movimento Democrático das Mulheres e fundou e dirigiu um infantário e jardim infantil, cujo alvará nunca lhe foi concedido até ao 25 de Abril. Recebê-lo-ia em Junho de 1974, ano em que também recebeu o diploma de professora do ensino particular, que até então lhe fora negado. Candidatou-se às

eleições legislativas de 1969 com o seu nome de solteira e a profissão doméstica. Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS e, depois de interrogada, foi-lhe fixada residência no concelho de Lisboa, situação que se manteve até ao 25 de Abril. Em Maio de 1974, fez parte da comissão administrativa da freguesia de São Jorge de Arroios até às eleições autárquicas e, em Fevereiro de 1975, foi convidada para a Direcção dos Serviços Prisionais Militares, onde exerceu cargos administrativos e de chefia no Serviço de Apoio (Serviço Social). Em 1982, estagiou em Bruxelas num centro de acolhimento de toxicodependentes. Reformou-se em 1987 mas mantém-se ligada a diversas instituições, como a Associação para o Planeamento da Família, o Movimento Democrático de Mulheres, de cujo Conselho Nacional faz parte, a União dos Resistentes Antifascistas, sendo membro da Comissão para a Memória do Forte de Peniche, e o Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM Portugal). Tem colaboração dispersa por jornais e revistas, desde 1949, por vezes assinada com o anagrama Airolg, como *Gazeta do Sul*, *Jornal de Monchique* e *República*, escreveu folhetins radiofónicos para o Rádio Clube Português e, desde 1987 até ao seu encerramento, foi redactora da revista *Mulheres-Magazine*. Tem feito parte de júris de concursos literários e publicou diversos trabalhos sobre aspectos da sua especialidade profissional, como *Maternidade – Para Orientação da Futura Mãe* (Lisboa, 1962) e *Gravidez e Maternidade* (Lisboa, 1988); literários, como *Catrina* (Lisboa, 1974), *Almirante Ramos Pereira – Uma Vida um Exemplo* (Lisboa, 2001) e *Quem foi Quem? 200 Algarvios do Século xx* (Lisboa, 2000); etnográficos, como *Viveres, Saberes e Fazeres Tradicionais da Mulher Algarvia* (Lisboa, 1995) e *Um Algarve Outro – Contado de Boca em Boca* (Lisboa, 1991) e infantis, como *Abecedário a Rimar* (Porto, 1999) e *Vogais e Consoantes no Carnaval das Letrinhas* (Porto, 2005).

MARTINS, Eduardo Ribeiro – v. **RIBEIRO**, Eduardo

MARTINS, Firmino João (1925) – *Lisboa, 1969, CDE* – Nasceu em Paderne, Albufeira, a 29 de Maio de 1925. Fez parte da comissão de apoio dos ferroviários às candidaturas presidenciais do dr. Arlindo Vicente e, depois da desistência deste, do general Humberto Delgado.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira (1875-1967) – *Lisboa, 1957* – Nasceu na freguesia de Santo André, em Lisboa, a 7 de Abril de 1875 e faleceu em 26 de Setembro de 1967. Terminados os estudos liceais no Colégio Militar, frequentou a Escola Politécnica de Lisboa, onde completou os estudos preparatórios de Engenharia e Artilharia. Alistou-se como voluntário no Regimento n.º 5 de Caçadores de El-Rei, em Agosto de 1890, e ingressou depois na Escola do Exército, tendo sido promovido a 2.º tenente em 1896 e a tenente no ano seguinte. De Setembro de 1897 a Setembro de 1898, foi expedicionário a Moçambique, tendo participado nas operações que decorreram na região de Angoche Entre 1903 e 1905, fez o curso do Estado-Maior. Durante as incursões monárquicas de Outubro de 1911, já capitão, foi colocado no quartel-general das forças em operação. Mais tarde, seria chefe do gabinete do ministro da Guerra de Afonso Costa, tenente-coronel João Pereira Bastos (1913-1914). Foi subchefe do Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português (CEP) enviado para a Flandres em 1917, tendo sido promovido

a major e a tenente-coronel nesse ano e a coronel em 1918. Em Abril de 1919, foi nomeado chefe do Estado-Maior do CEP. Finda a guerra, regressou a Portugal e foi nomeado chefe do Estado-Maior do Campo Entrincheirado de Lisboa, tendo exercido posteriormente outros comandos, como na Guarda Nacional Republicana (1921), na Escola Central de Oficiais (1923) e como 2.º subchefe do Estado-Maior do Exército (1927). Promovido a general em 1930, foi administrador-geral do Exército entre 1936 e 1940, cargo que acumulou com o de vogal do Conselho Superior do Exército, a partir de 1937. Foi, também, presidente do Conselho Superior de Disciplina Militar. Passou à reserva em 1940 e à reforma em 1947. Tinha várias condecorações militares portuguesas e estrangeiras, designadamente o oficialato da Torre e Espada e o oficialato da Legião de Honra. Ligou-se aos meios da oposição, participou nas campanhas eleitorais e, em Novembro de 1950, presidiu a uma sessão comemorativa do fim da Primeira Guerra Mundial, realizada no Centro Republicano António José de Almeida. A 10 de Outubro de 1956, foi um dos signatários de um pedido de autorização para a formação da Frente Nacional Liberal Democrata. No ano seguinte, seria candidato a deputado por Lisboa. Colaborou em diversos jornais e revistas, designadamente na *Revista Militar*, na *Revista de Artilharia*, no *Boletim da Sociedade de Geografia* e no diário *República* e publicou numerosas obras sobre temas militares, como *Jogo de Guerra Exemplificado* (Lisboa, 1911), *Portugal na Grande Guerra* (Lisboa, 1935), *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (Lisboa, 1942), *Glórias e Martírios da Colonização Portuguesa*, 4 vols. (Lisboa, 1939), *História do Exército Português* (Lisboa, 1945) e *João Albasini e a Colónia de S. Luís* (Lisboa, 1957). Refere-se-lhe a obra *Os Generais do Exército Português*, coordenação do coronel António José Pereira da Costa (Lisboa, 2008).

MASCARENHAS (Marquês de Fronteira), D. Fernando José Fernandes Costa (1945) – *Portalegre, 1969, CDE* – Actual representante das Casas de Fronteira e Alorna, nasceu em Lisboa a 17 de Abril de 1945 e licenciou-se em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, após uma breve passagem pela Universidade de Coimbra. Ainda estudante, candidatou-se a deputado nas eleições de 1969, foi membro da comissão directiva do Movimento de Oposição Democrática e, entre 1970 e 1974, administrou o conjunto de herdades que constituem o Condado da Torre, no concelho de Ponte de Sôr. Depois do 25 de Abril, foi adjunto do ministro do Trabalho, Jorge Sá Borges, no governo de Maria de Lurdes Pintasilgo (1979) e secretário-geral interino do Movimento Social-Democrata (1980). Entre 1979 e 1988, leccionou na Universidade de Évora e em 1989 instituiu a Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, de cujo conselho directivo tomou a presidência e a direcção cultural, qualidade em que organizou numerosas actividades, em particular no âmbito da História da Arte, da Arte, da Filosofia e da História. Proferiu conferências e publicou vários artigos, designadamente sobre conservação do património e sobre a Marquesa de Alorna (Alcipe). Entre os livros que escreveu, destacam-se *Sermão ao Meu Sucessor* (Lisboa, 2003) e, em colaboração com George Marcus, *The Marquis and the Anthropologist: a Collaboration*, (Altamira Press, Walnut Creek, Califórnia, 2005).

MATOS, Alfredo Rodrigues de (1934) – *Setúbal, 1973* – Nasceu em S. Pedro do Sul a 22 de Julho de 1934 mas foi para o Barreiro em 1939 e aí fez o curso industrial e o curso de guarda-livros e completou o 3.º ano do liceu. Aderiu ao MUD Juvenil e em 1952

começou a trabalhar na CUF, primeiro como operário, depois como empregado de escritório. Em Janeiro de 1957, foi preso pela PIDE e julgado no Tribunal Plenário, tendo sido condenado a 18 meses de prisão correcional mais 3 anos de medidas de segurança, pelo que cumpriu 4 anos e seis meses de prisão, no Aljube, no Forte de Caxias e na cadeia da PIDE no Porto, onde, em Setembro de 1961, aderiu ao Partido Comunista. Libertado em Janeiro de 1962, passou a exercer actividade política na margem sul, com funções específicas na CUF, onde regressara, tendo colaborado na redacção do Boletim dos Trabalhadores. Em 1969, fez parte da Comissão Distrital de Setúbal da CDE, integrando a Comissão de Recenseamento Eleitoral e participando nas acções da campanha eleitoral, com vista às legislativas desse ano, findas as quais participou na criação do (Movimento de Oposição Democrática), de cujo secretariado nacional fez parte. Voltou a ser preso após as comemorações do 1.º de Maio de 1970 e, depois de um mês na cadeia da PIDE no Porto, onde foi interrogado e torturado, foi transferido para Caxias, onde esteve até ser julgado, em Dezembro, no Tribunal Plenário de Lisboa, e absolvido. Nesse mesmo mês, foi despedido da CUF, em cujo hospital era chefe do economato. Trabalhou depois noutras empresas e, em 1973, entrou no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, como adjunto do secretário-geral. Nesse mesmo ano, integrou a Comissão Democrática de Recenseamento e esteve na preparação do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, de cujas comissões nacional e coordenadora fez parte e onde apresentou, com outros, a tese «Situação e Perspectivas dos Trabalhadores do Distrito de Setúbal». Desenvolveu intensa actividade política em todo o distrito de Setúbal, pelo qual foi candidato a deputado nesse ano. Em Março de 1974, participou em diversas reuniões, nas secções sindicais da CGT, nas sedes dos principais bancos, em Paris, falando sobre a situação política e social de Portugal. Em 27 de Abril de 1974, foi designado para discursar no Barreiro, em nome do movimento democrático, exprimindo as posições políticas que entendia deverem ser adoptadas depois do 25 de Abril, e, em Maio seguinte, passou a fazer parte da comissão administrativa que dirigiu a Câmara Municipal do Barreiro até às eleições de 1976. Nesse ano, foi eleito para a Assembleia Municipal do Barreiro. Entretanto, em 1975, fora escolhido para adjunto do secretariado da Intersindical, funções que desempenhou até Dezembro de 1979, ano em que foi eleito vereador substituto do presidente e presidente dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal do Barreiro, cargo este para que voltou a ser eleito em 1982 e que desempenhou até Dezembro de 1985. No ano seguinte, voltou à Intersindical. De Fevereiro a Setembro de 2002, foi colunista do semanário *Voz do Barreiro* e, entre Outubro de 2002 e Junho de 2004, foi director do *Concelho de Palmela – Jornal*. De Setembro de 2006 a Junho de 2007, foi director do jornal *Voz do Barreiro*. Como dirigente associativo, fez parte dos corpos gerentes do Cineclubes do Barreiro, nos anos de 1971 e 1972. Em 1993, recebeu a Medalha de Ouro da Cidade «Barreiro Reconhecido». Dedicar-se actualmente à gestão de empresas.

MATOS, José Maria Machado de (1915) – *Porto, 1969, CEUD* – Nasceu em Guimarães a 7 de Agosto de 1915 e licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Fixou-se em Felgueiras, onde exerceu a advocacia e foi vice-presidente da respectiva Câmara Municipal. Exerceu também diversos cargos sociais de várias associações desportivas e recreativas.

MEGRE, Domingos Manuel da Cunha Pignateli Sena Belo Ferraz de Carvalho (1920) – *Castelo Branco, 1969, CDE* – Nasceu na Beira Baixa em 22 de Agosto de 1920. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa, mas dedicou-se à indústria e à agricultura, tendo sido vice-presidente do organismo internacional da indústria cerâmica. Foi militante da Acção Católica e redactor do semanário católico *Flama*. A sua polémica com Agostinho da Silva resultou na primeira experiência de diálogo entre católicos e não católicos. Foi, durante algum tempo, filiado na Causa Monárquica. Em Outubro de 1965, foi um dos signatários do documento de oposicionistas católicos que ficou conhecido por «Manifesto dos 101».

MEGRE, José Carlos Sena Belo (1939) – *Lisboa, 1969, CEUD* – Nasceu em Lisboa a 11 de Maio de 1939. Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi professor do ensino secundário. Foi secretário da direcção do Centro Nacional de Cultura (1959-1960) e redactor e chefe de redacção do jornal católico universitário *Encontro* (1964-1968), tendo desempenhado cargos directivos na Juventude Universitária Católica (1967-1968), de que se demitiu para aceitar a candidatura a deputado, uma vez que o desempenho de cargos directivos na Acção Católica Portuguesa foi considerado incompatível com a tomada de posições políticas públicas. Em 1965, foi um dos signatários do documento de oposicionistas católicos que ficou conhecido por «Carta dos 101».

MEIRELLES, José Garrido (1930-2002) – *Braga, 1969, CENI* – Nasceu em Molar, Celorico de Basto, a 3 de Maio de 1930 e faleceu em Coimbra a 18 de Janeiro de 2002. Licenciou-se em Engenharia Agrónoma na École Agricole de Purpan, Toulouse, França, e especializou-se em Enologia na Faculdade de Ciências da Universidade de Dijon. De regresso a Portugal, industrializou a casa agrícola da Casa de Campo. Foi presidente do conselho geral das Casas do Povo do Distrito de Braga e presidente da Casa do Povo de Celorico de Basto.

MELO, Henrique Vasco Soares de (1918) – *Moçambique, 1961* – Nasceu em Panda, Inhambane, Moçambique, a 12 de Junho de 1918. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e foi advogado em Lourenço Marques. Aderiu ao MUD, de cuja comissão central moçambicana fez parte e, em 1949, foi membro da Comissão Central Eleitoral de Moçambique de apoio à candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República. Também tomou parte activa na propaganda eleitoral do general Humberto Delgado, em 1958. Em meados de 1961, foi detido pela PIDE, por ser autor, com os drs. Almeida Santos e Francisco Saraiva Barreto, de um manifesto sobre a situação em Moçambique, que pretendiam enviar ao Presidente da República.

MELO, Manuel da Costa e (1913-2002) – *Aveiro, 1961* – Nasceu em Mourisca do Vouga, Águeda, a 1 de Setembro de 1913 e faleceu em Aveiro a 21 de Agosto de 2002. Fez o curso do liceu no Porto e depois inscreveu-se na Universidade de Coimbra mas, tendo perdido o seu primeiro ano universitário, transferiu-se para a Universidade de Lisboa, em cuja Faculdade de Direito se licenciou. Entre 1936 e 1943, viveu nos Açores, em Angústias, Horta, Faial, onde foi advogado e notário, mas sob vigilância da PIDE, que

o considerava elemento «avançado». Voltou depois ao Continente e ligou-se aos movimentos políticos oposicionistas. Foi militante da União Socialista e do MUD e viria a ser forçado a abandonar a função pública, dedicando-se à advocacia em Aveiro. Participou activamente nas campanhas presidenciais dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado, participou em várias campanhas eleitorais para deputados e colaborou nos três congressos oposicionistas de Aveiro (1957, 1969 e 1973). Em 1961, a sua candidatura não foi aceite pelo Governo Civil sob o pretexto de ainda ser considerado funcionário público e não ter requerido autorização para se candidatar. Fez parte da Acção Socialista Portuguesa e, posteriormente, foi um dos fundadores do Partido Socialista, onde desempenhou diversos cargos tanto a nível regional, como a nível nacional. Foi três vezes preso pela PIDE, a última das quais entre Dezembro de 1962 e Fevereiro de 1963, em Caxias. Recordando esse tempo, publicaria (Aveiro, 1992) o livro de poemas *Caxias – Rimas de Antigamente*. Depois do 25 de Abril, foi reintegrado na função pública, no quadro do notariado, a que pertencera, e colocado em Lisboa. Fez parte da comissão administrativa da Câmara Municipal de Aveiro e, entre 23 de Setembro de 1976 e 22 de Fevereiro de 1979, foi governador civil de Aveiro. Desempenhou diversos cargos na Ordem dos Advogados, colaborou em vários jornais e revistas, tanto locais, como de Lisboa e do Porto e deixou várias obras de carácter político, literário ou memorialístico, como *A Estrutura Partidária – Base Indispensável da Luta pela Democracia* (tese apresentada ao Congresso de Aveiro, em 1957), *Ecos do Mesmo Grito* (Aveiro, 1960) e *Memórias Cívicas – 1913-1983* (Coimbra, 1988).

MENEZES, Joaquim José e Catanho de (1926-1985) – *Lisboa, 1965* – Nasceu no Toxofal de Baixo, concelho da Lourinhã, Lisboa, em 11 de Julho de 1926 e faleceu em 3 de Junho de 1985. Era filho do advogado João Catanho de Meneses, que foi ministro da Justiça em dois governos da República (19 de Maio a 19 de Junho de 1915 e 29 de Novembro de 1915 a 15 de Março de 1916) e do Interior (19 de Junho a 29 de Novembro de 1915), e sobrinho do coronel Hélder Ribeiro, também ele deputado e ministro de várias pastas durante a I República. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa, exercendo a advocacia nessa mesma cidade. Interveio activamente nas campanhas eleitorais de 1958 e 1961 e participou em alguns julgamentos políticos, como advogado de defesa.

MESTRE, Joaquim Cavaqueiro (1939) – *Lisboa, 1969, CDE* – Nasceu a 3 de Março de 1939. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa, começou a exercer a advocacia e, nessa qualidade, defendeu réus julgados em Tribunal Plenário. Foi colaborador da *Seara Nova* e membro do conselho de redacção de *O Tempo e o Modo*. Fez parte de várias organizações oposicionistas e em 1969 apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «A Actualidade da Ideologia Republicana (Programa para a II República)». Depois do 25 de Abril, foi um dos fundadores do MES e, depois, da associação cívica Intervenção Socialista. Foi membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista, a que aderira em 1978, e director do Gabinete de Estudos do mesmo partido. Eleito, em Outubro de 1991, deputado pelo Porto à Assembleia da República, na lista do Partido Socialista, optou por não tomar posse. Foi director da campanha eleitoral de Jorge Sampaio à Presidência da República no seu segundo mandato. Foi administrador do Banco

de Portugal (1975-1981), presidente do conselho de administração da Imprensa Nacional – Casa da Moeda (1981-1982), administrador de empresas e, entre Setembro de 2005 e Dezembro de 2008, presidente do IFADAP-INGA, depois IFAP (Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas).

MONTEIRO, Alcides Strecht (1910-1977) – *Aveiro, 1953; 1969, CDE* – Nasceu em Fiães, Vila da Feira, a 2 de Abril de 1910 e faleceu em 15 de Junho de 1977. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, passando a exercer a advocacia em Vila da Feira. Enquanto estudante, foi presidente do Centro Republicano Académico e tesoureiro da Associação Académica de Coimbra. Presidiu à direcção dos Bombeiros Voluntários de Vila da Feira. A partir de 1945, participou em todas as campanhas políticas contra o regime, especialmente no MUD e nas campanhas eleitorais para a Presidência da República dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado e do almirante Quintão Meireles. Em 1957, foi um dos signatários de uma representação, entregue no dia 1 de Outubro ao Presidente da República, na qual se explicavam os motivos pelos quais a oposição não concorreria às eleições legislativas desse ano. Foi membro do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados no Porto e fez parte da delegação da Ordem dos Advogados da comarca de Vila da Feira em 1941, tendo sido eleito presidente da mesma delegação em Janeiro de 1952 e delegado às assembleias-gerais, entre 1957 e 1959. Depois do 25 de Abril, foi eleito para a Assembleia Constituinte e para a I Legislatura da Assembleia da República, na lista do Partido Socialista, pelo círculo de Aveiro.

MONTEIRO, Álvaro (1909-?) – *Viseu, 1965; 1969, CDE* – Nasceu em Alhais, Vila Nova de Paiva, Moimenta da Beira, a 17 de Fevereiro de 1909 e faleceu em 8 de Novembro de 1982. Fez o curso complementar das escolas comerciais e licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Enquanto estudante, pertenceu aos corpos gerentes do Centro Republicano Académico e, em 1931, foi co-director do semanário académico *Mundo Novo*, que se proclamava jornal «de doutrinação e de cultura» e de que saíram apenas dois números, em 4 e 11 de Fevereiro desse ano, proibido na sequência de um editorial em que se afirmava: «somos clara e abertamente pelas doutrinas sociais que tendem a fazer do homem alguma coisa diferente do que ele é na actualidade». Esteve preso durante dez dias por suspeita de implicação no movimento militar que ficou conhecido por Revolta da Madeira, em 1931. A 9 de Setembro de 1936, foi preso quando tomava parte numa reunião no Porto, cujo objectivo era – segundo a acusação da polícia – secundar o movimento revolucionário que estalara em alguns navios da Armada. No mês seguinte, foi enviado ao Tribunal Militar Especial que, em Fevereiro do ano seguinte, o mandou libertar. Presidiu durante vários anos à Comissão de Assistência ao Jardim-Escola João de Deus. Foi um dos fundadores, em 1942, do Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista e, depois, membro destacado da União Socialista. Fez parte das Comissões Distritais do MUD e apoiou activamente as candidaturas à Presidência da República dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado e, em 1951, do almirante Quintão Meireles. Em 1957, foi um dos signatários de uma representação entregue no dia 1 de Outubro ao Presidente da República, na qual se explicavam os motivos pelos quais a oposição não concorreria às eleições legislativas desse ano. No ano seguinte, era

membro da Comissão Promotora do Voto de Viseu e subscreveu, com outros membros do Directório Democrato-Social, uma representação enviada ao Presidente do Conselho, Salazar, dando-lhe conhecimento da decisão daquele Directório de não apresentar qualquer candidato às eleições presidenciais. Em 1961, foi um dos signatários do Programa para a Democratização da República, pelo que foi detido e interrogado pela PIDE. Foi delegado às assembleias-gerais da Ordem dos Advogados em 1954-1956 e 1966-1968, vogal da Comissão Distrital de Coimbra da mesma Ordem em 1957-1959 e presidente da delegação de Viseu, em 1963-1965. Suspendeu a inscrição na Ordem em 1973. Dedicou-se também à lavoura, com especial interesse pela fruticultura e pela viticultura, e foi eleito presidente da direcção da Cooperativa dos Fruticultores da Beira Alta. Depois do 25 de Abril, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República (I Legislatura). Foi presidente do conselho de administração da Caixa de Previdência do Distrito de Viseu, entre Abril e Maio de 1975.

MONTEIRO, Álvaro Ribeiro – (1942) – *Setúbal, 1969, CDE* – Nasceu na freguesia do Socorro, em Lisboa, a 4 de Setembro de 1942. Fez os estudos primários e secundários no Barreiro e, depois de concluir o curso de Electrotecnia e Máquinas do Instituto Industrial de Lisboa, licenciou-se em Engenharia Mecânica no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. Quando se candidatou, era ainda estudante de Ciências Sociais no Instituto de Estudos Sociais. Entre 1958 e 1962, trabalhou como operário nas oficinas de manutenção da CP no Barreiro e depois foi bancário em Lisboa, durante quatro meses. Entre 1967 e 1990, foi chefe de serviço e director técnico em empresas do sector têxtil, metalomecânico e químico, professor de Matemática do ensino secundário (1988-2001) e, desde 1989, consultor e formador de gestão e organização industrial e de higiene e segurança no trabalho. Esteve ligado ao movimento associativo da Associação dos Estudantes do Instituto Industrial de Lisboa e, em 1958, participou nas acções de campanha do general Delgado. Em 1961-1962, foi activista das Juntas de Acção Patriótica/Frente Patriótica de Libertação Nacional e em 1963 tornou-se militante do Partido Comunista. Em 1969, foi fundador da CDE de Setúbal e membro da sua comissão executiva. Foi um dos delegados da oposição democrática do distrito de Setúbal aos encontros nacionais de Alcobaca e de S. Pedro de Moel, e participou no II Congresso Republicano de Aveiro. Em 1970, foi delegado ao encontro nacional de Leiria que decidiu a criação do MOD (Movimento de Oposição Democrática), passando a integrar o seu secretariado. A PIDE prendeu-o três vezes sob a acusação de atentar contra a segurança do Estado: da primeira vez, foi detido em 21 de Dezembro de 1967 mas libertado em 30 de Janeiro seguinte, sem culpa formada nem julgamento. Da segunda vez, a 3 de Maio de 1970, foi preso juntamente com outros activistas da CDE de Setúbal e acusado de pertencer ao MOD; depois de um mês na cadeia da PIDE no Porto, foi transferido para Caxias, julgado em tribunal plenário e absolvido, pelo que foi libertado em 21 de Dezembro de 1970. Todavia, em 30 Junho de 1971, um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça condenou-o à suspensão de direitos políticos por 5 anos. Nesse mesmo dia, foi preso pela terceira vez, agora por denúncia de um dirigente do PCP que, preso e interrogado, o teria acusado de ser membro daquele partido. Julgado no Tribunal Plenário de Lisboa, foi condenado a vinte meses de cadeia, que cumpriu no Forte de Peniche. Em todos os interrogatórios, foi espancado

e submetido às torturas do sono e da estátua. Participou, em Aveiro, no III Congresso da Oposição Democrática, de cuja comissão nacional foi membro e ao qual apresentou a tese do Movimento Democrático do Distrito de Setúbal, intitulada «Perspectivas e meios de acção da oposição democrática». Apesar de privado dos direitos políticos, participou activamente na campanha para as eleições legislativas de 1973. Depois do 25 de Abril, manteve intensa actividade política: fez parte da delegação do Movimento Democrático que se reuniu com o general Spínola para estudar a situação no país; entre 1974 e 1975, foi membro da comissão administrativa da Câmara Municipal do Barreiro, participou na criação do partido MDP-CDE, de cuja comissão central e secretariado fez parte e pelo qual foi eleito deputado à Assembleia Constituinte. Nas listas da FEPU, foi eleito, em 1975, deputado à Assembleia Municipal do Barreiro, sendo reeleito, pela APU e pela CDU, em 1979, 1982 e 1985. Entre 1978 e 1989, presidiu à Assembleia Municipal do Barreiro e em 1979 foi candidato a deputado, pela APU, nas eleições para a Assembleia da República, tendo tomado posse do cargo em Janeiro de 1980, em substituição de outro deputado, depois do que apresentou a sua renúncia ao mandato. Em 1989, desvinculou-se do Partido Comunista. No ano seguinte, participou na fundação da associação política INES (Instituto de Estudos Sociais) e, em 1991, aderiu ao Partido Socialista, de que se demitiria posteriormente. Desempenhou, desde 1958, cargos em associações como o Grupo Desportivo Operário «Os Vermelhos», a Associação Académica do Barreiro, quarta filial da Associação Académica de Coimbra, o Cineclube do Barreiro e a Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense «Os Penicheiros». Colaborou com artigos de opinião em diversos jornais nacionais e regionais, como *Século*, *Diário de Lisboa*, *República*, *Diário de Notícias*, *Público*, *Notícias da Amadora*, *Jornal do Barreiro*, *Voz do Barreiro*, *Distrito de Setúbal*, *Outra Banda* e *Rostos*. Alguns livros referem a sua actividade, como *Perdas e Danos*, de Urbano Tavares Rodrigues (Seara Nova, 1974) e *Cenas Parlamentares*, de Vítor Silva Lopes (Lisboa, 1976). Em 2005, a Câmara Municipal de Setúbal concedeu-lhe a Medalha de Honra, na classe de Paz e Liberdade, e, em 2009, a Câmara Municipal do Barreiro atribuiu-lhe a medalha Barreiro Reconhecido. Em 2008, foi-lhe atribuída uma pensão por «Méritos Excepcionais na Defesa da Liberdade e Democracia».

MONTEIRO, Berta (1949) – *Porto, 1973* – Nome com que concorreu às eleições a doutora Berta Pereira Granja. Nasceu em Aldoar, Porto, a 21 de Março de 1949. Ainda estudante, trabalhou como assistente social no Centro Social do Bairro de São João de Deus do Porto, entre 1970 e 1972. Foi candidata pelo MDP, na lista do Porto, às eleições legislativas de 1973, o ano em que se licenciou em Serviço Social no Instituto Superior de Serviço Social no Porto (ISSSP). Contratada por uma empresa, em S. João da Madeira, como assistente social, recrutada com base na nota de curso, foi despedida ao fim de duas horas, depois de ser apresentada ao pessoal da empresa, quando alguém a reconheceu como candidata oposicionista. O caso provocou escândalo e foi referido em jornais oposicionistas e sindicais. Fez o mestrado em Serviço Social e Política Social pela Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo (Brasil), com uma dissertação sobre o processo de aprendizagem de adultos desempregados de longa duração em situação de formação profissional e doutorou-se em Ciências do Serviço Social pela Universidade do Porto,

com a tese «Assistente Social – Identidade e Saber». Entre 1974 e 1998, trabalhou no movimento sindical CGTP: foi assistente social no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Porto e de Aveiro e redactora do boletim mensal *O Têxtil* (1974-1982), coordenadora técnica no departamento de Formação da CGTP (1982-1998) e formadora do quadro permanente de formadores da mesma estrutura sindical (1978-1999). Organizou e coordenou dois seminários internacionais, promovidos pela Academia Sindical Europeia, no Porto e em Lisboa, respectivamente em 1997 e 1998, e em 2007. Entre 1996 e 1998, foi membro do Conselho de Educação da Confederação Europeia de Sindicatos. Ao mesmo tempo, prosseguia a sua carreira académica: entre 1993 e 1998, foi docente convidada no ISSSP, vice-presidente (1999-2000) e presidente (2000-2002) do conselho directivo do mesmo Instituto. Entre 1996 e 2004, foi assessora técnica e científica em projectos de desenvolvimento local, formação profissional e de luta contra a pobreza. Tem participado em vários projectos de investigação, coordenado outros e participado em colóquios internacionais e congressos, como, por exemplo, o VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia (2005), o IV Congresso Astur-Galaico de Sociologia (2007), o VI Congresso Português de Sociologia (2008) e o X Congresso Luso-Afro-Brasileiro (2009). Assinou vários artigos em jornais portugueses e estrangeiros sobre temas de formação profissional, formação em serviço social, saber profissional e acção social.

MONTEIRO, José Paulo de Almeida (?) – *Lisboa, 1961, Lista Monárquica* – Licenciou-se em Direito e exerceu a profissão de advogado em Oliveira de Azeméis.

MORAIS, Amadeu Alves (1920-1987) – *Porto, 1957* – Nasceu em Espinho, a 5 de Novembro de 1920 e faleceu em 13 de Dezembro de 1987. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Exerceu a advocacia e foi vogal da delegação de Vila da Feira da Ordem dos Advogados, em 1966-1968, vogal da comissão distrital do Porto, em 1972-1974, e vogal do Conselho Superior, entre 1984 e 1989.

MOREIRA, Alberto (1909-?) – *Moçambique, 1961* – Nasceu em 1909 em Lourenço Marques, hoje Maputo. Licenciado em Direito, exerceu a advocacia na cidade da Beira.

MOREIRA, Virgílio (?) – *Porto, 1973* – Licenciou-se em Medicina. Fez parte da Comissão Executiva do MDP/CDE do Porto. Foi candidato suplente.

MOTA, António da Silva, (1937) – *Porto, 1973* – Nasceu no Porto em 16 de Janeiro de 1937. Operário metalúrgico, com o curso industrial, foi eleito, em 1970, presidente da assembleia-geral do seu sindicato. Em 1971, numa reunião da Intersindical (que agrupava então cerca de 30 sindicatos), foi escolhido para representar os trabalhadores portugueses na Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em representação da sua classe, foi membro do executivo do Movimento Democrático do Porto. Membro do Comité Central do Partido Comunista, foi deputado nas II, III, IV e V Legislativas, tendo sido secretário da Comissão de Trabalho.

MOTA, Carlos Norberto Freire (1942) – *Leiria, 1973* – Nasceu em Peniche em 1942. Frequentou o Instituto Industrial de Lisboa e depois concluiu o curso da Escola Náutica, passando a exercer a profissão de oficial maquinista da marinha mercante. Foi impulsor de movimentos culturais e associativos em Peniche, como a Associação da Juventude de Peniche (1962), o CICARP, Círculo de Iniciação Cinematográfica (1967) ou a

Cooperativa de Consumo HÚMUS, encerrada por ordem do Ministério do Interior. Participou activamente na campanha para eleição de deputados em 1969 e no III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro.

MOTTA-FERREIRA, Abílio Leopoldo – v. **SYLVAN**, Fernando

MOURA, Francisco José Cruz Pereira de (1925-1998) – **Lisboa, 1969, CDE; 1973** – Nasceu em Lisboa a 17 de Abril de 1925 e faleceu na mesma cidade em 6 de Abril de 1998. Depois de ter frequentado o Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, transferiu-se para o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, onde se licenciou sucessivamente em Finanças e em Economia, onde se doutorou, em 1960, com uma tese intitulada *Localização das Indústrias e Desenvolvimento Económico*, e onde foi professor catedrático. Foi também professor visitante em universidades brasileiras. Trabalhou como consultor económico em matéria de planeamento e foi procurador à Câmara Corporativa em duas legislaturas consecutivas, entre 1957 e 1965. Nessa qualidade, foi relator dos pareceres sobre o sector industrial no II Plano de Fomento, sobre a Convenção de Estocolmo, sobre a Junta de Planeamento Económico e Regional e sobre o Plano Intercalar de Fomento. Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS, e por isso interrogado. Católico, aproxima-se dos sectores mais críticos do regime e participa em manifestações contra a guerra em África, designadamente a que ficou conhecida por «vigília da capela do Rato» (31 de Dezembro de 1972), pelo que foi preso e libertado só no dia 10 de Janeiro, já demitido da função pública, desde a véspera. Participa, em Abril de 1973, no III Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, onde apresenta uma tese intitulada «Funções de Dependências dos Governadores Cíveis», e é candidato suplente às eleições legislativas desse ano pelo círculo de Lisboa. Depois do 25 de Abril (já dirigente do MDP-CDE), foi deputado à Assembleia Constituinte e ministro sem pasta, nos I e IV Governos Provisórios, e dos Assuntos Sociais, no V Governo Provisório. Em 1976, participou na campanha de Otelo Saraiva de Carvalho para a Presidência da República e regressou à actividade docente na sua escola de sempre, agora ISEG, onde se jubilou em 1995. Deixou numerosos artigos científicos e vários livros, como *Estagnação ou Crescimento da Economia Portuguesa?* (Lisboa, 1956), *A Economia Portuguesa na Economia Mundial Contemporânea* (Lisboa, 1958), *Problemas Fundamentais da Economia* (Lisboa, 1962), *Planeamento Industrial e Desenvolvimento Regional* (Lisboa, 1968), *Para Onde Vai a Economia Portuguesa* (Lisboa, 1969) e *A Banca, o «Estado Social» e a Expansão dos Lucros* (Lisboa, 1973). No ano da sua jubilação, foi-lhe dedicado um livro de homenagem: *AAVV, Ensaios de Homenagem a Francisco Pereira de Moura* (Lisboa, 1995).

MOURA, Joaquim Augusto Nunes de Pina (1952) – **Porto, 1973** – Nasceu em Loriga, Seia, a 22 de Fevereiro de 1952. Estudou Engenharia Mecânica na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, de cuja associação de estudantes fez parte, licenciou-se em Economia e fez uma pós-graduação em Economia Monetária e Financeira. Entre 1969 e 1973, esteve ligado à Comissão Democrática dos Estudantes do Porto e à comissão executiva do Movimento Democrático do Distrito do Porto e, em 1972, aderiu à UEC

(União dos Estudantes Comunistas), organização estudantil do Partido Comunista Português. No III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril de 1973, apresentou uma tese intitulada «Caminhos do Desenvolvimento Português». Em 1995, filiou-se no Partido Socialista, pelo qual foi eleito deputado nesse mesmo ano, para a VII Legislatura. Foi membro dos XIII e XIV Governos Constitucionais, entre Outubro de 1995 e Julho de 2001, tendo exercido as funções de secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro (Novembro de 1995 a Novembro de 1997), de ministro da Economia (Novembro de 1997-Setembro de 2000) e ministro das Finanças (Outubro de 1999-Julho de 2001). Entre Setembro de 2001 e Maio de 2007 (VIII, IX e X Legislativas), voltou a ser eleito deputado pelo Partido Socialista, tendo sido presidente da Comissão Parlamentar de Trabalho e Assuntos Sociais entre Maio de 2002 e Setembro de 2004. Foi presidente do ECOFIN (Conselho de Ministros das Finanças e da Economia da União Europeia), durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, no 1.º semestre de 2000, e presidente do conselho de governadores do BERD (Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento), no período 2001-2002. Em 2004, foi designado presidente da filial portuguesa de uma empresa espanhola de energia, a cujo comité directivo também pertence, e faz parte dos conselhos de administração de duas empresas participadas do mesmo grupo, no Brasil e na Guatemala. É também professor catedrático convidado do Instituto Superior de Gestão, onde foi assistente no ano lectivo de 1992-1993, tendo leccionado as cadeiras de Economia Pública, Política Económica e Economia Portuguesa e Europeia, até 1995. Entre Abril de 2007 e Março de 2009, foi presidente não executivo, de um grupo de comunicação social.

MOURA, Virgínia de Faria (1915-1998) – *Porto, 1969, CDE; 1973* – Nasceu em S. Martinho do Conde, Guimarães, a 19 de Julho de 1915 e faleceu no Porto em 19 de Abril de 1998. Licenciou-se em Engenharia Civil na Universidade do Porto, a primeira mulher a fazê-lo. Filiada, desde 1933, no Partido Comunista Português (de cujo Comité Central fará parte em 1957), foi membro da delegação regional do MUNAF e foi uma dos milhares de signatários das listas para a constituição do MUD, em 1945: seria, aliás, a única mulher a fazer parte da comissão executiva da assembleia de delegados desse movimento no Porto. As dificuldades para exercer a sua profissão, devido às informações da PIDE, obrigaram-na a criar, com o marido, o arquitecto Lobão Vidal, um *atelier* conjunto de engenharia e arquitectura, com escasso trabalho, sempre devido às informações da PIDE, pelo que também servia para explicações particulares. Em 1949, fez parte da comissão distrital do Porto do movimento de candidatura à Presidência da República do general Norton de Matos e, em 1951, esteve na comissão de candidatura do prof. Ruy Luís Gomes, também à Presidência da República. Activista do Movimento Nacional Democrático (a cuja comissão distrital do Porto pertenceu), foi presa, por cinco dias, em Dezembro de 1949 – Quando da detenção dos dirigentes do Movimento Nacional Democrático –, a primeira de mais doze vezes, nas décadas de 50 e 60. Em Dezembro de 1952, foi detida por se ter apresentado à frente de uma manifestação de mulheres junto à cadeia de Peniche, devido a uma greve da fome de presos que haviam sido castigados por terem

recusado uma refeição, alegando que a carne se encontrava em mau estado. Entre 1954 e 1955, esteve dez meses isolada numa cela, foi seis vezes julgada nos tribunais plenários de Lisboa e do Porto e em Julho de 1957 foi condenada a dois anos de prisão, suspensão dos direitos políticos por cinco anos e cinco anos de liberdade vigiada. Em 1958, foi membro da comissão de candidatura do dr. Arlindo Vicente à Presidência da República e, depois da desistência deste, do general Humberto Delgado. Fez também parte das delegações no Norte da Juntas de Acção Patriótica, criadas em fins de 1959. Participou no II Congresso Republicano de Aveiro, em 1969, com uma tese, assinada também pelo arquitecto Lobão Vital, intitulada «As Casas dos Trabalhadores nos Centros Urbanos – Bases para Uma Lei Eleitoral», e presidiu à sessão de encerramento do III Congresso da Oposição Democrática, realizado também em Aveiro, em 1973. Nesse ano, foi candidata suplente. Em Janeiro de 1978, assinou um manifesto dirigido *Ao Povo Português*, protestando contra o governo de coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático Social, que estava prestes a constituir-se. Com o pseudónimo de Maria Selma, colaborou em diversos jornais e revistas, como *Sol Nascente* – em cuja fundação colaborou –, *O Diabo*, *Pensamento*, *O Trabalho* e *Ecos do Sul*. Em 1971, editou no Porto um volume intitulado *Eleições de 1969*, compilação de documentos eleitorais da Comissão Democrática do Porto, por si seleccionados e com prefácio seu. Depois do 25 de Abril de 1974, foi membro da Assembleia Municipal do Porto e deputada à Assembleia da República. Deixou um livro de memórias, intitulado *Mulher de Abril, Álbum de Memórias* (Lisboa, 1996).

NAMORADO, António Vitorino (1916-1981) – *Viseu, 1965* – Nasceu em Alter do Chão a 14 de Fevereiro de 1916 e faleceu em Loureiro de Silgueiros a 16 de Julho de 1981. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra mas, por motivos políticos, foi-lhe vedado o acesso ao internato de especialidade. Em 1945, radicou-se em Silgueiros, concelho de Viseu, a fim de substituir um colega na Casa do Povo. Poucos meses depois foi demitido, também por motivos políticos. Impedido de exercer qualquer lugar público, abriu clínica naquela mesma localidade. Manteve-se sempre ligado aos meios oposicionistas e, em 1958, fez parte da comissão distrital da candidatura à Presidência da República do general Humberto Delgado. Já sob Marcello Caetano, foi finalmente admitido como médico de clínica geral nas Caixas de Previdência. Depois do 25 de Abril, presidiu à Junta de Freguesia de Loureiro de Silgueiros.

NAMORADO, Joaquim Vitorino (1914-1986) – *Portalegre, 1969, CDE* – Nasceu em Alter do Chão a 30 de Junho de 1914 e faleceu em Coimbra a 29 de Dezembro de 1986. Frequentou o liceu em Portalegre e depois inscreveu-se na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, onde fez os preparatórios para a Escola Naval e, em seguida, o curso de Ciências Matemáticas, que completará, depois de várias interrupções, em 1943. Em 1935, foi eleito para a direcção do Centro Republicano Académico. Afastou-se da Esquerda Republicana e ligou-se ao Partido Comunista Português. Esteve várias vezes preso por motivos políticos (a primeira em 1938, acusado de distribuir panfletos do Bloco Académico Anti-Fascista, acusação pela qual foi julgado no Tribunal Militar Especial do Porto e absolvido por falta de provas). Em 1943, foi um dos organizadores do

MUNAF em Coimbra, no ano seguinte encontra-se entre os membros dos Grupos Anti-Fascistas de Combate (GAC), aderiu ao MUD e, em 1948, fez parte da comissão concelhia de Coimbra de apoio à candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República. Entre 1944 e 1948, leccionou em colégios de Coimbra, mas o diploma de professor do ensino particular foi-lhe retirado e ficou impedido de desempenhar funções públicas, situação que só se alterou depois do 25 de Abril. Entre 1950 e 1959, mantém-se na clandestinidade e, em 1962, volta a ser preso pela polícia política, acusado de pertencer ao Partido Comunista e às Juntas Patrióticas, tendo estado internado em Caxias. Como escritor, logo em 1936 começou a colaborar na revista *Manifesto*, dirigida por Miguel Torga, e, no ano seguinte, foi um dos fundadores dos *Cadernos de Juventude*, cujo primeiro número a PVDE apreendeu na tipografia. Em 1939, ganhou o prémio de ensaio dos Jogos Florais Universitários, com *Breve Introdução à Leitura dos Poetas Modernistas*, e, em 1940, foi de novo premiado, juntamente com João José Cochofel e Álvaro Feijó. Membro destacado do movimento neo-realista, foi, em 1945, um dos reformadores da revista *Vértice*, de que seria director entre 1975 e 1981. Colaborou em diversos jornais e revistas, como *O Diabo*, *Sol Nascente* e *Seara Nova*. Em 1974, foi convidado para exercer funções docentes na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, onde se manteve até atingir o limite de idade. Em Janeiro de 1978, assinou um manifesto dirigido *Ao Povo Português*, protestando contra o governo de coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático Social, que estava prestes a constituir-se. Em 1982, foi eleito para a Assembleia Municipal da Figueira da Foz. Empenha-se na actividade da Associação de Amizade Portugal-RDA. Em 1983, a Assembleia Municipal e o executivo da Câmara Municipal de Coimbra atribuíram-lhe a Medalha de Ouro da cidade. Deixou vasta colaboração em jornais e revistas e importante obra poética e ensaística, designadamente *Aviso à Navegação* (Coimbra, 1941), *Vida e Obra de Federico García Lorca* (Coimbra, 1943), *Incomodidade* (Coimbra, 1945), *A Poesia Necessária* (Coimbra, 1966) e *Zoo* (Coimbra, 1984).

NETO, Francisco de Assis de Mendonça Lino (1918-1997) – *Lisboa, 1961; Santa-rém, 1969, CDE* – Nasceu na freguesia do Coração de Jesus, em Lisboa, a 14 de Janeiro de 1918 e faleceu na mesma cidade a 25 de Junho de 1997. Seu pai, o advogado António Lino Neto, fora presidente do Centro Católico. Formou-se em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico, onde foi assistente entre 1942 e 1945 e entre 1947 e 1952 e centrou a sua actividade profissional no Metropolitano de Lisboa, desde a constituição da empresa, em 1949. Em 1958, apoiou activamente a campanha presidencial do general Humberto Delgado, tendo sido ferido numa manifestação no Porto, reprimida pela polícia. A fotografia do incidente foi depois amplamente divulgada para denunciar a violência das forças policiais. Em 1959, redigiu, e foi um dos 43 subscritores, um documento sobre as relações entre o Estado e a Igreja e sobre as violências da PIDE e foi processado, mas uma amnistia promulgada por ocasião das comemorações henriquinas, em 1960, permitiu o arquivamento desse processo. Em 1965, foi um dos subscritores do documento de oposicionistas católicos que ficou conhecido por «Carta dos 101». Em 1969, foi um dos fundadores da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Em 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS e por isso interrogado. Em 1973, fez parte

da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro. Depois do 25 de Abril, foi deputado do círculo de Lisboa, pelo Partido Socialista, na I Legislatura da Assembleia da República.

NETO, Henrique José de Sousa (1936) – *Leiria, 1969, CDE* – Nasceu na freguesia de Santa Catarina, em Lisboa, a 27 de Abril de 1936. Fez o curso industrial em Lisboa e o curso comercial na Marinha Grande, de onde a sua família era oriunda e para onde se mudou aos 14 anos. Começou a trabalhar como aprendiz de serralheiro numa fábrica de moldes para a indústria de plásticos na Marinha Grande, da qual chegou a director e de que, posteriormente, foi também proprietário. Começou muito jovem a interessar-se pela política portuguesa, certamente influenciado pelo ambiente familiar, francamente oposicionista ao Estado Novo. Pertenceu ao MUD-Juvenil praticamente desde a sua constituição e ligou-se ao movimento associativo da Marinha Grande. Pertenceu ao Sport Operário da Marinha, agremiação desportiva que era presidida pelo dr. José Henriques Varela (que seria candidato à Assembleia Nacional, pela oposição, em 1969 e em 1973). Apesar de, por motivos profissionais, se ausentar frequentemente do país, permaneceu sempre atento à política interna, tendo participado nos três congressos oposicionistas realizados em Aveiro. Entre 1952 e o fim de 1960, teve instalada em sua casa uma máquina de escrever e um aparelho de *stencil*, nos quais foram escritos e reproduzidos centenas de documentos, sem que a PIDE tivesse descoberto de onde saíam. Em 1958, participou activamente na campanha presidencial do general Humberto Delgado, de cuja comissão distrital de Leiria de apoio à candidatura fez parte e, em 1969, a 15 de Junho, participou na reunião de S. Pedro de Moel de que viria a sair a Plataforma de Acção Comum do Movimento Democrático Eleitoral que ficaria conhecida como Plataforma de S. Pedro de Moel, na qual se definia o que pretendia ser o programa comum da «Oposição Democrática», uma tentativa de unidade da oposição que se romperia pouco mais de um mês depois. Aderiu ao Partido Comunista em 1968 mas saiu em 1975, em desacordo com as posições que estavam a ser tomadas, tendo sido a «gota de água» a constituição dos SUV (Soldados Unidos Vencerão). Em 1969, esteve preso durante alguns dias por se encontrar a distribuir manifestos oposicionistas e, em 1973, durante a realização do III Congresso da Oposição Democrática, instalou-se numa *roulotte* de sua propriedade, em frente do local das sessões, a vender livros de carácter político ou social que geralmente não se encontravam nas livrarias e a distribuir literatura oposicionista. Entre 1975 e o início dos anos 90 deixou a política activa, dedicando-se apenas aos seus interesses empresariais. Convidado pelo dr. Jorge Sampaio, em 1993, para aderir ao Partido Socialista, foi eleito deputado por esse partido à Assembleia da República em 1995. No fim da legislatura voltou a abandonar a política activa. Tem publicado artigos de carácter económico em diversos jornais, designadamente no matutino *Público*.

NETO, João Diogo Marreiros (1904-1980) – *Faro, 1957* – Nasceu em Portimão a 13 de Julho de 1904 e faleceu a 26 de Janeiro de 1980. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa e exerceu a advocacia em Silves.

NEVES, Álvaro José Pedrosa Curado de Seiça (1920-1982) – Aveiro, 1969, CDE; 1973 – Nasceu na freguesia de Santa Clara, em Coimbra, a 28 de Março de 1920 e faleceu em 15 de Março de 1982. Estudou no Liceu de Aveiro, tendo sido preso sob a acusação de actividades subversivas e julgado no Tribunal Militar do Porto, que o absolveu. A sua defesa, nessa ocasião, foi exercida por seu pai, Manuel das Neves. Continuou os estudos em Coimbra, em cuja Faculdade de Direito se licenciou. Quando estudante, foi escolhido para representar a Academia na Comissão Distrital do MUD e, já advogado, participou, como representante da mesma Academia, em reuniões nacionais daquele movimento. Apoiou as candidaturas à Presidência da República dos drs. Ruy Luís Gomes e Arlindo Vicente e fez parte das comissões de candidatura dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado. Foi membro da comissão executiva do I Congresso Republicano de Aveiro, reunido em 1957, e um dos secretários do II Congresso em 1969, cuja alocução de abertura proferiu, e fez parte das comissões nacional e executiva do III Congresso da Oposição Democrática, a cuja sessão de abertura presidiu, no impedimento do dr. Ruy Luís Gomes. Foi presidente eleito da Casa-Museu de José Estêvão, que as autoridades extinguiriam. Como advogado, secretariou a delegação de Aveiro da Ordem dos Advogados, a que depois presidiria, e, entre 1963-1965 e 1966-1968, foi vogal do Conselho Distrital de Coimbra daquela Ordem. Em Janeiro de 1978, assinou um manifesto dirigido *Ao Povo Português*, protestando contra o governo de coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático Social, que estava prestes a constituir-se.

NEVES, Helena (1945) – Lisboa, 1973 – Nome profissional de Maria Helena Augusto das Neves Gorjão. Nasceu em Lisboa a 17 de Junho de 1945. Licenciou-se em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e é mestre em Sociologia Aprofundada da Realidade Portuguesa. Ainda estudante liceal, em Lisboa, aderiu ao Partido Comunista e, já aluna da Faculdade de Letras, destacou-se nas lutas académicas, pelo que foi suspensa durante 40 dias e lhe foi retirada a bolsa de estudo. Em 1968, foi uma das fundadoras do Movimento Democrático das Mulheres, a cujos secretariado e conselho nacional pertenceu até 1991, tendo representado esse movimento, a seguir ao 25 de Abril, no conselho da Comissão da Condição Feminina. Em 1969, foi detida pela DGS, pouco antes da abertura da campanha para as eleições à Assembleia Nacional (estava então prevista a sua candidatura por Santarém). Terminado o curso e impedida de leccionar, devido à má informação da polícia política, começou a trabalhar como jornalista, primeiro (depois de uma breve passagem pelo *Diário Feminino*) no *Diário de Lisboa* – onde orientou o «Suplemento Feminino» mas onde trabalhou especialmente no suplemento sociocultural *Mesa Redonda*. Foi directora do Gabinete de Imprensa do Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa e do Sul, cujo *Boletim* coordenou, e fez parte da equipa que criou a Intersindical. Era um dos membros da redacção do jornal *A. E. Actividades Económicas*, organizado pelo jornalista e escritor Mário Ventura Henriques, e de que deveria ser director o dr. Herberto Goulart, mas que foi proibido logo depois da apresentação do número 0 (1973). Em Maio de 1972, subscreveu, com mais meia centena de pessoas, um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS, e foi por isso interrogada. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, e no fim

desse ano, em plena campanha eleitoral, foi presa, juntamente com outras pessoas, quando procedia à distribuição de manifestos de apresentação dos candidatos, só tendo libertada na véspera da abertura da campanha eleitoral. Foi membro do Conselho Nacional da Paz e nessa qualidade deslocou-se clandestinamente a Berlim, na então RDA, com a historiadora Ana Maria Alves, a fim de participar na reunião do Conselho Mundial da Paz, ali realizada. No início de Abril de 1974, voltaria a ser detida, recuperando a liberdade com o triunfo do 25 de Abril. Trabalhou posteriormente em diversos órgãos de comunicação social, designadamente *Avante*, *Diário*, *Notícias da Amadora*, *República*, *Expresso*, *Jornal de Letras* e nas revistas *Modas e Bordados* (1972-1973) e *Mulheres* (1979-1991), de que foi subdirectora (1980-1984) e directora (1984-1991). Manteve-se ligada ao Partido Comunista (onde desempenhou diversos cargos, chegando a ser eleita para o Comité Central) mas abandonou a militância em 1991, depois do que aderiu, como independente, ao Bloco de Esquerda, de que foi a primeira deputada à Assembleia da República (2001-2002). É professora na Universidade Lusófona e investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), da Universidade de Coimbra. Entre as suas obras contam-se *Mulheres de um Tempo Ainda Presente* (Amadora, 1975), *Imagem Homens e Mulheres na Televisão Portuguesa* (Lisboa, 1998), *Bento de Jesus Caraça – o Homem e o Tempo* (Lisboa, 1998) e *O Estado Novo e as Mulheres – o género como investimento ideológico e de mobilização* (Lisboa, 2001).

NEVES, José Luís Augusto das (?) – *Portalegre, 1945* – Não foi possível obter dados deste candidato.

NEVES, Luís José Nuno Pessanha Teixeira – v. **NEVES**, Nuno Teixeira

NEVES, Manuel Martins das (1919-1997) – *Aveiro, 1953; 1957; 1961* – Nasceu em Anobra, Condeixa-a-Nova, em 22 de Junho de 1919 e faleceu em 30 de Julho de 1997. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e depois radicou-se em Aveiro, onde foi professor liceal e exerceu a advocacia. Como advogado, defendeu no Tribunal Militar do Porto seu filho Álvaro Seiça Neves, que fora preso sob a acusação de actividades subversivas, conseguindo a sua absolvição. Foi director do jornal *O Debate*, órgão das Comissões Políticas do Partido Republicano Português. Apoiou activamente as candidaturas do general Norton de Matos e do almirante Quintão Meireles à Presidência da República.

NEVES, Nuno Teixeira (1922-2007) – *Bragança, 1969, CDE* – Nome profissional de Luís José Nuno Pessanha Teixeira Neves. Nasceu em Mirandela a 3 de Março de 1922 e faleceu no Porto a 22 de Junho de 2007. Licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas na Universidade de Coimbra. Enquanto estudante, participou nos movimentos académicos contra o Estado Novo pelo que não pôde exercer a profissão de professor. Foi várias vezes preso pela PIDE nos anos 40 e 50. Iniciou a sua actividade como jornalista em 1957, no *Jornal de Notícias*, do Porto, onde foi redactor, chefe de redacção e coordenador do «Suplemento Literário» que, em 1969, seria suprimido, na sequência da sua candidatura a deputado opositorista à Assembleia Nacional. Depois do 25 de Abril, aquele suplemento voltaria a publicar-se, sob a sua coordenação, e dirigiu também, até reformar-se, em 1987, a secção «Ser Cidadão». Em 1966, recebeu o prémio

Bayer de Jornalismo. Foi presidente da direcção da Sociedade Cooperativa Editora Norte e vice-presidente da direcção da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto e, para além de colaboração em diversos jornais e revistas, publicou vários volumes de ensaios, entre os quais *Por Um Tempo Europeu num Espaço Português* (Porto, 1966), *O Ajuste de Contas* (Fundão, 1974), *O Falso Testemunho* (Porto, 1982), *Por Um Novo Príncipe com Orelhas de Burro* (Porto, 1989) e os *Disfarces de Orfeu* (Porto, 1990).

NOBRE, João da Silva (1878-1968) – **Faro, 1957** – Nasceu em S. Brás de Alportel, Algarve, a 20 de Janeiro de 1878 e faleceu em Faro a 9 de Dezembro de 1968. Licenciado em Medicina pela Universidade de Lisboa, regressou ao Algarve e exerceu clínica em Olhão e em Faro. Depois de implantada a República, desempenhou vários cargos oficiais, designadamente os de presidente da Câmara Municipal de Olhão, governador civil substituto e presidente da Junta Geral do Distrito. Manteve sempre uma atitude de oposição ao regime: foi apoiante do MUD e colaborou activamente nas campanhas eleitorais dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado à Presidência da República. Ambos os candidatos foram recebidos em sua casa durante as respectivas campanhas. É autor de duas revistas teatrais: *Os Filhos do Mar* e *Se Eu Fosse Homem*. Em Faro, uma praça e uma rua têm o seu nome e numa praça defronte de sua casa foi erguido um busto em sua memória.

NOGUEIRA, José Luís (?) – **Porto, 1973** – Licenciou-se em Engenharia. Não foi possível obter outros dados deste candidato.

NUNES, José Luís do Amaral (1941-2003) – **Porto, 1969, CEUD** – Nasceu na freguesia do Bonfim, Porto, a 2 de Abril de 1941 e faleceu em 10 de Setembro de 2003. Depois de frequentar a Universidade de Coimbra, licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Em ambas as universidades, foi dirigente de associações de estudantes, designadamente foi secretário-geral da RIA, e colaborou em diversas publicações, como *Via Latina* e *O Tempo e o Modo*. Foi membro da comissão política do Partido Socialista e deputado à Assembleia Constituinte e, depois, à Assembleia da República, nas II, III, IV e V Legislaturas.

OLIVEIRA, António de (1913) – **Braga, 1961, Lista B** – Nasceu em Braga a 1 de Janeiro de 1913. Comerciante e Industrial. Participou em todas as campanhas oposicionistas.

OLIVEIRA, José Paradela de (1904-1970) – **Lisboa, 1965** – Nasceu em S. João da Pesqueira, a 15 de Fevereiro de 1904 e faleceu em Madrid a 18 de Setembro de 1970. Completou o curso do Magistério Primário em Vila Real, dedicou-se ao ensino e frequentou a Faculdade de Direito de Coimbra mas completou a licenciatura na Universidade de Lisboa. Quando estudante, distinguiu-se como intérprete da canção de Coimbra. Fez parte do directório do Movimento de Renovação Democrática e do MUD e interveio nas campanhas eleitorais oposicionistas, designadamente as campanhas presidenciais do general Norton de Matos e do almirante Quintão Meireles. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE» e foi também um dos signatários da exposição enviada ao Presidente da República no dia 1 de Outubro do mesmo ano, explicando

os motivos pelos quais a oposição não se apresentava a sufrágio. Como advogado, actuou em defesa dos réus de várias causas julgadas nos tribunais plenários. Colaborou em diversos jornais, designadamente no diário *República*.

OREY, Eduardo Achilles Cardoso d' (1921-2007) – *Lisboa, 1969, CEUD* – Nasceu em Lisboa, na freguesia da Lapa, a 6 de Dezembro de 1921 e faleceu no Estoril em 25 de Julho de 2007. Frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1942 foi presidente da Junta Escolar Monárquica de Lisboa, mas, ao chegar ao 3.º ano do curso desistiu, a fim de se dedicar à constituição de uma empresa de importação e exportação. Passou depois a administrador de uma sociedade de *factoring*, funções que abandonou em 1973 para fundar uma empresa de reciclagem de desperdícios plásticos. Depois do 25 de Abril, aceitou o convite de uma empresa italo-brasileira de fabrico de loiça sanitária, instalada no Brasil, em Vitória, no Estado de Espírito Santo, onde se fixou até 1979, altura em que regressa a Portugal para se dedicar à administração de uma empresa de parques de estacionamento. Esteve ligado aos sectores católicos progressistas da oposição e foi suplente pela lista da CEUD de Lisboa nas eleições de 1969.

PACHECO, João Silvestre (1934) – *Ponta Delgada, 1969, CDE* – Nasceu em Ponta Graça, Vila Franca do Campo, nos Açores, a 31 de Dezembro de 1934. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Concluído o curso, voltou aos Açores, a fim de exercer a advocacia. Foi subdelegado do procurador da República e professor do ensino secundário oficial e particular. Em 1969, substituiu na lista eleitoral do seu círculo o então tenente Ernesto Melo Antunes, cuja candidatura não fora aceite sob pretexto de se tratar de um militar no activo.

PALMEIRO, Joaquim (1928) – *Setúbal, 1969, CDE* – Nome profissional de Joaquim Palmeiro Gonçalves. Nasceu em Grândola a 21 de Julho de 1928. Fez os estudos secundários em Grândola e em Lisboa e frequentou as faculdades de Direito de Coimbra (onde foi membro da comissão de alunos voluntários da Faculdade) e de Lisboa, licenciando-se nesta última. Foi, em 1971, chefe dos serviços administrativos e posteriormente secretário-geral do Sindicato Nacional da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas, qualidade que lhe permitiu candidatar-se numas eleições do Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa em que a sua lista foi vencedora. Assistente social dos serviços prisionais, exerceu funções na Cadeia Penitenciária de Lisboa, no Limoeiro e na Cadeia Central de Mulheres, em Tires, depois do que abandonou a função pública e passou apenas a advogar em Lisboa. Interessado pela política, apoiou os generais Norton de Matos e Humberto Delgado nas respectivas candidaturas à Presidência da República, trabalhou activamente nas reuniões preparatórias da constituição da Intersindical e participou, em 1973, no III Congresso da Oposição Democrática ao qual apresentou uma tese sobre o distrito de Setúbal intitulada «A Oposição Democrática no Distrito de Setúbal: 12 Conclusões Aprovadas por Unanimidade». Depois do 25 de Abril, fez parte da Comissão Democrática Administrativa da Câmara Municipal de Grândola de que foi vereador eleito em 1976 e deputado à assembleia municipal, eleito como candidato independente nas listas do Partido Socialista, em 1989. Foi mandatário, em Grândola, do general Ramalho Eanes e dos drs. Salgado Zenha e Mário Soares quando estes se

candidataram à Presidência da República, respectivamente em 1980, 1986 e 1991. Foi coordenador nacional das comemorações das eleições legislativas de 1969, em que fora candidato por Setúbal. Foi, durante alguns anos, vice-presidente do Sport Club Grandolense. Publicou vários artigos de natureza cívica ou política em jornais nacionais como o *Diário de Lisboa* e a *República* ou regionais. Em 1989, foi director, em Grândola, do jornal *A Fisga*, de que saíram dois números, por ocasião das eleições autárquicas e que foi distribuído gratuitamente. Publicou alguns trabalhos, designadamente um opúsculo sobre uma intervenção violenta na PIDE numa reunião, na Voz do Operário, de trabalhadores da transportadora aérea TAP, outro intitulado *A Fundação António Inácio da Cruz e a Escola Agro-Industrial*, e ainda *Uma Questão Adiada* (relato de um conflito judicial com um ex-autarca que lhe imputou o crime de difamação sem nada provar) e *Por Favor, Preocupem-se – Páginas da Minha Terra*, com prefácio do dr. António de Almeida Santos. Em Outubro de 2008, foi galardoado com a Medalha de Ouro de Mérito Municipal da Câmara de Grândola.

PAPINIANO CARLOS (1918) – *Porto, 1969, CDE* – Nome literário de Papiniano Manuel Carlos Vasconcelos Rodrigues. Nasceu em Lourenço Marques (hoje Maputo) a 9 de Novembro de 1918. Com 11 anos de idade, foi para o Porto, onde frequentou o liceu e, depois, a Faculdade de Ciências Geofísicas da Universidade do Porto, curso que, já finalista, não concluiu. Esteve ligado ao PCP e ao MUD, apoiou as candidaturas à Presidência da República do general Norton de Matos e, depois, do prof. Ruy Luís Gomes, e foi membro das comissões distritais de Aveiro e do Porto do Movimento Nacional Democrático. Membro da comissão distrital da candidatura do dr. Arlindo Vicente à Presidência da República, em 1958, foi redactor do programa «A Voz da Oposição Democrática». Depois da desistência do dr. Arlindo Vicente, apoiou o general Humberto Delgado. Em 1973, apresentou ao III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril, uma comunicação intitulada «Europa Nova: Portugal Novo». Colaborou em diversos jornais e em revistas culturais, como *Vértice*, *Seara Nova*, *Portucale* e *Bandarra* e publicou várias obras literárias (poesia, contos, teatro e literatura infantil), algumas das quais traduzidas e publicadas em Espanha, em França, na Argentina e na então União Soviética. Também pertenceu à direcção do Círculo de Cultura Teatral do Porto. Em Janeiro de 1978, assinou um manifesto dirigido «Ao Povo Português», protestando contra o governo de coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático-Social, que estava prestes a constituir-se. De entre a sua obra, destacam-se: *Esboço: poemas* (Porto, 1942), *Terra com Sede: contos* (Porto, 1946), *Mãe Terra* (Porto, 1949), *As Florestas e os Ventos: contos e poemas* (Porto, 1952), *Caminheiros Serenos: poemas* (Coimbra, 1957), *A Rosa Nocturna: crónicas* (Lisboa, 1960), *A Ave sobre a Cidade* (Porto, 1973) e *Luisinho e as Andorinhas* (Maia, 1977).

PASSÃO, Manuel João (1925) – *Évora, 1973* – Nasceu em 1925. Trabalhador rural, participou activamente nas campanhas eleitorais do general Norton de Matos, do dr. Arlindo Vicente e do general Humberto Delgado e na campanha para deputados, em Évora, de 1969. Foi membro da Comissão Nacional do III Congresso da Oposição Democrática.

PASSOS, Vítor Óscar de Magalhães Silva (?) – *Porto, 1973* – Empregado de escritório. Suplente. Não foi possível obter outros dados deste candidato.

PATO, Manuel Augusto dos Santos (1918-1975) – *Aveiro, 1957* – Nasceu em Mamosa, concelho de Oliveira do Bairro, a 20 de Julho de 1918 e faleceu na mesma localidade em 12 de Maio de 1975. Licenciou-se em Medicina na Universidade de Coimbra.

PAULO, Rogério (1927-1993) – *Lisboa, 1957* – Nome artístico de Rogério Gomes Lopes Ferreira. Nasceu em Silva Porto, Angola, em 17 de Novembro de 1927 e faleceu em Lisboa em 25 de Fevereiro de 1993. Frequentou a Faculdade de Medicina de Lisboa, mas optou pela carreira teatral, tendo-se estreado em 1949. No ano seguinte, passou a fazer parte da companhia de Alves da Cunha e adoptou o nome artístico de Rogério Paulo. A partir de 1953, passou a fazer parte da companhia do Teatro Nacional de D. Maria II, não só como actor, mas também como encenador. Em 1962, foi o primeiro classificado no curso superior da Universidade do Teatro das Nações, em Paris, organismo onde desempenhou, no ano seguinte, o cargo de assistente do director. Dirigiu vários grupos universitários de teatro, leccionou teatro na Universidade de Havana (1972-1973) e continuou a representar praticamente até falecer. Militante do Partido Comunista Português desde 1953, foi preso em 1963 e proibido de actuar na RTP e na Emissora Nacional. Em 1969, foi um dos fundadores da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e, em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS e por isso interrogado. Depois do 25 de Abril, fez parte da Comissão Administrativa da FNAT (depois INATEL), como representante dos sindicatos (1974-1976), e foi eleito deputado pelo PCP, pelo círculo de Lisboa, à Assembleia Constituinte, em 1975.

PEDREIRAS, Amaral Simões dos Reis (1927) – *Aveiro, 1973* – Nasceu em Bustos, Oliveira do Bairro, em 3 de Março de 1927. Proprietário. Participou em todas as campanhas eleitorais e movimentos cívicos levados a efeito no distrito, designadamente em Aveiro. Tomou parte activa nos três congressos oposicionistas realizados em Aveiro e apoiou as candidaturas à Presidência da República do general Norton de Matos, dos drs. Rui Luís Gomes e Arlindo Vicente e, após a desistência deste último, do general Humberto Delgado.

PEREIRA, André (1904-1977) – *Portalegre, 1949* – Nome profissional de André Aurélio Nogueira de Mello e Castro Ribeiro. Nasceu em Tomar a 9 de Novembro de 1904 e faleceu a 12 de Outubro de 1977. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa, depois de ter desistido do curso de Medicina que frequentara, mas não concluíra, em Coimbra. Exerceu a advocacia na comarca de Alvaiázere até Dezembro de 1974, altura em que suspendeu a inscrição na Ordem dos Advogados. Monárquico, foi membro da Acção Realista Portuguesa e da Liga de Acção Integralista e colaborador da revista *Ideia Nova*. Foi provedor da Santa Casa da Misericórdia e era presidente da Câmara Municipal de Portalegre quando do 25 de Abril de 1974.

PEREIRA, António José de Sousa (1908) – *Porto, 1953; 1969, CEUD* – Nasceu em Vila do Conde a 7 de Março de 1908. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e, enquanto estudante, foi secretário da direcção do Centro Republicano Académico (1927-1928) e presidiu à direcção da Associação Académica de Coimbra (1929-1930). Foi membro do MUD e participou nas campanhas dos generais Norton de Matos

e Humberto Delgado à Presidência da República, tendo sido demitido, em 1958, do lugar de síndico da Câmara Municipal de Vila do Conde, para que fora nomeado após concurso público. Advogado em Vila do Conde, foi delegado da comarca, em 1945, vogal do Conselho Distrital do Porto, entre 1948 e 1950, e delegado às assembleias-gerais da Ordem dos Advogados, nos triénios 1954-1956, 1960-1962 e 1973-1974, este último interrompido devido ao 25 de Abril desse ano. Cancelou a inscrição na Ordem em 1 de Janeiro de 1994. Militante do Partido Socialista, foi deputado à Assembleia Constituinte. Publicou vários trabalhos jurídicos e sobre a história e problemas económicos de Vila do Conde, designadamente: *Sobre o Exercício do Direito de Preferência* (Vila do Conde, 1937), *Sobre um Caso de Cessação de Servidão – Tribunal da Relação da Comarca do Porto: Comarca de Vila do Conde* (Vila do Conde, 1959), *Vila do Conde e a Restauração* (Vila do Conde, 1961), *Dez Anos para Mudar Portugal: Proposta do Partido Socialista para os Anos 80* (Lisboa, 1979) e *A Implantação da República em Vila do Conde* (Vila do Conde, 1999).

PEREIRA, António Rabaça (?) – **Guarda, 1969, CDE** – Mecânico electricista. Depois do 25 de Abril foi vogal da comissão administrativa que dirigiu a Câmara Municipal da Guarda até Dezembro de 1976. Suplente.

PEREIRA, Apolónia Maria Alberto (1950) – **Setúbal, 1973** – Nasceu em Loulé a 14 de Março de 1950. Quando frequentava o primeiro ano do Instituto Industrial de Lisboa, foi detida pela PIDE que a acusava de, nas instalações da Associação Académica da Faculdade de Direito, ter procedido à impressão de panfletos de apoio às reivindicações dos estudantes, acusação que negou sempre. Foi candidata suplente na lista de Setúbal em 1973.

PEREIRA, Basílio Lopes (1893-1959) – **Aveiro, 1953** – Nasceu na Marmeleira, Mortágua, em 25 de Dezembro de 1893 e faleceu em Lisboa a 25 de Maio de 1959. Em 1912, para comemorar o segundo aniversário da proclamação da República, foi um dos fundadores de um pequeno jornal, denominado *Sol Nascente*. O produto líquido da venda reverteu a favor da criação de uma biblioteca destinada à utilização pública, inaugurada em 1913, com a ajuda de muitas ofertas de livros, e que recebeu o nome de Centro Democrático de Educação Popular. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Republicano, alistou-se, ainda estudante, no Batalhão Académico que foi combater a Monarquia do Norte, em 1919, esteve filiado no Partido Democrático e, em 1927, quando da revolta de Fevereiro, chegou a ser alvo de uma sindicância por se ter deslocado ao Porto nessa altura, mas nada se provou quanto a qualquer implicação sua no movimento. Instalou-se em Oliveira de Azeméis, onde foi notário e administrador de concelho e fundou uma Escola Livre, até que, em Abril de 1930, foi preso, depois do que, em Julho seguinte, lhe foi fixada residência em Ponta Delgada. No ano seguinte, ao estalar a revolta de Abril, foi nomeado governador civil dos Açores, mas quando o movimento foi derrotado evadiu-se e juntou-se, em Espanha, ao grupo, dos Budas. Regressa clandestinamente a Portugal, em ligação estreita com aquele grupo, e participa activamente na preparação da tentativa revolucionária de Agosto de 1931, tendo sido preso em Novembro seguinte. Amnistiado, foi solto em Dezembro desse mesmo ano. Voltaria a ser preso

em 11 de Março de 1933, agora acusado de «manejos revolucionários», mas foi posto em liberdade no dia 30 do mesmo mês. Em Setembro de 1934, foi processado sob a acusação de fazer parte de uma organização revolucionária que actuava no norte do país. Julgado à revelia, em Abril de 1935, no Tribunal Militar Territorial do Porto, foi condenado a sete anos de desterro em local à escolha do governo. Era, entretanto, um dos mais representativos elementos dos Budas no interior do país e com o auxílio do veterinário Júlio Grévy Semedo, tinha formado a Acção Anticlerical, Anti-Fascista (AAA), ao que parece uma emanação da ala radical da Maçonaria, cujo objectivo era contrariar a influência do Partido Comunista junto da juventude e dos meios estudantis. Durante a guerra civil de Espanha, a AAA procura auxiliar os refugiados republicanos que chegam a Portugal. Em 1937, desloca-se a Paris e a Barcelona, a fim de se encontrar, na qualidade de delegado da direcção do interior da FPP (Frente Popular Portuguesa), com o governo republicano espanhol e com os exilados portugueses. Em 1938, foi o responsável pela organização civil que devia revoltar-se para apoiar a operação «Lusitânia». A sua prisão, em 26 de Setembro desse ano, constituiu um rude golpe para os restos da resistência da esquerda republicana ao Estado Novo. Novamente julgado pelo Tribunal Militar em 18 de Outubro de 1939, viu a sua pena passar para seis anos de desterro, mantendo-se os dez anos de perda de direitos políticos. Embarcou para o Tarrafal em Fevereiro de 1940 e regressou em Junho de 1942, tendo sido libertado. Abriu banca de advogado em Barcelos e manteve a sua oposição ao regime, pelo que, acusado de «crimes contra a segurança do Estado», foi de novo preso em 24 de Novembro de 1949 mas solto dois dias depois. Quando candidato por Aveiro, em 1953, respondeu com extrema dureza, em comunicado publicado pelos jornais a 18 de Outubro desse ano, ao comunicado do dia 14 do Movimento Nacional Democrático.

PEREIRA, Caiano (1936-1998) – *Lisboa, 1973* – Nome profissional de Dulcínio Caiano Pereira. Nasceu na Marinha das Ondas, Figueira da Foz, a 21 de Outubro de 1936 e faleceu na capital moçambicana, Maputo, a 7 de Agosto de 1998. Fez o curso comercial na Escola Comercial da Figueira da Foz, formou-se em Gestão pelo Instituto de Novas Profissões e frequentou os cursos de Sociologia, no ISCTE, em Lisboa, e de História, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Sindicalista desde muito novo, abraçou a actividade política no início dos anos 70 e foi um dos fundadores da Intersindical, em 1970. Foi também presidente da comissão directiva da secção da indústria química do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa, de cuja direcção seria membro, após as primeiras eleições democráticas, depois do 25 de Abril. Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS e por isso interrogado. Fez, depois, parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, entre 4 e 8 de Abril de 1973 (na sequência do qual a sua residência foi alvo de uma busca da DGS) e desempenhou papel de relevo na campanha eleitoral legislativa desse ano, em que foi candidato por Lisboa, sendo então empregado de escritório numa empresa de nitratos. Esteve ligado à Juventude Operária Católica, à SEDES e ao Partido Comunista Português desde 1973 e foi membro da comissão executiva da CDE de Lisboa. Depois do 25 de Abril, continuou a sua actividade política e sindical (participou na

tomada do Sindicato dos Escritórios de Lisboa) e, em defesa de uma reforma agrária (foi assessor do gabinete da secretária de Estado da Reforma Agrária), deslocou-se a diversas unidades colectivas de produção no Alentejo. Trabalhou como director administrativo ou administrador-delegado em empresas portuguesas instaladas em Moçambique (Nampula e Maputo) e foi assessor da direcção e administração de uma empresa petrolífera moçambicana com sede na capital do país. Colaborou intensamente com a imprensa, tendo sido colunista do *Notícias da Amadora*, e publicado numerosos artigos em órgãos de imprensa sindicais e em jornais e revistas como *Diário de Lisboa*, *Expresso* e *Análise Social*.

PEREIRA, Carlos Francisco (1899-?) – **Aveiro, 1957** – Nasceu em Vilarinho do Bairro, Anadia, a 2 de Novembro de 1890. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra. Em 1934, foi director do jornal *Ideia Livre*, considerado um dos periódicos de província mais firmemente oposicionistas ao Estado Novo. No fim de Abril de 1945, foi detido por «suspeita de actividades subversivas», só sendo solto, condicionalmente, no início de Junho seguinte. Nesse mesmo ano, aderiu ao MUD, de cuja comissão concehla de Oliveira do Bairro foi presidente. Em 1956, foi um dos participantes no almoço em que foram aprovadas as bases para a formação de comissões eleitorais da oposição em todos os distritos do país com vista às eleições de 1957, em que viria a ser escolhido para a respectiva comissão de honra que orientaria a actividade dessas comissões. Seria depois designado candidato suplente às eleições legislativas desse ano e, em Outubro, foi um dos subscritores da uma exposição ao Presidente da República, na qual se comunica o propósito de abstenção àquelas eleições «perante a recusa tácita ou declarada do Governo em promover a realização de eleições livres, automaticamente livres». Em 1958, apoiou inicialmente a candidatura do almirante Quintão Meireles às eleições presidenciais desse ano e, como este não aceitasse, apoiou a candidatura do general Humberto Delgado. No mesmo ano, fez parte da comissão plenária republicana distrital de Aveiro, cuja missão era exercer vigilância na defesa da República e dos direitos consagrados na Constituição. Em 1959, subscreveu uma representação ao ministro da Presidência em que se solicitava autorização para a realização dos actos preparatórios para um Congresso Nacional dos Democratas Portugueses. Em 1960, foi eleito secretário-geral do directório da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, para o triénio 1960-1962, e subscreveu uma exposição ao Chefe do Estado, solicitando o seu interesse para a realização do Congresso dos Democratas e para a publicação de um semanário que difundiria os pontos de vista oposicionistas. Em 1961, foi um dos subscritores do Programa para a Democratização da República, pelo que foi detido e interrogado pela PIDE.

PEREIRA, Dulcínio Caiano – v. **PEREIRA**, Caiano

PEREIRA, Jorge Maia Ramos (1901-1974) – **Viana do Castelo, 1969, CDE** – Nasceu em Vila Praia de Âncora, freguesia de Gontenhães, Caminha, a 6 de Abril de 1901 e faleceu em Lisboa a 16 de Março de 1974. Era filho do médico Luís Inocêncio Ramos Pereira, que em 1911 foi eleito deputado por Viana do Castelo às Cortes Constituintes e depois foi deputado e senador em todas as legislaturas até 1926, salvo no período sidonista. Fez os seus estudos no Colégio Militar e, depois, assentou praça como soldado-cadete no Exército (Artilharia). Em 1919, alistou-se no Batalhão Académico, que seguiu

para o Porto, a fim de combater a Monarquia do Norte, e foi voluntário na escalada da serra de Monsanto, contra as forças monárquicas que ali se haviam instalado. Em 1920, pediu a transferência para o serviço da Armada e entrou para a Escola Naval, sendo promovido a guarda-marinha quando terminou o curso, em Fevereiro de 1924. Especializou-se em radiotelegrafia e motores de combustão interna e, entre 1932 e 1935, foi professor dos cursos de radiotelegrafistas. Desempenhou várias missões na Europa e no Oriente e, em Outubro de 1941, foi nomeado subdirector – e, depois (1944), director – do Serviço de Electricidade e Comunicações da Marinha. Em 1954, já capitão-de-fragata, foi-lhe entregue o comando do aviso de 2.^a classe «João de Lisboa», com o qual passou cerca de 14 meses na Índia, regressando em 1956. Promovido a capitão-de-mar-e-guerra, serviu no Estado-Maior Naval como chefe da Divisão de Informações e, em 1957, foi para os Estados Unidos, a fim de, durante um ano, frequentar um curso para altos comandos navais, o *Naval Command Course*, que concluiu em primeiro lugar entre 28 oficiais de outras tantas nacionalidades. No regresso, foi designado subdirector do Instituto Superior Naval de Guerra e director do seu curso superior. Em 1960, criou a Fundação Vila Praia de Âncora, que se dedicou principalmente a apoiar os estudos de jovens carenciados. Já contra-almirante e director do Instituto Superior Naval de Guerra, deixou de exercer, a seu pedido, aquelas funções, em 1962, depois de o ministro da Marinha, Quintanilha de Mendonça Dias, no discurso que proferiu na inauguração do ano lectivo, ter feito afirmações que considerou ofensivas da dignidade da sua direcção. Passou à reserva em 1966 e, em 1968, já com novo ministro, Pereira Crespo, foi nomeado director do Museu da Marinha. Candidato da CDE, por Viana do Castelo, à Assembleia Nacional, em 1969, fez parte, em 1973, da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, que se reuniu em Aveiro. Foi colaborador frequente do diário *Primeiro de Janeiro*, do Porto, e dos *Anais* do Club Militar Naval. Publicou vários opúsculos e manuais para uso do pessoal especializado da Armada e o livro *Radioelectricidade*. Em Junho de 1982, foi inaugurado na Estação Rádio-Naval da Apúlia (a que em 1976 foi dado o nome do contra-almirante Ramos Pereira) um busto seu e, em Novembro do mesmo ano, outro busto seu foi inaugurado numa praça de Vila Praia de Âncora. Glória Maria Marreiros publicou uma sua biografia, intitulada *Almirante Ramos Pereira – Uma Vida, um Exemplo* (Lisboa, 2001).

PEREIRA, José Alves (1948) – *Santarém, 1973* – Nasceu em S. Pedro, Torres Novas, a 24 de Março de 1948. Fez, sucessivamente, o curso industrial na Escola Industrial de Torres Novas, o curso de Engenharia Mecânica no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e o mestrado em Gestão de Qualidade, com uma dissertação sobre «Design e Qualidade» na Universidade Aberta. Foi desenhador de máquinas entre 1964 e 1972 e quando se candidatou era desenhador de arquitectura de interiores no *atelier* de Daciano Costa. Foi também director fabril numa empresa metalo-mecânica, director técnico de produto numa metalúrgica (1986-1995) e é, desde 1997, professor convidado da Faculdade de Arquitectura de Lisboa, na licenciatura e no mestrado em *Design* Produto. Foi representante do CTIMM (Centro Tecnológico das Indústrias de Madeira e Mobiliário) na Comissão Europeia de Normalização e vogal da CT 74 (Comissão Técnica – 1974) do Instituto Português de Qualidade. Manteve desde jovem uma forte ligação à política, tendo

aderido ao MDP-CDE em 1969 e ao PCP em 1970. Foi membro da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, entre 4 e 8 de Abril de 1973, membro da comissão nacional do MDP-CDE (1974) e vogal da assembleia de freguesia da Damaia, entre 1986 e 1987. Tem participado em colóquios, debates e iniciativas culturais e políticas e colabora em vários jornais regionais, nomeadamente O *Almonda* e o *Jornal Torrejano* e foi director da revista *Longra Magazine*, em 1990.

PEREIRA, José Fidalgo Marques (1930-1988) – *Santarém, 1969, CDE; 1973* – Nasceu na Nazaré a 16 de Fevereiro de 1930 e faleceu em 22 de Maio de 1988. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra. Quando estudante, foi membro do conselho cultural da Associação Académica. Em 1947, pertenceu à comissão concelhia do MUD-Juvenil e viria a ser preso, entre 6 de Junho e 6 de Agosto de 1947, acusado de fazer parte de uma organização clandestina. Foi presidente da comissão concelhia da Nazaré de apoio à candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Foi médico no Hospital de Jesus Cristo de Santarém e organizou nessa cidade o I Simpósio de Medicina do Trabalho Agrícola. Foi candidato na lista da CDE de Santarém em 1969 e suplente em 1973.

PEREIRA, Manuel da Silva (?) – *Aveiro, 1957* – Suplente. Não foi possível obter dados deste candidato.

PEREIRA, Manuel Domingos de Sousa (1939) – *Porto, 1973* – Nasceu em Vila Real, Trás-os-Montes, em 5 de Novembro de 1939 e licenciou-se em Engenharia Civil na Universidade do Porto, tendo sido assistente nas faculdades de Ciências e de Engenharia daquela universidade. Participou na comissão de professores da Comissão Democrática do Porto. Membro da Comissão Executiva do Porto do MDP-CDE, foi deputado à Assembleia Constituinte e vogal das 3.^a e 4.^a comissões (Direitos e Deveres Fundamentais e Organização Económica).

PEREIRA, Manuel Joaquim da Costa (1911-1981) – *Aveiro, 1957* – Nasceu em 12 de Outubro de 1911 e faleceu em 27 de Setembro de 1981. Licenciou-se em Direito e exerceu a advocacia em Aveiro, tendo sido delegado da Ordem dos Advogados no triénio 1975-1977. Pertenceu à comissão do MUD de Oliveira de Azeméis.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1922) – *Portalegre, 1969, CDE* – Nasceu na freguesia da Lapa, em Lisboa, a 30 de Janeiro de 1922. Entrou na Escola de Belas-Artes de Lisboa em 1939, pela qual se diplomou em Arquitectura com o projecto dos edifícios para a captação de águas em Valada. Convidado para assistente da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, foi impedido pela PIDE de desempenhar essas funções, tal como não pôde ser eleito para o Sindicato dos Arquitectos, em 1966 e em 1969. Em 1962, quando da viagem do Papa Paulo VI a Bombaim, fez parte de um grupo de católicos, entre os quais Eduardo Veloso e o arquitecto Manuel Bagulho, que organizaram a impressão e distribuição de um jornal, *Igreja Presente*, que difundiu informações sobre aquela visita, silenciada pela censura na imprensa portuguesa. Foi também um dos signatários do manifesto católico de apoio às posições da oposição democrática que ficou conhecido por «Carta dos 101», membro da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos,

coordenador do jornal clandestino *Direito à Informação* e colaborador do *Boletim Anticolonial*. Foi também presidente da Cooperativa Cultural Pragma e do Centro Nacional de Cultura. Participou nas vigílias contra a guerra, que decorreram na igreja de São Domingos e na capela do Rato, tendo sido várias vezes preso pela PIDE e pela sua sucessora DGS. Candidato a deputado por Portalegre em 1969, a sua lista não chegou a ser entregue por dificuldade em recolher as 50 assinaturas exigidas, tanto pelas dificuldades processuais, como pelo receio de muitas pessoas se comprometerem. Assim, quando finalmente estavam recolhidas as assinaturas, no dia do prazo da apresentação da lista no Governo Civil, a hora de expediente já fora ultrapassada. Todavia, os candidatos, tal como se haviam comprometido, fizeram campanha pela oposição no distrito. Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS, e por isso interrogado. Em Tribunal Plenário foi julgado, em Novembro de 1973, sob a acusação de ser um dos responsáveis dos Cadernos GEDOC, mas foi absolvido. Acusado pela DGS de ter ligações à LUAR, designadamente de auxílio no transporte e guarda de explosivos, e às Brigadas Revolucionárias, bem como de ter a seu cargo a divulgação do Boletim Anticolonial (BAC), encontrava-se detido na cadeia de Caxias quando se deu o 25 de Abril. Posteriormente, foi dirigente do Movimento de Esquerda Socialista (MES), partido pelo qual foi candidato à Assembleia da República pelos círculos de Portalegre e de Lisboa, respectivamente em 1975 e 1976. Em 1999, voltou a ser candidato por Portalegre, dessa vez pelo Bloco de Esquerda, partido do qual se desligou passado pouco tempo, aderindo depois ao Partido Socialista. Profissionalmente, a sua actividade é muito vasta: entre 1940 e 1944, trabalhou no *atelier* do Prof. Carlos Ramos e, em 1946, foi admitido como tirocinante na Câmara Municipal de Lisboa, tendo coadjuvado o arquitecto Michel Jacobetty na construção do bairro de Alvalade (1947-1948). De entre as suas obras salienta-se o projecto do bloco habitacional das Águas Livres, em Lisboa, de 1953/1955 (em colaboração com Bartolomeu Costa Cabral), que recebeu o 2.º Prémio Nacional de Arquitectura da Fundação Calouste Gulbenkian, em 1961; projectos de habitação social para Olivais Norte, de 1959 (em parceria com Nuno Portas e A. Pinto de Freitas), que recebeu o Prémio Valmor 1968; foi consultor de Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência, participante no Inquérito à Arquitectura Regional em Portugal, delegado no Comité do Habitat da União Internacional dos Arquitectos, presidente do Movimento para a Renovação da Arte Religiosa, de que foi co-fundador, da Associação dos Arquitectos Portugueses e do Conselho de Arquitectos da Europa. Em 1969, foi um dos fundadores da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Foi também sócio-fundador da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (1978), presidente do Conselho Directivo Nacional da Associação dos Arquitectos Portugueses (1985-1989) e presidente do Conselho das Organizações Nacionais de Arquitectos da CEE (1988). Em 1985, recebeu o prémio anual de arquitectura da secção portuguesa da Associação Internacional de Críticos de Arte e é, desde 1988, académico correspondente da Academia Nacional de Belas Artes e, desde 2007, membro do conselho consultivo do Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana. Em 2003, recebeu o doutoramento *honoris causa* pela Universidade do Porto e em 2005 foi-lhe concedida a mesma distinção pela Universidade Técnica de Lisboa. É autor de várias entradas para os dicionários de História de Lisboa, do Estado Novo e de História de Portugal, bem como de numerosos ensaios, artigos e comunicações

sobre arquitectura, habitação, urbanismo, património e território. É autor de vasta obra, de que se destaca: *Prédios e Vilas de Lisboa* (Lisboa, 1995), *Escritos* (Porto, 1996), *Tempos, Lugares, Pessoas* (Matosinhos, 1996) e *Património Arquitectónico da Segurança Social* (Lisboa, 1997).

PEREIRA, Orlando Rodrigues Dante (1924-1987) – *Santarém, 1961* – Nasceu em Alenquer a 24 de Março de 1924 e faleceu em 13 de Julho de 1987. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa e fixou-se em Alpiarça, exercendo advocacia. Pertenceu ao Movimento de Unidade Democrática (MUD), de cuja comissão académica fez parte. Esteve activo nos serviços de candidatura das campanhas eleitorais para deputados e foi apoiante da candidatura do dr. Arlindo Vicente à Presidência da República. Como advogado, interveio em vários processos, julgados nos Tribunais Plenários. Desempenhou diversos cargos na Ordem dos Advogados: delegado às assembleias-gerais, entre 1963 e 1971, e delegado na Comarca de Abrantes, entre 1968 e 1971.

PESSOA, Mário (1890-1973) – *Lisboa, 1961, Lista Monárquica* – Nome usado por Mário Pessoa da Costa. Nasceu em São Martinho, Covilhã, a 9 de Fevereiro de 1890 e faleceu em Lisboa a 3 de Maio de 1973. Fez os estudos secundários de Ciências na Universidade de Coimbra e começou a frequentar a Faculdade de Matemática da Universidade. Entretanto, assentara praça como voluntário (Abril de 1910) no Regimento de Artilharia 2, na Figueira da Foz. Entre 19 de Fevereiro e 1 de Março de 1911, foi dado como ausente sem autorização, pois seguiu a juntar-se às forças de Paiva Couceiro. Viria a ser julgado, no ano seguinte, por um tribunal militar, em Chaves, bem como Ascânio Pessoa da Costa e Paiva Couceiro (à revelia) e condenado a 6 anos de prisão celular e 20 anos de degredo em possessão de 1.^a classe. A sentença não foi seguramente executada, dado que se manteve no serviço militar e frequentou depois a Escola Preparatória de Oficiais Milicianos, curso que terminou em 30 de Março de 1916, sendo promovido no dia seguinte a aspirante a oficial. Em 1917, ofereceu-se como voluntário para França, para onde seguiu com o Corpo Expedicionário Português. Foi promovido a alferes nesse ano e regressou a Portugal em Abril de 1919. Fez em França um curso de metralhadoras pesadas (1917) e em Portugal o curso da Arma de Infantaria da Escola Militar (1921). Foi promovido a tenente (1922), capitão (1932) e major (1943), tendo passado à reserva em 1946 e à reforma em 1960. Participou nos movimentos militares de Abril de 1925 e de Maio de 1926 e combateu contra os revolucionários de 1927 e de 1931. Pela sua participação no 28 de Maio receberia, com mais três oficiais (os capitães Jorge Botelho Moniz e David Rodrigues Neto e o tenente Mariano Moreira Lopes) o oficialato da Ordem Militar da Torre e Espada. Foi colocado no Batalhão de Caçadores n.º 5, em 1930, que mais tarde, em 1945, comandaria. Foi, em 1931, professor, e, depois, director, das aulas regimentais do Primeiro Curso de Habilitação. Em 1935, recebeu uma carta de Henrique de Paiva Couceiro na qual este oficial tecia algumas considerações sobre o que entendia serem os perigos em que as colónias portuguesas se encontravam face à proposta que acreditava os alemães terem feito aos ingleses para a concessão de um mandato para administração de Angola. Paiva Couceiro escrevia que apesar do desmentido oficial a notícia era verdadeira e autorizava o destinatário a mostrar a carta a quem considerasse de confiança. A carta, porém, viria a ser copiada por alguém a quem fora mostrada, impressa

e distribuída profusamente, pelo que a polícia o prendeu e interrogou. Prosseguiu a sua carreira, tendo sido ajudante de campo do secretário de Estado da Guerra, Santos Costa, entre 1937 e 1946. Durante a II Guerra Mundial, participou no Gabinete de Estratégia Militar do Estado. Recebeu louvores, enaltecendo as suas qualidades militares e várias condecorações. Manteve-se sempre ligado aos meios monárquicos, tendo-se candidatado a deputado em 1961. Abandonou depois a vida política activa.

PESTANA Júnior, Manuel Gregório (1886-1969) – *Funchal, 1961* – Nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, Porto Santo, Madeira, a 16 de Agosto de 1886 e faleceu, também no Porto Santo, a 19 de Agosto de 1969. Fez os estudos primários e o primeiro ano do liceu no Funchal e prosseguiu os estudos secundários no Colégio de Campolide, em Lisboa. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, onde foi um dos mais activos elementos da greve académica de 1907 e signatário do manifesto dos estudantes republicanos, em 1908. Concluído o curso, regressou à Madeira e dedicou-se à advocacia no Funchal. Militou no Partido Republicano Português e foi um dos fundadores da Esquerda Democrática, tendo pertencido aos directórios de ambos. Administrador do concelho do Funchal (1910-1913) e deputado pela Madeira (1913-1917), entre 1922 e 1926, foi deputado por Lisboa, vereador da Câmara Municipal de Lisboa (1924-1925) e ministro das Finanças no governo do dr. José Domingues dos Santos (22 de Novembro de 1924 a 15 de Fevereiro de 1925). Deportado, beneficiou da amnistia de Dezembro de 1932 e voltou a fixar residência no Funchal, em 1933, onde retomou a advocacia e exerceu vários cargos, designadamente a presidência da delegação local da Ordem dos Advogados, em 1945. Colaborou em diversos jornais, tanto no *Diário de Notícias* do Funchal, como nos jornais republicanos de Lisboa *O Mundo* e *A Lucta*, e foi fundador e director do diário *O Radical* (1912-1916), órgão do Partido Republicano no Funchal. Escreveu algumas obras, designadamente *D. Cristóbal Colom ou Syman Palha na História e na Cabala* (Lisboa, 1928), na qual pretende demonstrar a nacionalidade portuguesa de Cristóvão Colombo, cujo verdadeiro nome seria Simão Palha.

PIMENTA, Carlos dos Santos (1920) – *Leiria, 1965* – Nasceu em Alcobaca em 1920. Exerceu a actividade de solicitador em Leiria, depois de aprovado em provas públicas. Tomou parte activa em todas as campanhas eleitorais da oposição

PINHÃO, José Faustino Rodrigues (1923-1988) – *Santarém, 1961; 1973* – Nasceu em Alpiarça a 12 de Outubro de 1923 e faleceu na freguesia de São Nicolau, concelho de Santarém, a 22 de Agosto de 1988. Comerciante. Suplente em 1973.

PINHEIRO, Manuel Luís Guedes (1904-1997) – *Braga, 1961, Lista C* – Nasceu em Murça, Trás-os-Montes, a 29 de Abril de 1904 e faleceu a 5 de Março de 1997. Licenciou-se em Medicina na Escola Médica do Porto. Em 1930, foi acusado de fazer parte do grupo República, que teria por objectivo «promover arruaças», segundo a polícia, que o acusava também de estar indicado para chefiar um grupo misto de civis e estudantes que deveria assaltar a sede da Polícia de Informação do Porto. Foi vice-presidente do Centro Republicano Académico.

PINHO, Amílcar de (1921-1992) – **Leiria, 1973** – Nasceu no lugar da Guia, freguesia de Mata Mourisca, Pombal, em 7 de Março de 1921 e faleceu em Lisboa a 15 de Junho de 1992. Licenciou-se em Ciências Geológicas e Farmacêuticas pela Universidade de Coimbra. Foi professor do Magistério Primário e farmacêutico mas foi obrigado a abandonar o ensino devido às suas posições políticas. Em 1973, foi candidato suplente pelo círculo de Leiria e, em 1975, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte.

PINHO, José António Gabriel (1940) – **Castelo Branco, 1973** – Nasceu na Covilhã em 1940. Trabalhou no comércio desde os 10 anos de idade, logo depois de concluída a 4.ª classe da instrução primária. Em 1959, esteve preso, à ordem da PIDE, durante 13 meses, em Peniche e em Caxias. Voltou a ser preso em 1963 e em 1968 e foi enviado para o forte de Elvas, tendo sido absolvido em tribunal da primeira vez e libertado sem julgamento das outras duas. Colaborou nas campanhas eleitorais do general Delgado, em 1958, e legislativas, em 1969, pelo círculo de Castelo Branco, pelo qual se candidatou em 1973. Depois do 25 de Abril, dedicou-se apenas à sua vida profissional.

PINHO, Rosalina Rodrigues Caetano (1931) – **Lisboa, 1969, CDE** – Nasceu em Palhais, Barreiro, a 10 de Março de 1931. Educadora de Infância em Vila Franca de Xira. Participou nas campanhas das candidaturas à Presidência da República dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado.

PINTO, Fernando Torres Carneiro Vaz (1921-2001) – **Lisboa, 1961, Lista Monárquica** – Nasceu no Porto em 5 de Março de 1921 e faleceu em Oliveirinha, no concelho de Carregal do Sal, a 15 de Janeiro de 2001. Licenciou-se em Engenharia Agrónoma, com a especialidade de arquitectura paisagística. Oriundo de uma família de aristocratas, interessou-se desde muito cedo pela política e foi candidato à Assembleia Nacional na lista monárquica de 1961. Depois do 25 de Abril, considerando grave atentado aos fundamentos dum Estado de direito a maneira como se procedeu à descolonização, sem consulta prévia, por *referendum*, aos seus habitantes, afastou-se da vida política activa, dedicando-se apenas à sua profissão.

PINTO, Manuel (?) – **Aveiro, 1953, Lista Nacionalista** – Médico em Coimbra. Não foi possível obter dados deste candidato.

PINTO, Mariana de Medeiros da Câmara de Melo Cabral Marques (1929) – **Ponta Delgada, 1973** – Nasceu na freguesia de S. Pedro, Ponta Delgada, a 6 de Agosto de 1929. Suplente. Não foi possível obter outros dados desta candidata.

PINTO, Raul Sousa (?) – **Portalegre, 1969, CDE** – Suplente. Não foi possível obter dados deste candidato.

PIRES, Almôr Viegas (1926) – **Aveiro, 1969, CDE** – Nasceu na Silveira, Oliveira do Bairro, em 10 de Novembro de 1926. Licenciou-se em Economia no Instituto Comercial do Porto, para cuja associação académica foi eleito, em 1945. Quando estudante, colaborou no Movimento Democrático Estudantil e, mais tarde, na comissão distrital do Porto

do MUD-Juvenil. Administrador de empresas, colaborou, sobre temas económicos, em diversos jornais e revistas. Foi presidente do Cine-Clube do Porto, presidente da assembleia-geral da Associação de Campismo do Porto e, durante muitos anos, dirigente desportivo do Futebol Clube do Porto. Foi membro da comissão promotora da candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Em Janeiro de 1978, assinou um manifesto, dirigido *Ao Povo Português*, protestando contra o governo de coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático Social, que estava prestes a constituir-se.

PIRES, Arnaldo Cândido Veiga (1891-1982) – *Porto, 1961; 1965* – Nasceu na freguesia do Bonfim, no Porto, a 11 de Junho de 1891 e faleceu na mesma cidade em 24 de Agosto de 1982. Licenciou-se em Medicina na Escola Médica do Porto e especializou-se em Medicina Sanitária, Medicina Tropical e Hidrologia Médica, tendo exercido no Porto a sua actividade profissional. Quando do movimento de 3 de Fevereiro de 1927, foi secretário de Jaime Cortesão, no Governo Civil do Porto. Em Julho de 1928, foi preso por se encontrar reunido com militares e civis que constituíam o comité revolucionário de um golpe de Estado que deveria eclodir na noite de 20 para 21 de Julho desse ano. Em 27 de Setembro seguinte foi-lhe fixada residência em África, com um subsídio mensal de mil escudos, mas em Julho de 1930 já se encontrava de novo no Porto, onde seria mais uma vez preso, agora acusado de estar comprometido num movimento revolucionário previsto para 20 de Setembro. Foi então deportado para os Açores, agora com um subsídio diário de 25 escudos. Voltou ao Continente em 9 de Fevereiro de 1931 e até 1935 foi preso mais quatro vezes, sempre «por se achar envolvido em manejos revolucionários contra os poderes constituídos». Foi *fellow* da Royal Society of Medicine, de Londres, e membro da Rationalist Press Association, também de Londres. Exerceu as funções de médico-chefe e de director clínico em diversos hospitais, tendo fundado a primeira escola de puericultura portuguesa. Trabalhou no Hospital de Luanda e visitou, em missões do Estado, muitos hospitais estrangeiros. Introduziu em Portugal os estudos sobre a BCG e prestou grande atenção ao desenvolvimento da medicina social. Esteve ligado ao MUNAF e em Dezembro de 1950 foi julgado em Tribunal Plenário, acusado de delitos contra a segurança do Estado, tendo sido absolvido. Em 1957, foi um dos signatários de uma representação entregue no dia 1 de Outubro ao Presidente da República, na qual se explicavam os motivos pelos quais a oposição não concorreria às eleições legislativas desse ano. Assinou o Programa para a Democratização da República, em 1961, pelo que foi preso e interrogado pela PIDE. Em 1969, apresentou, com Veloso Pinho, ao II Congresso Republicano de Aveiro, uma tese intitulada «Extensão e Profundidade do Ensino Superior em Portugal: Universidade e Cultura».

PIRES, Herculano Rodrigues (1918-1980) – *Setúbal, 1973* – Nasceu na freguesia de S. Vicente, Guarda, a 30 de Dezembro de 1918 e faleceu em Lisboa a 12 de Novembro de 1980. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Advogado em Almada, interveio nas actividades do MUD e trabalhou nas candidaturas à Presidência da República dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado, bem como na campanha para as eleições de deputados pela CDE de Setúbal, em 1969. Foi delegado da Ordem dos Advogados no concelho de Almada (1963-1965) e delegado às assembleias-gerais da ordem pelo círculo judicial de Setúbal (1963-1974). Em 1969, foi um dos fundadores da

Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Como advogado, interveio na defesa de vários presos políticos julgados em tribunal plenário.

PIRES, José Augusto Nozes (1945) – **Porto, 1973** – Nasceu em Vilar da Veiga, Terras do Bouro, Braga, a 30 de Agosto de 1945, mas ainda criança partiu para Lourenço Marques, onde fez o curso dos liceus, depois do que se matriculou na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Quando estudante universitário, foi preso (Março de 1967), sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista e para «averiguações de crime contra a segurança do Estado». Esta detenção foi casual: na sequência de um acidente de viação, com dois amigos, foram encontrados na viatura alguns panfletos e imprensa comunista. Foi libertado em Agosto desse ano, preso de novo em Dezembro mas solto em Janeiro de 1968 por nada se ter provado das acusações feitas. Pertenceu à Comissão Democrática dos Professores do Distrito do Porto e participou nos trabalhos do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro em 1973, tendo apresentado duas teses, uma intitulada «Esboço para Um Quadro Afirmativo das Contradições do Capitalismo em Portugal», a outra «A Crise do Fascismo e a Aproximação da Vitória das Forças Democráticas». Foi membro da comissão executiva do Movimento Democrático do Porto.

PONTE, Domingos Rodrigues da (1933-1988) – **Bragança, 1969, CDE** – Nasceu em Vinhais a 3 de Outubro de 1933 e faleceu no Porto a 27 de Outubro de 1988. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa e foi conservador e notário na Madeira e, mais tarde, no Continente, em Boticas. Dedicou-se depois à advocacia, tendo escritório em Bragança e em Vinhais.

PONTES, Eduardo José Azeredo (1936) – **Ponta Delgada, 1973** – Nasceu em Ponta Delgada, nos Açores, a 10 de Março de 1936. Em Abril de 1961, foi detido pela PIDE, juntamente com um seu irmão e encarcerado em Ponta Delgada, depois do que seguiu sob prisão para o Aljube, em Lisboa. Julgado na Boa-Hora, foi condenado a mais de um ano de prisão. Ironicamente, comentaria que a adaptação ao Aljube seria fácil, depois do estágio em Ponta Delgada. No mesmo navio que o levou para Lisboa, ia também preso o dr. António Borges Coutinho, que viria a ser condenado, no mesmo processo, a seis meses de prisão por «delitos contra a segurança do Estado», devido à posição que tomou relativamente ao assalto ao «Santa Maria». Com o dr. Borges Coutinho, participou depois, activamente, em diversas campanhas oposicionistas, designadamente as presidenciais de 1958 e as legislativas de 1969 e 1973. Dedicou-se actualmente a uma obra social no bairro da Cova da Moura, na Amadora: o Moinho da Juventude, projecto comunitário nascido oficialmente em 1987 e que desenvolve importante acção social, cultural e económica. Em 2007, o Moinho da Juventude foi galardoado pela Assembleia da República com o Prémio Direitos Humanos.

PORTAS, José Manuel Martins (1938) – **Évora, 1969, CDE** – Nasceu em S. Bartolomeu, Vila Viçosa, no dia 14 de Junho de 1938. Licenciou-se em Engenharia de Minas no Instituto Superior Técnico, em Lisboa. Enquanto estudante, foi membro do conselho fiscal e 2.º vice-presidente, encarregado das relações exteriores, da Associação de Estudantes da sua Faculdade. Foi director técnico de uma empresa de mármore e provedor da

Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; pertenceu ao MDP-CDE de Évora e foi candidato suplente às eleições de 1969. Fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, em 1973. Depois do 25 de Abril, foi membro activo do PPD do distrito de Évora, de cujo grupo de implantação fez parte. Em 1980, emigrou para o Brasil, aí fixando residência.

PORTULÊS, Alberto Ferreira Marques (1915) – **S. Tomé, 1953** – Nasceu em S. Tomé a 19 de Novembro de 1915. Estudou no Colégio Militar, em Lisboa, entre 1927 e 1932, saindo neste último ano, depois de reprovar o 5.º ano do liceu. Administrador da Roça Rozema, em S. Tomé, e piloto aviador civil. Foi empregado de escritório na firma Lima & Gama, Lda. A sua candidatura contra o candidato da União Nacional foi anunciada pelo jornal *República*, em 16 de Outubro de 1953, e a desistência comunicada em notícia de S. Tomé, datada de 17 do mesmo mês e publicada pelo *Diário de Notícias* do dia 18.

POTT, William Gérard (1914-1977) – **Moçambique, 1961** – Nasceu em Lourenço Marques, em 1914 e faleceu na mesma cidade, já chamada Maputo, em 1977. Licenciado em Direito, exerceu a advocacia na ilha de Moçambique. Defensor do nacionalismo africano, durante a campanha do general Delgado, nas eleições presidenciais de 1958, foi o orientador de toda a propaganda política levada a efeito no norte da então província. Em 1972, foi um dos advogados do processo que ficou conhecido como «dos padres do Macúti», dois sacerdotes detidos na Beira pela DGS, acusados de «crime contra a harmonia racial». Sobre este assunto, publicou – com outros advogados do caso (João Afonso dos Santos, António Pereira Leite e Carlos Adrião Rodrigues) um livro intitulado *O Julgamento dos Padres de Macúti* (Porto, 1973). Detido em 1977 pela polícia moçambicana, a SNASP, depois de interrogado foi solto mas morreu passadas poucas semanas, vítima de ataque cardíaco.

PRETO, Francisco de Barcelos Rolão (1894-1977) – **Vila Real, 1949; Lisboa, 1969, CEM** – Nasceu na Soalheira, Castelo Branco, em 12 de Fevereiro de 1894, e faleceu em 19 de Dezembro de 1977. Em 1911, quando estudante de Direito na Universidade de Coimbra, saiu para a Galiza, a fim de se juntar às forças de Paiva Couceiro. Devido à sua participação nas incursões, foi condenado a nove anos de prisão, o que o obrigou a refugiar-se na Bélgica, onde fundou, com Luís de Almeida Braga, Domingos Gusmão de Araújo, marquês do Cadaval e Pinheiro Torres, a revista *Alma Portuguesa*, de que foi secretário e que foi o primeiro órgão do Integralismo Lusitano. Passou dois anos em Lovaina, licenciando-se em Ciências Filosóficas, e depois partiu para Toulouse, onde se licenciou em Direito em 1917, ano em que, abrangido por uma amnistia, regressou a Portugal. No diário integralista *A Monarquia*, fundado nesse ano de 1917, assinou crónicas sobre política internacional e sobre a questão social. Em 1919, apoiou a Monarquia do Norte e, depois, foi candidato a deputado pelo círculo da Covilhã. Esteve com Filomeno da Câmara na revolta de 18 de Abril de 1925 e depois apoiou o 28 de Maio, tendo redigido o primeiro programa político do general Gomes da Costa. Foi também o director efectivo do órgão de imprensa do general, *Revolução Nacional*, onde assinava os artigos de fundo com os pseudónimos *Plures* e *Pluribus*. Defendeu um sindicalismo orgânico, tentou conciliar sindicalismo e monarquia e fundou, em 1932, o diário *Revolução*, de

que foi director a partir de 28 de Maio desse ano, e o movimento nacional-sindicalista, que constituiria uma tentativa de unificação, sob a capa do fascismo, da direita radical Portugal que seria ilegalizado em 1934. Preso e expulso do país, esteve em Espanha, primeiro em Valencia de Alcântara e depois em Madrid. De regresso a Portugal, manifestou-se sempre contra Salazar e contra o Estado Novo, implicando-se em várias tentativas para derrubar um e outro. Em 1949, candidatou-se a deputado por Vila Real, mas a lista não foi aceite, sob o pretexto oficial de não ter sido possível obter certidão de eleitor de outro candidato, o padre João Vaz de Amorim. No mesmo ano apoiou a campanha eleitoral do general Norton de Matos, em 1951, a do almirante Quintão Meireles e, em 1958, a do general Humberto Delgado. Depois do 25 de Abril de 1974, tornou-se dirigente do Partido Popular Monárquico (PPM). Para além de numerosos artigos em jornais e revistas, publicou algumas obras, entre as quais *Balisas: Manual do Sindicalismo Organizado* (Lisboa, 1920), *A Monarquia é a Restauração da Inteligência* (Lisboa, 1920), *Para além do Comunismo* (Lisboa, 1932), *Revolução Espanhola: Aspectos, Homens, Ideias* (Lisboa, 1937), *Tudo Pelo Homem, Nada Contra o Homem* (Lisboa, 1953) e *Cartas Políticas* (Lisboa, 1971).

PRÍNCIPE, César da Silva (1942) – **Porto, 1973** – Nasceu em Vilar da Veiga, Gerês, a 6 de Abril de 1942. Jornalista de profissão, trabalhou no *Jornal de Notícias*, do Porto, de que foi redactor-principal, e colaborou em órgãos de informação regionais e nacionais, bem como em programas radiofónicos e televisivos. Como crítico de arte, colaborou em catálogos, monografias e programas audiovisuais. Foi dirigente do Sindicato Nacional dos Jornalistas e membro da Comissão da Carteira do Jornalista. Ligado ao Partido Comunista, foi candidato pelo Porto à Assembleia Nacional, em 1973. Conferencista, poeta, escritor, tem várias obras publicadas, como *Loucura no Deserto* (Braga, 1961), *Os Segredos da Censura* (Lisboa, 1979), *Na URSS a Convite de Deus* (Moscou, 1986), *Correio Vermelho* (Porto 2008) e *Lvcjada* (Porto, 2008).

QUEIROZ, Mário Augusto Viana de (1916-1976) – **Braga, 1969, CENI** – Nasceu na Foz do Douro, concelho do Porto, a 18 de Agosto de 1916 e faleceu a 30 de Abril de 1976. Licenciou-se em Medicina pela Universidade do Porto, especializou-se em Cirurgia e cursou também Hidrologia e Climatologia na mesma Universidade. Mais tarde, completou na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra o curso de Ciências Pedagógicas. Vereador (1941-1945) e depois vice-presidente (1945-1947) da Câmara Municipal de Barcelos, foi também vogal da comissão concelhia da União Nacional (1941-1945). Como tenente miliciano médico foi expedicionário aos Açores em 1943-1944. Fez parte da delegação portuguesa ao II Congresso Mundial de Hidrologia, Climatologia e Talassoterapia, realizado em França no ano de 1951. Além do exercício da medicina, designadamente em vários organismos corporativos, foi professor em algumas escolas de Barcelos, presidente das assembleias-gerais do Clube União de Barcelinhos e do Gil Vicente Futebol Clube, director do semanário *O Barcelense* e correspondente do diário *O Século*, de Lisboa.

QUINTAIS, Fernando da Costa (1924-2007) – **Lisboa, 1969, CEM** – Nasceu em Lisboa, na freguesia de São Julião, a 11 de Dezembro de 1924 e faleceu na mesma cidade

a 5 de Setembro de 2007. Estudou no Ateneu Comercial de Lisboa e no Instituto Industrial de Lisboa e trabalhou em várias empresas como técnico de contas, sendo membro da comissão directiva da secção de técnicos de contas do Sindicato dos Profissionais de Escritório para as relações externas. Tomou parte em vários congressos internacionais de engenharia de sistemas, cibernética, contabilidade e administração, frequentou os cursos de Filosofia e História dos Estudos Gerais de Angola e licenciou-se em Engenharia Informática no National Computing Center de Londres. Em Março de 1961, incorporou-se como civil no primeiro Corpo de Voluntários para a Defesa do Território de Angola. Foi editor de *Greí Lusitana*, órgão de comunicação da Juventude Lusitana, e colaborou no semanário *O Debate* e no *Diário de Luanda*. Em 1969, fez parte da lista monárquica que concorreu às eleições legislativas. Posteriormente, subscreveu os manifestos da Renovação Portuguesa e da Convergência Monárquica e foi um dos fundadores do Partido Popular Monárquico, de cujo conselho nacional foi membro, do qual viria a afastar-se em 1988. Foi, durante duas décadas, dirigente da Causa Monárquica, quer como presidente da direcção, quer como vogal e presidente do conselho fiscal, tendo instituído as Juventudes da Causa Monárquica.

RABAÇA, José de Bastos (1926-1998) – *Castelo Branco, 1969, CDE* – Nasceu em Manteigas a 1 de Março de 1926 e faleceu na mesma cidade a 11 de Março de 1998. Completou os estudos secundários em Lisboa e não quis ingressar no ensino superior, preferindo ir trabalhar como jornalista: primeiro no *Diário Popular*, para onde entrevistou escritores portugueses, decidindo depois ir para França; aí, entrevistou personalidades do mundo da cultura, como Aragon, Paul Eluard, Elsa Triolet e Jean Cocteau; depois, entrou, como estagiário, no *Século* e começou a escrever numa das publicações do grupo, a *Rádio Mundial*, até que passou à redacção do jornal. Saiu, quando os jornalistas foram obrigados a marcar ponto, o que não aceitou. Resolveu então dedicar-se à vida empresarial, seguindo as pisadas familiares. Foi fundador e presidente do conselho fiscal de uma empresa de penteação de lãs na Covilhã, considerada, nessa altura, a mais moderna do país. Em 1969, foi designado presidente da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios, cargo que desempenhou até ao 25 de Abril, tendo presidido depois às reuniões em que numerosos industriais decidiram fundar a Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios, da qual, porém, decidiu afastar-se. Foi também membro do conselho técnico da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, presidente da Assembleia-Geral do Grémio Nacional dos Industriais de Malhas e representante em Portugal do Secretariado Nacional da Lã. Iniciou a sua actividade política com o MUD-Juvenil e esteve em todas as campanhas oposicionistas, sendo particularmente activo nas campanhas presidenciais dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado. A polícia política prendeu-o por uma noite, quando ainda estudava, devido a uma reunião de estudantes realizada na Faculdade de Medicina, e depois fez uma busca a sua casa, à procura de documentação, mas nada encontrou, pois sua irmã escondera todos os papéis numa dependência onde se guardava carvão. Interveio no I Congresso Republicano de Aveiro e, em 1969, apresentou ao II Congresso uma tese intitulada «Habitação – Problema Social» mas quando da realização do III Congresso da Oposição Democrática, igualmente realizado em Aveiro, em 1973, recusou participar. Foi membro da Associação Socialista Portuguesa e esteve

no grupo fundador do Partido Socialista, sendo o militante número 100. Depois do 25 de Abril, foi secretário de Estado da Indústria Ligeira, no I Governo Constitucional, e, em Dezembro de 1974, chefiou a primeira missão comercial à União Soviética. Foi director das duas campanhas presidenciais do general Ramalho Eanes. Em 1982, seria expulso do Partido Socialista, devido à sua aproximação ao Partido Regenerador Democrático. Em Manteigas, foi o primeiro presidente da Assembleia Municipal e membro da mesa da Santa Casa da Misericórdia e dos Bombeiros Voluntários. Publicou numerosos artigos em vários jornais, como *Jornal do Fundão*, *Diário de Lisboa*, *Capital*, *Diário Popular*, *Expresso* e *Diário de Notícias*. Deste último, foi colunista, quando da direcção de Mário Mesquita, tendo reunido os seus artigos num livro intitulado *Democracia e Outras Crónicas* (Lisboa, 1980). Deixou algumas outras obras, entre as quais *Rumos* – uma antologia de contos e poemas, editado antes do 25 de Abril mas cuja circulação foi proibida – e *Linhas Quebradas*, precedida de uma carta de Raúl Rêgo e com introdução de David Mourão Ferreira (Lisboa, 1977). Sua filha Maria Manuel Rabaça publicou, com prefácio do general Ramalho Eanes e introdução de José Freire Antunes, *Recordando José Rabaça: 1926-1928* (Carnaxide, 2004).

RAFAEL, Agostinho José Guedes (1938) – *Bragança, 1969, CDE* – Nasceu em Lamas de Orelhão, Mirandela, a 9 de Abril de 1938. Estudou Direito em Lisboa, curso que interrompeu durante algum tempo para gerir uma empresa familiar de transportes. Enquanto estudante, militou no cooperativismo, foi fundador da Cooperativa UNITAS e trabalhou com outras cooperativas de Lisboa e do Porto. Participou nas lutas estudantis e foi eleito para a assembleia-geral da Associação Académica de Coimbra depois de ter feito parte de um movimento sindical estudantil contra a instalação de uma comissão administrativa naquela associação, em 1963. Participou activamente na campanha presidencial do dr. Arlindo Vicente e, depois, do general Delgado. Militante do Partido Comunista desde 1962, manteve activa a sua intervenção política e em 1969, quando da campanha eleitoral para as eleições de deputados, assumiu a ruptura com a estratégia de ir às urnas a qualquer preço. Afastar-se-ia depois daquele partido, quando dos primórdios do maoísmo, e depois do 25 de Abril aderiu ao MES (Movimento de Esquerda Socialista), de cuja comissão central fez parte. Quando o MES se extinguiu, voltou ao Partido Comunista, do qual se afastou em desacordo com as medidas disciplinares tomadas relativamente a militantes dissidentes da linha oficial. Antes do 25 de Abril a informação da PIDE impediu-o de desempenhar cargos públicos e dos empregos privados sucedeu-lhe ser afastado pelo mesmo motivo. Depois de 1974, foi colocado como delegado do Ministério do Trabalho em Bragança e depois nomeado técnico superior do mesmo ministério, lugar de que foi afastado num governo do Partido Socialista. Entre 1990 e 1996, exerceu o cargo de vogal da comissão instaladora do CAT (serviço de Toxicoddependência) de Cedofeita, Porto, e foi seu director de serviços. Além de advogar, com escritório em Vila Nova de Gaia, fez parte de várias direcções do IPPS, na área social e da saúde, e foi dirigente da Escola Profissional de Tecnologia Psicossocial do Porto.

RALHA, Eduardo Marques (1907-1988) – *Porto, 1953* – Nasceu a 7 de Setembro de 1907 em S. Pedro de Alva, Penacova, e faleceu em 23 de Maio de 1988. Licenciou-se

em Direito na Universidade de Coimbra. Começou por advogar em Arganil até que, em 1939, se fixou no Porto. Foi vogal da Comissão Distrital do Porto (1945-1947) e membro do Conselho Superior (1954-1962) da Ordem dos Advogados. Foi um dos promotores da realização, no Porto, da apresentação do relatório, aprovado no dia 8 de Outubro de 1945, no Centro Republicano Almirante Reis, em Lisboa, que deu origem ao MUD. Foi um dos orientadores desse movimento e depois participou activamente em todas as campanhas eleitorais. Em Março de 1957, foi um dos primeiros dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência, pedindo um «inquérito à PIDE»; no mesmo ano, foi um dos signatários de uma representação, entregue no dia 1 de Outubro, ao Presidente da República, na qual se explicavam os motivos pelos quais a oposição não concorreria às eleições legislativas desse ano. Foi presidente do Clube dos Fenianos e um dos fundadores da associação cultural «Argus». Deixou colaboração de carácter jurídico em diversas revistas da especialidade. Publicou também alguns trabalhos de carácter jurídico e político, como *Lições de Direito Comercial* (Coimbra, 1937), *Documentos de uma Campanha Eleitoral: Porque sou Candidato da Oposição* (Porto, 1953), *Quem Vota e Como se Delibera nas Sociedades por Quotas* (Coimbra, 1956) e *Petrus (Dr. Pedro Veiga) o Caluniador* (Porto, 1969).

RAMALHO, José Neves (?) – *Setúbal, 1973* – Suplente. Não foi possível obter dados deste candidato.

RAMOS, Armino Gonçalves (1921) – *Castelo Branco, 1961* – Nasceu em 1921. Licenciou-se em Ciências Económicas e Financeiras, pela Universidade Técnica de Lisboa, e foi professor da Escola Comercial de Castelo Branco e industrial de lanifícios em Cebolais de Cima.

RAMOS, Gilberto Lindim (1931) – *Lisboa, 1961; 1973* – Nasceu no Bombarral a 14 de Julho de 1931. Licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Quando estudante, distinguiu-se nas lutas em prol das associações académicas. Profissionalmente, foi secretário de uma empresa de construção naval de Viana do Castelo. Em 1969, apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «A Economia Portuguesa – Sua Evolução e Perspectivas». Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS, e por isso interrogado. Em 1969, apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «A Economia Portuguesa – Sua Evolução e Perspectivas» e, em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado também em Aveiro, ao qual apresentou uma tese sob o título «Portugal e o Mercado Comum». Nesse mesmo ano, foi candidato suplente pelo círculo de Lisboa às eleições legislativas. Tem colaborado em diversos jornais e revistas, como a *Seara Nova*. Depois do 25 de Abril, foi membro da Assembleia Metropolitana de Lisboa, presidente do Sport Grupo Sacavenense e deputado à Assembleia Municipal de Loures pela CDU (2005 – 2009). Com Armando de Castro, publicou *A Evolução da Economia Portuguesa* (Lisboa, 1973).

REBELO, Fernando Pereira (1919-2002) – *Funchal, 1969, CDE* – Nasceu em São Pedro, Gouveia, a 27 de Outubro de 1919 e faleceu em 31 de Julho de 2002. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Enquanto estudante, foi, por duas vezes,

presidente da Associação Académica de Coimbra, director do Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra e director do jornal *Via Latina*. Foi membro da comissão democrática de Coimbra de apoio à candidatura do general Norton de Matos e das comissões distrital da Guarda e concelhia de Gouveia de apoio à candidatura do general Humberto Delgado. Exerceu a advocacia em Gouveia e, posteriormente, no Funchal.

REBELO, José Adriano Pequito (1892-1983) – *Portalegre, 1945; 1949* – Nasceu no Gavião, Portalegre, em 21 de Maio de 1892 e faleceu em Lisboa a 22 de Janeiro de 1983. Estudou no Colégio de Campolide, dirigido por padres jesuítas, licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e depois viveu algum tempo em Paris. Advogado, grande lavrador e proprietário, combateu o projecto de reforma agrária de Ezequiel de Campos, durante o governo de José Domingues dos Santos. Em 1914, fundou a revista *Nação Portuguesa*, que deu origem ao movimento designado Integralismo Lusitano, a cuja Junta Central pertenceu. Combateu na Flandres, como alferes miliciano, durante a I Guerra Mundial e, em 1919, defendeu a Monarquia em Monsanto, ficando ferido. Foi voluntário na Guerra Civil de Espanha, ao lado das forças nacionalistas, às quais disponibilizou o seu avião particular para diversas missões políticas e diplomáticas, e esteve integrado, como tenente miliciano, na Missão Militar Portuguesa de observação. Em Agosto de 1936, proferiu algumas palestras, no Rádio Clube Português, contra os republicanos espanhóis, palestras essas depois reunidas em volume, sob o título *Anti-Marx* (Lisboa, 1937). Em Angola, em 1961, participou em diversas acções da Força Aérea Voluntária, distribuindo correio que levava no seu avião particular. Para carregar mais o avião com o correio destinado aos militares, voava à maior altitude que as características do aparelho lhe permitiam, poupando assim combustível em benefício da carga. Em 1949, foi convidado para fazer parte da lista da União Nacional para as eleições legislativas desse ano mas recusou e constituiu, em Portalegre, uma lista de oposição. Foi director da Associação Central de Agricultura Portuguesa e escreveu diversas obras sobre agricultura. Em 1978, foi nomeado para o Conselho Privado do Duque de Bragança, D. Duarte. É autor de numerosas obras, designadamente, *Uma Previsão dos Acontecimentos de Espanha* (Lisboa, 1937), *Tradição e Ultramar* (Lisboa, 1961), *Portugal e a Índia* (Lisboa, 1962), *Em Demanda do Segredo Africano* (Coimbra, 1965), *Boas e Más Reformas Agrárias* (Porto, 1975), *Fomento e Povoamento Estratégicos – Solução do Problema de Angola?* (Lisboa, 1966), *A Soberania Soviética em Portugal* (Porto, 1978) e *As Falsas Ideias Claras em Economia Agrária* (Lisboa, 1979).

RÊGO, Raul d'Assunção Pimenta (1913-2002) – *Lisboa, 1965; 1969, CEUD* – Nasceu em Morais, Macedo de Cavaleiros, em 15 de Abril de 1913 e faleceu em Lisboa no dia 1 de Fevereiro de 2002. Com 11 anos de idade, entrou no Seminário da Congregação do Espírito Santo, em Viana do Castelo, e concluiu o curso de Teologia, em 1936, mas não recebeu ordens e abandonou os estudos no ano seguinte; frequentou depois a Escola Superior Colonial, colaborou na revista *Sol Nascente* (1937) e, em 1938, começou a leccionar no Colégio Moderno, em Lisboa, donde se afastou no ano seguinte, para evitar problemas entre o colégio e o Ministério da Educação, onde caíra mal um artigo publicado no jornal dos estudantes, pelo qual era o responsável. Foi depois redactor da *Seara*

Nova e, em 1940, começou a trabalhar como jornalista na agência noticiosa Reuter, e, em 1942, no *Jornal do Comércio*. Com António Sérgio e outros tentou criar, em 1945, mas em vão, um Partido Trabalhista e interveio em todas as acções do Movimento de Unidade Democrática. Nas campanhas dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado à Presidência da República dirigiu os serviços de imprensa das respectivas candidaturas. Foi co-autor do Programa para a Democratização da República (1961), pelo que será preso pela primeira vez. Seria preso mais duas vezes: em 1965, no enterro do general Delgado, e em 1968, devido à publicação do seu livro *Para um Diálogo com o Senhor Cardeal-Patriarca*. Redactor do *Diário de Lisboa* desde 1959, presidente da direcção da Casa da Imprensa em 1965 e 1966, director-adjunto da *República* em Dezembro de 1971, no ano seguinte, a 7 de Outubro, toma a direcção desse vespertino, que moderniza e que se torna porta-voz das doutrinas socialistas democráticas e claro opositor do marcelismo. Em 1969, fez parte da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e participou no II Congresso Republicano de Aveiro, com uma tese intitulada «A Censura Administrativa à Imprensa». Em 1970, a 9 de Abril, foi detido pela DGS, interrogado durante várias horas sobre a sua opinião quanto aos problemas ultramarinos, interrogatórios que se repetiram mais quatro vezes, depois do que lhe foram aplicadas medidas de segurança por seis meses: não podia afastar-se de Lisboa sem prévia autorização, não podia «promover ou participar em actos que possam prejudicar a política ultramarina portuguesa» e – o que era mais grave, pois cerceava a sua liberdade de jornalista – não podia «publicar notícias com o mesmo fim». Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, também realizado em Aveiro, tendo apresentado uma tese intitulada «Da Censura Prévia ao Exame Prévio». Foi membro do Conselho Nacional do Partido Socialista desde 1973, deputado à Assembleia Constituinte e em todas as legislaturas até 1996, quando a doença o impediu de continuar. No I Governo Provisório, foi ministro da Comunicação Social (16 de Maio a 17 de Julho de 1974), regressando depois à direcção da *República*. Em Maio de 1975, problemas internos, ligados à agitação política da época, levaram à suspensão do jornal. Fundou, então, a 28 de Agosto, *A Luta* (1975-1979). Em 1976, recebeu, em Itália, a Pena de Ouro da Liberdade, atribuída pela Federação Internacional dos Directores de Jornais, precisamente pela sua luta pela liberdade de imprensa. Entre 1988 e 1990, foi Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano. Deixou vasta obra nos domínios da política, da história, da literatura e do jornalismo. Foi dado o seu nome a uma rua da Amadora. Publicou numerosas obras, de carácter literário, político e histórico, designadamente: *Diário Político* (Lisboa, 1969), *Horizontes Fechados* (Lisboa, 1969), *Os Políticos e o Poder Económico* (Lisboa, 1969), *O Último Regimento da Inquisição Portuguesa* (Lisboa, 1971), *Depoimento ou Libelo* (Lisboa, 1975) e *História da República*, 5 vols. (Lisboa, 1986-1987). Sobre a sua vida profissional e política, Natália Santos defendeu, na Universidade de Coimbra, em 2007, uma tese de mestrado intitulada *Raul Rêgo – O Jornalista e o Político*.

REIS, António Fernando Marques Ribeiro (1948) – **Santarém, 1969, CDE** – Nasceu em Lisboa a 9 de Maio de 1948. Licenciou-se em Filosofia na Universidade de Friburgo, Suíça, e doutorou-se em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde é professor auxiliar e vice-presidente do Instituto de

História Contemporânea. Enquanto estudante, participou activamente no movimento associativo estudantil, de que foi dirigente. Foi redactor da revista *O Tempo e o Modo* e, entre 1969 e 1974, redactor da *Seara Nova*. Membro da direcção do Centro Nacional de Cultura, participou desde o início na organização do Movimento Democrático Eleitoral para o distrito de Lisboa. Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS, e por isso interrogado. Juntamente com Francisco Monteiro Curto e Mário Sottomayor Cardia, redigiu, em Junho e Julho de 1973, os documentos programáticos do Partido Socialista, de que foi co-fundador. Também em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro. Como oficial miliciano, participou na preparação e execução do movimento militar do 25 de Abril e fez parte do destacamento da Escola Prática de Administração Militar que ocupou os estúdios da Radiotelevisão Portuguesa, então no Lumiar. Eleito deputado à Assembleia Constituinte, foi também deputado pelo Partido Socialista às I, II, III, VII e VIII Legislativas da Assembleia da República. Foi secretário de Estado da Cultura no II Governo Constitucional, em 1978, membro do Conselho de Imprensa entre 1980 e 1982 e membro da Alta Autoridade para a Comunicação Social, de 1990 a 1994. É director-adjunto da revista *Finisterra*. Em Junho de 2005, foi eleito pela primeira vez Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano-Maçonaria Portuguesa, tendo sido reeleito em 2008. De entre as suas obras, destacam-se: *O Marxismo e a Revolução Portuguesa* (Lisboa, 1979), *Portugal Contemporâneo (1820-1992)* (Lisboa, 1990-1993), *Portugal, 20 anos de Democracia* (Lisboa, 1994) e *Raúl Proença, Biografia de um Intelectual Político Republicano* (2 vols., Lisboa, 2003).

REIS, António Romeu Azevedo da Cunha (1948) – *Coimbra, 1973* – Nasceu em Vila do Conde a 8 de Agosto de 1948. Fez os estudos secundários na Póvoa do Varzim e depois matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde completou os quatro primeiros anos da licenciatura. Participou activamente nas lutas académicas e foi subdelegado de curso do 3.º e 4.º anos jurídicos integrando, nessa qualidade, a Junta de Delegados, que eram estruturas representativas dos estudantes de cada faculdade e que, para além de promoverem a resolução dos problemas internos de cada uma das faculdades (nem todas tinham a respectiva associação académica), articulavam a sua acção com a Associação Académica nas lutas do conjunto da academia. Como membro da Junta de Delegados, foi co-presidente da assembleia permanente de ocupação da Faculdade de Direito, desde o início da greve. No ano lectivo de 1970-1971, foi eleito membro da direcção da Associação Académica mas o Ministério da Educação não a homologou, tal como não homologou a de outro estudante também eleito, Domingos Lopes. Isso não impediu ambos de exercerem as funções para que tinham sido escolhidos e, em consequência, no dia 12 de Fevereiro de 1971 foi preso, juntamente com outros estudantes, e levado para Caxias, onde ficou até 2 de Abril. Fora, entretanto, alvo de dois processos disciplinares, o segundo dos quais foi aberto no próprio dia em que o primeiro foi arquivado e levou à sua suspensão da Faculdade de Direito de Coimbra por dois anos. Por esse motivo, foi concluir o curso em Lisboa, aí se licenciando. Exerce a advocacia em Vila do Conde. Em 1973, fez parte da comissão nacional organizadora do III Congresso da

Oposição Democrática, realizado em Aveiro, no mês de Abril, participando em todas as reuniões preparatórias que foram decorrendo naquela cidade desde o Outono de 1972. Foi candidato suplente às eleições para a Assembleia Nacional, em 1973. Já como advogado, interveio num julgamento, realizado, a 23 de Abril de 1974, na Marinha Grande, de cinco pessoas acusadas de terem participado numa reunião ilegal: a de S. Pedro de Moel. Depois do 25 de Abril, foi militante do MDP-CDE, até perto da sua extinção, partido pelo qual foi candidato nas eleições legislativas de 1975. A partir de 1975, fixou-se em Vila do Conde, exercendo a advocacia, e foi candidato pela APU à presidência dessa Câmara Municipal nas segundas eleições autárquicas; foi, também, eleito várias vezes pela APU e pela CDU à Assembleia Municipal de Vila do Conde. Nas eleições legislativas de 1985, foi candidato independente, pelo distrito de Porto, na lista da CDU. Tem numerosos artigos publicados na imprensa regional e é autor de vários livros, designadamente *Reflexão sobre a Perestroika* (Vila do Conde, 1989), *Esta Noite Forniquei com a Liberdade* (Braga, 2005) e *O Sentido de Estado de Patolino XVI* (Braga, 2008).

REIS, Luís da Câmara (1885-1961) – *Lisboa, 1953; 1957; 1961* – Nasceu em Lisboa, na freguesia de Santa Isabel, a 20 de Abril de 1885 e faleceu no Estoril a 27 de Outubro de 1961. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e dedicou-se ao ensino, ao jornalismo, à cultura e à política. Foi professor no Liceu de Setúbal e, em Lisboa, nos Liceus Camões e Gil Vicente, na Casa Pia e na Escola Normal. Sempre se interessou, aliás, pelas questões do ensino e logo em 1908 assinou o programa da Liga de Educação Nacional, que se propunha «regenerar a sociedade portuguesa» pela educação, além de ter publicado vários trabalhos, como *A Crise da Universidade* (1933), *A Didáctica da Matemática* ou *Métodos Geométricos*. Teve grande actividade como conferencista, designadamente na Universidade Popular, desde a sua fundação, e como colaborador de diversos jornais e revistas, como *Mocidade* (1899-1905), *A República Portuguesa* (1910-1911), *Ilustração Portuguesa*, *Lucta*, *República*, *Capital* e *O País*. Entre Agosto de 1911 e Janeiro de 1912, foi editor e proprietário de *Vida Política*, uma série de panfletos que saíam três vezes por mês e que foram reunidos em volume em 1913. Foi um dos fundadores da *Seara Nova*, revista na qual exerceu funções directivas, desde 1941 até falecer. Em Novembro de 1945, foi um dos signatários de um manifesto de intelectuais em que se protestava contra «as limitações de toda a espécie» de que a sua actividade era objecto. Pertenceu a vários movimentos oposicionistas ao Estado Novo, designadamente ao Movimento de Unidade Democrática, de que foi um dos fundadores e de cuja primeira comissão central fez parte. Foi membro da comissão central dos serviços de candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República e, nas eleições presidenciais de 1958, apoiou o dr. Arlindo Vicente, antes da sua desistência a favor do general Humberto Delgado. Foi candidato a deputado, pelo círculo de Lisboa, nas eleições de 1953 e 1957 e pelo círculo de Santarém em 1961, tendo falecido repentinamente durante a campanha eleitoral. Em sinal de homenagem, não foi substituído. Além de várias traduções e prefácios, deixou numerosas obras de carácter literário ou político, como: *Contos de Março* (Lisboa, 1909), *Infinatismo* (1932), *Ao Serviço da Democracia* (Lisboa, 1945) e *As Questões Morais e Sociais na Literatura*, série de intervenções proferidas entre 1919 e 1926 (Lisboa, 1940).

RIBEIRO, Adolfo Rodrigues de Almeida (1905) – *Aveiro, 1961* – Nasceu em Águeda em 1 de Agosto de 1905. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Regressou à sua terra natal, onde exerceu a advocacia.

RIBEIRO, André Aurélio Nogueira de Mello e Castro – v. **PEREIRA**, André.

RIBEIRO, António José Guarda (1933-2002) – *Leiria, 1973* – Nasceu em Estação, Marinha Grande, a 12 de Dezembro de 1933 e faleceu em 10 de Fevereiro de 2002. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e passou a exercer a advocacia, tendo sido consultor jurídico do Sindicato dos Operários Vidreiros, do Sindicato dos Operários Metalúrgicos e do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do distrito de Lisboa. Entre 1993 e 1995, foi vogal da delegação da comarca da Marinha Grande. Fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril de 1973.

RIBEIRO, Eduardo (1926) – *Braga, 1965; 1969, CDE* – Nome profissional de Eduardo Ribeiro Martins. Nasceu em Gondar, Guimarães, a 19 de Junho de 1926. Frequentou o Curso Elementar de Comércio nas Escolas Técnicas de Guimarães e Braga e depois trabalhou como guarda-livros durante quatro anos. A partir de 1949, concluído o serviço militar, dedicou-se à construção civil na empresa da família e concluiu, na Escola Técnica de Braga, o curso de construtor civil. Já depois do 25 de Abril, concluiu, no Porto, na Universidade Fernando Pessoa, o curso de Engenharia Civil. Ao II Congresso Republicano de Aveiro apresentou uma tese intitulada «Habitação – Problema Social» e ao III Congresso da Oposição Democrática, realizado também em Aveiro, em 1973, apresentou uma tese intitulada «Construção Civil – Estrutura Actual – Industrialização» e, com António Pinheiro Braga, outra tese subordinada ao título «Urbanismo e Habitação – Perspectivas do Distrito de Braga». Participou nas campanhas eleitorais do general Delgado e nas legislativas de 1961, tendo sido candidato em 1965 e em 1969, neste último ano em substituição do dr. Humberto Soeiro, cuja candidatura não fora aceite. Em sua casa, esteve instalado, durante algum tempo, em 1967, um copiógrafo que os democratas bracarenses adquiriram para imprimirem documentos antigovernamentais. Nesse mesmo ano de 1967, concluiu o curso nocturno de construtor civil na Escola Técnica de Braga, pelo que lhe foi atribuído o prémio «Comendador Santos da Cunha». Em 1975, apresentou-se, pelo MDP-CDE, como candidato à Assembleia Constituinte, pelo círculo de Braga, mas não foi eleito. Abandonou depois a actividade política activa.

RIBEIRO, Hélder Armando dos Santos (1883-1973) – *Porto, 1961; 1965* – Nasceu em Lisboa no dia 19 de Junho de 1883 e faleceu no Porto a 9 de Novembro de 1973. Concluiu o curso de Infantaria em 1902 e o de Estado-Maior em 1911. Foi professor do curso de Estado-Maior e do Instituto Industrial de Lisboa. Em 1899, fundou a Liga Académica Republicana e no período de 1907 a 1910 participou activamente nas iniciativas tendentes a proclamar a República, tendo sido, com Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, um dos autores dos planos militares do 5 de Outubro de 1910. Membro do Partido Republicano Português desde a sua fundação, foi deputado à Assembleia Constituinte de 1911 e na legislatura de 1915, em ambos os casos pelo círculo da Covilhã, e entre 1919 e 1921

representou o círculo de Lisboa, primeiro pelo Partido Democrático e depois pelo Partido Reconstituente. Capitão, fez parte da equipa do Estado-Maior que preparou a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, foi depois integrado no Quartel-General do Corpo Expedicionário Português, comandou um batalhão e, em 1918, foi chefe interino do Estado-Maior em França, tendo recebido várias condecorações, tanto do governo português, nomeadamente o oficialato da Torre e Espada com palma, como de governos estrangeiros: a Legião de Honra francesa (oficial), a Grã-Cruz de Leopoldo III, da Bélgica, e companheiro da Ordem de S. Miguel e S. Jorge, da Inglaterra. Foi ministro da Guerra – era então tenente-coronel do Estado-Maior – nos governos de Sá Cardoso (30 de Junho de 1919 a 15 de Janeiro de 1920), Domingos Pereira (21 de Janeiro a 8 de Março de 1920), António Granjo (19 de Julho a 20 de Novembro de 1920) e José Domingues dos Santos (22 de Novembro de 1924 a 15 de Fevereiro de 1925). Em 25 de Junho de 1926, por ordem do general Gomes da Costa, foi preso – com outros oficiais e políticos, como o major Álvaro de Castro, o tenente-coronel Álvaro Pope e o general Sá Cardoso – e mandado para bordo da fragata «D. Fernando», de onde deveria seguir para os Açores. Todavia, no dia 3 de Julho foi libertado, com todos os outros. Suspeito de envolvimento na revolta republicana de 1927, foi preso e dois dias depois saía a barra, com mais duas dezenas de pessoas, deportado para S. Tomé. Todavia, foi mandado desembarcar na Cidade da Praia, onde permaneceu até Junho, passando depois à Graciosa e, no mês seguinte, à Horta, de onde, em Outubro de 1929, foi autorizado a regressar a Lisboa. Em Junho de 1930, foi preso sob a acusação de actividades contra o Estado e deportado para os Açores, de onde regressou em Fevereiro de 1931, por motivo de doença, sendo-lhe fixada residência na Senhora da Hora. Tendo tido conhecimento, a 5 de Abril seguinte, da eclosão do movimento revolucionário da Madeira, mudou a residência para o Porto, pelo que quando, no dia 9, o Quartel-General deu ordem para que fosse preso não foi encontrado. Semanas depois, era abatido ao efectivo do exército, como desertor. Era já um dos chefes do movimento revolucionário que (contra a sua opinião, por considerar que a preparação não era suficiente) eclodiu em 26 de Agosto desse ano de 1931. Foi preso três dias depois e deportado, no mês seguinte, para Timor, de onde só pôde regressar em Abril de 1933 (desembarcou em Lisboa em Junho desse ano), sendo-lhe fixada residência em Celorico de Basto. Ainda esteve preso, sem formação de culpa, entre 24 de Novembro e 19 de Março desse ano. Pretendeu partir para Moçambique, mas acabou por lhe ser fixada residência, outra vez, na Senhora da Hora. Em Maio de 1935, uma amnistia destinada a oficiais demitidos por delitos políticos permitiu, no ano seguinte, a sua reintegração no Exército, na situação de reforma, com a patente de coronel. A partir de 1941, o seu nome surgiu várias vezes como indigitado ministro em listas governamentais oposicionistas. Pertenceu à comissão central do MUD (1946-1949) e em Agosto de 1946 foi preso sob a acusação de ser membro do conselho nacional do MUNAF. Foi signatário de vários documentos, como a representação dirigida ao Presidente da República, intitulada «Portugal Fora das Nações Unidas» (1946), outra representação, no dia 1 de Outubro de 1957, explicando os motivos pelos quais a oposição não se apresentava às urnas nas eleições legislativas desse ano e uma terceira, em 1960, pedindo que fosse autorizada a realização de um Congresso dos Democratas e a publicação de um semanário oposicionista. Em 1961, subscreveu o «Programa para a Democratização da República», pelo

que foi preso e interrogado pela PIDE. Em 1948, foi um dos subscritores da candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República e em 1953 e em 1957 o seu nome chegou a ser sugerido para fazer parte das listas de candidatos a deputados pelo círculo de Lisboa. Em 1954, aceitou fazer parte da Junta Consultiva da Causa Republicana, organização política oposicionista cujo pedido de aprovação dos estatutos foi indeferido; fez depois parte do Directório Democrato-Social que, em 1958, pretendeu apresentar a candidatura do almirante Quintão Meireles à Presidência da República, candidatura que não chegou a concretizar-se por não terem sido satisfeitas as condições que para tal solicitou. Presidiu à sessão inaugural do II Congresso Republicano de Aveiro, tendo proferido um discurso em que apelou ao governo para que promovesse «eleições livres, com igualdade absoluta de direitos e de deveres para todos os portugueses, sem habilidades interpretativas nem pressões ocultas». É autor de um livro sobre a Primeira Guerra Mundial, intitulado *Memórias do B. I. 23 na Bélgica e do seu Serviço de Saúde* (Lisboa, 1965). Em 1997, foi publicado no Porto um volume de correspondência que lhe foi dirigida entre 1902 e 1931, organizado por Francisco Ribeiro da Silva: *Coronel Hélder Ribeiro – Correspondência Recebida (1902-1931) e Notas Autobiográficas*.

RIBEIRO, João Mendes (1909-1993) – Braga, 1969, CENI – Nasceu em Pevidém, S. Jorge do Selhe, Guimarães, em 28 de Junho de 1909 e morreu no Porto a 19 de Abril de 1993. Filho e neto de industriais, diplomou-se em Engenharia Têxtil na École Supérieure de Filature et Tissage de Mulhouse, França. Foi presidente da Câmara Municipal de Guimarães (1967-1970), presidente da mesa da classe da indústria algodoeira da Associação Industrial Portuense (1954), fundador do Grémio Nacional dos Industriais Têxteis (1960), presidente do conselho de administração da Companhia de Fiação e Tecidos do Ave (1964) e presidente do conselho de administração do Banco Ferreira Alves. Foi também comandante do Terço da Legião Portuguesa de Fafe. Projectou a pousada de S. Bento, no Gerês, a segunda a ser edificada. Foi também pintor amador. Foi director do semanário *Notícias de Fafe* e presidente da assembleia-geral do Vitória de Guimarães. Na V e na VI Legislativas (1949-1957), foi procurador à Câmara Corporativa. Publicou alguns trabalhos de carácter técnico, como *A Indústria Têxtil Algodoeira* (Fafe, 1963), *Progresso e Fatalidades Sociais* (Braga, 1970) e *Interrogações ao Corporativismo Português* (Braga, 1971).

RIBEIRO, Sérgio José Ferreira (1936) – Leiria, 1969, CDE – Nasceu na freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, a 21 de Dezembro de 1936. Licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, de cuja associação de estudantes foi vice-presidente, entre 1958 e 1960. Deu aulas no seu Instituto (que depois foi ISE e ISEG), na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e no Instituto Politécnico de Tomar (2001-2004) e doutorou-se, em 1986, pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa. Entre 1960 e 1961, foi presidente do Centro Desportivo Universitário de Lisboa e, em 1961, foi vice-presidente da direcção da Federação Portuguesa de Atletismo mas demitiu-se antes do fim do mandato, em 1962. Trabalhou na Siderurgia Nacional entre 1960 e 1963. Foi preso pela PIDE em Maio de 1963, tendo estado no Aljube e em Caxias e sofrido a tortura do sono. Foi julgado, em 1964, em tribunal plenário e condenado a 14 meses de prisão. Quando do 25 de Abril, encontrava-se detido em Caxias desde o

início do mês e só viria a ser libertado na madrugada de 27, juntamente com os demais presos. Em 1969, apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «Reflexões de Economista a Partir das Palavras e Mágicas». Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS e por isso interrogado. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, e, entre 2 de Junho e 11 de Agosto desse ano, foi director interino do semanário *Notícias da Amadora*. O seu nome seria recusado pela censura, sendo então substituído por Carlos Carvalhas. Membro do PCP desde 1959 (e do seu Comité Central desde o XVI Congresso, em Dezembro de 2006), foi fundador e membro do Conselho Português para a Paz e a Cooperação e consultor chefe da missão BIT/OIT, em vários países africanos, designadamente de língua oficial portuguesa. Foi director-geral do Emprego (1975-1976), membro da Assembleia Municipal da Amadora (1979), deputado à Assembleia Municipal e membro da comissão concelhia de Ourém e da DOR de Santarém. Foi deputado pelo PCP à Assembleia da República em 1986 e ao Parlamento Europeu duas vezes: entre 1989 e 1990 e entre 2004 e 2005. Publicou vários trabalhos, tanto de carácter económico, como político e memorialístico, designadamente *Dossier Candidatura – Leiria 1969* (Lisboa, 1970), *Censo – Quantos Somos? Como Somos* (Lisboa, 1971), *De Como Um Golpe Militar Pode Começar Um Processo Revolucionário ou A História de Portugal Que Nós Escrevemos Hoje* (Lisboa, 1975), *Porque Vivi e Quero Contar* (Lisboa, 1983), *A Senhora Lhe Pague e Outros Contos – Se Contos São...* (Ourém, 2003) e *50 Anos de Economia e Militância* (Lisboa, 2008).

RITA, José Santa (1944) – *Moçambique, 1961* – Nasceu em Lisboa em 1944. Advogado em Lourenço Marques. Não foi possível obter outros dados deste candidato.

RODRIGUES, Carlos Adrião (1929) – *Moçambique 1961* – Nasceu em Lisboa a 2 de Junho de 1929. Fez parte dos estudos liceais em Lisboa e em 1945 seguiu para Moçambique, onde se encontravam seus pais. Em Lourenço Marques (hoje Maputo) completou o ensino secundário e depois voltou a Lisboa para se licenciar em Direito. Findo o curso, regressou a Moçambique e abriu banca de advogado em Lourenço Marques. Foi membro do Grupo dos Democratas de Moçambique, de que faziam parte, entre outros, os drs. António Almeida Santos, João Afonso dos Santos, William Pott e Heliodoro Frescata. Nos anos 60, foi várias vezes presidente do Cineclube de Moçambique e director da revista *Objectiva 60*, órgão dessa agremiação. No Tribunal Militar defendeu vários réus acusados de actividades subversivas, designadamente os escritores Vergílio de Lemos, José Craveirinha e Luiz Bernardo Honwana, e foi um dos advogados do processo que julgou dois sacerdotes detidos na Beira pela DGS, acusados de «crime contra a harmonia racial». Sobre este assunto publicou – com outros advogados do caso (João Afonso dos Santos, António Pereira Leite e William Gérard Pott) – um livro intitulado *O Julgamento dos Padres de Macúti* (Porto, 1973). Foi ainda advogado dos sacerdotes espanhóis Alfonso Valverde León e Martin Robles, que estavam presos por terem denunciado às autoridades portuguesas alguns excessos militares sobre as populações civis, na zona de Tete. O julgamento chegou a estar marcado mas depois da denúncia da chacina

de Wiriamu e da visita de Marcello Caetano a Londres, foram amnistiados do crime de que eram acusados. Esta amnistia foi considerada a maior, em termos de pena aplicável, jamais produzida no Estado Novo. Depois do 25 de Abril, no período que antecedeu a independência de Moçambique, fez parte de um Grupo de Democratas de Moçambique – que nada tinha a ver com o anterior do mesmo nome e cujo objectivo era a independência do território e o apoio à FRELIMO como legítima representante do povo moçambicano. Nomeado pelo Governo de Transição, pertenceu à comissão administrativa do Rádio Clube de Moçambique, que transformou em Rádio Moçambique. Em 1975, foi nomeado, pelo Presidente Samora Machel, vice-governador do Banco de Moçambique, cargo de que se demitiu em 1977 por desacordo com a política do governo da FRELIMO, em particular relativamente à atitude para com as minorias étnicas. Regressou então a Portugal, dedicando-se à advocacia. Nos anos 80, foi administrador da RDP. Publicou alguns trabalhos jurídicos, designadamente *Código Civil Português Com as Novas Alterações* (Lisboa, 1977) e, em colaboração com João Afonso dos Santos e J. Martins de Almeida, *Código Administrativo e Estatuto Disciplinar, Actualizados e Anotados, com Legislação Complementar Incluindo a Legislação Eleitoral das Autarquias Locais* (Lisboa, 1979) e *Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local* (Lisboa, 1979).

RODRIGUES, Francisco Alberto Pinto (1900) – *Braga, 1957; 1961, Lista C* – Nasceu em Guimarães em 1900. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e passou a exercer a advocacia em Guimarães. Apesar das dificuldades físicas que a sua hemiplegia lhe provocava, foi sempre muito activo: pertenceu à comissão distrital do MUD e tomou parte activa em todos os movimentos da oposição, tendo sido membro das comissões distritais de apoio às candidaturas do general Norton de Matos e do dr. Arlindo Vicente. Foi também membro da comissão regional de Braga de Socorro aos Presos Políticos. Em Junho de 1969, foi um dos subscritores de uma exposição enviada ao Presidente do Conselho, Salazar, apoiando as reivindicações dos estudantes da Universidade de Coimbra e protestando pelas medidas contra eles tomadas pelas autoridades.

RODRIGUES, José Alberto (1905-1979) – *Braga, 1965; Vila Real, 1969, CDE* – Nasceu em Val do Campo, Cabanas, Valpaços, a 8 de Dezembro de 1905 e faleceu em Bornes, Vila Pouca de Aguiar a 8 de Novembro de 1979. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e exerceu a advocacia em Vila Pouca de Aguiar. No exercício da sua profissão, interveio em defesa de vários arguidos políticos nos tribunais plenários. Foi membro da comissão central do Movimento Nacional Democrático e do MUD e participou em todas as campanhas eleitorais da oposição. Foi duas vezes membro do conselho distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados e outras duas vezes delegado dos advogados do círculo judicial da Figueira da Foz. Em 1969, apresentou, no II Congresso Republicano de Aveiro, uma tese intitulada «A Terra e o seu Emigrante» e, em 1973, no III Congresso da Oposição Democrática, também realizado em Aveiro, apresentou a tese «Breve Análise da Situação de Portugal no Mundo em 1973 Comparada com a Posição que Tinha em 1925, Ainda no Governo da República».

RODRIGUES, Mário Bastos (1951) – *Aveiro, 1973* – Nasceu no Préstimo, Águeda, em 1951, e licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Trabalhou em diversos jornais, como o semanário *Independência de Águeda*, e foi um dos promotores da comissão regional de Aveiro de Socorro aos Presos Políticos. Pertenceu às comissões nacional e executiva do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, em Abril de 1973.

RODRIGUES, Papiniano Manuel Carlos Vasconcelos – v. **PAPINIANO CARLOS**

RODRIGUES, Urbano Augusto Tavares (1923) – *Beja, 1969, CDE; Lisboa, 1973* – Nasceu na freguesia de Santa Catarina, em Lisboa, a 6 de Dezembro de 1923, mas passou a infância e parte da adolescência em Moura, no Alentejo, onde tinha família. Licenciou-se em Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde foi assistente, entre 1957 e 1959, tendo sido demitido por motivos políticos. Foi leitor em diversas universidades estrangeiras, designadamente na Sorbonne, em Paris. Em 1957, foi um dos subscritores de um manifesto contra a censura, em 1958 participou activamente na campanha do general Humberto Delgado para a Presidência da República, e em Março de 1959 foi também um dos subscritores de uma exposição dirigida a Salazar em que se pedia que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política»; em 1961, assinou o Programa para a Democratização da República, pelo que seria detido e interrogado. Em 1969, apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «Um Conceito de Liberdade» e, em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, também realizado em Aveiro, e foi candidato suplente, pelo círculo de Lisboa, nas eleições legislativas. Em Janeiro de 1978, assinou um manifesto dirigido *Ao Povo Português*, protestando contra o governo de coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático-Social, que estava prestes a constituir-se. Romancista – o seu percurso literário iniciou-se, em 1952 com *A Porta dos Limites* (Lisboa, 1952) –, tem publicada vasta obra, na qual se encontra sempre uma grande preocupação social e em que se incluem também ensaios e crónicas. Destacam-se *A Noite Roxa* (Lisboa, 1956), *Uma Pedrada no Charco* (Lisboa, 1958), *Bastardos do Sol* (Lisboa, 1959), *Nus e Suplicantes* (Lisboa, 1960), *Insubmissos* (Lisboa, 1961), *Fuga Imóvel* (Lisboa, 1982), *Violeta e a Noite* (Lisboa, 1991), *A Hora da Incerteza* (Mem Martins, 1995), e *A Última Colina* (Lisboa, 2008).

ROSA, José Constantino Correia da (1917-1999) – *Leiria, 1961* – Nasceu nas Caldas da Rainha em 29 de Novembro de 1917 e faleceu em Lisboa a 8 de Março de 1999. Fez os estudos secundários em Alenquer e licenciou-se em Química-Farmacêutica na Escola Superior de Farmácia de Lisboa, tendo sido posteriormente director-técnico de estabelecimentos farmacêuticos nas Caldas da Rainha. Fez parte do conselho de administração da Fundação Rotária Portuguesa, de que foi governador em 1967. Foi membro do Partido Comunista Português e pertenceu às comissões concelhias do Movimento da Unidade Democrática e às comissões de apoio às candidaturas oposicionistas à Presidência da República. Publicou em Lisboa, em 1958, o texto de uma sua conferência intitulada *Um Farmacêutico Ilustre do Século XVI*.

ROSEIRA, Francisco José Lopes (1907-1978) – *Lisboa, 1969, CEM* – Nasceu em S. Tomé, arquipélago de S. Tomé e Príncipe, a 1 de Julho de 1907 e faleceu em Lisboa a 18 de Abril de 1978. Foi para Angola com dez anos de idade e aí frequentou o liceu até ao 6.º ano da secção de Ciências. Foi chefe de repartição na Câmara Municipal de Luanda, membro da comissão administrativa da Liga Nacional Africana, presidente da Associação dos Naturais de Angola e vogal da comissão provincial da União Nacional, organização pela qual foi eleito deputado à Assembleia Nacional para a VIII Legislatura (1961-1965). Vogal da comissão do ultramar e membro da comissão eventual para estudo da proposta de lei de alterações à Lei Orgânica do Ultramar, defendeu o integracionismo entre a Metrópole e o Ultramar. Foi autor do manifesto «O Problema do Ultramar – Uma posição portuguesa», publicado pelo Instituto António Sardinha.

ROSMANINHO, José Rodrigues Pereira (1907-1986) – *Aveiro, 1957; 1969, CDE* – Nasceu na Mata, freguesia de Tamengos, Anadia, a 22 de Fevereiro de 1907 e faleceu em Aguim, Anadia, a 8 de Dezembro de 1986. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1929, foi preso no ano seguinte pela polícia política devido às suas ideias. Foi-lhe fixada residência em Peniche, só sendo autorizado a regressar a Anadia em 1931, aí passando a exercer a advocacia. Foi membro, por duas vezes, do Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados e, também por duas vezes, foi delegado do círculo judicial da Figueira da Foz à Assembleia Geral da mesma Ordem. Teve acção destacada nas candidaturas à Presidência da República do general Norton de Matos, do almirante Quintão Meireles e do general Humberto Delgado. Participou no I e II Congressos Republicanos de Aveiro, aos quais apresentou teses, respectivamente «A Democracia e a Organização Política do Estado» e «Portugal no Conjunto das Nações Ibéricas». Depois do 25 de Abril, foi presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Anadia. Colaborou assiduamente em diversos jornais, sobretudo na imprensa republicana do distrito de Aveiro, designadamente a *Ideia Livre*, de Anadia, e a *Independência de Águeda* e publicou, com o nome de José Rodrigues, a monografia histórica *O Couto de Aguim* (Anadia, 1959).

RUAS, Henrique José Barrilaro Fernandes (1921-2003) – *Lisboa, 1969, CEM* – Nasceu em Buarcos, Figueira da Foz, em 2 de Março de 1921 e faleceu em Lisboa a 14 de Julho de 2003. Licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade de Coimbra, tendo sido presidente do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC) entre 1942 e 1943 e sócio-fundador do Centro Nacional de Cultura (1945), de que foi director em 1955. Em 1949, foi co-fundador da revista *Cidade Nova*. Foi professor em diversos estabelecimentos de ensino e assistente na Faculdade de Letras de Lisboa entre 1953 e 1957. De 1953 a 1955, foi director dos Serviços Culturais da Mocidade Portuguesa. Monárquico integralista, desempenhou importantes funções na Causa Monárquica, designadamente as de director de Doutrinação e Propaganda (1955-1957) e presidente da Comissão Doutrinária (1966-1968). Lançou depois o movimento Renovação Portuguesa, cujo Manifesto redigiu (1969), e trabalhou para a fundação do Instituto António Sardinha e da Convergência Monárquica. No III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, de 4 a 8 de Abril de 1973, apresentou duas teses, uma intitulada «O Problema do

Regime», a outra «Questão Colonial – Império Colonial». Em Maio de 1974, foi um dos fundadores do Partido Popular Monárquico (PPM), de que foi dirigente até 1990 e pelo qual foi eleito deputado à Assembleia da República na qual exerceu a sua actividade entre 1979 e 1983. Foi sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa e da Academia Lusó-Brasileira de Letras, Ciências e Artes, de São Paulo. Em 2002, foi publicada em Lisboa uma edição comentada e anotada de *Os Lusíadas*, fruto de um trabalho de investigação que se prolongou por dez anos. Deixou vasta colaboração dispersa por jornais, revistas, dicionários e enciclopédias e também numerosas obras de carácter político, literário e pedagógico, como *Sobre a Questão Académica* (Coimbra, 1945), *Ideologia – Ensaios de Análise Histórica e Crítica, Vida do Santo Condestável Dom Nuno Álvares Pereira* (Lisboa, 1955), *A Moeda, o Homem e Deus* (Lisboa, 1957), *Nun'Álvares e a Igreja do Século XX* (Coimbra, 1959), *Portugal no Mundo de Hoje* (Lisboa, 1961), *D. Miguel I e o Problema da Constituição Histórica* (Porto, 1968), *Os Monárquicos e o Ultramar: À Maneira de Livro Branco* (Lisboa, 1971), *A Liberdade e o Rei* (Lisboa, 1971), *Protectores Celestes no Noroeste Peninsular durante a Reconquista* (Braga, 1982), *D. João II: Tentativa de Interpretação* (Braga, 1997) e *Luis de Camões – Ensaio Biográfico* (Lisboa, 1999).

RUBIO, António Moutinho (?) – *Lisboa, 1961 – Lista Monárquica* – Operário. Não foi possível obter dados deste candidato.

SÁ, Joaquim Victor Baptista Gomes de (1921-2003) – *Braga, Lista C, 1961; 1969, CDE* – Nasceu em Cambeses, Barcelos, a 14 de Outubro de 1921 e faleceu em Braga a 31 de Dezembro de 2003. Estudou no Seminário de Godim, Régua, depois do que frequentou o Liceu Nacional de Braga desde 1934; aí criou uma biblioteca de empréstimos. Concluído o curso liceal, empregou-se numa livraria, onde criou uma biblioteca móvel, destinada ao empréstimo domiciliário de livros, extinta pelas autoridades. Dedicou-se também à actividade sindical, tendo sido eleito secretário, e depois presidente, do Sindicato dos Caixeiros de Braga, cargo de que se demitiu, em 1945, na sequência de uma reclamação que apresentou relativamente ao direito de descanso semanal dos trabalhadores mas que não encontrou a solidariedade da classe. Em 1942, criou, com o apoio do MUNAF, um «núcleo de resistência e formação ideológica», de que faziam parte Armando Bacelar, Francisco Salgado Zenha e Flávio Martins. Estabelece contactos com o Partido Comunista Português (ligou-se ao MUD, em 1945, e, depois, ao Movimento Democrático Português) e, em 1947, criou a sua própria livraria, a Livraria Victor, que destinava a ser um centro de cultura e resistência. Foi preso sete vezes, a primeira das quais em 3 de Junho de 1947, por um mês. Em 1950, foi proibido de se dedicar à sua actividade editorial. Resolveu então inscrever-se, em Coimbra, no curso de Ciências Históricas e Filosóficas, curso que teve de interromper quando, em 1958, voltou a ser preso, devido à sua actividade na campanha para as eleições presidenciais desse ano, em que apoiou o dr. Arlindo Vicente e, depois, com a sua desistência, o general Humberto Delgado. Licenciou-se em 1959 e foi nomeado professor da Escola Comercial de Braga, mas foi impedido de tomar posse por ser considerado contrário «à ordem estabelecida» e aos «fins superiores do Estado». Com Lino Lima, redigiu um documento intitulado *Aos*

Portugueses, datado de 31 de Janeiro de 1959 e que recolheu uma centena de assinaturas, a primeira das quais a do major Miguel Ferreira. Depois das eleições legislativas de 1961, a sua livraria foi encerrada; novamente preso, foi julgado em Tribunal Plenário, acusado de fazer parte das Juntas Patrióticas, mas foi absolvido. Obteve, em 1963, uma bolsa da Fundação Gulbenkian para se doutorar em Paris, doutoramento que obteve na Sorbonne, em 1969, com uma tese intitulada *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal* mas que não lhe foi reconhecido pelo Ministério da Educação em Portugal, onde regressou em 1970. Em 1969, não foi autorizado a candidatar-se às eleições legislativas, a que pretendia concorrer nas listas da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) desse ano, mas continuou a sua actividade política e fez parte da lista oposicionista de Braga nas eleições de 1973. Em 1969, apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «Repercussão em Portugal do Surto Revolucionário de 1848. A Primeira Imprensa Socialista». Em 3 de Maio de 1974, tomou a direcção, por indicação do MDP-CDE, do *Correio do Minho*, órgão da Acção Nacional Popular, mas demitiu-se em 2 de Fevereiro do ano seguinte. Obtivera, entretanto, o reconhecimento do seu doutoramento em Paris e passa a leccionar na Faculdade de Letras do Porto, da qual se jubila em 1991, continuando a dar aulas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. A par da actividade científica, manteve a actividade política: em Janeiro de 1978, assinou um manifesto dirigido «Ao Povo Português», protestando contra o governo de coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático-Social, que estava prestes a constituir-se, e foi eleito por duas vezes (1979 e 1980) para a Assembleia da República, como cabeça de lista por Braga da Aliança Povo Unido (APU). Colaborou desde muito novo em vários jornais e revistas e como historiador tem numerosas obras publicadas, em particular sobre o século XIX, designadamente: *A Revolução de Setembro* (Lisboa, 1978), *No Mar do Futuro* (Lisboa, 1980) e *Liberais e Republicanos* (Lisboa, 1986). Sobre a sua obra, Henrique Barreto Nunes publicou *Victor de Sá – Um Homem na História* (in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, 1992) e *O Livreiro Victor de Sá* (in *Fórum*, Universidade do Minho, 2007); sob a direcção de Humberto Baquero Moreno, foi publicado *Estudos de História Contemporânea Portuguesa – Homenagem ao Professor Victor de Sá* (Lisboa, 1991). O seu espólio encontra-se na Biblioteca Pública de Braga.

SÁ, Victor de – v. **SÁ**, Joaquim Victor Baptista Gomes de

SALDANHA, João Carlos Camossa de (1925-2007) – **Lisboa, 1961, Lista Monárquica** – Nasceu em Lisboa em 25 de Setembro de 1923 e faleceu na mesma cidade em 16 de Outubro de 2007. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa e exerceu a advocacia na capital. Foi um dos fundadores do Partido Popular Monárquico (PPM). Defendeu vários réus de crimes políticos julgados em Tribunal Plenário e participou em diversas conspirações contra o Estado Novo, pelo que esteve várias vezes proibido de advogar. Em diversas ocasiões, foi interrogado e preso pela PIDE que, designadamente, o acusou de estar implicado na conspiração para o assalto ao quartel de Beja. Depois do 25 de Abril, representou, o PPM na Assembleia Municipal de Lisboa e deu apoio jurídico na Assembleia da República durante o período da Aliança Democrática (AD).

SALEMA, Álvaro (1914-1991) – *Viana do Castelo, 1969, CDE* – Nome profissional de Álvaro Baptista Pereira Salema de Araújo. Nasceu na freguesia de Santa Maria Maior, Viana do Castelo, a 11 de Março de 1914 e faleceu em Lisboa em 1991. Licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas na Universidade de Lisboa. Entre 1930 e 1937, teve intervenção activa no movimento estudantil democrático, tendo sido, com Manuel João da Palma Carlos e outros, um dos fundadores do Bloco Académico Anti-Fascista (BAAF), que se propunha combater a Mocidade Portuguesa, em vias de ser criada, e era constituído por estudantes simpatizantes do comunismo. Em 1936, foi eleito representante da Faculdade de Letras no Senado Universitário, cargo que – tal como aos representantes das outras faculdades – não lhe foi permitido exercer. Foi preso nesta altura, mas foi despronunciado pelo Tribunal Militar de Lisboa. Diplomado com o exame de Estado para o exercício do ensino liceal, leccionou Filosofia no ensino secundário durante algum tempo. Colaborou em vários jornais e revistas, como *Seara Nova*, *O Diabo*, *Gládio*, *Ler*, *República* e *Vida Mundial Ilustrada*, até que trocou a função docente pelo jornalismo, vindo a ser redactor-principal do *Jornal do Comércio*, responsável pelo suplemento de letras e artes do *Diário de Lisboa*, e redactor de *A Capital*, de que foi um dos fundadores e onde dirigiu os suplementos «Literatura e Artes» e «Economia e Técnica». Participou activamente na vida política e em Novembro de 1945 foi um dos signatários de um manifesto de intelectuais em que se protestava contra «as limitações de toda a espécie» de que a sua actividade era objecto. Foi um dos fundadores do MUD, em cuja Comissão de Escritores e Jornalistas trabalhou, e esteve presente em todas as campanhas eleitorais da oposição, designadamente na da candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». Em 1969, apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro, uma «Comunicação», na qual propunha a constituição de «grupos de estudos democráticos para a investigação, análise, debate e definição dos problemas locais, regionais e nacionais [...] bem como das soluções de escala local, regional ou nacional que devam corresponder-lhes». Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS, e por isso interrogado. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, também realizado em Aveiro. Em Janeiro de 1978, assinou um manifesto dirigido «Ao Povo Português», de protesto contra o governo de coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático Social, que estava prestes a constituir-se. Ensaísta, jornalista e crítico literário, foi sócio-correspondente da Academia Brasileira de Letras e, em 1964, recebeu um prémio literário dessa academia, o Cervantes, pelo seu ensaio *Variações sobre Quixote e o Ideal Quixotesco*. Em 1980 recebeu, também da Academia Brasileira de Letras, o Prémio Machado de Assis, pelo conjunto da sua obra. De entre as suas obras, destacam-se: *Ferreira de Castro, sua Vida, a Personagem e a Obra* (Lisboa, 1974), *Bento de Jesus Caraça, um Humanista para o nosso Tempo* (Lisboa, 1978), *Alves Redol: a Obra e o Homem* (Lisboa, 1980), *Paisagens e Monumentos de Portugal* (Lisboa, 1981), *Tempo de Leitura* (Lisboa, 1982) e *Antologia do Conto Português Contemporâneo* (Lisboa, 1984). Parte do seu espólio político e literário encontra-se na Biblioteca Nacional.

SALGUEIRO, António Luiz de Gouveia Prestes (1891-1950) – *Vila Real, 1949* – Nasceu em Santa Maria Anjos, Valença, Braga, em 5 de Setembro de 1891 e faleceu em Lisboa a 4 de Março de 1950. Sentou praça na Marinha em 1911 e, concluído o curso, foi promovido a guarda-marinha em Fevereiro de 1915. Durante a Primeira Guerra Mundial, esteve embarcado em navios que escoltaram embarcações mercantes e, depois, foi colocado no cruzador «Adamastor», que se dirigiu para o norte de Moçambique, no âmbito das operações militares contra a Alemanha. A sua actuação no teatro de guerra foi de molde a merecer a Cruz de Guerra de 1.^a classe, «pelo valor patenteado em todas as operações no rio Rovuma» e a Medalha de Prata de Filantropia e Generosidade, «pela forma como conduziu a passagem das forças, em Namiranga, a 27 de Maio de 1916, e por ter ido a nado salvar o tenente do Exército Francisco Maria Ferreira, abandonado num escaler descaído sobre a margem inimiga». O «Relatório sobre as Operações de Guerra no rio Rovuma, efectuado pela esquadilha de embarcações do cruzador Adamastor, de 21 a 28 de Maio de 1916», descreve essa façanha: depois de regressarem ao cruzador, as tropas que haviam desembarcado – e que haviam sofrido pesadas baixas, sob o fogo alemão – o guarda-marinha Salgueiro informou ter visto alguém agitando uma bandeira num escaler, junto das embarcações encalhadas perto da margem esquerda daquele rio, que era controlada pelos alemães. Para lá se dirigiu a nado, apesar do risco de ser descoberto pelos alemães, e conseguiu trazer para o navio o militar que pedia socorro e que se verificou ser o tenente do Exército Francisco Maria Ferreira. Participou depois (1917) na expedição ao Barué, comandando uma secção de metralhadoras de Marinha. Promovido a 2.^o tenente em Abril de 1917 a 23 de Dezembro de 1918 foi nomeado ajudante de campo do ministro da Marinha (capitão de fragata José Dionísio de Sousa e Faro), funções que desempenhou até 10 de Janeiro seguinte. Esteve então detido preventivamente, a bordo da fragata «D. Fernando», desde 12 até 23 desse mês, e, nesse dia, saiu com o almirante Cerqueira a combater uma tentativa revolucionária monárquica, tendo sido louvado «pela forma como comandou o seu pelotão em 23 e 24 de Janeiro entrando em Monsanto com as primeiras forças». Em comissão de serviço, desempenhou as funções de governador civil de Lisboa (Fevereiro de 1919 a Março de 1920) e foi também presidente do Comité Olímpico Português (1919-1923). Já 1.^o tenente (desde Julho de 1920), foi deputado por Moçambique (1921) e, em Março de 1922, foi nomeado para prestar serviço na Marinha de Moçambique, onde foi capitão do porto de Quelimane (Julho de 1922 a Julho de 1923) e, interinamente, capitão dos portos de Moçambique (Maio de 1923 a Maio de 1925). Exonerado, a seu pedido, da Marinha Colonial, regressou a Lisboa e em Dezembro de 1926 foi designado para desempenhar interinamente o cargo de capitão do porto de Vila Real de Santo António. Implicado no movimento republicano de Fevereiro de 1927 (comandou o levantamento dos marinheiros em Vila Real de Santo António), exilou-se em Paris e foi considerado desertor e abatido ao efectivo da Armada. Foi um dos primeiros exilados a chegar à Galiza, em Abril de 1931. Amnistiado em 1932, só regressou a Portugal em Dezembro de 1935, tendo sido reintegrado na patente que tinha à data da deserção e passado à reforma. Manteve-se sempre numa linha de oposição ao Estado Novo mas em 29 de Maio de 1941 dirigiu uma carta ao ministro da Marinha pedindo que «nesta hora de uma iminência grave [...] os seus serviços sejam

aproveitados logo que o esforço de todos os portugueses se imponham para afirmação de que são dignos do que foi a Raça e do que todos devem querer que ainda seja». A carta foi mandada registar para o caso de se reconhecer «necessário o regresso ao serviço deste oficial». Entre 1948 e 1949, presidiu à Comissão Distrital de Lisboa do MUD e, nesse último ano, fez parte da lista oposicionista de Vila Real que não foi aceite.

SAMPAIO, Joaquim Toscano de (1895-?) – *Lisboa, 1969, CEM* – Nasceu na freguesia de São Vicente, concelho de Cuba, no Baixo Alentejo, em 5 de Março de 1895. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Quando estudante, foi secretário da direcção e presidente da assembleia-geral da Associação Académica de Coimbra e aderiu ao Integralismo Lusitano. Advogou em diversas comarcas do sul do país e desempenhou funções de delegado do procurador da República em Portel, de conservador do Registo Civil em Vinhais e de notário em Ferreira do Alentejo. Foi deputado à Assembleia Nacional, pelo círculo de Aljustrel, em 1925. Foi presidente do conselho geral do Grémio da Lavoura e pertenceu ao conselho da Junta Nacional dos Produtos Pecuários. Colaborou assiduamente em diversos jornais, em especial agrícolas, e também na imprensa monárquica.

SAMPAIO, Jorge Fernando Branco de (1939) – *Lisboa, 1969, CDE* – Nasceu em Lisboa em 18 de Setembro de 1939. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de cuja associação académica foi presidente (1960-1961). Foi também secretário-geral (1961-1962) da Reunião Inter-Associações Académicas (RIA) e nessa qualidade teve acção de relevo nas crises académicas dos anos 60, particularmente na greve de 1962. Exerceu a advocacia durante alguns anos e nessa qualidade interveio na defesa de réus de delitos políticos julgados em Tribunal Plenário. Depois do 25 de Abril, foi eleito para as assembleias municipais de Sintra e da Amadora. Fez parte da comissão organizadora do Movimento de Esquerda Socialista (MES), que abandona no congresso fundador por considerar que o movimento se transformava num partido de extrema-esquerda. Em Março de 1975, foi nomeado secretário de Estado da Cooperação Externa, no IV Governo Provisório. Funda nesse mesmo ano o Grupo de Intervenção Socialista (GIS) e adere ao Partido Socialista em 1978, sendo em 1979 eleito deputado, pelo círculo de Lisboa, à Assembleia da República, por esse partido de cujo Secretariado Nacional fez parte desde 1979. Entre 1979 e 1984, foi membro da Comissão Europeia dos Direitos do Homem do Conselho da Europa. Foi reeleito deputado em todas as legislaturas entre 1980 e 1991, com excepção do período entre 1983 e 1985. Co-presidente, entre 1986 e 1987, do Comité África, da Internacional Socialista, foi depois, entre 1987 e 1988, presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, partido de que foi eleito, em 1989, secretário-geral, funções que exerceu até 1991. Em 1989, a Assembleia da República designou-o para o Conselho de Estado e, em Dezembro desse mesmo ano, foi eleito presidente da Câmara Municipal de Lisboa, cargo para que foi reeleito em 1993. Presidente da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), de 1990 a 1995, e vice-presidente da União das Cidades Capitais Ibero-Americanas, eleito em 1990, ano em que também foi eleito presidente do Movimento das Eurocidades. Em 1992, foi eleito presidente da Federação Mundial das Cidades Unidas. Presidente da República em 14 de Janeiro de 1996, eleito no primeiro escrutínio, com 53,8 por cento dos

votos, seria reeleito, para um segundo mandato, em 2001, recebendo então 54,2 por cento dos votos. Findo o seu segundo mandato presidencial, foi escolhido como enviado especial do secretário-geral da ONU para a Luta contra a Tuberculose e, em Abril de 2007, foi designado alto representante das Nações Unidas para a Aliança de Civilizações. Em 2009, o Município de Lisboa atribuiu-lhe a Medalha de Honra da Cidade. De entre as suas obras, destacam-se: *Um Ex-oficial Miliciano Perante o Supremo Tribunal Administrativo: peças de um processo* (Lisboa, 1967), *Universidade: processo e uma expulsão disciplinar – José Medeiros Ferreira*, com Francisco Salgado Zenha e Jorge Santos (Lisboa, 1967), *Três Gerações de Políticos – Os Grandes Desafios no Limiar do Milénio* (Porto, 1994), *A Festa de Um Sonho* (Lisboa, 1991), *Portugueses*, vols. I-X (Lisboa, 1997-2007), *Ensino Superior em Portugal – Iniciativas do Presidente da República* (Lisboa, 2000), *A Defesa Nacional e as Forças Armadas – Intervenções do Presidente da República* (Lisboa, 2002) e *Com os Portugueses – Dez Anos na Presidência da República* (Lisboa, 2005). A sua vida e obra têm sido objecto de vários trabalhos, designadamente: João Mário Mascarenhas e António José Telo, *A República e os Seus Presidentes* (Lisboa, 1997); Vasco Durão, *Jorge Sampaio – Um Cidadão Igual a Nós* (Lisboa, 2006) e *Biblioteca Privada de Jorge Sampaio – Catálogo de Obras Doadas à Biblioteca da Presidência da República* (Lisboa, 2006).

SAMPAIO, José de Arajó Pereira (1929) – **Braga, 1969, CDE** – Nasceu em S. João do Souto, Braga, a 10 de Junho de 1929. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e dedicou-se ao exercício da advocacia. Quando estudante, foi um dos fundadores da «República dos Paxás» e delegado do curso do 5.º ano jurídico à Associação Académica. Membro do MUD-Juvenil, participou depois nas campanhas eleitorais do general Norton de Matos e do dr. Arlindo Vicente e, desde 1957, foi elemento activo nas campanhas eleitorais oposicionistas no distrito de Braga. Em Junho de 1969, foi um dos subscritores de uma exposição enviada ao Presidente do Conselho, Salazar, apoiando as reivindicações dos estudantes da Universidade de Coimbra e protestando pelas medidas contra eles tomadas pelas autoridades. Foi advogado dos candidatos Victor de Sá e Humberto Soeiro nas reclamações para o Supremo Tribunal de Justiça das decisões do então governador civil, impeditivas daquelas candidaturas a deputados. Participou no II Congresso Republicano de Aveiro, em 1969, e no III Congresso da Oposição Democrática, também realizado em Aveiro em 1973. Foi o primeiro governador civil de Braga depois do 25 de Abril (Setembro de 1974-Outubro de 1975) e deputado à Assembleia Municipal de Braga nas suas duas primeiras legislaturas. Em Janeiro de 1978, assinou um manifesto dirigido «Ao Povo Português», protestando contra o governo de coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático Social, que estava prestes a constituir-se. Foi presidente da delegação de Braga da Ordem dos Advogados em 1972-1974 e delegado da comarca de Braga entre 1981 e 1983. Foi colaborador da revista *Scientia Jurídica*, da Associação Jurídica de Braga.

SAMPAIO, José Manuel Bento (1944) – **Santarém, 1973** – Nasceu em Almeirim a 28 de Dezembro de 1944. Licenciou-se em Medicina na Universidade de Lisboa e especializou-se em Pediatria Médica. A política atraiu-o desde muito jovem e colaborou

activamente com os candidatos oposicionistas (CDE) nas eleições legislativas de 1969. Aderiu ao Partido Comunista em 1972 e foi membro da Comissão Nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, em Abril de 1973, ao qual apresentou uma tese sobre a saúde no distrito de Santarém, em colaboração com o dr. José Fidalgo. No Verão de 1973, apoiou os rendeiros dos Casais Velhos e Gatinheiras, no concelho de Almeirim, na sua luta contra a espoliação de que estavam a ser vítimas e depois foi candidato às legislativas de 1973. Publicou, nessa altura, um livro de poesia, intitulado *O Grito* (Amadora, 1973), que seria utilizado na campanha para obtenção de fundos e apreendido pela PIDE, no decurso da mesma. Em Janeiro de 1974, foi incorporado no Serviço Militar Obrigatório. Após o 25 de Abril, e depois de ter feito parte da 1.ª Comissão Administrativa do Município de Almeirim, foi mobilizado para Angola, onde permaneceu de Agosto de 1974 a Outubro de 1975. De regresso, foi primeiro médico de clínica geral à periferia e, depois, em 1976, iniciou a sua especialização em Pediatria Médica, no Hospital Dona Estefânia, tendo aí permanecido até 1983. A sua carreira médica prosseguiu no Hospital Distrital de Torres Novas, tendo alcançado o grau de chefe de serviço hospitalar de Pediatria Médica, em 1990. Neste hospital exerceu as funções de director de serviço, director clínico e director. Entre Dezembro de 1996 e Dezembro de 2001, foi presidente do conselho de administração do mesmo hospital. No exercício dessas funções, fez a transição do velho para o novo Hospital Rainha Santa Isabel, de Torres Novas, que foi inaugurado oficialmente em 1 de Outubro de 2000. Aposentou-se do serviço público em 2005 mas continuou a exercer clínica privada em Almeirim e Santarém. Em 2002, 2003 e 2005, foi médico voluntário da AMI, respectivamente na Guiné-Bissau, em Timor-Leste e em Cabo Verde. Além de diversos artigos em revistas médicas, publicou *Memorial do Hospital Distrital de Torres Novas e do Serviço de Pediatria* (Torres Novas, 1993). Alguns poemas de *O Grito* estão publicados na *Antologia de Poetas Alentejanos do Século XX* organizada por Francisco Dias da Costa (1984).

SAMPAIO, Maria da Graça Machado de Macedo Forjaz de (1919-1999) – **Ponta Delgada, 1973** – Nasceu na freguesia de S. Sebastião, Ponta Delgada, a 1 de Fevereiro de 1919 e faleceu na Amadora, Sintra, a 23 de Novembro de 1999. Católica, envolveu-se, ainda jovem, em actividades de acção social. Foi filiada no MDP-CDE e no Partido Comunista, esteve na vigília da Capela do Rato e na comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática. Em 1973 e 1974 acolheu activistas em fuga envolvidos em acções de sabotagem contra o regime. Foi cooperante na Guiné-Bissau entre 1978 e 1980.

SAMPAIO, Rui Manuel Polónio de (1937) – **Porto, 1973** – Nasceu em Santar, Nelas, a 11 de Maio de 1937. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra foi, enquanto estudante, fundador e presidente do Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (CITAC). Advogado, foi vogal da comissão distrital do Porto (1972-1974) e vogal do conselho geral (1975-1977) da Ordem dos Advogados. Foi candidato suplente a deputado pelo Porto nas eleições de 1973. Membro do Partido Socialista, fez parte das suas comissões directiva e nacional, tendo sido também presidente da assembleia-geral da Federação do Porto do PS. Foi vogal da comissão administrativa da Câmara Municipal do Porto. Deputado à Assembleia Constituinte, foi 1.º vice-presidente do Grupo Parlamentar do seu partido. Publicou diversas obras de carácter jurídico, entre as quais:

Uma Pretensa Lesão do Direito ao Nome: O Caso Conde de Amarante: Alegações de Direito (Porto, 1968), *Aqui Houve Nome Conde de Amarante – Peças de Um Processo* (Porto, 1969), *Laudémio sem Foro ou a complexidade de uma sentença simples* (Porto, 1972) e *Agarra, que é Estudante* (Porto, 1974).

SANTOS, Aguinaldo Espada de Oliveira (1940) – **Porto, 1965; Leiria, 1969, CDE** – Nasceu em Leiria a 18 de Dezembro de 1940. No Instituto Industrial do Porto, fez o curso de agente técnico de Engenharia Química e, numa empresa da Marinha Grande, exerceu a profissão de técnico da indústria vidreira. Fez parte da comissão de apoio à candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Em 2000, foi nomeado chefe de gabinete do secretário de Estado da Indústria e Energia, Prof. Dr. Vítor Manuel Silva Santos, no governo.

SANTOS, António de Almeida (1926) – **Moçambique, 1961; 1969, CEUD** – Nasceu em Cabeça, concelho de Seia, a 15 de Fevereiro de 1926. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Quando estudante, fez parte do Orfeão Académico e, depois de uma digressão a S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, interessou-se por África, o que o levou, em 1953, já advogado, a decidir fixar-se em Moçambique. Exerceu a advocacia em Lourenço Marques entre 1953 e 1974, defendeu em tribunal muitos réus acusados de actividades subversivas ou de serem favoráveis à FRELIMO, foi membro do Grupo de Democratas de Moçambique e candidatou-se pela primeira vez às eleições legislativas de 1961 mas, tal como sucederia em 1969, a lista moçambicana foi rejeitada por decisão administrativa. Em 1958, foi em Moçambique o representante da candidatura presidencial do general Humberto Delgado. Até 1972, defendeu uma solução federativa para as colónias, posição que abandonou posteriormente, passando a defender – como revela no seu livro *Já Agora* (Lourenço Marques, 1972) – o princípio da autodeterminação através de consultas às populações. Depois do 25 de Abril, foi várias vezes ministro: da Coordenação Interterritorial nos quatro primeiros governos provisórios, da Comunicação Social no VI Governo Provisório, da Justiça no I Governo Constitucional, ministro adjunto do primeiro-ministro no II Governo Constitucional, ministro de Estado e ministro dos Assuntos Parlamentares no VI Governo Constitucional. Aderiu ao Partido Socialista no II Congresso deste partido – de que seria presidente entre 1992 e 1994. Deputado socialista entre 1991 e 2002, presidente do respectivo Grupo Parlamentar entre 16 de Outubro de 1992 e 10 de Novembro de 1993, foi eleito presidente da Assembleia da República em 31 de Outubro de 1995, cargo que desempenhou até 4 de Abril de 2002, e foi Conselheiro de Estado, por inerência, desde 1985 até 2002. Tem publicadas numerosas obras de carácter literário, jurídico e político, designadamente *Coimbra em África* (Coimbra, 1952), *Ensaio sobre o Direito de Autor* (Coimbra, 1954); *Quinze Meses no Governo ao Serviço da Descolonização* (Porto, 1975), *Do Outro Lado da Esperança* (Lisboa, 1994), *Por Favor, Preocupem-se* (Lisboa, 1998), *Quase Memórias* (Lisboa, 2007) e *Que Nova Ordem Mundial?* (Lisboa, 2008).

SANTOS, Arnaldo Gonçalves (1925-2000) – **Santarém, 1973** – Nasceu em Pernes, Santarém, a 15 de Dezembro de 1925 e faleceu na mesma localidade em 1 de Fevereiro de 2000. Comerciante e industrial. Não foi possível obter outros dados desde candidato.

SANTOS, Augusto Casimiro dos – v. **CASIMIRO**, Augusto

SANTOS, Eduardo Pereira dos (1903-?) – **Braga, 1957** – Nasceu em S. Sebastião, Guimarães, a 30 de Julho de 1903. Comerciante de lanifícios. Apoiou a candidatura do general Humberto Delgado e, em 1969, esteve ligado à CEUD.

SANTOS, Fernando Iglésias dos (1927) – **Évora, 1973** – Nasceu a 1 de Março de 1927. Director fabril. Participou na campanha eleitoral de 1969 e foi membro da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática. Colaborou em vários jornais e revistas em defesa dos interesses alentejanos, foi correspondente de alguns jornais, como *Diário Popular*, *Jornal do Comércio*, *República* e *Comércio do Porto* e foi um dos fundadores do *Jornal de Évora*, de que foi editor e chefe de redacção, funções que depois exerceu no *Diário do Sul*.

SANTOS, João Aurélio Cruz dos (1943) – **Setúbal, 1973** – Nasceu no Seixal, em 1943. Galvanizador, colaborou com o Sindicato Nacional dos Metalúrgicos e foi membro da comissão democrática distrital do recenseamento. Foi director de uma escola nocturna para trabalhadores no Seixal.

SANTOS, Luís Carlos Januário – v. **JANUÁRIO**, Luís

SANTOS, Manuel Coelho dos (1927) – **Porto, 1957; 1969, CEUD** – Nasceu em Sandim, Vila Nova de Gaia, a 1 de Março de 1927. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, passando a exercer a advocacia no Porto. Em 1957, fez parte da delegação da Comissão Promotora do Voto em Vila Nova de Gaia e, no ano seguinte, fez parte da Comissão Distrital do Porto dos serviços de candidatura à Presidência da República do general Humberto Delgado. Em 1960, fez parte da Frente Eleitoral Independente, criada por oposicionistas e tendo em vista a preparação de todos os actos necessários à disputa das eleições legislativas do ano seguinte, para o que se deveriam organizar comissões regionais em todos os círculos eleitorais. Em 1961, foi um dos subscritores de uma exposição ao Chefe do Estado solicitando o seu interesse para a realização de um Congresso dos Democratas e para a publicação de um semanário que difundiria os pontos de vista oposicionistas. Foi membro do Conselho Nacional Democrático, nova tentativa de organização política da oposição, e subscreveu o Programa para a Democratização da República, pelo que foi detido e interrogado pela PIDE. Foi delegado às assembleias-gerais da Ordem dos Advogados no triénio 1963-1965 e vogal da Comissão Distrital do Porto entre 1972 e 1974. Foi advogado de defesa, em vários julgamentos de políticos oposicionistas julgados em tribunal plenário.

SANTOS, Maria Odete de Brito Silva Oliveira (1942) – **Leiria, 1973** – Nasceu em Aljustrel em 1942 e tirou o curso de agente técnico de Engenharia Química. Trabalhou como técnica numa fábrica de vidros da Marinha Grande. Participou activamente na candidatura do dr. Arlindo Vicente à Presidência da República e fez parte das comissões de apoio às listas de candidatos a deputados nas eleições de 1961, 1965 e 1969. Nas respectivas sessões de propaganda, interveio frequentemente para denunciar «a situação de inferioridade da mulher em Portugal». Participou em movimentos associativos estudantis, foi dirigente cineclubista e colaboradora de várias cooperativas. Fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, em 1953.

SANTOS, Nuno Aires Rodrigues dos (1910-1984) – *Lisboa 1953; 1961; 1965* – Nasceu na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, em Luanda, a 13 de Março de 1910 e faleceu em Lisboa a 3 de Abril de 1984. Era genro de Fernando Brederode, que foi por três vezes ministro da República: Marinha (26 de Junho a 19 de Julho de 1920 e 2 de Março a 23 de Maio de 1921) e Comércio (7 de Dezembro de 1922 a 15 de Novembro de 1923). Matriculou-se na Faculdade de Direito de Coimbra, mas participou na greve académica de 1927 e depois transferiu-se para a Universidade de Lisboa, onde concluiu o curso, tendo sido presidente da Associação Académica da sua Faculdade. Em 1932, a sua lista defrontou a que foi encabeçada por Álvaro Cunhal, então aluno do segundo ano (ambas as listas eram adversas ao regime, mas a de Cunhal, mais radical, era apoiada por socialistas e comunistas). Em 1937, publicou um pequeno estudo, intitulado *Considerações sobre o Cooperativismo*. Radicou-se na capital, onde exerceu a advocacia, não deixando de intervir em numerosos julgamentos de oposicionistas acusados de delitos políticos, entre eles o dos implicados na intentona revolucionária de Abril de 1947. Nesse mesmo ano, foi um dos subscritores de uma exposição dirigida ao ministro da Justiça protestando contra as deportações de presos políticos para a colónia penal do Tarrafal. Aderiu ao MUD e participou activamente nas campanhas políticas da oposição, designadamente durante as candidaturas presidenciais do general Norton de Matos, do almirante Quintão Meireles e do general Humberto Delgado, tendo feito parte da comissão de honra da candidatura deste último. Em 1952, pertenceu à União Socialista e no ano seguinte foi eleito vogal do Directório da Liga Portuguesa dos Direitos Humanos para o triénio 1953-1955. Em 1955, fez parte da Comissão de Redacção dos Estatutos da Causa Republicana, que o governo depois não aprovaria, e em 1957 abandonou a Comissão Promotora do Voto e passou a fazer parte da comissão de candidaturas do círculo eleitoral de Lisboa e do Directório Democrato-Social, então constituído. Nesse mesmo ano, em Março, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE» e também um dos primeiros signatários da exposição enviada ao Presidente da República, no dia 1 de Outubro, explicando os motivos pelos quais a oposição não se apresentava a sufrágio. Membro da comissão nomeada pela Comissão Cívica Eleitoral que sondaria o eng. Cunha Leal quanto à sua posição no caso de ser convidado a candidatar-se à Presidência da República, em Outubro desse mesmo ano foi um dos subscritores de uma exposição ao Chefe do Estado, na qual se comunica o propósito de abstenção àquelas eleições «perante a recusa tácita ou declarada do governo em promover a realização de eleições livres, automaticamente livres». Em Março de 1958, desligar-se-ia do Directório Democrato-Social, mas, juntamente com o dr. Acácio Gouveia e com o eng. Cunha Leal, procurou manter a sua actividade, mesmo depois da morte do último. Foi também um dos fundadores e secretário-geral da Frente Nacional Liberal Democrática, dirigida pelo general Ferreira Martins, e a cujo directório pertenceu, participou na primeira fase da Liga Nacional de Libertação e fez parte da comissão organizadora do Movimento Nacional Independente e de outras organizações políticas, como a Causa Republicana, de que foi co-fundador, e a União Socialista. Foi também presidente do directório da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem (1958). Em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18

de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política», e em 1960 foi também um dos subscritores de uma exposição ao Chefe do Estado, solicitando o seu interesse para a realização de um Congresso dos Democratas e para a publicação de um semanário que difundiria os pontos de vista oposicionistas. Colaborou em diversos jornais e revistas, designadamente a *República* e a *Seara Nova*, e foi membro do grupo que fundou o jornal clandestino *Resistência*. Em 1970, foi um dos fundadores do Movimento Liberal Democrático e da Liga Nacional de Libertação. Foi vogal da comissão distrital de Lisboa (1945-1953) e depois vogal (1961-1971) do conselho geral da Ordem dos Advogados. A PIDE deteve-o por duas vezes, por períodos curtos, e foi um dos réus do processo movido aos signatários do Programa para a Democratização da República. Depois do 25 de Abril, aderiu ao Partido Popular Democrático, pelo qual foi eleito deputado à Assembleia Constituinte nas eleições de 25 de Abril de 1975, e, depois, nas eleições subsequentes à Assembleia da República, até à sua morte. Nas duas primeiras legislaturas, foi vice-presidente da Assembleia. Foi membro do Conselho de Estado desde que este órgão foi criado. Eleito presidente de todos os congressos do PSD realizados entre 1976 e 1981 (III a IX), foi eleito presidente da comissão política nacional do mesmo partido no X Congresso, realizado em 1983.

SÃO PAYO, Luís Paulo Manuel de Menezes de Mello Vaz de (1920-2006) – *Lisboa, 1969, CEM* – Nasceu em Saint Maur de Fosses, perto de Paris, a 13 de Julho de 1920, e faleceu em Vila Real a 29 de Novembro de 2006. Fez os estudos primários em Portugal e os secundários em Paris e aí frequentou a Sorbonne. Regressou a Portugal em 1940 e licenciou-se (1947) e doutorou-se (1954) em Ciências Físico-Químicas pela Universidade de Coimbra. Foi presidente do Centro Académico de Democracia Cristã (1945-1946) e da Juventude Universitária Católica. Professor catedrático de Física na sua Faculdade desde 1955, esteve em comissão de serviço na Universidade de Lourenço Marques e no Instituto de Trás-os-Montes e Alto Douro, depois Universidade, de que foi vice-reitor. Foi presidente do Instituto Português de Heráldica e vice-presidente da Associação Portuguesa de Genealogia. Foi membro do Conselho Privado do Duque de Bragança D. Duarte Nuno e Cavaleiro de Honra e Devoção da Ordem Soberana e Militar de Malta. No plano político, foi um dos fundadores do Instituto António Sardinha, da Cidade Nova e da Renovação Portuguesa. Deixou vasta obra sobre Física e sobre Genealogia, designadamente *Subsídios para uma Biografia de Pedro Álvares Cabral* (1971) e *A Herança Genética de D. Afonso Henriques* (2002).

SARABANDO, João Evangelista Vieira (1909-1996) – *Aveiro, 1961* – Nasceu na freguesia da Glória, em Aveiro, no dia 1 de Julho de 1909 e faleceu na mesma cidade a 9 de Fevereiro de 1996. Estuda em Aveiro, completa o 6.º ano do liceu e muda-se depois para a escola técnica, completando o curso comercial, ao mesmo tempo que frequenta as aulas de modelação e desenho na secção industrial da escola. Começa a trabalhar no *Domingo Ilustrado*, de Leitão de Barros, funda o Internacional Atlético Clube de Aveiro e é um dos fundadores da secção de basquetebol do Clube dos Galitos. Funcionário público, em 1932 foi colocado em Lisboa, na Direcção-Geral de Contribuições e Impostos e, no

ano seguinte, foi transferido para S. João da Pesqueira. Continua a colaborar em diversos jornais, destacando-se na defesa do desporto feminino. Em 1935, é transferido para Aveiro e em 1942 deixa o funcionalismo e vai trabalhar como chefe de escritório de uma empresa industrial. Liga-se ao MUD em 1945 e participa activamente na campanha do general Norton de Matos à Presidência da República. A partir dessa altura, participará em todas as manifestações políticas desenvolvidas em Aveiro pela oposição. Em 1960, foi eleito secretário do Cine Clube de Aveiro, mas a sua eleição não foi homologada pelas autoridades; ajuda depois a fundar a Casa-Museu José Estêvão, que a polícia não tardaria a inviabilizar, e em Dezembro de 1962 é detido pela PIDE durante algumas semanas. A seguir ao 25 de Abril, fez parte da comissão administrativa da Câmara Municipal de Aveiro e foi um dos fundadores do jornal *Libertação*. Em 1975, foi candidato por Aveiro nas listas do PCP à Assembleia Constituinte. Em 1982, a Câmara Municipal de Aveiro concedeu-lhe a medalha de prata da cidade e, recordando o centenário do seu nascimento, promoveu, nesse dia, uma sessão de homenagem. Nos últimos anos de vida, dedicou-se à etnografia e à arte popular. Além de ter colaborado em numerosos jornais, principalmente desportivos – e, de entre estes, *A Bola*, desde a sua fundação – publicou vários livros, particularmente de temática desportiva, como *Três Ignorados Medalhistas Aveirenses* (Porto, 1972) ou *Mário Duarte* (Aveiro, 1966) e deixou trabalhos inéditos, alguns publicados postumamente, como *Aveiro – Imagens de um Século* (Porto, 2007).

SEABRA, Jorge Freitas (1946) – **Coimbra, 1973** – Nasceu em Vera Cruz, Aveiro, a 25 de Dezembro de 1946. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra, especializando-se em Ortopedia. Enquanto estudante, foi membro da comissão instaladora da Associação Académica de Coimbra, em 1970, e membro eleito da sua direcção-geral, em 1970 e 1971, ano este em que a Associação Académica de Coimbra foi encerrada, tendo sido preso e julgado, no ano seguinte, no Tribunal Plenário do Porto, que o absolveu. É membro do Partido Comunista. Médico nos Hospitais da Universidade de Coimbra, esteve na direcção do Sindicato dos Médicos, foi director do Serviço de Ortopedia do Hospital Pediátrico de Coimbra e, em 2007, presidente da Sociedade Portuguesa de Ortopedia e Traumatologia. Trabalhou na organização dos II e III congressos oposicionistas de Aveiro. Tem algumas obras publicadas no campo literário, designadamente *O Tempo Só Falta no Fim* (Porto, 2003) e *O Cão Andaluz* (2007), esta última galardoada com o Prémio Fialho de Almeida. No campo científico, publicou, entre outros trabalhos, *Conceitos Básico de Ortopedia Infantil* (ASIC).

SEMEDO, Júlio Grévy Coelho Guerra (1907-1977) – **Porto, 1953** – Nasceu na freguesia da Sé, em Évora, a 13 de Junho de 1907 e faleceu no Porto em 12 de Setembro de 1977. Foi sargento-cadete na Força Aérea e esteve implicado na revolta de 26 de Agosto de 1931, pelo que foi deportado para Timor, de onde conseguiu fugir para o lado holandês. Preso em Batávia, foi entregue às autoridades portuguesas. Regressou a Lisboa, amnistiado, em Junho de 1933, e licenciou-se na Escola Superior de Medicina Veterinária. Durante a guerra civil de Espanha (1936-1939), terá participado em algumas acções de apoio às forças republicanas em território português mas acabaria por ser preso pelas tropas franquistas. Em 1937 esteve, alegadamente de férias, em Portalegre e em Maio de 1938 foi referenciado em Lisboa e em Portalegre em acções de socorro a republicanos espanhóis refugiados na Serra de São Mamede. Nos finais de 1938, foi acusado pela

PVDE de ter montado em Portalegre a Acção Anticlerical e Anti-Fascista (cujo secretariado a Polícia julgava encontrar-se em Badajoz). Indiciado no processo aberto no fim desse ano por «possível conjura» de sargentos da guarnição militar de Portalegre mais alguns civis, a PVDE apresentou, como meios de prova, dado que não conseguiu prendê-lo, cartas que lhe haviam sido enviadas por vários dos acusados nesse processo e encontradas numa mala apreendida, em Junho de 1938, na pensão de Lisboa onde tinha um quarto alugado. Foi julgado à revelia, com outros réus, entre eles Basílio Lopes Pereira, em Outubro de 1939 e condenado a dois anos de prisão correcional e perda de direitos políticos por cinco anos. Em 1940, seu pai, António Joaquim, escreveu a Salazar pedindo que fosse incluído na amnistia desse ano e em 1941 pediu à PVDE a restituição da mala apreendida. Viria a ser indultado em 1945 mas, devido às suas posições políticas, não foi autorizado a exercer cargos públicos, pelo que trabalhou gratuitamente na profilaxia da raiva e da tuberculose bovina. Dedicou-se também à técnica de curtimentos. Foi membro da União Socialista, do MUNAF, do MUD e da Acção Socialista Portuguesa e participou activamente nas campanhas presidenciais do general Norton de Matos, do Almirante Quintão Meireles e do general Humberto Delgado. Em 1952, foi escolhido como director do Asilo de São João, do Porto, cargo que exercia à data do seu falecimento. Escreveu alguns trabalhos de defesa da indústria, como *O Aproveitamento das Peles dos Bovinos na Indústria Portuguesa* e *Profilaxia do Erro e da Ignorância*. Em diversos congressos apresentou comunicações sobre temas médico-veterinários e colaborou em algumas revistas da especialidade.

SERRANO, Miguel de Jesus Albardeiro (1922-1996) – *Beja, 1969, CDE* – Nasceu em Moura, no Alentejo, a 17 de Maio de 1922 e faleceu em 24 de Julho de 1996. Estudou num colégio particular, com uma bolsa atribuída pela Câmara Municipal de Moura, e no fim do curso empregou-se numa firma da mesma cidade. Em Julho de 1952, foi um dos fundadores, director e editor do quinzenário *A Planície*, cujo suplemento literário – *Ângulo*, se chamava – reuniu colaboração de intelectuais de todo o país. Nos finais de 1957, fixou-se em Lisboa, primeiro como empregado de uma firma farmacêutica, iniciando depois no *Diário Ilustrado* a sua carreira de jornalista. Em 1959, foi chefiar a delegação do Porto daquele jornal e aí fundou a revista cultural *A Cidade*, de que apenas saíram dois números. Voltou a Lisboa em 1961, começou a trabalhar na delegação do *Comércio do Porto* e ingressou no vespertino *República*, de que viria a ser chefe de redacção entre 1969 e fins de 1974. Em 1969, foi suplente na lista de Beja de candidatos a deputados pela CDE nas eleições legislativas desse ano. Em 1975, entrou para o *Diário de Notícias*, onde foi subchefe de redacção, e tomou a direcção de uma publicação da mesma empresa, a *Vida Rural*. Em 1976, foi um dos fundadores de *O Diário*, de cujo suplemento cultural foi editor e coordenador. Regressou ao Alentejo em 1990 e foi director-adjunto do *Diário do Alentejo*, de Évora. Em 1994, juntamente com Domingos Janeiro, Correia da Fonseca e Armando Rodrigues, fundou e dirigiu o quinzenário *ABC*, de Algés. Além de colaboração noutras jornais e revistas, como *Ocidente*, *Vértice* e *Seara Nova*, deixou traduções e alguns trabalhos literários, entre os quais uma colectânea de crónicas publicadas no *Diário do Alentejo*, intitulada *Crónicas do meu Caminho* (Beja, 1953), *O Sinal* (Lisboa, 1959), *Noite Destruída e A Procissão* (Lisboa, 1978), *Escada*

Rolante (Lisboa, 1989), *Estátua Alada* (Lisboa, 1993), e *A Praia da Memória* (Lisboa, 1995). Em 2009, a Câmara Municipal da Moita patrocinou a edição de uma colectânea de escritos seus intitulada *Seara Resgatada*.

SERTÓRIO, Manuel (1926-1985) – **Lisboa, 1957** – Nome profissional de Manuel Sertório Marques de Carvalho da Silva. Nasceu na freguesia de S. Nicolau, em Lisboa, a 12 de Outubro de 1926 e faleceu, também em Lisboa, em 30 de Dezembro de 1985. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa, começando logo a exercer advocacia, distinguindo-se na defesa, nos tribunais plenários, de vários réus acusados de crimes políticos. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Em 1958, empenhou-se na candidatura do dr. Arlindo Vicente à Presidência da República e, depois da sua desistência, apoiou a candidatura do general Humberto Delgado. Em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». Entretanto, na sequência daquelas eleições, e recendo ser preso, fixou-se no Brasil, em São Paulo, até que a instauração da Ditadura Militar o levou a partir para Argel, em 1965. Defensor da independência das colónias portuguesas, esteve, em 1961, em Nova Deli, na conferência anticolonialista ali realizada. Depois da invasão da Checoslováquia pelas tropas soviéticas, em 1968, afastou-se do Partido Comunista. Em 1969, apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «Participação ou Contestação» e ao III Congresso da Oposição Democrática, realizado também em Aveiro, em 1973, enviou uma comunicação intitulada «A Arma da Crítica». Regressou a Portugal depois do 25 de Abril de 1974 mas recusou todos os cargos que lhe foram oferecidos e manteve durante vários anos colaboração com organizações da área do trotskismo. Colaborou em numerosos jornais brasileiros, como o *Estado de S. Paulo* e o *Portugal Democrático*, e portugueses (*Diário Popular*, *República*, *Combate Operário*, *Militante Socialista*) e na Rádio Portugal Livre, em Argel. Publicou *O Fim de Salazar e a Revolução em Portugal* (Argel, 1967) bem como a sua correspondência com o general Humberto Delgado sob o título *Humberto Delgado: 70 Cartas Inéditas* (Lisboa, 1979).

SEVERINO, Maria Lígia Valente da Fonseca – v. [FONSECA], Lília da

SILVA, Alberto Marques de Oliveira e (1924) – **Viana do Castelo, 1969, CDE** – Nasceu em Monserrate, Viana do Castelo, a 9 de Outubro de 1924. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, tendo completado também o curso de Ciências Pedagógicas. Enquanto estudante, foi presidente da comissão universitária do MUD-Juvenil em Coimbra e, em representação desse movimento, membro da comissão distrital do MUD da mesma cidade. Em 1947, foi preso sob a acusação de ser membro do Partido Comunista e foi julgado em Lisboa, tendo sido condenado na pena de 18 meses de prisão correcional, acrescida da medida de segurança de um ano de internamento em estabelecimento prisional, que não chegou a executar-se, por lhe ter sido concedida liberdade condicional, após ter cumprido 11 meses de prisão efectiva. Chamado a prestar serviço militar obrigatório na Escola Prática de Cavalaria de Torres Novas, que frequentou como

cadete com aproveitamento, foi-lhe negada a promoção a oficial miliciano, em consequência daquela condenação, sendo colocado, durante seis meses, como soldado raso, na Companhia Disciplinar de Penamacor (1948). Advogado desde 1951, foi delegado às assembleias-gerais da Ordem dos Advogados entre 1963 e 1965 e entre 1972 e 1974. Dirigente de várias associações desportivas e recreativas, como o Sport Clube Vianense, de que foi presidente da direcção e da assembleia-geral, foi também um dos fundadores e presidente de uma organização, sem fins lucrativos, com o objectivo de promover o turismo no Alto Minho. Participou nos mais importantes movimentos da oposição democrática e apoiou a candidatura do general Humberto Delgado às eleições presidenciais de 1958. Foi um dos fundadores do Partido Socialista, de que é o filiado n.º 22, tendo sido eleito em vários congressos para as suas Comissão Nacional e Comissão Política. Depois do 25 de Abril, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte (onde presidiu à Comissão dos Direitos e Deveres Fundamentais) e, depois, à Assembleia da República, nas doze primeiras legislaturas, com excepção da terceira e da sétima. Foi vice-presidente da comissão de inquérito parlamentar à queda, em Camarate, do avião em que seguiam Sá Carneiro e Amaro da Costa. No II Governo Constitucional, foi ministro da Administração Interna (de 31 de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1978). Foi governador civil de Viana do Castelo por três vezes: de Setembro de 1976 a Janeiro de 1978, de Maio de 1978 a Fevereiro de 1980 e de Novembro de 1995 a Abril de 2002, tendo tomado a iniciativa de instalar o Arquivo Distrital no Palácio da Vedoria e promovido a criação do Centro Cultural do Alto Minho e da Academia de Música, que depois obteve estatuto de Conservatório Regional, mantendo-se desde então como presidente das assembleias gerais das duas instituições. Desde Janeiro de 1994 até Novembro de 1995, foi presidente da Assembleia Municipal de Viana do Castelo. Em 1974, foi designado presidente da comissão administrativa do Hospital Distrital e da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, passando a exercer, desde 1975, o cargo de provedor desta instituição, em que se mantém, e onde tem desenvolvido, desde então, uma vasta acção, tanto no sector da solidariedade social, traduzida na fundação dos Lares de S. Tiago e Nossa Senhora da Piedade para assistência aos idosos e ainda na criação do Centro Infantil de Santiago da Barra, Creche de Santa Maria Maior e Creche e Jardim de Infância Nossa Senhora da Misericórdia. Actualmente, os seus lares, creches e jardins infantis servem como centros de estágio nas áreas da formação profissional em geriatria e acção educativa.

SILVA, António Antunes da (1911-1979) – *Santarém, 1969, CDE* – Nasceu em Lisboa a 14 de Maio de 1911 e faleceu em 20 de Fevereiro de 1979. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Exerceu a advocacia em Tomar, tendo sido delegado às assembleias-gerais da Ordem dos Advogados nos triénios 1969-1971 e 1972-1974, delegado na comarca de Tomar entre 1972 e 1974 e vogal do Conselho Distrital de Coimbra em 1974. Foi colaborador do semanário *O Diabo*, onde se encarregou da secção «Boca do Inferno». Tomou parte activa no MUD e nas candidaturas à Presidência da República dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado.

SILVA, António Duarte Teixeira da (1903) – *Aveiro, 1961* – Nasceu no Brasil a 10 de Setembro de 1903. Licenciou-se em Medicina pela Universidade do Porto. Grande proprietário no Vale do Cambra, aí se radicou e aí exerceu clínica.

SILVA, António Feio Ribeiro da (1908-1985) – *Viana do Castelo, 1965, CDE* – Nasceu em Santa Maria Maior, Viana do Castelo, a 25 de Setembro de 1908 e faleceu em 1 de Maio de 1985. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Foi notário em Penedono mas em 1938 passou a exercer a advocacia em Viana do Castelo. Em 1945, foi presidente da direcção do Clube de Futebol de Viana e teve acção preponderante na organização do MUD em Viana do Castelo. Foi preso pela primeira vez em 31 de Maio de 1946, acusado de ser membro do Partido Comunista. Voltaria a ser detido, pela mesma razão, entre Abril e Maio de 1947 e em Abril de 1948. Em Fevereiro de 1949, seria condenado, no Tribunal Plenário do Porto, a 18 meses de prisão correcional e perda de direitos políticos por cinco anos, sentença de que recorreu para o Supremo Tribunal de Justiça que este confirmou. Só em Junho de 1953 foi libertado condicionalmente por três anos. Entretanto, o Partido Comunista fez constar nas suas publicações que o expulsara «por haver prestado declarações quando interrogado na polícia». Foi delegado às assembleias-gerais da Ordem dos Advogados entre 1957 e 1959; foi nomeado delegado da comarca de Esposende em 24 de Novembro de 1961 e, entre 1966 e 1968, foi delegado da comarca de Viana do Castelo. Fez parte das comissões eleitorais distritais das candidaturas à Presidência da República do dr. Arlindo Vicente e, depois da desistência deste, do general Humberto Delgado. Em 1962 e em 1968, voltaria a ser preso, acusado de actividades contra a segurança do Estado.

SILVA Júnior, António José da (1907) – *Porto, 1969, CEUD* – Nasceu na freguesia de São Nicolau, concelho do Porto, em 1907. Licenciou-se em Medicina pela Universidade do Porto, especializando-se em Urologia. Participou em todas as campanhas públicas oposicionistas.

SILVA, Armando Adão e (1909-1993) – *Lisboa 1953; 1965* – Nasceu em Lisboa em 24 de Fevereiro de 1909 e faleceu na mesma cidade em 1 de Abril de 1993. Fez os estudos secundários no Liceu Gil Vicente e licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa, depois do que começou a exercer a advocacia. Em 1943, foi membro fundador da União Democrática (que se fundiu, no ano seguinte, com o Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista, dando origem à União Socialista) e fez parte do MUNAF e do MUD, de cuja primeira comissão central foi membro. Participou nas campanhas eleitorais para a Presidência da República realizadas em 1949, 1951 e 1958 mas, no rescaldo da candidatura do general Norton de Matos apoiou o sector da oposição (a Comissão dos 24) que rompeu com o Partido Comunista e defendeu publicamente a integração de Portugal na NATO. A partir da década de 50, fez parte do Directório Democrato-Social, que representava a oposição não-comunista nestes anos, mas não aderiu nem à Acção Socialista Portuguesa, nem ao Partido Socialista. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Foi um dos primeiros signatários da exposição enviada ao Presidente da República no dia 1 de Outubro de 1957 explicando os motivos pelos quais a oposição não se apresentava a sufrágio. Concorreu às eleições legislativas de 1953, 1965 e 1969 e viria a ser preso pelas suas declarações sobre as condições fraudulentas

em que essas eleições se realizavam. Foi um dos signatários do Programa para a Democratização da República, em 1961, o que lhe valeu ser preso pela segunda vez. Foi deputado pelo PSD, eleito por Lisboa, na I Legislatura, e, em 1976, tentou lançar, com Adelino da Palma Carlos, um partido denominado Partido Social-Democrata Português, que não vingou. Mais tarde, filiou-se no Partido Socialista, de que se demitiria a 1 de Dezembro de 1978, afastando-se então, também, da Assembleia Municipal de Lisboa, de que fazia parte. Em 1981, seria eleito grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, mandato que cumpriu até ao fim, em 1984. Como advogado, dedicou-se às questões comerciais e foi consultor jurídico de diversas associações comerciais. Interveio também em vários julgamentos de carácter político. Foi membro (1942-1944) e vogal (1945-1947) do Conselho Distrital de Lisboa e membro (1972-1974) do Conselho Superior da Ordem dos Advogados. Foi também membro da Comissão dos Direitos do Homem. Interessado pelo desporto, fez parte do conselho jurisdicional do Sport Lisboa e Benfica e foi presidente da Associação de Futebol de Lisboa.

SILVA, Armando Antunes da (1921-1997) – *Évora, 1969, CDE* – Nasceu em S. Mamede, Évora, a 31 de Julho de 1921 e faleceu na mesma cidade a 22 de Dezembro de 1997. Depois de concluído o curso comercial, radicou-se em Lisboa (só regressou definitivamente a Évora em 1986), onde trabalhou, como empregado de escritório, numa empresa fabril e onde iniciou a sua actividade literária, tendo publicado contos e crónicas em jornais diários. Escritor regionalista, inserido na corrente neo-realista, os seus primeiros volumes de contos, *Gaimirra* e *Vela Adormecida*, foram publicados, respectivamente em 1946 e em 1948. Foi membro dos corpos gerentes da Sociedade Portuguesa de Escritores. Politicamente, pertenceu aos quadros directivos do MUD-Juvenil (secção de Évora), pelo que foi preso pela PIDE, tendo estado em Caxias. Embora nunca tivesse sido julgado, compareceu várias vezes nos tribunais plenários como testemunha de defesa de vários réus acusados de crimes políticos. Foi, mais tarde, membro do Conselho Nacional do MDP/CDE. Participou na campanha do presidencial do dr. Arlindo Vicente e, depois da desistência deste, na do general Humberto Delgado, em 1958. Depois do 25 de Abril, foi candidato da APU à Assembleia da República pelo distrito de Setúbal. Colaborou em diversos jornais e revistas, designadamente *Democracia do Sul*, *Comércio do Porto*, *Diário de Notícias*, *Colóquio e Vértice* e no *Diário de Lisboa*, onde publicou uma série de artigos, depois reunidos em volume sob o título *Alqueva – A Grande Barragem*, o que lhe mereceu o Prémio de Jornalismo do II Congresso Sobre o Alentejo, dirigiu também, em 1976, o *Notícias do Sul*, que se publicou em Évora. Sobre a reforma agrária, escreveu uma série de reportagens, sob o título geral *Terras Velhas Semeada de Novo*. É autor de extensa obra literária, em verso (*Senhor Vento* reuniu quase toda a sua poesia até 1982) e em prosa, integrada na corrente neo-realista e, em grande parte, dedicada à temática alentejana, como, por exemplo, *Esta Terra que é Nossa* (Lisboa, 1952), *O Aprendiz de Ladrão* (Lisboa, 1955), *Suão* (Lisboa, 1960), *Terra do nosso Pão* (Lisboa, 1964), *Alentejo é Sangue: Crónicas e Narrativas* (Lisboa, 1966), *Uma Pinga de Chuva* (Lisboa, 1972), *Exilado e Outros Contos* (Porto, 1973) e *A Fábrica* (Lisboa, 1979), bem como

um diário: *Jornal I* e *Jornal II*, ambos publicados em Lisboa, respectivamente em 1987 e 1990. Em 1991, a Câmara Municipal de Évora atribuiu-lhe a Medalha de Mérito Municipal e, em 1996, homenageou-o pelos seus cinquenta anos de vida literária.

SILVA, Artur Morgado Ferreira dos Santos (1910-1980) – *Porto, 1957; 1961; 1965; 1969, CEUD* – Nasceu no Porto, na freguesia da Sé, em 5 de Abril de 1910 e faleceu a 7 de Junho de 1980. Era filho do dr. Eduardo Ferreira Santos Silva, que foi o último ministro da Instrução da I República, e neto de Dionísio Ferreira dos Santos Silva, um dos revolucionários do 31 de Janeiro. Depois de concluir os estudos no Liceu Alexandre Herculano, frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra mas terminou o curso em Lisboa, em 1933. Ainda estudante, em 1928, inicia-se na maçonaria, em Coimbra, na loja Revolta, de que também fazem parte os irmãos Mário e Carlos Cal Brandão. Em Novembro de 1930, fez parte da delegação que foi ao Ministério da Instrução exigir a libertação do então presidente da FAL, Francisco Joaquim Mendes, e viria a ser preso por 24 horas. Participou em todos os movimentos académicos entre 1927 e 1933 e, em Abril de 1931, colaborou na invasão da Faculdade de Direito de Lisboa; embora tivesse conseguido evitar a prisão, perdeu o ano por faltas e no ano lectivo de 1931-1932 foi-lhe anulada a matrícula na Universidade de Lisboa mas recorreu ao Supremo Tribunal Administrativo, cuja decisão lhe foi favorável. Voltaria a ser preso, «para averiguações», entre 4 e 12 de Maio de 1939. Exerceu a advocacia no Porto e, com os irmãos José e Vitorino Magalhães Godinho, Gustavo Soromenho, António Macedo e Mário Cal Brandão, fundou, em 1942, o Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista; foi depois membro do MUD e participou activamente nas campanhas eleitorais do almirante Quintão Meireles e dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado. Em 1947, fez parte da Comissão Distrital do Porto do Movimento Nacional Democrático. Preso de novo em Janeiro de 1949, seria julgado em Tribunal Plenário e condenado a três meses de prisão, com pena suspensa por dois anos e suspensão dos direitos políticos por três anos. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Entre 1957 e 1969, foi sempre candidato a deputado pelo Porto, da primeira vez apresentado pela Comissão Eleitoral dos Democratas Independentes do Distrito do Porto, contrariando o Directório Democrato-Social, que optava pela abstenção. Em 21 de Junho de 1958, foi detido por «actividades subversivas» e libertado só a 5 de Agosto, com termo de identidade e residência. Em 1960, fez parte da Frente Eleitoral Independente, criada no Norte do país, e, em 1961, foi um dos subscritores do Programa para a Democratização da República, pelo que foi de novo preso e interrogado. Como advogado, foi delegado às assembleias-gerais da Ordem no triénio 1960-1962 e interveio em numerosos julgamentos por delitos políticos. Pertenceu à Acção Socialista e ao Partido Socialista mas depois do 25 de Abril viria a ser um dos fundadores do Partido Popular Democrático (PPD), de cuja comissão política fez parte até Dezembro de 1975, altura do congresso partidário, realizado em Aveiro, de que dissentiu, passando depois fugazmente pelo Movimento Social Democrata, que reunia outros dissidentes daquele partido. Foi deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo do Porto. Deixou escritos alguns trabalhos de carácter jurídico.

SILVA (Oliveira dos Arcos), D. João Francisco de Paula Pais de Almeida e (1900-1990) – *Leiria, 1969, CDE* – Nasceu em Vagos a 22 de Novembro de 1900 e faleceu em 14 de Fevereiro de 1990. Licenciou-se e doutorou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra. Foi médico municipal em Ansião, tendo sido reformado compulsivamente por motivos políticos. Exerceu, depois, medicina em Chão de Couce. Foi suplente nas eleições legislativas de 1969.

SILVA, Eduardo Alfredo Keil Carvalho da (1907-1977) – *Leiria, 1961* – Nasceu na freguesia de S. José, em Lisboa, a 28 de Dezembro de 1907 e faleceu na mesma cidade em 16 de Maio de 1977. Oficial miliciano, foi aspirante, em 1932, alferes, em 1933 e tenente, em 1942. Frequentou o Instituto Superior Técnico, em 1931, e a Escola Preparatória de Quadros no Regimento de Infantaria n.º 1. Prestou serviço no Batalhão de Carros da Amadora e no Batalhão de Caçadores n.º 3, tendo sido louvado pelo seu trabalho e como oficial «disciplinado e disciplinador». Teve, no entanto, problemas com a justiça militar, por um caso de ofensas corporais e por outro de homicídio involuntário na pessoa de um homem que atropelou com a sua viatura, tendo cumprido alguns meses de detenção em presídio militar. Em Janeiro de 1948, dirigiu uma exposição ao presidente da Assembleia Nacional e, no decurso do inquérito desencadeado por essa exposição, foi acusado, entre outros pontos, de «procurar insistentemente fomentar situações de escândalo em relação aos poderes constituídos, visando especialmente a pessoa do ministro da Guerra», então, Santos Costa, que o expulsou do exército em despacho violentíssimo, com data de 18 de Junho de 1948, acusado de mau comportamento moral e profissional.

SILVA, Herberto de Castro Goulart da (1934) – *Lisboa, 1973* – Nasceu na Horta, Açores, em 10 de Maio de 1934. Licenciou-se em Economia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade de Lisboa. Economista de profissão, foi director e administrador de diversas empresas, tendo exercido a sua actividade durante 40 anos na área da gestão empresarial, como técnico ou dirigente, em empresas industriais ou de estudos e consultadoria. Foi dirigente estudantil, tendo sido vice-presidente da Associação Académica de Económicas, presidente do Conselho Fiscal e director do respectivo boletim. Pertenceu ao secretariado da RIA – Reunião Inter-Associações – tendo, entre outras actividades, coordenado a realização do Dia do Estudante em dois anos consecutivos. A sua actividade na oposição ao regime, custou-lhe várias detenções pela polícia política, algumas curtas, outras mais longas, nomeadamente em 1963 e em 1973. Neste último ano, foi preso, juntamente com outras pessoas, quando procedia à distribuição de manifestos de apresentação dos candidatos e só viria a ser libertado na véspera da abertura da campanha eleitoral. Foi um dos impulsionadores da criação da CDE de Lisboa, de cuja comissão executiva foi membro desde 1970 até Novembro de 1974, quando esse movimento passou a partido político. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro. Ainda em 1973, era o director indigitado do jornal *A. E. Actividades Económicas*, criado pelo jornalista Mário Ventura Henriques e que foi proibido logo depois da apresentação do número 0. Da redacção desse jornal faziam parte, entre outros, José Saramago, Lino de Carvalho Lima, Helena Neves, Carlos Santos Pereira, Avelino Rodrigues, Cesário

Borga e Mário Cardoso. Foi vice-presidente do MDP-CDE e presidente do Grupo Parlamentar deste partido durante os três anos em que exerceu o mandato de deputado (na I e na II Legislativas). Desvinculou-se do partido em 1987, por divergência com a orientação política maioritária. Nesse ano, foi co-fundador da associação política ID – Intervenção Democrática, de cujos corpos dirigentes tem feito parte. Tem sido frequentemente candidato nas listas das coligações FEPU, APU ou CDU, em eleições autárquicas, legislativas ou europeias. Pertenceu à comissão administrativa da Câmara de Loures, concelho onde foi vereador, membro da Assembleia Municipal e administrador dos Serviços Municipalizados. Foi, durante muitos anos, presidente da assembleia-geral do Sport Grupo Sacavenense. É membro da direcção nacional e da comissão executiva da Inter-Reformados (CGTP-IN), organização sindical que representa no Comité Executivo da FERPA – Federação Europeia de Reformados e Idosos. Tem colaborado com diversas publicações, como *Revista de Economia*, *Diário de Lisboa*, *República*, *Vértice* e *Seara Nova*, de cuja redacção faz actualmente parte.

SILVA, Joaquim Rocha e (1905-?) – **Leiria, 1965** – Nasceu no Pará, Brasil, em 1905. Foi assistente no Instituto Superior do Comércio do Porto e, depois, professor efectivo da Escola Comercial e Industrial de Leiria, funções de que foi reformado compulsivamente por motivos políticos. Tomou parte em todas as campanhas eleitorais oposicionistas mas só em 1965 se candidatou a deputado. Foi o primeiro governador civil de Leiria depois do 25 de Abril.

SILVA, José Malheiro da (1927-1997) – **Setúbal, 1969, CDE** – Nasceu em Venade, Caminha, a 7 de Abril de 1927 e faleceu a 17 de Outubro de 1977. Estudou Medicina nas faculdades de Coimbra e do Porto, licenciando-se nesta última e especializando-se em Estomatologia. Em 1960, radicou-se na margem sul do Tejo e abriu consultório de Estomatologia no Laranjeiro. Enquanto estudante, aderiu ao MUD-Juvenil e participou activamente no Movimento Associativo Académico de Coimbra. Nas campanhas presidenciais, colaborou na campanha da candidatura à Presidência da República do general Norton de Matos, em 1949, e, em 1951, foi um dos proponentes da candidatura do prof. Ruy Luís Gomes. Apoiou também as candidaturas presidenciais do dr. Arlindo Vicente e, depois da desistência deste, do general Humberto Delgado, em 1958. Em 1970, fez parte da comissão promotora do Movimento de Oposição Democrática de Setúbal. Distinguiu-se também como conferencista e associativista e foi dirigente de várias colectividades no concelho de Almada, tendo dedicado algum tempo ao estudo do associativismo popular.

SILVA, José de Oliveira e (1912-1988) – **Aveiro, 1961; Aveiro, 1973** – Nasceu em Salreu, Estarreja, a 9 de Julho de 1912 e faleceu a 3 de Janeiro de 1988. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra. Apoiou as candidaturas à Presidência da República do general Norton de Matos, dos drs. Ruy Luís Gomes e Arlindo Vicente e, após a desistência deste último, do general Humberto Delgado. Colaborou nos vários movimentos cívicos do distrito de Aveiro e participou nos três congressos da oposição aí realizados, no último dos quais foi membro da respectiva comissão nacional. Em Dezembro de 1962, foi preso pela PIDE, por suspeita de «actividades contra a segurança do Estado».

SILVA, Manuel Jorge de Magalhães e (1944) – *Lisboa, 1969, CEM* – Nasceu no Porto em 28 de Dezembro de 1944. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa, onde era finalista do seu curso quando se apresentou como candidato a deputado. Foi vice-presidente da Comissão de Juventude da Causa Monárquica, em 1966-1967, e seu presidente interino no ano seguinte, até Abril. Foi um dos fundadores da Renovação Portuguesa. Em 1973, abriu escritório de advogado na comarca de Lisboa e é actualmente sócio sénior de uma sociedade de advogados. Na assembleia constituinte do PPM, votou contra a fundação do partido. De 1988 a 1990, foi secretário adjunto para os Assuntos de Justiça de Macau. No triénio de 1996-1998, desempenhou as funções de vogal do Conselho Superior da Ordem dos Advogados. Fez parte da Comissão Revisora do Código de Processo Penal (1998) e do Conselho Superior de Justiça de Macau (1995-1996). Entre 1996 e 2006, foi consultor para os Assuntos Políticos e de Justiça do presidente Jorge Sampaio. De 1996 a 1999, fez parte da delegação portuguesa no Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês, para a negociação dos termos de transferência do exercício de soberania sobre Macau. Em 2007, candidatou-se a bastonário da Ordem dos Advogados mas não foi eleito.

SILVA, Manuel Sertório de Carvalho Marques da – v. **SERTÓRIO**, Manuel

SILVA, Mário Augusto da (1901-1977) – *Coimbra, 1961* – Nasceu na freguesia de Almedina, em Coimbra, a 7 de Janeiro de 1901 e faleceu na mesma cidade a 13 de Julho de 1977. Fez os estudos em Coimbra, em cuja Universidade se licenciou em Ciências Físico-Químicas. Iniciou a sua carreira de docente universitário em Novembro de 1921 com a sua nomeação como assistente supranumerário. Em 1923, começou a colaborar no jornal *A Cidade*, com o propósito de promover a divulgação do conhecimento científico, mas considerações que fez sobre a génese da vida provocaram uma resposta dura de Fernando de Almeida, um dos membros da direcção do Centro Académico de Democracia Cristã, a que pertenciam também o doutor Salazar e o padre Cerejeira. Em 1925, já primeiro assistente, desde Março de 1924, partiu como bolseiro para Paris, a fim de se aperfeiçoar num laboratório de Física, tendo começado a trabalhar no laboratório de Madame Curie. Não podendo a bolsa portuguesa prolongar-se para além de 1927, a Faculdade de Ciências de Paris atribuiu-lhe, a pedido de Madame Curie, nova bolsa, o que lhe permitiu, em Julho de 1929, doutorar-se, em Ciências Físicas na Universidade de Paris. Regressou a Coimbra e à Faculdade de Ciências em Novembro desse ano e, em Julho de 1931, prestou provas públicas para catedrático, tendo sido depois nomeado director do Laboratório de Física da mesma Faculdade, instituição de que seria nomeado secretário em 1941, qualidade em que desenvolveu esforços para a recuperação do espólio do Gabinete Pombalino de Física. Até 1943, não se envolveria em actividades políticas mas, em Dezembro desse ano, juntar-se-ia ao MUNAF, tendo representando o distrito de Coimbra no Conselho Nacional desse movimento, juntamente com Barbosa de Magalhães (que era o presidente), José de Magalhães Godinho, Bento de Jesus Caraça e Manuel Mendes, entre outros. Ligar-se-ia depois ao MUD e, em Outubro de 1945, foi membro activo da respectiva comissão distrital de Coimbra, pelo que seria preso pela polícia política em 21 de Agosto de 1946 (com apreensão de livros em sua casa), só tendo sido

restituído à liberdade em 14 de Outubro do mesmo ano, por não se terem encontrado elementos suficientes para sustentar a acusação de delito contra a segurança do Estado. No entanto, seria aposentado compulsivamente em Junho de 1947. Recorreria da decisão que o afastava da sua cátedra, mas sem resultado. Como a reforma a que tinha direito só começou a ser paga em Abril do ano seguinte, viu-se obrigado a trabalhar como vendedor de diversas firmas comerciais. Em 1947, começou a trabalhar com a secção portuguesa de uma firma holandesa (em Janeiro de 1950, seria nomeado chefe da secção de electromedicina) e aí se manteve durante alguns anos, apesar de uma tentativa do ministro da Educação, Pires de Lima, para que a empresa o afastasse, o que não conseguiu, apesar de algumas ameaças. Com a ilegalização do MUD, voltaria a ser preso mas, porque se encontrava doente, ficou em prisão domiciliária, durante cerca de três semanas. Em 1949, colaborou na campanha do general Norton de Matos às eleições presidenciais e, em 1958, foi convidado a fazer parte da comissão nacional pró-candidatura à Presidência da República do eng. Cunha Leal, que, no entanto, não aceitaria ser candidato. Depois das eleições de 1958, juntou-se à Acção Democrato-Social, de cuja comissão distrital de Coimbra foi membro; em Agosto de 1968, fez parte da «comissão de auxílio ao dr. Mário Soares», constituída na sequência da sua deportação para S. Tomé, e, mais tarde, filiou-se no Partido Socialista. Em 1971, foi nomeado director da comissão de planeamento do futuro Museu Nacional da Ciência e da Técnica. Em Fevereiro de 1976, foi reintegrado como professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e, em Novembro do mesmo ano, a Câmara Municipal de Coimbra conferiu-lhe a Medalha da Cidade. Colaborou em jornais e revistas, como *O Século*, *Átomo* e *Seara Nova* e deixou numerosos trabalhos de investigação, tanto em revistas científicas estrangeiras como em livro.

SILVA, Mário Gomes da (1893-1977) – *Viseu, 1965; 1969, CDE* – Nasceu na freguesia de Cedofeita, no Porto, a 15 de Dezembro de 1893 e faleceu em Fornos de Algodres a 12 de Janeiro de 1977. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Advogado na vila de Mortágua, acabou por fixar residência na sede do concelho, Santa Comba Dão, onde continuou a advogar e onde era o administrador do concelho quando do 28 de Maio. Acompanhou o batalhão de Marinha que marchou sobre o Porto, em 1919, para combater a Monarquia do Norte e, depois, interveio em todos os movimentos republicanos e em todas as campanhas eleitorais. Dirigiu *Vida Moça*, uma revista republicana que se anunciava quinzenal mas de que saiu apenas um número, com data de 15 de Março de 1922. Fez parte da comissão distrital do MUD e presidiu às comissões concelhias das candidaturas à Presidência da República dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado. Na Ordem dos Advogados, desempenhou as funções de delegado na comarca de Santa Comba Dão, entre 1951 e 1965, e, depois, no triénio 1972-1974 e de vogal da Comissão Distrital de Coimbra, entre 1966 e 1968. Publicou algumas obras de carácter literário, como o livro de poemas *Violetas Bravas* (Porto, 1919) ou jurídicas, como *A Sedução e a Posse de Estado nas Acções de Investigação da Paternidade* (Lisboa, 1937) ou *Uma Sentença Notável em Casos de Simulação* (Coimbra, 1940).

SILVA, Vasco Luís Rodrigues da Conceição e (1923-1994) – *Castelo Branco, 1961* – Nasceu na Cumiada, concelho da Sertã, em 4 de Agosto de 1923 e faleceu em Castelo Branco a 15 de Novembro de 1994. Foi professor do ensino secundário particular.

SILVA, Virgílio Pereira da (1888-1963) – *Aveiro, 1953; 1957; 1961* – Nasceu em Vilarinho do Bairro, Anadia, em 14 de Março de 1888 e faleceu em Anadia a 14 de Julho de 1963. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, tendo sido advogado e notário. Foi preso, ainda durante a Monarquia, pelas suas convicções republicanas e, em 1931, devido à sua implicação no movimento republicano de Agosto, foi deportado para os Açores e daí para Timor, de onde regressou, amnistiado, em 1932. Nesse mesmo ano, em Julho, a pena de demissão do funcionalismo público que lhe havia sido imposta foi convertida em dois anos de suspensão. Em 1945, fazia parte da comissão do MUD de Estarreja. Candidatou-se três vezes consecutivas à Assembleia Nacional. Em Dezembro de 1962 voltou a ser preso, agora pela PIDE, por suspeita de «actividades contra a segurança do Estado», tendo sido libertado dias depois, mediante caução.

SILVEIRA, José Sebastião de Castro da Cunha (?) – *Angra do Heroísmo, 1945* – Não foi possível obter dados deste candidato.

SILVEIRA, Maria Ofélia Mafalda de Melo de Portugal da (1924) – *Lisboa, 1961* – **Lista Monárquica** – Nasceu em Cortiços, Macedo de Cavaleiros, a 20 de Outubro de 1924. Quando se candidatou, desempenhava funções administrativas na Rádio Europa Livre. Politicamente, esteve sempre ligada aos monárquicos, mas abandonou a política activa.

SILVESTRE, Jorge Manuel de Jesus Nogueira (1945) – *Leiria, 1969, CDE* – Nasceu em Alcobaça em 1945. Licenciou-se em Engenharia Agrónoma pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. Pertenceu a duas direcções da Associação de Estudantes de Agronomia, tendo sido presidente no ano de 1966-1967 e membro da direcção da cooperativa universitária Livrelco.

SIMÕES, Joaquim António dos Santos (1923) – *Braga, 1969, CDE* – Nasceu em Espinhal, Penela, Coimbra, a 12 de Agosto de 1923. Licenciou-se na Universidade de Coimbra em Matemática e fez também o curso de engenheiro-geógrafo. Em 1947, pertenceu à comissão directora que organizou as primeiras eleições para a Associação Académica que puseram termo a um longo período de comissões administrativas. Em 1950, foi presidente da direcção da Acção Académica. Foi também presidente do Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC). Em 1961, foi demitido do ensino oficial quando leccionava na Escola Técnica de Guimarães, razão por que enveredou pelo ensino secundário particular. Em Guimarães, organizou o III e o V Encontros de Imprensa Regional. Participou, em 1965, na campanha de deputados pela oposição de Braga e em Abril de 1968 esteve preso, com o advogado Lino Lima, «para averiguações de crime contra a segurança do Estado» mas, nada se tendo provado, foi solto três semanas depois, embora com termo de identidade e residência, até que o processo foi arquivado em 6 de Julho seguinte. Em 1969, apresentou uma comunicação ao II Congresso Republicano de

Aveiro intitulada «A Democratização do Ensino em Portugal e o Ensino Particular» e outra, com a colaboração de Augusto César Anjo e Fernando Mouga, sob o título «Tomaz da Fonseca Vivo – Um Intelectual sem Bandeira Irmanado com o Povo». Em 1973, publicou uma carta aberta ao governador civil de Braga intitulada «E, contudo, move-se». Esteve preso em Caxias durante algum tempo, acusado de actividades contra o regime. Publicou várias obras, entre as quais *Os Candidatos de Braga da Lista D e a Política Ultramarina*, com Eduardo Ribeiro e Marinho Dias (Braga, 1969), *Braga – Grito de Liberdade – História Possível de Meio Século de Resistência* (Braga, 1999); e *Sete Anos de Luta contra o Fascismo: Academia de Coimbra 1944-1951* (Coimbra, 2002).

SKAPINAKIS, Nikias Ribeiro (1931) – *Lisboa, 1957; 1961* – Nasceu na freguesia de Camões, em Lisboa, a 4 de Janeiro de 1931. Frequentou o curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes, que abandonou – depois de expulso por um ano, sob pretexto de «actos de indisciplina» – a fim de se dedicar à Pintura. Manteve sempre uma atitude de contestação ao Estado Novo e, em 1958, foi membro da comissão provisória de candidatura à Presidência da República do eng. Cunha Leal, tendo feito depois parte da comissão de candidatura do dr. Arlindo Vicente e da comissão organizadora do Movimento Nacional Independente. Em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política» e participou na conspiração conhecida por Revolta da Sé, em Março de 1959. Ligado ao Partido Comunista, foi também um dos impulsionadores das Juntas Patrióticas. Em 1961, subscreveu o Programa para a Democratização da República e, ao saber que outros subscritores eram detidos pela PIDE e interrogados, pediu asilo político na Embaixada do Brasil, que lho concedeu durante algum tempo. Apresentou-se depois à PIDE, que o libertou sob caução, a aguardar julgamento. Foi professor de Desenho e Pintura do Liceu Charles Lepierre, em Lisboa. Em 1948, apresentou pela primeira vez a sua obra nas Exposições Gerais de Artes Plásticas, da Sociedade Nacional de Belas Artes. A partir daí, realizou diversas exposições individuais, participou em exposições colectivas, tanto em Portugal como no estrangeiro, e fez parte da representação portuguesa à IV Bienal de S. Paulo. Três das suas mais importantes exposições foram as que apresentou, em 1993, no Palácio Galveias (desenhos realizados desde 1985), em 1996, no Museu do Chiado (retrospectiva de retratos) e a antológica (desenho e pintura do período entre 1966 e 2000) exibida na Fundação Serralves. Foi professor de Didáctica de Desenho no Instituto de Educação Infantil e no Liceu Charles Lepierre. Para além da pintura a óleo, dedicou-se também à litografia, à serigrafia, ao desenho e à ilustração de livros. É um dos organizadores da revista *Arquitectura* e autor de um dos novos painéis do café «A Brasileira», de Lisboa (1971) e ilustrou uma edição especial de *Quando os Lobos Uivam*, de Aquilino Ribeiro. Recebeu diversos galardões, como o Prémio da Associação Internacional de Críticos de Arte, em 1990, e o Grande Prémio Amadeo de Souza Cardoso, em 2005.

SOARES, Manuel José Cruz (1945) – *Viana do Castelo, 1973* – Nasceu em Monção, a 4 de Novembro de 1945. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra

e no fim de 1969 iniciou uma intensa actividade política no Movimento Democrático Unitário. Depois de cumprir o serviço militar obrigatório no Hospital Militar Regional de Évora, iniciou a sua carreira médica em Monção, em Dezembro de 1975, no então Serviço Médico à Periferia. Também em 1975, foi um dos fundadores da secção de Viana do Castelo do Partido Socialista, partido pelo qual foi candidato à Assembleia da República. Entre 1976 e 1979, fez o internato da especialidade de Patologia Clínica no Hospital de São João, no Porto. Foi depois, no Hospital Distrital de Viana do Castelo, director do serviço de Patologia Clínica e do serviço de Imuno-hemoterapia.

SOARES, Maria de Jesus Simões Lopes Barroso – v. **BARROSO**, Maria de Jesus Simões Lopes

SOARES, Mário Alberto Nobre Lopes (1924) – *Lisboa, 1965; 1969, CEUD* – Nasceu na freguesia de Camões, em Lisboa, a 7 de Dezembro de 1924, filho de João Soares, que foi deputado, governador civil e ministro das Colónias (30 de Março a 28 de Junho de 1919), durante a I República. Licenciou-se na Universidade de Lisboa em Ciências Históricas e Filosóficas e, depois, em Direito, começando a advogar em 1958. Desenvolveu desde muito novo intensa actividade contra o Estado Novo e, em 1942, quando entrou para a Universidade, participou em todas as movimentações estudantis do seu tempo, aderiu às Juventudes Comunistas, depois, ao MUNAF e, no fim da guerra, ligou-se ao MUD, tendo sido o primeiro presidente da comissão central do MUD-Juvenil, em 1946. Fez parte da comissão central da candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República (1949) e, em 1958, apoiou a candidatura presidencial do general Humberto Delgado. A partir de 1949, foi-se afastando do Partido Comunista, de que se desligaria definitivamente em 1952, saindo também da comissão central do Movimento Nacional Democrático. Várias vezes foi chamado para interrogatório ou mesmo preso pela PIDE, a primeira em 1946, por ter assinado um protesto contra o pedido apresentado por Portugal para ser admitido na ONU; depois, em 1947, por pertencer ao MUD-Juvenil, sendo então julgado e condenado a prisão correcional; em 1948, por pertencer à comissão central do MUD; em 1949, por pertencer à comissão central do Movimento da Candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República; em 1951, por participar numa sessão comemorativa do fim da Primeira Guerra Mundial; em 1960, por participar nas comemorações da proclamação da República; e, em 1961, por ter subscrito o Programa para a Democratização da República, ficando então detido por seis meses sem processo. Chegou a ser submetido à tortura do sono, como em 1962, quando foi interrogado sobre a intentona de Beja. Foi um dos fundadores, em 1955, da Resistência Republicana e Socialista (RRS), cujo objectivo era vir a constituir uma alternativa à esquerda comunista, e, a partir de 1956, foi membro do Directório Democrato-Social. Em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». Em Abril de 1964, em Genebra, fundou a Acção Socialista Portuguesa (ASP), de que seria o secretário-geral, o que lhe permitiu desenvolver intensa actividade, entre 1965 e 1968, junto de dirigentes socialistas, trabalhistas e social-democratas de vários países, e abrir assim à ASP as portas da Internacional Socialista, na qual se integrou em Fevereiro de 1972. Quando o general Humberto

Delgado é assassinado pela PIDE, em Espanha, junto à fronteira portuguesa, a família nomeia-o seu advogado e, perante os esforços que faz para esclarecer as circunstâncias do assassinio, é preso mais uma vez pela PIDE. Em 1967, acusado de ter divulgado no estrangeiro o nome de implicados num escândalo que ficou conhecido por caso dos «ballets rose», foi mais uma vez detido pela PIDE durante alguns meses e, em 1968, pela mesma acusação, foi deportado para S. Tomé, por decisão do Presidente do Conselho. Oficialmente, a medida teria sido tomada pelo Conselho de Ministros mas, na realidade, todos os ministros (excepto dois) assinaram *a posteriori*. Regressaria, porém, a Lisboa, no fim desse mesmo ano, depois de Marcello Caetano ter substituído Salazar na Presidência do Conselho. Em 1969, com a Acção Socialista Portuguesa e alguns socialistas independentes, criou a CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática), que disputaria, em Lisboa, no Porto, em Braga e em Moçambique as primeiras eleições legislativas realizadas no governo de Marcello Caetano, em concorrência com outras formações, designadamente a CDE (Comissão Democrática Eleitoral), fundada nesse mesmo ano por influência do Partido Comunista. Nesse ano, apresentara ao II Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «A Constituição de 1933 e a Evolução Democrática do País». As posições que tomou relativamente à questão da guerra em três frentes africanas e às violações dos direitos humanos em Portugal (designadamente em conferências e entrevistas nos Estados Unidos e noutros países americanos) provocaram forte reacção das autoridades portuguesas, o que o levou a exilar-se em França, em 1970, já praticamente reconhecido como chefe da oposição não-comunista. Em Abril de 1973, na Alemanha, em Bad Münstereifel, a ASP transformou-se no Partido Socialista Português, de que foi eleito secretário-geral, cargo que manteve, em sucessivas reeleições, durante 13 anos. Na sua actividade de advogado, defendeu em tribunal (nos tribunais criminais especiais conhecidos por Plenários) vários réus acusados de crimes políticos. Com o triunfo do 25 de Abril, regressou imediatamente a Portugal (chegou a Lisboa no dia 28) e foi incumbido pela Junta de Salvação Nacional de explicar no estrangeiro a revolução portuguesa. Antes ainda de tomar posse, no dia 15 de Maio de 1974, como ministro dos Negócios Estrangeiros, pasta de que se ocupou nos três primeiros governos provisórios, iniciou os contactos com os movimentos de libertação das então províncias ultramarinas, a fim de dar cumprimento a uma das promessas do MFA: «descolonizar». Era ministro sem Pasta no IV Governo Provisório mas, perante a crescente ameaça do Partido Comunista, demitiu-se – com os outros ministros socialistas – e chefiou, com Salgado Zenha, o processo de contestação à alegada tentativa comunista para conquistar o poder. Nas eleições legislativas de Agosto de 1976, saiu vencedor o Partido Socialista e foi o primeiro-ministro do I (1976-1977) e II (1978) governos constitucionais. Em 1976, passou também a ser um dos vice-presidentes da Internacional Socialista e, entre 1979 e 1983, conduziu a oposição parlamentar aos governos de iniciativa presidencial (Ramalho Eanes) e da coligação Aliança Democrática (constituída pelo PSD, pelo CDS e pelo PPM), tendo-se empenhado particularmente na revisão constitucional de 1982 que eliminou o Conselho da Revolução, ou seja, a tutela dos militares sobre os outros órgãos de soberania. Em 1981, retirou o seu apoio pessoal ao general Ramalho Eanes e auto-suspendeu-se de secretário-geral do Partido Socialista. As eleições legislativas antecipadas de Abril de 1983

deram, de novo, a vitória ao PS, pelo que voltou a formar governo (IX Governo Constitucional, 1983-1985), em coligação com o PSD, governo esse que viria a ultimar o processo de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), cujo tratado assinaria, em 12 de Junho de 1985. No dia seguinte, anunciou que se demitia e que se candidataria à Presidência da República, magistratura para que seria eleito em Fevereiro de 1986, derrotando o prof. Diogo Freitas do Amaral, na segunda volta, depois de deixar para trás, na primeira, Salgado Zenha e Maria de Lurdes Pintasilgo. Foi o primeiro Chefe de Estado civil em Portugal desde o fim da Primeira República. Cumpriria segundo mandato (Janeiro de 1991 a Março de 1996) e retirar-se-ia, durante algum tempo, da política activa, dedicando-se à Fundação com o seu nome e a que preside, constituída em Setembro de 1991. Em Dezembro de 1995, assumiu a presidência da Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos e, em Março de 1997, a presidência da Fundação Portugal-África e a presidência do Movimento Europeu. Em 1999, foi eleito, nas listas do Partido Socialista, deputado ao Parlamento Europeu, a cuja presidência concorreu, em Julho desse ano, não tendo sido eleito. Voltou a candidatar-se à Presidência da República, com o apoio do Partido Socialista, em 2006, mas não foi eleito. Como antigo Presidente da República, é membro do Conselho de Estado. A sua obra e acção mereceram-lhe a atribuição de numerosos doutoramentos *honoris causa*, por diversas Universidades portuguesas e estrangeiras. Além de centenas de artigos em jornais portugueses e estrangeiros e de numerosos prefácios a obras de carácter político ou cultural, tem publicadas obras de carácter histórico, jurídico e político, a primeira das quais foi a sua tese de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas – *As Ideias Políticas e Sociais de Teófilo Braga*, com prefácio de Vitorino de Magalhães Godinho –, editada em Lisboa, em 1950. Entre muitas outras obras, destacam-se: *A Justificação Jurídica da Restauração e a Teoria da Origem Popular do Poder Político* (Lisboa, 1954), *Escritos Políticos* (Lisboa, 1969), *Le Portugal Bailloné – Un Témoignage* (Paris, 1972), com tradução portuguesa – *Portugal Amordaçado – Depoimento sobre os Anos do Fascismo* (Lisboa, 1974), *Escritos do Exílio* (Amadora, 1975), *Democratização e Descolonização – Dez meses no Governo Provisório* (Lisboa, 1975), *Portugal. Que Revolução? Diálogo com Dominique Pouchin* (Lisboa, 1976), *O Futuro Será o Socialismo Democrático* (entrevista a Augusto de Carvalho, Mem Martins, 1979), *Intervenções*, 9 vols. (Lisboa, 1987-1995) e *Português e Europeu* (Lisboa, 2001). Sobre a sua vida e obra têm sido escritos numerosos livros, entre os quais: Hans Janitschek, *Mário Soares – Portrait of a Hero*, prefácio de Edward Kennedy (Londres, 1985), Maria Fernanda Rollo e José Maria Brandão de Brito, *Mário Soares – Uma Fotobiografia* (Lisboa, 1995), Maria João Avilez, *Soares*, 3 vols. (Lisboa, 1996), AAVV, *Mário Soares, O Presidente de Todos os Portugueses – 1991-1996* (Lisboa, 1996) e Sergei Yastrzhembsky, *Mário Soares e a Democracia Portuguesa Vistos da Rússia* (Lisboa, 2008).

SOEIRO, Humberto Trindade (1921-1999) – *Braga, 1965; Braga, 1969, CDE* – Nasceu em Salto, Montalegre, a 28 de Junho de 1921 e faleceu em Braga a 6 de Janeiro de 1999. Fez o curso liceal em Braga e depois, na mesma cidade, o da Escola do Magistério e exerceu funções docentes no ensino primário e no ensino secundário técnico, designadamente na Escola Industrial e Comercial de Braga, ao mesmo tempo que, como

aluno voluntário, se licenciava em Ciências Históricas e Filosóficas (1947) e em Direito (1955) pela Universidade de Coimbra, começando então a exercer também a advocacia. Distinguiu-se na oposição ao Estado Novo desde 1945. Enquanto católico, desempenhou os cargos de secretário-geral adjunto das relações internacionais da Arquidiocese e foi presidente da Juventude Escolar Católica de Braga, até 1946. Aderiu ao Partido Comunista em Dezembro de 1949 e desde 1951 pertenceu às comissões democráticas do distrito de Braga. Em 1962, foi demitido do professorado, por decisão do Conselho de Ministros, tendo sido aposentado compulsivamente. Candidatou-se por duas vezes a deputado mas, de ambas, o seu nome foi rejeitado pelas autoridades, por «concorrerem nele circunstâncias previstas na lei que afectam as suas condições de elegibilidade», tendo sido substituído pelo dr. Joaquim de Sousa e Castro, em 1965, e por Eduardo Ribeiro Martins, em 1969. Em 1967, esteve preso pela PIDE, por suspeita de «actividades subversivas». Em 1973, foi o responsável pela selecção e edição do livro *Intervenção Política*, que reuniu documentos emitidos por oposicionistas ao Estado Novo, entre 1949 e 1970, e que foram coligidos por Eduardo Ribeiro Martins, pelos drs. Santos Simões, Lino de Lima e Victor de Sá e pelo próprio Humberto Soeiro. Depois do 25 de Abril, foi reintegrado na docência, pelo que voltou a leccionar na Escola Alberto Sampaio e na Escola do Magistério Primário de Braga.

SOROMENHO, Gustavo Alberto Caratão (1907-2001) – *Lisboa, 1965* – Nasceu na freguesia de S. Miguel, em Lisboa, a 19 de Novembro de 1907 e faleceu na mesma cidade em 22 de Setembro de 2001. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa, passando a exercer advocacia na capital. Em 1924, juntou-se ao grupo da *Seara Nova* e, em 1935, aderiu à Maçonaria. Foi um dos fundadores, no fim de 1942, do Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista, o qual viria a fundir-se, no ano seguinte, na União Socialista. Em 1943, juntou-se ao Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista, embrião do MUNAF, e, mais tarde, foi um dos 12 promotores do MUD, de cuja comissão central de Lisboa fez parte. Pela sua actividade neste movimento, foi preso pela primeira vez em 31 de Janeiro de 1948, sendo libertado condicionalmente em 4 de Março seguinte e só recuperando a liberdade definitiva em 22 de Novembro de 1949. Entretanto, esteve na comissão central dos serviços de candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República (1948) e, no ano seguinte, aderiu à Resistência Republicana Socialista e foi um dos subscritores de dois documentos intitulados «Aos Democratas Portugueses»: no primeiro, declarava-se o propósito de continuar a luta pelas liberdades fundamentais e, no segundo, de Outubro, anunciava-se a preparação da presença oposicionista nas eleições legislativas que se realizariam em Novembro desse ano. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE» e, meses depois, no dia 1 de Outubro, um dos primeiros signatários da exposição enviada ao Presidente da República explicando os motivos pelos quais a oposição não se apresentava a sufrágio. Fez parte da Comissão Promotora do Voto e participou, em 1958, na campanha presidencial do general Humberto Delgado. Foi também membro do Directório Democrato-Social, de que era presidente Jaime Cortesão. Foi, em 1961, um dos signatários do Programa para a Democratização da República, pelo que esteve preso entre 12 de Maio e 6 de Junho desse ano.

Aderiu, em 1964, à Acção Socialista Portuguesa, que viria a dar origem ao Partido Socialista. Em 1968, foi membro da direcção e administração da «Comissão de Auxílio ao Dr. Mário Soares», que se encontrava deportado em S. Tomé e Príncipe. Entre 1972 e 1974, foi vogal do conselho superior da Ordem dos Advogados. Administrador do jornal *República*, tornou-se director interino do jornal enquanto Raúl Rêgo dirigia o Ministério da Comunicação Social, no I Governo Provisório, a seguir ao 25 de Abril. Regressou depois à sua vida de advogado.

SOUSA, Afonso de Oliveira e (1936) – *Leiria, 1965* – Nasceu em Leiria a 6 de Novembro de 1936. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, tendo passado a exercer a advocacia. Participou activamente na campanha eleitoral do general Humberto Delgado para a Presidência da República e na campanha para deputados, em 1961. Em 22 de Abril de 1964, foi detido pela PIDE por «suspeita de actividades contra a segurança do Estado», isto é, de ser membro do Partido Comunista, mas nada se tendo conseguido provar foi solto no dia 1 de Junho seguinte. Foi delegado da Ordem dos Advogados na comarca de Leiria, entre 1975 e 1977, e, depois, entre 1978 e 1980. Foi, depois, vogal na mesma comarca, entre 1981 e 1986 e no triénio 1993-1995.

SOUSA, Alberto Teixeira de (1916-1989) – *Porto, 1969, CDE* – Nasceu na freguesia do Bonfim, no Porto, no dia 11 de Maio 1916 e faleceu na mesma cidade a 1 de Março de 1989. Aos 7 anos de idade, tendo-lhe falecido os pais, foi internado no Colégio dos Órfãos, onde viveu até completar o 5.º ano liceal. Como a Câmara Municipal do Porto lhe tivesse negado o subsídio habitualmente atribuído aos alunos internados nesse colégio que quisessem prosseguir os estudos, começou a trabalhar como professor, a fim de se licenciar em Matemáticas. Passou depois a exercer funções docentes, no ensino superior, em regime livre. Militante do Partido Comunista desde 1932, pertenceu ao MUNAF e aderiu ao MUD, em 1946, em Rio Tinto, onde residia. Na qualidade de membro da comissão concelhia de Gondomar, desenvolveu intenso trabalho de apoio à candidatura presidencial do general Norton de Matos, em 1949. Aderiu, mais tarde, ao Movimento Nacional Democrático e participou na campanha do prof. Ruy Luís Gomes, também para a Presidência da República. Em 1958, sempre como delegado daquela comissão concelhia, apoiou a candidatura presidencial do dr. Arlindo Vicente e, após a sua desistência, a do general Humberto Delgado. Depois do 25 de Abril, presidiu à comissão administrativa que dirigiu a Câmara Municipal de Gondomar entre Novembro de 1974 e Novembro de 1976. Foi também vereador da Câmara Municipal de Gondomar, deputado à Assembleia Municipal de Gondomar e membro da Junta de Freguesia de Rio Tinto.

SOUSA, (Castelo Melhor), Francisco António da Silveira de Vasconcellos e (1923) – *Lisboa, 1961, Lista Monárquica* – Nasceu em Lisboa em 25 de Setembro de 1923. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa. Publicou diversos trabalhos, quer de carácter literário, como o livro de poemas *A Arca* (Lisboa, 1990), quer histórico, designadamente *O Ministro de D. Afonso VI – Luís de Vasconcellos e Sousa, 3.º Conde de Castelo Melhor* (Porto 2001).

SOUSA, Francisco Ribas de (1895-1980) – *Viseu 1965* – Nasceu na Figueira da Foz a 6 de Março de 1895 e faleceu em 26 de Janeiro de 1980. Radicou-se, desde muito novo, em Viseu, onde frequentou o liceu, tendo sido nessa altura um dos fundadores da Liga da Mocidade Republicana. Iniciou em Coimbra os estudos de Direito mas completou-os na Faculdade de Direito de Lisboa. Pertenceu ao Batalhão Académico de Lisboa e foi um dos republicanos que atacaram os monárquicos em Monsanto, em 1919. Em Viseu, foi professor do Liceu e da Escola Industrial e Comercial, de que foi director até ao 28 de Maio. Dirigiu, também em Viseu, o semanário republicano *Acção*. Foi um dos revoltosos do movimento republicano de Fevereiro de 1927. Fez parte da comissão distrital do Movimento de Unidade Democrática e participou nas campanhas eleitorais dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado para a Presidência da República. Em 1950, foi eleito presidente da delegação de Viseu da Ordem dos Advogados, cargo que exerceria em mais dois triénios sucessivos, entre 1951 e 1956. Foi também delegado às assembleias-gerais da Ordem, desde 1954 até 1971.

SOUSA, Romeu Fernando Martins de (1936) – *Viana do Castelo, 1973* – Nasceu em Vila Praia de Âncora, Caminha, a 14 de Setembro de 1936. Fez os estudos secundários em Viana do Castelo e em Braga e licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi conservador dos Registos Civil e Predial durante quase nove anos e abriu escritório, em Viana do Castelo, em 1967, exercendo a advocacia durante mais de quarenta anos, até se reformar de ambas as actividades. Católico praticante, foi também em 1967 que iniciou a sua actividade política, tendo afirmado, em várias ocasiões, que o fazia por um imperativo da sua fé. Foi um dos representantes do distrito de Viana no plenário nacional de delegados da CDE, realizado em S. Pedro de Moel em 1969, e fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro em 1973, ao qual apresentou uma tese intitulada «Os Cristãos Portugueses e a Defesa dos Direitos do Homem». Foi representante dos advogados da comarca de Viana nos primeiros cinco congressos da sua classe profissional e, no 10.º Congresso dos Advogados Portugueses, realizado em Lisboa, em 1973, apresentou uma tese intitulada «O Advogado como *Servo do Direito*», na qual defendia a estrita obrigação de todos os advogados se empenharem na defesa dos direitos humanos fundamentais. Também em 1973, foi um dos escolhidos, em plenário da CDE realizado em Vila Praia de Âncora, para concorrer às legislativas por Viana de Castelo, mas a lista não chegou a ser apresentada por se ter considerado que não estavam criadas as condições mínimas para uma disputa leal. Logo no dia 26 de Abril de 1974, foi, em Viana do Castelo, um dos organizadores da primeira manifestação de apoio ao MFA e, em seguida, da estrutura distrital do MDP/CDE. Foi membro da comissão administrativa da Câmara Municipal de Viana do Castelo, lugar que desempenhou até à posse da primeira Câmara eleita. No Verão de 1974, foi nomeado delegado da Direcção-Geral de Desportos do distrito de Viana. Foi eleito para a Assembleia Municipal, nas duas primeiras eleições para esse órgão autárquico, nas listas da FEPU e da CDU, respectivamente, mas demarcou-se dessas coligações e não voltou a concorrer. Até 1998, ocupou diversos cargos, quer na estrutura distrital, quer na nacional, do

MDP-CDE – comissão distrital, comissão nacional e secretariado da Política XXI e participou activamente na criação do Bloco de Esquerda, a que se mantém ligado. Muito ligado ao associativismo, foi presidente da direcção de várias associações desportivas e recreativas, tais como o Académico Basket Club (ABC, de Braga), Âncora Praia Futebol Club, Assembleia Ancorense, Sport Club Vianense e Viana Taurino Club, sendo sócio de mérito deste último e do Orfeão de Vila Praia de Âncora.

SUBTIL, Ernesto Amaro Lopes (1899-1984) – *Portalegre, 1945* – Nasceu em Nisa, a 14 de Novembro de 1899 e faleceu em Portalegre, a 16 de Novembro de 1984. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e exerceu a advocacia em Portalegre, distrito de cujo Governo Civil seria secretário-geral. Foi também conservador do Registo Civil em Ponte de Sor. Em 1932, foi encarregado pelo governo de elaborar o projecto do Código das Misericórdias. Em 1945, o seu nome foi apresentado em duas listas oposicionistas por Portalegre, uma das quais seria admitida e a outra recusada pelo governador civil. Todavia, viria a ser incluído na lista da União Nacional por esse distrito, no mesmo ano, tendo sido, naturalmente, eleito como deputado na IV Legislatura (1945-1949). Como parlamentar, defende os interesses do distrito de Portalegre, que a opinião pública local considerava estarem a ser descurados e que era a razão da inclusão do seu nome nas listas que pretendiam opor-se à da União Nacional. Publicou alguns trabalhos, como *Professores... Muito Cuidado!: Dois Trabalhos Jurídicos em Processo Crime* (Coimbra, 1934) e *Cónego António Gonçalves Franco Infante* (Portalegre, 1971).

SUCENA, João Elísio Ferreira (1880-1960) – *Aveiro, 1957* – Nasceu em Avelãs do Caminho a 28 de Outubro de 1880 e faleceu na mesma localidade em 14 de Setembro de 1960. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e exerceu a advocacia. Republicano, entre 5 de Janeiro de 1911 e 27 de Fevereiro de 1913 foi presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Águeda e procurador-geral do distrito de Aveiro. Em 1915, foi eleito deputado, pelo círculo de Aveiro, nas listas do Partido Democrático. Em 1922, foi fundador e director do semanário republicano democrático *Voz de Águeda* e fez parte de várias associações regionais, entre as quais o Ginásio Clube de Águeda, de cujo conselho fiscal foi presidente. Em 1957, foi um dos suplentes apresentados por Aveiro às eleições legislativas.

SYLVAN, Fernando (1917-1993) – *Lisboa, 1969, CEM* – Nome literário de Abílio Leopoldo Motta-Ferreira. Nasceu em Dili, Timor, a 26 de Agosto de 1917, de onde veio para Portugal aos 6 anos, e faleceu em Lisboa a 25 de Dezembro de 1993. Pensador, poeta, ensaísta e dramaturgo, foi professor de português nos ensinos liceal e comercial até 1963. No ano seguinte, designado técnico da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, lugar de que seria demitido mais tarde em consequência das suas posições políticas. Foi presidente da Sociedade de Língua Portuguesa e, em 1961, foi um dos organizadores do colóquio sobre o «Ideal Português». Fez parte da comissão portuguesa que colaborou nas celebrações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro. Apresentou comunicações em congressos nacionais e internacionais, em Portugal mas também em França, na Grécia, na União Soviética, no Brasil e em Moçambique. Em 1973, apresentou ao III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, de 4 a 8 de Abril, uma tese

intitulada «Perspectiva de Portugal». Foi firme defensor da independência de Timor-Leste e, em 1993, pouco antes de falecer, foi, precisamente, Timor o objecto da sua última obra: *A Voz Fagueira de Oan Timor*. Colaborou em numerosos jornais e revistas, como *Ocidente*, *Revista Portuguesa de Filosofia* e *Revista de Portugal*, escreveu duas peças teatrais – *Duas Leis* (1949, representada em 1957) e *Culpados* (1957) – e publicou vários livros, quer de poesia – *Oração* (1942), *O meu Poema* (Porto, 1944), *Os Poemas de Fernando Sylvan* (1945), *Tempo Teimoso* (Lisboa, 1974) e *Cantogrilo Maubere: Sete Novos Poemas de Timor-Leste* (1981) –, quer de ensaio, como *Comunidade Plurirracial* (Lisboa, 1962), *Um Contrato Social e uma Formulação Política* (Lisboa, 1962), *Filosofia e Política no Destino da Europa* (Lisboa, 1963), *O Racismo da Europa e a Paz no Mundo* (Lisboa, 1964), *Perspectiva de Nação Portuguesa* (Lisboa, 1965) e *A Língua Portuguesa no Futuro de África* (Braga, 1966). A Câmara Municipal de Lisboa atribuiu o seu nome a uma das ruas do bairro das Furnas.

TALHADAS, Ercília Carreira Pimenta (1940) – **Setúbal, 1973** – Nasceu na Moita em 27 de Setembro de 1940. Operária têxtil na Moita, foi delegada do Sindicato dos Operários Têxteis na empresa onde trabalhava. Participou desde a sua fundação no Movimento das Mulheres Democratas do Distrito de Setúbal e colaborou na campanha para a eleição de deputados pela CDE, em 1969. Em 1973, foi candidata por Setúbal, círculo por que seria eleita deputada à Assembleia da República, pelo Partido Comunista, na I e na II Legislaturas.

TAVARES, Abílio Rodrigues da Silva (1916) – **Viseu, 1965** – Nasceu em Lisboa, em 1916. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa. Advogado em São Pedro do Sul, fez parte das comissões concelhias do MUD e das candidaturas à Presidência da República dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado.

TAVARES, César Augusto da Costa (1902-1982) – **Guarda, 1969, CDE** – Nasceu na aldeia de Santo António da Urgeira, concelho do Sabugal, Guarda, em 3 de Outubro de 1902 e faleceu a 1 de Dezembro de 1982. Concluiu o liceu na Guarda, matriculou-se na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra mas não concluiu o curso. Em 1924, fixou-se em Lisboa, onde foi professor do ensino secundário. Matriculou-se, mais tarde, na Faculdade de Direito, concluindo o curso em 1932, depois do que passou a advogar no Sabugal. Pertenceu à Liga da Mocidade Republicana e colaborou com o exército, como voluntário, nas acções militares contra a Monarquia do Norte (1919). Participou, posteriormente, nos movimentos oposicionistas ao Estado Novo, fez parte do MUD e colaborou na campanha do general Norton de Matos para a Presidência da República. Foi delegado da Ordem dos Advogados na comarca do Sabugal, entre 1959 e 1971.

TAVARES, Francisco José de Sousa (1920-1993) – **Lisboa, 1961, Lista Monárquica; 1969, CEUD** – Nasceu na freguesia da Lapa, em Lisboa, a 12 de Junho de 1920 e faleceu na mesma cidade em 25 de Maio de 1993. Estudou no colégio jesuíta de Santo Tirso, frequentou depois, em Lisboa, o Instituto Superior Técnico mas transferiu-se para a Faculdade de Direito, onde se licenciou. Foi casado com a poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen que, em 1969, foi também candidata pela CEUD nas eleições para deputados

à Assembleia Nacional. Advogado e jornalista, ligou-se à Causa Monárquica, tendo sido um dos fundadores do Centro Nacional de Cultura, que dirigiu durante vários anos. Foi funcionário superior do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e do Ministério da Educação Nacional. Assinou o manifesto católico de apoio às posições da oposição democrática que ficou conhecido por «Manifesto dos 101» e apoiou a candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República, em 1958; em Março do ano seguinte, participou na «revolta da Sé», do que resultou ter sido preso pela PIDE. Voltaria a ser preso em 1967, por suspeita de ter denunciado à imprensa inglesa o denominado escândalo dos «ballets rose». Esteve presente nas veladas na igreja de São Domingos e na capela do Rato, pelo que seria preso mais uma vez e expulso do serviço público (era funcionário do Instituto Nacional do Trabalho). Como advogado, participou em vários julgamentos políticos no Tribunal Plenário de Lisboa. Depois do 25 de Abril, aderiu ao Partido Socialista, onde se manteve até 1979, e foi eleito deputado à Assembleia Constituinte. Aderiu ao Manifesto Reformador e foi eleito deputado à Assembleia da República em 1979. Em 1981, aderiu ao PSD, partido pelo qual foi várias vezes eleito deputado, tendo sido vice-presidente do seu grupo parlamentar (1982), membro do Conselho Nacional (1983) e ministro da Qualidade de Vida (1983-1984) no IX Governo Constitucional. Foi director do semanário *O Liberal* e, entre Fevereiro de 1976 e Dezembro de 1979 e, por duas vezes, entre Fevereiro de 1980 e Junho de 1984, foi director do vespertino *A Capital*, tendo assinado, nessa qualidade, numerosos artigos, alguns dos quais tiveram forte repercussão. Foi presidente da comissão organizadora das comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril. Além dos numerosos artigos que assinou, ao longo dos anos, em diversos jornais, e de que se destacam as suas memórias, publicadas no *Diário de Notícias* e no *Público*, escreveu algumas obras, designadamente *Combate Desigual – Ensaios* (Lisboa, 1960) e *A Busca da Justiça Continua* (Lisboa, 1975). Pouco antes de falecer, já no hospital, ainda anunciou a sua candidatura a presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, pelo Partido da Terra, desejo que não pôde concretizar.

TEIXEIRA, António Emílio Brochado de Oliveira (1928) – *Braga, 1965* – Nasceu na freguesia de Engenho Velho, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, a 14 de Junho de 1928, filho de pais portugueses. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e passou a exercer advocacia em Guimarães desde 1953. Fez parte da Comissão Política de apoio à candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República, em 1958.

TEIXEIRA, José Gaspar (1917-1999) – *Lisboa, 1969, CDE* – Nasceu na freguesia de S. Sebastião, em Ponta Delgada, Açores, a 10 de Maio de 1917 e faleceu em Lisboa a 29 de Maio de 1999. Licenciou-se em Matemática pela Universidade de Coimbra. Aos 22 anos, iniciou a sua actividade profissional como assistente de Matemática na Faculdade de Ciências de Coimbra, onde se manteve até 1941, depois do que fez estágio para professor liceal, que exerceu num liceu do Porto até 1948, partindo então para Ponta Delgada, em cujo liceu leccionou, entre 1948 e 1950. Em 1951, foi nomeado professor ordinário do Instituto Industrial de Lisboa mas, por despacho ministerial, foi exonerado

em Janeiro do ano seguinte, acusado de revelar «espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política». Entre 1952 e 1958, foi professor do ensino particular, ao mesmo tempo que completava os estudos de Engenharia Electrotécnica, no Instituto Superior Técnico, de Lisboa, onde foi, posteriormente, assistente de Mecânica Racional. Trabalhou depois como engenheiro na Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares e em 1958 partiu para Paris, a fim de completar, na Escola Normal Superior, o curso de Engenharia Nuclear. Regressou em 1960 e voltou a trabalhar na mesma companhia, até 1964, passando então a desempenhar funções de engenheiro na Empresa Termeléctrica Portuguesa. Aderiu ao PCP em 1944 e ao MUD em 1945, quando se encontrava no Porto, e fez parte do comité responsável pelo sector intelectual dessa cidade. Em Agosto de 1962, foi preso pela PIDE, «por suspeitas de actividades comunistas», e só libertado em Outubro; voltou a ser detido em Julho de 1963, acusado, por arguidos noutros processos, de ser membro do PCP, foi de novo detido por aquela polícia, durante cinco meses. Participou no II Congresso Republicano de Aveiro, em 1969, ao qual apresentou uma tese intitulada «O Livre Acesso à Cultura – Factor Primário de Sobrevivência da Sociedade Portuguesa», e ao III Congresso da Oposição Democrática, também realizado em Aveiro, de 4 a 8 de Abril, apresentou duas teses: «Legislação OIT – Legislação Portuguesa» e «A Segurança Europeia... na Europa e em... Portugal». Foi membro fundador da Sociedade Portuguesa de Matemática, colaborador da *Gazeta de Matemática* e da *Portugaliae Mathematica* e membro do conselho executivo da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos. É autor de numerosos trabalhos, entre os quais *Para Um Plano Democrático do Ensino Popular em Portugal* (Lisboa, 1971) e *O Homem na Conquista do Cosmos* (Lisboa, 1981).

TEIXEIRA, Manuel António (1930-2002) – *Bragança, 1969, CDE* – Nasceu em 20 de Julho de 1930 e faleceu em 17 de Dezembro de 2002. Advogado. Suplente.

TELES, António da Silva (1934) – *Santarém, 1961* – Nasceu em Coruche, a 29 de Maio de 1934. Começou a trabalhar logo que terminou a instrução primária e só voltou a estudar, numa escola nocturna, quando assentou praça em Lisboa, tendo tirado, depois, o curso de Sargentos Milicianos. Desmobilizado, voltou a Coruche, para trabalhar numa casa comercial.

TELES, José Manuel Archer Galvão (1938) – *Lisboa, 1969, CDE* – Nasceu em Lisboa a 8 de Abril de 1938. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Enquanto estudante, foi dirigente da JEC e da JUC e, jovem licenciado, presidente nacional da Juventude Católica. Nessa qualidade, entre 1964 e 1967 fez também parte da Junta Central da Acção Católica, de que era então secretário-geral o eng. Sidónio Pais, primeiro leigo a ocupar esse cargo. Na sequência das greves estudantis de 1961 e 1962, fez parte do grupo político em que militavam, entre outros, Jorge Sampaio, João Cravinho, João Bénard da Costa, Nuno Brederode dos Santos e Vítor Wengorovius. Em 1968-1969, presidiu ao Centro Nacional de Cultura. Foi um dos colaboradores da revista *O Tempo e o Modo*, de cujo conselho de administração seria presidente. Mais tarde, foi também colaborador do semanário *O Jornal*. Em 1969, apresentou-se pela CDE como candidato a deputado por Lisboa, substituindo Firmino João Martins, cuja candidatura não fora aceite.

A sua principal actividade seria sempre, no entanto, a advocacia e, na qualidade de advogado, defendeu alguns réus acusados de crimes políticos e julgados em Tribunal Plenário, entre outros, o arquitecto Nuno Teotónio Pereira. Fundador e advogado da Cooperativa Pragma, que a PIDE dissolveria em 1967, orientou também os Cadernos GEDOC, cuja propositada falta de periodicidade evitava a obrigação de enviar os textos à censura. Fez também parte da presidência do Comité para a Paz e do Tribunal Internacional dos Crimes Contra o *Apartheid*. Logo a seguir ao 25 de Abril, esteve implicado na formação do Movimento de Esquerda Socialista (MES), que pôde, assim, estar presente nas comemorações do 1.º de Maio. Todavia, juntamente com Jorge Sampaio, João Cravinho e outros, afastou-se definitivamente desse grupo logo no decurso do respectivo congresso constitutivo, que se realizou no final de 1974. De seguida, participou na fundação do GIS, movimento de reflexão política, no qual militou, com os seus mesmos amigos políticos, até 1978, altura em que todos, como a generalidade dos respectivos associados, se integrou no Partido Socialista, para cujas Comissão Nacional e Comissão Política foi eleito, logo de início, e onde se conservou até abandonar a vida política activa. Ainda em Maio de 1974, o seu nome foi proposto pelos trabalhadores da Gulbenkian para administrador da Fundação, proposta aceite pelo presidente, dr. Azeredo Perdigão, mas que recusou, pois não pretendia abandonar completamente a advocacia. Em 1975, logo a seguir às nacionalizações do 11 de Março, e a convite do ministro das Finanças, dr. José da Silva Lopes, presidiu a uma delegação que se deslocou a Angola para negociar com os três partidos então no poder (MPLA, UNITA e FNLA) a relação da banca angolana com a então recém-nacionalizada banca portuguesa; fez igualmente parte da delegação que se deslocou a Moçambique para conversações económicas com a FRELIMO e foi um dos membros da delegação portuguesa à reunião do Comité dos 24 que decorreu em Lisboa, pela primeira vez na Europa, de 11 a 24 de Junho do mesmo ano. Ainda em Junho de 1975, o ministro dos Negócios Estrangeiros do IV Governo Provisório, Melo Antunes, nomeou-o embaixador de Portugal nas Nações Unidas, cargo de que só tomaria posse com a entrada em funções do VI Governo Provisório e do qual seria exonerado pelo ministro seguinte, depois de recusar aceitar a sua transferência para outro posto, dos vários que lhe foram então oferecidos. Nas eleições legislativas de 1980, foi número dois da lista do PS por Viana do Castelo. Tal como o primeiro da lista, único eleito, motivos pessoais levaram-no a pedir a sua substituição, logo no dia em que tomou posse do seu lugar. Conselheiro de Estado durante todo o período do dr. Jorge Sampaio na Presidência da República, abandonou depois a vida política activa, dedicando-se exclusivamente à advocacia, embora continue a fazer conferências e a participar em colóquios e debates. Alguns trabalhos de investigação histórica têm-se referido à sua vida política, designadamente: Joana Lopes, *Entre as Brumas da Memória: Os Católicos Portugueses e a Ditadura* (Porto, 2007) e João Miguel Almeida, *A Oposição Católica ao Estado Novo – 1958-1974* (Lisboa, 2008).

TELLES, Gonçalo Pereira Ribeiro (1922) – *Lisboa, 1961, Lista monárquica; 1969, CEUD* – Nasceu em Lisboa a 25 de Maio de 1922. Licenciou-se em Engenharia Agrónoma e Arquitectura Paisagística no Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, onde seria depois assistente do Prof. Caldeira Cabral (1957-1963); início de uma

carreira universitária em que, designadamente, seria também professor convidado do curso de Planeamento Regional e Urbano e Engenharia Sanitária da Universidade Técnica de Lisboa (1973-1975) e catedrático da Universidade de Évora, entre 1976 e 1992, ano em que se jubilou. A sua actividade profissional abrangiu principalmente as áreas do planeamento regional e urbano, do ordenamento rural, da paisagem industrial (Siderurgia) e do enquadramento e valorização dos jardins, destacando-se a que é talvez a sua obra mais conhecida: os jardins da sede da Fundação Gulbenkian, em Lisboa, em colaboração com Viana Barreto. Ligou-se ao Centro Nacional de Cultura e foi colaborador de uma revista de Coimbra de jovens licenciados, a *Cidade Nova*. No início da sua vida profissional, trabalhou na Câmara Municipal de Lisboa (1951-1960). Foi presidente da Juventude Agrária Católica e um dos fundadores, em 1957, do Movimento dos Monárquicos Independentes (MMI), que se propunha concorrer às eleições legislativas desse ano, tendo mesmo publicado, em Outubro, um manifesto eleitoral. Quando começaram a verificar-se divisões internas no MMI, fundou, com outros monárquicos, entre os quais Francisco Sousa Tavares e João Camossa, o Movimento dos Monárquicos Populares (MMP). Em 1959, esteve implicado na denominada Revolta da Sé (Março) mas não foi descoberto e, no mesmo ano, subscreveu, com mais quatro dezenas de católicos – entre os quais Francisco Sousa Tavares, João Bénard da Costa, Nuno Teotónio Pereira e Sophia de Mello Breyner Andresen –, uma carta dirigida ao Presidente do Conselho, Salazar, na qual se denunciavam os métodos da PIDE. Foi também um dos signatários do manifesto católico de apoio às posições da oposição democrática que ficou conhecido por «Manifesto dos 101». Foi candidato a deputado pela lista monárquica independente, em 1961, e pela CEUD, em 1969. Neste ano, foi constituída a Comissão Eleitoral Monárquica, com o objectivo de concorrer às eleições legislativas, e Henrique Barrilaro Ruas convidou-o para fazer parte da lista mas recusou por já se ter comprometido com a CEUD. Garantiu, porém, que se a CEM chegasse às urnas e fosse qual fosse o resultado, o MMP aderiria a uma Convergência Monárquica, que efectivamente se constituiria logo a seguir às eleições. Convidado, com outros monárquicos, a participar no III Congresso Republicano de Aveiro recusou, por se tratar de um congresso republicano, mas a denominação passou a ser III Congresso da Oposição Democrática – por sugestão do governador civil de Aveiro, Vale Guimarães, que argumentava não estar em causa a questão do regime – o que afastou o obstáculo à participação de monárquicos. Da extensa obra de projecto e de planeamento que desenvolveu, salienta-se, nos anos que precederam o 25 de Abril, em 1970, o projecto de estrutura verde para a cidade de Nova Lisboa, em Angola, cujo plano director entregou no ano seguinte; em 1971, o plano de urbanização do Vale das Abadias e do Galante, na Figueira da Foz, em colaboração com o arquitecto Alberto Pessoa, e, nesse mesmo ano, o planeamento da zona de Quarteira-Albufeira e da ilha de Armona, ambos no Algarve, em colaboração com o arquitecto Frederico George. No III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril de 1973, apresentou uma tese intitulada «O Problema dos Espaços Verdes Urbanos». Depois do 25 de Abril, foi um dos fundadores do Partido Popular Monárquico (PPM) pelo qual seria eleito deputado, e mais tarde seria também um dos fundadores do Partido da Terra (MPT). Em 1980, seria de novo deputado, como independente, eleito na

lista de Lisboa do Partido Socialista. Foi subsecretário de Estado do Ambiente nos três primeiros governos provisórios; no IV Governo, foi secretário de Estado da mesma pasta, recusou participar no V Governo e voltou no VI, como ministro de Estado e da Qualidade de Vida. Neste último cargo, propôs – e obteve a aprovação – de vária legislação em matéria de Ordenamento do Território. Foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa, pelo Movimento Alfacinha e professor catedrático da Universidade de Évora (1976-1992), colaborou com numerosos jornais e revistas e publicou vários livros sobre assuntos da sua especialidade, sozinho ou em colaboração, e tem vastíssima obra de projecto e planeamento. É presidente honorário do Movimento Partido da Terra, que fundou em 1994, e autor de alguns trabalhos de carácter técnico, como *Administração Pública e Ordenamento Territorial* (Lisboa, 1980), *Lisboa: Entre o Passado e o Futuro* (Monte da Caparica, 1987), *Reforma Agrária: o Homem e a Terra* (Lisboa, 1976) e *Um Novo Conceito de Cidade: a Paisagem Global* (Matosinhos, 1996).

TENGARRINHA, José Manuel Marques do Carmo Mendes (1932) – *Lisboa, 1969, CDE; 1973* – Nasceu em Portimão a 12 de Abril de 1932. Licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas na Universidade de Lisboa, onde depois seria professor. Doutorou-se com uma tese sobre *Movimentos Populares Agrários em Portugal – 1750-1825* (Mem Martins, 1994). Trabalhou vários anos como jornalista, tendo sido redactor dos jornais *República* e *Diário Ilustrado* e membro do conselho de redacção da *Seara Nova*, sendo, em 1961, professor do ensino técnico, durante alguns meses. Viria a ser expulso do ensino e proibido de exercer a profissão de jornalista, devido à sua actividade política. Em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». Foi, em 1961, um dos organizadores (responsável pelo Partido Comunista) da lista da oposição por Lisboa às eleições legislativas desse ano. Em Dezembro seguinte, foi preso pela PIDE, torturado e mantido incommunicável no Aljube durante dois meses. Em 1968, fez parte do grupo restrito que fundou a CDE, de cuja comissão política foi membro. Em 1969, com Augusto da Costa Dias, apresentou no II Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «A Situação do Escritor em Portugal». Depois de alguns meses de clandestinidade, para evitar ser preso pela DGS, foi um dos subscritores, em Maio de 1972, de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela polícia política e, por isso, novamente detido e interrogado. Em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, também realizado em Aveiro. Candidato às eleições de Outubro desse ano, viria a ser preso, juntamente com outras pessoas, quando procedia à distribuição de manifestos de apresentação dos candidatos oposicionistas, só tendo sido libertado na véspera do começo da campanha eleitoral, pouco antes da meia-noite, pois recusou assinar com a DGS um compromisso em como, durante a campanha, não falaria na guerra colonial. Durante os primeiros meses de 1974, teve reuniões com militares, com o objectivo de preparar a movimentação civil que apoiaria um eventual golpe militar. Voltou a ser preso, em Março, e quando eclodiu o movimento do 25 de Abril encontrava-se detido, agora em Caxias, tendo sido libertado no dia 27. Logo em seguida fez parte da delegação do MDP que se reuniu com o general Spínola

para estudar a situação política. Presidente do Conselho Nacional do MDP-CDE, foi eleito deputado por Lisboa à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República (I Legislatura). É autor de numerosos estudos históricos, particularmente sobre liberalismo e imprensa, e políticos e foi galardoado com o Prémio «António Rodrigues Sampaio», da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto. Publicou diversos estudos de história contemporânea, designadamente: *Obra Política de José Estêvão* (Lisboa, 1962), *História da Imprensa Periódica Portuguesa* (Lisboa, 1965), *La Presse Illégale Portugaise pendant la Guerre Civile de 1846-47* (Lisboa, 1966), *Combates pela Democracia* (Lisboa, 1983), *Liberalismo e Protecçãoismo. Estudos de História Contemporânea de Portugal* (Lisboa, 1983), *Da Liberdade Mitificada à Liberdade Subvertida: Uma Exploração no Interior da Repressão à Imprensa Periódica de 1820 a 1828* (Lisboa, 1993), *O Diário da Guerra Civil de Sá da Bandeira: O Homem e a Época* (Lisboa, 1996), *Imprensa e Opinião Pública em Portugal* (Coimbra, 2006) e *Onde Está o Povo? Política Popular, Contra-Revolução e Reforma em Portugal* (Lisboa, 2008).

TORRES, Franklin Soares de Matos (1930-2005) – **Santarém, 1973** – Nasceu em Coimbra a 12 de Dezembro de 1930 e faleceu na mesma cidade a 30 de Novembro de 2005. Fez o curso dos liceus em Coimbra e matriculou-se na Universidade de Coimbra, no curso de Engenharia Mecânica, que concluiria depois na Universidade do Porto. No fim do curso, deu aulas em Portalegre até que, em 1955, entrou para a Companhia dos Caminhos-de-Ferro, tendo sido colocado primeiro no Barreiro, onde se especializou em máquinas a vapor, e depois no Entroncamento. Nesta última localidade teve papel importante na concepção das novas oficinas (de que seria nomeado chefe, já no início dos anos 70), tendo-se deslocado algumas vezes a França, a fim de estudar os mais recentes desenvolvimentos nessa área. No Entroncamento, participou também na dinamização cultural do Clube dos Ferroviários. Participou activamente na preparação do Congresso de Aveiro de 1973 e foi candidato suplente às eleições legislativas desse ano. Depois do 25 de Abril, foi nomeado administrador da CP, como representante dos sindicatos, e ligou-se ao MDP. Foi depois colocado em Lisboa, em Santa Apolónia, onde se manteve até se reformar.

TORRES, Mário José de Araújo (1945) – **Coimbra, 1969, CDE** – Nasceu em Cabeceiras de Basto, Braga, a 26 de Maio de 1945. Fez os estudos liceais em Coimbra, em cuja universidade se licenciou em Direito. Foi fundador e primeiro presidente do Centro de Cultura dos Estudantes do Ensino Liceal de Coimbra e participou na primeira tentativa de organização de uma comissão pró-associação dos estudantes liceais da mesma cidade. Fez parte do Centro Académico de Democracia Cristã, onde ocupou diversos cargos dirigentes, designadamente presidente da secção de estudos sociais (1965-1966), vice-presidente da assembleia-geral e membro do conselho de redacção e subdirector da revista *Estudos*. Foi delegado do procurador da República nas comarcas da ilha de S. Jorge, Açores (1970-1971), Olhão (1971-1974) e Lisboa (1974-1975), juiz em Oliveira do Hospital e Tábua (1975-1976) e procurador da República na Relação de Lisboa (1976-1981). Representante do Ministério Público. Membro do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, entre 1981 e 1987, foi representante do Ministério Público no Tribunal Constitucional (1987-1993) e juiz-conselheiro no Supremo Tribunal

Administrativo (1993-2000). Juiz-conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça desde Julho de 2000, foi eleito pela Assembleia da República, em 2002, juiz do Tribunal Constitucional.

TRINDADE, Joaquim Lourenço Ventura (1933) – *Évora, 1969, CDE* – Nasceu em Elvas a 15 de Outubro de 1933. Concluída a escolaridade obrigatória, trabalhou numa carpintaria e numa loja de fazendas até que, com 13 anos de idade, se mudou para Évora, a fim de continuar os estudos, tendo frequentado os ensinos técnico e liceal, ao mesmo tempo que trabalhava, primeiro como empregado bancário, depois numa empresa em Campo Maior. Fez parte da delegação de Évora do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários e, depois, foi director dos serviços administrativos de uma empresa industrial instalada na zona do regadio alentejano. Participou na campanha de candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República, em 1958. Dirigente dos movimentos operários da Acção Católica em Évora, entre 1965 e 1968, foi vice-presidente da Junta Diocesana da Acção Católica de Évora. Ainda antes do 25 de Abril, colaborou frequentemente na imprensa local e fez parte do grupo que distribuía clandestinamente os cadernos GEDOC, que eram impressos em Espanha e, em seguida, remetidos para Portugal também clandestinamente. Depois do 25 de Abril, foi candidato por duas vezes à Assembleia da República. Em 1979, candidatou-se à Câmara Municipal de Elvas, tendo sido eleito para o triénio 1980-1982, funções que desempenhou, por sua expressa vontade, gratuitamente. Abandonou depois a actividade política.

VALE, Carlos Alberto de Sousa (1935) – *Castelo Branco, 1973* – Nasceu em Lisboa em 1935. Gerente comercial em Castelo Branco, militou no Movimento Democrático do distrito desde 1958, quando da candidatura do general Delgado à Presidência da República. Membro do Partido Comunista, desenvolveu intensa actividade política, designadamente nos períodos eleitorais legislativos..

VALENÇA, Artur de Oliveira (1897-?) – *Porto, 1957; 1965* – Nasceu na freguesia da Vitória, no Porto, a 21 de Fevereiro de 1897. Estudou em França, onde se encontrava quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial. Organizou, então, um batalhão de voluntários portugueses e brasileiros e participou directamente na contenda, tendo sido ferido em combate, pelo que recebeu a Cruz de Guerra francesa de combatente voluntário. Regressou a Portugal e promoveu diversas manifestações a favor da intervenção de Portugal no conflito, o que se verificou em 1916, e da angariação de fundos para os voluntários. Industrial de alfaiataria, comerciante e empresário de espectáculos de pugilismo, foi também jornalista, durante mais de 30 anos. Fundou e dirigiu no Porto o jornal *Sporting*, foi presidente dos clubes Fluvial, Boavista e Salgueiros, fundou seis federações desportivas e representou-as em diversos congressos internacionais. Tomou parte em todas as campanhas da oposição ao Estado Novo desde 1945 e foi candidato a deputado na lista de independentes pelo círculo do Porto, em 1957. Foi um dos promotores da candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República.

VALLE, Fernando Baeta Cardoso do (1900-2004) – *Coimbra, 1961* – Nasceu em Cerdeira, Arganil, a 30 de Julho de 1900 e faleceu em Côja a 26 de Novembro de 2004.

Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra. Enquanto estudante, foi membro da comissão reorganizadora do Centro Republicano Académico de Coimbra e participou activamente nas lutas estudantis. Concluído o curso, foi médico municipal, subdelegado de saúde em Arganil – cargos de que seria demitido, por motivos políticos, em 1949 – e director clínico do Hospital Condessa das Canas, também em Arganil. Esteve sempre muito ligado aos Bombeiros Voluntários de Arganil, de cuja associação humanitária foi, por diversas vezes, presidente da direcção e da assembleia-geral; foi também presidente da assembleia-geral da Associação dos Bombeiros Voluntários de Côja e, em 1942, um dos fundadores do Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista. Foi membro do MUNAF, da União Socialista e do MUD e, nesta última qualidade, fez parte da Comissão Distrital de Coimbra dos serviços de candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República. Colaborou também activamente nas candidaturas presidenciais do almirante Quintão Meireles e do general Humberto Delgado. Participou nas reuniões na Alemanha que levaram à constituição do Partido Socialista, de que foi um dos fundadores. Dirigiu o Hospital da Misericórdia de Arganil. Depois do 25 de Abril, foi presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Arganil e, entre 1976 e 1980, governador civil de Coimbra. Entre 1975 e 1989, foi presidente da Comissão Regional do Centro da Ordem dos Médicos, que mais tarde instituiu, em sua homenagem, o «Prémio Dr. Fernando Valle», a atribuir trienalmente e destinado a «realçar o trabalho dos clínicos gerais». Foi presidente honorário do Partido Socialista. Escreveu alguns trabalhos, como *Arganil e o seu Concelho* (Porto, 1995). Em sua homenagem, foram publicadas algumas obras, designadamente *Fernando Valle, o Homem e a História*, de Manuel Francisco da Costa (Porto, 2000) e *Fernando Valle, Um Aristocrata de Esquerda*, de Fernando Madail (Lisboa, 2004).

VAREDA, José Henriques (1927-1989) – *Leiria, 1969, CDE; 1973* – Nasceu na Marinha Grande a 24 de Fevereiro de 1927 e faleceu em 16 de Março de 1989. Na Escola Industrial da Marinha Grande tirou o curso de pintor de vidros e depois fez o curso elementar do comércio na Escola Comercial de Leiria. Empregou-se seguidamente no escritório de uma empresa da Marinha Grande, trabalhou depois no pequeno estabelecimento comercial do pai e retomou os estudos, vindo a licenciar-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Os três últimos anos da Faculdade foram feitos como voluntário, pois começou a trabalhar noutra empresa da Marinha Grande, primeiro como guarda-livros, depois como chefe de escritório, empresa na qual permaneceu durante muitos anos depois de concluído o curso, agora como consultor jurídico. Desde muito jovem, e ao longo de toda a vida, prestou sempre grande atenção às actividades desportivas e culturais e, logo em 1945, fundou o clube de campismo «Unidos na Marinha Grande»; foi várias vezes dirigente do clube de pesca local e do Sport Operário Marinhense, para cuja presidência foi escolhido entre 1982 e 1989, e presidiu ao Grupo de Teatro Miguel Leitão, de Leiria. Fundou e dirigiu os jornais regionais *Linha Geral*, de Leiria, e *O Correio*, da Marinha Grande, e em 1972 fundou, em Leiria, a Galeria Diedro, que promoveu várias exposições de pintura de jovens artistas e de artistas oposicionistas ao regime. Em 1973, colaborou activamente na campanha para as eleições legislativas de Novembro desse ano, as últimas do Estado Novo, e, juntamente com o dr. Alberto Bernardes Costa, publicou uma

colectânea de legislação eleitoral, intitulada *Recenseamento e Eleições*. Em 1956, abriu escritório de advocacia em Leiria e na Marinha Grande e, posteriormente, em Lisboa. Como advogado, interveio em vários julgamentos políticos nos tribunais plenários, tendo sido o último causídico a intervir num julgamento no Plenário do Porto, uma semana antes do 25 de Abril. Pertenceu ao secretariado distrital de Leiria do MUD-Juvenil (1946-1947), de que foi um dos organizadores no distrito, e desempenhou cargos dirigentes na Comissão Democrática Eleitoral (CDE) – de cuja comissão executiva distrital foi vice-presidente –, no Movimento da Oposição Democrática (MOD) e no Movimento Democrático Português (MDP-CDE). Foi, em 1969, um dos promotores da plataforma unitária da CEUD/CDE que ficou conhecida por Plataforma de Acção Comum ou Plataforma de S. Pedro de Moel. Também em 1969, apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «Do Estudo dos Problemas Concretos com Forma de Dinamizar a Vida Nacional». Em Maio de 1972, foi um dos subscritores de um manifesto intitulado «A Situação Política Portuguesa e o Fracasso do Reformismo», apreendido pela DGS, e por isso interrogado. Fez parte da comissão central dos serviços de candidatura à Presidência da República do dr. Arlindo Vicente e foi um dos organizadores do III Congresso da Oposição Democrática. Entre 1947 e 1962, a polícia política deteve-o quatro vezes, sob a acusação do exercício de «actividades subversivas», mas nunca foi condenado. Foi sócio de diversas firmas, nas quais sempre empregou pessoas perseguidas pelo regime. Pertenceu aos corpos directivos da delegação da Ordem dos Advogados da comarca de Leiria, entre 1969 e 1971 e entre 1973 e 1975. No «Verão Quente» de 1975, viu o seu escritório de advocacia assaltado, vandalizado e incendiado por populares que não aceitavam a sua ligação ao Partido Comunista. Entre 1976 e 1977, foi vereador com o pelouro da Cultura na Câmara Municipal da Marinha Grande, de cuja Assembleia Municipal seria membro entre 1986 e 1989.

VARELA, António Macedo (1934) – *Porto, 1973* – Nasceu em Santa Cruz, Madeira, a 26 de Janeiro de 1934. Coursou Direito até ao 4.º ano na Universidade de Coimbra mas foi em Lisboa que se licenciou. Fez parte da Comissão Cívica dos Estudantes de Lisboa e, já membro do Partido Comunista, colaborou empenhadamente na campanha presidencial do dr. Arlindo Vicente e, depois da desistência deste, na do general Humberto Delgado. Durante o seu estágio de advocacia, foi subdelegado do procurador da República no Tribunal Judicial de Guimarães e conservador do Registo Predial e Civil em Boticas, desempenhando por inerência as funções de juiz municipal. Em 1959, um diploma aprovado em Conselho de Ministros proibiu-o – bem como a vários outros oposicionistas – do exercício de funções públicas, devido à tomada de posições políticas contrárias ao regime, no seu caso expressas, por exemplo, em Março desse ano, quando subscreveu um documento colectivo em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». Fez parte das estruturas dirigentes da oposição democrática pelo distrito de Braga, intervindo activamente na campanha para as eleições legislativas de 1969 e foi o impulsor da Comissão Regional de Braga de Apoio aos Presos Políticos. Foi co-fundador e activo colaborador de duas instituições que tiveram papel destacado na difusão cultural e política: a secção de cinema do Famalicense Atlético Clube (designação que se preferiu à de cineclubes,

para vencer eventuais resistências) e a Livraria Júlio Brandão, que também foi editora, principalmente de textos de autores marxistas e de estudiosos do marxismo, num total de dezenas de títulos e milhares de exemplares, edições que a PIDE sistematicamente apreendia. Mais tarde, foi membro da direcção da *Árvore – Cooperativa de Actividades Artísticas do Porto*. Em 1973, fez parte da Comissão Nacional e Executiva do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro e ao qual apresentou uma comunicação sobre emigração. Nesse mesmo ano, foi um dos membros do núcleo dirigente do Porto do MDP. Já em 1974, presidiu à sessão comemorativa da revolta de 31 de Janeiro de 1891, realizada no Coliseu do Porto e interrompida pela polícia de choque. Depois do 25 de Abril, foi designado secretário de Estado da Emigração no I Governo Provisório e representou o executivo nas negociações do contrato colectivo de trabalho entre os sindicatos e os grêmios da indústria metalúrgica e metalomecânica, realizadas no Porto, em Maio de 1974. Integrou a Comissão Nacional, a Comissão Executiva e a Comissão Política do MDP-CDE, bem como a respectiva Comissão Distrital do Porto que abandonou quando da sua passagem a partido, regressando à militância no Partido Comunista. Foi o candidato do Partido Comunista e do Movimento Democrático Português à Assembleia Constituinte pelo núcleo da Emigração. Fez parte, pela APU, da Assembleia Municipal do Porto, no triénio de 1976 a 1979, e da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, no triénio de 1979-1982, encabeçando a lista de candidatos a este órgão. Foi membro da DORP (Direcção Regional do Porto do Partido Comunista) e, em 1982 e 1986, foi cabeça de lista da candidatura da CDU à Câmara Municipal do Porto. Desempenhou as funções de vereador desta câmara, no triénio de 1982-1985 e no quadriénio de 1985-1989, tendo a seu cargo o pelouro dos Equipamentos Desportivos, Recreativos, Culturais e das Zonas Verdes dos Bairros Camarários. Foi membro de várias delegações das respectivas Associações de Amizade à União Soviética e à República Democrática Alemã, bem como da delegação de autarcas que visitou a URSS. Na sua qualidade de advogado, desempenhou diversos cargos na Ordem dos Advogados: secretário (1972-1974) e presidente (1984-1986) da delegação de Vila Nova de Famalicão, vogal do Conselho Distrital do Porto (1993-1995 e 1996-1998, este último como um dos vice-presidentes) e membro do Conselho Geral (1999-2001 e 2005-2007). Também por duas vezes fez parte do conselho geral da Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados e dos Solicitadores.

VEIGA, Luís Severiano da (1904-?) – *Porto, 1953* – Nasceu em Moimenta da Beira a 25 de Março de 1904. Frequentou as Universidades de Coimbra e de Lisboa, tendo-se licenciado em Direito. Fixou residência no Porto, onde passou a exercer advocacia e foi vogal do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados durante dois triénios. Foi um dos signatários do manifesto que, em 1945, preparou a sessão realizada no Olímpia para constituição do MUD e participou activamente na campanha do general Norton de Matos para a Presidência da República. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados do Porto e de Lisboa que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE» e, no mesmo ano, subscreveu a representação enviada ao Chefe

do Estado, no dia 1 de Outubro, explicando os motivos pelos quais a oposição não se apresentaria às eleições legislativas. Colaborou em revistas literárias e no diário *Primeiro de Janeiro*, do Porto. Como advogado interveio na defesa de réus em processos políticos. Deixou algumas obras de carácter jurídico, designadamente, com seu irmão, Pedro Veiga, *Nota ao Código da Estrada* (Porto, 1936) e um livro de versos: *Bardos e Cavaleiros*.

VEIGA, Pedro Emiliano (1909-1987) – **Porto, 1957** – Nasceu em Moimenta da Beira a 5 de Maio de 1909 e faleceu em 13 de Julho de 1987. Licenciou-se em Direito e em Letras na Universidade do Porto. No fim da sua vida de estudante publicou *Legendário de Quimeras do Quintanista Pedro Veiga*. Em Fevereiro de 1932, tornou pública a fundação, no Porto, com Álvaro Ribeiro, do Movimento de Renovação Democrática, de que foi eleito secretário-geral, e de que seriam membros, entre outros, o eng. Henrique de Barros, o poeta Carlos Queirós, os escritores Domingos Monteiro e Adolfo Casais Monteiro, o filósofo Delfim Santos e os advogados Nuno Rodrigues do Santos e Mário de Castro. O Movimento, definia-se como um «grupo de propaganda dos ideais democráticos e de estudos das instituições que os devem servir». Em 1945, defendeu a organização da oposição em bases partidárias e representativas e em 1953 publicou, juntamente com o médico Borges Guedes e com o escritor Amorim de Carvalho, um folheto de 4 páginas, intitulado *Tentativa de Conciliação Nacional*, no qual era proposta a criação de uma lista de candidatos a deputados representativa «das tendências e interesses dos portugueses do seu tempo, colocando-se fora do campo partidário, sem deixarem muitos deles de serem republicanos e outros católicos, mas agindo ou pretendendo agir na vida parlamentar não como oposição sistemática mas simplesmente como críticos independentes, animados de espírito construtivo e são». O folheto foi enviado a Salazar, acompanhado por uma curta exposição, assinada pelos mesmos autores, na qual se considerava que «esta solução livre permitiria sair-se de um isolamento que não beneficia ninguém e muito menos o país». Todavia, outras personalidades fariam parte deste movimento, como o prof. Cruz Malpique, o advogado Vilhena de Andrade, o escritor Sousa Costa e o escultor Henrique Moreira. Participou activamente nas campanhas presidenciais dos generais Norton de Matos – tendo tomado a seu cargo a direcção da imprensa no distrito de Aveiro – e Humberto Delgado. Em 1953, fora escolhido para se candidatar por Aveiro mas como a sua inscrição no recenseamento fora eliminada, a lista foi alterada. Foi professor do ensino técnico e liceal, no Porto, em Guimarães, em Santarém e em Lisboa, e funcionário do Ministério do Interior. Em 1969, fundou um movimento político denominado «A 3.ª Força». Afastou-se da vida política em 1975, no Comício dos Independentes, realizado em Estarreja, afirmando-se «traído pelas forças revolucionárias de 1974». Publicou numerosas obras de temática, jurídica, política e literária, frequentemente com o pseudónimo Petrus. Entre esses trabalhos, figuram: *Livro do Desassossego – Fernando Pessoa – Páginas Escolhidas*, coordenação de Petrus (Porto, s/d), *Nova Legislação de Inquilinato Civil e Comercial* (Porto, 1948), *O Crime de Burla Imputado ao «Advogado Eduardo Ralha»* (Braga, 1968), *Subsídios para a História da República durante o Salazarismo* (Porto, s/d), *Manifestos e Outros Documentos Políticos da 3.ª Força nos Anos de 1970 e 1971* (s/l, 1973) e *Destruição da Cultura na Universidade do Porto depois do 25 de Abril* (Porto, 1977).

VELEZ, Binadade Manuel (1926-2002) – *Évora, 1973* – Nasceu na freguesia de Santo André, Estremoz, em 8 de Novembro de 1926 e faleceu em Évora a 7 de Março de 2002. Estofador de profissão, militante do Partido Comunista, foi candidato suplente pelo distrito de Évora em 1973.

VELOSO, José Paulo Velho Geraldo de Albuquerque (1930) – *Faro, 1969, CDE* – Nasceu na freguesia de Santa Maria, Lagos, a 9 de Junho de 1930. Licenciou-se em Arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, passou a exercer a sua profissão em Lagos, onde abriu o seu próprio «atelier». Em 1967 e em 1972, fez parte das delegações portuguesas aos congressos da União Internacional dos Arquitectos, respectivamente na Checoslováquia e na Bulgária. Além da sua candidatura por Faro, em 1969, à Assembleia Nacional, foi também candidato à Assembleia Constituinte, pelo MDP-CDE e pelo PCP, em diversas eleições para a Assembleia da República, sempre pelo círculo de Faro. Foi membro da Assembleia Municipal de Lagos, nas listas da APU e da CDU, nos mandatos de 1980-1982, 1986-1989 e 1990-1993, e vereador da Câmara Municipal de Lagos, pela APU, no mandato de 1983-1985. Foi também membro da comissão concelhia de Lagos do PCP e fez parte da direcção regional de Faro do mesmo partido. Entre 1974 e 1976, trabalhou para o Fundo de Fomento da Habitação, como coordenador de equipas de projecto do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), com projectos construídos em diversos concelhos algarvios. No âmbito do programa SAAL, participou na longa-metragem de António Cunha Teles «Continuar a Viver ou Os Índios da Meia-Praia», musicada por José Afonso com a canção do mesmo nome, sobre o projecto e a obra de construção das habitações da Associação de Moradores 25 de Abril, no Sítio do Apeadeiro, Meia-Praia, Lagos, no âmbito do programa SAAL. Entre 1976 e 2002, e como membro da Cooperativa BLOCO, Crl., dedicou a actividade profissional quase exclusivamente a projectos de equipamento público, de habitação de promoção municipal e de habitação cooperativa, com obras construídas em vários concelhos algarvios e alentejanos. Retomou depois a profissão liberal, com gabinete em Faro. Recebeu menções honrosas do Fundo de Fomento da Habitação, em projectos de habitação cooperativa, em Lagos, e tem uma obra, em Monchique seleccionada pelo IPPAR, e diversas obras escolhidas pelo Inquérito à Arquitectura Portuguesa do Século XX, IAPXX, promovida pela Ordem dos Arquitectos. Fez parte de listas para os corpos sociais da Associação do Arquitectos Portugueses, antecessora da Ordem dos Arquitectos, tendo sido eleito para o conselho de delegados. Além de projectos de arquitectura, publicados em revistas da especialidade, como *Arquitectura* (1962), *Arquitectura e Vida* (2002), *Arquitectura e Construção* (2008) e *L'Architecture d'Aujourd'hui* (1976), colabora frequentemente na imprensa regional do Algarve, com artigos de opinião sobre matérias da profissão e sobre legislação autárquica, bem como com comentários acerca de acções do poder local, nos campos do urbanismo, arquitectura e ordenamento do território. Encontram-se referências à sua actividade profissional em obras como *10 Anos de Artes Plásticas e Arquitectura: 1974/1984*, de Rui Mário Gonçalves e Francisco Silva Dias (Lisboa, 1985) e *Arquitectura no Algarve: dos primórdios à actualidade, uma leitura de síntese*, de José Manuel Fernandes, com fotos de Ana Janeiro (Faro, 2005).

VERDIAL, Mem Tinoco (1887-?) – *Porto, 1957; Braga, 1961, Lista C* – Nasceu no Porto em 3 de Dezembro de 1887. Estudou no Porto e em Lisboa, onde concluiu o curso

de engenheiro industrial do antigo Instituto Industrial de Lisboa. Quando estudante, fez parte do Centro Académico Democrático do Porto e foi um dos dirigentes da frente académica contra João Franco. Tomou parte activa na propaganda republicana de antes do 5 de Outubro, quer em reuniões, conferências e comícios, quer como colaborador e redactor de jornais, como *O Norte* e *A Pátria*. Foi também presidente do grupo LUX que, no Porto, publicou o semanário *Humanidades*, presidente da comissão municipal do Partido Republicano Português e membro do seu directório. Foi professor de Matemática e de Construção nos Institutos Industriais de Lisboa e do Porto e de Física no Instituto Comercial do Porto, de que foi director. Em 1912, foi chefe fiscal das Construções Cívicas da Câmara Municipal do Porto e, mais tarde, engenheiro-chefe da Repartição de Edifícios. Em 1915, concorreu ao lugar de director da Escola de Artes e Ofícios, sendo aprovado por unanimidade, e, também por concurso, foi designado professor de Geometria Descritiva da Escola de Belas Artes do Porto. Em 1919, foi eleito deputado do Partido Democrático, por Vila Nova de Gaia, e, em 1925, foi nomeado procurador à Junta Geral do Distrito do Porto e seu vice-presidente, mas esse organismo foi extinto no ano seguinte pelo governo saído da revolução de 28 de Maio. Cooperou com o MUD, de cuja comissão no Porto fez parte e desempenhou papel activo nos trabalhos de propaganda das candidaturas à Presidência da República do general Norton de Matos e do almirante Quintão Meireles. Colaborou em alguns jornais, como *O Norte* e *A Pátria*, ambos do Porto, e publicou alguns trabalhos de carácter técnico, como *Regra para Obter Uma Solução Inteira da Equação de Diofanto* e *Novo Método de Cálculo Director na Flexão Composta das Peças de Cimento Armado*.

VIANA, Fernando Teixeira (1927) – *Lisboa, 1969, CEM* – Nasceu em Lisboa a 7 de Janeiro de 1927. Formou-se em Arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa e trabalhou na qualidade de arquitecto para a Câmara Municipal de Cascais, tendo projectado diversos conjuntos de habitações. Quando filiado na Causa Monárquica presidiu, em 1964-1965, à respectiva Junta Concelhia de Cascais. Foi, posteriormente, um dos fundadores da Liga Popular Monárquica e da Renovação Portuguesa.

VICENTE, Arlindo Augusto Pires (1906-1977) – *Lisboa, 1957* – Nasceu no Troviscal, Oliveira do Bairro, Aveiro, em 5 de Março de 1906 e faleceu em Lisboa a 24 de Novembro de 1977. Iniciou os estudos de Direito na Universidade de Lisboa mas, depois de se casar, transferiu-se para Coimbra, a fim de acompanhar a mulher, que estudava Farmácia, e completou a licenciatura na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Foi em Anadia e no Troviscal que iniciou a sua carreira de advogado, que depois continuou em Lisboa. Dedicou-se ao Desenho e à Pintura desde muito novo (em 1921, com 15 anos, fez a sua primeira exposição, em Aveiro) e, em 1927, organizou em Coimbra o I Salão dos Estudantes, onde expôs duas dezenas de obras. Foi um dos ilustradores da revista *Presença* e, também, da 1.ª série da *Vértice* e de *O Diabo*. Em 1931, foi eleito presidente da assembleia-geral da Associação Académica de Coimbra. Em Lisboa, embora advogando, continuou a desenhar e a pintar e, em 1927, foi um dos organizadores do I Salão dos Independentes, onde também se expuseram obras suas, e colaborou nas Exposições Gerais de Artes Plásticas, quando membro da direcção da Sociedade Nacional de

Belas Artes (SNBA). Recusou aderir à «protecção» artística oficial e continuou a organizar exposições de pintura independentes das realizadas sob a égide do Secretariado Nacional de Propaganda (depois Secretariado Nacional da Informação), o que lhe valeu a animosidade do regime, que se agravou quando, a partir dos anos 50, começou a ser presença assídua nos tribunais plenários, como advogado de defesa de réus de crimes políticos. Anos antes, em Novembro de 1945, fora um dos signatários de um manifesto de intelectuais em que se protestava contra «as limitações de toda a espécie» de que a sua actividade artística era objecto. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquerito à PIDE». Nesse mesmo ano, foi proposto pela oposição como candidato a deputado e, no ano seguinte, a sua candidatura à Presidência da República foi apresentada pela oposição democrática (que reunia pessoas de várias opiniões políticas, mas essencialmente do Partido Comunista, embora ele próprio não fosse comunista). No dia 30 de Maio, retirou a sua candidatura, acordando desistir a favor da candidatura de Humberto Delgado. Realizadas as eleições, em Julho, com a vitória do almirante Thomaz, acusou o Governo de ter falseado os resultados. Em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». Em 30 de Setembro de 1961, nas vésperas da campanha eleitoral para as eleições de deputados à Assembleia Nacional, foi preso pela PIDE e acusado de actos subversivos, tendo sido encarcerado no Aljube, onde sofreu um ataque cardíaco, o que, ao ser conhecido, levou a uma intervenção da Comissão Internacional de Juristas. Julgado, ao fim de 10 meses de prisão preventiva, foi condenado a 20 meses de prisão correcional, com a pena suspensa por cinco anos, e a cinco anos de suspensão de direitos políticos. Nas audiências estiveram presentes alguns membros do Parlamento britânico. Depois de libertado, continuou a defender, nos tribunais plenários, réus de crimes políticos e manteve a sua participação em actividades da oposição ao governo como, em 1969, o II Congresso Republicano de Aveiro e, em 1973, o III Congresso da Oposição Democrática, também realizado em Aveiro e de cuja comissão nacional fez parte. Nesse ano, e enquanto elemento da Comissão Democrática de Recenseamento, foi um dos signatários de uma representação ao Presidente do Conselho, Marcello Caetano, acerca do recenseamento para as eleições legislativas. Nesse mesmo ano de 1973, abandonou a advocacia por motivos de saúde, sequelas da dureza da sua prisão, e pôde dedicar-se à pintura, tendo feito, na SNBA, duas exposições individuais (1970 e 1974), com mais de uma centena de óleos cada. Ainda em Coimbra, dirigiu o primeiro e único número do que seria um quinzenário de caricatura, *Pena, Lápis e Veneno*, mas de que saiu apenas um número, em 1926. Colaborou depois em numerosos jornais e revistas, como *Ler*, *Diário de Lisboa*, *República* e *Presença*, não com escritos mas com ilustrações, tendo também ilustrado dezenas de livros. Encontram-se publicados alguns trabalhos, designadamente: António Pedro Vicente, *Arlindo Vicente: o Homem e o Político* (in *Revista de História das Ideias*, n.º 17, Coimbra, 1995), António Pedro Vicente, *O Pacto entre Arlindo Vicente e Humberto Delgado – 1958* (in *História*, II série, n.º 5, 1995), Filipa Vicente, *Arlindo Vicente. O Pintor e a sua Obra* (in *Revista de História das Ideias*, n.º 17,

Coimbra, 1995), Silas Granjo e Pedro Calheiros, *Arlindo Vicente – Centenário do Nascimento – Óleo, Aguarela, Desenho e Ilustração* (Oliveira do Bairro, 2007) e *Arlindo Vicente a Oposição – As Eleições Presidenciais de 1958*, coord. de Miguel Dias Santos, (Oliveira do Bairro, 2009).

VICENTE, João António (1942) – *Bragança, 1969, CDE* – Nasceu em Vale das Fontes, Vinhais, em 1942, frequentou o liceu em Chaves e tirou o curso de regente agrícola na Escola de Regentes Agrícolas de Santarém. Foi delegado em Trás-os-Montes do Sindicato Nacional dos Regentes Agrícolas e escreveu, em vários jornais e revistas, artigos sobre temas sociais e técnicos relacionados com a sua profissão.

VIDAL, Alberto Ferreira (1871-1967) – *Aveiro, 1953* – Nasceu em Salreu, Estarreja, a 17 de Fevereiro de 1871 e faleceu na mesma localidade em 13 de Janeiro de 1967. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, advogou em Vouzela mas dedicou-se ao ensino, tendo leccionado nos liceus da Guarda, de Coimbra e no então Liceu Central de Lisboa, depois Passos Manuel, de que viria a ser o primeiro reitor eleito, e na Escola Comercial Veiga Beirão. Entre 1911 e 1937, foi professor da Escola de Arte de Representar do Conservatório de Lisboa. Governador civil do distrito de Aveiro entre 18 de Janeiro de 1913 e 21 de Março de 1914, seria presidente da primeira Câmara Municipal eleita nessa cidade. Desempenhou também diversos cargos na Câmara Municipal de Lisboa: vereador em 1917 e em 1919, presidente da Comissão Administrativa em 1919 e vice-presidente do Município em 1922-1923 e em 1924-1925. Pertenceu ao Directório do Partido Republicano Português, pelo qual foi eleito deputado em três legislaturas seguidas (pelo Porto em 1919, por Lisboa Oriental em 1921-1922 e por Aveiro em 1925) e seria vice-presidente da Câmara dos Deputados no seu último mandato.

VIDAL, Duarte Justiniano da Rocha (1920-1997) – *Lisboa, 1969, CEUD* – Nasceu em Vagos, Aveiro, a 5 de Julho de 1920 e faleceu em Lisboa a 28 de Abril de 1997. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, curso que teve de interromper por ter sido mobilizado para os Açores, decorria então a Segunda Guerra Mundial. Desmobilizado, começou a trabalhar no Ministério das Finanças, em Lisboa, e concluiu o curso como voluntário. Como advogado, participou na defesa de réus de alguns dos mais importantes processos políticos julgados nos tribunais plenários, como a tentativa revolucionária de Março de 1959 (que ficou conhecida por revolta da Sé) e o assalto ao quartel de Beja, na madrugada de 31 de Dezembro para 1 de Janeiro de 1962. Foi também advogado de defesa da escritora Maria Isabel Barreno no processo intentado às três autoras e ao editor do livro *Novas Cartas Portuguesas*, findo o qual publicou o livro *O Processo das Três Marias – Defesa de Maria Isabel Barreno* (Lisboa, 1974). Em 1959, assinou, com outros opositores, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». Com o dr. Salgado Zenha, apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro uma comunicação, subordinada ao tema «Polícia e Justiça» e, em 1973, fez parte da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática, também realizado em Aveiro. Foi vogal do conselho geral da Ordem dos Advogados no tirénio 1972-1974 e participou como relator do tema «Deontologia Profissional» no I Congresso

Nacional de Advogados, em Novembro de 1972. Foi secretário de Estado da Justiça no V Governo Provisório. A Câmara Municipal de Lisboa atribuiu o seu nome a uma rua na freguesia do Lumiar.

VIDEIRA, António Gonçalves (1889-1955) – *Angola, 1945* – Nasceu na freguesia de Cristelo, Lousada, a 2 de Maio de 1889 e faleceu em Lisboa a 15 de Julho de 1955. Era cunhado do eng. Francisco da Cunha Leal, que casara com uma sua irmã. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi governador civil de Lisboa durante um mês (Novembro-Dezembro de 1923) e depois fixou-se em Luanda, onde advogou durante cerca de 40 anos. Foi militante do Partido Republicano Português e em 1916 foi director, editor e proprietário de um *Jornal de Angola*, semanário «político e noticioso» cujo primeiro número se publicou em 5 de Maio e que seguiria, «*mutatis mutandi*, a orientação daquele partido», de acordo com as palavras do artigo de fundo. Em 1918, publicou uma *Carta Aberta* ao Governador-Geral de Angola, que era o capitão-de-fragata Filomeno da Câmara, pela primeira vez no cargo, a que voltaria como Alto Comissário em 1929. Nessa carta, muito dura, Filomeno da Câmara era alertado para os problemas angolanos. Deixou alguns trabalhos de carácter jurídico e literário, como *Ensinamentos dum Sonho* (Luanda, 1933), *Na Esteira das Naus* (Luanda, 1945) e *Angola – 10 Bilhetes Postais Ilustrados* (Luanda, 1955), este último publicado escassos dias antes de falecer e em que se trata de problemas daquela então colónia.

VIIEIRA, Agostinho de Sá (1896-1988) – *Lisboa, 1961* – Nasceu na freguesia de S. Pedro, Ribeira Grande, nos Açores, a 16 de Outubro de 1896, e faleceu em 19 de Fevereiro de 1988. Combateu no Exército durante a Grande Guerra e, regressado a Portugal, foi reformado por invalidez, com a patente de capitão, e retomou os estudos, tendo-se licenciado em Direito. Em 1927, participou na revolta republicana de Fevereiro, pelo que foi preso e exilado para Ponta Delgada, nos Açores, onde exerceu a advocacia. Esteve implicado na revolta de 1931 que eclodiu na Madeira e foi secundada nos Açores, pelo que foi de novo preso., tendo beneficiado da amnistia de 5 de Dezembro de 1932. Voltou a ser preso em 1933, por injúrias à Legião Portuguesa, tendo então sido julgado no Tribunal Militar Especial e condenado a uma pena de multa e suspensão dos direitos políticos por 5 anos. Aderiu ao MUD em 1945 e em 1949 foi um dos organizadores da União Democrática Portuguesa. Em 1951, foi reintegrado no Exército, com a sua patente de capitão e na situação de reforma. Em Março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Nesse mesmo ano, fez parte do organismo dirigente da Comissão Promotora do Voto que, renovando a sua actividade de 1953, pretendia uma reforma eleitoral. Fez também parte da Comissão Promotora do Voto e do Recenseamento de Lisboa e da Frente Nacional Liberal e Democrática, cujos estatutos não foram depois aprovados pelo governo. Em Outubro de 1957, foi um dos subscritores de uma exposição ao Chefe do Estado, na qual se comunica o propósito de abstenção às eleições legislativas desse ano, «perante a recusa tácita ou declarada do Governo em promover a realização de eleições livres, automaticamente livres». Foi apoiante da candidatura do eng. Cunha Leal à Presidência da República, no ano seguinte, e, em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida

política». Em 1961, foi um dos subscritores do Programa para a Democratização da República, tendo sido preso e interrogado pela PIDE, entre 18 e 30 de Novembro desse ano, e libertado sob caução a aguardar julgamento.

VIEIRA, Manuel João (1926) – *Castelo Branco, 1969, CDE; 1973* – Nasceu na freguesia de Monte Margarida, concelho da Guarda, em 20 de Fevereiro de 1926. Estudou no Seminário da Congregação dos Padres Claretianos, onde completou os cursos de Humanidades e de Filosofia. Desistiu de prosseguir a vida sacerdotal e matriculou-se, como leigo, na Universidade Pontifícia de Salamanca, onde se licenciou também em Filosofia, em 1952. No ano seguinte, matriculou-se na Universidade de Coimbra, tendo concluído o curso de Direito. Durante dez anos (1952-1962), foi docente em vários estabelecimentos de ensino, depois do que iniciou a sua carreira forense na comarca da Sertã, fixando-se, no ano de 1962, em Castelo Branco, onde abriu escritório de advogado, ao mesmo tempo que dava aulas – até 1967 – em dois estabelecimentos de ensino. Foi membro da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática e candidato a deputado pela CDE, em 1969 e 1973. Foi eleito para a Assembleia Constituinte, em 1975, tendo sido vogal da 6.^a comissão (Tribunais). Na Ordem dos Advogados, presidiu à comarca de Castelo Branco, entre 1978 e 1986.

VILHENA, Maria Luiza da Conceição de Almeida Manoel de (1926-1998) – *Lisboa, 1969, CEM* – Nasceu em Lisboa, a 6 de Dezembro de 1926 e faleceu na mesma cidade a 25 de Abril de 1998. Frequentou o Instituto Superior de Agronomia. Era condessa de Vila Flor e de Alpedrinha, títulos herdados, e condessa de Azarujinha por casamento. Foi directora bancária, assessora do Primeiro-Ministro Cavaco Silva, escritora e membro correspondente da Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes. Foi Dama de Honra e Devoção da Ordem Soberana e Militar de Malta (1997). Colaborou em numerosos jornais, como *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Capital*, *A Tarde* e *A Voz* e dirigiu os primeiros cinco números da revista *Presença*, órgão do Movimento Nacional Feminino, instituição a que esteve ligada e ao serviço da qual visitou Angola e a Guiné, respectivamente em 1964 e 1966. Publicou dois livros de contos: *Pegadas na Areia* (Lisboa, 1955) e *Marés Vivas* (Lisboa, 1968).

WENGOROVIUS, Vítor Manuel Sant’ana Carlos (1937-2005) – *Lisboa, 1969, CDE* – Nasceu em Setúbal a 19 de Junho de 1937 e faleceu em Lisboa a 27 de Fevereiro de 2002. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa e foi membro da Pax Romana – Movimento Internacional dos Estudantes e Intelectuais Católicos. Quando estudante, foi redactor-principal do jornal *Encontro*, da Juventude Universitária Católica, desempenhou cargos directivos na associação de estudantes da sua faculdade e participou activamente na contestação académica de 1962. Mais tarde, foi um dos mais activos membros da Cooperativa Pragma e esteve entre os fundadores do Movimento de Esquerda Socialista (MES). Como advogado, além de ter assessorado diversas associações sindicais, interveio em vários processos políticos nos Tribunais Plenários na defesa dos acusados.

XAVIER, José de Bastos (1902-1976) – *Aveiro, 1953, Lista Nacionalista* – Nasceu em Aranda do Vouga, Valongo do Vouga, Águeda, a 29 de Outubro de 1902 e faleceu em

25 de Março de 1976. Licenciou-se em Engenharia Civil na Universidade do Porto e foi funcionário da Direcção de Melhoramentos Rurais, em Lisboa, e adjunto do director de Estradas de Coimbra e Guarda. Abandonou depois o serviço público e fixou-se em Valongo do Vouga para se ocupar da fábrica de lãs que seu Pai fundara, especializando-se em tinturaria. Foi presidente do Grémio da Lavoura e, entre fins de 1963 e Agosto de 1967, presidente da Câmara Municipal de Águeda, tendo sido demitido pelas suas posições contra o que considerava ser o «caciquismo» dessa época. Escreveu em diversos jornais regionais e publicou alguns romances, designadamente *Cana ao Vento* (Coimbra, 1944), *Novos Claustros na Montanha* (Coimbra, 1953), *Arame Farpado* (Lisboa, 1960), que recebeu o Prémio SNI, e *O Pátio* (Braga, 1964).

ZENHA, Francisco de Almeida Salgado (1923-1993) – *Lisboa, 1965; 1969, CEUD; 1973* – Nasceu em Braga em 2 de Maio de 1923 e faleceu em Lisboa a 1 de Novembro de 1993. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e foi, em 1944-1945, presidente da Associação Académica, o primeiro eleito depois do regime de comissões administrativas criado em 1936. Primeiro e último até ao 25 de Abril, pois a sua eleição deveu-se a que o anterior presidente, que fora nomeado, não estava matriculado. Procedeu-se, então a uma eleição mas, quando o reitor convidou a direcção da Associação Académica, em 1945, a deslocar-se a Lisboa para agradecer a Salazar ter conservado a neutralidade portuguesa durante a guerra, o convite não foi aceite, por uma assembleia magna convocada para o efeito, pelo que toda a direcção foi demitida pelo Governo, regressando-se às nomeações. Foi também director do jornal académico *Via Latina*. Apoiou publicamente a constituição do MUD, em Novembro de 1945, numa altura em que era responsável pela organização estudantil de Coimbra da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas, e foi um dos fundadores do MUD-Juvenil (Julho de 1946), de cuja comissão central fez parte. Acusado de ser «suspeito de actividades subversivas», foi preso em Abril de 1947 e só libertado em Setembro desse ano, a aguardar julgamento. Em 1949, participou activamente na campanha eleitoral do general Norton de Matos e na madrugada seguinte ao dia das eleições foi novamente preso. Em Março desse ano, foi julgado pelo processo de 1947, tendo sido condenado a oito meses de prisão correcional e suspensão de direitos políticos por cinco anos. Interpôs recurso que, apreciado em Julho de 1950, confirmou a pena e agravou-a em medidas segurança e internamento por um ano. Voltou a ser detido em Agosto de 1952, obteve a liberdade condicional em Dezembro de 1953, mas com residência fixa em Lisboa, até Outubro de 1958. Seria preso noutras ocasiões, embora por períodos relativamente curtos, como em 1973, em que esteve detido desde 19 de Fevereiro a 30 de Abril. Afasta-se do PCP durante a prisão e adere à Resistência Republicana e Socialista (RRS) criada em 1955 por Mário Soares e outros dissidentes do Partido Comunista. Em 1969, com Duarte Vidal, apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro uma tese intitulada «Justiça e Polícia». Fez parte das Juntas de Acção Patriótica de Lisboa (a cuja comissão central presidira em 1962) e teve papel importante no processo de constituição da Frente Patriótica de Libertação Nacional. É um dos causídicos que intervêm no famoso processo da herança Sommer mas também um dos mais activos defensores de réus levados aos tribunais plenários, designadamente vários acusados de participarem na denominada revolta da Sé. Em 1959,

assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de Março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». Colaborou na redacção, e foi um dos subscritores, do Programa para a Democratização da República, em 1961, pelo que é mais uma vez detido. Em 1964, acaba por aderir à substituição da RRS pela Acção Socialista Portuguesa (ASP), que em 1973 se transformaria em Partido Socialista. Em 1968, a PIDE apreendeu uma sua obra jurídica (*Notas Sobre a Instrução Criminal*) na Tipografia de Vila Nova de Famalicão, onde fora impressa, o que deu origem a um protesto enviado ao ministro do Interior, subscrito por três dezenas de advogados do norte do país. Em 1969, apresentou ao II Congresso Republicano de Aveiro, com Duarte Vidal, uma tese intitulada «Justiça e Polícia» e, em 1973, foi candidato suplente pelo círculo de Lisboa nas eleições legislativas. Depois do 25 de Abril, destacou-se, com Mário Soares, na resistência ao Partido Comunista. Foi ministro da Justiça nos quatro primeiros governos provisórios (Maio de 1974 a Julho de 1975) e ministro das Finanças (Outubro de 1975 e Julho de 1976). Foi presidente do grupo parlamentar do PS na Assembleia da República (de que seria afastado em 1982), vice-presidente da Assembleia do Conselho da Europa e presidente do Conselho Nacional do Plano. Em 1980, de acordo com as deliberações do Partido Socialista, apoiou a reeleição do general Ramalho Eanes à Presidência da República. Em 1986, apresentou-se como candidato à Presidência da República, mas não passou à segunda volta. Em 2003, no décimo aniversário do seu falecimento, foi-lhe atribuída a Medalha de Ouro da Ordem dos Advogados, que também publicou uma fotobiografia sua. Nesse ano, mais de sessenta personalidades assinaram artigos reunidos num volume em sua homenagem, o *Liber Amicorum*. Deixou numerosas obras de carácter jurídico, designadamente peças relativas a processos políticos, como *Universidade: processo de uma expulsão disciplinar – José Medeiros Ferreira*, com Jorge Sampaio e Jorge Santos (Lisboa, 1967), *Quatro Causas* (Lisboa, 1969), *A Quinta Causa – os Católicos e os Direitos do Homem* (Lisboa, 1969), *O Direito de Defesa e a Defesa do Direito* (Lisboa, 1971), com Fernando Abranches Ferrão e *A Prisão do Doutor Domingos Arouca* (Porto, 1972). Em 1988, foi publicada, sob o título *As Reformas Necessárias* (selecção, prefácio e notas de Mário Mesquita), um conjunto de comunicações e discursos que proferiu quando candidato à Presidência da República.

APONTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Para a elaboração das listas de candidatos a deputados da «oposição» (ou das «oposições») à Assembleia Nacional do Estado Novo, que constituiu o primeiro trabalho realizado para este Dicionário, foram sendo consultadas várias fontes – jornalísticas, documentais, orais ou, propriamente, bibliográficas – que nos possibilitaram a organização de uma geografia eleitoral razoavelmente correcta, efectuada segundo critérios que noutra lugar se definem.

As biografias foram resultado da consulta do mesmo tipo de fontes e de obras de consulta. Nalgumas já foram sendo referidas obras de que alguns candidatos foram autores (em certos casos, memórias, úteis para a recolha de elementos, a fim de reconstruir aspectos da sua vida) ou estudos que sobre eles foram elaborados. Aqui, nesta secção, que se chamou propositadamente, de forma modesta, «Apontamento Bibliográfico» e não «Bibliografia» (em ambos os casos – como já se entendeu – no sentido lato de fontes, de ordem diversa, e estudos, também de variado tipo), apenas se pretendeu dar a conhecer a proveniência geral de algumas informações colhidas. Por isso se citam somente os arquivos, alguns periódicos, obras de referência, monografias, etc.

Mas não será indicada uma fonte fundamental que o poderia ser de forma circunstanciada e, por vezes, até «anedótica»: as entrevistas (escritas e orais). Esta constituiu uma fonte importante e complexa, lamentando-se que não se tivesse encontrado, ou não se tivessem contactado de forma pessoal, alguns candidatos, felizmente ainda vivos, ou seus familiares, ou que alguns encontros realizados, normalmente por telefone, *mail* ou por carta, não tivessem obtido respostas ou estas tivessem sido incompletas e inconclusivas. Noutros casos, porém, que devem ser relevados, até pela sua raridade, houve uma grande abertura, por parte de pessoas geralmente muito ocupadas, que, no entanto, foram de grande disponibilidade e gentileza. Só não as citamos porque receamos que injustamente esquecêssemos algumas outras.

Portanto, são apenas informações gerais de ordem «bibliográfica» (*lato sensu*) aquelas que aqui são apresentadas, não correspondendo, de modo algum, ao vasto mapa bibliográfico consultado.

1. ARQUIVOS

Citaremos apenas os arquivos onde obtivemos informações fundamentais ou úteis, não referindo concretamente os acervos definidos e a sua localização.

Poderíamos aqui citar como arquivos os das Ordens dos Advogados, dos Médicos ou dos Arquitectos. Mas, na verdade, não os consultámos fisicamente, limitando-nos a uma consulta indirecta, através das informações que as diversas ordens simpaticamente nos foram fornecendo.

- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Arquivo Oliveira Salazar (AOS).
- Arquivo da PIDE/DGS.
- Arquivo da Universidade de Coimbra.
- Arquivo Histórico Militar.
- Arquivo da Marinha e Biblioteca.

2. PERIÓDICOS

Foram muitos os periódicos, nacionais, regionais e locais, consultados. Destacamos, de forma genérica e por ordem alfabética, apenas alguns, que analisámos de forma mais persistente e cuidadosa:

- *Comércio do Porto*, Porto.
- *Diário de Coimbra*, Coimbra.
- *Diário de Lisboa*, Lisboa.
- *Diário de Notícias*, Lisboa.
- *Diário Ilustrado*, Lisboa.
- *Diário Popular*, Lisboa.
- *Expresso*, Lisboa.
- *Jornal de Notícias*, Porto.
- *O Século*, Lisboa.
- *Primeiro de Janeiro*, Porto.
- *República*, Lisboa.
- *Seara Nova*, Lisboa.
- *Vida Mundial*, Lisboa.

3. DICIONÁRIOS, ENCICLOPÉDIAS, ETC.

– BARRETO, António, e MÓNICA, Maria Filomena (org.) – *Dicionário de História de Portugal. Suplemento* [ao Dicionário com o mesmo nome, dirigido por Joel Serrão], volumes VII, VIII e IX. Porto, Figueirinhas, 1999-2000.

– CRUZ, Manuel Braga da, e PINTO, António Costa (coord.) – *Dicionário Bibliográfico Parlamentar (1935-1974)*, 2 volumes. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – Assembleia da República, 2004.

- *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Parlamentares e Ministros da 1.ª República. 1910-1926*. Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2000.
- MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) – *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, 2 volumes. Lisboa, Editorial Delta, 1986.
- NÓVOA, António – *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto, Edições ASA, 2003.
- ROSAS, Fernando, e BRITO, J. M. Brandão (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 volumes. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa.

4. CRONOLOGIAS

- BRANDÃO, Fernando de Castro – *Ditadura Militar. 1926-1933. Uma Cronologia*. Lisboa, Europress, 2007.
- BRANDÃO, Fernando de Castro – *Estado Novo. Uma Cronologia*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
- MALTEZ, José Adelino – *Tradição e Revolução. Uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao Século XXI*, volume II, 1910-2005. Lisboa, Tribuna da História, 2005.
- MORAIS, João, e VIOLANTE, Luís – *Contribuição para uma Cronologia dos Factos económicos e Sociais. Portugal. 1926-1985*. Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- RODRIGUES, António Simões (coord.) – *História de Portugal em Datas*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- RODRIGUES, António Simões (coord.) – *História Comparada. Portugal. Europa e o Mundo. Uma Visão Cronológica*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1997.

5. HISTÓRIAS GERAIS

- MEDINA, João – *História de Portugal*, volumes 12 e 13. Lisboa, Ediclube, 1993.
- REIS, António – *Portugal Contemporâneo*, volumes 4 e 5. Lisboa, Alfa, 1989.
- ROSAS, Fernando (coord.) – *Portugal e o Estado Novo. 1930-1960*. Lisboa, Presença, 1990, volume XII da *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e Oliveira Marques.
- ROSAS, Fernando – *O Estado Novo*. Lisboa, Círculo de Leitores/Estampa, 1994, vol. 7 da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Lisboa, Verbo, 1977-2007, volumes XIII (1926-1935), XIV (1935-1941), XV (1941-1951), XVI e XVII (1951-1960).

6. OUTRAS OBRAS DE CONSULTA GERAIS OU ESPECÍFICAS SOBRE AS OPOSIÇÕES E AS ELEIÇÕES

– *II Congresso Republicano de Aveiro: Teses e Documentos*. Lisboa, Seara Nova, 1969.

– *A Oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão (1945-1973) – Uma Perspectiva* – Catálogo da Exposição na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Vila Nova de Famalicão, 1992.

– *As Eleições de Outubro de 1969: Documentação Básica*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1970.

– CARVALHO, Rita Almeida de – *A Assembleia Nacional no Pós-guerra: 1945-1949*. Lisboa/Porto, Assembleia da República/Afrontamento, 2002.

– CASTILHO, José Manuel Tavares – *Os Deputados da Assembleia Nacional. 1935-1974*. Lisboa, Assembleia da República/Texto Editores, 2009.

– *Congresso Republicano de Aveiro: Teses e Documentos*. Aveiro, CRA, 1961.

– COSTA, Marcus de Noronha da, e RUAS, Henrique Barrilaro (org.) – *Dossier da Comissão Eleitoral Monárquica de 1969*. Braga, 1973.

– CRUZ, Manuel Braga da – «A Oposição Eleitoral ao Salazarismo», in *Revista de História das Ideias*. Coimbra, 1983, pp. 701-781.

– CRUZEIRO, Maria Eugénia Varela Gomes – *Contra Ventos e Marés*, Porto, Campo das Letras, 2003.

– DELGADO, Iva, PACHECO, Carlos, e FARIA, Telmo (coords.) – *Humberto Delgado: As Eleições de 58*. Lisboa, Vega, 1998.

– *Eleições no Regime Fascista*. Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1979.

– *Eleições Presidenciais: Subsídios para a História das Candidaturas de Norton de Matos (1949), Quintão Meireles (1952) e Humberto Delgado (1958)*. Lisboa, Edições Delfos, [s. d.].

– FARINHA, Luís – *O Revivalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*. Lisboa, Estampa, 1998.

– FERREIRA, Serafim, e MOTA, Arsénio (org., pref. e notas) – *Para um Dossier da Oposição Democrática*. Tomar, Nova Realidade, 1969.

– GORJÃO, Vanda – *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

– LOPES, Filipa Sousa – *Momentos da Oposição em Famalicão: Dos Finais da Década de Vinte aos Anos Cinquenta*. Vila Nova Gaia, Ausência, 2004.

– MADEIRA, João Martins – *Os «Engenheiros das Almas». O Partido Comunista e os Intelectuais*. Lisboa, Estampa, 1996.

– MARTINS, José Soares (ed.) – *Outubro: Eleições em Portugal*. Vila Nova de Gaia, José Soares Martins, 1973.

– MOURA, Virgínia (selec., pref. e ed.) – *Eleições de 1969 – Documentos Eleitorais da Comissão Democrática do Porto*. Porto, 1971.

– Movimento Democrático do Distrito de Setúbal – *Teses Apresentadas ao III Congresso da Oposição Democrática*. Setúbal, 1973.

- NEVES, José – *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História do Século xx*. Lisboa, Tinta-da-China, 2009.
- NUNES, Henrique Barreto – «Victor de Sá – Um Homem na História», in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa, 1992.
- NUNES, Henrique Barreto – «O Livreiro Victor de Sá», in *Forum*, Universidade do Minho, n.º 41, 2007.
- NUNES, Renato – *Miguel Torga e a PIDE*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2007.
- PIMENTA, Fernando – *Angola, os Brancos e a Independência*. Porto, Afrontamento, 2008.
- PIMENTEL, Irene – *A História da PIDE*. Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2007.
- RABY, D. L. – *Fascism and Resistance in Portugal. Communists, Liberals and Military Dissidents in the Opposition to Salazar, 1941-74*, Manchester University Press, 1988. Tradução portuguesa: *Resistência Antifascista em Portugal 1941/74*. Lisboa, Salamandra, 1988.
- REBELLO, José Pequito – *As Eleições de Portalegre (Documentos)*, edição do A. Lisboa, 1950.
- RIBEIRO, Maria da Conceição – *A Polícia Política no Estado Novo 1926-1945*. Lisboa, Estampa, 1995.
- RIBEIRO, Sérgio – *Dossier Candidatura – Leiria, 1969*. Lisboa, 1970.
- ROSAS, Fernando – *As Primeiras Eleições Legislativas sob o Estado Novo – As Eleições de 16 de Dezembro de 1934*. Lisboa, O Jornal, 1985.
- ROSAS, Fernando, PIMENTEL, Irene Flunser, REZOLA, Maria Inácia, FARINHA, Luís, e MADEIRA, João – *Tribunais Políticos, Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*. Lisboa, Temas e Debates, 2009.
- SILVA, Paulo – *Fernando Namora entre os dedos da PIDE*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2009.
- TAVARES, Marília, *Os Congressos Republicanos de Aveiro: Subsídios para a História da Oposição ao Estado Novo*, tese de mestrado. Coimbra, Faculdade de Letras, 1994.
- TELO, António – *História Contemporânea de Portugal*, 2 volumes. Lisboa, Presença, 2007-2008.
- TENGARRINHA, José – «Os Caminhos da Unidade Democrática contra o Estado Novo», *Revista de História das Ideias*, volume 16. Coimbra, 1994.
- *Teses – 3.º Congresso da Oposição Democrática*. Lisboa, Seara Nova, 1974.
- TORRAL, Luís Reis – *Estados Novos, Estado Novo*, 2 volumes. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009.
- TORRAL, Luís Reis – «Cidadania e anticidadania no Estado Novo. Imagens de discursos de contradição», in *Forum*, n.º 32, *Uma cidadania para a história*. Em homenagem ao prof. Victor de Sá. Braga, Conselho Cultural da Universidade do Minho, Julho-Dez. 2002.

– VENTURA, António – *Memórias da Resistência – Literatura Autobiográfica da Resistência ao Estado Novo*. Lisboa, 2001.

– VILAÇA, Alberto – *Para a História Remota do PCP em Coimbra, 1921-1946*. Lisboa, Edições Avante, 1997.

– VILAÇA, Alberto – *O MUD Juvenil em Coimbra. História e Estórias*. Porto, Campo das Letras, 1998.

GLOSSÁRIO

(AAA) Acção Anticlerical, Anti-Fascista – Emanação da Frente Popular Portuguesa, em 1938, cujo objectivo era contrariar a influência do Partido Comunista junto da juventude e dos meios estudantis. Estava dividida em «ranchos» de quatro pessoas, cada qual com seu guia e subguia. O seu principal dirigente era Basílio Lopes Pereira.

ADS – Acção Democrato-Social – Criada em 1951, no seguimento da candidatura presidencial do almirante Quintão Meireles, tendo como figuras de relevo, António Sérgio, Jaime Cortesão, Raul Rêgo, Acácio Gouveia, Nuno Aires Rodrigues dos Santos, Carlos Sá Cardoso, José Moreira de Campos e Mário de Azevedo Gomes. Juntar-se-lhes-á, em 1956, vindo da Resistência Republicana e Socialista, Mário Soares.

ARA – Acção Revolucionária Armada – Organização criada pelo Partido Comunista no início da década de setenta e que se manteve activa até 1974.

ASP – Acção Socialista Portuguesa – Foi fundada em Genebra, em Novembro de 1964, por Mário Soares, Tito de Morais e Francisco Ramos da Costa. Nove anos depois, transformar-se-ia em Partido Socialista.

BR – Brigadas Revolucionárias – Organização armada, fundada em 1970, na sequência de uma cisão na Frente Portuguesa de Libertação Nacional.

Causa Republicana – Os signatários justificavam o pedido de aprovação dos estatutos com a existência da Causa Monárquica. A aprovação foi, no entanto, negada, em 29 de Junho de 1955, sob pretexto de os estatutos evidenciarem, «espírito de divisão da sociedade portuguesa».

CCE – Comissão Cívica Eleitoral

CDE – Comissão Democrática Eleitoral – Plataforma eleitoral criada em 1969, em que se reuniram comunistas e católicos progressistas e independentes. Depois

do 25 de Abril, transformou-se em movimento político e seguidamente em partido, com a designação MDP-CDE.

CDU – Coligação Democrática Unitária

CED – Cooperativa de Estudos e Documentação

CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática – Plataforma eleitoral criada em Setembro de 1969 por iniciativa da Acção Socialista Portuguesa em desacordo com a proibição da CDE.

CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – v. Intersindical

CNSPP – Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos – Criada em 1969, a sua constituição foi anunciada num comunicado com data de 20 de Janeiro de 1970. Foram depois criadas diversas comissões regionais. Compunham-na 48 pessoas, entre as quais Nuno Teotónio Pereira, Raul Rego, Rogério Paulo, Óscar Lopes, Henrique de Barros, Lindley Cintra e Sophia de Mello Breyner Andresen. Nos seus quatro anos de actividade, publicou 23 circulares informativas dando notícia das prisões, julgamentos efectuados, penas a que os réus eram condenados, condições nas cadeias, reclamações junto das autoridades feitas pela comissão e acções de solidariedade, como o apoio financeiro às famílias de presos políticos que dele necessitassem.

CPV – Comissão Promotora do Voto – Organização, presidida por António Sérgio, que pretendia organizar comissões eleitorais que impulsionassem o pleno exercício do voto.

CRAC – Centro Republicano Académico de Coimbra

DDS – Directório Democrato-Social – Organização política da oposição republicana liberal, criada em 1949, por iniciativa de Mário de Azevedo Gomes, Jaime Cortesão e António Sérgio, no seguimento da desistência do general Norton de Matos das eleições presidenciais.

DGS – Direcção-Geral de Segurança, designação da polícia política que substituiu a PIDE, em 1969, e foi extinta depois do 25 de Abril de 1974.

FPLN – Frente Patriótica de Libertação Nacional – Há duas organizações oposicionistas com este nome: uma, criada em Roma, em Dezembro de 1962, com a participação de elementos exilados de várias orientações; a outra, fundada pelo general Humberto Delgado, em Setembro de 1964, depois de ter saído de Argel.

GAC – Grupos Anti-Fascistas de Combate

Intersindical – Central sindical, institucionalizada logo após o 25 de Abril, no seguimento de reuniões que se realizavam desde 1970. Em Janeiro de 1977, passou a designar-se Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN).

Juntas Patrióticas – Comissões de base clandestinas criadas em 1953 e que abrangiam várias sensibilidades políticas oposicionistas ao regime.

LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária – Organização oposicionista armada criada em 1967 de que foi figura dominante Hermínio da Palma Inácio. Depois do 25 de Abril, transformou-se em partido político.

MAUD – Movimento Académico de Unidade Democrática – Organização política, criada em 1945 como movimento de juventude do MUD, visando a ligação entre estudante universitários oposicionistas e respectivo enquadramento. Dará origem ao MUD Juvenil, MUDJ, constituído em Abril de 1946 e que se alargará aos trabalhadores.

MDP – Movimento Democrático Português – v. **CDE**

MES – Movimento de Esquerda Socialista – Partido político fundado em 11 de Maio de 1974 e de que foram figuras dominantes Jorge Sampaio, José Manuel Galvão Teles, Vítor Wengorovius e João Bénard da Costa, entre outros.

MND – Movimento Nacional Democrático – Criado, em Abril de 1949, por oposicionistas maioritariamente ligados ao Partido Comunista e liderado por Ruy Luís Gomes.

MNI – Movimento Nacional Independente – Impulsionado pelo general Humberto Delgado, na sequência das eleições de 1958, argumentando que os 236 057 votos obtidos a seu favor justificavam «um sector autónomo (oposicionista) na política nacional».

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado – Organização política de tendência maoísta, criada em 18 de Setembro de 1970. Depois do 25 de Abril, deu origem ao Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP-MRPP).

MUD – Movimento de Unidade Democrática – Resultou de uma sessão realizada, a 8 de Outubro de 1945, no Centro Republicano Almirante Reis, em Lisboa, e que teve, entre os seus promotores, o advogado Mário Lima Alves. Reuniu depois milhares de apoiantes.

MUDJ – Movimento de Unidade Democrática Juvenil – v. **MAUD**

MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista – Organização política de carácter frentista, criado em Dezembro de 1943 por iniciativa do Partido Comunista Português. Foi presidido pelo general Norton de Matos.

Núcleo de Acção e Doutrinação Socialista – Criado em Lisboa, em 1942, por um grupo de estudantes universitários – entre os quais Gustavo Soromenho, Mário Cal

Brandão, Artur Santos Silva, Vitorino Magalhães Godinho e Mário Castro –, com o objectivo de divulgar os ideais do socialismo. Em 1944, integra-se na União Socialista.

Partido Nacionalista – Partido político fundado em 1922 por Francisco Pinto da Cunha Leal, sucedendo ao Partido Liberal Republicano.

Partido Trabalhista – Constituído por um núcleo de oposicionistas, como Castanheira Lobo, que era o secretário-geral, Raul Rêgo, Vasco da Gama Fernandes, Lello Portela e Natália Correia, reunidos em torno do jornal *O Combate*, considerado órgão do partido.

PCP – Partido Comunista Português – Fundado em 1921, ilegalizado em 1927, manteve-se ilegal até ao 25 de Abril de 1974.

PDR – Programa para a Democratização da República – Documento elaborado por um grupo de oposicionistas, publicado com a data de 31 de Janeiro de 1961 e subscrito por um grande número de oposicionistas. Destinava-se a comemorar, em 1960, o cinquentenário da implantação da República, mas acabou por ser adoptado como o programa da oposição democrática para as eleições de 1961. Foi apresentado à imprensa a 11 de Maio de 1961. Quase todos os signatários foram presos, durante períodos de tempo variáveis, interrogados e processados pela PIDE.

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado – Designação da polícia política que em Outubro de 1945 substituiu a PVDE.

PRP – Partido Republicano Português – Fundado no último quartel do século XIX e que durante a I República foi comumente designado Partido Democrático.

PS – Partido Socialista Português – Foi fundado em Bad Münstereifel, na Alemanha, em 19 de Abril de 1973, sucedendo à Acção Socialista Portuguesa, que se dissolveu, e cujo primeiro secretário-geral foi Mário Soares.

PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado – Denominação da polícia política, criada em 1933, para substituir a Polícia de Informações.

RIAs – Reunião Inter-Associações estudantis

RRS – Resistência Republicana e Socialista – Organização política criada em 1955, resultante de uma ruptura de intelectuais comunistas e de elementos da União Socialista com o Partido Comunista.

SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social – Associação de natureza política, cujo pedido de aprovação dos estatutos foi apresentado em 25 de Fevereiro de 1970, subscrito por 47 cidadãos, entre os quais alguns se haviam apresentado às eleições legislativas de 1969 nas listas oposicionistas, como Mário Bruxelas e António Alçada Baptista. Só em 2 de Outubro do mesmo ano foi autorizada pelo ministro do Interior, pelo que foi constituída em 4 de Dezembro seguinte.

SPIO – Secção Portuguesa da Internacional Operária – Partido socialista criado em 1919 e que subsistiu formalmente durante grande parte do período do Estado Novo, em torno de figuras como Ramada Curto e Fernando Olavo.

Tribunais Plenários – Os tribunais plenários foram criados em 1945, em Lisboa e no Porto, em substituição dos tribunais militares especiais, extintos no mesmo diploma. Eram constituídos por um juiz desembargador, que presidia, e dois vogais, todos de nomeação governamental. Aos tribunais plenários competia apenas julgar delitos de imprensa e crimes internos e externos contra a segurança do Estado. À PIDE, e depois à DGS, competia a instrução dos processos-crime.

UDP – União Democrática Portuguesa – Criada em 1944, por Mayer Garção, Adão e Silva e Carlos Sá Cardoso. Em 1964, juntou-se à Acção Socialista Portuguesa.

UDS – União Democrato-Socialista – Surge em 1945 e resulta da fusão do Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista com a União Democrática Portuguesa. Entre os seus membros, contam-se António Lobo Vilela, Fernando Mayer Garção e Manuel Sertório.

US – União Socialista – Resultante, em Dezembro de 1944, da fusão do Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista com a União Democrática Portuguesa e que teve o apoio de elementos da SPIO. Subsistiu até 1964, altura em que se integrou na ASP.